UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Erick Gabriel Jones Kluck

**Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o
planejamento territorial na modernização do Velho Chico**

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o
planejamento territorial na modernização do Velho Chico**

Erick Gabriel Jones Kluck

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor na área de Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Kluck, Erick Gabriel Jones

K063q

Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico / Erick Gabriel Jones Kluck ; orientador Heinz Dieter Heidemann. - São Paulo, 2016.
423 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Vale do São Francisco. 2. Mobilização e mobilidade do trabalho. 3. Território de identidade. 4. Territorialização do capital. 5. Modernização e crise. I. Heidemann, Heinz Dieter , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Erick Gabriel Jones Kluck

Título: *Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico*

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.
Área de Concentração: Geografia Humana.

Banca Examinadora

Prof. Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em:

Dedico esta pesquisa à Mônica e à Luiza

AGRADECIMENTOS

Assim como não nos foi possível fazer caber na tese a realidade concreta das experiências vividas com todos que contribuíram para esta pesquisa, igualmente, os agradecimentos como uma redução da realidade, não poderiam ser capazes de contemplar a totalidade das relações nela envolvida. Desse modo, agradecer em poucas palavras, pode reduzir o quão significativa foram as experiências e ajudas. De antemão, me desculpo por qualquer falha de memória e, assim, aos amigos não citados aqui, mas que sentem fazer parte disso, o meu muito obrigado!

Agradeço primeiramente aos meus pais, pela dedicação, estímulo e incentivo aos nossos estudos iniciais, mesmo em condições adversas, nas quais a vida nos permitia apenas o sobreviver. Sem esse impulso inicial nada disso seria possível.

À Mônica, meu amor, por toda nossa jornada de companheirismo, com a qual enfrentamos esse estar na vida. Sem sua força, carinho e incentivo, tudo seria muito mais difícil, senão, impossível.

À Luiza, minha filha, que para além do grande amor a mim sempre dedicado, mesmo quando tudo ficou mais difícil, teve a paciência em dividir seu pai com essa tese: terminamos!!!

À minha sogra, Dona Maria, falecida no fim dessa jornada, agradeço *in memoriam*, por todo o realizado em vida, para conseguirmos trilhar esse caminho, especialmente a dedicação incansável à sua neta e filha.

Aos amigos e amigas, grandes companheiros de conversa e de vida, presentes em todos os momentos de estudos, congressos, viagens, festas, ajudando a superar as dificuldades e asperezas da vida: Renatinha, Cássio, Carlão, Carol, Zé, Fabião, Daniel, Teresa, Ceci, Rafa, Viviane, Marcela, Clara, Felipe, Henrique, Paulinha, Luis, Júlia, Artur, Thauany, Chico, Mari, Ana, Vicente, Renato, Allan, Fernando, Caio, Pedro, Philipe, Camila, Alessandra, Daniel Alain, Suelen, Olívia e a todos os demais participantes do grupo de sexta!

Ao amigo e professor Dieter, pela orientação e por propiciar agradáveis momentos de conversa nas tardes de quinta em sua sala na USP e no Morro da Garça, quando levávamos nossas questões, não deixando nunca sairmos só com respostas, mas sim, com outras sempre melhores perguntas. Obrigado por nos ajudar a pensar!

Mais uma vez, ao Carlão, à Carol e ao Daniel, pela leitura atenta de partes da tese e fundamentais considerações e conversas sobre o melhor desdobramento de algumas questões. E, ao Cássio, pela ajuda com a tradução do resumo.

Agradeço aos moradores das comunidades brejeiras visitadas, nas quais sempre fui muito bem recebido: Cabeceira do São Gonçalo, Caroeira, Barbosa, São Gonçalo, Mato Escuro, Bonfim, Limoeiro, Campo Alegre, Brejo do Saco, Mutuca, Cachoeira, Umburana, Ilhota, Brejinho. Em especial ao seu Antônio Milão, à Dona Ernestina, à Dona Agripina, ao Joaquim Rodrigues, ao Juracy, à Creusa, à Laura, ao Mazinho, ao Hermes, ao Sinhozinho, ao Mateus, ao Valdésio, ao Geraldo, ao João, ao Hermes, ao Anjo, ao Lino, ao Tercílio, ao Odenilson, ao Damásio, à Verinha e a todos os outros brejeiros presentes nos cursos da CPT e nas audiências, sempre dispostos a nos apresentar e compartilhar os seus Brejos.

Agradeço a todos da Diocese de Barra na Bahia pela disponibilidade em nos acolher e à amizade, sobretudo ao Dom Frei Luis Flávio Cappio, à Mônica, à Irmã Irene e à Dona Ana.

Agradeço muito ao Carivaldo, ao Hamilton, à Tatiana e ao Thomas da CPT, por todo o apoio e confiança, permitindo minha participação em suas lutas, que não são poucas e nem fáceis: muita força!!!

Também: à turma da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR) e do projeto GeografAR (UFBA), os quais tive a oportunidade de conhecer e com quem pude compartilhar as angústias da luta dos posseiros.

Ao Secretário do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Barra, Joaquim Dantas, assim como aos Presidente e ex-presidente da APROCANA, Marzinho e Nelson, pelas informações prestadas. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, em Salvador.

Todos foram muito importantes nessa caminhada...

Esta pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo nº 2012/21887-0.

Resumo

A pesquisa desenvolvida refere-se ao processo de modernização, territorialização das relações sociais do capital, no momento atual do planejamento estatal de perspectiva territorial (Territórios de Identidade) no Médio São Francisco, mais precisamente no município de Barra (BA) – comunidades rurais dos Brejos da Barra. As transformações recentes na dinâmica da reprodução do trabalho dos posseiros nessa área envolve um processo no qual o Estado, munido da perspectiva territorial da ação planejada e por meio de outras ações (envolvendo a disposição de benefícios, incentivos, subsídios e regularizações de terra), dissemina e estimula uma série de programas cada vez mais determinantes na reprodução desse posseiro. Isso não é aceito sem crítica, as quais se colocam outras propostas de territorialização, mais voltadas aos desígnios das comunidades envolvidas, mostrando, inclusive, como aquela promoção da permanência transformada do camponês posseiro na terra, mais monetarizada, é, por outro lado, tensionada, justamente pelo Estado quando este viabiliza os meios facilitadores das ações empresariais, ameaçando constantemente os territórios dessas comunidades (impulsionando a mobilização do trabalho), voltados à produção de energia, mineração e agropecuária comercial. Ambos elegem o território como cerne da prática envolvendo um duplo aspecto indissociável: o da constrição e confinamento territorial dos camponeses posseiros. Todo esse recente processo tem, no entanto, uma determinação histórica social violenta de imposição categorial, cada vez mais tornada crítica na modernização, marcada por uma dinâmica contraditória, do desdobramento e generalização das mediações sociais, como trabalho, dinheiro, e mercadoria e Estado, perpassando todos os sujeitos sociais das ações. Por isso, nesta pesquisa, nos voltamos também a sua história de imposição, discutindo a formação dessas categorias sociais, do próprio Estado e do planejamento, para outra vez retornarmos ao momento mais recente, rediscutindo os desdobramentos concretos das relações sociais.

Palavras-chave: Vale do São Francisco; Territorialização do capital; Mobilização e mobilidade do trabalho; Território de Identidade; Modernização e Crise.

Abstract

The developed research refers to the modernization process, understood as the territorialization of capital's social relations, in the present moment of State's planning within the territorial perspective (Territory of Identity Program) at the Medium São Francisco Valley, more precisely at the municipality of Barra/BA – rural communities of the Brejos da Barra (Barra Swamps). Recent transformations of the labor reproduction dynamics of local smallholders unfold a process in which the State – armed with the territorial perspective of planning action and by other actions involving the disposing of benefits, incentives, subsidies, and land regularization – disseminates and stimulates several programs more and more determining smallholders' social reproduction. This has not been accepted without critics. On one hand, the current critics tend to present other proposals of territorialization, more connected to the aims of the involved communities, such as the promotion of land permanence, although more monetized. On the other, they are opposed by the very State once it makes viable the facilities to enterprise actions with plans towards energy production, mining and commercial agriculture, constantly threatening these communities' territories and promoting the labor mobility. Both the State and the critics have elected the territory as the center of their practices involving a double side aspect: that of the constriction and of the territorial confining of smallholders and peasants. Nonetheless, the recent process as a whole has a social and historical violent determination of a categorical imposition, turned even more critical by the modernization, marked by a contradictory dynamics of unfolding and generalizing the social mediations, such as labor, money, commodity and the State, that pass through all the social actors of the related actions. Therefore, in this research we also turn to the history of the imposition of those social mediations, discussing their formation, in order to understand the recent moment as part of the critical concrete unfolding of social relations.

Keywords: São Francisco Valley; Territorialization of capital; Labor Mobilization and Mobility; Territory of Identity; Modernization and Crisis.

Siglas

AATR – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais
APL – Arranjo Produtivo Local
APROCANA – Associação dos Produtores de Cana de Açúcar
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
CEDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEOT – Carta Europeia do Ordenamento do Território
CESAB-SF – Centro de Estudos Socioambiental da Bacia do São Francisco
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODETER –VC – Colegiado do Território de Identidade do Velho Chico
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba
CPT (BA) – Comissão Pastoral da Terra (Bahia)
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS – Departamento de Obras Contra a Seca
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA – Plano estratégico do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBF – Programa Bolsa Família
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT – Política Nacional de Ordenamento Territorial
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTC – Programa Territórios da Cidadania
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - Bahia
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TVA – Tennessee Valley Authority

Lista de mapas

Mapa 01 – Planejamento estatal: Territórios de identidade da Bahia.....	25
Mapa 02 – Municípios do Território de Identidade do Velho Chico.....	26
Mapa 03 – Município de Barra (BA): comunidades brejeiras visitadas em campo.....	29
Mapa 04 – Posses familiares e de uso comum nos Brejos da Barra.....	33
Mapa 05 – Ações estatais e empreendimentos privados no entorno dos Brejos da Barra.....	64
Mapa 06 – Aspectos da territorialização do capital em meados do Século XVIII.....	126
Mapa 07 – Produção do catado nos Brejos da Barra nos anos 1940.....	151
Mapa 08 – Vale do São Francisco: navegação e ferrovias em fins do século XIX e meados do XX.....	176
Mapa 09 – O gado, o catado e as praças comerciais em fins do século XIX e meados do XX.....	177
Mapa 10 – Plano territorial estratégico do MATOPIBA e Zoneamento Ecológico Econômico BA.....	286
Mapa 11 – Regiões Econômicas da Bahia.....	288
Mapa 12 – Territórios de Identidade.....	288
Mapa 13 – Zoneamento Ecológico Econômico.....	288
Mapa 14 – Ações estatais, empreendimentos privados, conflitos e a constrição territorial BA.....	296
Mapa 15 – Ações estatais, empreendimentos privados, e a constrição territorial em Barra (BA).....	297
Mapa 16 – Fazenda Cristo Rei e comunidades brejeiras implicadas	412

Lista de imagens

Imagem A – Visão geral da posição dos Brejos do Eixo do riacho São Gonçalo	59
Imagem B – Diminuição do tamanho das posses de terra no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo.....	59
Imagem C – Diminuição do tamanho das posses de terra no Brejo do São Gonçalo	59

Lista de fotos

Foto 01 – Parte da estrada ligando a sede de Barra aos Brejos do eixo do riacho São Gonçalo.....	32
Foto 02 – Carro de transporte de passageiros e mercadorias quebrado na estrada	32
Foto 03 – Expressiva quantidade de produtos e pessoas a serem transportados em um carro	32
Foto 04 – Condições da estrada no Brejo do eixo do riacho São Gonçalo	32
Foto 05 – Trânsito de carros no Brejo do Mato Escuro	32
Foto 06 – Visão geral: roças de cana e mandioca, fase inicial, no Brejo Cabeceira do São Gonçalo	34
Foto 07 – Roças de abacaxi, mandioca e cana-de-açúcar no Brejo da Ilhota	34
Foto 08 – Roça de cana em dois estágios diferentes no Brejo da Caroeira	35
Foto 09 – O engenho de cana	35
Foto 10 – O beneficiamento da rapadura	35
Foto 11 – A rapadura armazenada	35
Foto 12 – A roça de mandioca	35
Foto 13 – Pasta de mandioca ralada pronta para à prensa	35
Foto 14 – A prensa de mandioca	35
Foto 15 – O “fabrico” da farinha de mandioca	35
Foto 16 – A caatinga em período seco no Brejo do Travessão	36
Foto 17 – A caatinga em tempo chuvoso (“inverno”) no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	36
Foto 18 – Chapadas ou tabuleiros no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	36
Foto 19 – Chapadas ou tabuleiros no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	36

Foto 20 – Beneficiamento do pequi para fabrico do óleo no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	41
Foto 21 – Beneficiamento do pequi para fabrico do óleo no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	41
Foto 22 – Beneficiamento do pequi para fabrico do óleo no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	41
Foto 23 – Bruaca com castanheira, para extração do óleo no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	41
Foto 24 – Saeta: lascas de buriti secando ao sol no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	41
Foto 25 – Bruaca com mangaba coletada na chapada no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	41
Foto 26 – Coleta de lenha com um jumento vindo da caatinga no Brejo do Saco	41
Foto 27 – Engenho de madeira no Brejo da Caroeira	48
Foto 28 – Engenho de madeira no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo	48
Foto 29 – Engenho de ferro no Brejo da Caroeira	48
Foto 30 – Sede da Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 31 – Engenho mecânico na Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 32 – Despolpadeira na Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 33 – Tonéis de cachaça na Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 34 – Rapaduras na Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 35 – Alambique na Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 36 – Polpas de frutas na Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 37 – Cartaz dos produtos na Usina de Processamento de cana e frutas no Brejo da Cachoeira	79
Foto 38 – Etapa do curso ministrado pela CPT-BA e AATR com as lideranças dos Brejos	98
Foto 39 – Etapa do curso ministrado pela CPT-BA e AATR com as lideranças dos Brejos	98
Foto 40 – Mercado Municipal de Barra, Barra (BA)	156

Lista de tabelas

Tabela 01 – Estabelecimentos agropecuários por área ocupada (ha), Barra (BA), 2006	62
Tabela 02 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos Barra (BA), 2006	63
Tabela 03 – Área dos estabelecimentos no Território de Identidade – Velho Chico, 2006.....	63
Tabela 04 – Total aposentadorias e pensões: Brasil, Bahia e Território -VC, 2000 à 2015.....	303
Tabela 05 – Total de beneficiários e valores (R\$ milhões) do PBF, 2010 à 2015	305
Tabela 06 – Beneficiários e valores aproximados (milhões de R\$) Garantia Safra.....	307
Tabela 07 – Pronaf: total de contratos e valores (milhões de R\$), 2010 à 2015.....	309
Tabela 08 – Disponibilidade de recursos à produção agropecuária em geral (bilhões R\$).....	310
Tabela 09 – Evolução dos Créditos Rurais no Brasil. Período de 1970 a 2015.....	312
Tabela 10 – Fontes de recursos, contratos e valores (R\$) Pronaf, jan. 2013 à dez. 2015.....	314
Tabela 11 – Equalizações estatais com o Crédito Rural, 2008-2013.....	316
Tabela 12 – Principais Fontes de Recursos e fins do Crédito Rural, jan. 2013 à dez. 2015.....	317

Lista de figuras

Figura 01 – Carnaubal. Ilustração de Percy Lau (IBGE, 1970)	154
Figura 02 – Coleta do caroá. Ilustração de Percy Lau (IBGE, 1970)	157
Figura 03 – Fonte de Recursos do BNDES. Período de 2010-2015.....	325
Figura 04 – Beneficiários da Dívida Interna, julho de 2013	328
Figura 05 – Domicílios com bens duráveis no período de 2002-2014	333

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1 – Os posseiros dos Brejos da Barra e a ação estatal no Médio São Francisco	22
1. Os posseiros dos Brejos da Barra no Médio São Francisco	23
2. A acentuada diminuição do tamanho das posses de terra nos Brejos.....	55
3. Planejamento, ações estatais e conflitos recentes nos Brejos da Barra	66
3.1 O Distrito Projeto Brejos da Barra e as ações do CODETER-VC	66
3.2 APROCANA e a Associação Brejo do Bonfim: os brejeiros entre o Estado e a ONG	75
3.3 Brejeiros entre o Estado e os grandes proprietários: a usurpação de terras devolutas	86
a) Ameaça recente aos territórios dos posseiros dos Brejos da Barra.....	86
b) Produção de energia eólica e possível conflito associado	94
c) Diante disso... inicia-se a organização para defesa dos territórios!	96
Capítulo 2 – Posição e territorialização das relações sociais no Médio São Francisco	103
1. Aspectos conformadores da territorialização do Médio São Francisco	104
2. Um Roteiro, muitos desdobramentos	115
3. O Sentido inverso da Colonização	128
4. Territorialização do Estado, como territorialização do capital	139
4.1 O reconhecimento do poder local atrelado ao território	139
4.2 O gado e o comércio do catado: autonomização das relações de poder	146
4.3 A resignificação do poder local com a ascensão comércio do catado	165
4.4 Aspectos centrais da transformação qualitativa do poder local	172
Capítulo 3 – O planejamento regional e territorial na institucionalização das ações do Estado	184
1. Breves reflexões sobre o planejamento na autonomização do Estado	185
1.1 Sucintas considerações de alguns aspectos conformadores do campo geográfico no Brasil	192
2. Aspectos históricos do planejamento regional no Vale do São Francisco	201
2.1 A contribuição geográfica aos primórdios do planejamento no São Francisco	210
2.2 O sentido do desenvolvimento do Nordeste	215
2.3 Os planos diretores da SUDENE: transformação do planejamento estatal	223
2.4 A CODEVASF	228
3. Conflitos oriundos do planejamento e outras ações estatais no Vale do São Francisco	233
4. A terra e o trabalho na autonomização do Estado.....	237
5. A perspectiva territorial da ação estatal: influências externas e proposições no Brasil.....	254
5.1 A discussão territorial recente: algumas abordagens geográficas.....	264
5.2 Os Programas Territoriais.....	275
5.3 O ZEE-Bahia e o MATOPIBA: agropecuária, logística, mineração e energia eólica	280
Capítulo 4 – Aspectos atuais da reprodução estatal	300
1. Imbricações gerais das recentes ações estatais	301
1.1 Aspectos financeiros do Pronaf.....	311
1.2 Algumas características recentes do aparato financeiro e monetário estatal	322
2. A territorialização das ações estatais e a simulação de autonomia territorial.....	338
3. Estado e dinheiro na mobilização e crise do trabalho: gestão de crise?	350
4. Trabalho e tempo de trabalho: contradições da forma social de relação	362
4.1 Os posseiros no momento atual da reprodução do capital.....	367
4.2 Reprodução crítica da forma social	383
Considerações finais.....	394
Entrevistados	399
Referências bibliográficas.....	400
Anexos	411

Introdução

As nossas indagações sobre o planejamento e outras ações estatais, tem origem na observação dos processos acompanhados desde a Iniciação Científica, relativos à reprodução do trabalho dos posseiros em Barra (BA), nos povoados rurais dos Brejos da Barra¹. Como modernização, e não falta dela, percebemos as transformações nas relações de trabalho e apropriação da terra, tanto de maneira mais geral, quanto particular, ou seja, estabelecida por esses posseiros na reprodução do trabalho.

No Doutorado, tentamos aprofundar e problematizar alguns aspectos do momento atual da modernização, relativos à mobilização e reprodução do trabalho desses posseiros e às ações estatais, principalmente, de caráter territorial. Nos voltamos, com isso, à territorialização do capital como um processo determinado historicamente, e seus desdobramentos categoriais, enquanto generalização não homogênea das formas sociais de mediação, com caráter cada vez centrado no Estado.

Para uma aproximação concreta, recorreremos à observação da dinâmica cotidiana (totalidade concreta) no Território de Identidade do Velho Chico, especialmente nos povoados rurais do município de Barra (BA), e dos planos e programas estatais propostos e executados no vale do São Francisco, além de outras ações, relativas à própria dinâmica de atuação do Estado, em diferentes momentos, observando a posição e a transformação qualitativa das ações estatais (sendo o planejamento uma delas) historicamente constituídas, conformando o Estado².

¹ A categoria posseiro refere-se ao sujeito social que se apropria e usa porções de terra, a posse, sem ter a propriedade jurídica da mesma. No entanto, para além de denotar essa condição, tal categoria marca a dimensão política e econômica, na qual o posseiro, por meio dessa posse, faz uso de uma fração de terra e reproduz o trabalho, cumprindo com isso a função social da terra. O posseiro, ao mesmo tempo, por suas diversas similaridades relacionais, é um camponês (Chayanov, 1974; 2014); (Shanin, 2005); (Andrade, 2004; 2005); (Tavares dos Santos, 1984); (Martins, 2010); (Oliveira, 1986; 2001); (Sobrinho, 2006). Com as devidas particularidades, esses e muitos outros autores conceituam o camponês e o campesinato, sendo notória a ênfase teórica e política que proporcionam relacionada à luta de classes, luta pela terra, e relações sociais econômicas no campo. No tocante à dimensão territorial desse uso da terra, os dois últimos autores expandem as relações de posse ligadas às benfeitorias e as colocam numa abrangência mais completa de uso do território, ou da fração territorial (Oliveira, 2001). Devido a toda essa similaridade, durante o texto também utilizaremos essa terminologia para tratar de forma mais geral das relações desses sujeitos sociais, adotando, no entanto, o seguinte entendimento: o camponês como a personificação particular da modernização em processo, sujeito sujeitado que tem o acesso à terra como meio de produção (na forma de posse ou propriedade familiar como fração territorial) e, na reprodução do trabalho, estabelece relações de ajuda mútua, obrigação, parceria, trabalho por dia, simultâneas ou sucessivas às de assalariamento. O posseiro é um camponês sem a propriedade jurídica da terra, mas que efetiva sua função social, estabelecendo uma relação um tanto “independente” em relação a um proprietário de terra, diferente de outros camponeses: o agregado, o foreiro, renteiro, entre outros.

² Não conseguimos afirmar um significado único sobre o conceito de Estado. Como o outro do mercado (Kurz, 1994), autonomizado (Marx, 1988) no processo de modernização, o Estado não é um sujeito, mas uma forma, entre outras, da própria forma social de relação. Quando falamos de “seu” papel, ou de “sua” ação, entendemos isso como um duplo, indissociável das contradições do capital, as quais não escapamos,

Com um olhar voltado às mediações sociais mais gerais, incluindo as que nos conectam, como pesquisador-trabalhador aos desdobramentos ocorridos nesses lugares, discutimos algumas contradições processualmente obscurecidas, posicionadas e generalizadas historicamente. Esse recorte (não estanque) pretendeu relacionar os diversos níveis de análise e particulares momentos da totalidade concreta, não como um estágio final de etapas superadas, mas como um processo em crise.

Atualmente, o caráter territorial das ações estatais parece se basear no fato de caber também, cada vez mais ao Estado, a responsabilidade de estimular a participação dos sujeitos sociais no campo – mesclando autonomia, identidade e governança, e, a busca da inseparabilidade entre o produto e produtor – a uma apropriação territorial concreta. Os reunindo idílica e literalmente, por decretos e leis, essa forma de estímulo a autonomia territorial, escamoteia toda violência de imposição das categorias fundantes das relações sociais. Esse caráter, evidenciado no planejamento atual, se entremeia por políticas públicas, ampliando a monetarização e com isso o consumo nas comunidades. Ao mesmo tempo, garante de fato a permanência desses sujeitos na terra, dado o contexto crítico cotidiano, envolvendo a diminuição das posses de terras e a falta de perspectiva posta na migração no contexto atual.

Por outro lado, essa permanência é também expressão da luta cotidiana de diversos movimentos reivindicando terra (território), frente aos grupos empresariais e ao próprio Estado, sendo este último, muitas vezes, o responsável, em ações próprias ou colaborativas com aqueles grupos empresariais, por impor a supressão de terras ou transformação nas relações de trabalho de diversos grupos, principalmente no campo,

e contribuímos, precisando por isso, o tempo todo, em nossa ação, da presença de crítica e, mais que isso, da autocrítica. Por planejamento, também ainda de maneira bastante geral, mas apenas para aproximar de nosso processo de estudo sobre esse conceito, entendemos algo próximo ao proposto por Oliveira (1977): “Marco de um sistema capitalista de produção, a possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto sociais que fundam esse sistema. [...] O que o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia; entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (Oliveira, 1977, p. 24-25). A centralidade deste para o Estado aparece no processo em que o “planejamento regional para o Nordeste do Brasil, desde que o Estado foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia como capital, tornou-se capaz de operar uma mudança da forma do excedente que retornou ao processo produtivo” (Oliveira, 1977, p. 24). Cabe, por fim, destacar outros estudos e pesquisas em elaboração (alguns já concluídos) em teses e dissertações, desenvolvidas na Geografia (da Universidade de São Paulo), sobre essa temática imbricada à discussão regional e mobilidade do trabalho. Entre eles, os de Alves (2006), Toledo (2001; 2008), Boechat (2009; 2014), Leite (2010; 2015) e Kluck (2011).

marcando um momento contraditório de sua atuação. Tal contradição não se relaciona somente a um ponto de vista político, como política da ação estatal, mas, a forma social, posta no próprio processo da reprodução capital, sendo o Estado também uma contradição em processo, uma forma de ser do capital.

Para tratar disso, atentamos ao próprio Estado e à sua formação como processo de territorialização do capital, no qual a autonomização do Estado (Toledo, 2008), assim como a institucionalização de suas ações (Lourau, 1979), como aspectos constitutivos do planejamento, se ligam intimamente à reprodução social, política e econômica dos particulares momentos históricos de sua posição. Portanto, entendendo que a territorialização do capital desdobrou-se e transformou-se, constituindo, autonomizando e generalizando historicamente as suas categorias de mediação social: terra, o trabalho e o capital. E, embora em alguns momentos, estas categorias fossem dotadas da *falta de aparência de autonomia* (Leite, 2015), ainda assim, potencializavam o desdobrar da forma da relação social total³.

Esse imbróglio, por diferentes vias, coloca o território no centro das atenções gerais. Porém, como este não é um dado natural, e sim uma relação social, traz em si contradições da forma social de mediação moderna, e, seja em seu viés estatal, empresarial ou oriundo da luta social, este parece ganhar, por todas estas práticas, transformadas em conceitos e teorias, um caráter de autonomia, escondendo toda a violência da posição da forma social e de suas categorias, como dinheiro, trabalho, mercadoria, embutida em sua conformação e reprodução. Assim, como forma de ser da reprodução crítica do capital, transformado com o desenvolvimento das forças produtivas, a sua territorialização ganha também nova qualificação, cada vez mais crítica, sendo esse um dos processos pesquisados nessa tese.

Esta tese, realizada a partir dos trabalhos de campo, pesquisas documentais e revisão bibliográfica teórica, será exposta em quatro capítulos. Antes, porém, destacamos alguns dos problemas constantes no projeto:

³ “Para que o capital seja uma relação social de dominação, a terra tem que ser uma mercadoria transacionada em um monopólio de classe e, portanto, o trabalhador precisa ser expropriado dos meios de reproduzir sua existência autonomamente. Marx (1986, L. III, Cap. 23) chamou de autonomização a separação entre terra, trabalho e capital: essa pode ser revelada pelo estudo da reprodução material como sendo aparente, somente possível de ser afirmada em razão da propriedade de três fatores de produção – irreduzíveis uns aos outros – geradores de renda da terra, salários e juros. Porém, é a dependência do trabalhador, alicerçada sobre a necessidade de vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção para poder reproduzir-se, que revela a economia como violência. Essa violência econômica, internalizada pelo trabalhador, acaba por se opor à violência extraeconômica, caracterizada pelo padrão jurídico estatal consolidado historicamente” (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014, p. 61).

- a) Se antes, entendendo como atrasada a relação social estabelecida entre os posseiros, o planejamento regional pretendia efetivar a transformação do posseiro em trabalhador assalariado (mobilidade do trabalho)⁴, hoje, no entanto, essa relação é “valorizada” como identidade cultural e territorial, a qual permite e possibilita a reprodução com incentivo, benefício ou subsídio estatal. Por que atualmente torna-se importante ao planejamento ter esse caráter territorial?
- b) A reprodução do trabalho do posseiro, ao invés de configurar uma forma territorial autônoma, não seria um conjunto de momentos particulares da totalidade (o mutirão, a obrigação, a parceria, o trabalho por dia, e o assalariamento, além dos subsídios ou auxílios estatais e créditos) conformando apenas uma autonomização ou autonomia relativa, dado ser particularidade de um processo: a modernização?
- c) Na efetiva territorialização das ações estatais⁵, tornou-se comum estabelecer um caráter identitário entre as relações sociais de produção e a cultura. Em que sentido isso obscurece o caráter crítico contraditório das categorias trabalho, mercadoria e dinheiro (como crédito). Isso se relacionaria a um caráter de crise do trabalho na modernização?
- d) O caráter estatal, aparecendo associado a cada Governo, não poderia ser mais bem problematizado como uma instituição historicamente determinada da modernização, o Estado, em contradição com o mercado?

Esta abrangência de temas e discussões, pertinentes e imbricados a estas questões, com seus desdobramentos reaparecerão difusamente nos capítulos da tese.

No começo do primeiro capítulo, apresentamos a reprodução do trabalho do camponês posseiro e a territorialização das ações estatais no momento atual, partindo das entrevistas e observações dos trabalhos de campo, realizados principalmente, mas não exclusivamente, em 2013 e 2015, no município baiano de Barra (com foco nos Brejos da Barra) pertencente ao Território de Identidade do Velho Chico. Observamos as relações entre as formas da reprodução do trabalho (parceria, ajuda mútua, obrigação, trabalho por dia), o acesso aos programas estatais e a apropriação, fragmentação e supressão da terra (posse e terra de uso comum) envolvendo os posseiros, e o quanto essas se mostram cada vez mais críticas, os colocando numa situação de dependência crescente das formas acessórias de trabalho e de ações estatais, destacando o aumento da monetarização e do consumo.

⁴ Nos termos propostos por Jean Paul de Gaudemar (1977) essa mobilidade do trabalho como processo, envolve uma dupla determinação do trabalho: liberdade positiva do trabalho, pela qual o trabalhador pode dispor livremente de sua força de trabalho como sua mercadoria; liberdade negativa, na qual o trabalhador não tem outra opção senão a de vender sua força de trabalho e disponibilizá-la no mercado, pois, neste processo, fica sem acesso direto aos meios de produção para sua reprodução.

⁵ Por territorialização das ações estatais entendemos tanto o planejamento, quanto as ações legislativas referentes ao trabalho, terra e, ainda, a disposição de subsídios, incentivos e benefícios, em dinheiro ou crédito, fortemente amparados pelo Estado mediando às transformações de ordem infraestrutural e na reprodução do trabalho, mais voltados, mas não só, a determinados territórios, em geral, povoados rurais. Na Bahia, o Programa Territórios de Identidade congrega essas e outras ações estatais. É no Território de Identidade do Velho Chico onde se encontram os povoados rurais dos Brejos da Barra.

Ainda nesse capítulo, discutimos como a diminuição no tamanho das posses de terras familiares e de uso comum, relação contraditória da territorialização do capital (incluindo empreendimentos agropecuários e o Estado), denota ao processo um duplo caráter: a constrição e o confinamento territorial do camponês posseiro⁶. Adiante, trazemos um breve histórico das recentes intervenções estatais territoriais estaduais e federais, evidenciando as do planejamento territorial baiano (os Territórios de Identidade). Enfatizamos as ações do Colegiado do Território do Velho Chico (CODETER-VC) e os projetos desenvolvidos pela Prefeitura e por ONGs locais. E como estes se relacionam também aos recentes programas estatais de subsídios, incentivos e benefícios, incorporados como parte fundamental da reprodução do trabalho (incluindo o fomento a produção para a alimentação escolar e abastecimento com produtos oriundos da agricultura familiar), observando o quanto tudo isso envolveu transformações nas relações entre os posseiros nos Brejos.

Por fim, apresentamos também os aspectos relativos às ações empresariais e estatais recentes que têm gerado conflitos e ameaçam suprimir as posses de terras dos posseiros nos Brejos – como a apropriação das terras de uso comuns por grandes empreendimentos e a produção de energia eólica – e como esse caráter contraditório do Estado se afirma como prática não descolada da reprodução crítica do capital. Ou seja, como, cada vez mais, se coloca como um paradigma ao próprio capital, em ter o Estado, no centro de sua reprodução, ao qual as diversas esferas e grupos sociais, disputam parcelas do fundo público, para garantia de sua reprodução social.

O segundo capítulo, baseou-se nas pesquisas realizadas no Arquivo Público da Bahia e nas entrevistas realizadas em setembro de 2013 e julho de 2015 com os brejeiros, além de uma revisão bibliográfica sobre processo colonial e a difusão do poder local no Médio São Francisco. Nele, analisamos um possível elo entre a territorialização do capital na pecuária – também como um processo violento de imposição do *sentido da colonização* (Prado Jr., 1979) – e a acentuação do comércio no São Francisco. Mostramos como a autonomização das atividades de coleta, extração e agricultura, no entorno da criação de gado se ascenderam ao comércio regional pelo São Francisco, e como isso, devido à sua ligação com o comércio nacional em formação, e

⁶ Por constrição territorial entendemos as relações sociais territorializadas no processo de territorialização do capital, por meio das quais, se impôs violentamente, o modo, a forma e o lugar a ser efetivada a reprodução do trabalho, seja por ação direta ou indireta do mercado e/ou do Estado. Já o confinamento, denota a posição contraditória do gestar de uma situação posta com o processo crítico da reprodução do capital, na qual restam cada vez menos possibilidades à reprodução do trabalho dos posseiros, que não a mediada pelo Estado em determinados lugares.

mundial, impunha uma dinâmica territorial de ocupação dos próprios Brejos, que não se encerrava em si, determinando ainda um jogo de poder que transformou as relações entre terra e trabalho, além da institucionalização do Estado no vale do São Francisco. Ou seja, tratamos da formação do poder local e da autonomização do Estado, discutindo alguns aspectos da colonização e do coronelismo como a reprodução de um sentido de modernização.

No terceiro capítulo, estabelecendo uma ligação processual com o fim do segundo, relativo à autonomização entre o momento de predomínio do poder local regional e o da ação estatal centralizada, principalmente no Médio São Francisco, tratamos dos aspectos historicamente determinados do caráter planejado das ações estatais (a formação histórica do planejamento). Destacamos como isso foi se impondo e se desdobrando no Vale do São Francisco com a criação da Comissão do Vale do São Francisco, ou seja, com o planejamento e a institucionalização estatal.

Também discutimos um caráter particular desse processo voltando o olhar ao papel da Geografia – ao momento inicial do planejamento regional, no qual se imbricaram algumas proposições geográficas com as políticas e planos de desenvolvimento estatal no São Francisco. Momento no qual a região, como conceito em transformação, revelava-se a base para as ações do Estado, desdobradas posteriormente em uma perspectiva territorial.

Atentando Nordeste como um todo, apresentamos os termos do *sentido de desenvolvimento do Nordeste*, em diálogo com as proposições do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, assim, da criação da SUDENE. Voltando outra vez ao Vale do São Francisco, abordamos os aspectos concernentes à criação da CODEVASF (a partir da CVSF) e às consequências do planejamento, referidos ao caráter do planejamento regional e a sua imposição violenta, como mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977) e transformação da terra em mercadoria.

Esse conjunto de relações envolvendo a mobilidade do trabalho e a transformação nas relações de apropriação da terra, também marcaram o momento como o da constrição territorial e da passagem do Estado ao centro da reprodução capitalista, qualificando as categorias sociais de mediação autonomizadas no processo (terra, trabalho e capital), mesmo quando estavam dotadas da *falta de aparência de autonomia* (Leite, 2015). Essa constrição territorial fundamentou-se assim nas ações estatais e empresarias promotoras daquela mobilização do trabalho e constituíram as bases do mercado de terra. Sobre isso, nos voltamos às considerações pertinentes às

transformações, consequências e reações ao processo, refletindo sobre a reprodução do trabalho dos posseiros no Médio São Francisco e nos Brejos da Barra.

Em seguida, ainda nesse capítulo, destacamos a passagem a outro momento da reprodução do capital, no qual o desenvolvimento das forças produtivas e a montagem de um aparato estatal do crédito tornam a relação ainda mais complexa, requalificando as categorias de mediação social: trabalho, terra, mercadoria, dinheiro, entre outras. E como, embora críticas, estas se reproduzem: simulando uma autonomia, configurando o confinamento territorial como prática gestora (ações estatais promovendo, mesmo desigualmente, a monetarização e o incentivo à produção em cadeias, na tentativa de garantir a permanência de posseiros nas terras, frente a opção cada vez mais frustrada desses em garantirem a reprodução do trabalho por meio da migração) da qual o Estado parece não poder se abster, principalmente por meio de planos territoriais, transformando a perspectiva da região planejada⁷. Esta simulação de autonomia, territorialmente posicionada (seja com o planejamento, seja por meio de reivindicações sociais) tem como fundamento as categorias sociais de mediação já autonomizadas no processo social embora não problematizadas. Participa desta posição a Geografia, assim como outros diferentes campos do conhecimento, os quais desenvolvem as possibilidades do planejamento com foco no conceito de território, contribuindo, muitas vezes, para a formulação dessas e outras ações estatais.

Esse conjunto acarreta diversas consequências. Discutimos aqui as mais gerais, relativas às ações estatais recentes, apresentando a territorialização de ações, tanto promovendo as cadeias produtivas e mediando o consumo, quanto, por outro lado, de forma contraditória, ameaçando a disposição dos camponeses em seus territórios, como por exemplo, as iniciativas do planejamento relativas ao MATOPIBA e ZEE-BA. E, representando uma crítica determinada à efetivação dessas e outras ações estatais de planejamento, como a constituição dos Territórios de Identidade na Bahia, apresentamos o ponto de vista da CPT-BA, da AATR e do GeografAR.

No quarto e último capítulo, tentamos estabelecer algumas relações entre o planejamento e as ações estatais de fomento ao desenvolvimento (articuladas ou não com iniciativas da sociedade civil e privadas), empiricamente evidenciados nos Brejos,

⁷ A noção de simulação territorial, aparecendo em diversos momentos da tese, é inspirada na proposição de Debord (1997) sobre o Espetáculo, discutida em seu livro *A sociedade do espetáculo*. Dada sua amplitude e abrangência, destacaríamos como marca dessa ideia de simulação, em nossa discussão, os vários aforismos do capítulo 1 denominado “A separação consumada” e do capítulo 7 “O planejamento do espaço”. Neles se problematiza a representação, a banalização, a autonomia, entre outros, como aspectos que obnubilam as relações ao posicioná-las como realidades aparentes.

com a mais ampla difusão de créditos, subsídios, benefícios e incentivos, voltados à infraestruturação, produção e consumo de mercadorias e reprodução do trabalho, destacadas em textos e documentos oficiais dos recentes planos estatais de desenvolvimento e outras ações.

Aprofundando no questionamento geral das ações estatais, tentamos relacioná-las a uma ideia de Estado gestor de crise, discutindo elementos categoriais de sua conformação no momento atual de implantação das políticas públicas territoriais. Discutimos o quanto isso pode estar relacionado a uma crise estrutural das relações do capital como forma de medição social. E, ainda, a mobilidade do trabalho em seu duplo aspecto (positivo e negativo), como necessidade e dinheiro, vinculando as diferentes facetas que mobilizam os camponeses na modernização, relacionando aos aspectos concretos do campo, sobre a forma social de mediação, retomando aqueles, de sua imposição e os desdobramentos na modernização.

Trata-se da discussão da faceta territorial, cada vez mais central ao planejamento estatal e às reivindicações da sociedade civil organizada (incluindo, associações e movimentos sociais) como um caráter desdobrado também da reprodução crítica do capital, colocando aos camponeses, como possibilidade, o confinamento territorial. Se, nas lutas pela terra, sob a forma da reivindicação de políticas públicas e de regularização da terra, diversas entidades adotam o conceito de território para seu embasamento, esse, no entanto, por outras vias, torna-se programa e ação de Estado. Nesse jogo, ambos recorrem à caracterização dos camponeses e de seus territórios – aspecto conformador de uma simulação de autonomia territorial, na qual ficam obscurecidos os fundamentos categoriais a serem criticados. Tal relação é permeada por outra: o Estado com suas ações, inclusive de apoio as iniciativas empresariais, é o corresponsável pela constrição territorial dos camponeses, embora seja, por outro lado, o viabilizador cada vez mais central de sua reprodução, por via de políticas públicas.

Por fim, abordamos esses aspectos atuais da reprodução do campesinato brejeiro, de um ponto de vista mais teórico, relacionando com outros concretos observados em campo. E concluímos com um olhar voltado ao conjunto, problematizando a reprodução estatal, a qual o Estado se desdobra em diferentes níveis de articulação e ação, na garantia da reprodução capitalista, como sua forma atual.

Capítulo 1

Os posseiros dos Brejos da Barra e a ação estatal no Médio São Francisco

1. Os posseiros dos Brejos da Barra no Médio São Francisco

Neste primeiro capítulo, apresentamos o panorama geral das relações de produção dos posseiros nos Brejos da Barra, no município de Barra, na Bahia, e suas recentes transformações. Problematisamos as ações estatais, entre elas, o planejamento, de perspectiva territorial, destacando sua relação com as formas de apropriação e uso da terra, com o aumento da monetarização, com o trabalho, a migração e a permanência desses posseiros. Além disso, como sentido da permanência desses posseiros em suas diversas facetas conformadoras, remetidas aos momentos históricos e suas transformações qualitativas, revelam um processo de territorialização do capital, com um duplo aspecto: a constrição e o confinamento territorial.

No processo histórico, algumas áreas do Médio São Francisco, apareceram recorrentemente balizando o discurso do atraso e da falta de desenvolvimento, como uma das principais justificativas das ações estatais e de incentivo à iniciativa privada, tanto discursivamente, quanto em determinadas práticas. Dentre essas áreas se encontram, no município de baiano de Barra (em sua zona rural), dezenas de comunidades de posseiros, conformando os denominados Brejos da Barra. Em algumas dessas comunidades realizamos boa parte dos trabalhos de campo.

Em 2010, de acordo com o censo demográfico do IBGE, havia no município 49.325 habitantes. Desses, 26.879 eram residentes na área rural – sendo mais de 16.000 moradores, só nos Brejos da Barra – e, 22.446 residentes na área urbana. Portanto, mais da metade de sua população se encontrava na área rural, exercendo atividades extrativistas e agropecuárias, além de outras, como comércio e serviços.

Nos últimos dez anos, aumentou o número de pessoas dos Brejos com residência também na sede municipal de Barra (principalmente no bairro periférico chamado Subestação), tornada base de apoio para a tentativa inserção dessas no mercado de trabalho ou alcance de uma melhor qualificação profissional⁸. Porém isso, não parece ter modificado o quadro anterior.

Na sede municipal de Barra observa-se a existência de uma agência dos Correios, uma do Banco do Brasil, uma do Banco Bradesco, uma da Caixa Econômica

⁸ Segundo os dados do IBGE (2010), o funcionalismo público foi o setor que mais empregou formalmente em Barra, seguido do comércio e dos serviços, da indústria e da agropecuária. Desse conjunto, o número de trabalhadores *Sem Carteira Assinada*, trabalhadores por *Conta Própria* (auto empreendedores), *Trabalhadores na Produção para Consumo Próprio* e aposentados representavam mais de 80 % dos trabalhadores no Município. O número de desocupados em relação à população considerada economicamente ativa era de 5%.

Federal, uma da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), algumas mercearias e o Mercado Municipal. Mais recentemente (menos de dez anos) ampliaram-se os ramos e sub-ramos dos serviços e do comércio, com uma profusão de lojas – de móveis, roupas, tecidos, óculos, celulares, ferramentas, de produtos industrializados importados de “utilidade” doméstica com “baixos preços” –, de locais de “empréstimo pessoal”, de consultórios dentários, de supermercados, de lanchonetes e de restaurantes. Nota-se também, um maior número de pessoas na sede municipal, oriundas das áreas rurais, principalmente dos Brejos, vendendo mercadorias industrializadas (como CD’s de vídeos, jogos ou músicas, relógios, rádios, roupas) nas calçadas ou em praças (os chamados ambulantes). Esse conjunto sugere um aumento na circulação monetária e financeira, estimulando a dinâmica do emprego na cidade e envolvendo uma mudança no consumo em geral. Tudo isso foi também constantemente relatado pelos moradores.

Essas transformações na sede municipal se relacionam às ocorridas nas áreas rurais deste município, alicerçadas no aumento na monetarização geral, dado as incursões de dinheiro e crédito, através de benefícios, subsídios e incentivos, principalmente do governo Federal, como Pronaf, Garantia Safra, aposentadorias e Bolsa Família. A repercussão disso na reprodução do trabalho dos posseiros nos Brejos da Barra, atrelada a outros processos, entre eles, a ação estatal planejada de incentivo a produção e beneficiamento (com sua compra garantida ou não) de frutas e cana de açúcar, será o mote de discussão desse capítulo.

O município de Barra, conforme as recentes diretrizes do planejamento territorial da Bahia, compõe com outros quinze municípios, o denominado Território de Identidade do Velho Chico⁹, sendo esse território, um dos vinte e sete Territórios de Identidade do estado (mapas 01 e 02).

⁹ Segundo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), constituem o Território de Identidade do Velho Chico, os municípios de: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. E, no Sistema de Informações Territoriais (SIT), encontramos as seguintes informações sobre este Território: a área total é de 46.334,80 Km², sendo a população total do território de 370.102 habitantes, dos quais 197.622 vivem na área rural, correspondendo a 53,40% do total. Destes, 31.256 são agricultores familiares, e, existem 9.227 famílias assentadas, além de 30 comunidades quilombolas e 4 terras indígenas demarcadas. Seu IDH médio é 0,62. Fonte: SIT (www.sit.mda.gov.br).

Segundo essa perspectiva atual do planejamento, as relações implícitas de identidade, no âmbito da cultura e da produção de mercadorias, em cadeias produtivas, existentes entre determinados grupos de municípios, são as justificativas para sua reunião em colegiados (representantes de agências estatais e ONGs), conformando o Território de Identidade. De acordo com a nomenclatura dos territórios, observada rapidamente os mapas acima, percebe-se também outros aspectos, compondo o vínculo de sua identidade, os quais servem de pretexto para inserção do município no grupo de municípios do território: uma bacia hidrográfica, um tipo de produção, um município economicamente mais expressivo, aspectos turísticos, ou mesmo, um fato histórico.

No caso do Velho Chico, o qual mais nos aproximamos, para além do caráter físico-geográfico de pertencer a bacia do rio São Francisco, as diretrizes do Programa Território de Identidade denotaram, em sua caracterização, uma *cultura ribeirinha* (envolvendo as diferentes expressões da vida do ribeirinho, como as danças, os doces, a cerâmica, a extração do mel, produção de cachaça e rapadura, a pesca, entre outras). A identidade, assim, liga-se a uma diversidade de fatores não necessariamente coadunados. Por exemplo, ainda no mapa dos Territórios de Identidade, nos chamou a atenção o território pelo qual a identidade se refere a um produto: o sisal. Nesse sentido, a identidade, para além de um aspecto cultural, refere-se a um produto-mercadoria histórico social, envolvendo assim, outras complexidades em sua conformação.

A identidade territorial, legitimada e reforçada, como caráter de agremiação na classificação estatal, poderia ser problematizada, a partir de algumas perguntas, para as quais, no entanto, não há respostas simples, mas ao menos, críticas:

- a) Não haveria uma base comum categorial de mediação presente, tanto na sua posição como identidade (no processo histórico, reivindicado agora como cultura, produção, modo de vida, apropriação da terra), quanto na dissolução, colocando a necessidade dessa reconstituição estatal da identidade, através da posição e fortalecimento de cadeias produtivas e serviços em geral? Isso não significaria um maior enredamento aos aspectos supressores da identidade, ao invés da superação de sua crise?
- b) Por que, no contexto atual, o Estado assume esse papel de proponente de políticas públicas e planejamento com viés territorial, territorializando suas ações?

A discussão entorno dessas questões permearão o decorrer da tese.

Situada no Território de Identidade do Velho Chico, no município Barra (BA), a área correspondente aos Brejos da Barra tem aproximadamente 200.000 *hectares*, limitados fisiograficamente pelos terrenos de serras (formadores da Serra do Estreito e

do Boqueirão) e pelos terrenos margeantes do rio São Francisco e rio Grande, apresentando características geomorfológicas e hidrográficas bem particulares, com a presença de dunas e veredas de buritis. No mestrado já havíamos destacado os estudos de Barreto *et al.* (1999) e Ab' Saber (2006) sobre as dunas estacionárias dos Brejos da Barra. Segundo este último autor, as formações geomorfológicas dessas dunas alcançam de 100 a 150 metros de altura e se conformam por depósitos de sedimentos arenosos (com milhões de ano de existência), recobertas por vegetação de caatinga e cerrado, entrecortados por veredas de buritis, porções mais úmidas, as quais os posseiros denominam por brejos (Kluck, 2011).

Concentramos os trabalhos de campo nos Brejos da Barra, visitando e permanecendo em algumas das comunidades ou povoados rurais, observando os aspectos concernentes à reprodução do trabalho dos posseiros. Entre essas comunidades, destacamos os Brejos: da Cabeceira do São Gonçalo (a partir de agora destacado como C. do São Gonçalo), da Caroeira, do Barbosa, do São Gonçalo, do Mato Escuro, do Bonfim, do eixo do riacho São Gonçalo, além dos Brejos do Saco, da Cachoeira, da Japira, da Ilhota, da Mutuca, Brejinho, da Umburana, do Campo Alegre, do Limoeiro e do Travessão (mapa 03)¹⁰.

¹⁰ Conformam os Brejos da Barra um conjunto de dezenas comunidades rurais no município de Barra (BA), com algumas características concretas em comum, relativas ao uso e apropriação da terra e relações de trabalho. Em sua pesquisa, Sobrinho (2006) percebeu entre essas comunidades, algumas diferenças vinculadas as diferentes formas de envolvimento e disposição em relação às praças comerciais e sedes municipais, responsáveis segundo ele, junto com o Estado em suas ações, por transformar as expectativas e a própria reprodução tradicional camponesa. Desse modo, ao falar em Brejos da Barra, caberia para ele, sempre a ressalva desse não ser um todo homogêneo, dada as diferenças entre cada comunidade conformadora. Em nosso entendimento, essa ressalva é importante, mas, ainda assim, nessa pesquisa, essas diferenças, como particularidades das comunidades brejeiras visitadas, serão aprofundadas apenas em alguns casos. Nos voltaremos ao caráter particular mais geral da forma de uso e apropriação da terra e relações de trabalho como formas particulares da relação capital, na qual o assalariamento concreto não é predominante e os posseiros em geral são donos de seus meios de produção. Aqui também, os termos lavrador e agricultor, aparecerão compondo os “ofícios” do camponês posseiro (caráter político da reprodução particular) na reprodução do seu trabalho. E, por fim, o termo agricultura familiar, se referirá apenas ao caráter de vínculo de acesso a políticas públicas em geral, tanto do lavrador, agricultor ou posseiro, por vezes compondo a caracterização da forma particular de reprodução. Em julho de 2005, fizemos trabalhos de campo nessa área, ainda para nossa pesquisa de iniciação científica. Nesta oportunidade, tivemos sempre a companhia do agora doutor em Geografia Humana, José de Sousa Sobrinho, com o qual compartilhamos alguns dos trabalhos de campo e entrevistas daquele momento. Depois, no mestrado, realizamos outros em fevereiro de 2006, janeiro de 2009 e outubro de 2010. No doutorado, enfocamos os trabalhos de campo, para Barra e Brejos da Barra, em 2013, nos meses de julho, setembro, outubro e novembro, e, em julho, agosto e novembro de 2015. Durante a tese, aparecerão alguns relatos de moradores das comunidades. No entanto, em alguns casos, dados a delicadeza de determinados assuntos, e para preservação da integridade pessoal dos mesmos, seus nomes foram suprimidos ou trocados.

Nessas comunidades brejeiras o uso da terra e as relações estabelecidas entre os posseiros, compondo a reprodução do seu trabalho, depreendem quase sempre, *experiências dolorosas*, já há algum tempo por nós acompanhadas (Kluck, 2011)¹¹.

Essa reprodução do trabalho – diferente do observado por Andrade (2004; 2005), na Zona da Mata nordestina, baseada na relação entre grandes proprietários de terra e *moradores*, *foreiros* e o *cambão* – é efetivada em posses de terras devolutas no sertão. Não encontramos em campo ou documentalmente, indicio algum remetendo, as relações atuais observadas, às condições descritas pelo autor, e portanto, esses posseiros nos Brejos da Barra, não são *moradores* de outras fazendas, nem devem *foro* ou *cambão*, a nenhum grande ou médio proprietário¹².

Os posseiros nos Brejos dedicam seu tempo a produção agrícola, criação e coleta/extrativismo, além do beneficiamento e da comercialização. As seguintes afirmações de Seu Joaquim, Seu Milão, e Dona Laura, todos do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, ajudam a entender alguns aspectos da apropriação da terra:

Já prantemo a cana, já temo aí tudo. Agora na seca o que pranta aí é a batata, o milho. O milho não dá muita espiga não, porque é pouco os terreno, né não? A gente pranta já junto com a cana. [...] Cê sabe nesse couro aí, foi carregada esta terra daqui, ó (...) agente bota ela lá. Cê não viu aquela água lá [apontando para porção embrejada]? Aí agente vai botando entuio, bagaço de cana, pati, quando tá embrejado aí nós carrega. [...] Aí nós vai calocano ali, onde tá aquela lagoa, nós vai calocano um pau, um garrancho de pau, uma palha de coco e botano a terra [areia] pro cima. [...] Ali vai pubano, vai adobano [adubando] o terreno né não. [...] Quando eu já plantei meu pai já tinha fazido mais da metade, né? Meu pai morou, que chegou aqui o jeito aqui era mata. Mata de luitá mermo, com muito buriti, pau, né não? [...] E hoje, tá no jeitim de prantá, graças a Deus, aí tá no jeitim de prantá. (Seu Joaquim, C. do São Gonçalo, 2005)

Onde fui tirar esta madeira? De longe esses caibo, ó. Veio de longe. Nós passamo o dia todim pra caçar esta madeira na caatinga. Eu mais Joaquim e Brinco. E o Lindomar e o Gilmar carregano no camim. Aqui tem um bom, outro diz: aqui tem outro... quando nós foi chegar aqui foi de tarde, tirano esta madeira e dexemo lá. Deixa ela secá... levemo treis... quatro burro. Levei esta burra minha, Joaquim levou um, Lindomar levou ota, Brinco levou ota e Gilmar... aí truxemo no camim. De longe... na baixa que tem aqui. Essa madeira vei de longe... e é caçado na caatinga, aqui, acolá. Né só dizer assim eu vou entrá e vô cortar não. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2005)

¹¹ Em nossa pesquisa de mestrado, o caráter geral expresso nesta experiência dolorosa, foi atribuído a uma reprodução crítica do trabalho. O aprofundamento na dimensão mais concreta, dada pela experiência, nos ajudará a rever, ao menos em parte, a nossa perspectiva inicialmente tratada naquela oportunidade, abordando de forma menos dedutiva a totalidade concreta em estudo.

¹² Apesar de muitas particularidades, a única situação descrita por ele nessas obras, mais próxima realidade por nós observada, é a do posseiro policultor ou pequeno proprietário, das áreas mais úmidas do Agreste e do Sertão, mais precisamente nos “brejos” e “serras frescas” (Andrade, 2004). Para ele, destas áreas, se originam o chamado *corumbá* (Andrade, 2005), ou, trabalhador migrante temporário de períodos de safra. Nos Brejos estudados, há uma relação parecida com essa, porém em menor proporção e mais difusa. No entanto, os trabalhadores não se direcionam para a produção de cana na Zona da Mata, mas para as fazendas de soja, algodão, sorgo, entre outras, no Oeste baiano, Goiás ou Minas Gerais.

O gado anda no mundo todo. [...] [os posseiros] pode ir lá na chapada, pode ir no meio da caatinga aí. Agora no meio da caatinga de lá, é os outro de lá. [...] Lá [na área que pertence a comunidade] a gente tira, não tem reserva não. A gente pega é aonde tiver o pequi, puçá, mangaba. [...] Nós tira pá cumê. Agora a mangaba num ano pra cá apareceu um comprado aqui, a gente vai lá e tira e vende. (Dona Laura, C. do São Gonçalo, 2005)

Segundo eles, essa organização do trabalho é a “tradição do lugar”. A cada família corresponde uma posse familiar de terra que lhe dá acesso ao uso comum de uma área contígua à sua posse. Conforme Seu Juraci, desse mesmo Brejo, essas terras (a apropriação como um todo) são centrais ao seu cotidiano de posseiro:

Agora na minha mente, no meu juízo, nós não vende uma terra dessa. [...] Tem água, a terra é boa, [...] tem estas fruta muito boa aí, a saeta, tem o buriti, pra todo menino, nós tem os coco, tem coco pra nós cume, tem a fruta que é a manga, tem d’um tudo... tem a cana pru menino chupá, tem a mangaba na caatinga, tem na chapada também cume, tem um tudo, né? Cria os bicho, tem tudo... tem a areazinha de nós tocá os vivente pra lá, a gente soltá. (Seu Juraci, C. do São Gonçalo, 2005)

Apesar dessa fartura descrita, é comum afirmarem a **fraqueza do brejo**, ou seja, que suas terras não são boas para o plantio e requerem muito trabalho. A busca da madeira para fazer a casa ou parte do engenho, além da “produção do solo”, descritas mais acima, mostram algumas das dificuldades enfrentadas por esses posseiros: seja, relacionada a uma maior dedicação a produção agrícola no tocante a “produção do solo” para plantio e a outras atividades – como a extração, coleta, caça e a criação de gado na caatinga –, seja, pelo baixo preço alcançado no mercado, por suas mercadorias – não auferindo praticamente quase nenhuma renda complementar, para adquirir outros produtos, servindo em geral ao pagamento dos custos de produção.

Sob o sol causticante executam diversas atividades – as quais nomeiam de labuta, zelo, cuidado, sofrimento, fraqueza – envolvendo o trato de animais, coleta, caça e extração, o cultivo e beneficiamento das roças e de sua produção, além do transporte e da comercialização – carregando pessoalmente por dentro das caatingas e areias quentes, por meio de mulas, ou, pagando o frete por veículos – exigindo um alto custo e espoliando bastante o brejeiro, tanto pelo preço, quanto pelas condições das estradas e veículos. Um morador da Cabeceira do São Gonçalo relata o quanto o transporte da produção pela caatinga para as feiras não era fácil,

a bruaca roçando brbrbr... [na caatinga], caminhava toda feira para Xique-Xique, pra dar de comer a estes filhos. Carga de cachaça, rapadura, pequi, jumento deitando... chuva, escuro, jumento perdido... eu não gosto nem de lembrar, mas lembro e conto, que é pra mostrar aos menino que hoje eles tão na boa... quem sofreu foi eu, de pé... lá pra Ibiraba, pra pegar a canoa... gás [querosene], isqueiro... Ia pra feira na segunda, a gente saía dois dias antes. Também era feirão, chegava lá o povo comprava rapadura, coco, laranja, comprava de tudo que você levasse. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2006)

Alguns ainda fazem esse percurso, porém, hoje, predomina o transporte por carros. A seguir, nas fotos abaixo, destacamos as condições das estradas e dos meios de transporte mais utilizados, em épocas diferentes do ano, nos quais se nota o abarrotamento de mercadorias e passageiros (fotos 1 a 5).

Fotos de 1 a 5 – Fotos acima: à esquerda, estrada ligando sede de Barra aos Brejos do eixo São Gonçalo, em set. de 2013. Ao centro: carro de transporte de passageiros e mercadorias, quebrado na mesma estrada. À direita: carro e expressiva quantidade de produtos e pessoas transportadas. Fotos abaixo, à esquerda: estrada no Brejo São Gonçalo. À direita: trânsito de carros no Brejo do Mato Escuro, out. de 2010, Barra (BA). Autor: Erick Kluck.

A dificuldade do acesso às praças comerciais de Barra (BA), Ibiraba (distrito de Barra) e Xique-Xique (BA), presente nas entrevistas com os brejeiros, contribuem para as experiências de sofrimento¹³.

A apropriação da terra, diante do observado e a partir de entrevistas em campo, se caracteriza pela imbricação de duas formas: a **posse familiar**¹⁴ e o **uso comum da terra** (mapa 04).

¹³ Algumas das entrevistas e observações foram realizadas em conjunto com José de Sousa Sobrinho, amigo e pesquisador, que defendeu em 2006 o mestrado sobre a reprodução camponesa nos Brejos da Barra. E, outras descrições dessas relações também constam em nosso mestrado, Kluck (2011).

¹⁴ A posse familiar se refere ao estabelecimento de benfeitorias – pequenas roças, oficinas e casa – em uma porção de terra, sem o título de propriedade. Essa terra, em geral é, perante a legislação de terras, considerada devoluta. Sua ocupação e uso só são permitidos nessas condições, sendo o *posseiro* a pessoa que tem a posse. No entanto, recentemente se discute a necessidade de ampliar o conceito de posse, à relação com outras áreas atreladas, configurando um território sob o domínio e uso do posseiro. Contribuindo para essa discussão, existem diversas pesquisas: Sobrinho (2012); produção do grupo de pesquisa GeografAR; teses e dissertações da UFBA, entre outras.

Mapa 04 – Posses Familiares e Terras de uso comum nos Brejos da Barra

No mapa acima, apresentamos uma visão geral da situação das comunidades brejeiras, na qual se nota a posse familiar em comparação com as terras de uso comum. A desproporção entre elas é imensa, mas justificada pelo seguinte motivo: somente nas porções familiares se encontra a água e um solo (turfoso), onde estabelecem a agricultura. Já nas porções de uso comum, áreas mais extensas, a predominância é de caatingas (chapadas e tabuleiros), muito secas e com solos arenosos, inviabilizando o uso para agricultura, porém, servindo em muito a criação de gado e ao extrativismo.

Os posseiros se territorializam em ambas as porções de terra de maneira interdependente. A primeira, posse familiar da terra, situa-se na porção mais úmida (próxima as margens dos riachos), tem em média, menos de 01 *ha* e é denominada **brejo**. Nesta porção se encontra a casa de morada, e, é onde efetivam as roças, de milho, feijão, banana, melancia, pequenas hortas (com legumes e hortaliças), cana-de-açúcar e mandioca, variando em quantidade e diversidade. Nesta, cultivam algumas árvores frutíferas como o coco, a manga, a laranja, o limão, a pinha, entre outras. A depender das condições econômicas da família, nesta porção se dispõem benfeitorias: o cocho, a prensa, a oficina de farinha, o alambique e o engenho (de madeira ou ferro, movido ou não à eletricidade). Aí são realizadas também as atividades artesanais e de beneficiamento da cana-de-açúcar, da mandioca, do buriti, do pequi e da castanheira, e ainda, criações de animais, como galinhas, e, por vezes porcos (fotos de 06 a 15).

Fotos 6 e 7 – Foto da esquerda: visão geral de roças de cana e mandioca, ainda em fase inicial de plantio, em uma posse, na Cabeceira do São Gonçalo, em Outubro de 2010. Foto da direita: roças de abacaxi, à frente, e mandioca e de cana-de-açúcar ao fundo, em uma posse familiar no Brejo da Ilhota, em setembro de 2013. Barra (BA). Autor: Erick Kluck.

Fotos de 8 a 15 – Fotos à esquerda (de cima para baixo): roça de cana em dois estágios diferentes; engenho de cana; beneficiamento da rapadura; rapadura armazenada. Fotos à direita (de cima para baixo): roça de mandioca; pasta de mandioca ralada para na prensa; prensa; “fabríco” da farinha de mandioca. Brejo da Caroeira, em setembro de 2013. Barra (BA). Autor: Erick Kluck.

A segunda é a porção de terra na qual a apropriação é efetivada de forma comum, ou seja, é a porção de terra pertencente ao conjunto de famílias da comunidade. Sua dimensão em comparação com a posse familiar é muito grande (em geral de mais de 3.000 *ha* por comunidade), e, é chamada por eles de **caatinga** (área na qual mencionam subdivisões, como as chapadas e os tabuleiros). O uso dessa área pode ser realizado por todos moradores do povoado, existindo, no entanto, regras estabelecidas pelo costume, quanto à forma e intensidade desse uso. Nesta criam o gado, principalmente bovino, e outros animais, sendo eventualmente efetivada a atividade de caça para alimentação direta – do veado, paca, tatupeba, cutia ou caxinguelê, aves etc. – e de extração de madeiras, lenhas, resinas, caroá e mel, extratos medicinais, pequis, tucuns e frutas – mangaba, jenipapo, entre outros.

Dessas, a atividade mais central, é a criação do gado, na qual investem dinheiro (espécie de poupança), garantindo recursos para futuras necessidades como: a compra de terra, a realização de um casamento, o tratamento médico em outra cidade, ou mesmo para suportar períodos longos de seca¹⁵. Em geral compra-se o chamado garrote (bezerro) soltando-o nessas áreas de caatinga e chapadas, onde se alimentam e cresçam (fotos de 16 a 19). Assim, quase sem nenhum dispêndio efetivo com sua criação, após um tempo, esse pode ser vendido por um preço mais alto, em relação ao preço do garrote.

Fotos de 16 a 19 – Fotos à esquerda: acima, caatinga em período seco, set. de 2013, Brejo do Travessão. Abaixo, caatinga, tempo chuvoso (“inverno”). Fotos à direita: acima e abaixo, chapada ou tabuleiro, Brejo da C. do São Gonçalo, em jan. de 2009. Barra (BA). Autor: Erick Kluck.

¹⁵ O contrário também é válido: quando “sobra” algum dinheiro - por exemplo, de uma boa venda de cachaça, rapadura ou mesmo de parte de sua terra - investem outra vez na compra de gado.

O resultado alcançado após beneficiamento da produção, realizado nessas áreas, em conjunto (familiares e comuns), pode ser, ou consumido diretamente, ou em parte ser destinado à venda, seja em feiras de Xique-Xique, Ibiraba e Barra, seja, no próprio Brejo. Apesar da centralidade desse assunto para a tese, a observação e análise dessa dinâmica da produção, será tratada em outros momentos. Por enquanto, continuaremos a descrever mais alguns aspectos das relações.

O agrupamento de algumas posses e suas respectivas áreas comuns constituem, portanto, uma comunidade, na qual em geral todos tem graus de parentesco muito próximos. As comunidades com essas características quase sempre adotam um nome basilar inicial: Brejo. De maneira geral, essas formas de apropriação da terra, com algumas particularidades, têm predominado, tanto em Barra, quanto em outros municípios do Território de Identidade do Velho Chico¹⁶.

Os posseiros dos Brejos, brejeiros, recorrem ao trabalho dos integrantes da família para efetivação das atividades, e quando esse não é suficiente, estabelecem outras relações que, excetuando-se a migração, envolvem seus vizinhos. Entre elas destacam-se: a *parceria*, a *obrigação*, o *mutirão*, a venda do dia de serviço (diária)¹⁷. Nas três primeiras, o dinheiro (moeda) não é a mediação central, já na última, ele aparece mediando o trabalho.

Alguns exemplos tornam-se necessários: a construção de uma casa de adobe, ou mesmo de palha, assim como, o beneficiamento da mandioca, requer muitas pessoas

¹⁶ Podemos encontrar referências sobre essas comunidades em nossa dissertação de mestrado Kluck (2011) e na de Sobrinho (2006), autor de um importante estudo sobre elas, onde mostra, tanto o processo histórico de ocupação, quanto a dinâmica da reprodução e *des-envolvimento*, tornando-se um importante documento sobre a existência e permanência dessas comunidades. Também, nos estudos do grupo de pesquisa de pós-graduação da UFBA, o GeorgrafAR, existe um material bastante diverso e abrangente sobre outras comunidades no Médio São Francisco.

¹⁷ A *parceria* ocorre quando, numa associação, em geral por afinidade e parentesco, uma das partes entra na produção como detentor dos meios de produção e a outra com o trabalho. O resultado não se transforma explicitamente em salário e lucro, mas em rendimento em produto ou dinheiro, para o primeiro e produto para o segundo, dividido de acordo com a produção em partes iguais (na *meia*), ou terça parte (na *terça*). A *parceria* como relação social se aproxima do identificado por Candido (2001) quando tratou dos caipiras do estado de São Paulo. Ainda sobre esta relação Oliveira (1986) faz referência, tratado-a como própria da reprodução camponesa. A *obrigação*, em alguns casos chamada de *troca de dia de serviço*, ocorre quando um trabalhador disponibiliza seu tempo em atividades para outro, retribuídas em “favor” por este, quando necessário. Pierson (1972) identificou tais formas de relação em alguns povoados do vale do rio São Francisco as quais chamou de *ajuda mútua*. Em ambas as associações, na *parceria* e na *obrigação*, a remuneração direta pelo trabalho não é exercida. Aqui, essa relação em especial, é entendida num sentido parecido, mas não idêntico com o qual Antonio Candido tratou o *mutirão* (Candido, 2001, p. 87). No caso do *mutirão*, tanto em São Paulo, quanto nos Brejos, não há de forma nenhuma uma remuneração em dinheiro, e é realizada do grupo para o indivíduo, e não de indivíduo para indivíduo, como a *obrigação*. Por fim, tanto a *obrigação*, quanto a venda do dia de serviço, aparecem nos Brejos também como *ajuda*. No entanto, a mais próxima da obrigação, se refere a uma troca de dia de serviço, não remunerada. Já a *ajuda* é paga, tendo como base a venda do dia de serviço (não incorrendo em retribuição pelo serviço prestado com ou outro serviço).

para o trabalho. Por isso, em geral (apesar de hoje em dia ser mais raro), recorrem ao *mutirão*, ou seja, a execução, por um grupo de posseiros, da mesma tarefa em cada posse dos moradores envolvidos no grupo.

Já o dispositivo da *obrigação* é uma relação de indivíduo para indivíduo. Por exemplo, na moagem da cana para fazer cachaça e rapadura, onde, por vezes, é necessário uma ou duas pessoas a mais para o serviço. Nesse caso, ao invés de contratar um diarista, se recorre a um vizinho ou parente. E, ao receber essa ajuda, a pessoa fica obrigada a ajudar, em outro momento, a quem lhe serviu.

A *parceria* nos Brejos foi observada em algumas oportunidades, tanto no momento do beneficiamento da cana de açúcar e da mandioca, quanto no próprio plantio e cultivo das mesmas. Trata-se de uma relação onde o pagamento pelo uso do meio de produção (terra, engenho, oficina, etc.) decorre da entrega – em geral, metade, a *meia* (50%) – do produto, ou dinheiro referido a esse, ao seu dono.

Estas formas possibilitam a reprodução do trabalho do posseiro sem a disponibilização de dinheiro, se estabelecendo entre os “fracos” e “fortes” (pessoas com piores ou melhores condições econômicas) da comunidade. Sendo, segundo eles, esta comunidade como um todo, entendida como “fraca” devido aos solos arenosos, às constantes secas, as diminutas posses de roças e a falta de pasto.

A outra forma, pela qual tentam suprir a demanda por trabalho, com vizinhos, nos casos de intensa atividade (associada a uma falta de pessoas da família para o trabalho), é a do pagamento do diarista. Segundo dona Agripina, do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, é comum recorrerem ao trabalho de diaristas quando se tem poucas pessoas da própria família para trabalhar, e quando ninguém se apresenta, na relação de *obrigação*. No entanto, isso amplia ainda mais os custos dessa produção, e, conforme ela diz, já é sempre “pouco valorizada”:

Porque a moagem labuta com muita coisa, a farinha labuta com muita gente. Aí paga [diarista]. Agora a gente tendo muita gente dá pra fazer tudo. Agora, tem deles que tem pouca gente, uns já foi embora, outros não tem mermo... num tem filho... do jeito que tem é ajudar. [...] Compensa nada fio, só é trabai... ninguém dar valor o trabai da gente aqui, não dar valor... num valoriza o cá gente tem. Faiz aí, vende por nada por minxaria. A rapadura, 50 rapadura, quande tá boa, vende uma por um real, dois... faiz cinqüenta conto. Quande caba de pagar a passage, chega aqui, num chega cum nada. Num dá resultado a gente não. A gente trabaia porque já nasceu e criou aqui, mas não dá resultado pra gente não. (Dona Agripina, C. do São Gonçalo, 2005)

No Brejo de São Gonçalo, o Seu Valdésio também atenta a um alto custo de produção, devido a necessidade de incluir, pessoas para trabalhar como diarista:

A produção mais aqui é da cana. É, faz a cachaça. E aí segundo a manga. Mais nós temos os dois problemas com a cana. Sobre a venda da cachaça,

que é muito fraca. Ela começa bem. As vezes nós produz a cana aí a gente gasta muito as despesas da cana. As despesas dela é totalmente comprida [alta], as despesas da cana. Quando você... até ela chegar o ponto de moer, até chegar o ponto de se apurar ela, você gasta muito. Às vezes quando você acaba de apurar, é você às vezes nem... ela chega ao ponto que a gente se for analisar, a gente é porque não leva tudo em conta. Que se fosse calcular ela, as despesas que gasta com ela, até chegar o ponto da produção, de você colher ela, fica alto o custo. Você tem que mexer com muita coisa. [...] desde o começo do plantio à colheita. Aí na colheita você tem que ter pessoas para trabalhar. Aí você começa mexer, antes de você começar produzir, é colher ela, você tem que... se não tiver o boi, se não tiver condições, tem que comprar o boi, aí tem que comprar o alambique, se não tiver tem que comprar o tambor. (Seu Valdésio, São Gonçalo, 2005)

Essa característica do trabalho por dia, de ser necessário quando da falta de pessoas da família para o trabalho, precisa ser relacionada a alguns importantes aspectos: a diminuição do tamanho das posses de terras, a migração e a dinâmica sazonal das atividades dos brejeiros. Também, ao momento atual da ampliação da mediação pelo dinheiro (moeda), conformando uma maior monetarização das relações sociais, devido, entre outras coisas, aos incentivos, subsídios (à produção), benefícios estatais (bolsas e aposentadorias) e o acesso aos créditos.

Esse conjunto de relações pudemos acompanhar em campo: por um lado, o trabalho por dia se tornou mais requerido pelos produtores de cana e mandioca, quando os mais jovens de suas famílias se ausentavam – ou, com a escolarização (vinculada ao recebimento de bolsas e mesmo incentivo a uma mudança de vida) ou, pelo assalariamento fora dos Brejos¹⁸. Por outro lado, ele foi negado, pois o preço, relativo às diárias, devidas por esses dias de serviço, sofreram um aumento progressivo e desproporcional nos últimos anos, aumentando muito os custos de sua utilização¹⁹. Segundo eles, como muitos hoje em dia, tem acesso aos Programas (Garantia Safra, Bolsa Família, Pronaf), ninguém quer trabalhar por pouco, pois, de alguma forma, até mesmo os posseiros com pouquíssima terra, teoricamente mais propensos a

¹⁸ Referindo-se a escolarização, um morador do Brejo da Caroeira reclamava, por utilizar parte do dinheiro recebido do Bolsa Família, na contratação de diaristas para as roças, pois, para sua família obter esse benefício, os mais jovens deveriam ter frequência escolar, e, assim, diminuir sua participação nos trabalhos na roça. Recentemente as escolas das comunidades ganharam novas salas. Antes tinham só Fundamental I, agora têm Fundamental II e uma delas no eixo do São Gonçalo, tem o Ensino Médio à distância. Até o ano 2000, segundo os mais antigos, não haviam escolas formais, mas só professores leigos, os quais eles mesmos pagavam. A crescente preocupação com a profissionalização para inserção no mercado de trabalho, diferente do trabalho na roça, levou a um aumento na busca por escolarização.

¹⁹ Acompanhamos essa variação desde 2005, quando estava entorno de R\$ 5,00, passando à R\$ 8,00 em 2009, à R\$ 15,00 em 2010, à R\$ 40,00 em 2013, e em 2015 está em R\$ 50,00. Este inflacionamento do preço das diárias, tem relação também com a migração, pois, conforme os próprios moradores, ao se diminuir o número de pessoas passíveis de disponibilizar sua força de trabalho, seja na ajuda, ou mesmo no trabalho por dia, o preço da diária aumenta.

disponibilizar sua força de trabalho como diarista para complemento de sua renda, têm garantido o mínimo da sua reprodução cotidiana, com o dinheiro recebido do Estado.

Essa contradição posta em prática no próprio processo, tem como “pano fundo”, a ampliação da monetarização. O *mutirão* e a *obrigação*, ainda presentes, poderiam ser uma alternativa, mas, tem cada vez menos expressividade. Ou seja, não entram como substitutivo dessa relação, sendo, o dinheiro, tornado cada vez mais central. Segundo seu Domingos, do Brejo do Barbosa, isso se deve ao fato das pessoas quererem utilizar esse tempo, antes destinado ao *mutirão* ou a *obrigação*, para conseguir dinheiro, em geral fora dos Brejos, para comprar moto, ir às festas, comprar celular, reformar a casa.

No Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, outro posseiro, já em 2006, percebia algo semelhante, quando relacionou a “falta de vontade” para o trabalho, referida aos mais jovens, quando da “aumentada” monetarização da família pela aposentadoria dos mais velhos. Identificou ainda, como estes viviam às suas custas, inclusive para comprar roupas e ir às festas.

No entanto, apesar do ligeiro aumento da monetarização dos posseiros, nos Brejos visitados, notamos, de forma geral, como os integrantes das famílias continuavam se desdobrando entre muitas atividades (mais e menos intensas), ligadas a roça, extração, coleta, caça, beneficiamento, comercialização. Entre essas estavam:

- a) A plantação, zelo, colheita e o beneficiamento da cana-de-açúcar, para produção de rapadura e cachaça;
- b) A plantação, zelo, colheita e o beneficiamento da mandioca, para a produção de biju, polvilho e farinha de mandioca;
- c) A catação da manga e do coco, para venda aos atravessadores;
- d) O beneficiamento do fruto do buriti (saeta), para produção de farinha;
- e) A coleta, extração, caça e o beneficiamento de produtos da caatinga (chapadas e tabuleiros): a castanheira, pequi, tucum, mangaba, lenha, madeiras, resinas, mel, veado, tatu, cotia, entre outros (fotos de 20 a 26);
- f) Os tratos aos animais: porcos, bodes, galinhas, jumentos, mulas e cavalos;
- g) A lida com o boi, organizando as áreas de bebedouros e de disposição do sal, além de sua recolha na caatinga (das áreas de uso comum) para as mangas (pequenos pastos cercados) nos brejos ou para as margens do rio São Francisco, em determinadas épocas do ano para engorda;
- h) A adubação e composição do solo para cultivo das roças;
- i) O zelo, cultivo e colheita das hortas e roças em geral;
- j) De forma menos frequente: consertos e construção de casas, ranchos, cercas, oficinas, cozinhas, banheiros, cacimbas (para obtenção de água), poços, caminhos, picadas, instrumentos de trabalho (engenhos, componentes das oficinas, bruacas, cangalhas, etc.);

- k) A busca de formação escolar (por vezes atrelados diretamente ao recebimento de benefícios) junto com a capacitação e formação em cursos técnicos, ambas voltadas à busca por inserção no mercado de trabalho em geral fora dos Brejos;
- l) O trabalho assalariado ou por dia de serviço fora dos Brejos, para composição da renda familiar;
- m) Empreendimentos: como o de transporte de passageiros e de alunos, bares e ainda bem raro, mercearias.

Fotos de 20 a 26 – Fotos acima: apresentam o beneficiamento do pequi para fabrico do óleo. Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, em janeiro de 2009. Foto abaixo (esquerda): mostra uma bruaca com castanheira, para extração do óleo. Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, em setembro de 2013. Foto seguinte (à direita dessa) mostra a saeta, lascas de buriti secando ao sol. Foto seguinte (à direita dessa): mostra uma bruaca com mangaba coletada na chapada, Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, em outubro de 2010. Foto seguinte (à direita dessa): mostra a coleta de lenha com um jumento vindo da caatinga, setembro de 2013, Brejo do Saco. Barra (BA). Autor: Erick Kluck.

Como se pode perceber, nesse conjunto de atividades laborativas executadas durante o ano, há uma relação de indissociabilidade entre os usos e apropriações das duas áreas anteriormente mencionadas: a posse familiar e a terra de uso comum (caatingas, tabuleiros e chapadas). Uma apropriação depende em muito da outra, estão interligadas, e, a supressão de uma dessas áreas tornaria impossível a reprodução do seu trabalho, na forma como ele é organizado²⁰.

Essa descrição geral, apesar de mostrar uma grande diversidade de atividades da reprodução do trabalho dos posseiros, é apenas uma ligeira aproximação. A sua realidade cotidiana é ainda mais complexa, dada na relação dessa intensa gama de atividades com recentes transformações em sua dinâmica: a ampliação do consumo e da monetarização; as transformações na infraestrutura energética, de transportes e

²⁰ Ver Sobrinho (2006) e Kluck (2011).

educacional; a diminuição das áreas de posses; e, as tensões com empreendimentos que tentam usurpar as terras familiares e comuns desses posseiros.

Nos últimos anos essas transformações, com forte aporte estatal, tem sido significativas, levando ao aumento da monetarização e modificando o acesso dos posseiros ao consumo de mercadorias, expressando mudanças qualitativas em seu cotidiano. Para uma melhor observação disso, precisamos atentar aos indícios. Os comentários a seguir, do Seu Anjo e do Seu Lino, ambos do Brejo da Caroeira, são interessantes por mostrar um pouco do processo histórico da monetarização em relação ao tipo de produção, transformação nas relações de trabalho, e participação estatal:

[antes] você fazia uma carga de rapadura e tinha vezes, que ia pro rio [mercado às margens do rio São Francisco] e que se não trocasse com um peixe, ou com outra coisa, não rendia dinheiro. O dinheiro era difícil... e aí o trenzinho mais de saída que o povo nunca deixava de usar, sempre toda uma vida, era o caroá e a resina, porque a resina eles usavam para fazer grude pra colar a barca e essas coisas, ela tinha saída... e o caroá, para fazer rede, esses aí sempre nós vendia bastante, o povo deixava sempre de plantar cana, pra modo o caroá, para tirar o caroá, tirar a resina e tirar a malva, que era o dinheirinho que arranjava mais ligeiro. E desta cana não tinha dinheiro, o dinheiro desta cana era mixo... era pouco, não tinha saída... hoje, pensou que não a cana foi aumentando [...] e hoje você não acha um homem nem pra mover um jumento. Os terrenos tá tudo manso, todo mundo amansou sua propriedade. (Seu Anjo, Caroeira, 2013)

E, seu Lino do Brejo da Caroeira:

[Antes] comia o cervo, a cutia, sem comprá, comendo do mato. [Outro morador se aproximou e disse:] chegou o cartão [do Cidadão] e cutia foi embora. [E o primeiro continuou] eu tenho uma filha que tira R\$ 400,00 [somando a renda dos cartões que tem]. O homem pra trabalhá... na cana tira [compra] uns dois bezerros e vai botando para o mato, num vai melhorando? Tá melhorando por isso, comendo o cartãozinho, o dinheiro de Lula, e comprando o bezerrinho do pé de cana, da manga, tem o dinheiro da manga, da farinha, do buriti, às vezes eu compro dois ou três bezerros da saeta ou mais, tá melhorando é assim, é desse jeito, e, de primeiro não tinha nada, não tinha aposento, o primeiro homem que aposentou foi meu pai. Foi, aí enricou! Pois, como eu sou aposentado mais essa [esposa] os filhos não morrem de fome, que eu não deixo. E hoje em dia não tá precisando eu dá, pois cada um tem seu cartão. [Acessa] uma roupa melhor, uma geladerinha para beber água fria, móveis bons. Todo mundo enricou, todo mundo: antes a cama era de ripa de buriti, [e] colchão hoje nem chia. (Lino, Caroeira, 2013)

Junto a essa modificação no acesso ao dinheiro, a implantação de estradas e da rede elétrica, transformou bastante as relações entre os brejeiros, e, destes com as praças comerciais mais próximas, principalmente, por propiciar o aumento da frequência das suas viagens, com intuito de comprar ou vender mercadorias²¹.

²¹ Também, o aumento dos próprios atravessadores, mais frequentes nos Brejos. Conforme os moradores das comunidades visitadas, a abertura de novas estradas e o aumento na frequência das viagens por essas, facilitou a venda de seus produtos e a compra de mercadorias. Também, o aumento dos empresários de Irecê comprando rapadura diretamente nos Brejos para suas fábricas de doces, pagando R\$ 5,00 cada (a carga, contendo 50 rapaduras sai por R\$ 250,00), permite uma economia com transporte. Outro posseiro

Isso por um lado, segundo os posseiros dos Brejos do riacho São Gonçalo, diminuiu a sua *penosidade* ou o *sofrimento*, marcados pelas dificuldades em se transportar, levando em média dois dias de travessia pelas caatingas e chapadas, por meio de mulas, dezenas de quilos de diferentes produtos (entre eles a pesada rapadura²²) para chegar a Barra ou Xique-Xique. Por outro, no entanto, ao recorrerem aos carros de frete utilizados nessas novas estradas, aumentaram os custos, pois, ao terem de se deslocar para as feiras na cidade, são espoliados tanto na ida, ao levarem a carga para vender (da qual precisam deduzir os custos da passagem), quanto na volta, quando trazem as mercadorias compradas na cidade (já com menos dinheiro, gasto também com a passagem de volta aos Brejos). Muitos dizem ser quase tudo para o transporte.

Ainda assim, em termos gerais, a monetarização aumentada, ao “facilitar” o acesso aos “novos” bens de consumo tornou, segundo eles, o cotidiano mais cômodo: geladeira, televisor, rádio, fogão, sofá, cama, entre outros, como poços com bombas para captação de água. Um importantíssimo aspecto, para além do conforto, se relaciona a acentuada diminuição da mortalidade infantil e da desnutrição, associada à implementação desses programas estatais. Além disso, muitos brejeiros têm investido na reforma das casas, colocando revestimentos de pisos e azulejos, e, instalando o banheiro. É notória a maior quantidade de bares, nos quais tem prevalecido a venda de cerveja e conhaques, além de fichas de jogos como *bilhar* e *pebolim*.

Diferentes objetos, principalmente entre os mais jovens, estão também mais presentes: aparelhos de telefone celular (mesmo não tendo sinal nos Brejos) os quais utilizam para ouvir músicas; “mini-rádios” com cartão de memória; bonés, moletons e tênis. Também houve um aumento no número de veículos em circulação – como motocicletas, caminhonetes, furgões (para o transporte de alunos e professores às escolas e outros passageiros, as feiras nas sedes municipais e distritos)²³.

relata que negociantes de Brotas de Macaúbas (BA), outro município baiano, vêm aos Brejos para comprar cachaça e rapadura. Além desses produtos, outros, de coleta ou extração, como a manga, a mangaba, o pequi, a resina, o coco e a lenha, também são comprados diretamente nos Brejos.

²² A carga de rapadura pesa cerca de 100kg, sem contar a bruaca – recipiente de couro para transporte.

²³ Ao se problematizar o aumento do consumo ou transformações da sociedade, não estamos defendendo romanticamente seu estancamento, uma volta ao passado, e nem deixando de reconhecer que parte desse consumo aumentado se relaciona diretamente a possibilidade real de uma garantia alimentar básica, que contribui para a diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil. Mas, trata-se de problematizar as transformações, relacionadas a um processo mais amplo, no e para além do objeto. As discussões entorno da sociedade do espetáculo e da indústria cultural, colocadas e problematizadas pelo grupo dos *Situacionistas*, por Henri Lefebvre e por Theodor W. Adorno, em muito ajudam a compreensão de forma essencialmente crítica desses aspectos. Isso também se relaciona profundamente com o caráter da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977).

Um morador do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, ainda em 2010, percebia essas mudanças, principalmente em relação ao consumo dos mais jovens, conforme relatamos em nossa dissertação (Kluck, 2011), retomada aqui:

tá barato de vestir roupa. Muitos [jovens] não trabalham, e só querem andar assim [bem arrumados]. Estão com o cartão [do Cidadão] e tacam na cerveja, não plantam coisa da roça, moderno [jovem] que tem toda força, leva o cartão pra Barra, compra carne e farinha. E se botasse na roça cada vez mais, não aumentava as coisas? Mas muitos não qué, tá na boa do cartão, todo mês tem aquele dinheiro, o aposento do pai dando ao filho. E se eles juntassem mais na roça pra crescer? [...] Os mais modernos não vem pra roça não, tem medo de sol... aqui não forma uma batata, por que não planta... O jovem quer andar bem vestido, bem *lord*, bem comido. Não comprem roupa de R\$ 1,50 comprem é de R\$ 40,00. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010)

No entanto, todas essas transformações não estão descoladas de um processo mais geral da reprodução do capital na atualidade, a qual todos nos envolvemos. Afinal, as mudanças no acesso a determinados bens de consumo e acesso ao crédito, foi proporcionado, a todos nós, brejeiros e pesquisadores, e, mesmo auto empreendedores. A “inserção” dos brejeiros na dinâmica deste “novo consumo” não é, portanto, uma exclusividade de suas condições de posseiros, mas está posta para muitos na sociedade, como possibilidade. E por isso, não podemos deixar de problematizá-la, como uma “via de mão dupla”, plena de contradições.

Em todos os casos observados em nossos trabalhos de campo – na produção agrícola e beneficiamento, na extração ou na criação – o brejeiro recorre, a depender de suas condições e necessidades, para compor a reprodução do trabalho em sua posse, aos serviços de terceiros, pagos por dia ou mesmo, à sua própria disposição como assalariado, nos próprios brejos, e, principalmente, fora deles. Entre as atividades mais comuns estão: a de “zelar” ou “colocar” as roças, para pessoas com mais terras; transporte de mercadorias, alunos e outros passageiros em carros ou motos; a de capinar as plantações de algodão ou soja nos municípios baianos de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães; a de pintor, segurança, mecânico, repositor, balconista, doméstica, em Barra (BA), Guarulhos (SP), São Paulo (SP) ou São José dos Campos (SP), entre outras.

Em geral, os jovens solteiros são os migrantes mais comum dos Brejos, tanto os homens, quanto as mulheres. Segundo o Seu Manuel, é bastante comum os jovens quererem sair dos Brejos para se assalariarem nas cidades, no entanto, cada vez mais, São Paulo e Brasília, por exemplo, parecem deixar de ser a referência para alguns deles:

muitos deles saem e só voltam quando compensa... eu tenho uns filhos aqui que tão tudo doido para ir embora para Brasília... a primeira vez que ele foi ele passou um ano e seis meses... trabalhando com gesso... São Paulo e Brasília, por aí a fora, já foi bom meu irmão... no tempo de outrora, que o povo era mais pouco, São Paulo virou caminho de roça. Quando pensa que o

baiano tá aqui, tá ali em São Paulo, quando pensa que tá em São Paulo, tá aqui. As coisas que existiam antigamente, de melhor lá em São Paulo e Brasília, hoje acabou, você vê essas fazendas para aqui [Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e Norte de Minas]. Os homens tão ganhando mais dinheiro que em Brasília e em São Paulo. (Seu Manuel, Caroeira, 2015)

A frequência da migração a partir dos Brejos, para estudo e trabalho, é frequente, ocorrendo, no entanto, muitos retornos (após quatro ou seis meses fora), principalmente na época de intensificação das atividades, as quais sua família necessita de ajuda, aproveitando assim, esse momento, para moer a cana (utilizada na produção de cachaça e rapadura), colher a mandioca (para fazer farinha), entre outras atividades.

Um jovem morador do Brejo do Barbosa, afirma trabalhar cerca de seis meses nos Brejos e os outros seis no “norte de Minas Gerais”, capinando nas plantações de soja. Garante sua reprodução, em uma parte do ano, com assalariamento, outra com seguro desemprego (quando está de volta ao Brejo, vivendo com sua família, trabalhando na roça de seu pai)²⁴. Diz não se acostumar a ficar em um só lugar. Também, desse mesmo Brejo, muitos moradores jovens trabalham em Luís Eduardo Magalhães (BA) na capina de plantações de soja e algodão, recebendo cerca de R\$ 1.000,00 mês, e, assim como aquele jovem, depois de seis meses voltam com seguro desemprego, para casa dos pais aos quais ajudam no plantio de mandioca e moagem da cana para fabricação da cachaça e rapadura. Com o dinheiro economizado, das 45 horas semanais trabalhadas durante esse período fora do Brejo, alguns, ao retornarem aos Brejos, compram pequenas braças de terra, reformam ou constroem casas, financiam motos e “gastam” nas festas, etc.

Por serem posseiros, além de manterem as posses familiares (mesmo com sua drástica diminuição se tamanho), ainda garantem o acesso a alguns auxílios, benefícios, ou subsídios, utilizados em sua reprodução do trabalho, assim como, o parco dinheiro economizado a partir do salário. Tudo isso reflete um aumento da monetarização e das diferentes formas empreendidas para a satisfação de diversas necessidades – aumentadas nos últimos anos, incluindo aí, aparelhos eletrônicos, motos, reforma de casas, roupas e calçados “da moda”, entre outros.

²⁴ E, quando são dispensados desses empregos, usufruem também do seguro desemprego. Até o ano de 2015, o seguro desemprego podia ser solicitado pela primeira vez, após 6 meses consecutivos de trabalho com carteira assinada. Porém, com a implementação da Lei 13.134/15, a regra mudou. Para ter acesso ao primeiro seguro desemprego, o trabalhador terá de comprovar ter trabalhado 12 meses nos últimos 18 meses. Para acessar o seguro pela segunda vez, há uma carência de 9 meses e pela terceira vez, a carência é de 6 meses. Essas mudanças, poderão acarretar transformações na dinâmica do posseiro migrante dos brejos. No entanto, por serem essas muito recentes, não acompanhamos todos os seus desdobramentos.

Esses aspectos do aumento da monetarização envolvem os brejeiros em diferentes atividades, os remetendo as experiências dolorosas. Migrar, por si só, já representa um momento doloroso. O trabalho executado nessas empreitadas espoliam bastante os brejeiros, com horas extras necessárias para compensar os baixos salários e altos custos da alimentação disponível nos ambientes de trabalho²⁵.

A migração assim, em geral, aparece relacionada à busca individual por incremento de renda, formação e qualificação profissional, satisfação de consumo aumentado, e, também, ainda mais frequente, e cada vez mais central, ao processo de diminuição tamanho das posses e roças.

Este último aspecto gera, em muitos brejeiros, a constante vontade de abandonar de vez a produção nas roças, vender o resto de sua terra e ir embora. No entanto, isso não se efetiva de maneira generalizada, pois, a própria terra, para além do fato de ser um “patrimônio” familiar (tradicionalmente mantida), e, de hoje, ser mais difícil encontrar trabalho em outros lugares, torna-se também um meio necessário para o acesso ao dinheiro, disponível através de políticas públicas, colaborando (ou até garantindo) a reprodução do trabalho do posseiro, seja no consumo ou para investimento através de créditos, subsídios, incentivos ou benefícios estatais. Outra vez, o Seu Manuel do Brejo da Caroeira, nos ajuda nessa questão. Segundo ele,

Aqui é bem pouco os que progride roça para esse feijão e arroz... antigamente o povo plantava muito arroz aqui nessas terras, mas hoje o governo enchendo o povo do dinheiro, desde pequeno e até pra mãe, então nem os pais de família querem trabalhar... deixou de plantar o arroz, o mantimento, e vão comprar na cidade, mas roça ali embaixo não tem não, deixaram de plantar porque tá tendo o dinheiro para comprar no comercio, porque antes, mesmo que comprasse, era pouca coisa, hoje não, vem é sacaria de arroz, feijão, milho, tudo para aqui... os invernos estão fracos. [...] a maioria das coisa que você vê na casa do pessoal é tudo a prestação, que depois desta prestação pra cá foi todo mundo... e tem gente que passa o ano esperando o dinheiro da prestação o dono da loja lá, “não, eu espero daqui um ano”... “você vai me pagando a tanto por mês” tem casa aí que para entrar tem que se com jeito, senão derruba as coisas, tudo de coisa de prestação... aqui se não fosse coisas dessas lojas com essas saídas para cá para os brejos da gente aqui ninguém tinha nada não moço... só de dinheiro, do fruto da roça... não tinha nada não... meu irmão, a roça não tá quase dando nem para a gente se manter... por causa da falta do inverno... se brincar não dá para se manter... o governo, como já lhe falei, tá dando dinheiro pro povo, né? Se não fosse o governo, Deus primeiramente e depois o governo, a maioria tava aí é morrendo de fome. (Seu Manuel, Caroeira, 2015)

²⁵ Nenhum brejeiro nos relatou situações de maus tratos ou “prisão” por dívida no local de trabalho. No entanto, há diversos documentos sobre tais fatos, ocorridos em algumas fazendas na região para a qual esses brejeiros costumam migrar. Diante disso, a CPT elaborou uma cartilha sobre o “trabalho escravo” (relacionada à situação de escravidão por dívida) para uma campanha no Oeste da Bahia.

Trata-se de uma experiência dolorosa encoberta pelo acesso ao dinheiro, tornado cada vez mais necessário. Apesar disso, o mesmo senhor afirma ser preciso ter cautela e não abandonar de vez suas roças:

saiu esse projeto da safra [Garantia Safra], para o lavrador, né? Foi um projeto muito bom... para quem foi aprovado tirou um dinheiro... pouco, mas serve... e assim mesmo eu não paro com meus serviços não... a gente não deve esquecer da roça só por isso não... “ah! Não vou trabalhar não, tenho garantia safra e minha mulher tem o bolsa família, vou trabalhar pouco”... não, vamos trabalhar na roça, porque essa é o que temos. (Seu Manuel, Caroeira, 2015)

A diminuição do tamanho das posses é um aspecto central de todo esse processo, pois, leva a uma diminuição das roças, e esta, baixa a demanda por trabalhadores (tornados mais caros, na relação com a baixa remuneração alcançada por essas roças diminutas, e por dois outros processos já vistos: migração e presença de dinheiro estatal). Ao mesmo tempo, esse posseiro, não abandona a posse, tendo nessa a garantia da pequena produção e o recebimento de benefícios estatais. Ou seja, algo menos penoso em relação à migração definitiva para as cidades, que já não os comportam.

O Estado nesta situação tem um papel fundamental: a garantia da permanência na posse, com estas e outras ações recentes, como implementação de arranjos produtivos e (em alguns casos) regularizações fundiárias. Porém, como veremos, contraditoriamente, ele conforma o processo geral capitalista, no qual o posseiro perde, ou tem cada vez mais constrangida suas possibilidades de reprodução. E, assim estes, com as suas posses de terras diminuídas, cada vez mais se tornam necessitados do Estado – que, por meio daquelas ações, evita ou gesta, o alcance de uma situação crítica, apesar de sempre dolorosa, com a qual corroborou fundamentalmente.

Um morador mais velho, do Brejo da C. do São Gonçalo, já em 2006, se mostrava preocupado, sobre o abandono da roça em função das “novidades” – no caso ao invés do dinheiro do “governo”, a questão era a “chegada” da energia elétrica:

o bonito é nós ir pra roça, pra plantar as coisas pra nós cume, alimenta nós. Não é olhar pra luz, e olhar pra televisão e gravador, o bonito é a roça pra nós ter o nosso comer da roça, não pode esquecer de nossa santa roça, esta pode se dizer que é santa roça, nós planta a mandioca, a batata, a cana, o feijão, o milho, o arroz, tudo pra nós alimenta, esta que dá força ni nós. Dizem que estas coisas [a energia elétrica] é só para gastar dinheiro. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2006)

Já segundo o Seu Odenilson, do Brejo da Caroeira, haveria ainda outra questão envolvida na problemática da chegada da energia elétrica. Para ele, tanto as conversas em volta da fogueira, quanto às *ajudas* aos vizinhos, estavam bastante modificadas:

Acabou... [agora] é a luz da TV e da energia... já não tem a palestra com os vizinhos... não tem diálogo entre a comunidade... agora o pessoal fica dentro de casa, a televisão chamou mais o povo... mudou muita coisa [...] outra coisa

que mudou foi o compartilhar... lá em casa mesmo ainda partilha, minha mulher compartilha muito com os vizinhos perto... dá alguma coisa... mas a tradição vai acabar... tô sentindo na pele... ninguém ajeitou mais nada pra ninguém... tá tudo individual... cada quem, cada quem... aí tá ruim, né? por que, o dinheiro entrou mais um pouquinho, nas condições, aí deu pra comprar o feijão, o arroz, e o café e o óleo... já não vai na casa de fulano... já não vai caçá [buscar] e nem vai leva... geralmente quando não tinha ia caçá lá, depois dizia ó meu amigo chegou, vinha e trazia, compartilhava, a comunidade inteira... na semana santa desde quarta, era sacola pra riba e pra baixo neste brejo, era fartura... agora, na semana santa é contada as pessoas que vai com a esmola pra dar à alguém. (Seu Odenilson, Caroceira, 2010)

Essas transformações tendem a ocorrer também no âmbito da produção, modificando a relação do dispêndio de tempo, depreendido para determinadas produções. Vislumbrando uma diminuição desse dispêndio, no caso, bastante alta, para muitos brejeiros, algumas atividades deveriam ser substituídas por outras, de mais fácil produção e com as quais garantiriam um maior retorno em dinheiro. Seu Odenilson, também nos ajuda nessa questão: a dificuldade em plantar, por exemplo, o arroz (por custar muito tempo de trabalho), poderia ser evitada plantando algo mais fácil (como a cana) pois, segundo ele, o custo benefício seria comparativamente melhor. Assim, “pois tem outra coisa fácil pra prantar que ele pode tirar o dinheiro pra comprar o arroz... por que não tá muito caro...” (Seu Odenilson, Caroceira, 2010).

Nesse sentido, alguns posseiros tem adquirido máquinas e ferramentas agrícolas, como arados, forrageiras, engenhos, etc., substituindo ou compondo com os antigos, de madeira, na tentativa de diminuir o tempo de trabalho e até mesmo a quantidade de pessoas envolvidas na produção (fotos 27 a 29).

Fotos 27 a 29 – Engenhos de madeira: à esquerda (acima) julho de 2006 e esquerda (abaixo), setembro de 2013. Engenho de ferro (à direita), setembro de 2013. Respectivamente: Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Brejo da Caroceira. Barra (BA). Autor: Erick Kluck.

Sobre a compra e os benefícios do engenho de ferro, seu Milão relatou:

É, quando comprei esse engenho de ferro o rapaz antes veio deixar aqui [veio de Vitória da Conquista]... queria fazer rolo nos bois de engenho... meu menino falou não faz rolo não, seu engenho [de madeira] ainda está bom... outra vez o rapaz voltou e falou que o engenho não voltava... deixou e levou meu nome... daí paguei pelo banco... em duas prestações. [...] e este ano [...] só meu menino moeu... a garapa sai logo de carrada... era de repente e a gente moía dois tachos e um alambique... aumentou a produção e melhorou o adubo pro terreno. Agora esse ano eu vou botar uns meeiros aí nas roças... se o Lindomar for embora [filho que quer ir pra São Paulo]. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010)

Essa transformação na produção depende, no entanto, das condições e expectativas de cada família, pois, não são instrumentos de baixo custo, necessitando, dividir o pagamento em parcelas, recorrer à venda de bois (de acordo com o equipamento a ser adquirido) ou mesmo uma parte da terra para tal incremento.

No caso da tomada de empréstimos, junto ao banco ou financeiras (mais presentes em Barra) para incrementos à produção, outra vez seu Milão, nos apresenta a sua estratégia compartilhada também por outros. Conforme nos mostrava, ainda em nosso mestrado (Kluck, 2011), de vez em quando recorre a empréstimos, mesmo com os juros, juntando a “tradição” e o aumento da monetarização por via do crédito:

eu já fiz duas vezes [empréstimos]... nós compramos dois garrotes... da outra vez foi o engenho... a mulher fez... comprou dois garrotes... tirou R\$ 1.400,00... o garrote a gente bota ele no pasto... não demora ele dá o dinheiro... você compra ele por R\$ 500,00, como eu comprei dois por R\$ 1.000,00 e só um já botaram [ofereceram] R\$ 1.200,00 já recuperou o dinheiro do empréstimo... o povo diz que não é vantagem, mas recupera... você compra por exemplo... já não tão comprando garrotinho de R\$ 200,00 ou R\$ 300,00... aí você faz um empréstimo de R\$ 1.000,00 ou mil e tanto... aí emprega em garrote e joga ele aí no pasto, Deus dando a chuva... e quando for dois anos você já rendeu... já recuperou... o povo ta fazendo isso pra render... tem gente que faz empréstimo compra dois ou três... e aí vai transferindo, pra render, se aquele crescer, se vender um compra três garrotes... ali mesmo tem um homem, que gosta de passar aí, fez um empréstimo comprou um boi e deu o boi em quatro garrotes... e os garrotes vão crescendo e daqui uns dias tá de cinco a dez... se você fica com ele lá no banco? ... o dinheiro é pra gente movimentá... Deus dá o dinheiro é pra movimentá ele... pois se deixar parado ele não rende nada... eu desde de pequeno que luto com coisa... eu tenho uma coisa e aí eu a emprego... eu digo aos meus filhos, mas eles não sabem muitas vezes jogá... o Brinco [Juracy] já sabe jogá, ele e a mulher dele é muito ativa. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010) (Kluck, 2011)

Para além de ter de recorrer ao crédito, a associação entre os moradores, se torna uma alternativa, ao rebaixamento dos custos de produção (e esperança de um aumento no preço alcançado por sua venda) e, ao fato, de cada família ter cada vez menos terra. Trataremos mais desse aspecto no item 3, relacionando-o inclusive com o planejamento estatal atual. Porém, aqui apenas apresentamos rapidamente as primeiras iniciativas.

A Associação dos Produtores de Cana dos Brejos da Barra (APROCANA) foi uma iniciativa dos produtores do Brejo do Mato Escuro, surgida em 2003 para tentar limitar as vantagens dos atravessadores e transformar o processo produtivo, incluindo uma renovação nos maquinários e formas de armazenamento. Segundo o ex-presidente da APROCANA, a ideia era reunir os produtores de cana, para juntos beneficiarem seus produtos em um só lugar, estabelecer um padrão de embalagem e qualidade, como marca do produto brejeiro. Isso porque, um produtor de cachaça, de fora dos brejos, havia proposto para alguns brejeiros se associassem na produção da cana, garantindo a compra para fazer cachaça em sua usina. Divergindo dessa ideia, de se submeter a um produtor-atravessador, 63 moradores das comunidades brejeiras se associaram para efetuar o processo produtivo como um todo. Buscaram recursos junto ao Estado para montar uma usina nos Brejos, eliminando assim esse potencial atravessador²⁶. Nem por isso, segundo ele, toda a produção do brejeiro estaria vinculada a essa usina de beneficiamento de frutas e cana. Seria necessário estabelecer cotas máximas para cada produtor enviar a associação somente uma parte da produção. Caso contrário, poderiam “ficar à míngua” se houvesse demora em conseguir um bom preço para a cachaça ou outros produtos no mercado.

Essa iniciativa se desdobrou, assim, de uma necessidade real percebida por eles no sentido de aprimorar a produtividade, eliminar o atravessador, um reconhecimento social de seu trabalho, algo solicitado ao mercado, buscando uma melhor inserção na concorrência geral e assim aumentar seus recursos²⁷.

Portanto, para se conseguir os recursos necessários (principalmente alimentares) à reprodução do trabalho na posse, os brejeiros parecem depender, cada vez mais, do dinheiro dos filhos migrantes; das aposentadorias; do crédito pessoal; do assalariamento e trabalho por dia, dentro e fora dos brejos; da participação em associações de produtores; além dos já citados auxílios, benefícios e subsídios estatais. E como tudo isso, implica em experiências dolorosas, a reprodução familiar brejeira parece tornar-se, apesar do acesso a um melhor conforto, mais crítica (Kluck, 2011), pois além de depender muito do trabalho acessório (Tavares dos Santos, 1984; Oliveira, 1986) –

²⁶ Somente em 2013 a usina de beneficiamento de cana frutas e derivados foi inaugurada, já sob os auspícios de uma territorialização das ações estatais como veremos adiante.

²⁷ Essa iniciativa pode, de fato, aumentar o preço do produto em um momento inicial, pois hoje está muito abaixo do preço de mercado de uma cachaça artesanal. No entanto, ao aprofundarem suas relações no mercado, mudará a relação entre os próprios brejeiros e sua produção? A garantia da manutenção nesse mercado, requer a melhoria constante na produtividade, diante disso, quais seriam os custos sociais?

outra forma da autoexploração – depende ainda, ou não tem mais como não depender, do Estado, em seus diferentes níveis e propostas de ação²⁸.

Tratamos até agora dessa reprodução do trabalho do posseiro, destacando de forma bastante genérica, as relações estabelecidas na produção. No entanto, essa dinâmica pode ser mais esmiuçada e inter-relacionada.

Se entendemos essa produção, visando a reprodução, dividida em momentos indissociáveis, o da produção para consumo direto (parte do feijão, milho, rapadura, mandioca, cebola, hortaliças entre outras, além de pequenas criações, caça e os que são derivados do extrativismo) e produção para a venda, resta ainda por indagar, outros aspectos não menos indissociáveis: a roupa limpa para vestir, a feitura comida, o cuidar e educar as crianças, o lavar a louça, o buscar a água e a lenha, o zelar da horta, o jogo, a brincadeira e até o amor, entre outras coisas.

Esses aspectos, relegados tradicionalmente às mulheres aparecem ou como atributos apenas tradicionais, ou como traços culturais (quase sempre associados a uma natureza do tradicional). Assim, em geral, são desconsiderados como componentes da reprodução familiar camponesa, dado o caráter patriarcal da relação. Ou seja, no qual é central o papel do homem na reprodução familiar, responsável pela mediação com o comerciante, nas feiras ou em casa, da produção principal, com a qual se adquire dinheiro e outras mercadorias. No entanto, aqueles “atributos” não podem deixar de existir, correndo o risco de tudo sucumbir. Assim, mesmo apagados na relação, a ela é essencial, perpassando toda a unidade familiar: eles compõem a forma social de mediação posta no processo histórico constitutivo das relações sociais modernas envolvendo comerciantes, posseiros, proprietários de terra, em uma única trama, apesar de suas particularidades.

Assim, esses “atributos”, componentes essenciais da relação camponesa, cada vez mais, podem se transformar, com o aumento da monetarização geral, em esferas separadas e alcançáveis pela mediação pelo dinheiro. Por exemplo, o cuidar das crianças, pode ser realizado por outra pessoa que não seja da família; a escola pode cuidar do educar; a água pode ser trazida por bomba e tubulação; a lenha pode ser substituída pelo gás GLP; a TV substitui o jogo e o amor, se inserindo no meio social

²⁸ Para além disso, o acesso aos novos produtos gerou novas expectativas e necessidades, e como já ressaltamos, o conforto das casas e transportes. Todo esse conjunto compõe o cerne da relação entre a objetivação, de algo a se alcançar para cumprir os desígnios de ser um “cidadão” com “qualidade de vida” (medido pelo acesso à coisas), e a subjetivação, mais precisamente, o quanto nos qualificamos pelas coisas consumidas. Esse é um caráter social historicamente determinado e não natural.

familiar; a roupa e louça lavada, além da comida, pode passar a ser tarefa de uma pessoa de fora da família. Tudo isso, são as possibilidades dadas pela mediação do dinheiro, acessadas quando necessário.

Parece sem importância tentar alçar esse nível de detalhe, em um estudo sobre a reprodução do trabalho do posseiro, marcada pelas coisas produzidas para venda e para o consumo próprio, ou seja, no qual interessa a discussão sobre a capacidade ou não da reprodução dos posseiros, com ajuda ou não do Estado ou do mercado. Porém, ao contrário, esse é um aspecto também central.

Uma transformação nessas relações indica sempre uma atitude diferente de todo o grupo familiar pois, o gasto ou “economia”, de tempo e de dinheiro ou produto, se relaciona a essa dimensão escondida da reprodução. Aumentar ou diminuir a capacidade de produção para consumo próprio, passa diretamente por essas relações, pois, envolvem a quantidade de pessoas disponíveis para as mesmas, ou a capacidade de realização das atividades necessárias à sua efetivação.

Esse aspecto revela o quanto as atividades relegadas as mulheres, e por assim dizer, elas mesmas, são subjugadas, numa relação posta, na qual só tem “valor” a atividade efetivada pelo homem. E, tanto faria, de certo modo, se o papel de cada um nessa relação fosse invertido, pois a sociabilidade foi assim historicamente constituída, e assim, se reproduz, tendo a dissolução dessa diferença, de vir junto com a dissolução da forma social constitutiva, e não apenas, a inversão de quem subjugava quem!

Portanto, a reprodução do trabalho do posseiro nos Brejos tem se transformado com a monetarização e isso tem relação direta com as ações estatais, tanto infraestruturais (estradas energia, educacionais e produtivas), quanto financeiras (auxílios, benefícios, subsídios, créditos). E, como vimos acima, não só ao nível mais expressivo, como, também, nas relações mais profundas.

Recapitularemos os principais pontos destacados, para em seguida passarmos a questão da constante diminuição do tamanho das posses de terras como um dos aspectos centrais da reprodução do trabalho dos posseiros nos brejos.

Como uma dinâmica geral, os posseiros utilizam quase sempre, o dinheiro oriundo da produção de cachaça, rapadura, farinha de mandioca, para a compra de gado, ferramentas, motores, bombas d'água, eletrodomésticos, móveis, reforma da casa, e se possível motocicleta²⁹. No entanto, todo esse conjunto conforma parte da reprodução, e

²⁹ O termo utilizado pelo posseiro quando se refere ao dinheiro ganho com a comercialização e usada para comprar principalmente aquilo o não produzido é: **recursar**.

depende, cada vez mais, do dinheiro originado das políticas públicas. A maioria dos posseiros entrevistados afirmou ter acesso a elas, como Pronaf, Garantia Safra, Bolsa Família, garantindo assim sua permanência na terra³⁰. Afirmam ser comum, por exemplo, muitos utilizarem o dinheiro do Pronaf na compra de gado (como poupança) ou mesmo motocicletas, entre outros objetos, não permitindo seu reinvestimento em empreendimento produtivo. Esse fato, junto a outro, relacionado ao baixo preço alcançado por suas mercadorias, muitas vezes impossibilitando um bom retorno, dificulta a quitação de sua dívida e impede outros empréstimos estatais.

Já o dinheiro do Programa Bolsa Família, é utilizado pela maioria das famílias para garantir, pela compra em feiras e mercados na cidade, o básico da alimentação (como arroz, feijão, sal, óleo, etc.). As atividades relacionadas à produção desses alimentos não fornecem diretamente dinheiro, e consomem boa parte do tempo.

Portanto, alegando ser alto o dispêndio de energia e tempo para essa produção (aliado a necessidade de trabalhadores) em relação ao seu baixo preço no mercado (dado seu poder de compra ter aumentado um pouco com o benefício), justificam a adoção de tal aumento das compras na cidade. Além disso, incluem nessa conta, a diminuição do tamanho das posses familiares, envolvendo diretamente a diminuição das roças. Antes, a maior parte do cultivo das roças de sua posse, era para o consumo próprio, agora é comprada nos mercados e feiras das cidades. Segundo seu Domingos do Brejo do Barbosa, como o cartão garante uma boa compra de alimentos, os brejeiros deixam de plantar, e assim, “Barra é quem põe o preço das coisas como feijão, arroz, milho” (Seu Domingos, Barbosa, 2013)³¹.

E, ao mesmo tempo, em porções cada vez maiores (dentro dos limites de sua posse) suas terras são destinadas à plantação de cana e mandioca, as quais beneficiam para obter cachaça, rapadura e farinha de mandioca³². Pois, segundo eles, daí “extraem o recurso” utilizado para comprar, por exemplo, os eletrodomésticos, móveis (geralmente a prazo) e, além disso, outros instrumentos de trabalho e, parte do pagamento de diaristas ou trabalho por empreitada. A cana e a mandioca fornecem um

³⁰ Ou, a permanência garante o recebimento de renda, sendo essa uma alternativa contraditoriamente posta revelando uma das facetas do momento atual com participação fundamental do Estado no consumo com a disponibilização de dinheiro (moeda e crédito)?

³¹ Nem tudo se tornou plantio de cana e mandioca, algo improvável, pois, em muitos casos, há o plantio e o cultivo de plantas associadas a cana e a mandioca, como por exemplo, o feijão e o milho. Porém, outras coisas como arroz, legumes e hortaliças, tiveram uma baixa em sua produção, em várias comunidades.

³² Uma das queixas comuns, é a demora em se produzir a cachaça e rapadura (cerca de um ano) e seu parco resultado (apenas oito cargas) com as quais conseguem um rendimento bruto anual de R\$ 2.000,00 - os fazendo viver em constante endividamento.

recurso (renda em dinheiro) relativamente mais alto comparadas às outras atividades, como coleta/extração, realizadas durante o ano.

A compra dos alimentos básicos (feijão, arroz, sal, óleo) e de outros: enlatados, refrigerantes, bolachas, macarrão, salgadinhos, etc., torna-se mais comum, “bastando” ter dinheiro. Para isso, ou precisam ter uma fonte de renda, como aposentadoria, assalariamento fora dos Brejos, benefícios, incentivos, auxílios, recebimento de diária, e/ou, necessitam dinamizar a produção, com a qual conseguem algum dinheiro no mercado, incluindo aí tanto, a produção de cana e mandioca, quanto os produtos derivados da extração e coleta, beneficiados ou não.

Como atualmente se verifica, houve um aumento do consumo desses produtos (não produzidos diretamente por eles), e para garantir isso, cada vez mais, se envolvem em atividades que lhes renda algum dinheiro, com o qual possam acessá-los. Todo o produzido, para além do consumo próprio, torna-se passível de venda, porque os gastos aumentam. Um bom exemplo nos traz o Seu Odenilson, do Brejo da Caroeira, afirmando que até o coco, o qual nem adubou, ele vende:

Veio um cara do telefone [técnico de manutenção de linha] e falou: quanto é a água de coco? Eu disse, rapaz, você quer muito? Quero um pouco muito. Se for muito, a gente vende, se for pouco não vende não. Mas, quanto é mesmo... eu disse, um coco é um real. Pode derrubar dez cocos então. Dei os dez cocos e ganhei dez reais... já vou pagar um quilo de arroz, ou um dia de serviço, ou um quilo de carne... lá na Barra um cara pediu para que eu levasse coco, mas eu disse, não dá não, vai acabar com meus cocos... mas uma vez um pé sozinho deu quase duzentos cocos... cortei tudo e levei pra Xique-Xique e vendi à trinta centavos um coco, deu sessenta reais... é uma coisa que não botei adubo nem nada... só ficou lá... (Seu Odenilson, Caroeira, 2010)

Portanto, contraditoriamente, ao deixar de produzir o básico da alimentação, se impulsiona a produção e/ou consumo de mercadorias. Este é um dos aspectos transformadores das relações entre os posseiros. No entanto, não é o único, pois, a eles se imbricam outros: a diminuição geral do tamanho das posses e a escassez de pessoas para trabalhar nas roças – dado, uma parte migrar, para conseguir dinheiro da demanda de consumo aumentada, e, por receberem a remuneração estatal – não se submetendo mais a determinados trabalhos, como diaristas³³.

Esse caráter, relativo a possibilidade do posseiro em facilitar seu trabalho e ter coisas, que inicialmente parece só subjetivo, é, portanto, ao mesmo tempo, socialmente objetivo, e se remete também às necessidades impostas pelo mercado.

³³ O reverso também existe e, por vezes, é criticado. Alguns brejeiros, ao receberem os auxílios, benefícios ou subsídios, deixam as roças e não efetuam nenhuma ou quase nenhuma atividade laborativa. Segundo seu Milão, do Brejo da Cabeceira do Gonçalves, muitos ficam pelos bares, jogando e bebendo, provocando os vizinhos, principalmente as mulheres, ou ainda, organizando festas. Vinculam-se ao processo de monetarização, dinamizando o aumento do consumo de mercadorias nos Brejos.

Todas essas formas da reprodução do trabalho do posseiro se relacionam portanto, direta ou indiretamente, ao aumento (e, portanto, também a sua possível queda) na disponibilidade de dinheiro em geral. Esta disponibilidade, vinculada à posse da terra ou a condição de renda – sob a forma de benefícios, subsídios e incentivos do Estado – são junto com a implantação de estradas e rede elétrica, uma profusão de ações estatais, ao mesmo tempo em que significam dinheiro. Nesse sentido, trata-se do processo de modernização, que contribui para a “liberação” tanto a terra, quanto o trabalho, para atividades voltadas a garantir outras formas de consumo e uma reestruturação intensificada da própria produção, que buscará, por suas vias, estabelecer uma relação onde o dinheiro também se torna central. Ou seja, de uma maneira bastante particular: contribuindo para uma mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977).

2. A acentuada diminuição do tamanho das posses de terra nos Brejos

Neste item, partindo da descrição dos processos concretos, desdobrados mais acima, passaremos a discussão de um aspecto de extrema importância, percebida nos trabalhos de campo, relacionados à dinâmica do trabalho, mudança nas formas de rendimento (monetarização), migração, constrição e confinamento territorial nos Brejos da Barra. Trata-se da diminuição das posses de terras.

A observação da disposição atual da divisão das posses entre os familiares, caracterizada por uma intensa diminuição do tamanho de cada uma, referida à família, é importante para nossa problematização da reprodução do trabalho, pois, ela se relaciona com as motivações para a saída de alguns brejeiros à procura de trabalho em outras áreas, e, ao aumento da demanda dos atuais incrementos de renda e participação em planos, ações e projetos estatais voltados a esses lugares.

No momento inicial de ocupação, relativo a chegada dos primeiros moradores e de suas famílias era notória, segundo os mais antigos, uma aparente escassez de moradores, e, uma abundância de terras³⁴. Segundo seu Tercílio do Brejo do Barbosa, “antes não tinha morador não. Era morador afastado. Na Cabeceira tinha um, depois só na Caroeira. Aqui no Barbosa, mais um e outro no São Gonçalo” (Seu Tercílio, Barbosa, 2013). Já seu Lino do Brejo da Caroeira disse: “de Milão pra cá só tinha cinco morador. [...] Só rocinha miudinha e o lugar da casa... Aí foi aumentando, aumentando, os morador daqui pra lá [...]” (Seu Lino, Caroeira, 2013).

³⁴ Segundo moradores mais antigos dos Brejos da Caroeira, C. do São Gonçalo e Barbosa, 2013 e 2015.

Atualmente se observa uma grande profusão de famílias vivendo em cada uma dessas comunidades – onde viviam somente cinco famílias, nos anos 1940, hoje se encontram mais de cem. O crescimento da população (em suas palavras “produção” ou “rendimento do povo”) acarreta uma dinâmica hereditária e de negócios com a posse de terra intracomunidade de suma importância, não se desvinculando, no entanto, da própria dinâmica de ocupação mais geral da terra (incluindo as relativas às margens do São Francisco, com os melhores solos, por quem dominava as relações de apropriação).

Desse modo, essa diminuição da posse e a necessidade de incremento à reprodução do trabalho não derivariam só do crescimento populacional, mas sim, em muito, da sua conformação junto aos processos sociais constitutivos da apropriação de terra postos no, e para além, dos Brejos. Processos esses responsáveis por colocar historicamente a posse familiar no centro da reprodução do trabalho.

Segundo Cardel (2008), que estudou o Brejo dos Olhos D’Água, discutindo a relação entre a diminuição do tamanho das posses e a migração, tal profusão de famílias, aliada a essa dinâmica mais geral, impulsiona o grupo a tomar decisões sobre quem, como e quando alguns integrantes deverão migrar, na tentativa de diminuir a subdivisão das terras.

As transformações espaciais ocorridas com o passar do tempo foram criando novas necessidades para esta comunidade. A migração para o “Sul” do país, principalmente para a cidade de São Paulo, foi a resposta encontrada pelos habitantes de Olhos D’Água para estas novas necessidades: uma resposta comum aos grupos camponeses que vivem uma dualidade com a modernidade. E é pelo uso da noção de “fraco” que a comunidade leva muitos a migrar, para que este grupo, através da transmissão unilinear patrimonial, ditada por uma tendência à ultimogenitura, se reproduza num paradoxo aparente como uma comunidade camponesa “forte” frente a seus membros. (Cardel, 2008, p.6)

Esse processo, bastante doloroso quando em curso, expõe o sujeito a diferentes sentimentos e experiências. A migração,

não é apenas uma alternativa ou uma forma descapitalizar o tempo de espera da herança, mas, em muitas vezes, a única forma de sobrevivência. Para muitos destes, a mobilidade da migração está associada a uma *liminaridade negativa*. [...] Migrar é necessário para que os indivíduos, os grupos familiares e o patrimônio sobrevivam, mas cada ato individual de migração é trabalhado com um misto de sentimentos contraditórios. Se as regras do comportamento interno da comunidade de Olhos d’Água são claras por seguirem os rumos tradicionais da moral camponesa, a saída de um membro nunca é vivida como um acontecimento rotineiro, por mais que esta prática remonte oito décadas de experiência migratória. (Cardel, 2008, p. 41-42)

Para ela, os posseiros recorrem a mobilidade necessária, não pouco dolorida, incorporada pelo grupo como forma de continuidade da reprodução como camponês:

Migrar, para esta comunidade, é uma estratégia fundamental de reprodução do grupo. A grande maioria dos filhos dos núcleos domésticos migra para

sempre, ao passo que outros, inclusive os herdeiros, realizam migrações temporárias que podem durar dias, meses ou muitos anos, dependendo da estratégia adotada pelo grupo e da história traçada pelo indivíduo migrante. (Cardel, 2008, p.6)

As posses familiares de terra nos Brejos são subdivididas através da herança: todos os filhos e filhas têm direitos iguais à porção da terra do pai. Porém, essa igualdade, esconde uma desigualdade, incorporada na tradição, como forma de amenizar a dinâmica de diminuição geral do tamanho das posses pela divisão intrafamiliar ou herança: o fato da mulher ao casar ter, na maioria dos casos, de deixar o eixo da família e ir morar com o cônjuge. Seu Joaquim Rodrigues, em uma entrevista a Sobrinho (2006), a qual estávamos presentes, trata dessa dinâmica sucessória:

Sobrinho: e aí quando casa um filho do Senhor ele vai morar na terra da moça, ou ele fica morando aqui?

Seu Joaquim: não. O filho home fica morano aqui. Agora a moça que tem de casar lá na Mutuca [outro Brejo] ela vem pra qui. Agora a moça... as vez um fio meu casa lá na Mutuca e a menina que for de lá vem pra qui.

Sobrinho: e se sua filha casar com um rapaz da Mutuca...

SJ: ela vai pra lá. Vai morar lá. Vai vê que assim é mió... [risos].

Sobrinho: aí o Sr. tem que pagar algum dote pra ela?

SJ: tenho. Porque eu dou as coisas, né não? As mobílias de casa, né não? É cama, é mesa, é guarda loiça, é tudo assim é obrigação do pai de famia. Cê acha errado? Então elas casa, lá eu dou as camas, eu dou a mesa, as loiça, a cristaleira, né não?

Sobrinho: e o pai do rapaz dá a terra para eles trabalharem?

SJ: dá lá, da as terras pra eles trabaíá, pro filho trabaíá. Fazer a morada.

Sobrinho: pra sustentar sua filha e os meninos...

SJ: e os meninos que é criado, né não? Aqui ó, eu num já tenho nenhum fio aqui, porque já não casou um. Se eu tivesse um fio, já tivesse casado... esse casou, foi embora. Se ele não tivesse ido embora, tava morando aqui. Já tinha fazido a casinha dele, tava plantando junto comigo, né não? Eu tenho uma filha, casou, casou ali em baixo. Tá morano lá no terreno da mãe do rapaz, da sogra. Ela vem aqui mais é pouco. Pois nós é assim. É desse jeito. (Seu Joaquim, C. do São Gonçalo, 2005)

Como se pode notar, as mulheres, mesmo sem perder o direito a herança, tem de se deslocar, e, em geral, pela tradição ficam “obrigadas” a vender sua parte da herança a um irmão que permanecerá na terra. Esse fato não é de pouca importância, pois revela o quanto as mulheres são coagidas na relação tradicional que permite a continuidade da reprodução do grupo como camponeses. Este é também mais um aspecto relacionado ao caráter apagado da reprodução do trabalho, assim como os outros de lavar, cozinhar, cuidar (destacados no item anterior), e referidos ao ocultamento das relações fundamentais da reprodução do trabalho do posseiro. Ou seja, como essa, além de dolorosa, esconde a violência de gênero, dada como tradição.

Fosse a tradição oposta, no entanto, se deslocaria de forma importante a questão, mas, não se resolveria o fato de ser essa uma forma social de mediação na qual a desigualdade, ocultada na justiça tradicional, é imperante e foi posta historicamente. A

mediação pelo valor é a modernidade da tradição, é a essência que camufla a igualdade do diferente, movendo um processo concreto de abstração tornado cotidiano, uma totalidade concreta. E, como totalidade concreta, é forma particular da reprodução total, envolvendo os seus aspectos conformadores – relações aparentemente exteriores a comunidade, mas constitutivos dessas formas de relação, na qual o “externo” e “interno”, como forma social única e contraditória, tem no “interno” a representação particular do “externo” e não seu oposto.

Isso nos informa sobre como o caráter da intensa diminuição das posses pode não se relacionar somente a dinâmica interna de herança. Vejamos, antes de adentrar esse outro aspecto, como se desenrola esse processo da subdivisão e sua consequência. Se inicialmente, uma primeira geração detém 100 braças de terra (uma braça é 2,2m), a depender do número de filhos (por exemplo, 5 filhos) na terceira geração, cada um dos herdeiros terá apenas 4 braças. E, numa quarta, não havendo incremento por compra, se chegará a menos de uma braça de terra por herdeiro (imagens A, B e C).

Nas imagens acima, apresentamos uma visão geral dos Brejos do riacho São Gonçalo, destacando as posses familiares e as de uso comum. Além disso, mostramos outras duas imagens de satélite, para observação mais detalhada de duas comunidades (chegando ao nível da posse e habitação): Na imagem da esquerda inferior (B), Cabeceira do São Gonçalo, produzida a partir de dados coletados e campo, os núcleos iniciais de duas famílias, evidenciam como a posse foi dividida e o tamanho aproximado resultante. Na imagem da direita inferior (C), apresentamos a atual diminuição do tamanho das posses no Brejo do São Gonçalo³⁵. Essa diminuição se reproduz nos Brejos como um todo, e tem como consequências, a migração e a busca de novas áreas, se relacionando a diminuição geral das roças e a busca por trabalho por dia.

Tratando da permanência nos Brejos, um posseiro do Brejo da C. do São Gonçalo, falando sobre seus oito irmãos em dois momentos (um anterior e outro posterior) relativos ao aumento da população nos Brejos, nos disse:

Todos ficaram nesses brejos. Minha mãe era do São Gonçalo, nasceu lá e se criou, mas, meu pai era daqui [Cabeceira]. Nós morava aí nessa terra em oito homens, não tinha pra onde trabalhar, tava muito apertado. Aí meu pai comprou esses terrenos da Caroeira. [Então aqui] tinha uns primos dele. [...] Essa família nossa é grande, tem gente nesse mundo, São Paulo por aí, nos Pimentas [Gurulhos] tem gente. Em Goiânia, Brasília, minha mãe tem gente no Mato Grosso que saíram daqui com a família. Tá espalhado o povo: e se num espalha dentro do São Gonçalo como é que tava de gente? Como é que ia ficá se não espalha o povo? Ave Maria moço! Esses irmãos de minha mãe saíram quase tudo para o Mato Grosso. Meu irmão Tercílio ainda foi batê lá onde tá eles. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010)

O Seu Geraldo, do sindicato dos trabalhadores rurais de Barra, em entrevista a José de Sousa Sobrinho, nesse sentido afirmou:

mais aqui já ficou duma época eu era menino, as vez que eu tinha oito, dez anos, aqui tinha mais ou menos umas trinta famílias. É o caso que as vez as áreas não era toda plantada que o pessoal era pouco. Agora hoje as áreas aumentou mais a quantia das pessoas, as áreas tão poucas. Que as vez hoje um pai de família ele tem as vez quatro, cinco filho fica tudo rapaz, tudo homão, as vez ele tem uma arezinha de terra, quando ele era sozinho que ele plantava, as vez ele não plantava muito ele era sozinho. Mais se ele hoje tem quatro, cinco filho, num dá pra ele as vez é o caso que muitos que trabalham pouco no molhado aqui, e trabalha um pouco no sequeiro pra ajudar. Lá do sequeiro ói, planta mamona, planta o feijão de corda, planta o milho, planta a abóbora que tudo é uma coisa que... que ajuda, né? Um pouquim de lá com um pouquim daqui, rende mais. (Seu Geraldo, Saco, 2005)

No Brejo do São Gonçalo, o Seu Valdésio nos relatou da seguinte forma, as consequências da terra tornar-se cada vez mais diminuta:

³⁵ A linha tracejada no mapa, da divisão das posses, não implica a existência de cercas em campo, mas apenas marcos, variando conforme o costume da comunidade: uma árvore, uma rocha, ou um piquete (pedaço de madeira fixo à terra) para demarcação dos limites.

tem gente que às vezes não tem [terra]. E aí às vezes mora... Não que ninguém mora aqui de agregado. Às vezes trabalha, às vezes na meia, mais pro outro. Às vezes, que nem eu, tenho terra aqui, às vezes vem um que não tem [e diz] moço eu quero um pedacinho de terra na meia, às vezes passo. Mais aqui [Brejo do São Gonçalo] quase todo mundo tem seu pedacinho de terra. Pequeninho mesmo mais tem. [...] No caso eu aqui mesmo, aqui são trinta braça de terra, de boca. De fundo aqui vai dar na média de quatro tarefa mais ou menos. Então nós somos em quatro irmão. Cada um planta num pedacinho aqui. Mais vai chegar um período que a gente não vai ter terra para os filho, não tem. Já está acontecendo. Muitos os filhos rapaz vão embora para as outras cidades procurar emprego por causa que não tem onde trabalhar. (Seu Valdésio, São Gonçalo, 2005)

Portanto, esse processo gerou uma diminuição do tamanho das posses extremamente significativa, chegando ao ponto de algumas famílias, não terem mais de duas braças de terra para o cultivo das roças e moradia (ou seja, ficando quase só com o terreno da casa), ou até mesmo, de as perderem totalmente. Assim, para garantir a reprodução do seu trabalho, além de trabalhar para outros na meia ou por dia, passaram, em alguns casos, a venderem parte dessas pequenas porções de terras, na qual não conseguiriam mais produzir, à outros moradores detentores de um pouco mais de terra. Com esse dinheiro se deslocam a outras cidades (porém, com cada vez menor perspectiva de lá permanecerem) ou mudam de ramo, comprando com esse dinheiro, quando é possível, um carro para transportar mercadorias e pessoas entre um Brejo e outro, ou desses para as sedes municipais³⁶. Também destacam o recebimento de incentivos, benefícios e subsídios estatais, como aspecto bastante central na garantia da sua permanência, na superação do caráter de fraqueza do Brejo associado a esse diminuto tamanho da posse de terra e a prolongada estiagem.

Em alguns Brejos, como o da Umburana, os posseiros buscam algumas áreas “reservas”, de difícil acesso (como morros e serras) ou compram terras, para roças em outros Brejos, ou de outros moradores³⁷. Falando sobre o porquê começaram a utilizar as terras da Serra do Estreito para produção, mesmo com a dificuldade aumentada por causa da subida, Seu Enoque do Brejo da Umburana afirmava:

o custo de vida nem é fácil pra sobreviver aí a gente resolveu subir a serra, [Serra do Estreito] aí a gente achou esse terreno aqui, aí a gente fazemo aqui e a gente tá continuano a luta, né? É porque os terreno começou ficar fraco. É com seqüência dos tempo seco. É porque os terreno quando ele vai desmatado todo ano, aí vai ter um tempo que ele caba a vitamina dele, e aí... As família foro aumentano. Por isso no caso, lá em casa, como é três família

³⁶ Em 2010, seu Milão nos falou de uma negociação no Brejo, envolvendo a venda de uma porção de terra para o conserto de um carro de frete. Segundo ele, seu filho chegou para ele e disse “ele já vendeu três braças [e agora quer vender sete braças à R\$ 2.800,00]. Tá vendendo os terrenos para endireitar esse carro!” (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010).

³⁷ Em Sobrinho (2006) há uma descrição sobre o uso dessas áreas de Serra na dinâmica do posseiro brejeiro. Na dissertação mostrei um exemplo do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, tendo como reserva os terrenos denominados *Caris* (Kluck, 2011).

que mora num quintal só, numa área de terra, que aí é... Meu pai e meu irmão, e aí uma área de terra pra todo ano plantá naqui dali, então chega um tempo que ela arreja. Igualmente a gente. (Seu Enoque, Umburana, 2005)

Portanto, a herança e a venda de posses geram sua subdivisão e, até mesmo, em casos extremos, a perda da terra. Ambos os processos, no entanto, não estão isolados de outros, relativos a dinâmica mais ampla da questão da terra, marcadas pelos preços e divisas com outras propriedades, impondo limites à “livre” apropriação, demarcando, em geral, o que é, ou não, o pior solo³⁸. Ou seja, demarcam as condições de reprodução do posseiro, constringendo-os aos solos de baixa qualidade e colaborando para essa intensa subdivisão da posses de terras. No mestrado apresentamos a seguinte tabela (tabela 1) retomada abaixo, mostrando a distribuição dos estabelecimentos rurais:

Tabela 1 – Estabelecimentos rurais por área ocupada (ha), Barra (BA), 2006.

BARRA (BA)	Minifúndios e Pequenas propriedades		Médias propriedades	Grandes propriedades
	Menos de 10 (ha)	10 a menos de 500 (ha)	500 a menos de 2000 (ha)	2000 (ha) e mais
Número total de estabelecimentos	2.483	1.083	23	7
Total da área em hectares	5.398	57.105	21.389	57.303
Média de hectares por estabelecimento	2	52	930	8.186

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

A soma total da área das propriedades médias e grandes, ultrapassa em 17% a dos minifúndios e pequenas propriedades, porém, representando apenas 0,60% (ou seja, menos de 1%) do número total de estabelecimentos. Isso mostra o quanto a propriedade da terra é concentrada. Estas grandes e médias propriedades se localizam em porções da Serra do Estreito e às margens dos rios Grande e São Francisco, ou seja, áreas do entorno dos Brejos da Barra³⁹. Ampliando um pouco mais, trazemos dados referentes ao Território de Identidade-VC, relativos a concentração da terra (tabelas 2 e 3).

³⁸ Caráter ganho do rendimento advindo da propriedade e produção na terra, na relação com outras, mediadas pelo mercado. Não só de forma direta, pelo caráter conflitante de propriedade, mas por um caráter relativo às possibilidades da reprodução em solos ruins, não ganhando esse atributo pela qualidade do solo, mas pela localização. Isto se refere a teoria da renda fundiária, propostas e discutidas por David Ricardo e Karl Marx, em fins do século XIX.

³⁹ Em 2011 a CPT-BA encampou junto aos posseiros uma luta pela permanência desses em uma área de 70.000 ha ocupada a mais de 150 anos na chamada Fazenda Boqueirão, às margens do Rio Grande. Por fim, depois de muita tensão, e após a realização da Ação Discriminatória, uma parte dessa terra (28.000 ha) ficou sob domínio da empresa e o restante foi regularizado para os posseiros.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos Barra (BA), 2006

Território de Identidade do Velho Chico - BA							
Condição legal das terras em (ha)	0 - 2	2 - 50	50-100	100-200	200-500	500 - 1000	1000 - ou mais
Próprias	2.778	21.081	3.107	1.309	727	223	220
Terras concedidas	98	2.213	306	18	5	1	4
Arrendadas	13	111	10	5	5	4	-
Em parceria	39	82	14	5	3	1	-
Ocupadas	352	1.649	142	53	52	6	2
Total	3.264	24.769	3.506	1.358	777	233	226

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaborado por Erick Kluck, 2015.

Tabela 3 – Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal da terra e área total, 2006

Território de Identidade do Velho Chico - BA							
Condição legal das terras (ha)	0 - 2	2 - 50	50-100	100-200	200-500	500 - 1000	1000 ou mais
Próprias	2.843	347.621	199.370	167.609	206.474	147.021	676.137
Terras concedidas	102	50.443	16.460	1.602	1.158	–	35.865
Arrendadas	8	904	246	317	1.421	3.078	–
Em parceria	35	564	644	455	300	–	–
Ocupadas	343	18.366	7.857	5.814	10.991	3.771	–
Total	3.332	417.899	224.577	175.796	220.344	154.597	714.001

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Elaborado por Erick Kluck, 2015.

Ao compararmos as duas tabelas, notamos que a maioria dos estabelecimentos no Território tem até 50 *ha* de área individual, representando, no entanto, apenas 22% do computo geral da área total. Para além disso, outros aspectos conformadores dessa constrição territorial a qual o posseiro está sujeito se referem a ampliação do aumento da subdivisão das suas posses em relação à ocupação do entorno, seja por projetos de energia eólica ou minerários, seja por grandes propriedades agropecuárias (mapa 05), em grande parte com aporte estatal. Por esses e outros caminhos se impõe uma medida violenta, dada como necessidade de Estado, subsidiando o mercado e assim, um prolongamento reprodução capitalista (ver sobre isso: Vainer, 1984; 1993; 1998).

Esses são em conjunto, os principais fatores da dinâmica da diminuição do tamanho da posse, exigindo do brejeiro algumas “estratégias” expressas em práticas. Por exemplo, a compra de mais terras de outros brejeiros, o trabalho por dia ou o assalariamento fora ou nos próprios povoados dos Brejos, a intensificação no uso da terra para produção de cachaça e rapadura. E, mais recentemente, compondo essas estratégias, um dado remetido a ideia de confinamento territorial: o oferecimento estatal de auxílios, benefícios e subsídios, além da proposição de programas e planos, visando minimizar as mazelas da constrição, gestando territorialmente a crítica situação dos posseiros, que cada vez menos tem oportunidades em outros lugares.

Conforme Seu Odenilson, do Brejo da Caroeira, essa diminuição do tamanho da posse de terra deveria ser compensada pelo incentivo ao beneficiamento agroindustrial da produção gerando renda e empregos nos Brejos:

[Aqui] falta uma empresa de fruta. Uma firma pra colher a manga, pra fazer o suco, empregaria muita gente. Fabrica pra fazer polpa de fruta, saeta, muita coisa, a mangaba, porque, vamos supor um pai tem dez filhos e os meninos forem crescendo, onde ele vai sobreviver com um pedacinho pequeno de terra? Eles vão crescendo e depende de ganhar dinheiro, como é que eles vão ganhar dinheiro? Aí eles pensam de sair pra fora, pra ganhar dinheiro, ir pra São Paulo, ganhar dinheiro, e a vida lá não é fácil, né? Então, eu acharia bom a Barra investir mais nisso, em indústria que vem pra jogar o jovem para ter um serviço pra ele, por que aqui não dá pra sobreviver, eu acho importante os deputados e os vereadores, o prefeito da cidade se organizarem. (Seu Odenilson, Caroeira, 2010)⁴⁰

A relação entre o tamanho das posses ocupadas, o número de moradores com condições de trabalhar, a qualidade dos solos, o acesso à técnicas, além do clima, precisam ser entendidos não como fenômenos ensimesmados mas, como forma social da reprodução, se desdobrando por meio de ações e mediações sociais, envolvendo o dinheiro, a produção de mercadorias, o trabalho, a propriedade, o consumo, além do Estado – assumindo um papel cada vez mais central, tanto com suas ações de incentivos, benefícios, subsídios, visando a permanência dos posseiros.

Na Bahia, mas não só, promovendo ações voltadas à dinamização econômica do território, incentivando a organização de Arranjos Produtivos Locais (APLs), representando na prática, a territorialização de suas ações, o Estado tem estimulado a produção, por exemplo, dos derivados de cana, mandioca, mel, etc. nos municípios do Território de Identidade do Velho Chico. Nos Brejos da Cachoeira e do Bonfim, se iniciaram experiências de agroindustrialização da produção de cachaça e rapadura, além da polpa de frutas (manga, caju e mangaba), advindos dos editais especialmente

⁴⁰ Esta entrevista foi realizada antes da implantação da Unidade Comunitária de processamento de cana de açúcar e frutas do Brejo da Cachoeira.

voltados a disponibilizar recursos à infraestruturação da cadeia produtiva, mostrando como essa territorialização das ações ganha cada vez mais importância, no contexto atual, particularmente marcado por uma trama envolvendo a diminuição das posses (em um processo histórico de constrição territorial) e ao mesmo tempo da falta de perspectiva geral da reprodução do trabalho tanto no campo, quanto nas cidades.

3. Planejamento, ações estatais e conflitos recentes nos Brejos da Barra

Este item versará sobre as ações estatais vinculadas direta ou indiretamente, ao programa territorial proposto no Médio São Francisco, e seus desdobramentos atuais em Barra, nos Brejos da Barra. Tentaremos apresentar concretamente como estas ações implicam no confinamento territorial nos Brejos, ou seja, como incentivam a “fixação” dos posseiros, impulsionando a monetarização e transformação das suas expectativas. Portanto, será um olhar sobre o Estado se afirmando como um “ente” necessário à reprodução do trabalho na posse. E ainda, a relação contraditória deste processo com a atuação das ONGs, que no limite, tem no Estado também seu aporte financeiro.

Aprofundaremos assim, no conjunto das discussões sobre um dos aspectos do porquê o planejamento vai para o Brejo – ou, o porquê essas comunidades interessam, como possibilidade de ação estatal e também civil organizada (ONGs), e seu vínculo com a questão territorial em voga no momento atual da reprodução do capital.

No final do item, a questão se voltará aos processos recentes e ainda em curso, relacionados às abruptas tensões à dinâmica da reprodução do trabalho do posseiro, inclusive com o risco de supressão das posses, dados na tentativa de usurpação de terras devolutas (nas quais os posseiros se encontram), por empresas agropecuárias e de produção de energia eólica. Destacando também, quais tem sido as reações.

3.1 O Distrito Projeto Brejos da Barra e as ações do CODETER-VC

A cada tentativa de implantação de planos de desenvolvimento, se aguçam, de maneira geral, as esperanças ou expectativas, principalmente dos posseiros mais jovens, (em escolarização), de permanecer nos seus locais de origem (com uma atividade produtiva diferente das existentes na época de seus pais e avós – aos quais esse passado era um tempo do atraso, sofrido), efetivando as práticas cotidianas da “sua” reprodução social. Entre as justificativas estão a adequação ao mercado, a geração de emprego e renda, qualidade de vida, diminuição das migrações, aspectos contrários ao atraso.

Antes de abordar a recente iniciativa estatal de planejamento, trataremos rapidamente, para estabelecer um contraponto, uma proposta de organização produtiva implantada nos Brejos da Barra no fim dos anos 1990. Trata-se de projeto criado e orçado por um órgão estatal, no caso a CODEVASF, denominado Distrito Projeto Brejos da Barra, o qual foi estudado por Sobrinho (2006) e (Kluck, 2011).

Em 1999 se iniciaram as primeiras ações desse projeto da CODEVASF, vinculado ao perímetro irrigado de Barreiras, ocupando uma área de 4.300 *ha* nos Brejos da Barra, Barra (BA). Seu principal estimulador foi o senhor João Leão, na época Deputado Federal. Este foi um projeto no qual uma ONG, denominada *Projeto Brejos da Barra* foi contratada pela Autarquia, para implantar um distrito de fruticultura, com o estímulo ao plantio de mudas e construção de uma usina para seu beneficiamento. No conjunto do projeto, foram realizadas aberturas e melhoramento de estradas, construção de casas e a implantação de uma rede de energia elétrica.

Sua execução só foi concluída em 2004, tendo a participação não só da CODEVASF, mas da FUNASA e do Exército Brasileiro. Porém, o plantio de mudas de caju anão, de manga e de mangaba, rendeu poucas frutas. E, a sede da usina, a *Barrafrutos*, foi implantada, mas, poucos dias após ser inaugurada, sem ter beneficiado sequer uma fruta, foi desativada.

Tudo isso deixou os produtores frustrados e, mais que isso, endividados, pois, as mudas e os insumos não eram distribuídos gratuitamente. Havia uma vinculação direta do produtor com o banco responsável pelo financiamento (Banco do Nordeste), pelo qual, automaticamente, mesmo sem entrar em contato com o dinheiro, o empréstimo era “liberado”, exclusivamente para a aquisição de mudas e insumos.

No tocante à *Barrafrutos*, vários devem ter sido os motivos para o seu fechamento. Um deles, a baixa oferta de frutas, incapaz de garantir seu alto custo de funcionamento. Um exemplo foi o caso da mangaba, natural da *chapada* [tabuleiros], mas a qual, segundo os técnicos da ONG, deveria ser plantada na porção embrejada. Isso dificultou seu crescimento, gerando essa baixa oferta.

Ao relatar sua experiência com a ONG *Projeto Brejos da Barra*, nesse projeto do Distrito, um ex-presidente da Associação dos Produtores de Cana e Derivados (APROCANA), questionou a rapidez de implantação e a pouca participação do brejeiro:

Quando aconteceu tudo aquilo, [foi tudo] muito rápido, era máquina desmatando estrada, o caminhão chegando guinchando os postes de energia, outros chegando e demolindo aquelas casinhas antigas e fazendo aquelas casas novas [...]. Foi muito atrasado e ao mesmo tempo muito rápido, do século XX não tinha nada por lá. A estrada, o povo achava que não vinha

mais, [que] era só promessa dos políticos, de quatro em quatro anos e não vinha nada, deixaram de acreditar. O processo foi muito rápido, a estrada chegando, a energia chegando, as casinhas chegando, e ‘agora as pessoas vão plantar manga, mangaba e caju, nos brejos?’... Aí o povo ficou doido, e foi chegando tudo isso e o povo não tava preparado para aquilo. (Ex-Presidente, Barra, 2015)⁴¹

Depois, mostrando-se ainda mais indignado, apresentou o quanto para ele, o projeto não considerou a realidade dos brejeiros e nem sua tradição:

Gente, por Deus, porque não trabalhar com a cana? Não, manga, mangaba e caju: mangaba, não da aqui [no brejo, porção baixa embrejada] mangaba só dá na chapada. Essa manga não dá aqui, ela é melhorada, geneticamente, precocidade muito grande. [E depois como foi o processo]: os projetistas, por exemplo, pegou algumas associações, e faziam os financiamentos, vocês vão plantar caju, nós vamos garantir assistência técnica, nós vamos garantir o recurso, e você [associado/produtor] só vai entrar com a mão de obra. Após o produto pronto [caju, manga, mangaba] você vai entregar na fábrica... A lógica era essa. Só que, rapaz, [eles] não deu assistência técnica, o caju morreu todo, e o produtor ficou endividado. Foi muito dramático, tem associação aí, que tão ‘emperrengada’ até hoje, de 1999 pra cá, até hoje. Por quê? O Distrito fazia o projeto técnico, o técnico fazia o projeto para a associação, inclusive para a associação do Mato Escuro, com 54 associados, na época cada um pegava entorno de R\$ 4.000,00 [mas] você não tinha em dinheiro, era para comprar muda, adubação, assistência técnica, não tinha dinheiro, você fazia empréstimo, para comprar as mudas, e foi dessa forma. O cara olhava, vinha no banco e via, eu tô devendo, não vi o dinheiro, agora não tem assistência técnica, eu não vejo muda mais, não produz o e o negócio faliu. Foi muito ruim nessa parte aí. (Ex-Presidente, Barra, 2015)

E, o único reconhecimento positivo em sua fala, relacionada ao Distrito, foi: “[este] realmente trouxe a revolução, todo o ‘be a bá’, trouxe a revolução, mas ficou essa imagem de “não acredito mais nesse povo”, desconfiança, mas, foi daí que partiu a revolução da Barra: trouxe estrada, trouxe energia, assim... É lógico que foi o governo federal, mas alguém foi e puxou para cá, trouxe as casinhas, e aí já veio o trator” (Ex-Presidente, Barra, 2015). Para Sobrinho (2006), criticamente, isso não foi fracasso, pois as expectativas foram criadas e estimuladas.

Portanto, esse projeto possibilitou a ampliação da infraestrutura produtiva e da monetarização, ganhando um “novo” impulso na Bahia com a proposição dos Territórios de Identidade – incentivando a criação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), com projetos voltados à produção de mercadorias e inserção no mercado de trabalho – como particularidade atual do planejamento. Essa é uma forma da territorialização das ações estatais, direcionando incentivos e subsídios, como crédito.

Desse modo, diferente daquela iniciativa, as ações entorno de APLs e voltadas à adequação territorial produtiva, se propõem como alternativa, na qual a forma de

⁴¹ Aqui quando fala nos “brejos”, se refere a porção embrejada, o “baixo”, e não só à comunidade brejeira. Isso porque, a mangaba e o caju, nascem e se desenvolvem melhor nos tabuleiros das caatingas e cerrados próximos, nas áreas de uso comum, e não nessa porção embrejada.

implantação, conforme seus idealizadores, é um dado de liberdade de escolha em relação à produção, relacionado à demanda dos povoados. Segundo eles, isso permite o controle social das demandas, a autonomia e a valorização do pertencimento a um território, além de garantir a reprodução material dos povoados ditos mais carentes⁴².

Este é o sentido dos Territórios de Identidade, instituídos em 2010 em todo o Estado da Bahia, primeiro pela Secretaria de Cultura (SECULT) e depois pela Secretaria de Agricultura (SEAGRI) e por fim, pela de Planejamento (SEPLAN)⁴³. Neste programa, conforme vimos na figura 1, o estado foi dividido em 27 áreas territoriais⁴⁴, abrangendo a totalidade dos municípios baianos, com o objetivo de: “identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões [...] com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar” (SEPLAN; BAHIA, 2014).

Cada território é constituído por grupos de municípios, representados por diferentes entidades públicas ou da sociedade civil, juntas conformando um Colegiado Territorial (CODETER). O conjunto dos colegiados constitui a Coordenação dos Territórios de Identidade (CEDETER). A função do colegiado é organizar reuniões consultivas e deliberativas relativas às demandas territoriais de investimento. No colegiado territorial do Velho Chico (CODETER-VC), a proporção da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações culturais, cooperativas, etc.) é de 75%, e, os outros 25%

⁴² Porém, para algumas entidades organizadas ou movimentos atuantes na área do Território do Velho Chico esse controle social nem sempre é efetivado por todos. Problematizam o fato de só ser financiado os produtos vinculados a uma demanda territorial geral, em um sistema representativo (do qual nem todos conseguem participar) acarretando favorecimentos de interesses, em alguns casos conflitantes, com os interesses reais de alguns povoados. Por exemplo, em alguns povoados, nem todo mundo quer plantar cana, mas em geral, quando do levantamento das demandas (por diferentes motivos, como a falta de recursos para ir aos locais das reuniões) não conseguem se manifestar. Ainda assim, os editais abertos são direcionados para essa atividade, de acordo com a maioria presente na reunião do colegiado.

⁴³ “Decreto nº 12.354 de 25 de Agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal.

§ 1º - Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

§ 2º - São territórios de identidade os agrupamentos de municípios referidos no Plano Plurianual, sem prejuízo do disposto no inciso III, do art. 4º, deste Decreto” (Jusbrasil, 2013).

⁴⁴ Os Territórios de Identidade são: “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (SEPLAN; BAHIA, 2014).

representam o Estado (EBDA, ATER, INCRA, CODEVASF, BNB, etc.). Em nenhum colegiado é permitida a participação de empresas.

As consultas e deliberações constituem a base da comunicação entre essas entidades através do Colegiado, e outras esferas executivas do Estado, e são denominados de *Diálogos Territoriais*. Por essa via, as demandas são incluídas nos orçamentos do Estado, em diferentes níveis, como os Planos Plurianuais (PPAs) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). E também, se definem os conteúdos dos editais da SEAGRI, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)⁴⁵. Ou seja, os recursos são alocados em editais e esses pleiteados pelos demandantes (associações, grupos, organizações, etc.) para execução⁴⁶.

O município de Barra está iniciando sua participação mais efetiva no CODETER-VC. Segundo o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente, do município de Barra:

foi assinado ontem [dia 14/07/2015] pelo Prefeito, o termo de adesão ao Comitê da Bacia do rio São Francisco, então nós teremos uma cadeira, e eu vou ser o representante do município da Barra, nos fóruns, nas assembleias, que são no município de Ibotirama e em Santa Maria da Vitória, onde será discutido, tudo relacionado à Bacia do São Francisco, pelo Território do Velho Chico. E, uma das intenções nossas a princípio seria a mudança para a Bacia do rio Grande, que está dentro do Território do Velho Chico, embora, seja Bacia do rio Grande, a gente na verdade tem uma identidade um pouco maior com Barreiras, do que com Bom Jesus da Lapa, ou com Carinhanha, por exemplo. [...] A identidade que falo é assim, nossos costumes, as nossas viagens para tratar de coisas que, por exemplo, a Barra não tem, e que os grandes centros têm... Tudo da Barra hoje, nós temos dois caminhos: seja Irecê ou Barreiras. Isso envolve comércio, envolve serviços, principalmente médicos, é tudo mais voltado para essas duas cidades. Então não há um deslocamento para o Médio São Francisco, lá para Bom Jesus da Lapa, para onde fica, na verdade todas essas discussões em nível de Bacia. Pensamos então em Barreiras, mas aí o pessoal do Comitê gestor do Velho Chico, nos orientou: 'você entram, participam'. Porque a Barra vinha um pouco, se ausentando do fórum. Pediram: 'rapaz, fique, e discuta suas ações e traga sua demanda de Barra'. Pois a Barra realmente não estava participando. E, outra coisa, o comitê de bacia do Velho Chico é muito maior, e Barra é central

⁴⁵ Os projetos prioritários beneficiados pelos editais são: Mandiocultura, Apicultura, Fruticultura, Aquicultura, Pesca, Pesca Artesanal, Maricultura, Mariscagem, Caprino-ovinocultura, Bovinocultura de Leite, Oleaginosas, Grãos (feijão e milho), Artesanato e Cultura, Resíduos Sólidos – Reciclagem, Turismo Rural e Ecoturismo. Entre as fontes de recursos para execução desses projetos estão o BNDES, MDS, MDA, INCRA, o Tesouro do Estado da Bahia e o FUNCEP (BA). Os recursos originados deste último advêm da Lei 12.038/10, que manteve definitivamente o adicional de 2% à alíquota do ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

⁴⁶ Como não é fácil redigir um projeto de acordo com as especificações dos editais para captar esses recursos, as associações e cooperativas dos povoados em geral, procuram a assessoria ou suporte de algumas entidades governamentais e ONGs como o Centro de Estudos Socioambiental da Bacia do São Francisco (CESAB-SF), a EBDA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e dos articuladores do Território (pessoas responsáveis por organizar as reuniões do Colegiado e assessorar a identificação das demandas).

nisso aí. [...] Então a gente achou por bem participar, ou correr logo para o rio Grande. Aí a gente conversou com o gestor que é da SEPLAN, o Rubens, e ele: ‘não, não saia não, a gente quer você aqui, com a gente no Velho Chico’, e aí já bateu o martelo, a gente assinou o termo de adesão, e estamos enviando para o Demerval em Ibotirama. E vamos ser mais participativos. (Secretário, Barra, 2015)

O fato de a identidade estar vinculada à utilização de serviços e comércio, e não muito aos aspectos históricos culturais constitutivos, nos ajuda a perceber uma faceta quase sempre desconsiderada: a vinculação consolidada nas necessidades e no dinheiro, para coerência entre os laços teoricamente “mais culturais”.

Em uma longa entrevista, realizada em Ibotirama (BA), o coordenador do Colegiado do Território de Identidade do Velho Chico (CODETER-VC) e presidente da ONG Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), nos explicou a dinâmica de ação e implantação do Programa Territórios de Identidade.

Segundo ele, antes o desenvolvimento de projetos ocorriam “de cima para baixo” (eram propostos e implantados pelo Estado, sem participação efetiva da população nas decisões) mas agora, com a nova proposta territorial, esses seriam elaborados a partir do interesse da comunidade e de sua capacidade de organização. Para tanto, as comunidades precisam se auto reconhecerem (em geral como associação) para terem acesso as políticas públicas. Assim, a capacidade de organizarem sua produção tornou-se o principal meio da valorização de sua tradição.

Esse caminho proposto pela CODETER-VC congrega diversas entidades, da sociedade civil e do Estado, na consulta e deliberação das demandas do território. Segundo ele, a missão do colegiado,

é a articulação das ações públicas, municipal, estadual e federal, na forma dos arranjos institucionais, em prol do desenvolvimento da região... Do território, né. E outra missão do Colegiado é a inclusão sócio-produtiva das famílias, principalmente do campo, nas políticas públicas. São 16 municípios [e desses], Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos que são da bacia do Paramirim, mas [que] na época da definição da identidade, se identificaram mais pra cá [Velho Chico], por causa da relação econômica, dos órgãos públicos regionalizados, como DIREC (Diretoria de Educação e Cultura). O município é que definia onde queria fazer parte, destacando seu pertencimento. (Coordenador, Ibotirama, 2013)

Perguntei então, qual era a identidade do Território do Velho Chico, e, ele disse: a “questão ambiental do rio, já traz a sua identidade e toda a cultura ribeirinha, da pesca, das comunidades tradicionais, quilombolas. Dessa forma o rio, por si só... E dessa relação econômica do rio com o povo, da pesca e do peixe, se afirma sua identidade. [...] A atividade econômica principal é que dá o norte” (Coordenador, Ibotirama, 2013).

A identidade se forjando pelo econômico, e o pertencimento ao programa determinado a partir da escala municipal, mostra, nessa proposta estatal, o quanto é necessário considerar não só os aspectos culturais e de identidade, mas a capacidade organizativa da produção de mercadorias. Segundo ele,

essa política foi motivada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o Brasil todo, e alguns estados se identificaram com a política e trilharam por esse caminho do território... A Bahia em 2007 fez um PPA por território, para territorializar suas ações, e já fez um mapa dos territórios (esse é o segundo) identificando os territórios como unidade do planejamento de políticas públicas. Assim, a SECULT foi a primeira a ter a abordagem territorial de suas ações. Depois da SECULT a SEAGRI também começou a abordar territorialmente, e a SEPLAN passou a coordenar os territórios de identidade da Bahia. (Coordenador, Ibotirama, 2013)

Em sua apreciação, essa política territorial (o surgimento dos programas territoriais do Governo Federal), se iniciou no governo Lula em 2008, o qual convocou uma reunião interministerial para discutir a situação dos municípios mais pobres do Brasil. Disso surgiu o programa federal Territórios da Cidadania (balizado nos Territórios Rurais), responsável por territorializar as ações: “o governo federal lança os territórios rurais através do MDA, e na Bahia passa a se chamar territórios de identidade. Mas, são os mesmos territórios rurais, e a Bahia botou identidade porque na discussão estadual tínhamos que encaixar a questão urbana, e o MDA foca muito o rural” (Coordenador, Ibotirama, 2013).

Segundo ele, a partir do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) são eleitas as prioridades das demandas das comunidades, associações, entre outras entidades, e,

depois a SEPLAN vai aos colegiados e os questiona: daquilo que levantaram, o que fizeram? E o que falta? Estes são os Diálogos Territoriais, que é quando o Governo ‘desce’ – SEPLAN com algumas secretarias – para avaliar junto com o território as ações do PPA-P. Isso é de certa forma interessante, pois dá essa sensação de controle social, só que ainda um pouco distante, pois nem todos os municípios do território são realmente atendidos [...] (Coordenador, Ibotirama, 2013).

Essa distância fica maior quando olhamos também para o município como escala da ação e do atendimento das demandas. A participação tem se revelado limitada para uma boa parte dos moradores das comunidades, ao não terem oportunidade de realmente escolherem uma atividade financiável em edital. Pois, aqueles moradores dos povoados, não habituados a produzir determinados produtos, não recebem auxílio técnico ou financeiro por parte do governo do Estado, nem do edital e nem de outro tipo, dada a precariedade da Assistência Técnica Rural (ATER). Além disso, ao serem mediados por ONGs e pelo Estado, essa inserção pode acarreta outras complexidades ligadas a política e aos interesses em se promover determinados tipos de produção e parceiros consultivos, gerando dúvidas, principalmente, por parte dos movimentos

sociais, quanto aos seus reais interesses, principalmente quando a atenção a garantia da permanência na terra, por meio de regularização das posses, dessas populações passa a um segundo plano. Continuando, ele explica melhor a dinâmica do colegiado:

há uma preocupação grande com o fortalecimento da sociedade civil. A gente só tá nesse processo, porque acredita que por ele a gente pode aumentar o controle social e a sociedade civil se fortalecer diante das políticas públicas de governo. E tem facilitado o diálogo [...] controle de pragas, água para todos (cisterna de polietileno) e produção, a assistência técnica para atender agricultores familiares, a CAR financia agroindústria do mel, mandioca, cana-de-açúcar, polpa de frutas. O governo estadual lança os editais através SEAGRI e o colegiado tem o papel de divulgação e de chamar as entidades e organizações para participar, para não deixar de pegar esse recurso. E a instituição selecionada faz o convênio com o Estado. Essa instituição tem que pertencer ao Colegiado, para socializar as ações porque é uma ação territorial. (Coordenador, Ibotirama, 2013)

Em seguida, comenta outra vez, sobre a identidade, relacionando-a a produção de mercadorias em “cadeias” produtivas, posta em igualdade, com a cultura:

o território é muito grande [e] tem muitas comunidades quilombolas, indígenas, fundo de pasto, brejos, pescadores, agricultura familiar... diversidade grande e várias manifestações culturais: samba de roda, reizado, divino, artesanato de palha, barro, madeira, pano, infinidade de artesanato, tem apicultura (como cadeia produtiva, produziram 80 toneladas de Mel), piscicultura, fruticultura irrigada (na Lapa) e nativa. Já tem iniciativas com derivados de frutas nativas, suqueiras, e tem o leite. Ou seja, tem uma série de cadeias, a gente tá começando a trabalhar por cadeias, começou com a da apicultura, mas a gente quer avançar no terreno do artesanato... Tem grupos que já tem marca, já tem tudo. (Coordenador, Ibotirama, 2013)

Nesse mesmo sentido, para ele, as associações de moradores dos Brejos do município de Barra poderiam participar mais de programas de fomento a produção familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴⁷ e Programa Nacional Abastecimento Escolar (PNAE)⁴⁸, bastando o projeto ser selecionado, para

reestruturar as cadeias produtivas. [...] fortalecer essas cadeias produtivas tem que se tornar um Arranjo Produtivo Local, ou territorial, municipal, principalmente para trabalhar na questão da produção, do beneficiamento. A comercialização já está praticamente garantida, diferente do passado, que era

⁴⁷ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social “O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar [...] O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo” (MDS, 2014).

⁴⁸ Esses programas têm as seguintes características: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional [...] o repasse [de recursos] é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O orçamento do Programa para 2014 é de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,05 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades” (FNDE, 2014).

o contrário, se produzia, mas não tinha onde vender, hoje, tem mercados, tem programas que garantem a compra, agora só tem que incentivar a produção. (Coordenador, Ibotirama, 2013)⁴⁹

Por fim, reconhece a sua atuação (à frente do CODETER-VC e da FUNDIFRAN), como algo diferente da CPT-BA e dos movimentos sociais em geral, acreditando ser importante, nesse momento (atual da política nacional – ainda do Governo Dilma), estar ao lado do Governo e, por dentro, construir a autonomia da sociedade civil. Antes, atuava junto com a CPT-BA mas, depois da implantação do programa dos Territórios de Identidade, houve uma ruptura. Para ele,

antes a CPT estava junto, mas saiu desse debate territorial, até porque a CPT tem outras questões em relação ao governo, e entende que os territórios estão legitimando a política que está aí, e que de certa forma acaba sendo. Mas a nossa preocupação é justamente que as organizações se organizem e a gente possa de fato quebrar isso [por dentro da política?]. A gente não tá aqui só pra legitimar, né? Quem organiza as conferências é o Estado, mas as propostas que saem aqui, da sociedade civil, não é do Governo. Não pode se tornar executora das ações do Estado. As políticas do governo federal e estadual passam pelo território, articulação, junto ou não com o Estado. [Precisamos] reunir força, fortalecer para não depender mais do Governo. (Coordenador, Ibotirama, 2013)

Essa forma da ação estatal obscurece, questões problemáticas, relacionadas à questão fundiária e aos limites do controle social da produção, mediado pelo Estado – direcionado a partir de editais de financiamento.

No entanto, essa tem sido a diretriz geral da qual o município de Barra, conforme o Secretario de Desenvolvimento Econômico, parece estar disposto a ingressar. O afastamento inicial do município, contudo, não impediu a realização de algumas ações facilmente adaptáveis, com caráter territorializado, principalmente por se tratar de um processo mais geral e difuso, tornado uma necessidade recente do Estado.

Nos Brejos da Barra, por exemplo, já estão em andamento algumas ações do planejamento mediadas por ONGs e pela própria Prefeitura, de constituição de APLs, ou seja, vinculadas à iniciativa das recentes políticas territoriais. Entre elas: a infraestruturação de sistemas de captação de água da chuva; uma pequena Unidade Comunitária de Processamento de Cana de Açúcar e Frutas – em nome da Associação dos Produtores de Cana dos Brejos da Barra (APROCANA) no Brejo da Cachoeira; e, uma pequena sede de processamento de polpa de fruta, no Brejo do Bonfim. Trataremos das mais importantes a partir de agora.

⁴⁹ Aproximadamente um ano após esta entrevista o município de Barra aderiu a estes programas e já se encontra em execução a participação dos brejeiros através das associações.

3.2 APROCANA e a Associação Brejo do Bonfim: os brejeiros entre o Estado e a ONG

O fomento à produção em cadeias produtivas parece ser o norteamento geral das atuais propostas territoriais estatais. À sua frente estão organizados os Colegiados Territoriais, nos quais os poderes públicos e civis se encontram e debatem as demandas e os cursos desta forma de desenvolvimento.

Trataremos aqui de duas experiências cada vez mais adequadas a esse novo contexto do planejamento territorial. Uma constituída por uma associação de produtores, mais relacionada com a esfera estatal municipal. Outra, também de produtores, porém, mais vinculada a uma ONG. Ambas voltando atualmente boa parte da produção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A primeira, com doze anos de funcionamento, é a Associação dos Produtores de Cana e derivados (APROCANA), surgida da iniciativa dos moradores, principalmente dos Brejos do Mato, Escuro, Bonfim, Saco e da Cachoeira.

Em seus primórdios, o interesse era reunir os produtores de cana, pensando em conjunto, os meios de se evitar os atravessadores e de se conseguir investimentos ou reivindicar melhorias de infraestrutura junto ao município. Em 2006, elaboraram com o SEBRAE um projeto solicitando, junto ao Estado, a implantação de quatro unidades de processamento e beneficiamento de cana de açúcar e frutas. Assim, diferente do proposto com o *Distrito Projeto Brejos da Barra* (apresentado acima), esta demanda partia da vontade direta das comunidades.

Em 2009, finalmente o projeto foi aprovado mas, de forma reduzida. Ao invés de implantarem quatro unidades de uma só vez, foi iniciada a construção de apenas uma, servindo de piloto para a possível construção das outras. Em meados de 2013, concluída a construção, esta foi inaugurada no Brejo da Cachoeira com o nome de Unidade Comunitária de Processamento de Cana de Açúcar e Frutas, tendo como parceiros a própria Prefeitura municipal e a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado. E, só em 2014, ela começaria a funcionar de fato⁵⁰.

Atualmente, um total de cem famílias de produtores, de várias comunidades Brejeiras compõem o quadro de associados. A produção é realizada em parceria com a Associação, e, diferente do comum, nesta parceria, o pagamento pela utilização da

⁵⁰ Visitamos esta Unidade em 2013 e 2015, porém, as atividades são ainda bastante recentes, não nos permitindo um aprofundamento estatístico e ou mesmo comparações mais profundas. Isso, só poderá ser melhor realizado em pesquisas futuras.

estrutura da Associação, não é feito “na meia” (50%), e sim à 15% do produto investido (cana-de-açúcar ou fruta).

A Unidade da Associação, tem capacidade para produzir e armazenar até 10.000 litros de cachaça, e fazer tanto a rapadura de um quilo, quanto menores, de 30 gramas. Além disso, tem equipamentos de produção de polpa de frutas e armazenamento (quatro *freezers*). Tanto a rapadura, principalmente a pequena, quanto à produção de polpa de fruta, se destinam ao PNAE e PAA municipal (ou seja, são voltados à composição da merenda escolar e às políticas de abastecimento).

O atual presidente, o senhor Marzinho, foi antecedido por Nelson Meira. A partir das entrevistas realizadas com ambos, em momentos diferentes, apresentaremos e discutiremos algumas características dessa associação, principalmente, as concernentes aos preceitos do planejamento territorial em voga no Estado.

Segundo o ex-presidente da APROCANA, a ideia de fomentar a associação partiu de suas experiências no curso técnico, no ano 2001, onde entre outras coisas, discutiam muito a questão da organização social das comunidades para a produção:

Nas minhas férias, comecei a fazer reuniões. Aí comecei a me infiltrar aqui na Prefeitura, pois, queira, ou não queira como não temos estrutura e nem nada, temos que pedir apoio do poder público. Comecei a me infiltrar muito na EBDA, nas ONGs parceiras, mas tudo com muito pé no chão, EBDA, STR e Paróquia (CPT). Começamos a reunir, trabalhar. Por que isso? Porque olha, eu trabalhei com cana, assim como todo brejeiro, a vida inteira [...] Eu fui participar de um congresso internacional da cachaça em Minas Gerais, consegui com o SEBRAE e fui, sozinho. Aquela luta, eu chegava e via a cachaça de R\$ 100,00, de R\$ 200,00, de R\$ 700,00, e eu dizia, não é possível, a gente lá, pela lógica, não custa nem um real, nossa cachaça que é um produto de exploração, tão batalhada, tão sofrida, não custa nem um real, e uma cachaça aqui, R\$ 700,00 uma cachaça, eu digo, não é possível, tem condições de melhorar a nossa pelo menos um pouquinho, quando você melhora a qualidade do produto, e consegue um valor melhor, automaticamente o agricultor ele tem renda, ele tem uma renda melhor no bolso, e consequentemente a família dele vai conseguir viver melhor, para ter uma educação melhor, um viver melhor, aí vim de lá pra cá. (Ex-Presidente, Barra, 2015)

Neste relato é possível notar o quanto as expectativas de transformação na condição do produtor movem as ações, e, atrelada à elas, o papel desempenhado por técnicos agrícolas de formação. Em sua dissertação, Sobrinho (2006) atenta criticamente a isso, como um dos fatores transformadores das expectativas dos brejeiros. De outra forma, esse aspecto compõe uma dinâmica da modernização, vinculada a mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977), incluindo a especialização em funções cada vez mais complexas, técnicas e de administração (Leite, 2015). E, além disso, com centro no caráter de arranjo produtivo, base da política territorial que seria colocada em curso.

Vejamos o funcionamento da Associação com a Unidade de Processamento. Os produtores familiares associados trabalham na própria terra, ou seja, cultivam as roças de cana e árvores frutíferas nas próprias posses, fornecendo uma parte dessa produção à associação. No início, a cota permitida de fornecimento, de cada produtor, era limitada a 70%, impedindo assim a entrega total do produto à associação e o abandono da produção e beneficiamento familiar (algo que poderia transformar a tradição familiar da produção e deixar o brejeiro muito dependente desse mercado vinculado à associação).

No entanto, hoje é permitido entregar 100% da produção, dada a alegação, por parte de muitos associados, do tamanho cada vez mais diminutos de suas terras. Mas outros, exatamente por aquele motivo da tradição, não entregam toda a produção, preferindo eles mesmos beneficiarem e comercializarem (mesmo em pouca quantidade) escolhendo para isso o melhor momento tanto do preço como da disponibilidade de mão de obra. A participação, ainda incipiente (de 1.200 produtores de cachaça nos brejos, apenas 100 estão associados), tem dois motivos: um é a desconfiança dos brejeiros com as iniciativas desse tipo. A outra é a capacidade da unidade em processar uma quantidade grande de produtos, a impedindo, por enquanto, de agregar mais associados.

A cana tem sido destinada à produção de doces e rapadura, inclusive com maior chance de venda garantida dada as parcerias com a Secretaria da educação⁵¹. Conforme o ex-presidente da APROCANA,

a gente inclusive tá fornecendo para merenda escolar do município, já forneceu para a CONAB de Salvador. Para a merenda escolar fornecemos: rapadurinhas (de 30g), polpa de mangaba, caju e manga, saídas da Unidade, e a ideia é buscar outros mercados. Quando você tem um produto padronizado, que tá bem com a roupinha bonitinha, bem embaladinha, você consegue um mercado melhor. [...] a Unidade da Aprocana, já consegue fazer rapadurinhas pequenas, polpa de caju, mangaba e manga, já fizemos experimentos de alguns doces, de abóbora e de batata também, e de aipim, todos para a merenda escolar. Qual o nosso objetivo? Aproveitar toda a matéria prima que tem ali na região, para transformar em produto e passar para a merenda escolar, para o PNAE, PAA, dessa forma, e para os próprios Brejos. Hoje, tem muita escola lá. O retorno é certo e nós, na direção da associação reunimos com o prefeito e vimos que eles tinham condição de comprar, e eles realmente apoiaram: 'produzam que a gente compra'. Aí fizemos uma licitação, direitinho [...] estamos entregando agora. E a nutricionista dá um cardápio para a gente 'tal dia eu quero isso, tal dia isso', e a gente vai entregando. Aí inverte, rapadurinha para a beira do rio, e o peixe para o Brejo, com o PNAE. (Ex-Presidente, Barra, 2015)

Para o trabalho na Unidade, uma pessoa é remunerada (salário originado dos 15% recebidos de cada produtor pela associação), porém, sem carteira assinada. Ela é

⁵¹ A Unidade, apesar de ter muito espaço e estrutura para produção de cachaça, ainda não deu ênfase à sua produção, dada certa inibição por parte da igreja, sobre esse tipo de produção.

responsável por gerir os equipamentos, e tem auxílio de outros membros da associação, se revezando, em sistema de mutirão, para beneficiar a cana e as frutas.

Estão no momento, buscando estratégias, para acessar novos mercados, e por isso, permanecem em contato direto com o SEBRAE, tentando melhorar a qualidade da cachaça e elaborar um rótulo e apresentação do produto, além da divulgação da produção da unidade, em jornais regionais, como o *Correio do Oeste*⁵².

Segundo o atual presidente da APROCANA, o trabalho do brejeiro participa cada vez mais das relações e regras do mercado. Diante disso, precisarão de adequações, até mesmo para poder acessar mais vezes os programas de compra direta do Estado. O associado, segundo ele, precisará

ter o foco, fazer um trabalho diferenciado na agricultura familiar, porque antes nós não tinha estrada, antes nós não tinha uma industrialização da cana de açúcar com tecnologia moderna tudo era primitivo, e através dessa rusticidade, da industrialização dos produtos, acontecia acidentes de trabalho, gargalos na comercialização, e a gente sofria com isso, então nos unimos, e fundamos, buscamos parcerias com o sistema de governo, para conseguir recursos para melhorar a qualidade de vida, pelo menos como ser humanos, como pessoas, como família, como produtores, e também, tirar o sofrimento da colheita da cana, desde o plantio a colheita, e o gargalo maior da comercialização para os produtos industrializados lá dos Brejos da Barra, que até hoje ainda existe. [A unidade já está produzindo] e um gargalo forte é o mercado, que quando chega na época da safra a mercadoria ela despenca o preço, e a rapadura fica sem preço, e a manga, as frutas em geral ficam sem valor agregado. Eu assumi ela tem um ano e alguns meses, e eu falava ‘olha Nelson [ex-presidente], em primeiro lugar tem que encontrar para ter o dinheiro para essas famílias, é vender para o Governo Federal’, para a CONAB, e a outra parceira, conseguir colocar para a merenda escolar, porque você tá colocando um produto, que apesar de não ter o selo de orgânico é produto natural, produto orgânico, com estilo de produzir simples, pouca coisa, mais agrega grande quantidade, porque tem muita gente produzindo, são muitos produtores, e aí a gente teve a ideia que para atender o município da Barra, em termos de servir para a merenda escolar, aí sentei com as cinco associações [de outros ramos] e aí disse: ‘é o seguinte, nós juntos, conseguimos colocar o produto para a merenda escolar’. (Presidente, Barra, 2015)

Para o Secretario de Desenvolvimento Econômico do município, a APROCANA é uma das mais importantes ações nos Brejos da Barra:

Nós temos aqui a unidade de beneficiamento de cana de açúcar, que fica no Brejo da Cachoeira, onde temos o fabrico de cachaça (aguardente), rapadura, polpa de fruta, doces, e a gente quer ver se aumenta essa quantidade de produto já beneficiado, que tem demanda, é importante ressaltar que uma

⁵² Em novembro de 2014, o jornal *Correio do Oeste*, divulgou uma curtíssima notícia sobre a produção da Unidade de Beneficiamento, com o título: *Barra: unidade de beneficiamento de cana do Brejo da Cachoeira produz com sucesso!* Nela se encontra algumas informações sobre o acordo com a Prefeitura para participação no PNAE e sobre a produção de polpa de frutas. Em 2015, outra reportagem intitulada: *Barra: secretário de meio ambiente visita unidade de beneficiamento de cana no brejo da cachoeira!* foi realizada, informando a visita do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo à sede da Associação, na qual destacaram que 1200kg de polpa de frutas estavam em processo de beneficiamento e serviriam ao programa PNAE.

Associação que faz a gerencia dessa Unidade, ela está firmando um contrato num valor razoável, com o PAA (que é o Plano de Abastecimento de Alimentos) e o PNAE (que trabalha com a parte de merenda escolar). Então, os percentuais que a gente trabalha estão dentro da legislação e que já estão mudando, que antes era de 30%, e que eles estão querendo ver se estendem um pouco mais no valor da merenda escolar ser produto da agricultura familiar (em que eles são associados e eles são produtores familiares), ou seja, não tem nenhum grande produtor e nem um médio produtor, são todos pequenos produtores. Existe uma demanda, um comércio, que são as crianças das escolas, mas nós não temos condições ainda de ampliar a produção, que tem alguns pequenos entraves, que eu acho que tem como resolver isso em médio prazo. (Secretário, Barra, 2015)

A associação em 2015 produziu 1.200 quilos de polpas de frutas encaminhadas a Secretaria de Educação do Município. Essa atividade, mais vinculada às frutas, fica a cargo das mulheres brejeiras associadas à APROCANA, que negociam os preços com os fornecedores de frutas, chegando a pagar R\$ 6,00 o quilo – um preço mais favorável em relação ao anterior, de apenas R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 a cada cem mangas, pago pelos atravessadores. Esse preço é garantido, no acordo com o PAA e PNAE (fotos 30 à 37).

Fotos 30 à 37– Da esquerda para a direita: Sede da Usina de Processamento de cana e frutas, engenho mecânico, despolpadeira, tonéis de cachaça, rapaduras, alambique, polpas de frutas e cartaz dos Produtos dos Brejos da Barra. Brejo da Cachoeira, Barra (BA), em set. de 2013 e jul. de 2015. Autor: Erick Kluck.

Segundo o Ex-Presidente, essa demanda pode aumentar, porém:

a associação não tem condição de absorver todos os produtos agora, e aí o pessoal continua vendendo no mercado local, a manga nossa vai para Brasília e Salvador, os caminhões buscam nos Brejos e levam para Brasília e Salvador. O que acontece é que os preços ficam nas mãos do atravessador, compra no preço que quer, barato. A intenção é fazer uma cooperativa, para que possa agregar valor. Não é justo um cara pagar num cento de mangas R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 é muito pouco. Mil mangas, R\$ 30,00, é absurdo... Então tá faltando a gente se articular nessa parte da comercialização, na parte da produção a gente deu um avanço, nessa parte de comercialização a gente precisa descobrir mercados, e mercados que pagam dignos, que paguem melhor... Pior não é possível. (Ex-Presidente, Barra, 2015)

Este tipo de associação, portanto, está se adequando as proposta políticas de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia. E, na visão de seus fomentadores, a demanda de diferentes povoados (para além dos Brejos), por projetos desse tipo é bastante alta, principalmente por:

- a) garantir o acesso ao dinheiro para manutenção de seus novos gastos, dados pelo aumento do consumo de eletrodomésticos, motos, móveis, etc.;
- b) diminuir a crise gerada pela diminuição do tamanho das posses nos Brejos;
- c) diminuir o impacto dos atravessadores, tendo o preço e a quantidade a ser vendidas, já garantidas pelo PAA e PNAE;
- d) e, segundo o discurso dos mais jovens: a garantia da permanência no lugar de origem (com maiores oportunidades de estudo e emprego).

No entanto, a demanda ser alta, não significa interesse ou possibilidade de todos os moradores em participar, principalmente porque, em muitos casos nem todas as associações conseguem enviar representantes, para a participação na escolha da demanda a ser beneficiada com os editais. Muitas comunidades, distantes das sedes municipais, necessitam de meios (transporte ou dinheiro) para se deslocar em busca da participação das reuniões do Colegiado ou dos PPA-P. Essa, entre outras, é uma das críticas recebidas por essa forma de promoção do desenvolvimento territorial.

A segunda iniciativa referida a produção nos Brejos é a proposta pelo Centro de Estudos Socioambiental da Bacia do São Francisco (CESAB-SF). Trata-se de uma organização não governamental (ONG) atuante na captação de recursos, por via de projetos articulados aos programas territoriais federais e estaduais, respectivamente, Território da Cidadania e Território de Identidade, e pelos quais tentam implantar o chamado de “desenvolvimento” dos Brejos, relacionado com a política territorial.

Em 2013, no município de Barra (BA), conversamos com um integrante desta ONG, o qual nos informou sobre a concentração das suas ações na discussão territorial. Segundo ele, a organização atua na implantação de viveiros, cisternas (principalmente de segunda água – para produção) e agroindústrias de fruta e cana-de-açúcar⁵³. Para a captação dos recursos é necessário o desenvolvimento das atividades no município inserido no Território de Identidade do Velho Chico.

Ao perguntarmos a ele, se a identidade seria um critério central, e qual seria a identidade do Velho Chico, respondeu: a identidade em si não é necessária, pois isso já estaria dado pelo pertencimento de um município ao território. Para nós, isso evidencia

⁵³ Essa conversa se realizou em setembro de 2013, na sede do CESAB-SF, em Barra (BA).

o quanto o conceito “identidade” pode ser facilmente substituído pelo de crédito ou dinheiro, articulado a uma unidade territorial reconhecida.

Nos Brejos, esta ONG tem atuado na implantação de pequenas sedes de beneficiamento de polpas de frutas, conseguindo um trator e diferentes equipamentos. A principal iniciativa é a Associação de Agricultores Familiares do Brejo do Bonfim, na qual em 2015, em parceria com a CESAB, iniciaram as atividades de produção de polpa de frutas, custeando os meios de produção no valor de R\$ 35.000,00 – 02 freezers, a sede, 01 mesa, 01 seladora, 01 desidratadora, 01 liquidificador industrial⁵⁴. Com o apoio técnico dessa ONG, fizeram um projeto, logo aprovado para o PNAE, garantindo a compra pela Secretaria de Educação, das polpas e doces (de caju, goiaba e manga) produzidas para compor a merenda escolar. Assim, cada produtor passou a ter um “crédito” de R\$ 8.000,00 com o município para custeio, obrigando-se a entregar um total de 1.000 quilos de polpa de fruta e doces, até o fim do contrato. Ou seja, se pagará R\$ 8,00 por cada quilo de polpa ou doce.

Portanto, uma das tarefas da CESAB-SF é incentivar e subsidiar os moradores na organização em associações ou cooperativas, para pleitearem os editais de projetos de desenvolvimento de atividades. Outra é estimular a entrada dos brejeiros nos programas PAA e PNAE. Vimos isso também com a Aprocana, através da Prefeitura.

Essas duas iniciativas recentes no município de Barra, apoiadas pela Prefeitura e pela CESAB, junto com outras organizações, nos aproximam das proposições das políticas territoriais, na efetivação do chamado desenvolvimento produtivo do território, na qual, no discurso do Estado, tudo parece se encaixar sem conflitos. Isso pode ter relação com a afirmação de Abreu (2013):

Duas questões precisam ser lembradas ao se tratar as parcerias atuais entre ONGs e Estado como um estágio da dinâmica entre sociedade civil e estado no Brasil. Em primeiro lugar, o contexto histórico que marca o ressurgimento do conceito de sociedade civil é caracterizado por um Estado forte e pouco permeável às demandas dos atores da sociedade. Em segundo lugar, parte da literatura vê o atual momento das ONGs no Brasil como expressão da perda da capacidade de mobilização da sociedade civil, como resultado de uma “domesticação” de parte das demandas dos movimentos sociais. [...] No entanto, essa dinâmica de parceria entre estado e ONGs parece se consolidar cada vez mais como política de Estado, como uma forma de prover serviços e executar políticas públicas. (Abreu, 2013, p. 114-115)

Só parece, pois, na realidade, isso acarreta alguns problemas em relação à captação de recursos, gerando, ao invés de uma atuação complementar, uma disputa

⁵⁴ Segundo o ex-presidente, e agora tesoureiro dessa associação, essa existe há 18 anos e tem atualmente 30 associados. Antes haviam 150 sócios, mas depois do Distrito Projeto Brejos da Barra, o número caiu para apenas 10 associados. E hoje, com a aproximação da CESAB, chegaram em 30. A mensalidade é de R\$ 5,00, mas se for um novo ingressante, a primeira fica em R\$ 120,00.

fundos públicos. Para tanto, o CODETER-VC, no caso do Território de Identidade do Velho Chico, parece se tornar o palco dessa mediação, por ser este órgão o lugar onde ambos, o Estado e as ONGs, participam defendendo seus interesses.

No caso do município de Barra, a relação entre a Prefeitura e a CESAB pode servir de exemplo, devido as questões relacionadas à captação dos recursos e assim, do atendimento de demandas, como as advindas do PNAE e outras, como a regularização das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) e o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), tencionando a relação entre eles, nessa disputa no uso do fundo público. Segundo o relato de um técnico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Barra:

a CESAB foi parceira no início, depois, todo mundo se afastou, eu digo, com todo respeito, com muito cuidado, mas eu digo, a CESAB, com o montante de recurso, que a gente vê entrando no município, o montante de apoio, só tratores eles tem entorno de cinco a seis tratores, eles tem uma infraestrutura muito grande. E, assim, na prática, não contribui com nada. A CESAB tem seis tratores, a gente precisa de um só, a gente com demanda, não é minha, não é para mim, é para o produtor. [Tem trator mas,] não tem cronograma, plano. E um outro ponto, que eu acho, até de certa forma aproveitador, é que usa o nome de todos os agricultores para conseguir esses bens. Hoje a CESAB tem uma pasta de 800 agricultores da Barra que dão assistência técnica, aí sim, você leva números e diz assim ‘eu tenho aqui 800 agricultores que trabalham com cana, que trabalham com isso...’ esses dados são levados lá eles tem acesso ao governo [talvez via território de identidade] só que chega aqui, o produtor nem sabe que o nome dele tá envolvido naquele processo. Eu acho de má fé, interesse próprio. (Técnico, Barra, 2015)

O Secretário de Desenvolvimento, apesar de reconhecer a importância das Organizações Não-Governamentais, também vê problemas na relação com a CESAB. Segundo ele, por exemplo, com o aumento da demanda pela execução do CEFIR, cada município ficou responsável, na Bahia, por efetuar, com urgência, seu levantamento. As ONGs com um corpo técnico de consultoria qualificado em Georreferenciamento, também passaram a disputar com a Secretaria, as cotas para execução desse cadastro. No caso, em Barra, a CESAB pleiteou e conseguiu por um projeto, uma cartela de 800 declarações, algo, segundo o Secretário de Desenvolvimento, maior que a própria cota da Secretaria, com agenda de 600 declarações a serem realizadas. Segundo ele, indignado: como uma ONG pode realizar mais declarações, de algo tão importante, que o próprio poder público?

Essa contradição entre complementação e disputa, parece derivar do seguinte aspecto: para se efetivar como ONG muitas dessas organizações recorrem aos recursos estatais. Porém, nisso, entram em conflito justamente com órgãos estatais necessitados desses recursos para efetivar políticas públicas, pois, as diferentes esferas ou níveis

estatais de gestão disponibilizam tais recursos para contratação de prestadores de serviços a executar determinadas ações. As ONGs, tem interesse em captar esses recursos, se reafirmando como uma instância capaz dessa execução, também contratando prestadores de serviços, de maneira aparentemente menos burocrática:

A parceria com o Estado é uma via de mão dupla. De acordo com essa máxima, a parceria com o Estado representa a possibilidade de estabelecer uma parceria estratégica que potencializa os resultados das ONGs, mas que traz, simultaneamente uma série de obstáculos e impedimentos burocráticos que comprometem a autonomia dessas instituições. A parceria com o Estado é vista, ao mesmo tempo, como um dos principais obstáculos e como uma alavanca para os projetos das ONGs. (Neto, 2013, p. 143)

Não obstante, essa disputa na execução, para além de um caráter político, se remete a um momento em que o Estado torna-se um importante elo de garantia da reprodução da ONG e das empresas de consultoria e prestadoras de serviços, refletindo essa disputa por fundos públicos.

Tanto as ações do Estado, quanto a das ONGs se territorializam ao serem personificadas no produtor rural, proprietário ou posseiro de terra, alvo dessas ações. Essas entidades, públicas ou civis, disputam o perfil social (caráter jurídico de pessoa física) do posseiro, pois, isso significa, entre outros, a garantia de dinheiro, na forma de recursos para sua reprodução e de seus parceiros. Por parte da Prefeitura, esses recursos estatais, além de garantirem o pagamento dos parceiros, reafirmam sua gestão como eficaz diante da população. Por parte da ONG, esse recursos possibilitam de execução de sua reprodução enquanto ONG, constituída por corpo de técnicos entre outros.

A novidade motora dessa possibilidade é governança, incluindo essas novas forças políticas territoriais. O repetitivo é o dinheiro e o crédito mediando a reprodução geral, contribuindo para a inserção, ainda maior de todos no mercado⁵⁵. Assim, territorializar as ações é também disponibilizar recursos individualizados, ou seja, é uma das formas de se capilarizar territorialmente o dinheiro, na forma de moeda e crédito (Contel, 2007). Desse modo, essas ações territoriais, no sentido do domínio de uma cadeia produtiva de mercado, ou do cadastro da terra para recebimentos de políticas públicas parecem, portanto, vincular ainda mais o dinheiro ao território. E, o dinheiro parece necessitar cada vez mais dessa vinculação.

⁵⁵ Existem muitas referências sobre essas questões atuais relativas a atuação das ONGs em sua relação com o Estado e sobre a Governança. Por exemplo, o livro recém publicado intitulado: *ONGs: novos vínculos entre sociedade e Estado*, organizado por Reis (2013). Além desse, o livro *Governança territorial e desenvolvimento*, de Dallabrida (2011). No entanto, essa leitura pode ser ampliada com outra, bastante crítica, sobre as determinadas transformações na órbita da relação entre Estado e mercado, como contradição da modernização. Trata-se do livro *Com todo Vapor ao Colapso* de Kurz (2004).

Por fim, ainda sobre as formas de se territorializar as ações, uma recente questão apareceu também no município de Barra, com a notícia da extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), responsável por boa parte das ações das Assistências Técnicas Rurais (ATERs). Estas serão assumidas pelo Colegiado Territorial, e assim, passarão de fato a se materializar como ação territorial oficial. Segundo o técnico da Secretaria de Desenvolvimento,

tive aqui com Ruben, e ele disse que o modelo de assistência técnica vai passar pelo Território do Velho Chico, e para poder participar do território tem que ter um conselho de desenvolvimento rural sustentável do município. [Participam desses conselhos] as associações do município. Aqui na Barra nós temos em média umas 115 associações: produtor, criador, mel, mamona, tudo isso. As associações elegem duas pessoas para participar do conselho em Ibotirama. Essas duas pessoas, eleitas pelas associações [115] vai lá levar as demandas de cada uma das associações, e aí, a assistência técnica vai ser definida pelo território e todos os projetos ligados a agricultura, vai ser tudo passado pelo território. [...] Mas, eu, com todo respeito, da minha opinião, viu, eu não acredito nisso não, viu, moço, você não tem um lugar fixo, uma referência, você não tem nada, não existe, fazer assistência técnica, passar pelo território, não dá para entender, se perde muita coisa, se perde tempo, e hoje a agricultura não espera, se você fecha um plantio aqui de cana e quer assistência técnica. Eu não sei, a questão da assistência técnica na Bahia, no meu ver, no momento, não existe. Digo isso com conhecimento de causa e a CESAB hoje ela presta assistência técnica para mais ou menos 600 a 800 famílias no município da Barra, e você não vê praticamente nada. Por exemplo, você tem uma mandioca, tá com uma dificuldade, por causa da praga, você não sabe quem procurar, quer demarcar uma área, não tem quem procurar, mas você olha no papel, tá bonitinho. (Técnico, Barra, 2015)

Em todos os casos, o cerne é o desenvolvimento da produção em cadeia, na qual se verifica a presença necessária do Estado, em dois momentos: na base dos financiamentos para a produção e na compra dos produtos. Nesse processo, o dinheiro é a mediação das relações entre produtores associados, ONGs, e empresas de consultoria e fornecedoras de serviços, subcontratadas das ONGs e das Associações. É o dinheiro do Estado, promovendo a dinâmica do mercado, parecendo vigorar nessas iniciativas territorializadas, tendo nas comunidades sua base territorial transformada.

A inserção dos posseiros dos brejos nesses projetos de desenvolvimento, com arranjos produtivos locais nos Territórios de Identidade, se tornou também uma necessidade estatal, na qual, por outro lado, esses veem uma ponta de esperança em reproduzir seu trabalho, dado o contexto cada vez mais adverso de sua realização sem esse aporte estatal, sendo esse um caráter do confinamento territorial, ou seja, do impulso com crédito e dinheiro da mobilização do trabalho territorialmente alocada.

Apesar de inicialmente, parte da produção ser vendida diretamente ao Estado, com o tempo essas comunidades produtoras poderão “caminhar com suas próprias pernas”, ganhando outra dimensão de mercado, de forma mais independente do Estado.

No entanto, não se tornariam assim, mais dependentes de outros serviços e inovações, de alto custo, como rotulagem, propaganda, embalagens e até instrumentos de produção, por vezes, os fazendo não conseguir o retorno esperado, a não ser recorrendo a créditos, ou a maior espoliação dos integrantes das famílias, para conseguir um aumento da produtividade que os compense, por via do aumento da jornada de trabalho?

Inicialmente, os posseiros conseguem uma melhora no preço, em relação ao pago pelo atravessador particular. No entanto, o próprio Estado comprando por um baixo preço e exigindo uma carga fixa de produto, não se transforma, com o tempo, em um atravessador privilegiado, agindo através da redistribuição desigual de dinheiro público? Esta política social inserida no rol do planejamento territorial, apoiando os Territórios de Identidade, apesar de mais redistributiva do que outras, deixará de acarretar contradições, situadas para além das comunidades e do próprio Estado, relegadas ao universo do dinheiro e da valorização do valor no mercado?

Por exemplo, o tempo de trabalho destinado ao beneficiamento da cana, cada vez mais impulsionado no mercado, não fará com que a família se dedique com mais ênfase a sua produção, transferindo parte do tempo de trabalho antes destinado diretamente ao consumo, para produção visando o recurso (dinheiro), com o qual se reproduz, de maneira ainda mais mediada? E quando o Estado não puder mais comprar?

Portanto, em um sentido mais amplo, qual papel caberá aos brejeiros e outros produtores, no jogo desigual do desenvolvimento das forças produtivas da produção de mercadorias? Não continuariam, mesmo em outra escala ainda espoliados, pelo preço da mercadoria, de seu tempo de trabalho, de uma forma parecida com a encontrada na relação com os atravessadores “clássicos”? Dado o parco e incipiente conjunto de dados relativos a essas iniciativas, não poderemos fornecer qualquer resposta consistente, porém, esses indícios implícitos às perguntas, não deixam de chamar a atenção.

Todo esse conjunto, somado a outras ações estatais conformadoras da reprodução do trabalho na posse: incentivos, benefícios e auxílios, mostram o quanto o próprio Estado esta na base da reprodução do brejeiro. Ainda assim, mesmo tornando-se uma referência importante, potencializando investimentos, subsidiando, financiando, expandindo o crédito a determinadas ações, não deixa, por outro lado, de contribuir, por esses mesmos meios de financiamento (porém em escala maior) com o aumento de uma triste situação, já experimentada por diversos camponeses no Brasil, impostas por iniciativas privadas, relacionados à usurpação de terras devolutas para especulação fundiária e produção de energia eólica. Também por isso, entidades de luta pela terra,

questionam tal planejamento, segundo eles, voltados a ênfase dos aspectos identitários e territoriais, vinculados a produção, em detrimento de iniciativas que garantam as posses e a regularização fundiária. Veremos um pouco dessa discussão a partir de agora.

3.3 Brejeiros entre o Estado e os grandes proprietários: a usurpação de terras devolutas

No uso e apropriação da terra, diversas formas e relações apresentadas, os brejeiros garantem a posse sobre as terras, as quais são juridicamente consideradas devolutas de acordo com as Leis de Terras de 1850 e 1891. Nesse uso, efetivam a função social da terra: um dispositivo fundamental, da Constituição em 1988 (derivado do Estatuto da Terra de 1964), no qual se afirma a necessidade do cumprimento dessa função na legitimação da posse e garantia da propriedade.

Através de uma Ação Discriminatória, pode ou não o Estado reconhecer e modificar o *status* da terra pública e da posse, dizendo por quem, e, se essa função social está sendo exercida. No entanto, a regularização da terra possuída pelos posseiros tem sido dificultada, dado o grande conjunto de normas a se adequar e a alta demanda aos órgãos responsáveis em efetivar essas regularizações. Para o Estado, essas terras são devolutas. Para esses camponeses, elas são apropriações essenciais na qual desenvolvem suas atividades, constituindo seus territórios. Esse impasse na regularização os deixa vulneráveis as investidas de diversos empreendimentos que usurpam essas terras públicas em uso, os territórios dos camponeses.

Ser regularizada por via estatal, a depender das normas e dispositivos administrativos e reguladores, também não deixa de ser problemático, dada as nuances das diferentes regras as quais as comunidades ficarão submetidas, incluindo até mesmo, em alguns deles, a participação de empresas. Por isso, torna-se importante, segundo algumas entidades de luta pela terra, o estímulo ao constante debate entre os posseiros, na avaliação da melhor forma de regularização pleiteada junto ao Estado.

Portanto, a atuação estatal territorializada, promotora dos programas sociais de incentivo ao desenvolvimento, infraestruturação e estímulo ao mercado, não envolve somente os camponeses, mas, para além deles, favorece outros empreendimentos, compondo uma trama contraditória, característica das recentes disputas pela terra.

a) Ameaça recente aos territórios dos posseiros dos Brejos da Barra

Em junho de 2015, no *site* do INCRA, precisamente no Sistema de Georreferenciamento Fundiário (SIGEF), havia um cadastro de terra georreferenciado no município de Barra, a qual, a área pleiteada de 229 mil hectares, coincidia com a área

das posses familiares e comuns de cerca de 50 comunidades brejeiras. Essa informação logo confirmada, deixou em alerta diversas entidades de luta pela terra, sobre uma possível tentativa de grilagem⁵⁶.

A CPT diante desse quadro, acionou a Diocese de Barra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Barra e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente municipal, no sentido de definir as estratégias de ação contra essa possível investida empresarial. Entre elas, foi realizado um encontro, no dia 31/08/2015, no próprio município, para o qual, além dessas entidades foram convidadas as lideranças das comunidades brejeiras, totalizando cerca de 150 pessoas.

Neste encontro foi exposta a trágica “novidade” a partir dos documentos extraídos do SIGEF e de um mapa no qual se encontram as comunidades implicadas. A empresa em questão registrou a área sob o nome de *Fazenda Cristo Rei* (anexo 1)⁵⁷.

Em uma carta escrita pela principal acionista desta empresa (para ser lida no encontro), encaminhada ao gestor da sala da cidadania do INCRA, constava a seguinte informação sobre a presença de povoados na área da Fazenda Cristo Rei: “somente após regular compra e venda e registro em Cartório, tomou conhecimento da existência de alguns possíveis aglomerados de posseiros nas áreas em questão [...]”⁵⁸ (anexo 2).

⁵⁶ “Diz a história que a expressão grilo, empregada para definir as terras apropriadas e registradas ilegalmente, vem de um antigo artifício utilizado para dar a documentos novos a aparência de velhos. Para tanto, os fraudadores de títulos imobiliários colocavam os falsos documentos recém elaborados em uma caixa metálica ou de madeira juntamente com diversos grilos, fechando-a em seguida. Depois de algumas semanas, os documentos já apresentavam manchas amarelo-fosco-ferruginosas, decorrentes dos dejetos dos insetos, além de ficarem corroídos nas bordas e com pequenos orifícios na superfície, tudo a indicar a suposta ação do tempo. O exemplo acima, naturalmente, faz parte de uma tradição ingênua há muito superada por artifícios mais sofisticados desenvolvidos quase sempre às margens do poder econômico. A história do grilo, no entanto, serve para demonstrar que a grilagem ocorre a partir de falsificações documentais, muitas vezes com a conivência de órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio público” (Federal, M, 2015).

⁵⁷ A informação foi divulgada pela Revista online *Barra Magazine*, no dia 28 de agosto de 2015, através de uma reportagem de Juan Felix intitulada *Barra: escritório de advocacia registra em seu nome cerca de 20 do território da zona rural barrense avaliado em 68 milhões de reais*: “De acordo com o um documento obtido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no dia 22 de abril de 2014 foi solicitado no Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF o registro de uma área denominada ‘Fazenda Cristo Rei’ com 229 mil hectares de terra em nome da empresa Almeida Mendes Advocacia. A faixa de terra que foi registrada compreende segundo informações um trecho limítrofe que vai de Pilão Arcado até Buritirama” (Felix, 2015, p. 01).

⁵⁸ A sócia majoritária da empresa de advocacia, responsável por registrar a terra nos Brejos, aparece no próprio SIGEF, como proprietária de mais quatro grandes propriedades de terras, com um memorial descritivo e planta reconhecidas como válidas pelo INCRA, no Estado da Bahia. A primeira e a segunda, são no município de Remanso, com os respectivos nomes e áreas: Serra do Mulato (com 52.367,3 ha) e Serra do Mulato/Fazenda Olhos d’Água (com 16.161,9 ha). Sobre ambas as áreas constam requerimentos, no próprio INCRA, de cancelamento do registro, por se situarem em áreas onde existem comunidades. A terceira fica no município de Oliveira dos Brejinhos e se chama Fazenda Várzea do brejão (com 14.133,7569 ha). Já a maior delas, em Campo Alegre de Lourdes, é a Fazenda Vitória (com 27.284,7306 ha). Portanto, o caso de Barra não é único e talvez compondo um novo processo de territorialização.

Segundo o gestor da sala da cidadania do INCRA no município, a empresa, no mesmo momento da entrega a carta, apresentou a escritura da terra, solicitando o Certificado de Cadastro Imóvel Rural (CCIR). No entanto, esta solicitação não foi atendida, por se tratar de área muito superior aos 975 hectares permitidos no município.

Os tais “possíveis aglomerados de posseiros”, forma irônica pela qual a empresa apresentou as comunidades brejeiras, somam por volta de 50 comunidades (de 30 a 100 famílias em cada uma) e estão nessas terras, usando-a de forma comum e com posses familiares, há pelo menos 150 anos (mapa do anexo 1).

Surpreendidos com a notícia, e em meio a grande preocupação, essas entidades e lideranças comunitárias reuniram forças para encaminhar o pedido da Cadeia Dominial e a Certidão de Inteiro Teor junto ao Cartório de Barra, além de agendar uma Audiência Pública no município, com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) da Bahia, órgão responsável por executar a Ação Discriminatória Administrativa Rural.

O Cartório de Barra informou à CPT-BA a não existência da Cadeia Dominial da terra (documento onde consta toda a sucessão de donos dessa propriedade incluindo o destacamento do patrimônio público) e só disponibilizou a Certidão de Inteiro Teor (anexo 3), na qual constam as seguintes informações: o primeiro traslado de propriedade ocorreu em 20 de março 1968, pelo qual Lindolfo Nery Neponuceno e sua esposa, venderam por Ncz\$ 1.225,00, uma terra no tamanho de 375 braças (cada braça equivale a 2,2 m), localizada no lugar denominado Fazenda Paulista, para o Sr. Israel Rodrigues de Jesus. Em seguida, no mesmo livro de registros, no dia 16 de janeiro de 1970 foi efetuado um primeiro registro de matrículas, relativo a essa terra de 375 braças. Neste ato, foram desmembradas 60 braças para José Nery Neponuceno, outras 120 braças para o Sr. Alcides Marcelino da Silva, restando portanto 195 braças, as quais se tornaram 229.867,4819 *ha* registrada como *Fazenda Cristo Rei*, sem qualquer detalhe sobre a retificação, porém, confirmando a compra pela empresa em questão por R\$ 60.000,00.

O registro de uma área dessa proporção, por ultrapassar em muito os 2.500 *ha* permitidos por lei, não poderia ter se realizado – e, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, necessitaria de uma aprovação prévia do Congresso Nacional.

Outra questão, investigada após a reunião, foi o percurso da compra. Para se chegar aos herdeiros, portadores do documento relativo às 195 braças, segundo o relato de um morador da comunidade do Capricho, vizinho da Fazenda Paulista (em Barra):

há aproximadamente quase dois anos, esse rapaz [advogado da empresa] foi lá na minha casa no Capricho procurando uma área de terra para comprar. O rapaz chegou lá me procurando: ‘Você quer vender essa área de terra sua?’.

Moço eu não vendo não que a gente mora aqui, tal e tal (a minha terra é só uma tarefa de boca, na beira do rio). Aí ele falou: ‘Tem documento a terra?’ Eu digo, não. Porque a gente comprou assim e assim, tal, e a pessoa nunca passou documento. ‘Então não serve para mim... servia para mim se tivesse documento... Porque eu comprava esse pedaço aqui da frente, esse pedaço na beira do rio, e a caatinga que é do Estado, nós estrange [lubridia] no documento, e vamos criar bode’. O assunto foi esse, aí eu falei: a minha eu não vendo não... ‘E quem é o dono, quem foi o primeiro dono dessa terra que vocês compraram?’. Moço, já morreu, mas tem os herdeiros... Assim, assim, assim... ‘e você sabe onde moram?’ Moram em Xique-Xique. A conversa foi essa. De lá o elemento saiu, e quando foi de noite, já ligava... ‘Já conversei com o herdeiro da terra’. E daí para cá, quieto, ficamos sem saber. Daqui um pouco aí surgiu a conversa aqui na Barra, que ele comprou essa área de terra lá, que é a terra nossa. Tá entendendo, que nós mora, extremado com o Paulista, comprou uma área de terra pequena, na beira do rio, inclusive com a escritura, tá entendendo, e ele estranhou esse documento’⁵⁹.

Diante de tudo isso, a CPT-BA, junto com lideranças dos Brejos e com o Secretario do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Barra, se reuniram em Salvador com o responsável pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário que cuida da Ação Discriminatória Rural, para solicitar uma Audiência Pública sobre essa questão no município. Tal solicitação foi, devido a gravidade e urgência do caso, prontamente atendida e assim, em 24 de novembro de 2015, foi realizada a Audiência Pública no município de Barra.

Esta Audiência contou com a participação de diversos representantes dos movimentos sociais de luta pela terra, autoridades políticas tanto municipais como estaduais (Procurador, SEPROMI, CDA) e federais (SPU, INCRA, ICMbio), CPT e inclusive do professor doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (um dos maiores especialistas na questão fundiária e agrária do Brasil). Nela foram levantados os diferentes aspectos da questão, entorno desse absurdo registro de terra, principalmente em relação a sua validade e formas de impedir sua efetivação, além da possível punição aos envolvidos. Foram também, realçadas as problemáticas relativas a omissão do Estado, permitindo o registro e o cadastro de uma quantidade de terras tão grande, sem melhor averiguação dos órgãos responsáveis na identificação, logo no início dessa possível “grilagem”. Por fim, se pontuaram as possibilidades de enfrentamento político e social da questão, entre as quais, se destacou a regularização das terras dos posseiros.

No decorrer da Audiência, alguns elos, ainda mais intrigantes, foram ligados, sobre a origem e falseamento do documento. A comprovação do fato, no entanto, advirá de outras análises e do próprio andamento do processo.

⁵⁹ Depoimento de um morador da comunidade do Capricho, ribeirão do São Francisco em Barra (BA) na reunião realizada pela CPT no dia 31 de agosto de 2015.

A senhora Gislene⁶⁰, constante na Certidão de Inteiro Teor, como vendedora das 195 braças de terra à empresa, compareceu a Audiência com sua filha Simaria. Esta, se pronunciando sobre o caso, afirmou ter sido, com sua mãe, levadas ao engano, por um dos advogados envolvidos na compra da terra. Segundo ela, no dia 13 de novembro de 2014, foi feita uma procuração em nome da mãe dela e levada a ela por um “oficial de justiça” (na verdade um promotor) para ser assinada. Essa procuração, segundo esse oficial, precisaria ser assinada devido a regularização de uma escritura de terra (com intuito de desmembrar uma parte da terra de posseiros, a ser destinada a colocação de uma torre de celular) da qual a sua mãe era herdeira (escritura em nome de seu pai Israel). Tal procuração, segundo esse “oficial”, era para ele reelaborar o documento da terra, porém, na verdade, segundo ela, a mesma dava plenos poderes para o seu detentor, de comprar ou vender bens em nome da pessoa:

essa procuração foi feita no dia 13 de novembro, e parou o Fórum [de Xique-Xique], somente para se fazer essa procuração. Já estava no horário de almoço, ele como Promotor, falou lá com os funcionários, que estava precisando urgentemente dessa procuração... então foi uma coisa, que ele já estava em mente de fazer isso. [...] na procuração não colocou o nome dele, para ele sair fora. Nela tá o nome de Nailton, que é irmão dele... e aí, depois, já vem com a escritura pronta, em nome de sua esposa [do Promotor] [...] ela [a mãe] foi usada, foi má fé [...] ⁶¹.

A senhora Gislene, completando o depoimento da filha, disse não ter vendido a terra, pois o próprio Israel já tinha vendido tudo (sem escritura). E, pela assinatura da procuração receberia um “agrado”, assim como, o valor de R\$ 60.000,00 constante no documento de registro de escritura, ambos não efetivados.

Segundo o Prefeito, presente na reunião, ao ser indagado por Simaria, sobre a fiscalização de uma negociação desse tamanho, respondeu:

Quanto ao ITBI [imposto de transmissão de bens imóveis], foi apresentado, no departamento de receita da prefeitura, essa proposta de compra e venda de R\$ 60.000,00, e foi pago o ITBI em cima do documento, desses R\$ 60.000,00. No documento de ITBI, tinha lá o tamanho da área... mas, o funcionário disse, que não ia questionar o Promotor de Justiça ⁶².

Na mesma Audiência, o procurador do Estado da Bahia, afirmou a necessidade da CDA iniciar processo de Ação Discriminatória para impedir a matrícula, cancelar o documento e assim regularizarem as posses. Para ele, o interesse da empresa na área pode estar ligado as vantagens da sua venda a quem irá produzir energia solar, eólica ou mesmo constituir cotas de reserva ambiental (ver a lei 12.651/2012), em terras públicas, acompanhando a dinâmica fundiária da recente ocupação do chamado MATOPIBA.

⁶⁰ Gislene, herdeira de Israel é lavradora em Xique-Xique e foi representada nesse trâmite da terra por Nailton. Os sobrenomes são suprimidos para evitar quaisquer represálias.

⁶¹ Depoimento recolhido na Audiência Pública em Barra, em novembro de 2015.

⁶² Depoimento recolhido na Audiência Pública em Barra, em novembro de 2015.

Os encaminhamentos elaborados ao final da Audiência foram os seguintes:

- Responsabilização do Titular do Cartório;
- Inspeção judicial dos cartórios envolvidos;
- Responsabilização dos advogados envolvidos;
- Cancelamento do Registro, no INCRA e no Cartório de Imóveis;
- Estimular a auto identificação das comunidades e regularização do território;

A CPT-BA, a Prefeitura de Barra, representantes das comunidades e o STR fizeram em março de 2016 uma reunião com o Procurador Federal em Irecê-BA. Nesta oportunidade lhe foi apresentado o conflito. Devido a gravidade da questão esse grupo iniciou a elaboração de uma representação, encaminhada a ele para sua manifestação oficial. Essas ações resultaram, em outubro de 2016, em um passo importante para o cancelamento do documento: o bloqueio da matrícula no Cartório de Barra (Anexo 03) e o cancelamento do Cadastro no SIGEF do INCRA. Os outros estão em andamento.

Outra medida iniciada após a Audiência, foi a retomada das discussões entorno da regularização fundiária, para envio de uma proposta à CDA. De acordo com um colaborador da CPT-BA, houve em 2016, um avanço significativo na Bahia, trata-se da:

Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, denominado de Busca Ativa, que visa a identificação de novas comunidades que vivem em regime de Fundo ou Fecho de Pasto, porém não se reconhecem como tal. Para a regional Barra, foi contratada uma equipe composta por 4 pessoas, uma coordenadora e 4 agentes de campo, para desenvolver este trabalho diretamente junto as comunidades. Como os brejos tem esta característica, fizemos um planejamento com esta equipe e representantes das comunidades e ela assumiu como parte de seu trabalho o território dos brejos. Para facilitar o trabalho, as comunidades foram divididas em núcleos, e, uma equipe formada pelo pessoal da Busca Ativa, Prefeitura e STR estão fazendo as reuniões nos núcleos, e está sendo muito interessante. Já aconteceram reuniões Paulista, Brejo do Bonfim, Banguê, Saquinho do Areado, Dois Riacho e outros. Nestas reuniões são discutidos os assuntos que tratam do conflito e do processo de autodefinição da identidade das comunidades. A ideia é que brevemente se tenha uma definição e o encaminhamento seja feito à CDA. (Colaborador, Ibotirama, 2016)

A questão da regularização das terras, debatido na Audiência, já é uma antiga discussão, trazida sempre de forma bastante delicada pela CPT, nos Brejos da Barra. Não se trata de uma questão fácil, pois segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (nesta mesma Audiência) a ela se imbrica outra, relativa ao acesso a políticas públicas, e formas de administração estatal a qual estarão envolvidos, a depender da escolha, sobre qual dispositivo de regularização a comunidade escolher.

No entanto, parece que sem essa regularização (e talvez até mesmo com ela), as terras, principalmente as devolutas (inclusive as utilizadas de forma comum) passarão cada vez mais, a compor o patrimônio de empreendimentos particulares.

O Estado, em tal investida da empresa, é um ente importante – tanto por ser o órgão detentor do crédito, em grande medida, destinado a quem tem grandes propriedades de terras, quanto por ser o responsável pela legislação fundiária e sua fiscalização. Isso encerra uma contradição, pois, o próprio Estado também defere ações de fomento a permanência nas posses, com políticas públicas. Ou seja, o Estado ora promove a reprodução do trabalho, ora coloca ou facilita sua deposição⁶³.

O posseiro, se isso se concretizar, ficará, sem poder usar as áreas comuns, tornando-se ainda mais oprimido, sem condições de reproduzir o seu trabalho, no uso dessa fração territorial para criação de animais, caça, extrativismo, entre outras atividades. Ou seja, teria comprometida sua permanência, tendo de se deslocar em busca de assalariamento, ou ainda, se submetendo a alguma relação de parceria conforme as suas possibilidades. No terceiro e quarto capítulos, desdobraremos mais esses aspectos que envolvem a financeirização e o mercado de terras⁶⁴.

Com o Estatuto da Terra de 1964, se instituiu o cadastramento dos imóveis rurais para fins de cobrança de imposto. Em 1972, foi criado o SNCR, pelo qual, o INCRA emitiria, a partir do cadastro, o certificado de cadastro de imóvel rural (CCIR). Em 1973, já haviam normas para os registros de imóveis, nas quais constavam a necessidade do memorial descritivo e da planta do imóvel, sem sobreposições.

Baseado nessas leis, em 2001, toda forma de desmembramento, de remembramento e de compra e venda de imóvel passou a exigir o CCRI e este, para ser

⁶³ “A partir da crise de superacumulação que marcou a década de 1970, novos mecanismos de desregulamentação do sistema financeiro internacional propiciaram o aumento do fluxo de capitais para países periféricos, o que veio a constituir a chamada “crise da dívida” nos anos 1980. Neste período se iniciam as políticas neoliberais como forma de garantir novos fluxos de mais-valia social para empresas transnacionais, especialmente em setores de bens essenciais de consumo com potencial de gerar garantias de lucratividade como energia, agricultura, mineração, telecomunicações, água, saneamento, saúde, educação. A privatização de fundos de previdência e aposentadoria aprofundou a acumulação financeira, combinada com os pagamentos de serviços da dívida externa a juros flutuantes. O mercado de terras e o mercado financeiro se entrelaçam no movimento de crise-acumulação de capital. A alternância entre momentos de circulação (expresso no mercado de dinheiro) e de imobilidade do capital (que se expressa em ‘ativos’ financeiros das empresas, como terra e capital constante) tem como objetivo apresentar tais ativos como ‘garantias’ para acesso a crédito, o que estimula a acumulação de capital com base em novas dívidas. Esta característica, que determina o papel do agronegócio na atualidade, gera enorme impacto no meio rural brasileiro expresso na disputa pela concentração da terra, que tem como consequências a violência contra movimentos indígenas, quilombolas e camponeses, aumento da exploração do trabalho e destruição da biodiversidade. A expansão territorial do agronegócio ocorre principalmente em regiões ricas em fontes de água, biodiversidade e infraestrutura” (Pitta; Mendonça, 2014, p. 38).

⁶⁴ Apesar dos posseiros não terem sido procurados pela empresa, e de não existir concretamente um pedido de reintegração de posse, todos estão em alerta, pois, tal dinâmica atual tem acentuando a compra e grilagem de terras nas áreas próximas aos Brejos, no Oeste da Bahia e sul do Maranhão e Piauí (Alves, 2006; Sobrinho, 2012; entre outros).

emitido, necessita do memorial descritivo e da planta devidamente georreferenciada, assinada por técnico credenciado. Com o decreto 5570/05, o memorial descritivo, devidamente certificado pelo INCRA, passou a compor a exigência para um novo registro. Conforme o *site* do INCRA (2015),

o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) é documento emitido pelo Incra que constitui prova do cadastro do imóvel rural e é indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão causa mortis). E apesar desses dados serem apenas cadastrais, o certificado, é essencial também para a concessão de crédito agrícola, exigido por bancos e agentes financeiros. (INCRA, 2015)

Em 2012, o Relatório de Inteligência, publicado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), destacava o georreferenciamento das propriedades rurais. Nele constava o seguinte esclarecimento aos proprietários:

Para não perder os prazos de georreferenciamento, estabelecidos pelo Incra e determinados conforme o tamanho da propriedade, milhares de proprietários realizaram os levantamentos topográficos e encaminharam a solicitação de certificação. Sem dispor de estrutura técnica suficiente para atender a demanda, o Incra não conseguiu dar vazão aos pedidos. O resultado foi um acúmulo de cerca de 29 mil processos aguardando parecer no final de 2012. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com o apoio de senadores, conseguiu convencer o Incra sobre a necessidade de modificações no processo de análise do georreferenciamento. Neste mês de dezembro, o Incra anunciou alterações que simplificam a certificação dos imóveis rurais, estabelecidas na Norma de Execução 105. Desde então, os proprietários devem apresentar uma quantidade menor de documentos e os técnicos do Incra precisam apenas conferir o código do imóvel e da análise da poligonal e memorial descritivo da propriedade. Com essas mudanças, e outras que incluem a informatização de todo o processo, espera-se maior agilidade na análise dos pedidos de certificação. (CNA, 2012, p.2)

Ainda segundo o documento, o “CCIR, emitido pelo Incra, foi instituído por lei federal em 1972. A partir da lei 10.267, de 2001, o CCIR passou a ser obtido com a aprovação do processo de georreferenciamento das áreas rurais, com prazos definidos conforme o tamanho do imóvel. O georreferenciamento é realizado a partir da descrição da propriedade em suas características, limites e confrontações, realizando o levantamento das coordenadas dos vértices definidores dos imóveis rurais, georreferenciados ao sistema geodésico brasileiro, com precisão posicional fixada pelo Incra” (CNA, 2012, p. 8). E, por fim, mais adiante, se mostrou a força do CNA:

em dezembro de 2012, atendendo aos pedidos da CNA e de congressistas do Senado Federal, a direção nacional do Incra alterou as regras para a certificação de georreferenciamento a partir da Norma de Execução 105. Desde então, a quantidade de documentos exigidos aos proprietários diminuiu, o que deve reduzir o tempo de tramitação dos processos. A partir de agora o processo consiste na simples conferência do código do imóvel e da análise da poligonal e memorial descritivo da propriedade e não mais de forma detalhada como era antes. [...] agora os funcionários precisam conferir apenas o levantamento topográfico da propriedade para checar se os limites do imóvel que está sendo georreferenciado não se sobrepõem aos das

propriedades vizinhas e verificar se o memorial descritivo atende a normativa. ‘O profissional que fizer o levantamento topográfico da propriedade submeterá o trabalho a um programa que disponibilizaremos na rede mundial de computadores. A partir daí, a análise dos processos será ainda mais rápida e a emissão dos certificados também’, garante Torsiano. A expectativa é de que a partir de agora o Incra consiga, em poucos meses, dar vazão aos pedidos [...]. (CNA, 2012, p.17)

Segundo Folle (2008), com tudo isso, houve uma aproximação entre o INCRA e os Cartórios de Registros de Imóveis:

o proprietário do imóvel rural leva ao INCRA o memorial descritivo e a planta georreferenciada do imóvel, feita por um profissional habilitado, para que o INCRA certifique que tal imóvel não se sobrepõe a outro e, em não se sobrepondo, passe a fazer parte de seu sistema nacional. [...] De posse da planta e do memorial descritivo certificados, junto com as declarações de concordância dos confrontantes com os limites demarcados, o proprietário do imóvel rural os apresenta ao Registro de Imóveis, que verificará a correspondência dos declarantes com os titulares das matrículas vizinhas e transcreverá o memorial descritivo para a matrícula do imóvel. **O novo memorial descritivo georreferenciado substituirá a matrícula anterior, independentemente das diferenças de áreas e medidas que existam entre eles.** (Folle, 2008, p. 22-23) (grifo meu)⁶⁵

O processo de aceleração dos pedidos de cadastro no SIGEF para adquirir o CCIR, decorreu da pressão da “bancada ruralista”, preocupada com a certificação, tentando assim, o quanto antes, garantir um quinhão de terra, se aproveitando da desobrigação do INCRA em conferir todos os documentos para ceder o CCRI.

Emaranhado nesse processo pouco seria notada a terra grilada. Esta, tornada propriedade, poderá com isso, servir de meios para se conseguir empréstimos, hipotecas, créditos rurais, ou até mesmo, ser transformada em cotas de reserva ambiental (ver lei 12.651/2012). Tudo isso está em processo, e disso estão se depreendendo lutas, as quais, em parte acompanhamos.

b) Produção de energia eólica e possível conflito associado

Com a difusão de créditos para investimentos em infraestrutura e produção de energia, proporcionados pelo PAC, financiados pelo BNDES, os ramos de mineração, agronegócio e produção de energia eólica, ampliaram nos últimos anos sua ação, especialmente na Bahia. Este último ramo vinculando o Estado e as concessionárias de energia, revela mais contradições do planejamento e da ação estatal territorializada.

Para a implantação de parques eólicos, as empresas do ramo têm buscado terras de baixíssimo preço, geralmente públicas em topos de serras e chapadas, tidas por elas como despovoadas e sem utilidade. Isso envolve um conjunto de relações e diferentes

⁶⁵ Em 2004, foi aprovada por lei, a possibilidade da retificação administrativa, ou seja, a retificação de área realizada pelo próprio cartório de registros de imóveis, caso houvesse alegação de incompatibilidade entre áreas. Isso foi justificado com a possibilidade de diminuir as causas judiciais entorno da questão, responsável por “atrasar” os fóruns municipais.

aspectos das políticas estatais, impactando diretamente a reprodução do trabalho dos posseiros, principalmente, quando ameaçam a supressão de suas terras.

Em Barra, na Bahia, estão sendo promovidos testes de ventos em terrenos da Serra do Estreito para a instalação de um parque de produção de energia eólica. Muitos brejeiros das comunidades de Olhos d' Água e Umburana, entre outras de Pé de Serra, tem relatado a presença de técnicos de empresas de energia eólica, buscando informações sobre as áreas utilizadas por eles há muitos anos para criar o gado e, por vezes, fazer as roças de mandioca, milho, feijão (Sobrinho, 2006; Kluck, 2011).

Segundo a CPT (2013), para a implantação de parques eólicos na Bahia, as empresas tem oferecido às pessoas das comunidades, individualmente, uma quantia em dinheiro para uso da terra comum. Essa atitude, evita o contato com associações nas quais haja mínima organização contraposta aos seus interesses. Em geral argumentam que as terras de chapadas e serras, são terras públicas, ermas e sem dono. No entanto, essas servem, em sua maioria, à extração, coleta e criação, compondo as áreas comuns das comunidades. Portanto, apesar de serem terras públicas constituem seus territórios.

As empresas não desistirão facilmente dessa fatia potencial de lucro, relacionado ao uso dessas terras de forma praticamente gratuita. Isso tem significado o aumento de conflitos territoriais, registrados e denunciados em 2013, pela CPT-BA, no tocante aos contratos sigilosos de arrendamento⁶⁶. Segundo a CPT (2013), por meio desses contratos, as empresas arrendam porções das terras de uso comum das comunidades pagando cerca de R\$ 700,00 por mês, para a associação, para instalar as torres de produção de energia eólica. No entanto, isso requer a construção de estradas e edificações, causando diversos transtornos: produção de poeira, desvios de rotas dos animais, compactação do solo, impermeabilização de solo, barulho e desvio dos ventos.

Em muitos casos, todos esses problemas associados prejudicam as comunidades, pois, a terra de uso comum é interdependente da posse familiar, *locus* da coleta, extração, criação e por vezes, da caça. Ao tentarem desfazer o contrato de arrendamento, as comunidades tem se deparado com cláusulas de multas milionárias, as quais não podem pagar, perdendo o direito às terras. Tal forma de ação das empresas, explicita uma constatação muito comum dos textos do planejamento, relativos a uma escassez de população, ignorando o uso das terras comuns, próximas às posses. Essa territorialização em conflito implica também o Estado (grande financiador desses

⁶⁶ Ver essa denúncia no vídeo *A Energia Eólica: a caçada pelos ventos*, de Thomas Bauer, realizado e divulgado pela CPT (2013).

empreendimentos) para mais produção de mercadorias. Nesse sentido, tal intermediação da expansão da produção de energia envolvendo empresas, representa outra faceta do Estado, contraditória, em relação às próprias políticas de permanência dos camponeses.

c) Diante disso... inicia-se a organização para defesa dos territórios!

Na Bahia, diversas entidades de luta na e pela terra denunciam o avassalador processo de grilagem de terras causando a despossessão de terras e territórios dos camponeses, por meio de empreendimentos, como mineração, estradas de ferro, barragens, produção de energia eólica e solar, além da própria expansão do agronegócio – muitos desses, promovidos, incentivados e financiados, tanto por empresas, quanto pelo próprio Estado – como problemático e capaz de levar a uma descontinuidade da existência de diversos povoados e comunidades de camponeses.

Reagindo a isso, na tentativa de garantir a permanência dos posseiros, diferentes entidades e movimentos estimulam busca da regularização da posse, como forma de luta pela reprodução do trabalho vinculado à terra e pelo domínio de seus territórios, tencionando o poder público, para essas não ocorrerem somente em terras públicas ocupadas, mas sim, desapropriando propriedades improdutivas (não cumpridoras da função social da terra). Esse é um caminho diferente do proposto pelo CODETER-VC, no qual, apesar do território e a identidade, aparecerem também como o elo de vinculação comunitário, o foco é a formação de cadeias produtivas e a disponibilização de créditos ou insumos, deixando a questão da terra para um segundo plano.

Nos Brejos da Barra, até o ano de 2015, nenhuma tentativa de usurpação das terras dos posseiros fora evidenciada, e foi com muita tristeza, mas quase sem nenhuma surpresa que todos receberam a notícia da possível grilagem de terras das comunidades brejeiras. Há algum tempo a CPT-BA se faz presente nessas comunidades brejeiras, em diversos momentos, alertando sobre essa possibilidade e apresentando as formas de precaução, como a regularização de suas posses e a constituição de associações.

Desde 1999, a problemática relativa as posses de terra nos brejos, familiares e comuns, tem sido discutida pela CPT-BA. A equipe atual da CPT-BA regional chegou em 2002 e iniciaram os trabalhos com as comunidades dos Brejos do São Gonçalo, da Caroeira e do São José. A ideia inicial era discutir a questão da terra, no sentido de incentivar a regularização. Porém, como essas comunidades não estavam sob o risco de perderem suas terras, não houve grande mobilização.

Em 2004, preocupados com isso, e com a questão ecológica, realizaram a primeira “Missão Ecológica” em diversas comunidades brejeiras. Discutiram, em cada

uma, questões relativas à regularização fundiária, as quais poderiam acessar, utilizando-se do dispositivo constitucional baiano denominado por *Lei dos Fundos e Fechos de Pastos*, além de mutirões de limpeza e oficinas de preservação dos riachos.

Em 2005 foi realizada uma reunião pós-missão, para discutir os resultados daquela iniciativa. Já em 2007, como a proposta do Fundo de Pasto não ganhava força nas comunidades, a CPT junto com a Diocese de Barra, representada pelo Bispo Frei Luis de Flávio Cappio, realizou uma reunião com o então presidente do INCRA em Brasília, para buscar alternativas em relação à regularização fundiária.

Em 2008, foram realizadas reuniões para encaminhar ao ICMbio (Instituto Chico Mendes) um pedido de criação de uma RESEX nos Brejos. Naquela oportunidade este órgão realizou uma visita técnica nas comunidades, e, um seminário em Barra. Porém, em sua avaliação final, concluiu que as comunidades precisavam participar mais ativamente do processo. E, ao mesmo tempo, alegou que naquele momento, só atenderiam as demandas do Governo Federal (assentamentos, territórios remanescentes de quilombos, demarcações de terra), tendo os Brejos de aguardar, ou procurar o próprio estado da Bahia, através da CDA, para regularização.

Após três anos, em 2011, a CPT-BA encampou um novo mutirão, onde se discutiu a regularização fundiária e a questão ambiental, surgindo a ideia de fazer um curso sobre isso, voltado para as lideranças das comunidades brejeiras em Barra. Assim, em meados de 2012, a CPT-BA em parceria com a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR), iniciou um estudo sobre as possibilidades de realização desse curso sobre as formas de regularização fundiária segundo a legislação brasileira e da Bahia, e, o como pleitear auxílios e subsídios do Estado. Após duas visitas de avaliação e diagnóstico nos povoados rurais dos Brejos da Barra, encaminharam um projeto à *Misereor*⁶⁷. Após sua aprovação, em 2013 se iniciou em Barra, o curso de *formação de juristas leigos*.

Este se dividiu em quatro etapas, de três dias de duração cada uma: em abril, julho, setembro e novembro⁶⁸, com a seguinte metodologia: convocar as principais lideranças de cada povoado, reunindo-as na sede municipal (mais precisamente no Centro Diocesano de Formação de Barra - Palácio Episcopal), onde foi ministrado o

⁶⁷ A Misereor é uma organização não governamental de origem alemã responsável por financiar projetos sociais na América Latina, África e Oceania.

⁶⁸ Participamos de três das quatro etapas propostas e executadas pela CPT-BA e AATR. Isso permitiu uma aproximação dos aspectos relativos a reprodução do brejeiro, apropriação da terra, planejamento estatal, conflitos fundiários, organização e associação, etc.. A partir desse curso, conhecemos mais de perto a ação da pastoral da terra e da AATR no Território de Identidade do Velho Chico.

curso por agentes da CPT-BA e da AATR. Este curso teve como tema fundamental a discussão da situação atual da luta na e pela terra, com informações e formulação de estratégias comuns ação, no âmbito da área do Direito popular, sobre a permanência e defesa das posses (regularização de terras) (fotos 38 e 39).

Fotos 38 e 39 – Etapa do curso ministrado pela CPT-BA e AATR com as lideranças dos Brejos. Barra (BA), em nov. de 2013. Autor: Erick Kluck.

Segundo a CPT-BA e a AATR essa ação tornou-se urgente, dado o contexto geral na Bahia, de um processo acelerado de supressão da terra pública em favor de empresas particulares ou estatais, do ramo energético, dos transportes e do agronegócio.

Incentivaram assim, o auto reconhecimento identitário e territorial de comunidades rurais, no qual o trabalho na terra se coloca ao lado da cultura, como seu fundamento. Além disso, informaram sobre a importância do estabelecimento ou fortalecimento de associações para a regularização como Povo Tradicional, Quilombola, ou mesmo Fundo e Fecho de Pasto. Nestas a tradição, “jeito próprio de viver” e trabalhar na terra, os costumes próprios, a natureza, e o território, balizariam a auto compreensão da população sobre sua condição de participante de uma comunidade, e, conhecendo e exaltando sua própria história promoveriam seu auto reconhecimento. O território, como um espaço das relações poder, seria também fundamentado pelo trabalho e pela cultura, servindo de base para o enfrentamento futuro, com os diferentes agentes empresariais ou o próprio Estado planejador⁶⁹.

No caso particular da Bahia, existe na Constituição Estadual de 1988, uma lei que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, no sistema de fundo e fecho de pasto. Segundo Santos (2009),

⁶⁹ Em meio a execução de um conjunto de iniciativas de formação e capacitação para a discussão entorno da questão fundiária dos Brejos da Barra a CPT-BA, se envolveu ativamente na organização das Audiências Públicas e nos seus desdobramentos, entorno da questão da possível grilagem.

A lei que legitima o modo de vida do Fundo/Fecho de Pasto é a Constituição da Bahia, promulgada em 1988, no seu artigo 179, Parágrafo Único – instituído por força de emenda popular. No entanto, não há instrumento legal que viabilize a titulação das terras destinadas ao uso comum pelas comunidades, ou seja, na Constituição baiana 1988 está reconhecida a sua existência. [...] No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real de concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legalmente constituída, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pasto ou Fecho e nas ilhas de propriedades do Estado, vedada a este transferência do domínio. (Santos, 2009, p. 7)

De forma bastante resumida, esta lei trata da possibilidade da regularização em conjunto, tanto a posse familiar, quanto a terra de uso comum da comunidade (porém respeitando a particularidade de uso individual e coletiva), sobre as quais é fornecido um Título de Concessão de Direito Real de Uso. Dessa forma, essa terra não se torna propriedade, porém se permite o uso de forma tradicional, por tempo determinado⁷⁰.

A lei existir não significa seu cumprimento na proporção das demandas, tornando-se a estruturação estatal dos órgãos responsáveis por sua implementação – como a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA) juntamente com outros, como a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) e a recém criada Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) – alvo de reivindicações dos movimentos sociais, para efetivação das regularizações evitando assim os diversos e constantes conflitos com grileiros.

Para complicar ainda mais a situação, em 2013, através a Lei 12.910/2013, também relativa a regularização das terras públicas do estado da Bahia, foi instituída uma data limite (31 de dezembro de 2018) para as comunidades se auto reconhecerem como comunidades de Fundo e Fecho de Pasto. Tal medida caiu como uma bomba sobre a Articulação dos Fundos e Fechos de Pasto, e outros muitos agentes que lutam entorno dessa questão. Isso porque, a regularização não é um processo simples, envolvendo tanto o auto reconhecimento das comunidades, quanto demarcações e regularizações. Assim, a imposição de uma data limite, sem a devida estrutura para efetivação desse processo, a tornaria algo quase impossível, agravado ainda mais, com a grande demanda de comunidades nessa situação – muitas delas em conflito direto com empresas. Outra questão importante ressaltada, é que isso impedirá, no futuro, a articulação de outras comunidades entorno dessa reivindicação.

⁷⁰ Há um grande produção, acadêmica ou não, sobre os Fundos de Pastos, sua legislação particular e apropriação por comunidades tradicionais na Bahia. Além disso, as entidades e organismos de luta pela terra na Bahia tem cada vez mais se articulado entorno dessa questão, promovendo encontros com as comunidades implicadas. Todo esse material se encontra disponível nos sites das instituições como CPT-BA, AATR, GeografAR, Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto, entre muitas outras.

No entanto, mesmo com essa ressalva (discordando da forma como foi imposto), a Articulação, em parceria com a SEPROMI, CDA e SEAGRI, está organizando ações conjuntas, visando acelerar esse reconhecimento e as regularizações. Conforme uma notícia veiculada no site da organização São Francisco Vivo (2016),

Segundo a coordenadora-executiva de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Sepromi, Teresa do Espírito Santo, a certificação das comunidades de fundos e fechos de pasto, a partir do seu autorreconhecimento, contribui para fazer avançar o processo de regularização dos territórios tradicionais, mas, também, deve se tornar uma porta de acesso dessas comunidades às políticas públicas, para melhoria das suas condições de vida e trabalho. [...] A partir da Constituição Estadual de 1989, o governo deveria proceder à regularização destas áreas na forma de direito real de concessão de uso em favor das comunidades que as utilizam organizadas em associações de fundo de pasto. Existem no Estado cerca de 300 destas associações, onde vivem 20 mil famílias, mais de 100 mil sertanejos, regularizadas até agora apenas umas 60 pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do Estado da Bahia. (São Francisco Vivo, 2016)

Nos Brejos da Barra a Articulação já está iniciando as reuniões em algumas comunidades, na tentativa de conformar tal luta.

Portanto, se para os legisladores do Território de Identidade, os conceitos de identidade e território poderiam balizar a reunião da comunidade, como um pressuposto construído teoricamente, envolvendo os povoados em uma trama competitiva entorno da disputa por editais de financiamento à produção, do acesso a determinada linha de financiamento, fixando-os através do caráter “produtivo”. Para a CPT-BA, AATR e Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pastos, a identidade e o território não poderiam ser inventados de “cima para baixo” e colocados num mapa, mas, precisariam surgir do uso do território, no embate ou conflito, construindo ou fortalecendo o seu sentido, inclusive com a associação dos integrantes das comunidades.

Esse é o entendimento também do grupo da pós-graduação da UFBA, chamado GeografAR, que em suas pesquisas e estudos discutem a questão da terra na Bahia. Para eles, o conflito potencial ou direto, revela à comunidade, a importância de sua identidade, e não só as suas afinidades produtivas, conforme a política territorial baiana. No enfrentamento com as ações estatais e com empresas a comunidade reforçaria a sua identidade política, mantendo e reproduzindo seu trabalho através da terra ocupada, ou território, para garantia da reprodução social e por acesso as políticas públicas, diferindo da identidade imposta pelo Estado.

Segundo essa instituição, o território, tradicional em si, congrega a terra de trabalho e de cultura, de quem a possui e efetiva sua função social. No entanto, o planejamento estatal territorial, a entende como um espaço econômico, parecido com

uma propriedade particular de caráter mercadológico. Por isso, os embates atuais das entidades de luta na e pela terra são também direcionados contra as perspectivas territoriais planejadas, como as propostas dos Territórios de Identidade ou da Cidadania, as quais, parecem apenas apaziguar momentaneamente as tensões, se voltando a organização produtiva, arranjo produtivo local, deixando, em segundo plano, a luta contra a concentração fundiária e a regularização da posse da terra⁷¹.

O conjunto de relações abordadas neste capítulo sobre a realidade cotidiana brejeira, tentou mostrar o quanto a reprodução do trabalho do camponês posseiro, de forma particular, não se desvincula da reprodução capitalista, na qual a ação estatal atual deriva um duplo aspecto: o incentivo a permanência, mesmo quando, por outro lado, apoie iniciativas que levam a usuração de terras ocupadas ou usadas por esses posseiros. Ambos os aspectos, mobilizando o trabalho, se relacionam diretamente com a diminuição do tamanho das posses, com as transformações nas relações de trabalho (incluindo a migração) e com o aumento da monetarização dos camponeses dos Brejos.

Essa mobilização do trabalho imbrica os aspectos objetivos e subjetivos, no sentido da dupla liberdade do trabalho (na qual o trabalhador pode dispor livremente de sua força de trabalho como sua mercadoria, para satisfazer suas necessidades, embora essa se torne, cada vez mais sua única opção, conforme perde o acesso direto aos meios de produção, ainda que o processo como um todo o renegue, por ser também cada vez mais crítico) conformada na contradição Estado-mercado por meio de ações estatais.

As ações estatais (planejadas ou não), empresariais ou ainda dos movimentos de luta pela terra conformam as tensões da contradição Estado-mercado da reprodução capitalista ganhando *status* territorial, pelo qual politicamente se tenta promover ou garantir a reprodução social do grupo de interesse. Ao mesmo tempo, esse caráter territorial, reivindicado como locus da reprodução social e da autonomia (no capital, só relativa), parece se impor como uma forma de ser do Estado – transformado no processo social da reprodução do capital constituindo a constrição e o confinamento territorial.

Se o planejamento em seus primórdios, com as políticas de desenvolvimento regional, expropriavam grandes áreas e mobilizavam o trabalho, diminuindo ou extinguindo posses, hoje, além disso, propõe esse outro norteamento, o do “estímulo” (para alguns) à permanência na terra de duas formas: por um lado, regularizando a posse

⁷¹ Nos últimos anos a regularização tem sido realizada geralmente em terras públicas e não por meio de desapropriações de grandes propriedades improdutivas agravando assim gradativamente a concentração.

e permitindo o acesso a políticas públicas; por outro, territorializando ações, entorno dos arranjos produtivos locais, impulsionando a competição por editais de financiamento de atividades atreladas ao pertencimento ao território. Esse “estímulo” não é fruto da benevolência, mas de reivindicações e luta, disputados com grandes proprietários e empresários apoiados pelo Estado. Desse modo, trata-se também de uma luta pela terra (e território), como uma disputa por recursos do fundo público.

Essa transformação no planejamento e na ação estatal reflete o momento atual da reprodução geral do capital, no qual, tanto a mobilização do trabalho, quanto a auto identificação estimulada e a sua monetarização de base territorial, são produtos do mesmo processo, a modernização. A modernização envolve as práticas estatais e não estatais de ação, desdobramento e generalização de relações sociais por meio de categorias sociais de mediação historicamente determinadas – como dinheiro, trabalho, mercadoria, terra (território) – compondo a reprodução de relações desiguais e violentas da contradição Estado-mercado. E, como processo contraditório do capital, é atualmente cada vez mais crítica expressando sua crise.

Um dos meios de gestão dessa crise se vincula as ações estatais, munindo de alguma validade, a mobilidade do trabalho cada vez mais anacrônica no processo social, por meio de incentivos, benefícios e subsídios creditícios em diferentes esferas, sejam supressores dos meios de produção ou conformadores da reprodução do trabalho. Esse aspecto ou caráter assumido pelo Estado não se deve assim, simplesmente a política, mas envolve outros meandros relativos a própria dinâmica da reprodução capitalista, que na atualidade torna-se por seus próprios meios cada vez mais crítica e demandante dessas ações, por destituir em seu processo, o seu próprio fundamento. Em outras palavras, se coloca no fato do momento atual, o desenvolvimento das forças produtivas expulsarem cada vez mais o trabalho do processo de produção como paradigma de modernização, no qual ao mesmo tempo o Estado territorializa ações promovem a “fixação” ou confinam (por acesso apolíticas públicas) uma parte da população em determinados territórios de reprodução particular, como se constituíssem formações autônomas simulando uma autonomia territorial, como forma de gestar a crise geral.

Ficando com as questões relativas ao papel do Estado na reprodução do trabalho dos camponeses, e, problematizando o caráter aparentemente autônomo, subordinado ou insubordinado desses, passaremos assim, à discussão, sobre a história de formação territorial do Médio São Francisco relacionada com processo de territorialização das relações sociais de reprodução social.

Capítulo 2

**Posição e territorialização das relações sociais
no Médio São Francisco**

Tudo demudado... tem que ficar muito esperto... de primeiro nós num sabia nada... o que nós sabia? Era só cume... e, deitá! (Seu Milão, 2010)

1. Aspectos conformadores da territorialização do Médio São Francisco⁷²

Ao iniciar esse capítulo, nos lembramos de Seu Lino, sentado à mesa, de frente para o brejo, o qual, já quase não enxerga – com um periquito ao lado, fazendo algazarra, por nossa causa. Aquele senhor, contava nos dedos o número de moradores existentes por volta dos anos 1940 nos Brejos (do riacho São Gonçalves), naquelas mais de 3 léguas (18 km) de extensão.

Se você for fazer a conta do pessoal que tem hoje, você se admira muito do tempo que me alcancei, na morada que tô morando inté hoje. Meus pais foram nascidos na Tranqueira (comunidade do Sacão para dentro), depois foram morar no [Brejo do] São Gonçalves, do São Gonçalves vieram para [o Brejo da] Cabeceira. Morador era pouco. Só tinha brejo, mata e água, e, boi era pouco, da Cabeceira para cá era cinco moradores [famílias]⁷³. Mata, de dar medo, tanto que: todo vizinho tinha obrigação de ir fazer visita na boca da noite. Ia pra casa de um, e depois [aquele] ia pagar a visita, para dar palestra: que não podia ficar na escuridão? Não podia andar, modo do truvo [escuridão]. Rocinha era pouca. Daqui tinha uma légua [seis km] para o próximo morador. (Seu Lino, Caroeira, 2013)

Em outro momento, mas, tratando ainda da parca ocupação, destacou: “lá pra cima [na Cabeceira do São Gonçalves] morava meu pai, mais o Elói (pai de Maria Preta), e depois, só aqui no prédio [escola da Cabeceira], a Custódia véia, e, o Gemiano (filho de Ciriáco), no Beco, [divisa Cabeceira-Caroeira]. Do prédio pra cá, só em Dú Reis, aqui, num altinho [já na Caroeira], depois Ciriáco. Tinha muito espaço [...]. De Milão [Cabeceira, cerca de dez km de distância] pra cá só tinha cinco morador. Mata aí, de porca parir. Porco embrabecia, jumento embrabecia, os animal embrabecia, era mata virge [...] tudo sem cercá [...]” (Seu Lino, Caroeira, 2013). Portanto, neste eixo do riacho do São Gonçalves⁷⁴ – entre o Brejo da Caroeira e o da Cabeceira do São Gonçalves (1,5 léguas, ou 10 km) – moravam naquele momento, apenas cinco famílias: a do Elói (pai de Maria Preta), a de Francisco José Rodrigues (seu pai), a do Cândido Rodrigues, a do Ciriáco Velho, a de Custódia.

⁷² O uso do termo *Médio São Francisco*, servirá aos propósitos deste estudo para situar a área territorial e administrativa compreendida dos atuais municípios baianos de: Barra, Pilão Arcado, Xique-Xique, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Paratinga, Serra do Ramalho, Sítio do Mato e Riacho de Santana. Tal divisão territorial e administrativa, na qual esse é parte do Vale do São Francisco, incorpora as propostas do Território de Identidade do Velho Chico e de Mello (1989).

⁷³ Este trecho em particular tem aproximadamente 1,5 léguas, indo da Caroeira, mais à jusante, em direção à Cabeceira do São Gonçalves, à montante do riacho São Gonçalves.

⁷⁴ No qual hoje se encontram as atuais comunidades, da montante para a jusante: da Cabeceira do São Gonçalves, Caroeira, Barbosa, São Gonçalves, Mato Escuro, Quixaba e Extrema.

Nessa conversa, sobre as terras e sua ocupação afirmou ainda: “era área pequena colega, quem podia fazer grande? Ele [Custódio] tinha terreno, mas, não podia fazer [as atividades], era sozinho, num tinha muito gente, muito filho, e aí era miudinha a roça, aquele cercadinho igual um curral, para plantar o feijão, a melancia, a caninha” (Seu Lino, Caroceira, 2013).

Apesar das posses serem consideradas pequenas, naquele momento, elas tinham em média 150 braças, ou seja, eram muito maiores, comparadas com as 2 braças médias de hoje em dia. As posses, já tinham também, a elas referidas as áreas comuns nas quais criavam o gado, extraíam, caçavam, compondo seus territórios de uso.

Aquela lembrança de seu Lino é comum a outros brejeiros de sua idade, de comunidades próximas. Seu irmão, o Seu Tercílio, do Brejo do Barbosa, também nos apresentou a ocupação inicial dos Brejos:

antes não tinha morador não. Era morador afastado. Na Cabeceira tinha um, depois só na Caroceira. Aqui no Barbosa, mais um e outro no São Gonçalo. [Depois] ficou apertado para mim, muito filho. Aí comprei aqui. E aqui era mata. Já tinha manga e buriti. Aí fui trabaiano, trabaiano, mais os filhos. [...] Sete cabeça de gado eu tinha para pagar aqui e não deu pra pagar o terreno. O resto eu tinha uma burrinha de botar carga, vendi a burra pra passar por cima da conta do terreno. Eu comprei este terreno aqui e não tinha escritura nenhuma. A escritura sou eu mesmo e as plantas que plantei, os pés de árvore que botei. (Seu Tercílio, Barbosa, 2013)

Outro irmão deles, morador na C. do São Gonçalo, o Seu Milão, conta da seguinte forma a chegada de sua família naquele Brejo. Segundo ele, seu o avô, nasceu na Tranqueira (antigo Brejo) por volta dos anos 1870, e, após passar uma temporada no Brejo do São Gonçalo, chegou a C. do São Gonçalo, onde comprou cerca de 200 braças de terra de um tio dele, mais ou menos em 1910. Seu avô se chamava Lourenço José Rodrigues e, sua avó, falecida em 1923, se chamava Ana Francisca Rodrigues.

Portanto, de acordo com esses relatos, somados aos de alguns outros moradores mais antigos dessas comunidades, remetidos aos seus antepassados, em fins do século XIX, já havia ocupação e povoamento nos Brejos. Esta ocupação fora efetivada por sertanejos vindos, segundo contam, do Ceará, Pernambuco e Paraíba, ou mesmo, de terras da beirada do rio São Francisco. Retirantes das secas, e, principalmente das cercas, encontraram nos Brejos o lugar para suas roças, coletas e criações. E, embora a terra não fosse muito boa para produção (pois, as melhores se encontravam sob o

domínio de fazendeiros, com gado ou carnaúba), conseguiam criar o gado solto, coletar e caçar nas matas de caatingas o necessário a sua reprodução familiar⁷⁵.

Minha bisavó paterna era do Ceará, chamava Antônia. Aí chegaram aqui, aonde chegavam o povo iam tomando posse. [...] Zé Germano, que veio da Lagoa da Onça, trabalhava para Manuel Antônio, que tinha uma banda desse Brejo. Ele foi tirando os pedaços e dando para eles. Os mais velhos falavam que antigamente nos arredores desse Brejo [do Saco] tinha aldeia de índios, num baixio, tinha um alto com areia branca tinha sido morada de índio, os muribeca. Encontrávamos cachimbo de barro [deles] e, nas Cabeceiras da Mutuca, também tinha índios [...]. Tinha um tio, chamado João Fernando, que falava que a avó dele tava cortando galho para pegar mel, e os caçador pegaram ela taparam a boca e trouxeram ela... ela mordendo, adomaram ela... ficou mansa... e passou a viver com ela... foi pegada de dente de cachorro, pegaram e taparam a boca para ela não assoviar... ela casou e esse que conta é neto dela [era índia]. (Seu Hermes, Saco, 2013)

Sobre isso, Seu Lino da Caroeira, disse: “foi aumentando morador. Aonde chega gente, acaba o encanto. Os murumbepa era do tempo do cachimbo de barro, nessas moradas velhas, nas matas. Passavam um tempo aqui e acolá, perdido no mundo... [lá, nos Caris, a gente] achava panela de barro, cachimbo de barro... [encontrados por] gentes do tronco velho de Chico Rodrigues [seu avô] que antes trabalhavam nos baixões da Cabeceira, 2 léguas [12 km], que chamavam de Salinas, Caris. A mãe da Maria Goteira, bisavó da Anita, foi *pegada de cachorro*⁷⁶, pegada no mato. Tinha um cabelo liso, preto” (Seu Lino, Caroeira, 2013).

Aos olhos dos moradores mais antigos, essas características: a pouca quantidade de pessoas para as tarefas; a constante chegada dos “de fora”; e, a necessária busca do elemento indígena, poderia ser associada a uma escassez de população. Tudo isso, precisa ser relacionado com outros aspectos do processo de territorialização das relações de produção em formação constitutivos da reprodução particular do momento⁷⁷.

A formação histórica territorial do Médio São Francisco, envolveu inicialmente diversas relações e momentos do mesmo processo: o da colonização. As iniciativas

⁷⁵ No Arquivo Público do Estado da Bahia há um documento (Arquivos Republicanos, Secretaria de Governo, Correspondências da Câmara Caixa 1.257, maço 2.249) de 1831, referente a uma solicitação de aumento de policiamento em Barra, emitido pelo Juiz Eduardo Mariani, relatando a chegada de muita gente do Ceará desde o ano de 1925, para ele, o motivo do aumento dos roubos e mortes na Vila de Barra.

⁷⁶ A expressão, “pegado de cachorro”, se referia aos índios sequestrados de suas tribos pelos primeiros ocupantes dos Brejos, e, revela, contada por eles de maneira quase anedótica, um processo violento. Não menos violento, que ser “pegado de cachorro”, talvez seja a forma como foi se desdobrando e a extensão alcançada da generalização da forma mercadoria. Ser “pegado de cachorro”, ser catequizado, ser necessário e ter necessidades, compõem parte do processo da colonização. Por ele, se impõe, não de forma pacífica, a forma de mediação social da mercadoria.

⁷⁷ Naquele momento inicial, a República despontava, o tráfico de escravos e a escravidão se encerravam e, a terra ganhava outra legislação. Junto a isso, a dinâmica da reprodução regional particularizava o comércio do gado como centralidade ao lado dos produtos do chamado catado – segundo Mello (1989) e Freitas (1999), o catado seria constituído por produtos comercializados em feiras locais, ganhando também expressão regional, sendo alguns inclusive exportados: caroá, cera da carnaúba, malva, piassava, resinas, mel, frutas, couros e peles, sal, rapadura, cachaça, etc.

engendradas pela Casa da Torre, relacionadas ao dispositivo das Sesmarias, impulsionaram a ocupação, tanto litorânea, como dos sertões sanfranciscanos, com a criação de gado, produção de cana de açúcar (importante mercadoria de troca na relação com a Metrópole), trabalho escravo indígena e africano. Para esse processo, concorreram as expedições em busca de metais preciosos (principalmente ouro e diamantes), expulsão e apreensão de índios para escravidão, ou catequização forçada nas missões – componentes trágicos caracterizados por Puntoni (2002) como *Guerra dos Bárbaros*, marcas da territorialização forçada das relações de produção.

Os dois momentos compõem – sem dispensar as particularidades, a existência de outros, ou mesmo, dos conflitos entre si – um contexto em processo, constitutivo da territorialização das relações sociais da colonização.

No primeiro, a forma institucional e prática das Sesmarias expressou um caráter territorial, marcado pela ocupação violenta impondo um conjunto de relações na qual predominou um parco povoamento (ou, em outras palavras, o despovoamento do autóctone como forma de povoamento do colonizador), principalmente no Médio São Francisco. Segundo Freitas (1999), em seu artigo “Oeste da Bahia: Formação Histórico-cultural”, no qual trata da ocupação territorial da região, denominada de Oeste da Bahia, incluindo em seus aspectos dinamizadores, o vale do São Francisco, a ocupação

iniciada no século XVI, cuja lógica dos seus promotores – familiares e herdeiros dos Garcia d’Ávila e dos Guedes de Brito – teve o sentido de, em primeiro lugar, instalar-se nos vargeados, vazantes e carnaubais para desenvolver a pecuária, o que permitiu perceber, no decorrer do século XVII, a existência de inúmeros currais pelas margens dos rios, iniciativa que foi além do território baiano, chegando à Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba e Maranhão. (Freitas, 1999, p. 71)

Tal expressão do povoamento, com a profusão de currais no São Francisco, foi ressaltado, em alguns importantes relatos históricos, como bravura da iniciativa individual ou familiar⁷⁸. No entanto, os fatos dessa ocupação inicial colonial, revelam um processo pleno de nuances, para além das vicissitudes do indivíduo.

Em um importante documento sobre o povoamento do Médio São Francisco, Barbosa Sobrinho, na introdução do livro por ele traduzido e comentado (escrito pelo Padre Martinho de Nantes em 1706) mostra o povoamento do São Francisco, não apenas como reflexo da bravura mas, fruto do vínculo aos desígnios metropolitanos:

⁷⁸ Este trecho, de Antonil mostra essa abordagem: “quase todo [Sertão da Bahia] pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a Casa da Torre tem duzentas e setenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. [...] E nestas terras, parte dos donos delas tem currais próprios, e parte são os que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro” (Antonil, 1982 [1711], p. 200).

as lutas imensas, travadas com a Casa da Torre, no auge de sua influência, constituem um dos capítulos mais impressionantes da formação dos latifúndios em nosso país, e revelam a presença de uma espécie de "máquina" para a conquista das terras, em que as tribos aldeadas e os missionários iriam figurar como comparsas, não raro contra a vontade, em proveito dos poderosos, que manejavam facilmente as autoridades régias, como demonstração do que já representava o poder econômico, nessa hora tão recuada de nossa história territorial. (Sobrinho, 1979 [1706], p. 13-14)

E, destacando ainda mais a violência do processo, dizia: “era, afinal, o ‘latifúndio de boca’, baseado nas armas que o defendiam. [...] Não é por outras razões que o Brasil se foi constituindo, através dos tempos, como uma soma de desertos, no império dos latifúndios” (Sobrinho, 1979 [1706], p.16).

Portanto, para além de uma iniciativa engajada individualmente, este povoamento tinha o fim de atender aos desígnios da Metrópole⁷⁹. Em 1658, uma

concessão de terras foi obtida pela Casa da Torre ao longo do São Francisco [...] essas propriedades se estendiam por meio de conquista mais para adiante, subindo o São Francisco até um ponto perto do lugar onde se desenvolveu a cidade de Urubu (hoje Paratinga). Mais tarde essas propriedades avançaram ainda mais para o sul, acompanhando o rio São Francisco até o tributário Carinhanha, a 190 km acima de Urubu. (Pierson, tomo I, 1972, p. 265)

Esta área, atual Médio São Francisco, na época contava com aguadas e baixadas salobras, onde o sal aflorava, inclusive em Barra, e se estabeleciam os currais principalmente de paulistas. Nesta vasta área do São Francisco⁸⁰, a instalação desses currais situava-se, em muitos casos, em terras doadas em forma de pagamento pelos seus empreendimentos, tornando-se uma

quase colônia exclusiva deles [...]. E ali permaneceram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. O meio atraía-os e guardava-os. (Cunha, 1992, p. 83-84)

Este é o argumento do isolamento e da força do sertanejo, como caráter importante da nacionalidade em formação e do sentido que pretendiam dar ao processo: o de constituição da Nação, e da modernização por via do Estado, ao qual este sertanejo, por ter “superado” as adversidades do meio estaria mais facilmente preparado para a

⁷⁹ Segundo, Abreu (2009), “as concessões inicialmente asseguravam aos solarengos: sesmarias com a imposição única do dízimo pago ao mestrado de Cristo; permissão de explorar as minas, salvo o quinto real; aproveitamento do pau-brasil dentro do próprio país; liberdade de exportação para o reino, exceto de escravos, limitados a número certo, e certas drogas defesas (pau-brasil, especiarias, etc.); direitos diferenciais que os protegeriam da concorrência estrangeira; entrada livre de mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e quaisquer cousas de munições de guerra; liberdade de comunicação entre umas e outras capitânias do Brasil” (Abreu, 2009, p. 32).

⁸⁰ Conforme Neves (2008), em seu livro “Da Sesmaria ao Minifúndio”, sobre a formação da pequena propriedade no Alto Sertão baiano, muitos também ocuparam com gado o chamado Alto Sertão da Bahia. “Toparam, portanto, no Alto Sertão da Bahia, dois vetores de povoamento: um baiano, que subia o São Francisco, com a pecuária; outro paulista [...] Nas margens do Rio São Francisco, encontraram-se baianos e pernambucanos com os paulistas, de modo que mais de cem famílias paulistas criavam gado nas imediações dos rios São Francisco e das Velhas, antes mesmo do descobrimento das minas, que pagavam renda das terras para Isabel Maria Guedes de Brito” (Neves, 2008, p. 97).

civilização. Isso vai se tornando um aspecto central no entendimento de alguns autores sobre a rusticidade do sertanejo e do caráter forte. E, como, com o “alvorecer” da República e das novas vias comerciais do Médio São Francisco com o Litoral e o Sul, esse caráter foi se transformando. Fiquemos ainda com o momento anterior.

Como um mesmo processo, tratando da “penetração” das boiadas, Lins (1983), em seu livro “Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros”, destacou:

marcha dos latifúndios através do vale foi profunda: pela margem esquerda (a pernambucana), os rebanhos entraram até o vale do Paracatú [pertencente atualmente às Minas Gerais], e, pela margem direita (a da Bahia), atingiram o rio das Velhas. Graças à formação desses latifúndios, pôde ser mantida a unidade territorial da Colônia, com a criação dos caminhos internos, que, convergindo para o vale do São Francisco, rasgaram acesso a Goiás, Piauí e Minas. (Lins, 1983, p. 28-29)

Esse argumento está presente em muitos estudos já clássicos sobre a colonização, como os de Euclides da Cunha, Urbino Vianna, Affonso Taunay e Capristâneo de Abreu. Este último autor mostra, como a criação de gado, de certa forma, favorecia a ocupação interior:

a solução foi o gado vacum. [Este] dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fomalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; [...]. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões. (Abreu, 2009, p. 113)

Aproximando-se mais de como se dava o passo a passo dessa ocupação, ele destacou – revelando como sua fonte o escrito de um autor anônimo denominado: “Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí”⁸¹:

depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta. Desde começos do século XVIII, as sesmarias tinham sido limitadas ao máximo de três léguas separadas por uma devoluta. A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, [...] tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles. (Abreu, 2009, p. 116)

O gado era conduzido através das boiadas das áreas de criação para as de plantio da cana e de mineração nas Minas Gerais. Como esses caminhos eram longos, muitas vezes os gados se dispersavam ou morriam. Isso estimulou o estabelecimento de alguns

⁸¹ O “Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí” (a partir daqui chamado de Roteiro) foi escrito por volta de 1780, e não tem autoria definida. Historiadores importantes como Capristâneo de Abreu, ressaltaram sua importância. Porém, quem parece mais ter se apropriado de suas questões problematizando-as de forma muito perspicaz, foi Caio Prado Jr., em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, no qual elegeu, como problema central, o caráter do Brasil Colônia voltado a satisfação dos desígnios da Metrópole, como o sentido principal da colonização. Ver Gnerre (2006).

moradores no próprio caminho, que “por pouco preço compravam este gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas; fizeram açudes, plantaram canas, proporcionaram ao sertanejo uma de suas alegrias, a rapadura. No rio S. Francisco, desde a barra do Salitre até São Romão [incluindo a Vila de Barra], descobriram-se jazidas de sal na detenção de três graus geográficos, que preparado com algum trabalho provou excelente. Graças a estas circunstâncias, formou-se no trajeto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio” (Abreu, 2009, p. 117-118).

É muito comum, portanto, encontrar referências sobre o processo de povoamento do Médio São Francisco, de forma quase apologética, no tocante a bravura e determinação dos homens da época ao enfrentar as mazelas do meio e os chamados *bárbaros*. Exaltando a criação de gado e a “entrada” pelo São Francisco (tido posteriormente como rio da integração nacional e fulcro da nação) a violência do processo fica, no entanto, obscurecida.

Passemos então, ao outro caminho proposto, sobre a formação territorial do Médio São Francisco pelo qual se revela, em parte, um pouco mais dessa face oculta e ainda mais violenta do processo colonial.

Era de interesse da Metrópole, garantir a produção de mercadorias para seu proveito, e assim, nesse processo, o caráter *Régio* (estatal) reconhecendo poder aos empreendimentos particulares estabelecia as bases da sua territorialização. Esse é um processo contraditório da posição da relação moderna na qual o Estado não autonomizado do poder local em formação, se territorializa. Segundo Alencastro (2000), em seu livro chamado “O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul”,

De início, a Coroa concede amplos poderes a seus súditos que dispõem de capital e também aos estrangeiros católicos ativos de além-mar. Algumas década mais tarde, a monarquia volta atrás e inicia um movimento de “restauração metropolitana”, restringindo a autonomia dos principais atores da conquista. Por um lado, se estabelece o monopólio metropolitano no ultramar – o “exclusivo” –, em prejuízo dos estrangeiros. Por outro lado, editam-se leis tolhendo liberdades dos colonos e submetendo-os a governadores encarregados de lembrar *urbi et orbi* o sentido da colonização. É o processo de colonização dos colonos: a Coroa aprende a fazer os rios coloniais correrem para o mar metropolitano; os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol. Só assim podem se coordenar e se completar a dominação colonial e a exploração colonial. (Alencastro, 2000, p.22)

O reconhecimento de poder remete a uma “fusão” necessária do processo, mesmo sem comando, objetivamente praticada, nas relações posicionadas como relações de valor. Tal posição dessa necessidade é, e não é, um ato soberano da Metrópole. É: por que é ela quem gesta a Colônia, com seu monopólio da violência (relegado também ao poder local como seu outro). Não é: porque, a gestão, ou o monopólio da violência, só tem sentido no processo prático, da violência econômica, da relação social colocando o valor como necessidade de mediação, onde ambos, poder local colonial e poder metropolitano, se imbricam e se sujeitam.

Conforme Urbino Vianna, o rio São Francisco, como possibilidade de entrada para o aproveitamento das terras, foi enfatizado em dois artigos do Regimento de 17 de dezembro de 1548, segundo ele, pelo Conde da Castanheira e dado a Thomé de Sousa pelo próprio rei D. João III. No primeiro, referente ao artigo 2:

quando as terras e águas da dita capitania que estão fora do termo que ora ordeno à dita povoação, até o rio de São Francisco por onde parte com a capitania de Duarte Coelho, vos informareis que terras são e que rios e águas há nelas e quantas e que disposição têm para se poderem fazer engenho de açúcar e outras benfeitorias; e se vô-las pedirem algumas pessoas, e quanta parte cada uma pode e que benfeitorias se quer obrigar a fazer nelas e escrever mais tudo muito declaradamente com vosso parecer, de maneira que será mais meu serviço darem-se as ditas terras para se melhor poderem povoar e aproveitar e quanta parte se deve de dar a cada pessoa e com que obrigação e jurisdição, para eu, digo, para vos eu nisso mandar o que houver por bem. [E no segundo, que se refere ao artigo 40:] Por quanto haverei por muito meu serviço descobrirem o mais que puder ser pelo sertão adentro da terra da Bahia, vos encomendo que, tanto que houver tempo e disposição para se bem poder fazer, ordeneis de mandar alguns bergantins, soldados e bem providos do necessário pelo rio de Peraçuin e de São Francisco com línguas da terra e pessoas de confiança, que vão pelos ditos rios acima o mais que puderem à parte de leste e por onde forem, ponham padrões e marcas, e de como os puseram façam assentos autênticos, e assim dos caminhos que fizerem e de tudo, digo, e de todo o que acharem, e o que nisto fizerdes e o que suceder me escrevereis miudamente. (Vianna, 1935, p. 20-21)

Nestes dois artigos se evidenciam alguns nexos da produção mercantil. Para tanto, isso prescindia de fatores nada pacíficos, como ressalta o mesmo autor: “O proprietário ou foreiro tem que abrir brecha com as mãos ocupadas, ora dos instrumentos de trabalho, ora da escopeta e terçado. A indiada tem de ser batida; o colono tem de escorraçá-la para o sertão bruto à custa de todos os esforços. O silvícola oferece a mais tenaz resistência à conquista; e só dizimado recua. Os estabelecimentos pastoris, ou os sítios de plantação com o seu curral, semeiam-se por uma e outra margem do grande rio, notando-se a bondade de seus campos para a criação e ótimas terras de cultura para a lavoura. O vale central de São Francisco, como as proximidades de sua foz, povoa-se desde logo, é devassado; e este povoamento é quase que exclusivamente feito pelos baianos” (Vianna, 1935, p. 20).

Conforme Lins (1983), “chegando ao Médio e Alto São Francisco [...] plantando currais pelo ermo adentro, o explorador branco substituíra por boiadas as tribos que encontrava no seu caminho. Matando ou escravizando o índio, o colonizador português, a princípio, realizou uma obra de escravização e extermínio de toda uma nação, e não de civilização de um povo” (Lins, 1983, p. 20-21).

Esse aspecto violento do empreendimento colonial ganharia, mais adiante, outros tristes personagens: os escravos africanos, principalmente nos engenhos de açúcar do litoral e nas lavras mineiras. Fiquemos ainda com a expansão dos currais.

Tratando diretamente das chamadas Bandeiras, Puntoni (2002) ressalta como foi efetivada a ação da coroa com apoio de Domingos Jorge Velho:

diferentemente do que se praticara, a novidade era que se tratava agora de erigir um terço de infantaria, isto é, de tropas regulares, cujos postos deveriam ser devidamente assentados e pagos. [...] O terço dos Palmares e o da Guerra dos Bárbaros eram representativos do processo de formalização da “guerra brasílica” que se enquadrava em sua especificidade no sistema militar do Império português e ganhava identidade particular, com uma legislação própria. Essas guerras previam contratos para remuneração dos serviços que ultrapassavam o simples pagamento dos soldos, com promessas de cativos e terras, e uma legislação especial que garantia a utilização de crueldade máxima para com os inimigos. (Puntoni, 2002, p. 202)

Muitas foram as doações de terras no Médio São Francisco para os bandeirantes paulistas, ao ponto de “à parte os raros contingentes de povoadores pernambucanos e baianos, a maioria dos criadores opulentos, que ali se formaram, vinha do sul, constituída pela mesma gente entusiasta e enérgica das bandeiras” (Cunha, 1992, p. 83).

Também Donald Pierson, retomando Affonso de Taunay, afirma:

outros paulistas, retornando de lutas com indígenas no norte, não voltaram a São Paulo, mas se fixaram nas margens do São Francisco ou seus afluentes, tomando terras obtidas por seus esforços nas armas e legalizadas por concessão de sesmarias. [...] Domingos Jorge Velho e seus oficiais receberam centenas de milhares de quilômetros quadrados de terra, ao norte do São Francisco, acima da junção com o tributário rio Grande, onde é hoje a cidade de Barra e estendendo-se pelo que é hoje parte de sete Estados. (Pierson, 1972, tomo I, p. 279)

Segundo Puntoni (2002), como um dos aspectos da *Guerra dos Bárbaros*, esse não foi só um processo de incorporação, indígena mas, de extermínio do outro:

as guerras aos índios [do Sertão Setentrional] neste momento, por razões estruturais da forma de evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio, de ‘limpeza do território’. Se houve expedições orientadas para a captura e escravização dos habitantes dos sertões, de maneira geral, o escopo era sempre a matança, seja para refrear a ‘insolência’ de grupos resistentes, seja para abrir simplesmente espaço para as criações. Neste caso particular, os impulsos de expansão resultaram em situações extremamente nocivas e não integradoras. [...] à guerra de extermínio somou-se o contexto deletério da aculturação e miscigenação que se submeteram alguns grupos indígenas que, feitas às contas, preferiram alinhar-se aos colonizadores. [...] os guerreiros

hábeis eram normalmente integrados às tropas enviadas para combater os irridentos. (Puntoni, 2002, p. 45-46)

Como o gado necessitava de pouca mão de obra, a maior parte dos índios eram expulsos de suas terras, para a implantação das fazendas. Porém, alguns desses eram cooptados pelos colonizadores, para o estabelecimento de contato com outras tribos. Pois, “os autóctones eram os únicos capazes de dar o conhecimento das terras e contribuir para as tropas com homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e tribos que se manifestavam hostis, e entre colonizadores de diversas nações” (Puntoni, 2002, p. 48-50).

Desse modo, como povoador e militar, se impunha ao indígena um papel territorializador aos moldes da colonização, no qual eram obrigados a auxiliar no processo de territorialização tanto do gado como das minas no Sertão.

Tratando desse violento processo de ocupação e povoamento, Neves (2008) os relacionou a lei de Sesmarias e a imposição da violência, ou seja, um processo de conquista para criação de gado no vale do São Francisco.

A ocupação econômica do Alto Sertão da Bahia teve raízes no sistema jurídico de sesmaria, que distribuiu terras e definiu sua propriedade, posse e uso. No entanto, a distribuição não se deu de forma romântica, sendo esse território conquistado de populações nativas e ocupado, ainda em partes, com fazendas de gado [...]. (Neves, 2008, p. 104)⁸²

Com idas e vindas, entre 1548 e 1611, muito se discutiu sobre a escravidão indígena, sendo neste último ano considerados livres. No entanto, poderiam ser ainda capturados, e levados às missões ou reduções jesuítas, quando alvo de guerras justas, ou seja, permitidas pelo Governador Geral.

As missões, depois chamadas *reduções*, no São Francisco, encontravam em um primeiro momento, apoio do Governador Geral. No entanto, com os sesmeiros, a coisa se tornava mais contraditória. Apesar de inicialmente apoiarem o empreendimento missionário, ajudando na busca por terras para criação de gado, ao perceberem que os índios apaziguados estavam de outra forma, ocupando “suas” terras, iniciavam complôs contra os missionários e ataques às *reduções*. Assim, o arrendamento e a busca por mais currais, outra vez permitiu a expulsão (ou aldeamento) do indígena.

⁸² A ideia de conquista de território precisa ser problematizada, pois o que está se constituindo, é justamente o território, como forma moderna da relação social.

No Médio São Francisco, a fundação da Vila de Barra, foi fruto da ampliação das missões jesuítas, na qual, o povoamento do sertão do São Francisco estimulou a derrocada do indígena. Esteve assim, associada à territorialização com gado e guerra⁸³.

Portanto, as missões no São Francisco, compunham a formação territorial, e eram responsáveis por transformar as relações entre os índios e desses com os portugueses⁸⁴. Ou seja, era uma das formas de imposição da forma social de relação moderna, pois a criação da mercadoria gado, era utilizada como alimento e força animal em diferentes partes da Colônia (como veremos), sendo base fundamental do processo colonial. Para tanto, a produção da subsistência dessas fazendas, foi um importante papel, tanto dos posseiros (homens “livres”) quanto das reduções jesuítas. Conforme Puntoni (2002) as aldeias eram

adaptadas aos princípios pedagógicos em curso. Nestes povoados, os índios deveriam ser isolados da sociedade colonial, para então poder voltar integrá-la de forma controlada [...] submetidos a diversas formas de ressocialização e de aculturação. Para isso eram realizados os ‘descimentos’, missões volantes ou expedições militares que “convenciam” índios afastados a ‘descerem’ para perto dos povoados coloniais, onde viveriam em aldeamentos. (Puntoni, 2002, p. 54)

Esta forma do povoamento em muito satisfazia os interesses da Metrópole. No “Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí” seu autor (anônimo), apesar de argumentos contrários – talvez, dos próprios criadores de gado já estabelecidos, querendo evitar a concorrência – mostra como seria muito importante estimular à constituição de novas povoações de criadores de gado.

Segundo ele, esse povoamento, atrelado a criação de aldeamentos, seriam necessários para dominar sem extrema violência as nações indígenas, servindo como obstáculos ao contato direto entre as Nações indígenas. Estas assim,

não só virião com mais facilidade à nossa sujeição, mas sem as largas despesas, e funestas enfermidades, que padecem os índios nos seus descimentos, ou novos estabelecimentos, se poderão conservar no seu mesmo Paiz natural, aproveitando-nos nós também delles mesmos para continuarmos a cultura das margens dos rios [...] e tirarmos dellas não só as exellentes drogas, mas todos os mais generos, que faz produzir a cultura. (Anônimo, 1900 [s/d], p. 87-88)

⁸³ De fato, conforme uma nota de Oliveira Vianna, no livro de Urbino Vianna: “cada curral avançado no deserto é uma vedeta contra a selvageria. Cada sesmaria, um futuro campo de luta. Cada engenho uma fortaleza improvisada” (Vianna, 1935, p. 91).

⁸⁴ “Ao terminar o século XVII, Lancastro fundou com o indígena catequizado o arraial da Barra, para atenuar as depredações dos acaróses e mocoases. E daquele ponto à feição corrente do São Francisco, sucederam-se os aldeamentos e missões [...]. Após o fim das missões, a população amalgamada, ficou, segundo ele, perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo” (Cunha, 1992, p. 88).

Confirmando esse caráter da territorialização, dizia ainda, ser necessário, após a instauração do medo anterior e da impiedade com essas povoações, agora, ligadas entre si por estradas, promover o contato, onde a regra seria:

não atacar povoação alguma das Nações silvestres e transitando-se por ellas, deixar intactos os seus domicílios, e as suas plantações, porque esta nossa nova conducta, e desusado modo de as tratar mova a que ellas fujão da nossa comunicação e se persuadão mais facilmente que nossos intentos só são a viver com ellas em boa harmonia, sem destruir os seus pobres haveres nem tira-lhes as proprias vidas. (Anônimo, 1900 [s/d], p. 90)

Essa forma da territorialização, não sem eliminar a ocorrência de outras, se propunha a incorporar o indígena de maneira diferente, pois

a entrega que os dittos Capitães nos fazião de Paizes vazios do mais precioso, que erão os índios assassinados pelas suas sanguinolentas Bandeiras, e o passo, que com ellas nos fraqueavão para sermos testemunhas dos miseraveis restos das referidas Nações [...] bem longe merecem honradas recompensas, só podião servir de convenientes provas, para que fossem tratados como inimigos do Estado huns tão indignos, e tão barbaros conquistadores. (Anônimo, 1900 [s/d], p. 90-91)

Portanto, diante disso tudo, concordaríamos com Lins (1983), que: “só depois de iniciado o século XVIII melhores conhecimentos sobre o vale do São Francisco fizeram com que a vasta região fosse arrancada do reino da lenda e começasse a integrar a realidade nascente da colônia” (Lins, 1983, p. 21)?

Penso que não! Uma boa parte desses “melhores conhecimentos”, no século XVIII, foi justamente produzido em diversas expedições, à mando da Metrópole, pelas capitanias, recolhendo informações sobre a dinâmica econômica da Colônia em instauração para melhorar a satisfação aos desígnios da Metrópole. Um desses levantamentos, em geral chamados “roteiros”, propunha, por exemplo, um projeto para povoar uma região ao sul do Maranhão e Piauí. Como as informações contidas nesse documento permitem muitas relações com a territorialização do Médio São Francisco, o apresentaremos em seus pormenores, com a seguinte assertiva: o fato do processo de territorialização do capital na colonização, violentamente ter “arrancado o Vale do reino da lenda”, não significa que o tenha inserido em uma realidade livre de ilusões, crenças e ficções, mas sim, foi processualmente construindo o arcabouço do “reino da representação” modernizadora.

2. Um Roteiro, muitos desdobramentos

Neste item, recuperamos e interpretamos alguns trechos do *Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí*, para auxiliar na discussão sobre a última assertiva acima, qual seja, a existência de um processo de modernização das relações sociais com um sentido voltado para a satisfação ou realização concomitante da

Metrópole na colonização. Este sentido, imposto de forma violenta por empreendimentos particulares com aval estatal, foi constantemente avaliado e racionalizado (algo parecido, com as devidas particularidades, aos desígnios dos planejadores do século XX), na tentativa de aperfeiçoá-lo, tornado modelo de ação do Estado, no caso, o reino de Portugal⁸⁵.

Contudo, isso revela, o quanto o caráter da territorialização em direção a formação da Nação, foi dado, pelo próprio “sentido da colonização” (Prado Jr., 1979) violentamente posto como modernização.

Assim, a passagem da “lenda” a “realidade”, não será abordada como um processo pacífico e natural, mas sim, portador de violência e de racionalidade moderna. No entanto, isso não significa dizer sobre a existência de um mentor imune, capaz de tudo orquestrar, mas, ao contrário, que o próprio processo impôs e se impôs, como forma de representação em realização, por meio de relações sociais.

Podemos sintetizar alguns dos argumentos presentes no Roteiro da seguinte forma: para maior satisfação da Metrópole tornou-se necessário a *regulação* de algumas das atividades na Colônia, entre elas a agricultura (tanto de exportação quanto a de subsistência⁸⁶), a criação de gado e a extração do ouro. No entanto, essa regulação, não se efetivava só a partir de cobrança de taxas, como se pode imaginar, mas, era relacionada ao controle populacional (tratada por mão de obra) e de suas atividades, além de um fator central, o qual, se fosse remetido a atualidade chamaria a atenção de muitos geógrafos: a posição e a localização dessas atividades.

Nessa longa jornada analítica, dos argumentos do autor anônimo, tentaremos ver como a forma social se colocava em relação aos aspectos mencionados.

⁸⁵ Este Roteiro é citado e inspira, além de outros autores já mencionados, Caio Prado Jr. a tratar sobre o “Sentido da Colonização” em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*. Diferente de outros roteiros escritos na época, o seu olhar estava voltado não apenas para o “real”, mas ao que o transcendia. Mais que um roteiro, era a proposta de um projeto de povoamento e de garantia da empreitada colonial. Logo nas advertências afirmava sobre o Roteiro: “Não faço nelle expressa menção de todos os sitios, Montes, Vales, Fontes, Rios, e Povoações; porque não se offerecendo em muitos destes objectos mais differença do que aquella com que em tudo se distingue a face da natureza, nada mais lhe acrescentaria eu do que huma longa, e fastidiosa expressão de nomes, quaze todos barbaros, e exquesitos. [...] Se alguem se persuadir que eu as fiz levado dos dezejões de ver florecer hum Estado, onde tive a honra de servir a Sua Magestade, faz justiça à minha cauza e dá razão que sobeja, para eu me atrever a expo-la ao desprezo, que merecem pela má ordem, longas digressões, e fastidioso estilo, com que são feitas” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 60-61).

⁸⁶ Subsistência aqui, sem maiores problematizações de âmbito conceitual, se refere ao caráter que ganhava a produção para consumo próprio, ou voltada a produção de alimentos para alguma outra atividade como criação de gado, coleta e extração de drogas do Sertão, ou mesmo mineração, com a qual se garantia a “reprodução do trabalho”. Essa poderia ser efetivada por homens livres ou escravos.

Logo no início, o autor do Roteiro, descrevendo o sul do Piauí, destacou que, pela distância e falta de comunicações, o comércio do gado era feito com a Bahia (até 1769) e depois com a Paraíba (aberto em 1780). Para satisfação das necessidades das populações nas fazendas nos sertões, os brejos eram importantes, pois ali se concentravam a produção da base alimentar, do gado, dos escravos e dos homens livres pobres envolvidos em sua criação. Segundo ele, devido à seca, a produção da cana de açúcar e da mandioca – “ordinário pão do Brasil” – “só é possível em alguns Brejos. Todos, contudo podem ser cultivados nas margens de alguns Rios, nos Brejos, os Lugares que consevão o humido, e frescura necessaria para os nutrir, e livrar do ardor do Sol” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 80).

Conforme informa, os melhores solos no São Francisco, já naquele momento (provavelmente fim do século XVIII) estavam bastante ocupados com gado e, por isso, a Metrópole deveria ficar mais atenta, no sentido de estabelecer uma regulação das atividades, na qual nem todos os indivíduos empreendessem a criação de gado, e sim, alguns se disponibilizassem à agricultura, mantendo a subsistência do gado e o cultivo ou coleta das drogas do sertão⁸⁷.

Essa necessidade de equilibrar a subsistência e a criação de gado, para satisfação da Metrópole, é um caráter importante à todo o Roteiro, mostrando como se “reproduzia” a “economia subsidiária” (Prado Jr., 1979), incluindo os Brejos.

Os caminhos do gado, saídos das imediações do sertão do Piauí, Pernambuco e Bahia, passavam já naquele momento, pela vila de Barra do Rio Grande, e iam em direção à Goiás ou para Salvador, além das Minas Gerais⁸⁸.

Dada à importância do gado para a Colônia, como meio pelo qual a circulação do dinheiro (ouro) poderia fluir, de mercadoria em mercadoria, nas capitanias do

⁸⁷ “Os que vivem mais internados na Capitania do Piauí, a podem também cultivar n’aquelles lugares que n’ella ha de terreno util; e assim tirarão a utilidade de applicar ao trabalho aquella parte da familia, que se não pode apartar das mesmas fazendas, e que he n’ellas inteiramente inutil sustentando-se como feras unicamente das Carnes e fructas silvestre” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 84).

⁸⁸ Freitas (1999) destaca que depois da independência Barra continuaria importante, assim como de outras ribeirinhas. Assim, “a Barra do Rio Grande aparece como o entreposto comercial entre a Bahia, Minas Gerais e Goiás. Cogitada após a Independência para ser a capital da Província do São Francisco, concentrava as mercadorias, as quais enviavam por tropas até Cachoeira, às margens do rio Paraguaçu, e de onde se podia chegar rapidamente até Salvador, em viagem de mais de um mês de duração. Localizada na confluência do rio São Francisco com o Rio Grande, exercia uma liderança natural sobre Cotegipe, Barreiras e Santa Rita do Rio Preto” (Freitas, 1999, p. 74). Esse caráter descrito como natural, no entanto, só pode ser socialmente constituído, pois, a produção e trocas de mercadorias de natural não tem nada, e assim, tal importância talvez se devesse ao momento, em que tal circulação de mercadorias era feita principalmente por tropas e com algumas canoas.

Interior e nas capitanias de Marinha⁸⁹, alcançando seu salto mortal na acumulação metropolitana, o autor do Roteiro, afirma a necessidade de se criar povoações munidas, para além da criação de gado, com produtos da subsistência, na qual se empregariam tanto os escravos, quanto a imensa quantidade de indivíduos desnecessários à criação de gado (realizada com poucos indivíduos). Tudo isso porque, em sua percepção, os pastos naturais ao sul do Piauí e Maranhão, teriam pouca necessidade de trabalho a ser empregado, a não ser na subsistência.

Mesmo reconhecendo o gado como essencial ao povoamento⁹⁰, afirmava:

he preciso que haja algum objecto mais particular, que excite promova a concurrencia de povoadores necessária para o estabelecimento da dita linha de povoações. Este objecto não pode ser outro mais, que o interesse particular que achará cada hum dos mesmos povoadores na criação dos gados, interesse, que não pode existir, sem haver extração e consumo de gados, que criarem. Não podendo pois haver a ditta extração, e consumo; não poderá tambem haver a concurrencia necessaria para se estabelecer a linha de Povoações; nem se fará praticavel o referido Projecto. (Anônimo, 1900 [s/d], §12, pp. 92-93)

O intuito assim, não era só a criação de novas povoações, mas, a criação da concorrência, delas derivadas, como algo útil para a satisfação da Metrópole. E para isso seria necessário à população (donatários, escravos e homens livres pobres) estabelecer tanto a criação de gado, como os meios de sua subsistência.

Tal imposição, da circulação para efetivar a função do dinheiro e garantir vantagens para a Metrópole é importantíssima para o entendimento da imposição da forma social de mediação, entre elas, o próprio dinheiro e o controle sobre o trabalho regulados e sistematicamente refletidos – inclusive, vinculados à posição do que seria propriamente o consumo humano adequado e necessário. Vejamos outros aspectos dessa argumentação, sobre a necessidade de povoar e se comunicar (comercializar), postos no papel da Colônia:

os gados na Capitania do Maranhão se crião as margens do Rio Parnahiba, tem sua extração para a Cidade da Bahia, e porto da mesma Parnahiba; na barra do Igaráu pertencendo à Capitania do Piauí: os do Piauí para os portos do Siará, e Rio Grande para Pernambuco, e Bahia: os de Pernambuco, e Bahia creados nos Sertões do Rio de S. Francisco para as suas Capitaes, e também para as Minas: os dos Sertões da Ceratuba que ficão ao sul das mesmas Minas pertencentes a S. Paulo, para o Rio de Janeiro; para onde se extraem tambem por mar reduzidos a carnes secas; de todas as outras

⁸⁹ As Capitanias e Povoações do interior, destacadas pelo autor, são: Minas Geraes, Serro do Frio, Pitangui, Paracatú, Goiaz, Fanado, Rio das contas, Jacobina, Sertões do S. Francisco, e Capitania do Piauí. As da Marinha são: Espírito Santo, Porto Seguro, Ilheos, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

⁹⁰ Para ele, a *quarteação* (ou seja, o fato de um vaqueiro receber um bezerro a cada quatro que nascem sob seus cuidados) promovia o avanço da povoação, junto com a distribuição das três léguas, previstas na lei de *sesmarias*, a dez ou doze vaqueiros, permanecendo o dono da fazenda nas sedes das povoações principais. Este caráter por ele inicialmente identificado foi reproduzido em diversos estudos posteriores de historiadores e sociólogos.

referidas Capitanias; e para onde no anno de 1765 descerão também de Minas. (Anônimo, 1900 [s/d], pp. 92-93)

Essa dinâmica do gado, reafirmaria a dependência entre si das povoações e Capitanias, na satisfação de boa parte da sua subsistência. E, caso houvesse mais povoações concorrendo entre si, se favoreceria, ainda mais, o comércio do gado.

Não só a territorialização dos currais, mas, mais importante, a territorialização das relações sociais – incluindo o poder sobre o trabalho, produção de mercadorias, subsistência, e, a generalização do dinheiro e do consumo, como forma social de mediação – foram se impondo, nessa relação com a Metrópole.

Portanto, o estímulo à criação de gado vinculava-se aos interesses da Metrópole, referidos à circulação do próprio gado e do ouro, encaminhado a ela por via das trocas comerciais constituindo-se como necessárias. Vejamos, como desdobra esse argumento, lembrando nossa assertiva sobre o encantamento ser suprimido pela representação.

Segundo o autor, no parágrafo 20 do Roteiro, a população das Minas, antes do *boom* de pessoas se deslocar para mineração, consumia o que a Metrópole lhe destinava de mercadorias, por não ter aí nenhum estímulo à produção. Depois desse aumento, foram se constituindo outras atividades, permitindo aos mineiros a “reprodução do trabalho”, sem depender tanto da Metrópole. Mas, isso levou alguns a deixarem de garimpar, para se dedicarem a outras atividades subsidiárias, e assim, não se aumentou a extração do ouro como esperado. O impacto disso no comércio com a Metrópole foi central à seguinte elaboração do autor:

reduzir-se pois a iquillibrio, ou fazer pezar mais o ouro, que se tira das Minas, do que o valor das mercadorias, que se consomem, seria descobrir o meio de dar o equivalente do mesmo consumo, e procurar os interesses da Metrópole. Ella estabeleceo para este fim as collonias: tem direito de poder restringir, e regular este, ou aquelle commercio, esta ou aquella occupação e agricultura, que nellas se opuzer aos mesmos interesses, e com muito maior razão a respeito das referidas collonias, para onde nós não temos só visto sahir, tudo quanto nella valle. (Anônimo, 1900 [s/d], p. 97)

Portanto, como solução para garantir esse papel relegado à Colônia, considerava a regulação da agricultura e de outras atividades nas proximidades das minas, para sobra de tempo para a mineração. Isso através da inserção de máquinas nas culturas agrícolas, além da melhor escolha dos terrenos, e, a urgente necessidade de se constituir a abundância de gado, diminuindo a necessidade de cultivo de outros gêneros, liberando mais trabalhadores (no caso, a maioria escravos) para a mineração⁹¹.

⁹¹ “Esta abundancia [de gado] facilitando mais a subsistência faria diminuir em huma grande parte o consumo das carnes de porco; faria diminuir outra parte muito consideravel dos legumes necessários como fica dito para o sustento dos pobres, dos escravos, e nutrição dos mesmos porcos. Faltando o consumo dos referidos generos pela substituição dos gados, que farão huma subsistencia mais commoda;

Resolver-se-ia assim os problemas relativos ao comércio com a Metrópole, pois isso, aumentaria o número de escravos dedicados as minas e do ouro em circulação. E ainda, segundo ele, se estabeleceria a equivalência de valor entre ouro e mercadorias consumíveis. “Nas outras Capitanias, fazendo-se também superflua outra grande parte de trabalhadores destinada à cultura dos generos necessarios para a sua subsistencia; mais se poderião applicar à cultura dos generos, que se costumão exportar para a mesma Metrópole” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 99)⁹².

Esse é o intuito da Metrópole, ser um dos destinos da acumulação⁹³. Porém, nesse mesmo processo as formas sociais modernas também eram territorializadas e formadas na Colônia. Vimos, no item anterior, como isso não foi um processo natural de ocupação, mas sim, violento. Agora estamos diante de seu sentido.

A dependência da Colônia em relação à Metrópole, outra afirmação interessante do Roteiro, podia ser criada, e, desse modo, este projeto de povoamento, acarretava outras implicações, mais gerais, da relação entre as Capitanias de Marinha e de Interior.

Mesmo sendo distantes entre si, as Capitanias do Interior e as de Marinha se comunicavam. Tratava-se de um movimento promovido por uma forma social, dando maior “plasticidade” às relações em territorialização, envolvendo a criação de gado (e das áreas produtoras de sua manutenção, como os brejos), a mineração e as cidades portuárias⁹⁴. Este processo não pode ser naturalizado, pois, é fruto, e expressa, a territorialização das formas sociais de mediação baseadas também na violência.

O ouro e o gado, circulando, promoveriam o aumento dos produtos de exportação para a Metrópole⁹⁵. O gado diminuiria a necessidade de trabalhadores voltados à subsistência, permitindo o plantio de mais cana e a extração de mais drogas do sertão e ouro. Com o ouro, com o dinheiro do açúcar e das drogas, se compraria mais escravos, para manter a subsistência nas roças, nas plantações de cana, na criação de gado e no entorno das minas.

o rosseiro, não achando utilidade em occupar na agricultura o mesmo numero de escravos, de necessidade applicaria a parte que restasse, à extração do ouro” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 99).

⁹² Aqui é bem importante, pois ao sugerir que se estimulasse a produção de determinado produto, mobilizava o trabalhador e escravo à outras atividades interessantes para a acumulação. Isso é modernização em processo, posta pela dinâmica da Metrópole.

⁹³ “As collonias [...] são estabelecidas em utilidade da Metropole (Anônimo, 1900 [s/d], §33, p. 102).

⁹⁴ “Pelo que respeita as Minas, o ouro que ellas produzem, e communicação he o metal mais precioso, e mais commodo, que os homens acharão para representar todas as outras produções, tanto da natureza, como da industria, e sendo proprio, será phenomeno bem raro apparecer hum homem, que se queixe do trabalho, e despesas que faz nesta conducção” (Anônimo, 1900 [s/d], §43, pp. 106-107).

⁹⁵ “O ouro quem não sabe, que circulando no corpo político, faz dentro deste os mesmos effeitos, que o sangue no corpo phísico?” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 108).

Nesse sentido, afirma: “as Minas dependem das Capitanias da Marinha, para receberem as manufacturas, e mais generos, que nellas se introduzem da Metropole, e com que satisfazem as suas necessidades tanto Reaes, como de opinião principalmente as que respeitam no vestir” (Anônimo, 1900 [s/d], §39, p. 105).

Com grande sutileza, o autor naturaliza, como próprias do “ser humano” tanto a “necessidade de opinião”, quanto as “reais”, declarando as duas como fatores precípuos da relação entre Colônia e Metrópole:

pelos vinculos da sociedade, ou ordem admirável da Provincia, que estabelece entre todos os homens huma dependencia, ou necessidade de se communicarem huns com outros, nenhum particular pode só pelo seu trabalho, e industria cultivar e fazer quanto lhe he necessario para satisfazer as suas necessidades, assim reaes, como de opinião. Esta impossibilidade de subsistir qualquer individuo sem alheios socorros, ou Lei universal, que liga os homens entre si, tem a politica nas Collonias para maior utilidade, e dependecia em que devem estar da Metropole, e nellas como temos ditto, os habitantes só se devem occupar em adquirir as materias primeiras, e haver, a troca d’ellas da mesma Metropole as manufacturas necessarias, para satisfazer aquella parte, que respeita ao vestir. (Anônimo, 1900 [s/d], p. 109)

Portanto, aprofundando no caráter da comunicação fundamentada na necessidade natural humana da troca, relativizou e abrandou, o fato dessa também ser imposta no processo colonial. Completou o quadro, mostrando como o comércio era desde sempre fundamento da agricultura colonial e como isso deveria ser estimulado:

1º Que a agricultura nas Collonias não pode ser só considerada como objeto da subsistencia; deve de necessidade ser vista como objecto do commercio, tanto exterior a respeito da Metropole, como interior e economico a respeito dos habitantes.

2º Que nenhum agricultor poderá subsistir sem vender ou permutar parte dos effeitos da sua cultura, para assim poder haver, o que necessita para se vestir.

3º Que não podendo o agricultor conseguir pela cultura os dois fins de que depende a sua subsistencia; ou porque o Paiz não produz os generos, de que outros necessitam; ou porque os generos que produz, pelo volume, pezo, pouco vallor, e duração, não podem ser conduzidos a partes distantes, para serem n’ellas vendidas e permutados; nós veremos os Paizes incultos, os seus habitantes nús, como as nações silvestres, ou como aquelles que internados nos mesmos Paizes vivem da Caça da pesca, e dos poucos generos, que apenas cultivão meramente para se alimentarem. (Anônimo, 1900 [s/d], §50, p. 109)

As atividades vinculadas ao gado tinham assim, o importante papel de garantir a subsistência da agricultura (no caso, a da produção de cana de açúcar), sem essa recorrer à venda de seus próprios produtos, tornando-os, sem incômodo, objeto de comércio com a Metrópole. A pecuária, por outro lado, se mantinha tanto pela entrada de escravos (poucos, mas oriundos da compra perante a Metrópole), quanto pela presença de posseiros, em geral nos brejos, produzindo o básico da alimentação e “reprodução” da fazenda. No entanto, até mesmo para estas fazendas, a concorrência na produção do gado, garantia a subsistência, sem recorrer ao próprio gado como único sustento – algo

interessante à Metrópole, pois, se o gado não circula, não circula dinheiro e esse não afluí para ela. Assim, a pequena produção agrícola, realizada principalmente nas áreas úmidas, nos brejos, não se autonomizava da criação de gado. Somente em poucos lugares essa produção era trocada, com produtos da Metrópole⁹⁶.

A explicitação do interesse em regular o povoamento e a localização dos povoados e suas atividades, tem relação com o seguinte problema por ele identificado (aparecendo como um problema em outras Colônias): o fato do Estado perder todos aqueles indivíduos mandados aos Sertões. Para isso não ocorrer, era preciso estimular a dependência das povoações do interior, em relação às Capitânicas da Marinha, pelo consumo, para, apesar da abundância de terras livres e do risco de alguns se desvincularem, se garantir a dominação da Metrópole⁹⁷.

Como uma forma de dominação, entendia também a possibilidade de “convencer” o indivíduo, que apesar da assertiva de que

com trabalho árduo se adquire apenas ouro; com menos trabalho, na agricultura, se adquire bens necessários a subsistência; algo que o ouro nunca será, por hum puro effeito da representação. Que deixar de procurar com mais suave trabalho as mesmas produções necessárias em um Paiz fertilissimo; para procurar com trabalho mais custoso no mesmo Paiz o ouro, como representação das dittas produções, he deixar de possuir independente huma riqueza real, para haver huma riqueza de opinião; riqueza, que nada pode servir faltando os objetos, que representa. Ultimamente, he trocar hum estado de abundancia e riqueza, por hum estado precario; estado de dependencia, e necessidade. (Anônimo, 1900 [s/d], §71-73, p. 117)

Ainda assim, a experiência da falta, mesmo na abundância (difusão das “necessidades”) geraria as comunicações e o comércio. Nesse sentido, os indivíduos em sociedade, teriam feito algo como seu sinal de troca: o ouro⁹⁸.

⁹⁶ Depois disso se modificaria, pois com a “reabertura” do São Francisco no século XIX, aumentaram as possibilidades do domínio do trabalho pelas outras atividades ligadas ao comércio. Assim, tanto a terra, com a lei de terras, quanto o trabalho, com o fim da escravidão, tornaria central o domínio do trabalho pela produção em geral de mercadorias. Ou seja, se estabeleceu uma relação de poder entre pessoas livres mediadas pelo trabalho, dinheiro e mercadorias, territorialmente alocadas.

⁹⁷ Aqui parece existir mais um elemento para a discussão sobre a síntese “terra livre/trabalho cativo” proposta por Marx (1988), no capítulo do Capital chamado “Teoria Moderna da Colonização” (que trataremos no próximo item): esta se relaciona ao poder das comunicações e comércio, envolvendo ouro, gado e escravos, no nível da subsistência e necessidade, ou seja, das particularidades que se relacionam com a forma social de mediação, principalmente com o dinheiro.

⁹⁸ Em suas palavras: “Faltando a referida ordem, e disposição naquelles Paizes abundantes em todo genero de produções, e onde ellas se vião já entre mãos, elles gemião muitas vezes na falta, e indigencia ou porque estando as dittas produções dispersas e a elles repartidas pelos lugares, em que se produzem; segundo a situação dos mesmos lugares, e natureza das mesmas produções elles não podião ter todas, nem de todas fazer uso, sem que huns houvessem de outros a parte que lhes viesse a faltar; ou porque, sendo natural socorrerem-se reciprocamente com ella: por huma simples troca, ou permutação se fazia muitas vezes impraticavel, tanto pelas indicadas circumstancias como pela difficuldade, que haveria muitas vezes, de se effectuar racionalmente esta troca, a qual, ainda que a respeito de diversos sujeitos, requeria na mesma especie e ao mesmo tempo a abundancia e a falta: por todas essas razões acharão os homens, que devia haver hum signal, pelo qual se representassem as ditas produções; e podesse cada hum com elle

Como se as necessidades compusessem a mais nobre natureza “das nações civilizadas”, conclui o argumento, amarrando um pouco mais a complexidade das relações sociais: ora,

além dos diferentes usos, porque os metaes servem aos homens estando os homens convencidos, que sem este signal não podem commodamente utilizar-se das produções de que depende a sua subsistencia, em quanto elles convem que os metaes as representem, e sejam o meio de as poderem haver; o ouro, que entre todas as nações civilizadas tem sempre feito esta representação, por este mesmo vallor de opinião, não mostra no seu effeito alguma coisa de real? (Anônimo, 1900 [s/d], §75, pp. 118-119)

Justifica a necessidade de metais como própria do homem, em busca da comodidade, e assim, esconde a história violenta de imposição da forma social na colonização: “a necessidade de possuirem os metaes para commodamente poderem subsistir. Esta necessidade que existe tanto nos homens de hum estado, como no resto dos mais homens; e que he reconhecida por todas as Nações civilizadas, as quaes procurão por todos os Paizes minas, fação dellas uso aquelles, que as tiverem; não só para que não falte aos seus habitantes este meio de poderem commodamente subsistir; [...]” (Anônimo, 1900 [s/d], §77, p. 119).

Conclui essa parte, reafirmando a relação entre necessidade, comodidade e comunicação (troca comercial mediada por dinheiro), como caráter da natureza humana e o ouro como seu mais perfeito veículo⁹⁹. A partir disso, em seu texto, o segredo da imposição da necessidade e da forma social começa a ser revelado: “as Collonias são estabelecidas em benefício da Metropole: que o interesse da Metropole, ha de forçosamente ser conservallas na sua dominação; o segundo tirar dellas as possiveis utilidades” (Anônimo, 1900 [s/d], pp. 119-120).

Graças ao ouro ser um equivalente, as povoações de Minas conseguem estabelecer comércio com as Capitanias da Marinha e essas com a Metrópole. E, por isso a Metrópole tira daí suas utilidades. A necessidade de regular a agricultura nas Minas também se vinculava à criação da dependência total dessas diante da Metrópole, por não ser produtora de outros gêneros. Porém, regular não significava impedir totalmente sua subsistência:

alcançar mais commodamente o que lhe faltasse: e vierão por ultimo a concordar que dos metaes se fizesse este signal” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 118). O argumento traz elementos sobre a naturalização da troca, diferenças e determinações dos lugares, e o mais central, que o sinal, é equivalente a valor, e é medido em tempo.

⁹⁹ “A ordem da natureza nos obriga a comunicar-mo nos que necessitão o superfluo do que nos he necessario para viver; e a mesma ordem parece deve tambem de alguma sorte obrigar-nos a que comuniquemos nos que vivem com encommodo o superfluo do que he necessario para vivermos com maior commodidade. Vindo pois entre todos os metaes a ser o ouro pela sua geral aceitação, o que mais facilita o dito uso; e por isso o mais necessario não só para o bem particular de qualquer individuo; mais para o bem universal dos homens civilizados; [...]” (Anônimo, 1900 [s/d], p. 119).

Em Minas para maior interesse da Metropole nem se deve animar, nem promover a agricultura antes de tal maneira se deve regular, que só se admita a daquelles generos, que absolutamente forem de primeira necessidade, e não possam vir de fora, como he todo o genero de pão, e legumes, restringindo-se não a quantidade dos dittos generos; porque a abundancia he necessaria para facilitar a subsistencia dos trabalhadores das Minas, mas sim as especies e numeros dos individuos empregados nesta cultura [...]. (Anônimo, 1900 [s/d], §92, pp. 123-124)

Como solução para a questão do ouro, e, ao mesmo tempo, do povoamento para a satisfação da Metrópole, esboçou um argumento sobre o aumento da povoação, no sentido de promover o aumento da quantidade de pessoas tanto na extração, quanto na garantia da subsistência destes. Portanto,

a povoação de Minas, para poder subsistir com utilidade da Metrópole, deve ser regulada pela extração do ouro, e que tanto que o ouro não chegar para pagar, não só o necessario físico, mais o commodo, ou os habitantes de Minas hão de viver na falta, ou hão de procurar os meios de subsistirem independentes da Metropole, e Collonias, como vão fazendo pela Agricultura, e pelas Artes, ou commercio, que com ellas fazem, hade peder, e que pelo contrário regulando-se a Povoação pela extração do ouro, subsistirão as Minas na dependencia da Metropole, e o Commercio subsistirá também com proveito. (Anônimo, 1900 [s/d], §115, p. 132)

Voltando-se as observações realizadas na Capitania do Maranhão, dizia ser difícil manter ali a subsistência sem a regulação, pois, caso isso não ocorresse, os agricultores se dedicariam a subsistência e não mais a produção de gêneros para a Metrópole. Antes, nessa Capitania, havia concorrência, mantendo a produção de subsistência, mas,

tanto, porém que faltou a Concorrença das ditas Capitancias, obscurecendo-se as ideias com que tinham principiado familiarisarão-se com as dos indios, adotarão os seus costumes, e reduzirão-se a viver quasi a maneira dos mesmos indios. A Caça, e a pesca, fez o principal da sua subsistencia, e os efeitos da Cultura entravão nella como accessorio. [...] Ex aqui neste barbaro modo de subsistir, nova razão para conhecermos ainda mais atrasados os avanços da Cultura. (Anônimo, 1900 [s/d], §146, pp. 145-146)

Segundo ele, os índios, na porção da Conquista (ou seja, sob o domínio português), recebiam em troca das drogas do sertão, o tabaco e a aguardente, sem constituir, por isso, capacidade de “criar uma Cultura”. Porém, com a proibição da escravidão indígena, episódio ocorrido em 1611, os índios ficavam mais afeitos ao ócio que ao trabalho (mesmo esse trabalho, sendo às vezes pago, não evitava a fuga de muitos índios). Então, a Companhia do Comércio do Pará, pediu para introduzir ali escravos africanos. Isso fez aumentar, segundo o autor, a povoação, e, o maior consumo de gêneros comestíveis cultivados na Capitania¹⁰⁰.

¹⁰⁰ “He à introducção dos escravos que se deve o grande augmento que tem tido esta Capitania na Cultura dos generos comestiveis, elles não só chegão para sustentar a parte da Povoação, que tem crescido com a mesma introducção, e com a concorrência da Metropole; mas para sustentar parte dos Indios tirada das suas povoações, e occupada nos referidos objectos do Governo. Augmento que se fará ainda todo o que tem tido a Povoação menos costumada a viver da caça, e da pesca procura alimentar se dos generos

Assim, com a introdução dos escravos africanos, se dinamizou a povoação, pois se criou a garantia da subsistência do índio coletor das *drogas do sertão*. Ou seja, para produção dessas drogas, fundamentais ao pagamento dos agricultores, era necessário o trabalho escravo, garantindo a subsistência do índio. Esses agricultores, com as drogas, pagavam à Metrópole, tanto a aquisição de mercadorias (cada vez mais necessárias), quanto os traficantes de escravos.

Desse modo, tornou-se cada vez mais necessária a incursão de escravos africanos nessa área, pois, só assim se aumentava rapidamente a população trabalhadora, algo muito demorado caso fosse “esperar a natureza”¹⁰¹. O outro aspecto, importante do projeto, era o estímulo à circulação do ouro e do gado, para, associados ao aumento de povoações, garantir a maior rotação, e assim, a possibilidade de uma maior arrecadação, dada a dinâmica da concorrência. Esse elemento é fundamental na composição da territorialização das relações, como algo central à colonização. Quanto mais lugares se relacionassem a partir das prerrogativas da troca, mais possibilidades de acúmulo teria a Metrópole, dadas as maiores chances de se garantir, por essas mesmas trocas, a subsistência, de um lado, e, de outro, o acúmulo de ouro a ser trocado nas capitanias de Marinha, aonde chegavam às mercadorias da Metrópole.

Esse jogo entre regulação da subsistência e da concorrência, atrelado ao povoamento do Vale do São Francisco e sul do Piauí fincou a importância da “região” para a Metrópole, e de uma produção extrativa e agrícola, atrelada ao gado, territorializadas no processo de expansão do gado, vinculando o domínio sobre as relações de produção terra (mapa 6).

cultivados; e a quem souber também que destes mesmos subsidios da caça, e da pesca não se podem utilizar os indios occupados nos referidos objectos do Governo, como farião empregados na extracção de generos” (Anônimo, 1900 [s/d], §166, p. 154).

¹⁰¹ Ou em outras palavras, e de forma mais ampliada pensando os desdobramentos que ocorreram só com o Império e a República: enquanto não se constituía a superpopulação relativa, que só seria possível, com a posição autonomizada das categorias do capital, muito mais adiante, com o fim do trafico e abolição da própria escravatura, com o estabelecimento e efetivação da Lei de Terras e com a imigração de trabalhadores europeus, similar a *colonização sistemática* (Boechat, 2010; 2014).

Para Neves (2008), no entanto, a “planificação do colonizador”, teria sofrido um golpe ao adentrar os sertões, com o mesmo intuito das Capitanias de Marinha, pois

as dificuldades do abastecimento sertanejo, por um lado, e a impossibilidade de se transportarem vultuosas safras de eventual monocultura que nos sertões desenvolvessem, por outro lado, induziram seus habitantes para a diversidade agropecuária. Ao autonomizar o suprimento sertanejo e mercantilizar os excedentes das policulturas, desenvolveram uma economia auto-suficiente, que dinamizou o restrito mercado regional e expandiu para outras capitanias, de modo diferente da grande lavoura açucareira litorânea, que maximizava a concentração da renda e sua transferência para a burguesia mercantil metropolitana, através de rigoroso monopólio do comércio colonial com a política de portos fechados a navio a estrangeiros. (Neves, 2008, p. 184)¹⁰²

Isso teria, portanto, favorecido as Capitanias do Interior, pois, essas “se dedicaram a produção de subsistência, capaz de gerar autonomia de abastecimento e também mercado colonial com excedente produzido. Essa nova dinâmica integrou várias regiões interioranas, promoveu acumulação interna e formou a pequena propriedade fundiária, antítese da planificação do colonizador” (Neves, 2008, p. 183).

Em parte, como observamos no Roteiro, isso foi verdade, principalmente no tocante ao fluxo regional de mercadorias, como sentido dado pela Metrópole. Porém, diferente de Neves (2008), para o qual isso é uma economia autossuficiente, e de certa forma positiva, no sentido de criação de uma autonomia, reconhecemos apenas a autonomização: que esse sujeito, no processo posto também por ele e através dele, se tornou um sertanejo – sujeito sujeitado da modernização (Kurz, 2004), e não um autóctone, autônomo ou isolado.

O entendimento sobre esse sertanejo, como isolado, ou ainda, como uma relação de “falha” do processo civilizatório foi trilhado por Lins (1983) e Pierson (1972), vendo nesse, uma peculiar “civilização do couro” nos sertões do Médio São Francisco. No entanto, ao se estimular a cana-de-açúcar e a extração do ouro, no processo também se regulava a produção da subsistência e das produções agrícolas não tão expressivas, mas garantidoras da “reprodução” objetivada pela Metrópole. O intuito era a regulação da subsistência, e não a sua extirpação ou liberação às “suas próprias” vicissitudes. Essa, com uma dimensão polidiversa, não era autônoma. Sua existência e regulação não eram desvantajosas para a Metrópole. Ao contrário, sem ela, a Colônia perderia o sentido.

Portanto, o violento processo civilizatório, ao ser encarado em suas raízes, começa a revelar seu sentido e a forma da criação e estímulo das necessidades de mediação por coisas, como se fosse a própria natureza humana.

¹⁰² Aqui também Neves (2008), coloca que estes produtores sertanejos não se rendiam as opressões da metrópole. Acredito que faltaria aprofundar nas relações entre as capitanias, para não cair em um argumento dualista que positiva o Sertão frente o litoral “entreguista”.

3. O Sentido inverso da Colonização

O sentido apresentado anteriormente, a partir do Roteiro, moveu algumas questões relativas à constituição das relações capitalistas, com um olhar voltado para a dinâmica da Colônia. A partir de agora, discutiremos estes e outros aspectos, apresentando também sua faceta metropolitana, nos aproximando de algumas hipóteses sobre as formas pelas quais o capital, como relação social em formação, se estabeleceu historicamente. Ou seja, um aprofundamento do olhar à constituição categorial da forma social de mediação moderna, forjada nesse processo.

Conforme o historiador Caio Prado Jr., o sentido da colonização, entre outras coisas, sustentava que a Colônia deveria satisfazer aos desígnios da Metrópole. Essa noção, plena de conteúdo, o qual em muito compôs a partir do Roteiro do Maranhão, permite, além de uma análise crítica sobre o processo colonial, uma aproximação da constituição do Estado metropolitano como propulsor da generalização da mercadoria.

A relação de troca de mercadorias, cada vez mais intensa, articulada e ampliada (significando um aumento na produção geral) envolvia tanto os integrantes da Colônia, quanto os da Metrópole (entre eles o traficante de escravos). Segundo Polanyi (2000), antes da profusão da produção generalizada de mercadorias, mais precisamente em fins da Idade Média, os mercados “europeus” eram locais, e assim, não constituíam um processo social generalizado. Nesse sentido, a mercadoria e o dinheiro, apesar de existirem, não eram fundamento de sociabilidade geral¹⁰³.

Segundo ele, os mercadores vindos de lugares distantes, se estabeleciam para troca de suas mercadorias no mercado local (não abrangendo o campo), sem interferir nas trocas estabelecidas localmente – as trocas de mercadorias de vizinhança. Tais mercados locais não eram, portanto, inicialmente competitivos. Entretanto, o alcance do mercado (local e de longa distância) se generalizou e se modificou historicamente, e, se ampliando, permitiu a interação entre cidade e campo. Porém, isso teve uma participação decisiva do Estado em formação, impondo uma ruptura, pela qual promoveu a formação de um mercado interno, ou seja, territorializando o mercado de forma diferente de qualquer outra pré-existente¹⁰⁴.

¹⁰³ Até esse ponto, em termos, concordariam Marx (1988, O Capital) e Kurz (2014).

¹⁰⁴ “Na Europa Ocidental o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do estado. Até a época da Revolução Comercial, o que pode nos parecer como comércio nacional não era nacional, e sim municipal. [...] O comércio limitava-se a distritos organizados que o praticavam localmente, como comércio de vizinhança, ou como comércio de longa distância os dois eram estritamente separados e a nenhum deles era permitido infiltrar-se no campo indiscriminadamente” (Polanyi, 2000, p. 84).

Esse mercado interno em formação, forçado pelo Estado, se estabeleceu primeiro à revelia da burguesia protecionista, opondo-se a ideia de um “comércio indiscriminado entre as cidades e o campo. [No entanto] [...] foi esse desenvolvimento que forçou o estado territorial a se projetar como instrumento da ‘nacionalização’ do mercado e criador do comércio interno” (Polanyi, 2000, p. 86). Esse é um dos sentidos da aliança entre a burguesia o Estado Absolutista, ambos nascentes nesse processo¹⁰⁵.

Neste, o Estado em formação, vinculado à burguesia, ao assumir tal faceta territorial, colocava em prática prerrogativas de intermediação da comercialização de mercadorias – historicamente conformando o mercantilismo – destruindo os particularismos dos mercados locais. Junto a isso,

a monetarização repressiva, imposta violentamente – e, com ela, a unificação formal dos antigos e complexos princípios de reciprocidade e redistribuição –, obrigou as pessoas à ‘converterem em dinheiro’ todos os produtos e serviços até então distribuídos em múltiplos contextos a fim de corresponderem aos requisitos do novo Estado fiscal e canhoneiro, os quais eram reforçados com recurso a aparelhos repressivos burocráticos ou comprados. (Kurz, 2014, p. 108)

Isso porque, a busca externa por comercializar tornava-se central a manutenção do Estado nascente, dependente cada vez mais do dinheiro, para instrumentalização da defesa e do ataque, se necessário, contra outros Estados em ascensão¹⁰⁶.

Essa dinâmica, de base mercantilista, conformou também, assim, a reunião de conglomerados de feudos (países) em Estados territoriais nacionais e levou alguns destes a empreender às grandes navegações. Os mercados externos passaram a ter regulamentação e estavam sob o julgo do sistema colonial, articulado entre esses Estados nacionais recém surgidos. Isto significava a garantia de um controle sobre determinadas “fatias” do então “aberto” mercado mundial, no qual o Estado era o

¹⁰⁵ “O Estado territorial moderno que começa por ser ‘absolutista’, o Estado enquanto tal, segundo o entendimento atualmente corrente, teve a mesma origem e surgiu em simultâneo com o complexo militar industrial caracterizado pela produção de canhões, ou seja, pela nova condução da guerra e pela mobilização qualitativa alterada do dinheiro num contexto teleológico nunca visto” (Kurz, 2014, p. 108). Nesse sentido, o dinheiro se desvincula forçadamente de suas antigas relações sacras e de obrigações, pela necessidade da máquina de guerra (Kurz, 2014). Ainda segundo ele, ao invés de se pagar a dívida com gado, milho ou outro, como símbolo de dívida, começou a surgir a possibilidade de representação dessa dívida por dinheiro, uma espécie de representação da simbologia embutida na dívida que já era uma representação, em algo material real.

¹⁰⁶ “Na política externa, o estabelecimento de um poder soberano era a necessidade do dia; a nova política estatal mercantilista envolvia a disciplina dos recursos de todo território nacional para os objetos de poder nos assuntos externos. Na política interna, a unificação de países fragmentados pelo particularismo feudal e municipal foi o subproduto necessário a um tal empreendimento. Do ponto de vista econômico, o instrumento de unificação foi o capital, i.e., os recursos privados disponíveis sob a forma de dinheiro acumulado, e portanto, peculiarmente adequado para o desenvolvimento do comércio. Finalmente, a técnica administrativa subjacente à política econômica do governo central foi fornecida pela ampliação do sistema municipal tradicional ao território mais amplo do estado” (Polanyi, 2000, p. 86).

protecionista, e não mais o mercador “isolado” – agindo, agora, exatamente contra o monopólio de alguns mercadores, privilegiando os aliados.

Vimos como a Colônia, produto histórico deste momento, provia de mercadorias e ouro, a circulação e acumulação na Metrópole. Tais mercadorias e ouro, no caso da Colônia portuguesa (tornada no processo o Brasil) – reunindo a mineração, a criação de gado, as grandes plantações de cana, o trabalho escravo e a produção dos homens livres, ligando esses diversos momentos – começavam a transformar as relações também na Metrópole. Isso porque, estimulariam aí, a produção de mercadorias para a troca – com intuito de se conseguir mais ouro e outras mercadorias, advindas das Colônias¹⁰⁷.

Segundo Novais (1989), a colonização adquiriu essa forma *mercantilista* tendo a Colônia um papel preponderante: o de garantir a “autossuficiência da Metrópole”, e como características fundantes estavam: o metalismo, a balança comercial favorável, o protecionismo, o Estado interventor e a escravidão.

O Estado régio decretava as balizas das negociações, instituindo o capitalismo comercial, centrando suas atenções na gestão da dinâmica de produção e circulação de mercadorias, a assim sobre o trabalho, não só nas Colônias, como vimos, mas entre as Metrôpoles (Novais, 1989). Nesse sentido, a Colônia nascida do impulso comercial de Estados em formação, revela que “a acumulação de comercial e formação da burguesia mercantil são pois dois lados do mesmo processo” (Novais, 1989, p. 70).

Para tanto, se disciplinaria o trabalho e a terra, para seu usufruto. Vimos um pouco disso com o estudo do Roteiro, mas aqui Fernando Novais, resgatando uma ideia de Eric Willians – já presente em Marx (1988), principalmente no capítulo XXV do Capital, chamado “A Teoria Moderna da Colonização” – mostra como isso era essencial ao capitalismo em formação na Europa.

E aqui nos reencontramos com o sentido profundo da colonização e os mecanismos do Antigo sistema colonial. Tocando agora no ponto essencial de sua compreensão. Efetivamente, nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia europeia; do contrário, dada a abundância de um fator de produção (a terra), o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos. (Novais, 1989, p. 102)

¹⁰⁷ “A produção será, então, controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. Partindo desses pressupostos, a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços” (Polanyi, 2000, p. 90).

A base da acumulação na Metrópole era fornecida pelo exclusivo metropolitano e tráfico de escravos. O apresamento do negro africano como escravo se tornou um setor importante do comércio. O traficante, mercador metropolitano, fazia fluir o ouro da Colônia para a Metrópole, ao vender o escravo aos produtores de mercadorias coloniais, e comprarem mercadorias a serem consumidas e trocadas por novos escravos, em diversos pontos do continente africano. Segundo Novais (1989) “paradoxalmente, é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial* e não o contrário” (Novais, 1989, p. 105).

A Colônia portuguesa de maior importância se conectava à Inglaterra tanto por essa via, quanto pela troca de mercadorias manufaturadas, passando antes por Portugal e só eventualmente, podiam ser comercializadas diretamente. Desse modo, a maior parte do ouro para lá se direcionou, contribuindo para a ampliação da produção de mercadorias, e assim, para a revolução manufatureira e industrial. A consequência brutal desse processo Karl Marx apresenta no capítulo da “Assim chamada acumulação primitiva”, no livro: O Capital. Segundo ele, a força do Estado nascente foi capaz de “parir” o sistema produtor de mercadorias, não advindo esses idilicamente da vontade divina, mas de um processo contraditório e violento envolvendo homens racionais e ilustrados, renascidos das cinzas da Idade Média.

Imbricados na dinâmica colonial produtora de ouro e mercadorias, estavam o livre possessor, o criador de gado e o latifundiário, com um papel fundamental na Colônia. No entanto, essas personas, não eram frutos naturais da terra colonial, mas se puseram no processo violento que dizimou, transformou e escravizou povos precedentes e de outros lugares: os índios, os africanos e os portugueses.

Tal processo histórico rompeu de forma significativa com as formas precedentes, impondo cisões essenciais. Na Europa o camponês feudal pagador de tributos, com a ampliação da monetarização e generalização da produção de mercadorias, tendo como pano de fundo o Estado em territorialização (articulando os proprietários fundiários e recém-surgidos arrendatários), tornou-se “livre” do proprietário de terra, podendo, potencialmente, inserir-se socialmente como um camponês livre, um assalariado ou mesmo arrendatário. As nuances dessa transformação tem base também em outras, não menos impositivas e concomitantes, ocorridas nas mediações da corveia feudal, de

tributo em dia de trabalho, para pagamento em produto e dinheiro, impondo rupturas a dinâmica feudal de relação¹⁰⁸.

Essa desvinculação do produtor direto, por isso mesmo revinculado, simultaneamente revela, o processo gerador da independência, como o vinculador constitutivo da sociedade: capital em processo. Nesse sentido o processo como um todo transforma, tanto as condições, quanto os executores, simultaneamente, ou seja, com

a renda em dinheiro, transforma-se necessariamente a relação tradicional do direito consuetudinário entre o campesinato sujeito a prestações, que possui e trabalha parte da terra, e o proprietário da terra em relação puramente monetária, contratual, determinada segundo regras fixas do Direito Positivo. Por isso, o que possui e cultiva a terra torna-se, na prática, simples arrendatário. Sendo as demais condições gerais de produção adequadas, essa transformação passa a ser usada, por um lado, para pouco a pouco expropriar os antigos posseiros agrícolas e, em seu lugar, por um arrendatário capitalista; por outro, livra o antigo possuidor de sua obrigação de pagar renda e leva a sua metamorfose em camponês independente, com plena propriedade da terra que cultiva. (Marx, 1988, p. 240, livro III, volume II)

Marx (1988), entende assim a formação conjunta tanto do arrendatário, quanto do camponês, não ficando imune, porém, o proprietário fundiário, envolvido na trama nascente do capitalismo. O processo histórico impõe assim a cisão entre proprietários dos meios de produção e de subsistência e quem de fato os produz e os possui. O capital os reúne sob seu domínio. Essa reunião, no entanto, pode expressar ou não uma relativa autonomia entre eles, mas já está posta como paradigma.

Essa territorialização estatal, mediada por empreendimentos particulares, usurpou terras públicas (no caso as terras comunais) e expropriou as massas, para produção de mercadorias, impulsionada por uma demanda crescente de mercadorias também nas Colônias¹⁰⁹.

Os meios de subsistência e o material de trabalho dos camponeses – os quais agora se viam como produtores independentes, eram ao mesmo tempo, em grande maioria usurpados – passaram, nesse processo, às mãos dos arrendatários e capitalistas

¹⁰⁸ “Embora o produtor direto continue sempre a produzir ele mesmo ao menos a maior parte dos seus meios de subsistência, agora parte de seu produto precisa ser transformada em mercadoria, ser produzida como mercadoria. Portanto, o caráter de todo o modo de produção fica mais ou menos alterado. Perde sua independência, sua desvinculação do contexto social” (Marx, 1988, p. 239, livro III, volume II).

¹⁰⁹ Segundo Marx (1988), no capítulo da acumulação primitiva, “a Glorious revolution (Revolução Gloriosa) trouxe, com Guilherme III de Orange, extratores de mais-valia fundiários e capitalistas ao poder. Inauguravam a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado apropriado tão fraudulentamente, junto com o roubo da igreja, na medida em que não sumiram durante a revolução republicana, formam a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa” (Marx, 1988, p. 348, livro 1, volume 2).

industriais. Portanto, a mesma condição criadora do camponês independente, o potencializou como um expropriado¹¹⁰.

A posição das mediações – dinheiro e mercadoria, além do próprio trabalho – cada vez mais se aprofundou e se tornou uma exigência tanto do processo como do próprio Estado, sendo, portanto historicamente determinada. Todas se imbricaram em um mesmo processo, posto socialmente, apesar de apresentar-se com simultaneidades particulares, ou conforme Kurz (2004) uma não simultaneidade.

Ou seja, isso não é generalizado de uma só vez, e assume conforme Marx (1988) “infundáveis matizes”, dependendo, pois, se o os meios e as condições de subsistência pertencem a pessoas privadas que trabalham ou não trabalham¹¹¹.

A própria manufatura, por exemplo, necessitava de matérias primas produzidas também por camponeses independentes, aos quais seria impossível pagar salários. Nesse sentido, o mesmo processo o constituía como livre, e o condicionava, ou seja, o recriava como camponês:

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é a base da pequena empresa, a pequena empresa uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. Na verdade, esse modo de produção existe também durante a escravidão, a servidão e outras relações de dependência. Mas, ela só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista sua forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipuladas por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva, o artesão dos instrumentos que maneja como um virtuose. (Marx, 1988, p. 379, livro 1, volume 2)

Segundo Polanyi (2000), o camponês foi um componente importante do mercado interno em formação. De acordo com as proposições desse autor, veremos o Estado em constituição, consolidando as alianças apontadas e se territorializando.

Todo esse processo se dinamizaria com transformação, tanto da terra, quanto do trabalho, em “mercadorias”¹¹². Para Polanyi (2000), isso poderia fazer a sociedade em

¹¹⁰ Desse modo: “nossos possuidores de mercadorias descobrem por isso que a mesma divisão do trabalho, que os torna produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo, e que a independência recíproca das pessoas se completa num sistema de dependência reificada universal” (Marx, 1988, p. 231, livro 1, volume 1).

¹¹¹ As condições de produção separadas do próprio trabalho constituem um “fundo livre” que é comprada pelo capital usurário. Isto não significa simples riqueza acumulada, mas, mais que isso, “processo de dissolução de um velho modo de produção permite que o valor, existente como riqueza monetária, adquira, de um lado, as condições objetivas do trabalho para, do outro lado, trocar o trabalho vivo dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro” (Marx, 1991, p. 103).

¹¹² O dinheiro é um importante agente da dissolução, pois acelera a separação das mesmas condições objetivas de produção. Nesse processo histórico, “grande massa de força de trabalho viva duplamente livre foi lançada no *mercado de trabalho*: livre das velhas relações de dependência, servidão ou prestação de serviço e livre, também, de todos os bens e propriedades pessoais, de toda forma real e objetiva de existência, livre de toda forma real e objetiva de existência, livre de toda propriedade. Uma tal massa ficou reduzida ou a vender sua força de trabalho ou a mendigar, a vagabundear ou a assaltar. A história

nascimento esmorecer, pois “como regra, o progresso é feito à custa da desarticulação social. Se o ritmo desse transtorno é exagerado, a comunidade pode sucumbir no processo” (Polanyi, 2000, p. 97).

Com base no sistema colonial, a Inglaterra conseguia, monopolizando o comércio de escravos e mercadorias, acumular riquezas e as pôr em movimento, na produção de mercadorias agora de forma manufatureira e em seguida industrial. Isso acelerava ainda mais a busca por dinheiro (ouro) e mercadorias, nas Colônias e consolidava os territórios “internos” em formação apoiado pelo Estado. Mas isso não foi um processo natural, e sim político, econômico e socialmente doloroso.

Antes que o processo tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos “moinhos satânicos”. Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se invariavelmente às condições sociais da Revolução Industrial como um verdadeiro abismo de degradação humana. (Polanyi, 2000, p. 58)

As legislações em relação ao trabalho surgiram nesse momento. O controle sobre a sua dinâmica e imposição violenta, tanto de seu uso, quanto de sua restrição, tiveram relações com o processo mais amplo, envolvendo inclusive a Colônia, como produtora, e em parte, demandante de mercadorias. Também foi central o fato das massas populacionais nas cidades precisarem consumir, mesmo o mínimo, para reproduzir sua força de trabalho, a partir do produzido no campo:

Tanto os cercamentos das terras comuns quanto as consolidações dos arrendamentos compactos, que acompanharam o novo e grande avanço nos métodos agrícolas, acarretavam resultados muito perturbadores. A guerra contra as habitações do campo, a absorção das hortas e terrenos que rodeavam essas habitações o confisco dos direitos sobre as terras comuns, privaram a indústria doméstica de seus dois esteios: os rendimentos familiares e o “pano de fundo” agrícola. Enquanto a indústria doméstica era suplementada pelas facilidades e amenidades de um canteiro de horta, um pedaço de terra ou direitos de pastagem, a dependência do trabalhador aos rendimentos monetários não era absoluta. (Polanyi, 2000, p. 115)

Como forma encontrada de mediar a expropriação e ao mesmo tempo não colapsar o recém-nascido revolucionamento da manufatura e garantir a existência de trabalhadores no campo, foram também determinantes, as leis controladoras da mobilidade do trabalho. Entre elas destaca-se a Speenhamland Law (Lei Speenhamland)

registra o fato de que ela primeiro tentou a mendicância, a vagabundagem e o crime, mas foi forçada a abandonar este rumo e a tomar o estreito sendeiro que conduz ao mercado de trabalho por meio da força, do pelourinho e do chicote. (Por isto, os governos de Henrique VII, VIII, etc., constituem as condições do processo histórico de dissolução e são criadores das condições de existência do capital)” (Marx, 1991, p. 103-104).

a qual permitia o pagamento de subsídios aos trabalhadores, complementando seus parcos salários¹¹³. A adequação do mercado de mercadorias ao mercado de trabalho foi portanto, lentamente estabelecido, e essa lei dos abonos serviu para estabelecer condições mínimas da reprodução da força de trabalho. Durante sua vigência,

o indivíduo recebia assistência mesmo quando empregado, se seu salário fosse menor do que a renda familiar estabelecida pela tabela. Ora, nenhum trabalhador tinha qualquer interesse material em satisfazer seu empregador, uma vez que a sua renda era a mesma qualquer que fosse o seu salário. [...] Por menos que ele pagasse, o subsídio auferido através dos impostos sempre elevava a renda do trabalhador até o nível determinado pela tabela. (Polanyi, 2000, p. 101)

Apesar da alegação inicial, do trabalho levar a degradação do humano (acabado de nascer), a dinâmica da produção impôs uma mudança, na qual o trabalhador fora despossuído inclusive desse amparo (para muitos na época, já algo degradante¹¹⁴). Assim, entre a degradação pelo não trabalho e a degradação pelo trabalho, foi escolhido o último, dada as vantagens financeiras para todos (capitalistas industriais, arrendatários e até mesmo proprietários, vendo nisso, suas rendas ampliarem)¹¹⁵.

Para Polanyi (2000), aquela dependência do Estado (fundo derivado de impostos) ou de particulares (fundo dos proprietários de terra) teria sido maléfico para o ser humano, pois o impeliu ao pauperismo e ao não trabalho, dada a possibilidade de ao menos não morrerem de fome com esse benefício. Entendia isso como paternalismo, pelo qual, preso ao proprietário de terra (latifundiário), esse “trabalhador” não constituía um mercado de trabalho e muito menos uma classe. Para ele essa lei tinha um “humanitarismo ambíguo” e através dela, se definham as potencialidades do humano e da classe trabalhadora em nascimento:

¹¹³ “Teriam que ser adotados métodos que protegessem o setor rural contra a desarticulação social, que reforçassem a autoridade tradicional, que impedissem o êxodo da mão-de-obra rural e que elevassem os salários agrícolas sem sobrecarregar o fazendeiro. Este artifício foi a Speenhamland Law” (Polanyi, 2000, p. 118).

¹¹⁴ “A complicada economia da Speenhamland transcendia a compreensão até mesmo dos observadores mais atentos da época. A conclusão a que se chegou, porém, não deixava margem de dúvidas: o abono salarial só podia ser inerentemente falho, pois prejudicava miraculosamente até mesmo aqueles que o recebiam. [...] Se a Speenhamland significava a miséria da degradação abrigada, agora o trabalhador era um homem sem lar na sociedade. Se a Speenhamland havia sobrecarregado os valores da comunidade, da família e do ambiente rural, agora o homem estava afastado do lar e da família, arrancado das suas raízes e de todo o ambiente de significado para ele. Resumindo, se a Speenhamland significava a decomposição da imobilidade, agora o perigo era a morte pela exposição. Um mercado de trabalho competitivo” (Polanyi, 2000, p. 104-106).

¹¹⁵ “Tiveram que ser introduzidas regulamentações de um novo tipo para mais uma vez proteger o trabalho, só que, agora, contra o funcionamento do próprio mecanismo de mercado. Embora as novas instituições protetoras - sindicatos e leis fabris fossem adaptadas, tanto quanto possível, às exigências do mecanismo econômico, elas interferiam com a sua auto-regulação e finalmente destruíram o sistema” (Polanyi, 2000, p. 99).

O episódio de Speenhamland revelou ao povo do principal país do século a verdadeira natureza da aventura social na qual estavam embarcando. Dirigentes e dirigidos jamais esqueceram a lição daquele paraíso de todos. Se o Reform Bill (projeto de Reforma) de 1832 e a Poor Law Amendment (Emenda da Lei dos Pobres) de 1834 foram vistos como pontos de partida do capitalismo moderno, é porque puseram um ponto final no domínio do latifundiário benevolente seu sistema de abono. A tentativa de criar uma ordem capitalista sem um mercado de trabalho falhara redondamente. As leis que governavam uma tal ordem já se haviam afirmado e manifestavam seu antagonismo radical ao princípio do paternalismo. Seu rigor era visível e sua violação acarretava sanções cruéis contra aqueles que a tentavam. (Polanyi, 2000, p. 103)

Essa crítica política e moral de Polanyi (2000), esconde a forma em processo, como um equívoco. Equívoco mesmo, foi substituí-la, por outras leis que não libertaram o trabalhador e sim o envolveram ainda mais na trama da exploração. Em nosso entendimento, esse caráter formal do capitalismo atribuído pelo autor ao “paternalismo benevolente”, se assemelha, em alguns aspectos (menos monetarizados e legalistas) a outros momentos, como os do Brasil Imperial e dos primórdios da República. Tratava-se de uma dinâmica do capital, com o capital comercial como principal vetor, e no qual, figurava o comerciante como “proprietário” fundiário. Esse capitalismo comercial, sem mercado de terra e de trabalho, foi a forma de se reproduzir do capitalismo, sem aparência de autonomia de suas categorias fundamentais, em determinados contextos¹¹⁶.

Voltando às considerações de Polanyi (2000), com a *Poor Law Reform*, em 1834, se pôs fim a *Speenhamland Law*, e assim a tal sistema de subsídio estatal e particular (por parte dos proprietários fundiários)¹¹⁷. Essa nova lei, era a adequação necessária à reprodução do capital, também revolucionada com a implementação de

¹¹⁶ Sobre a questão de uma reprodução social que não desdobra todas as categorias em processo aparente, mas, como benevolências, paternalismos, ou predominância de um capital comercial, aparentemente menos explorador, comparado ao capital industrial, Marx (1988), no capítulo XIX do livro III, volume 1, do Capital, chamado “Considerações históricas sobre o capital comercial”, aponta entre as páginas 234 e 237, algo de essencial envolvendo tanto os aspectos relativos a colonização, tratados no item anterior, quanto aos fundamentos da inseparabilidade total entre capital comercial e o processo de produção capitalista. Nestas páginas, o capital comercial aparece apenas em sua autonomia relativa, como impossibilidade do capital, de derivar todas suas características, em determinados contextos. Ou seja, mover-se com suas categorias autonomizadas. Por outro lado, esse mesmo capital comercial é em si, insuficiente para o estabelecimento da passagem de um modo de produção a outro. Desse modo ele mesmo é particularidade da produção capitalista, só aparecendo como central, onde o modo como um todo não desdobra suas categorias. Kurz (2004) vê nisso uma não simultaneidade necessária a reprodução do capital em determinados momentos. Esse caráter, terá desdobramentos críticos, assim como o processo que o coloca, produzindo, na atualidade o que chama Kurz de simultaneidade negativa, na qual só é possível a simultaneidade da reprodução em sua forma crítica e miserável, no momento atual do desenvolvimento das forças produtivas que destitui o processo de conteúdo: por isso negativo. Trataremos disso, mais pormenorizadamente, em seus momentos, durante a tese.

¹¹⁷ “O mecanismo do mercado defendia seus direitos e reivindicava seu acabamento: o trabalho humano teve que transformar-se em mercadoria. O paternalismo reacionário tentara em vão resistir a essa necessidade. Fugindo aos horrores da Speenhamland, os homens correram cegamente para o abrigo de uma utópica economia de mercado” (Polanyi, 2000, p. 127).

máquinas, dinamizando o processo produtivo, menos dependente de um controle direto sobre a mobilidade do trabalhador, impondo, ao contrário, sobre as costas do trabalhador, a responsabilidade própria por se incorporar ou não no mercado de trabalho nascente, engendrando inclusive, novos meios de começar a expulsá-lo.

No importante capítulo do Capital, chamado “Teoria moderna da Colonização”, Marx (1988) mostra um dos aspectos da mudança de paradigma da posição dos latifundiários ingleses, (tornados cada vez mais também capitalistas). Para ele, a Colonização revelava um segredo importante para a Metrópole, sintetizado aqui, singelamente: o trabalho para ser efetivado em prol de um empreendimento particular em ambiente onde predomina terra livre, precisa ser cativo (escravo), ou, então, será necessário, implementar um regime de acesso a terra privado, para que o trabalho seja “livre” (assalariado). O autor baseia-se aí nas observações de Wakefield, sobre o empreendimento do senhor Peel, o qual levou da Inglaterra para a Nova Holanda dinheiro, meios de subsistência, meios de produção e trabalhadores, mas esqueceu, segundo ele, de levar as relações sociais de produção, ou seja, a propriedade privada da terra como condição da relação. Pois ao chegar lá, nenhum desses trabalhadores prestou nenhum serviço assalariado, e sim, foram em busca de sua própria realização, em terras livres. Em suas palavras:

o regime capitalista choca-se lá por toda parte contra a barreira do produtor, que como possuidor de suas condições de trabalho enriquece a si mesmo por seu trabalho, em vez de enriquecer ao capitalista. [...] Ali onde o capitalista tem atrás de si o poder da metrópole, ele procura eliminar pela força o modo de produção e apropriação baseado no trabalho próprio. (Marx, 1988, p. 383, livro I, volume 2)

De fato, na Colônia, havia uma tendência à subsistência. Mas, sobre a qual, a Metrópole impunha, por diversos meios a transformação, para seu próprio usufruto, e, nesse sentido, tal “barreira” era gerida, e não destruída ou tornada diretamente relações capitalistas, prenhe da dissimulação das relações, na objetivação do valor, posta também para ela. Assim, a subsistência controlada era um fator importante, e o fim era o mesmo: a acumulação de dinheiro e mercadoria na Metrópole.

O fundamento da riqueza na Colônia, para os empreendimentos particulares, era a escravidão, ou então, tornar-se-iam meros produtores de subsistência¹¹⁸. A conclusão

¹¹⁸ Composto com a escravidão, outros aspectos foram importantes (como a mineração, produção de produtos excedentes e de subsistência, além da criação de gado) pelos qual a Metrópole conseguia angariar o ouro. Isso, como estamos argumentando, foram os momentos da territorialização do capital, como forma social de relação, imbricando ainda mais a Colônia à Metrópole.

é: a dependência do trabalhador ao capitalista precisa ser criada artificialmente, algo denominado por Wakefield como *colonização sistemática*¹¹⁹.

Esse grande ensinamento da Colônia, na verdade, foi o segredo revelado para a Metrópole, permitindo num contexto de revolucionamento do maquinário, com divisas oriundas da colonização e balizado por uma concorrência em ascensão, a constituição também ali, pela lei de 1834, um mercado de trabalho, retirando das amarras do latifúndio, os trabalhadores do campo componentes da superpopulação nas cidades. Dois processos violentos concomitantes a esse momento precisam ser lembrados:

- a) a usurpação das terras comuns e de posses, com a concomitante expulsão para as cidades, de pessoas dos feudos e sua recepção com leis ferrenhas contra a vagabundagem, os fazendo voltar, porém, como assalariados do campo, ou como prestadores de serviços fatigantes, vivendo apenas com subsídios de um fundo reunindo latifundiários, Estado e Igreja.
- b) As transformações no processo produtivo, e o “aprendizado” com a colonização, em seu duplo aspecto, tanto escravidão para uns, como impedimento do acesso a terra, para outros, levou a uma mudança na lei de subsídios, impulsionando os trabalhadores de volta a cidade, constituindo a superpopulação relativa, tanto na Inglaterra, quanto nos Estados Unidos. Era o boom da produção de mercadorias.

Para Kurz (2014), essa dimensão estatal, presente na posição do capital como relação, é ainda mais radical, dados os pormenores da própria posição do Estado, como desdobramento da profusão das armas e arquitetura defensiva de guerra, proporcionadas pela ascensão, difusão e imposição do dinheiro como mediação total. O autor enfrenta o problema da ruptura, na qual se constitui a forma social de mediação, relacionando acumulação primitiva, revolução militar e sujeição a lógica do dinheiro transformada.

Resgatando e criticando aspectos abordados por Polanyi (2002), no qual este apresenta o mercado e o Estado em formação conjunta, Kurz (2014) desdobra daí os pormenores das relações sociais pela qual se impõe o dinheiro, a mercadoria e o trabalho como formas sociais de mediação. Em um diálogo crítico em relação a este autor, Kurz (2014) propõe observarmos as mediações instauradas historicamente de forma violenta, como base das relações sociais de hoje.

A posição do trabalho no capital é histórica e violenta. Ela torna possível os produtores isolados e os proprietários dos meios de produção. E permite a esses um encontro no mercado. Mas, para isso, o dinheiro já é um pressuposto, representando a violência do Estado, e não de forma ontológica, como dinheiro pré-capitalista, mas

¹¹⁹ Vimos no Roteiro, que a dependência poderia ser estimulada também pela mercadoria. Isso é muito importante, pois, a transformação da riqueza produzida, como a própria subsistência, ser estimulada à troca por uma riqueza de opinião, no caso o ouro. Essa é uma passagem importante da violência extraeconômica à violência econômica.

assim, transmutando sua forma nesse mesmo processo. Há uma ruptura histórica na formação do capital.

Neste processo, de uma forma geral, se depreenderam portanto, o proprietário fundiário (seja ele camponês ou não), o capitalista e o trabalhador assalariado. A dinâmica de sua aparição fenomênica e reprodução foi descrita acima, em seus vários processos, pelos quais apareciam “reunidos” ou autonomizados, ou seja, expressando ou escondendo sua relativa autonomia.

O fundamental foi a imbricação entre Colônia e Metrópole, apontada pela produção e comercialização de mercadorias, consolidando a dinâmica contraditória do capital. E como, nesse processo moderno, nesta reprodução, há, por vezes, uma dependência mais ou menos frequente do Estado.

Com o assalariamento na Metrópole e o não assalariamento na Colônia, na forma de extração de renda (fração da mais-valia), pôde-se sem recorrer ao assalariamento geral, efetivar uma acumulação na Metrópole. Na Metrópole essa renda, ouro e mercadoria colonial, colocada em aplicação e circulação, baixava os salários e efetivava um aumento na exploração, dada a criação de um efeito semelhante ao de constituição de superpopulação relativa. Porém, o desenvolvimento das forças produtivas e dessa população, realmente criadas no processo, já de revolucionamento pela manufatura (seguida da grande indústria), colocava novos paradigmas, como o fim da escravidão e a necessidade de criar superpopulação relativa em outros lugares.

No item a seguir, nos aproximaremos outra vez da Colônia em seu desdobramento a Estado independente. E, ainda, como nesse processo, as categorias desdobradas (autonomizadas) do capital, podiam em determinados contextos, mover-se, de forma não autonomizada (Toledo, 2008), nas recém-independentes Colônias, conformando um aspecto regional a reprodução ampliada do capital.

4. Territorialização do Estado, como territorialização do capital

4.1 O reconhecimento do poder local atrelado ao território

Ao retomar nos itens acima, os aspectos da dinâmica de constituição do capital, principalmente referidos a relação Metrópole-Colônia (envolvendo a produção de mercadorias e o surgimento do trabalho, como formas sociais de mediação modernas), anunciamos sua constituição não simultânea, e o não aparecimento de suas categorias desdobradas, da mesma forma, em todos os lugares e momentos históricos, ou seja,

aspectos relativos a territorialização do Estado como territorialização do capital, denotando por vezes um caráter não autonomizado (Toledo, 2008).

Tratamos, a partir do Roteiro, da importância ganha pela criação de gado e o quanto a dinâmica da sua reprodução voltava-se a garantir os desígnios da Metrópole. Para além da expansão das sesmarias e da violência colocando-a como possibilidade e realidade, outro importante fator dinamizador da circulação de mercadorias e promotor direto do sentido da colonização, foi o estímulo à concorrência entre os criadores¹²⁰.

No momento em que a terra em si não era a centralidade mercadológica, as relações de poder e controle, postas na criação de gado, conformadas também pela concorrência, tornavam-se particularidades da territorialização. A observação dessas particularidades mostrou, no entanto, o quanto elas, por mais que parecessem isoladas ou ensimesmadas, eram parte do processo¹²¹.

Vinculados à produção pecuária apareceriam os embriões das relações sociais que a extrapolariam num momento posterior. O domínio das relações de trabalho envolvidas nestas atividades se situava na produção e comercialização, tendo como um fator importante, a produção da sua própria reprodução, nas grandes e pequenas “propriedades” do rio São Francisco¹²².

Segundo Wilson Lins, no livro supracitado, a pecuária, na relação com a produção canavieira litorânea, passaria por um longo momento de abandono, principalmente quando as atenções da Metrópole se voltaram para o Sul (Minas). Para ele, isso foi a base da pobreza e, de certa forma, da peculiaridade da civilidade do sertanejo, do Médio São Francisco, tanto o forte, quanto o fraco de bens¹²³.

¹²⁰ Não era “desejo” da Metrópole que os sertanejos se tornassem autóctones em suas práticas, mas sim que dinamizassem a circulação do gado na Colônia.

¹²¹ Segundo Lins (1983), Cunha (1992), entre outros, esse mesmo caráter mostrava sua fragilidade nos momentos de crise – quando a circulação era limitada pela diminuição da dinâmica da cana ou impedimentos de circulação para as Minas – levando à um “isolamento” do Vale Médio do São Francisco, em relação ao restante do território nacional. Esse “isolamento” como aparente forma de ser do Vale, a partir da crise da produção pecuária, só nos interessa aqui por entendermos que ele não é total, mas relativo. Além do gado, haviam outras mercadorias passíveis de produção, tanto que, no momento de sua crise, estas ganharam espaço nas relações comerciais mais amplas da região. Isso pode nos ajudar, a perceber o quanto as relações de poder se vinculavam ao domínio sobre as relações de trabalho envoltas na dinâmica do comércio mais diverso.

¹²² Halfeld (s/d) no fim do século XVIII, afirmava que: “Do que posso colligir das observações feitas e das informações obtidas, induz-me a julgar que a agricultura naquelle município [Barra] é ainda atrasada, e em escala mui diminuta, e não chega ao que necessita o commercio; ocupando-se todavia seus habitantes somente com a plantação de mandioca, canna, de algum arroz, feijão, pouco milho, e minera-se o sal de terras salíferas, não ha salgema, que não existem nessas paragens do Rio de S. Francisco” (Halfeld, s/d, p. 89-90). Esse caráter não elimina, mas apenas mostra que as relações comerciais não eram tão opulentos remete diretamente à parca comercialização.

¹²³ “Aquela humanidade rude, filha do amplexo feroz de duas raças rivais que se odiaram [português e o índio], plasmada nos rigores de um clima hostil, de repente sentiu-se atirada no insulamento de um

A ideia de “abandono” aparece então, como incapacidade do Estado em ocupar e promover arranjos modernos e civilizacionais em toda sua totalidade, gerando uma formação particular no Médio São Francisco. Moraes (2001), divergindo dessa ideia de abandono, percebe a existência de fundos territoriais, não abandonados, e sim gestados, apesar de não ocupados:

Difícilmente se entenderia a independência brasileira, a forma monárquica da independência, sem levar em conta um aspecto central do ponto de vista da formação territorial, que é a existência, no momento da independência, de grandes fundos territoriais em território brasileiro. Se refletirmos sobre o que estava ocupado no território brasileiro pela economia colonial no momento da independência, constataremos que era apenas 1/5 do território, o resto eram fundos territoriais. Por isso, se por um lado o elemento que levou à adoção da monarquia e a não-fragmentação do Brasil foi a manutenção do escravismo, por outro, foi a manutenção da soberania sobre esses fundos territoriais. (Moraes, 2001, p. 112)

No entanto, contraditoriamente, essas foram as relações constitutivas da forma social de relação, como moderna, porém, de maneira particular. A mediação social pelo valor, posta territorialmente, configurou particularmente a região em formação naquele momento. Para Urbino Vianna, em seu livro *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*, o

homem do São Francisco é um tipo criado em pleno campo, formado na luta contínua com a própria natureza ingrata e adversa. É de uma rusticidade a toda prova e de uma bravura indômita, a que reúne o frugal do passadio, quase abstinência. Essas qualidades são decorrentes de seus mesmos hábitos, adquiridos no contato direto dos gentios, de quem recebeu a maior parcela de sangue, passando, por força ancestral, aos seus descendentes a tara psicológica, tão firmemente característica no sertanejo de Pajeú de Flores, de Cariris e das barrancas do São Francisco. (Vianna, 1935, p. 92)

Cunha (1992), escrevendo antes de Vianna (1935), também entendia a população sertaneja como isolada. Esta “perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada [...]” (Cunha, 1992, p. 88). Entre as causas estavam, por um lado, a dinâmica de concessão de sesmarias, centrada nos herdeiros da Casa da Ponte e da Casa da Torre, com certa naturalização do sertanejo, “entregues à vida pastoril, a que por índole se afeiçoavam [...] envolveram, adquirindo uma fisionomia original” (Cunha, 1992, p.89). Por outro, a carta régia de 07 de fevereiro de 1701, pela qual se proibia as comunicações daquela região com as minas de São Paulo.

Contudo, apesar da crise, o gado era criado. De fato, muitos criadores, com a crise, abandonaram as terras (das quais nunca tiveram nos moldes da legislação atual a

deserto sem portas de saída. [...] Largado no ermo, o homem acabou presa da mais extrema pobreza. Desde que o interesse dos colonizadores deslocou-se do Norte para o Sul, o vale ficou entregue ao seu próprio destino, tendo os seus habitantes de enfrentar sozinhos os problemas diários da subsistência. As aperturas da vida nivelaram a todos, havendo pouca diferença, no comportamento, nas vestes e na alimentação, entre os raros descendentes de nobres portugueses e os mamelucos sem nome de família” (Lins, 1983, p. 35-37).

propriedade), muitas tomadas de posse por ex-agregados e posseiros, com pequena criação de gado, realizando também atividades extrativas e agrícolas de pequeno porte, para o sustento da família e comercialização mais localizada. Porém, isso não os isolou, ou eliminou o estabelecimento de trocas nas feiras e mercados das antigas vilas.

Por outro lado, nesse processo, alguns dos “donos” de grandes porções de terras, direcionando a terra não só para a criação de gado, mas para produção de mercadorias regionais, passaram a controlar o trabalho dos posseiros, alguns deles ex-agregados, através do controle nos armazéns e depósitos, da venda das mercadorias e de seu preço no mercado. No centro estava a concorrência, e assim, tanto antes, “só” com o gado, como agora, com outras mercadorias, o caráter do domínio sobre as relações de trabalho e controle do preço das mercadorias se reproduzia.

Lins (1983), analisando os jogos de poder no Médio São Francisco, presentes nas disputas entre os “chefes locais” (poder local), na organização do comércio, da produção e sobre o controle de áreas cultiváveis, destacava como fora se constituindo o monopólio da violência como cerne daquela sociabilidade, nas mãos do poder local, isolados e abandonados pelo Estado. No entanto, apesar de concordar com a ideia de monopólio da violência, a nosso ver, isso não era um abandono do Estado (assim como não se configurava o isolamento), mas, uma relação contraditória, onde a forma de ser do poder, em territorialização, não é privado, pois não se opõe ao público, mas carrega o Estado em si, fundando fazendas, como meios de produção não produzidos, territorializados para produzir a mercadoria gado. Essa relação porta a violência extraeconômica impondo o trabalho e extraindo excedentes como tributo. A política não se dissimula em interesse público, geral, mas se impõe na força, por decretos régios de funcionamento e reconhecimento do poder local (Toledo, 2008).

Na passagem a seguir, Lins (1983) apresenta uma expressão concreta, remetida a uma indistinção aparente entre o poder local e o Estado, marcado nesse reconhecimento:

Largados no enorme vale, aqueles homens rudes construíram com suas próprias forças a sua própria civilização. Para isso foi de fundamental importância a existência de chefes locais, geralmente chefes de famílias mais numerosas – logo, mais poderosas – nos vários lugarejos que iam surgindo. Isolados a ermo [...] Cada fazendeiro era o chefe da sua gente, mantinha a ordem em suas terras, dispondo da vida e dos bens (quase nada) dos seus agregados; para cada grupo de fazendas, um fazendeiro mais forte, mais valente, impunha sua autoridade como chefe. Quando as vilas surgiram esse sistema já estava consolidado em suas bases, de maneira que, ao ser conquistada a Independência do país, o poder no vale foi entregue aos senhores [patentes da Guarda Nacional] que por lá já imperavam, através de várias gerações. (Lins, 1983, p. 38)

Vimos mais acima, com o Roteiro, como o intuito da colonização era satisfazer a Metrópole, e como isso, se relacionava a regulação da produção de mercadorias, se impondo de forma violenta. Neves (2008), nos ajuda a perceber mais nuances desse processo, quando destaca o seu caráter beligerante, pelo qual, podemos ver que desde os primórdios da territorialização, a violência esteve presente:

Portugal colonizou o Brasil no encadeamento beligerante das suas conquistas territoriais. [...] Associou no Novo Mundo, a estrutura socioeconômica colonial à hierarquia dos postos militares, caricaturou de feudal o estrato senhorial e escravizou o produtor direto, no processo de geração de mercadorias, para a burguesia mercantil metropolitana. (Neves, 2008, p. 208)

Ele, apesar de se remeter a região, e aos processos particulares de sua formação, afirma, citando Faoro (2000), sobre um processo mais amplo, em âmbito nacional:

essa territorialização colonial era ‘ao mesmo tempo estatal e mercantil’, e que, a ocupação dos sertões teve nítido caráter bélico. O ‘Conquistador’, caracterizado de militar comissionado ou ocupando cargo ‘atribuído à milícia’, constituía-se mais em ‘guerreiro que burocrata’. Sua ‘empresa obedecia a um desígnio público’, alimentando-se ‘de vantagens pessoais, capazes de equipar a tropa e assegurar o lucro da atividade’. (Neves, 2008, p. 208)

Tal caráter bélico, reunindo o estatal e o mercantil, torna-se muito importante para a análise do momento em questão, pois, é exatamente o caráter de reconhecimento do poder local pelo Estado. Nem por isso, o poder local era submetido diretamente ao Estado. Um se reproduzia pelo outro, de forma indissociável, não autonomizada, particularmente constituídas no processo, remetendo a muitas tensões. Pensado nas características mais organizacionais desse processo, Neves (2008) muito bem recuperou a existência de três organizações para manutenção da “ordem social e o processo produtivo” do território em constituição: as tropas regulares (Linha), oriundas da Metrópole para defesa externa; as semi-regulares (Ordenanças), privadas responsáveis pela ordem “interna”; e, por fim, as irregulares (Bandeiras), temporárias, para aprisionar índios, conquistar terras e descobrir metais preciosos.

Tanto as organizações metropolitanas, quanto as da própria Colônia, se territorializavam, sendo a conquista e a manutenção da ordem, imposições dadas pela distribuição dos poderes na colonização e mesmo particularmente após a independência.

As milícias das Ordenanças, conformando uma ligação com o poder privado, tinham um importante papel sobre as relações de trabalho na criação de gado e comercialização de mercadorias. As patentes superiores deste Corpo Colonial de Ordenanças eram distribuídas aos “grandes proprietários” e comerciantes influentes das vilas (Neves, 2008). Esses eram responsáveis por recrutar milicianos entre as famílias mais abastadas, que apesar de não receberem numerários, e até pagarem pelo privilégio

de compô-las, “gozavam em contrapartida, de privilégios, imunidades e prestígio social. Os comandantes superiores distribuíam os principais cargos da administração pública entre os seus homens de confiança e controlavam as instituições sociais das suas respectivas áreas de domínio socioeconômico e político-administrativo” (Neves, 2008, p. 230). Esse é um aspecto importante da autonomização entre poder local e Estado, se desenrolado no processo.

Assim, à conquista, se atrelava um papel de polícia, disciplinadora e administradora da Colônia. Desse modo, “as milícias, expressão do poder local, emanado da propriedade fundiária, instrumentalizavam o domínio colonizador” (Neves, 2008, p. 231). Porém, mesmo após a independência, “a oligarquia fundiária fardada conservou a estrutura paramilitar embasada no poder local para dar sustentação à monarquia escravista” (Neves, 2008, p. 234).

Somente em 1831 o governo central, já independente e monárquico, unificou as antigas ordenanças, como força auxiliar da Armada, sob o mesmo “guarda-chuva” com a criação da Guarda Nacional. Seu objetivo era: “defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Império; manter a obediência às Leis; conservar ou restabelecer a ordem e tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas” (Neves, 2008, p. 235).

Esse foi um dos instrumentos de manutenção do poder ligado à criação do gado, a “propriedade” da terra e ao comércio regional, ou seja, poder sobre o trabalho escravo e livre, num contexto de “internalização” da Metrópole, do ponto de vista das categorias sociais em constituição em um regime independente, mas não autônomo, e de formação territorial do Estado Nacional naquele momento. Passo fundamental em direção a centralização estatal posterior, que do ponto de vista do capital total era o passo para a transformação e diluição do caráter regional de sua reprodução.

Mas isso não foi um processo simples e sem violência. “Fazia-se o recrutamento para as tropas de primeira linha através de operações policiais. Arregimentavam-se os ‘filhos-famílias’ para a Guarda Nacional e a escória social para o Exército e a Armada” (Neves, 2008, p. 236). Portanto, ser membro da *Guarda Nacional* tinha vantagens e prestígio, e por isso, ter uma patente dessas era uma honra. Alguns, no entanto, não tinham o brio esperado, mas tinham posses e podiam comprar sua própria patente (esta inclusive poderia se tornar até mesmo objeto de herança).

No atual município de Barra (BA), local onde se encontram os Brejos da Barra, os integrantes da Guarda Nacional estavam entre os quais, no pré e pós Lei de Terra de

1850, registraram as posses de terras em seus nomes, nas Paróquias (Kluck, 2011). A esta mesma elite, pertenciam os armazéns e depósitos da vila, ou seja, dominavam os entrepostos comerciais na beira do rio São Francisco. Portanto, tinham o poder sobre o produzido, colocando de certo modo o preço nas mercadorias produzidas em suas terras por agregados (ou mesmo, nas produzidas em terras de posses dos próprios lavradores), submetendo-os no momento da venda, por controlarem os mercados, feiras e armazéns.

Dominando as relações de trabalho, pela força e pelo preço, essa elite “agropecuária e mercantil” do Médio São Francisco, se inseria nos assuntos políticos, tirando as vantagens necessárias à sua reprodução. Os brejeiros (posseiros), em sua maioria, tinham as piores terras se submetendo em muitos momentos aos trabalhos (por dinheiro ou produto) nas “propriedades” dessa elite, na produção de sal, cera da carnaúba, maniçoba, entre outros. Esses posseiros se instalaram aí no processo histórico da territorialização, inclusive, por expulsão, das áreas de cultivo de algodão, cana de açúcar e na criação de gado, em outras áreas do que viria ser o atual Nordeste.

A territorialização das relações sociais de produção (capital) envolvidas na dinâmica da criação e comercialização do gado (balizada na obtenção e manutenção das terras conquistadas) foi uma forma da contradição da posição das relações sociais movidas por meio da produção de mercadorias, controle do trabalho e da terra, e em relação as constantes regulações por ordens régias e outros acertos, marcados por uma violência extraeconômica.

Mesmo com o fim da escravidão, as oligarquias fundiárias se mantiveram no poder na transição para a República. No Médio São Francisco, isso pode ser relacionado, entre outras coisas, ao fato da criação de gado de fato, ter sempre necessitado de poucos escravos, sendo, no entanto, a mão de obra utilizada “livre”, não assalariada. Além disso, essa elite, com a crise da pecuária “sanfranciscana”, no fim do século XVIII, passou a atuar em mais de um ramo, tornando-se principalmente, comerciantes de “mercadorias regionais”. Porém, a garantia de tal domínio, durante os diferentes momentos, foi possível, entre outros aspectos, pela violência direta do poder local, reconhecida e apoiada pelo Estado (mesmo antes na Independência). Com isso, se constituíam, na garantia do poder sobre a criação de gado, produção e troca de mercadorias, ou seja, domínio sobre o trabalho. Esse processo mais geral da territorialização impôs uma “‘forte presença’ do Estado, manifestada ‘através de seu caráter autoritário’ legitimado por relações políticas paternalistas. Desenvolveu-se o

paternalismo como atenuador do autoritarismo ‘tanto do Estado, quanto do patriarca local’” (Neves, 2008, p. 245).

Passaremos agora a essas transformações, com a ampliação do comércio, fim da escravidão e concomitante autonomização da produção de outros gêneros, para além da pecuária na região configurando o momento.

4.2 O gado e o comércio do catado: autonomização das relações de poder

Neste item, discutiremos os aspectos da dinâmica da produção e comércio de produtos “regionais”, mais precisamente, o processo de “desvinculação” dessa produção da simples criação do gado, se autonomizando em relação a ela, constituindo outro momento da modernização da região. Atendaremos também ao fortalecimento e diferenciação do poder local, pautado nas transformações colocadas com a República, entre elas, a legislação sobre a terra e o trabalho (lei de terra e fim da escravidão).

Segundo Wilson Lins, em seu livro já citado, durante três séculos o Médio São Francisco ficara isolado do resto do Brasil, tendo isso só chegado a termo com o aumento da navegação *sanfranciscana*, momento do término do “bloqueio” no qual, cresceram tanto as vilas, quanto o comércio¹²⁴. Diante disso: “por que modos àquela gente conseguiu sobreviver e, o que é mais importante logrou estabelecer pequenos núcleos urbanos com comércio entre si – isto é um mistério” (Lins, 1983, p. 38)¹²⁵.

O autor achava justo os chefes *locais* merecerem algum reconhecimento (como a patente da Guarda Nacional), pois tinham evitado um retorno à “selvageria”. No Médio São Francisco, de maneira mais ampla,

os próprios pioneiros não tardaram a lutar entre si pela posse do melhor quinhão de terra de ninguém. [...] [foi] quando o vale ficou entregue aos seus prepostos, que teve início no São Francisco o mandonismo armado. Numa sociedade primitiva e bárbara, que crescia sem os freios da lei, os homens precisavam estar prevenidos contra os perigos que os cercavam. [...] Desprotegidos, no ermo, os homens se insurgiam contra a fatalidade que os esmagava, mas, ignorantes, desmandavam-se em atos inconscientes e assim, tinham origem as lutas mais sangrentas. (Lins, 1983, p. 41)¹²⁶

Todo esse conjunto, marcado por lutas e proteção da família, elencados pelo autor, tinham o sentido de manter e reproduzir o poderio sobre as relações de

¹²⁴ Nos itens anteriores, relativizamos esse ponto de vista, apresentando outros meandros pelos quais as comunicações com o sentido da colonização era realizado. Entre eles, a diminuição, mas não supressão do comércio de gado. Além disso, discutimos como o isolamento e abandono da região, por parte do Estado, também é relativo, pois, na verdade, essa foi a forma de sua territorialização.

¹²⁵ Talvez não seja tão misterioso assim dado que já no Roteiro, antes desse período de isolamento, já se tinha no ouro o maior dos mistérios, o da representação em uma mercadoria, das necessidades próprias e alheias que se interconectavam.

¹²⁶ Se pensarmos na relação atual, não é falta de civilização e sim o produto dela que gera desmandos e violência, pistolagem, grilagem entre outras, pautada, entre outras coisas, na reprodução do dinheiro.

trabalho¹²⁷. Nesse o domínio, relacionado ao todo contraditório, tanto o poder local, como o trabalho, se colocavam como formas particulares, territorializando o Estado, como capital, na região. Para Freitas (1999), mais que a autoridade, a manutenção decorria do domínio sobre o comércio e a pecuária:

Sem dúvida, esses aglomerados se formavam ou sobreviviam com o olhar voltado para as águas dos rios da região. Elas davam sentido, tornavam viável o existir, eram marcas indispensáveis da vida regional, de uma sociedade, de uma cultura. Assim compreende-se os motivos que tornaram o comércio uma atividade de todos e em todos os lugares. Nessas vilas e cidades, principalmente chefes os políticos e protegidos, contemplavam vapores, barcos, paquetes e ajoujos como os meios sem os quais era difícil relacionar-se com outros lugares, olhar o mundo, construir um conjunto de relações, materiais até simbólicas. (Freitas, 1999, p. 99)

Com as transformações envolvendo mais tarde o fim do tráfico de escravos, a Lei de terras, a independência e a República, os integrantes do *poder local* no Médio São Francisco participaram na ampliação do comércio de outros produtos, paralelamente a criação de gado. Este comércio passaria logo a subsidiar indiretamente, ou a compor com a criação, o centro do comércio regional.

Em 1823, a primeira barca foi lançada as águas do São Francisco¹²⁸. Isso, aliado à construção da estrada de ferro “da Bahia a Juazeiro”, iniciada em 1853 e concluída em 1893, marcaria profundamente as relações comerciais e a dinâmica econômica do Médio São Francisco, e, assim das comunidades de brejos, ribeiras de fundo e feixe de pastos. Nesse sentido Mello (1989), em sua dissertação de mestrado sobre a história política do Baixo-Médio São Francisco, entende o coronelismo como ajuste as circunstâncias históricas em transformação, reconhecendo que

o estabelecimento do circuito navegação/via férrea foi um marco histórico para a região do Baixo Médio São Francisco. Foi um momento integrador tanto no circuito interno à região como no externo para o Estado, como também para outros Estados. (Mello, 1989, p. 47)

Para Freitas (1999), o fato do governo provincial não mostrar antes o interesse em desenvolver os meios de transportes pelo Vale do São Francisco, contribuiu para a pecuária ser durante todo o século XIX, a principal atividade. Ele, assim como outros historiadores, afirmam ser o gado uma mercadoria capaz de se transportar sozinha, e,

¹²⁷ Apesar da terra ser motivo de disputas pelo poder, a tomada das terras dos posseiros não era muito presente, pois os trabalhadores interessavam a essa produção do catado. Hoje, no entanto, a depender do uso que o grande proprietário queira fazer, dado que a terra em si é uma mercadoria, ele pode retirar os posseiros e agregados. Num contexto de formação do trabalho, a pouca remuneração na produção de peles e fibras para exportação ficava garantida mesmo em piores solos, nos quais ainda criavam gado na solta. Por isso o desinteresse em expropriar, na verdade ocorrendo a cooptação. Tal forma aprofundou seu sentido com o comércio e beneficiamento prévio dos produtos, onde, na falta de mercado de terra, o trabalho fora mobilizado pelo comércio.

¹²⁸ Isso não significa a inexistência de canoas, e junto a elas as balsas, os paquetes e ajoujos já há muito tempo em circulação pelo rio efetivando o transporte de mercadorias. No entanto, o advento das barcas e em seguida, dos vapores, ampliou e ressignificou esse comércio.

devido a isso, ela persistiria, apesar dos percalços da falta de vias de transporte na região, e em sua ligação com os centros econômicos em ascensão.

No entanto, não era só a falta de interesse a causa geradora desse aparente atraso e isolamento. Tratava-se principalmente da forma particular da reprodução do capital, a qual, o caráter regional, apesar de não poder se equiparar de imediato, ou superar a propulsão mais geral, relacionada ao desenvolvimento industrial (desenvolvimento das forças produtivas) do fim do século XIX (envolvendo a “revolução” dos transportes, como ferrovias e os vapores) territorializava de maneira particular o capital, e assim, a acumulação capitalista, que gradativamente se centralizou, proporcionando transformações e revolucionamentos inclusive na ordem do Estado e da região.

Parte dessa transformação gradativa da região se relaciona a importância do comércio dos produtos regionais. A produção e a extração/coleta, antes só vinculados ao gado na região, se expandiu, tornando-se mais presente nas pautas de exportação para outros estados e mesmo ao exterior (anexo 4). E com isso, o poder local pecuário, fortaleceu o domínio das relações comerciais, pautadas nessa diversidade de mercadorias em ampliação e alcance, envolvendo também as relações de trabalho.

Desse modo, torna-se interessante observar o alcance das redes envolvendo a produção e comercialização das mercadorias no Médio São Francisco. Os brejos no vale do São Francisco, tinham como característica, ser o lugar da vinculação entre o gado e a coleta/extração e agricultura. Lá, era produzida a cachaça, a rapadura, farinha de mandioca, extraídos o mel, fibras, resinas, sal, peles e outros produtos, comercializados nas imediações, em minas e fazendas próximas. Ou seja, a produção se destinava mais ao gado e a própria subsistência, e, pouco, ao comércio mais amplo.

Esses produtos compunham o chamado **catado**¹²⁹ (Mello, 1989; Freitas, 1999), ganhando, cada vez mais, com a ampliação da navegação, centralidade no comércio

¹²⁹ Segundo Freitas (1999), “o catado era constituído por um conjunto oposto da especialização: uma multiplicidade de produtos agrícolas, uma pecuária de pequeno porte e seus derivados, além da atividade extrativa, com destaque para a exploração da cera de carnaúba. Claro, sem esquecer tudo o que pescavam nos rios, sendo que, em várias localidades, o beneficiamento (salga de peixes) era uma atividade sempre presente” (Freitas, 1999, p. 63). Além disso, o autor destaca os seguintes produtos como parte do catado: rolos de fumo, panos de toucinho, mantas de jabá, montes de cebolas, fardos de rapadura, sacos de sal, amarrados de peles silvestres, pilhas de resinas e cascas de angico. Para Mello (1989), há uma passagem da economia de coleta, como caracteriza o catado, para a produção extrativa. Porém, em ambas se apresentam os mesmos produtos básicos, e, por isso, chamaremos tudo de catado, enfatizando, no entanto, que realmente há particularidades referentes ao alcance que tal produção passou a ter com a ampliação do comércio. Se antes estavam ligados a circuitos de menor alcance, de subsistência e produção pecuária, em trocas em que pouco se mediavam por dinheiro (moeda), com a ampliação da navegação, tal se modificaria, junto com os espaços de produção. Não ser mediado por dinheiro (moeda) não significa dizer que não havia equivalentes mais gerais que outros e que as relações não estivessem mediadas por controle

regional. Portanto, não significa a inexistência do comércio, mas mudança de proporção e, conseqüentemente, ampliação das formas de dominação, a ele relacionadas.

Vimos como o argumento central de alguns autores, como Cunha (2002), era o do isolamento do Vale do São Francisco. Algo mantido como verdade, inclusive pelos interessados, nos anos 1940, em adequar o “vale esquecido” aos desígnios, não mais da Metrópole, mas sim da Nação em construção. No entanto, para Mello (1989) após falar da crise do início do século XVIII enfrentada pelos criadores de gado do Vale do São Francisco, principalmente com a proibição em 1701 da comercialização de gado com as Minas e transferência em 1763 da capital, para o Rio de Janeiro, fornece algumas pistas para pensarmos nessa crise não como isolamento, mas sim como um redirecionamento das relações comerciais do Vale com outras regiões¹³⁰.

A criação de gado na Colônia, de fato era central à dinâmica, e, embora subsidiária (Prado Jr., 1979) em relação à produção do ouro, drogas e açúcar, ela foi muito importante aos desígnios da Metrópole e à territorialização das relações. Pierson (1972), observaria em seu estabelecimento:

currais em número apreciável, surgia pelo menos algum comércio de sal, carne e couros, de modo que pequenos povoados gradualmente se desenvolveram ao longo do São Francisco, alguns dos quais vieram a ser algumas cidades ribeirinhas [...]. [E] também se desenvolveram em torno de áreas onde se cultivavam cana, mandioca, milho e outros produtos agrícolas, não só para o suprimento local, como também para exportação. (Pierson, 1972, p. 280)

Tal importância se atribuía, conforme o Roteiro, também à sua capacidade de circulação, de feiras em feiras, garantindo a subsistência inclusive nas Minas. Com isso, mais ouro era levado para as Capitânicas da Marinha, onde se estabeleciam as trocas com as mercadorias vindas da Metrópole. Porém, este outro papel, de transporte de mercadorias precisa ser ressaltado: “o rebanho bovino exigiu a presença do indispensável equino [...]. As tropas constituíam o único meio de circulação das mercadorias” (Neves, 2008, p. 187).

Na região, portanto, principalmente quando se ampliou a navegação no rio São Francisco, “a sustentação era dada pelo ‘catado’, ou seja, pela inexistência de qualquer especialização. A produção se caracterizava por uma diversidade enorme de

do tempo de trabalho, associado a terra ou a outros aspectos que compunham as relações de poder. Produzir mercadorias, algo alienável em troca de outro, já fazia parte da sociabilidade daqueles rincões.

¹³⁰ “Se, por um lado, houve retração no processo de povoamento do Vale do São Francisco, por outro, o final do século XVIII e início do século XIX foi uma fase de enriquecimento para os criadores do Vale. As regiões mineiras – tanto a bacia do Rio das Velhas (MG) como a Chapada (BA) – eram mercados consumidores do gado sanfranciscano, mas também de outras mercadorias necessárias a sobrevivência, oriundas do litoral, que passaram a ser comercializadas pelos vaqueiros do São Francisco, experientes estradeiros, fosse tocando gado, fosse tocando tropas pelos caminhos das boiadas” (Mello, 1989, p. 41).

mercadorias, como resultado das atividades agrícolas, pastoris, extrativas e da pesca, todas juntas [...]” (Freitas, 1999, p. 100-101).

Essas relações envolvidas na produção e comercialização do catado tomava a forma da autonomia relativa, pois se tratavam de

pequenas policulturas sertanejas [que] não se subordinavam à grande lavoura de unicidade de cultivo, nem dependiam dela, embora lhe vendessem seus excedentes. Também não se caracterizavam como produção de subsistência, pois não se limitavam apenas ao consumo dos próprios produtores. O comércio local e inter-regional de produtos próprios formou um sistema de trocas que superava muito o nível do escambo e do autoconsumo. (Neves, 2008, p. 184)

Ou seja, relativa porque não era autônoma e sim autonomizada, estabelecendo os nexos formais com a totalidade mais abrangente pela qual se formou e territorializou como relação social. E, desse modo, o domínio das relações de trabalho, ou da reprodução regional, se fazia dominando a produção e o comércio, apesar desses não terem inicialmente uma expressão nacional¹³¹.

O comércio dos produtos do catado envolvia desde os posseiros dos brejos e ribeirinhos aos “grandes proprietários” em uma trama de relações de poder sobre o trabalho. Conforme Mello (1989),

agora tudo se comercializa. Além dos produtos tradicionais como a pecuária, a rapadura e o sal, outros produtos nativos incluir-se-ia como mercadorias do circuito rio/ferrovia: a fibra do caroá, a cera da carnaúba, a borracha da maniçoba e da mangabeira, os couros e peles, peixe salgado [...]. A região dos currais assumiu uma nova roupagem, persistindo sua base eminentemente comercial, incorporando novos conteúdos econômicos: a produção extrativista que substituiu uma economia de coleta. (Mello, 1989, p. 48)

De acordo com os relatos dos mais antigos moradores dos brejos, os produtos coletados na caatinga desde a resina do angico ou jatobá ao mel, da laranja ao pequi, além da malva, caroá e cera de carnaúba poderiam servir para conseguir algum recurso. Assim, podemos dizer, compunham o catado (mapa 7).

¹³¹ Numa síntese muito interessante das características centrais dessa região, Mello (1989) destaca que “a economia regional teve assim sua base no tripé: pecuária, agricultura, extrativismo. A pecuária para o entesouramento, a agricultura para subsistência e o extrativismo de produtos de exportação como fonte de acumulação para os grandes fazendeiros/comerciantes e renda complementar para agricultores/pescadores” (Mello, 1989, p. 59).

LEGENDA	
Carnaúba, beiradeiros e fazendas de gado	● Brejos visitados recentemente
Caroá, mel, pequi, gado solto, mangaba, couros e peles	1. Cabeceira do São Gonçalo
Malva, buriti, piassava, mandioca, cachaça e rapadura	2. Caroeira
Fluxo dos produtos do catado	3. Barbosa
Rios e riachos	4. São Gonçalo
Outros municípios	5. Mato Escuro
Distrito	6. Extrema
Sede municipal	7. Bonfim
	8. Travessão
	9. Saco
	10. Japira
	11. Cachoeira
	12. Ilhota
	13. Umburana
	14. Brejinho
	15. Limoeiro
	16. Campo Alegre
	17. Mutuca

Os produtos relacionados à extração e coleta do catado são muito variados, e as atividades envolvidas em sua produção, corroboraram para a dinamização da reprodução do trabalho e territorialização dos posseiros no Médio São Francisco.

Assim, o aumento da participação do catado na pauta de exportações da Bahia, após a ampliação da navegação no São Francisco, também se refletia nas comunidades brejeiras, em suas mais profundas relações, no tocante a reprodução do trabalho e apropriação da terra nos Brejos e de seu entorno.

Os relatos dos moradores mais antigos dos Brejos, em relação ao como, e ao que produziam e consumiam, nos ajudam a entender os momentos centrais à sua reprodução do trabalho nas posses, e pelas quais afirmavam conseguir o *recurso*¹³². Entre as atividades e produtos destacados estão: a extração (do mel, das resinas, das frutas da caatinga – incluiremos nesse conjunto, as peles das caças do tatu, da cutia, e até da onça), o couro, o sal, a malva, o caroá, a piassava, a carnaúba (somente para alguns poucos Brejos), e, por fim, mais duradouro, a cana (cachaça e rapadura).

O chamado “tempo do atraso”, do sofrimento, sempre carrega junto lembranças de como eles e seus antepassados, realizavam a reprodução do trabalho. As roupas escassas, ou feitas com algodão plantado na roça, que mais pareciam segundo eles, sacos de estopa, eram junto com a munição (que inclui a pólvora), o sal e o querosene os produtos mais buscados nas feiras. Por vezes, nem esses produtos acessavam, principalmente em momentos, de seca mais castigada, substituindo-os por outros, produzidos por eles mesmos. Por exemplo, cultivavam alguns pés de mamona para extração do óleo com o qual emulsionam chumaços de algodão, e com um talo seco de buriti e uma pedra, eles faziam o fogo do candeeiro, onde colocavam esse algodão embebido em óleo que iluminaria as *palestras* (conversas) da penumbra do final do dia, após saírem das fogueiras da boca da noite. A pólvora e o querosene comprados na cidade eram seus equivalentes somente adquiridos nas feiras.

Nos próprios Brejos também conseguiam, o sal gema, ou sal da terra. Segundo os mais velhos, sua produção não era tarefa fácil, e envolvia todos, homens, mulheres e crianças. Primeiro, ao encontrar seu afloramento (cristalização), observando atentamente o solo próximo aos buritizais (das veredas), imediatamente no encontro entre esse terreno e as areias dos “altos”, era necessário tirar lascas e moê-las. Depois, lavá-las, filtrando a água escorrida e colocando-as em banguês de couro sob o sol. Após

¹³² Vimos no primeiro capítulo que recurso para o brejeiro deriva do recursar, ou seja, conseguir o dinheiro para compor a renda e conseguir assim mercadorias que não produzem.

alguns dias o sal aparecia todo cristalizado e alvinho. No Brejo do São Gonçalo havia muita produção de sal, abastecendo as feiras de Icatu e Xique-Xique, compondo um importante produto do catado.

Toda essa produção não era fácil, requerendo muitas pessoas em sua elaboração, por isso, conforme dizem, sempre que podiam, ao invés de produzi-los, preferiam comprá-lo. Para tanto, recorriam a produções mais fáceis para conseguir o recurso.

As rocinhas de alimentos, eram miúdas, a caça e a pesca complementavam a alimentação. Construíam assim, muitos tipos de armadilhas, e por vezes, era necessário adquirir em feiras a munição (entre outros, para se protegerem das onças).

As roupas eram artigos caros, e para as crianças, quase uma raridade, sendo comum uma pessoa, emprestar para outra, quando da visita de um padre à comunidade, ou para às missas na cidade. Quando não eram confeccionadas com o algodão no próprio Brejo, era o primeiro artigo a adquirido com os recursos nas feiras.

Tudo isso se remete, segundo eles, ao tempo antigo, do sofrimento, da falta de conforto, do atraso. Superado, mais atualmente com a chegada das estradas, da energia elétrica e do dinheiro. Essa reprodução do trabalho, envolvendo uma trama de relações de parentesco e vizinhança se relacionava, portanto, às necessidades mais imediatas desses posseiros: a caça, a criação, coleta/extração, a roça, o fogo, a pólvora, o querosene e o sal.

No entanto, não há medida geral de cálculo do necessário ou básico ao indivíduo, pois isso, não é algo natural e sim social, e se relaciona a uma “média” ou padrão social, ditando a participação na sociedade ou não, tendo como medida palpável ou de mediação, o dinheiro. A necessidade, depois de “gerada” como uma forma, parece se autonomizar como um poder, o tempo todo com a participação de todos da sociedade, recriando e impondo sua própria medida, que por outro lado, não pode ser medida individualmente. Isso se relaciona ainda, com vários aspectos não equacionáveis, como por exemplo, alguns produtos da “reprodução cotidiana” agora industrializados e comercializados, mas que antes, tinham demoradas etapas de produção.

Nessa autonomização posta pela necessidade social de tempo, ou seja, economia de trabalho como forma social, o produto da atividade humana, objetivado, assume o caráter fantasmático de mercadoria, e pode passar a condição de mediador, utilizado para acessar, entre outras mercadorias, o equivalente geral: o dinheiro. Mas isso, insistimos, isso não deriva da natureza, e sim da forma social de mediação.

Apresentaremos agora, algumas das atividades efetuadas por posseiros mais antigos nos Brejos, e como elas se relacionavam a reprodução do trabalho, em transformação do catado, como centralidade da produção da região do Médio São Francisco, com o comerciante personificando o capital comercial (como forma de dinâmica do capital). Dentre elas, iniciaremos pela cera de carnaúba.

A coleção “Tipos e aspectos do Brasil”, do IBGE (1970), com sua primeira edição publicada nos anos 1940, traz a descrição de alguns dos processos produtivos encontrados na região componentes do catado¹³³. Na parte referente ao Nordeste, diz que a carnaúba (*Copernicia cerifera*) foi considerada por Humboldt como a “árvore da providência”, a “árvore da vida” devido suas diversas utilidades:

não será exagerado afirmar que existe mesmo, no Brasil de nordeste, uma Civilização da Carnaubeira [...] os carnaubais representam verdadeiras “ilhas humanas” da zona do Nordeste flagelada pelas secas, tomada a expressão no sentido em que a empregou JEAN BRUNHES, na sua conhecida obra *La Géographie Humaine*. [Os usos são diversos] velas, preparo de couros, enceramento de calçados e madeiras, lubrificantes, fósforos, sabonetes, fabricação de ácido pícrico, de pólvora e de outros produtos, isolantes para cabos, discos fonográficos. (IBGE, 1970, p. 123-124)

A difusão da produção da cera de carnaúba impulsionava o trabalho por dia nas beiradas do rio São Francisco e em alguns Brejos (figura 01).

Figura 01 - Carnaubal. Ilustração de Percy Lau (IBGE, 1970).

Um morador do Brejo da Caroeira afirma:

no Porto de Palha, e nessa beira de rio [São Francisco] todinha aí, para fazer a cera da carnaúba. Tinha a foicinha, puxava, deixava só o olho. Acabava, juntava, juntava [as folhas], fazia aquela pilha dela, para embancar, depois com uma saca, você ia arrumar aquilo, para aquela cinza branca, puxando direto naquelas facas aqui, como um rastelo... do mesmo jeitinho de um

¹³³ Tal coletânea, teve um papel importante na constituição do campo geográfico, juntamente com a Revista Brasileira de Geografia, ambas inicialmente publicadas pelo Conselho Brasileiro de Geografia (que de pois se tornou Conselho Nacional de Geografia e por fim, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Trata-se de um momento de centralização das ações estatais e de uma forma de ressaltar a região, do ponto de vista do Estado, ou seja, do Estado dizer o que é região.

rastelo. Era o negócio de tirar a cera da carnaúba, dava aquele pó tão alvinho, botava no fogo ia cozinhar fazia aquela cera na vasilha grande e ia para o comercio vender. Saiu uma instrução que dela era feito o disco da radiola. (Seu Manuel, Caroceira, 2015)

Outro morador, falando sobre o local da produção, nos disse:

ali ni Boca de Saco, Extrema, nos Brejos lá de baixo. Eu nasci na Boca do Saco, e vi meu tio fazendo ela lá na Boca do Saco, agora aqui [no Brejo da Caroceira], não tinha ela não. O povo daqui, não sabe fazer ela, mas o povo da Boca do Saco ali, muita gente aprendeu, nessa beira de rio [São Francisco], tinha gente empregado, muita gente empregado, do Cajueiro, Tapera, Quixaba, Bonfim [Brejos] e esse Porto de Palha, Sambaíba, Canudos, Curral das Egoas, tudo era fazedor de cera de carnaúba. (Seu Anjo, Caroceira, 2015)

Por ser um produto de tamanha expressão, e ao mesmo tempo compor o catado, se torna importante distinguir um pouco mais as relações envoltas em sua produção.

Muitos “proprietários de terra” (e ao mesmo tempo comerciantes) de Barra tinham o domínio da produção e comercialização da cera de carnaúba, e com isso, obtinham o controle do preço. Além disso, alguns deles arrendavam carnaubais aos outros produtores, com melhores condições financeiras, capazes de contratar pessoas para o trabalho por dia. Desse modo, poucas famílias se mantinham no poder.

Um morador de Barra nos disse: “no histórico da carnaúba, [se destacava] a família Camandaroba, tinham também gado e poder político. O relacionamento [com os caboclos] era muito forte. Já os Marianis era mais comércio. E outra família que tem muita terra, mas não mexe com ninguém, é a família Teixeira [que tem] gado e política, e alguns pontos do comercio” (Morador 1, Barra, 2015).

Os depósitos tanto da cera, quanto de outros produtos, estavam em poder de poucas famílias na cidade de Barra: “da carnaúba faziam a cera, e essa cera exportavam. Tinha os depósitos aqui de Avelino Freitas e muitos outros, que compravam e exportavam, para preparar discos. Meu pai tinha um terreno na Sambaíba, que tinha bastante carnaúba, que depois vendeu, e nós, temos a panela onde fazia essa cera. Esse Avelino Freitas é tio do [atual] prefeito. Ele comprava da região e exportava” (Moradora 1, Barra, 2015).

Seu filho, presente na entrevista, completou dizendo: “o pessoal de João Camandaroba trabalhou muito com a cera de carnaúba. Tiveram a coragem de investir em uma área, para trabalhar com peixe, área que ia de Barra até a Utinga, em Xique-Xique, [aí] arrendaram as terras pelos peixes e o que deu retorno foi a carnaúba. Melhorou de vida rapidinho” (Morador 2, Barra, 2015).

Esse percurso, no qual, as próprias pessoas descrevem as experiências, nos ajuda a entender um pouco da dinâmica envolvida na produção e comercialização da cera da

carnaúba do Médio São Francisco. A cidade de Barra foi um dos pontos da acumulação dessa opulente comercialização, sendo junto com a borracha de maniçoba, um dos produtos responsáveis pelo enriquecimento de famílias de coronéis, os quais estruturaram a cidade com portos e um mercado central no centro da cidade (foto 40).

Foto 40 – Mercado Municipal de Barra, Barra (BA), em outubro de 2010.
Autor: Erick Kluck, 2010.

Assim, por volta dos anos 1940-50, além da carnaúba, foram centrais para reprodução do trabalho do brejeiro, o caroá, a malva, a maniçoba, e em menor proporção a piassava, todos aparecendo inclusive na pauta de exportação de produtos baianos (anexo 4). Neste momento a cana, nestes Brejos, do eixo do riacho São Gonçalo, ainda não tinha a dimensão de hoje, e o gado era criado tanto na caatinga quanto no brejo, separado por pequenas cercas das miúdas roças de alimentos básicos, como a batata, a abóbora, a mandioca, o feijão, o milho, o arroz, e hortaliças.

Também no livro *Tipos e aspectos do Brasil* há uma descrição sobre outro produto do catado: o caroá. Nas entrevistas com os posseiros, ele aparece associado a malva, como produto central a reprodução dos brejeiros do eixo do riacho São Gonçalo.

Comecemos antes, observando como o IBGE (1970) tratava do caroá:

é ainda existente e praticada no sertão do Nordeste a operação rudimentar de conseguir a fibra do caroá esmagando a sua folha com auxílio de uma pedra lisa. Encontra-se também o sistema de desfibrar deixando as folhas daquela bromeliácea de molho de quatro a sete dias, fazendo depois, a “batedura” contra um lajedo ou um tronco de madeira sólida. Em seguida outro banho e nova batedura até se desprender toda a polpa da planta ficando somente as fibras do caroá. É possível mencionar ainda a primitiva maneira de obter a fibra através da raspagem da folha. Isso já era conhecido do elemento

indígena, principalmente a raspagem que apesar de muito rudimentar servia perfeitamente ao objetivo de sua obtenção. (IBGE, 1970, p. 81)

E depois, ao tratar do “tirador de caroá” (figura 02), ou seja, pessoa que em determinado momento trabalha na coleta do caroá, coloca outras questões: “de fato, são de presença obrigatória, nas feiras do sertão nordestino, os artigos confeccionados com a fibra e onde se salienta a corda, cuja aceitação entre os vaqueiros é provocada pela resistência fora do comum. Somente a partir de 1935, entretanto, teve o caroá as merecidas atenções quando se iniciou então sua industrialização. Em consequência nasceu uma economia de coleta no sertão [...]. Esta economia, embora subsidiária, não chegando mesmo a formar um gênero de vida, tem sido muitas vezes a tábua da salvação dos habitantes dessa região” (IBGE, 1970, p. 252).

Figura 02 – Coleta do caroá. Ilustração de Percy Lau (IBGE, 1970).

Essa coleta em grandes proporções já existia antes mesmo da sua industrialização, sendo o caroá um dos produtos da pauta de exportações do Médio São Francisco desde o fim do século XIX. Porém, a industrialização elevou a demanda.

Ao indagar os moradores do Brejo da Caroeira sobre as atividades relacionadas ao caroá, alguns deles falaram também sobre a malva, por serem ambas centrais a reprodução do trabalho deles:

o caroá você lembra que vendia muito né? Fazia corda [...]. A malva, a malva de boi você já ouviu falar? Gente, nós vivia aqui de malva. Quando era de verde nós botava a malva dentro d' água para pubar e tirar a seda, do jeito daquele pano que tem aí, de seda. Era grandona aquela varona, ela cresce muito. Agora acabou, o povo aqui não deixa ela na roça não [...] Ia vender na Barra de animal, hein! Os fardos vendiam na arroba, nem sei quanto era mais, era vintém naquele tempo. Eu mesmo ainda trabalhei muito para sobreviver na malva e no caroá. [...] Eu me criei numa construção de fraco, e hoje tô aqui como um rico. Essa roça é rica, porque fui criado na malva, no caroá, matando as cutiinha para comer, no mato. Todo mundo foi criado aqui assim [...] a malva, deixava naqueles altão, grande como tinha, ela crescia muito. Para sobreviver da malva, nos altos do Mazinho mesmo era lugar que muita

gente ia trabalhar com a malva ali. Ali era cheio dela, tinha um cabra ali, que ele morava, chamava até Marquinhos, trabalha todo o verde com a malva, só cortava do mês de abril em diante. (Seu Lino, Caroceira, 2015)

Segundo ele, um comprador da malva e o caroá em Barra, “era o tal do Bastião [...] meu pai arranchava na casa dele, comprador de rapadura, comprava rapadura todinha das roças nossas, carregado nas costas dos animais. Depois um Juvêncio, que morava na Mutuca, também comprou muita rapadura e arroz. Era comprada, a terra era nossa e nós vendia pra ele, caroá, a malva” (Seu Lino, Caroceira, 2015).

Comparando o caroá e malva com a produção do sal, assim como o sal, disse: “se a malva tivesse dando dinheiro, e o caroá, ninguém tem precisão de arrancar ele não. Só se fosse um dinheiro muito grande, porque, cada qual já tem um meio de se viver. Graças a Deus, num dá mais de tirar um caroá não. Ói, a caça do mato, tem gente que já deixou, não vai mais caçar, e a cana ajuda, mas tá fraca de preço, não tem saído, não tem preço não” (Seu Lino, Caroceira, 2015). Depois, outro morador, também nos relatou como era produzida a malva e o caroá nos Brejos:

Aqui [Caroceira] era tudo água, tudo enfiado, dava uns pé de malva alto, aí nós tocava [cortava] toda, enfiava ela, e jogava na água, e depois desfiava aquela malva, tirava aquela casquinha e botava ela no sol para secar. Era o emprego do pessoal, sentado na fogueira, na boca da noite, desfiando aquela malva, fazia as arrobas, era mil arrobas de malva que se fazia, era gente que ajuntava e tirava aquela seda, eu minhas irmãs, minha mãe, não tinha ninguém pegado, nós falava: vamo tirá malva, tirar caroá, para ver se faz ao menos a roupa para você vestir, todo mundo nu, aí nós caía na malva hoje, amanhã no caroá, depois na malva de novo, foi uma época boa do caroá. Você ainda vê que o povo fala de rede de pescar de caroá. Nós tiramos muito, muito, e não era só nós aqui, era o mundo todo, era o que fazia o dinheiro, com o caroá, com malva, essas coisas que nós tem aqui pra fazer o dinheirinho. Este óleo deste pequizinho que nós apanhava na chapada, este óleo deste buriti que muitos fazia e muitos não, pois nem todos tinha com que fazê não. Essas coisinhas é nós fazia, era desse jeito. [...] Levava para Barra, só para Barra, ia mais meu pai pela Mutuca, ia com ele e com tio meu, irmão de minha, éramos quem mais tinha freguesia com essas coisas de caroá, malva, resinas, apanhava muitas resinas nessa caatinga, para sustentar os filhos, na caça do mato, que nós não tinha outra coisa. O peixe nós pegava aí neste riacho, e era quem sustentava a semana todinha. Eu mesmo peguei foi muito peixe aí, fazia o balaio, e pegava peixe. O dinheiro era difícil, e aí o trenzinho mais de saída que o povo nunca deixava de usar, sempre toda uma vida, era o caroá e a resina, porque a resina eles usavam para fazer grude pra colar a barca e essas coisas, ela tinha saída, e o caroá, para fazer rede, esses aí sempre nós vendia bastante, o povo deixava sempre de plantar cana, pra modo o caroá, para tirar o caroá, tirar a resina e tirar a malva, que era o dinheirinho que arranjava mais ligeiro. E desta cana não tinha dinheiro, o dinheiro desta cana era mixo, era pouco, não tinha saída. Hoje, pensou que não a cana foi aumentando, foi deixando de tirar a malva, de apanha resina, o caroá, e tudo também tá acabado, né? Isto tudo, a malva, pra cortar um pé de malva, era obrigado a ter um machado... e hoje você não acha um homem nem pra mover um jumento. Os terrenos tá tudo manso, todo mundo amansou sua propriedade, e não tem mais mata fechada. (Seu Anjo, Caroceira, 2015)

O sentido mais amplo, trazido nessas falas – pelas quais relacionam a produção com o tempo de produção e sua maior ou menor rentabilidade – são os aspectos do

cálculo fundamentando a produção do excedente e a necessidade do trabalho acessório. De fato, o assalariamento não é central, porém, a mediação pela mercadoria e o dinheiro sim. Através dessas mediações, compõem a reprodução do trabalho, e, são elas, formas sociais modernas de mediação (presentes desde a colonização) conformadoras das bases fundamentais de todo o processo social de territorialização do capital.

Esse momento abordado, ainda se refere ao da não autonomização (Toledo, 2008) e de domínio do poder local sobre as relações de trabalho, por meio da terra e preço das mercadorias, sem a constituição de um mercado de terra e de trabalho autonomizados. Trata-se da região, como territorialização particular do capital, posicionando e transformando, posteriormente, a própria região, dada a própria transformação do poder local, no sentido da autonomização do Estado.

Os brejeiros, nesse processo, ao produzirem mercadorias controladas pelos mandantes, serviam de baliza da acumulação desses e do Estado. As fibras, couros e peles, mercadorias do catado, se revezavam como centralidade, de acordo com a demanda do mercado, promovendo uma transformação na produção e nas relações de produção, sem caracterizar um modo de vida, ou gênero de vida (alguma vez pôde?), dado a dinâmica apresentada. Entendemos a caracterização do modo de vida ou gênero de vida, não estanque ou isolada, mas como particularidade de um todo da produção, igualado contraditória e categorialmente, por suas formas de mediação. Assim, modo de vida, é o momento fenomênico, efêmero ou não, determinado na dinâmica das categorias sociais, autonomizadas ou não, do processo mais geral da modernização.

Além da carnaúba, da malva, do caroá e do sal, existiam outras atividades e produtos, compondo o catado. Entre eles, as resinas, cascas do angico, o mel, as frutas (como laranja, mangaba, etc.), os animais silvestres, o pequi. E, também, as atividades de processamento e beneficiamento do pequi, da semente da castanheira, do buriti, do caju, da mandioca (para polvilho e farinha de mandioca) e da cana de açúcar (para cachaça e rapadura). Todos eram extraídos, coletados e caçados na caatinga e levados às feiras junto com as fibras, couros e peles (de animais criados ou silvestres) para se conseguir os recursos. Na caatinga, “pegava pequi, a mangaba, o puçá. A maioria das pessoas aqui comiam mais através das caças, os moradores pegavam muita caça, veado, tinha muito veado, cotia, tinha muita cotia na época, o tatu-bola peba, tapicho. Eu me lembro que meu irmão chegava com as costas cheinhas de tatu bola e de cotia, veado trazia tudo” (Seu Odenilson, Caroeira, 2010).

Compondo a reprodução do brejeiro, as roças miúdas, as de mandioca, e as de cana de açúcar, além do seu beneficiamento, eram tão importantes quanto as outras atividades destacadas. Diferente da extração e coleta, naquele momento, a lavragem da terra em geral, para o plantio das roças miúdas de abóbora, mandioca, milho, feijão, banana, melancia, serviam muito mais para o próprio consumo.

Ainda hoje, as roças miúdas, a caça, o mel, a mangaba, o pequi, o buriti, compõe a subsistência, e, ao serem comercializados nas feiras da região, garantem parte do recurso em dinheiro dos brejeiros. No entanto, nenhum deles alcança mais o *status* que teve o caroá e a malva. Estes últimos, quando tiveram uma queda brutal em sua procura, foram substituídos pela produção da cachaça e da rapadura nesses brejos, como pilar fundamental do que denominam recursar.

Como todas as atividades destacadas, a cana perpassa os diferentes momentos, como atividade de acesso aos recursos. No entanto, inicialmente nos Brejos do riacho São Gonçalo, essa atividade tinha pouca expressão, frente ao caroá, ou a malva.

O seu plantio e beneficiamento, principalmente nesses Brejos têm particularidades diferentes das outras atividades, tornando-a no processo histórico, central e predominante, como forma da apropriação da terra e garantia do recurso. A feitura das roças e das oficinas de cana, possibilitou a maior fixação do posseiro, o qual, antes disso, segundo os mais velhos, sempre se retiravam (em busca de outros lugares).

Nesses Brejos, por volta dos anos de 1940, das cinco famílias moradoras, apenas duas tinham engenho de cana. Seu Manuel Rico e de Cândido Rodrigues, segundo contam, foram os primeiros a confeccionarem os próprios engenhos (e depois, os dos outros moradores) chamando a atenção, também para o fato desses serem os primeiros a “fabricar” e preparar o solo para o plantio da cana.

Não era tarefa simples e logo foi se difundindo: puxavam a terra (areia) do alto para baixo (para área embrejada) cobrindo as furnas e diminuindo o leito do riacho, criando outra porção, bastante úmida, onde conseguiriam plantar a cana. Esse processo nos foi descrito em mais de uma comunidade por todos os senhores mais antigos.

Antes naquela porção do Brejo não tinha água corrente, porém, o lençol freático era bastante superficial e, por vezes, liberava água. Segundo um morador da Cabeceira do São Gonçalo, “já tinha o brejo e o buriti, mas não tinha água corrente (riacho), era ainda chamada mata bruta de pau seco caatinga” (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010). Ele mesmo, em outro momento nos contou ter cavado uma cacimba onde hoje é a lagoa dos Caris, numa época de seca, fazendo-a verter água e retomando o encantamento

(onde passou a viver o surubim de ouro). Isso corrobora com a informação do morador da Caroeira, sobre a mata ser bruta de “embrabecer bicho”, mesmo onde hoje é brejo.

Os tempos de seca, alternados com os das cheias no São Francisco, interferem na dinâmica hídrica desses riachos brejeiros. Em momentos de cheia, os posseiros “levavam” para o “alto” as plantações, principalmente de mandioca, por esta não suportar lugares encharcados. Essa última grande cheia foi em fins de 1960, quando utilizavam até mesmo um paquete (espécie de barco) para atravessar o brejo¹³⁴.

Essa água, conforme contou, destruiu a produção do sal feita na beirada da lagoa dos Caris. No entanto, ao trazer nutrientes e ao ser misturada com restos de folhas e bagaços, permitiu uma “fertilização” da areia. E esta utilizavam na área embrejada para fazer o solo. Dessa forma, conseguiram um solo para a lavoura da cana, difundida “através do trabalho do povo. Antes, plantava cana nada, era pau seco. Apanhava pequi e criava o gado” (seu Lino, Caroeira, 2013).

O irmão desse morador, o seu Joaquim Rodrigues, já havia relatado também um pouco desse processo de produção do solo para a cana no Brejo:

cê sabe esse couro aí [de boi], [com ele] foi carregada esta terra daqui, ó. Cê não viu aquela água lá? Aí agente vai botando entuio, bagaço de cana, pati, quando tá embrejado. Aí nós carrega, pati é desse pé de buriti aí, ó. É desse pé de buriti. Aí nós vai calocano ali, onde tá aquela lagoa, nós vai calocano um pau, um garrancho de pau, uma palha de coco e botano a terra pro cima... terra por cima. Ali vai pubano, vai dobano (adubando) o terreno né não. Quando eu já plantei meu pai já tinha fazido mais da metade, né? Meu pai morou, que chegou aqui o jeito aqui era mata. Mata de luitá mermo, com muito buriti, pau, né não? Quando eu cheguei aqui já tava feito os terreno, né não? Aí foi veio o imbrejo traveiz, tornou imbrejá. Choveu muito... foi. E hoje tá no jeitim de prantá. Graças a Deus, aí ta no jeitim de prantá. (Seu Joaquim, C. do São Gonçalo, 2005)

Segundo um morador do Brejo da Caroeira, a produção de cachaça não é tão antiga, apesar de cultivada e produzida, desde sua infância. O povo, segundo ele, “nem sabia fazer a cachaça. Aprendemos com Martin Rico. Tinha que derrubar a mata, preparar o terreno. A mata encontrava com o brejo, arrancamos para fazer a casa. Tudo isso foi nós que fizemos, fomos trabalhando, fazendo a terra para trabalhar. O riacho era

¹³⁴ “Entre 1915 e 1916 houve uma grande estiagem no semiárido, coincidindo com o período aproximado de chegada de Lourenço José Rodrigues ao Brejo da Cabeceira. No final desse período, ocorreu uma grande enchente no rio São Francisco, provocando o que os brejeiros denominam de o período em que o Brejo *embrejou* (verteu mais água que o normal, impossibilitando o plantio das roças). Anos mais tarde, o rio voltou ao fluxo “normal”, ou seja, “vazou”, diminuindo a porção embrejada e as lagoas. O senhor Milão relata outro momento, nos anos 1960, quando o Brejo da Cabeceira do São Gonçalo embrejou. Esse foi um dos motivos que fez seu pai migrar temporariamente para as roças de feijão recém-formadas no município de Irecê. Realmente em 1959, no rio São Francisco, ocorreu uma grande cheia, fazendo seu leito subir mais de 10 metros. No fim dos anos 1970, Antônio Milão, já adulto, lembra que ele mesmo migrou para as roças de Irecê, pois o Brejo havia *embrejado* outra vez. Quando observamos os dados históricos sobre as cheias do São Francisco, vemos que em 1979 houve, outra vez, uma grande enchente nesse rio” (Kluck, 2011, p. 132).

muita água, tinha água nesse brejo. Lagoa de matar peixe em mês de outubro [mês mais seco], traíra e surubim” (Seu Lino, Caroceira, 2013).

Outro senhor, deste mesmo Brejo, também comentou, sobre a pouca quantidade dos engenhos de cana, quando falou sobre a malva e o caroá. Segundo ele,

naquela época em que cheguei aqui, 1955 (eu sou de 1945, cheguei com dez anos) lá no final do Augusto Faustino, lá embaixo, é que tinha engenho. Ia ter outro em Pedrão, e outro só no final da Cabeceira. E outro no São Gonçalo. Quatro engenho... e, no Pedrão, dava rapadura boa, levava cana para fazer cachaça nesses engenhos. [...] Quando chegamos aqui tudo era mais aberto, pro outro lado ali, só criação de gado. Só vivia o meu tio lá, meu pai aqui, roça de vez em quando aparecia, deixava nego aqui com fome. Matava muito bode, aí foi rendendo o povo, rendendo o povo, foi rendendo, rendendo, foi rendendo, trabalhando, o povo trabalhava pouco, não tinha instrução para vender o que você fazia, você fazia uma carga de rapadura e tinha vezes, que ia pro rio e que se não trocasse com um peixe, ou com outra coisa, não rendia dinheiro. (Seu Anjo, Caroceira, 2015)¹³⁵.

Portanto, a produção de cachaça e rapadura tornou-se mais central, nesse eixo do riacho do São Gonçalo, a partir dos anos 1960. Como vimos, já havia uma produção em menor escala, e, em outros Brejos, talvez até produzissem em maior quantidade. Interessa, no entanto, com esse histórico, discutir as formas pelas quais as atividades diversificadas nos Brejos foram se estabelecendo e impondo a reprodução do trabalho durante os diferentes momentos, e isto, compondo o comércio da região.

No caso desta atividade, seu estabelecimento proporcionou o seguinte quadro atual: quase todas as famílias brejeiras, e que agora são para mais de 400, se considerarmos o eixo do riacho São Gonçalo como um todo, “labutam” com roças de cana, fazendo cachaça e/ou rapadura. Todas com processos muito semelhantes, produzindo os solos, e moendo em engenhos, de madeira ou ferro, puxados à boi ou elétrico. A proporção dessa produção, no entanto, depende do tamanho das posses de terras e das possibilidades das famílias.

Todo esse conjunto se relaciona, por fim, com a criação do gado. Afinal, esses posseiros reverterem parte dos recursos para a compra de gado, os quais criam na caatinga, e dele podem usufruir em momentos de maior precisão, tanto de dinheiro quanto de alimentos, utilizando-os assim como poupança. Além da carne, o couro era comercializado. Segundo Seu Milão, o couro

de primeiro tinha preço, pra vender, pra fazer uma broaca, pra arrastar um burraio, [fazer] a roupa do vaqueiro a calça, gibão, pendurálio, cangualia (hoje o vaqueiro compra roupa feita), vendia couro e para achar era difícil. Era só botar pra vender que não tinha mais. As salgadeiras compravam,

¹³⁵ Essa fala é muito importante, pois ressalta como as atividades oscilavam entre a subsistência e a busca por sua venda no mercado. Além disso, aponta para a questão do conhecimento, ao afirmarem que se tivessem mais instrução, informação, venderiam mais seus produtos. Trata-se de um desejo de aperfeiçoamento técnico, algo que Gaudemar (1977) relaciona a mobilização do trabalho.

botava aqui pra salgar e levava pra Barra e Xique-Xique pra vender. O povo atacava: couro do gado, pele do bode, do carneiro, do veado, da cotia, traz? Vendia pra comprar a espoleta e o chumbo, e a pólvora. Hoje faz é jogar fora, nem broaca faz mais. [Hoje] é o saco, eu mesmo tenho só duas bruacas. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010)

Sua opulência no vale do São Francisco no século XVII, deu lugar a uma criação de gado mais regionalizada no século XVIII e XIX, e, como base de uma reprodução regional constituiu, nos dizeres de Lins (1983), uma “civilização do couro”.

No momento da autonomização do catado, passou a compor com ele o leque de produtos comercializados pelo São Francisco. Esse momento coincidiu com sua crise, na qual muitas fazendas foram arrendadas para outras atividades ou mesmo desmembradas e abandonadas. Em alguns casos, os moradores agregados e posseiros vizinhos ficaram com parte das terras e do gado, por compra ou por tomada de posse.

Em Barra, essas fazendas de gado situavam-se nas margens do rio São Francisco e Grande. Entremeados por fazendas de carnaúba e piassava, além de comunidades de beiradeiros e de brejeiros, vinculadas diretamente ou indiretamente. No caso desses povoados brejeiros, a criação do gado era, e ainda é, realizada “na solta” nas terras de uso comum das caatingas e tabuleiros, necessitando colocá-la no brejo, em um pasto específico chamado de “manga”, somente no caso de uma engorda mais acelerada, para moagem de cana, onde o gado é utilizado com maior afinco, puxando as almanjarras do engenho na produção da garapa da cana usada no fabrico da cachaça e rapadura.

Como sua alimentação é realizada praticamente toda na solta, pouco se gasta em sua criação, porém, alguns cuidados são necessários. O primeiro deles, já comentado, é a “engorda na manga”. O segundo é a construção dos “becos” para beberem água (caminhos que ligam a caatinga a um riacho ou lagoa), construídos por duas ou três famílias. Também, há a necessidade de identificação do gado, e, por fim, não menos importante, a disponibilização do sal, segundo alguns, o melhor vaqueiro, pois, em busca dele, o boi volta sozinho ao dono, não sendo necessário pagar ninguém por isso.

Este gado é utilizado para alimentação, retirada do couro, transporte de mercadorias, e nos engenhos de cana. Porém, um caráter associado a sua criação, muito importante para o brejeiro, é o fato de este servir de poupança para momentos difíceis, como secas, baixa produção, compra de terra para filhos, compra de outros instrumentos de trabalho, ou seja, com ele, se consegue, quando da necessidade, um dinheiro rápido.

Como vimos, no processo histórico da territorialização do capital no vale do São Francisco, o gado esteve à frente, chegando alguns a perceberem nisso uma “civilização do couro” ou “rio dos currais”, como comentamos. Os produtos das atividades do

catado eram de certa forma componentes da criação do gado. Estes produtos, inicialmente quase não circulavam como mercadorias, compondo a subsistência dos agricultores e criadores, sendo portanto, os produtores, direta, como agregado ou escravo, ou indiretamente, como posseiros livres, ligados à criação do gado.

O gado era levado por tropas até os destinos, fossem eles as Capitanias Litorâneas ou as do Interior. Porém, com o avanço das forças produtivas e modernização das práticas de criação, mais intensivas, além dos melhoramentos dos transportes, e aumento das áreas de produção com menores custos, o Médio São Francisco começou a viver uma crise da pecuária. No entanto, se para o grande criador, o fim do século XVIII e o século XIX, representou a crise dessa atividade, para os brejeiros e beiradeiros, o gado ainda é central na sua reprodução do trabalho, sendo as soltas, terras de uso comum, muito utilizadas principalmente para essa criação.

As atividades do catado, antes mais vinculadas a essa criação, começaram a ganhar centralidade na prática da produção nos Brejos, impulsionado por uma mudança advinda da crise da pecuária e do perfil do criador, tornando-se cada vez mais interessado no comércio, relacionado aos interesses oriundos de outras regiões em seus produtos, como as Minas Baianas e mesmo à Salvador.

Isso, portanto, coincidia com o início da navegação de grande porte no rio São Francisco, cada vez mais exigida por esses comerciantes-criadores, vindo na comercialização desses gêneros, vantagens não mais obtidas só com o gado. Entre os gêneros destacamos os quais, de certa forma impunham uma dinâmica diferenciada de trabalho e de apropriação da terra nos próprios Brejos: a carnaúba, a malva, o caroá, a piassava, a cana-de-açúcar, além dos produtos de extração e coleta, caça e pesca¹³⁶.

Em um primeiro momento, não havia mercado nacional de terra, sendo a terra um meio para a criação de gado e prática de culturas agrícolas e extrativas. O controle de tais atividades era direta (momento o qual o catado servia mais à região) e indiretamente (quando da extrapolação dessa produção alcançou maiores distâncias e mercados, e as relações passaram a se mediar mais ainda por meios monetários), responsável pela mobilização do trabalho na região. Isso porque, imputava aos posseiros livres pobres, garantidores da subsistência geral, condições precárias à sua reprodução: como solos ruins, ou seja, pouco férteis e distantes dos mercados.

¹³⁶ No entanto, mesmo o couro (tanto o úmido – ou verde, quanto o seco) era uma das mercadorias produzidas no Vale do São Francisco, de grande expressão, nos anos 1940 e 1950, destinadas às capitais. Mas, conforme vimos, não tinham a mesma expressão de antes.

Para o criador de gado, localizado nas melhores terras, com acesso aos melhores pastos, se facilitava, tanto a produção, quanto o transporte, feito agora também pelas barcas, não só do gado vivo, como das carnes e couros. Encontrando a linha férrea em Juazeiro, se chegava rapidamente a Salvador e daí, as grandes cidades litorâneas. Esse foi, ao mesmo tempo, um marco da transformação do catado (mais ligado à pecuária), para o catado autonomizado. Nos dedicaremos a seguir, ao papel dos comerciantes, enquanto poder local, nesse processo de autonomização entre a pecuária e o catado, e como, tal processo corroborou para a profusão tanto das pequenas propriedades familiares, quanto para a posição das grandes.

4.3 A ressignificação do poder local com a ascensão comércio do catado

Neste item, tentaremos aprofundar a análise das relações entre os criadores de gado e os produtores do catado, agregados em suas terras ou posseiros vizinhos, na dinâmica contraditória de constituição, fortalecimento e enfraquecimento do poder local em relação ao reconhecimento e centralização do Estado. Ou seja, os aspectos imbricados ao domínio sobre as relações de produção, incluindo o trabalho e a terra.

Ao observar a centralidade da produção das mercadorias nos Brejos, percebemos o quanto os brejeiros, a cada momento de opulência comercial de determinados produtos, como a malva, o caroá, a carnaúba, a cachaça e rapadura, ditado pelo mercado mais geral (influenciados pela demanda de outras regiões e até do exterior), reorganizavam o trabalho e os espaços da produção nos Brejos.

O sentido da produção de mercadorias era responsável por transformar a dinâmica e a territorialização dos posseiros nos Brejos, mostrando, como o caráter excedente e acessório, componente da reprodução camponesa brejeira, não era tão esporádico. Segundo Freitas (1999), a exploração da carnaúba, por exemplo,

permaneceu na dependência de conjunturas favoráveis, como no caso das duas grandes guerras. Essas atividades baseavam-se no trabalho temporário, coordenado por um capataz administrador, o qual também não tinha qualquer garantia de estar presente no corte seguinte. Todos eram trabalhadores em trânsito, cujos salários variavam de acordo com o rendimento da atividade extrativa. (Freitas, 1999, p. 96-97)

Se o comércio aparecia como algo necessário em diferentes momentos, e a ele se relacionava diretamente a dinâmica do trabalho e da transformação dos espaços e atividades nos Brejos, a produção era pressuposta à comercialização.

As atividades de produção do catado, exigiam relações entre os próprios posseiros, e desses com os “grandes produtores” e criadores de gado, dadas a partir das

condições de produção. No caso particular da relação entre os posseiros, destacamos as forma de ajuda e obrigações, as quais se exigia uma estrutura complexa. Pois, nem todas as famílias tinham os instrumentos e pessoas suficientes para efetivar as atividades, sendo poucos os posseiros, chamados de “mais fortes”, os que tinham essas condições, restando aos “mais fracos”, se submetem ao trabalho na parceria, ajuda (obrigação), ou terem de vender bois, ou parte da terra, para obter os instrumentos necessários a participação da produção daquele opulente produto do momento.

Isso ocorria na produção da malva, caroá, coleta de resina, pequi, mangaba, caça entre outras atividades, pois, se uma dessas atividades exigia maior esforço ou instrumentos e ferramentas, se estabeleciam entre os posseiros, mutirões, troca de dias, parcerias ou trabalho por dia, para realizá-las.

Passaremos agora a desdobrar um pouco essas as relações entre alguns posseiros e, depois, desses com os “grandes” criadores e produtores do catado, em geral comerciantes e políticos (além de donos dos depósitos e armazéns), tentando relacionar com a dinâmica da reprodução do trabalho no Médio São Francisco em função desta produção e comercialização do catado.

Nas entrevistas, os posseiros afirmavam certa preponderância da criação de gado, onde, porém, poucas as famílias tomavam posse de maiores frações de terra. Alguns desses posseiros, geralmente com mais recursos, centralizavam entorno deles as relações de trabalho, principalmente em função das condições comentadas acima.

As famílias com menos recursos, posseiros vizinhos ou agregados, viviam praticamente só da produção de pequenas roças, quase todas só para “consumo próprio” da família. Vendiam ou disponibilizavam aos vizinhos somente o excedente a esse uso. Caso não fossem “donos” da terra, prestavam ainda alguns serviços (conforme o solicitado por seu dono), justamente por ser morador/vizinho, na forma de *obrigação* ou ajuda. Segundo Seu Tercílio, só não pagavam por seu uso “se o terreno fosse dele [próprio]. Se não fosse dele dava qualquer agrado, uma farinha, uma rapadura” (Seu Tercílio, Barbosa, 2013).

Na Caroeira, Seu Lino comentou: “antes criava gado aqui mesmo dentro do brejo. No Ciriáco e em meu avô o gado se mantia no brejo na seca. [E só tinha] **rocinha miudinha** e o lugar da casa. Aí foi aumentando, aumentando os morador daqui pra lá” (Seu Lino, Caroeira, 2013).

A produção originada dessas **rocinhas miudinhas** (abóbora, batata, milho, hortaliças, etc.) eles usavam para se alimentar. E, a maior parte da coleta ou extração,

como a lenha, a resina, o mel, o coco, entre outros, vendiam junto com a farinha. Ou seja, vendiam pouco ou quase nada do produzido nas roças, sendo essas utilizadas para a alimentação básica familiar, e os produtos derivados da extração e coleta, utilizavam, como dizem, para **recursar**, ou, mais precisamente, conseguir dinheiro para comprar um gado, o sal, a munição, a querosene ou as roupas (coisas por eles não produzidas).

O longo relato abaixo, retirado da entrevista com Seu Lino, mostra, em parte, como era a reprodução do trabalho naquele momento:

Moço, quando começou [antigamente] era obrigado a ajudá uns aos outros. Trabalhava hoje pra mim e amanhã eu ia trabalhar pra você. Era na obrigação: pra derrubar uma mata, pra derrubar terreno e plantar cana. Foi começado a jogar na enxada [se referindo ao terreno do alto que foi arrastado para o brejo] fazendo aquele monte. Esse Marcão [morador antigo], o povo pagava ele caro pra tombar essa terra pra fazer cinco ou seis carrera de cana na beira do brejo. [Marcão] que era meio fraquinho [de posses], ganhava esse dinheiro dos mais ricos, tombava muita terra. Agora já tá tudo feito, aí foi melhorando, melhorando, deu pra comprar uns bezerrinhos. Depois com o couro do boi ficou mais fácil arrastar a terra: o brejo aqui foi aterrado daquele jeito [com ajuda do couro de boi, puxado por outros bois], não teve trator, não teve maquinário, não teve nada. (Seu Lino, Caroceira, 2013)

E, sobre a desigualdade evidenciada tratada como diferença entre o “fraco” e o “forte”, afirmou:

uns não começam mais ricos e outros mais fraquinhos em todo canto? De primeiro, tinha aqueles cabeçudos, como o Ciriáco, que era fazendeiro. O povo foi ajudado tudo por eles, chegava lá pagava um dia de serviço, pra puxar a rocinha, dava um dinheirinho; descascava um buriti, se mantendo pra viver. Era só a obrigação: os morador ajudando uns aos outros que chegou, quando nós chegamos aqui, que meu pai comprou esse terreno, só tinha os Ciriáco, e, um lá de baixo eles ajudavam muito nós aqui... oxe! Ajudavam com o feijão, com o arroz, com a rapadura (que só fomos ter depois de um ano); ajudava ele no trabalho. Muito bem, era desse jeito: se ele dava um litro de feijão, um litro de farinha, uma galinha, a rapadura, outra hora você ia lá e dava ajuda no serviço dele, e, ainda hoje tá assim. Se não fosse a união aqui nós não morava sem cerca no meio, e, você, quase não tá vendo, por que todo mundo é unido. (Seu Lino, Caroceira, 2013)

Isso é muito importante, pois mostra como a reprodução do trabalho depende da extrapolação dos limites da unidade familiar. O parentesco e a vizinhança entram também como componentes centrais de sua composição, assim como, o trabalho acessório e, mais atualmente, as ações estatais. Isso revela, a posição alcançada pelo trabalho, dinheiro, necessidade e consumo como centralidade da reprodução, obscurecendo, no entanto, o fato de serem mediações não naturais, mas, sim, componentes de todo um jogo de poder e de violência, própria da forma social moderna. Pois, os que se negavam a ajudar, não eram bem vistos e até repreendidos, por quem solicitou sem ser atendido.

Já em relação ao Brejo do Saco, outro morador relatou, sobre o trabalho naquele momento (anos 1950): “Germano trabalhava bem, comprou um pedacinho da terra de

Manuel Antônio e esse lhe deu mais umas braças de terra. Aqui se trabalhava na meia: você tem um terreno, e eu não tenho, aí, eu queria fazer um plantio de cana e não tinha um terreno próprio, aí eu chegava pra você e falava se não tinha um quadro de terra para eu plantar” (Seu Hermes, Saco, 2013). E, por fim, no Brejo do Barbosa:

todo mundo ajudava. Quando eu nasci meu pai não tinha engenho, moía no engenho dos outros, aí fomos caprichando, plantando a cana. Até que meu pai foi na Umburana e matou um garrote para um moço pra ele dar um “engenho na canga” (fazer só do jeito de enfiar os bois). [Antes disso] pagava com a própria produção: rapadura, mandioca, não tinha cachaça. Depois, um botou no São Gonçalo, eu já grande, aí espalhou. Pegava a cana e ia moer no engenho do outro. Deixava a rapadura, na quinta. “Quanto é a comissão do engenho?” É tanto! “Conforme o trabalho da gente”. (Seu Tercílio, Barbosa, 2013)

Como ele relata, antes não havia engenho de cana no Brejo da Caroeira, só no Brejo do São Gonçalo. Então o gado podia circular mais pela área embrejada, mas depois, começaram a modificar sua produção, produzir o próprio solo para plantar a cana, e assim o boi foi impedido de circular nessas áreas, ficando a maior parte do ano na caatinga¹³⁷. Deixemos seu Lino nos dizer como essa foi uma das mais importantes inovações daquele momento, transformando a dinâmica de forma bastante profunda, tanto na apropriação da terra, quanto na relação com o mercado:

Antes criava gado aqui mesmo dentro do brejo. No Ciriáco e em meu avô, o gado se mantia no brejo na seca, nem sabia fazer a cachaça, aprendemos com Martin Rico. Tinha que derrubar a mata [caatinga], preparar o terreno. A mata encontrava com o brejo, arrancamos para fazer a casa, tudo foi nós que fizemos, fomos trabalhando, fazendo a terra para trabalhar [...]. Pois é, para nós come era da roça e do mato, e do Icatú, era café e munição. [...] Quando foi aumentando as roças nesses terrenões, aí foram botando engenho [...] pra moer a cana e botar no Catu [...]. Aí foi esses morador se levantando. Primeiro, os Custódios, que o gado era pouco, [mas] seu avô tinha muito bezerro. O Ciriáco também tinha muito gado, hoje tem pouco, uns tem um ou dois, mais dono de que gado. Agora, nós planta a cana aí [apontando a porção embrejada], de primeiro a caninha só dava pra comê, lambê, ninguém enchia a barriga não, comia o cervo, a cutia. Ia comê, ó a barrigona, sem comprá, comendo do mato. (Seu Lino, Caroeira, 2013)

No item anterior, comentamos esse processo de “produção do solo”, retomado aqui apenas para fortalecer o argumento da transformação do espaço de produção em relação a dinâmica de mercado. Antes da opulência da cana, os brejeiros deste eixo, se dedicavam principalmente a extração, caça e pesca. Conforme seu Tercílio, “aqui nós, eu e os outros fomos criados e criamos os filhos fazendo feira lá [em Ibiraba ou Icatu]. Lá vendia a laranja, a rapadura, vendia a cachaça, o mel, a resina, toda segunda-feira. Lá nós levava e lá nós comprava as coisinha” (Seu Tercílio, Barbosa, 2013).

¹³⁷ Nos meses de outubro o gado é trazido para áreas que chamam de mangas, nas porções embrejadas, para ter uma alimentação mais intensiva, ou é levado ao São Francisco, para os pastos.

Com isso concordava Seu Lino, para o qual, naquela época os produtos de extração predominavam entre os mais vendidos, aparecendo, no entanto, alguns engenhos de cana-de-açúcar recém-instalados. Para comprar roupa vendia laranja, rapadura, resina, mel em Ibiraba e Xique-Xique: “ia de pacote, canoa e depois barco a motor; na beira do rio deixava os animais, pagava para alimentá-los. Pagava todo ano o imposto do engenho pra rodar aí, pra botar carga no Catú [Ibiraba]. [Se não pagasse] Não vendia não, nem arroz, nem cera de abelha, nem o mel, já pagava aquele lugar pra botar as bruacas, e para os engenhos” (Seu Lino, Caroceira, 2013).

O transporte da produção não era fácil. Os caminhos eram bastante difíceis de serem percorridos, levando dias para tal empreitada. Com caravanas de mulas, jumentos, cavalos e bois carregavam as bruacas e cestos cheios de rapadura, farinha, resinas, mel, além de muitos outros produtos, até chegar às margens do São Francisco, no povoado de Icatú [atual Ibiraba], para Barra, ou em muitos casos seguiam em pacotes ou ajoujos para Xique-Xique. Conforme nos disse Seu Milão,

caminhava toda feira para Xique-Xique, pra dar de comer a estes filhos. Carga de cachaça, carga de rapadura, carga de pequi [...] de pé daqui lá para Ibiraba pra pegar a canoa... gás [querosene], isqueiro [...]. Ia pra feira [Icatu], na segunda, a gente saía dois dias antes, também era feirão, chegava lá o povo comprava rapadura, coco, laranja, comprava de tudo, o que você levasse: a resina, trazia o feijão, a carne, café de caroço. [...] Deus há de abençoar pra não chegar mais aquele tempo. No Icatu vinha o povo de Xique-Xique e tacava o trem nas canoas pra levar, foi melhorando, pois, vinham comprar os trem nosso aí no Icatu. (Seu Milão, C. do São Gonçalo, 2010)

Dessa produção, portanto, nem tudo era vendido aos donos dos depósitos e armazéns, parte se comercializava nas feiras, pagando-se para isso o imposto ao Estado, e daí, tanto os produtos destinados aos armazéns, quanto às feiras e mercados, além de abastecer as próprias cidades, eram encaminhadas por barcas e vapores para Juazeiro e depois por trem, gado ou caminhões para Salvador¹³⁸.

A produção dessas mercadorias tinham um sentido: eram a garantia do recurso. Peles e couros, resinas e mel, frutas e doces, são também alguns deles, assim como, a malva, o caroá, e em alguns brejos, a carnaúba.

Os produtos do catado eram para o comércio, e, os da agricultura, para o consumo (reprodução da subsistência). Isso foi muito ressaltado por moradores dos Brejos. Também Mello (1989), havia percebido isso em sua pesquisa:

¹³⁸ Conforme Mello (1989), “os produtos do catado proporcionaram uma relação de trocas muito mais estreitas entre litoral e sertão gerando uma produção incluída na pauta de exportação do Estado. Foi fator de enriquecimento de pequenos comerciantes, propiciando uma nova fase de mobilidade social na região” (Mello, 1989, p. 51).

a agricultura, com exceção do algodão, era estritamente para subsistência e constituía-se em atividade básica dos pequenos produtores. Cultivava o feijão, a mandioca, o milho, a abóbora e algumas frutas: melancia, manga, abacate, banana etc. A mandioca era o cultivo mais comum, pois, além da facilidade da sua cultura, entrava como elemento básico na alimentação da população após sua transformação em farinha. Estes produtos agrícolas abasteciam também as fazendas ou na forma de compra pelo grande proprietário, ou como pagamento dos contratos de renda. (Mello, 1989, p. 55)

Nem por isso, estamos afirmando a existência de duas totalidades imperando na reprodução brejeira, mas, uma indissociabilidade de relações que particularizam a reprodução total, a territorialização do capital.

Pierson (1972) pensando nas relações de dívida, entre os posseiros e os “grandes proprietários” retomou a ideia dos “donos do São Francisco”, para falar do poder local em constituição, tendo como marca a violência. As disputas políticas eram em geral resolvidas com a eliminação, ou expulsão do derrotado.

Entre essas gentes, igualmente, parece que os tipos de governo – municipal, estadual e nacional – tendem a ser identificados com determinado indivíduo, considerado o “dono” da área em causa. [...] A concepção mais generalizada na região a respeito do governo, contudo [...] traduz uma relação paternalista entre governantes e governados [...]. (Pierson, 1972, tomo III, p. 249-250)

Também, ainda no bojo dessa reprodução do poder, ele amplia a noção de obrigação, que destacamos acima, quando a relaciona diretamente aos serviços que o agregado ou posseiro vizinho deveria prestar o favorecido:

a obrigação pode mesmo incluir – como em numerosos casos realmente incluía a participação em ataques armados sobre povoados ou a vingança ‘no silêncio da tocaia’, como se diz [...]. A criação de Terços das Ordenanças, ou milícia, nas áreas em questão, tendeu a ampliar a importância desses já poderosos líderes [...]. Durante longo tempo, as antigas obrigações do ‘protegido’ foram substituídas pela obrigação invariável de acompanhar o fazendeiro nas suas convicções e ação política e, em especial, votar com ele nas eleições. (Pierson, 1972, tomo III, p. 254)

Neves (2008), por outro lado, percebe a existência de muitos posseiros autônomos no São Francisco, mantendo poucas relações com o poder local:

o trabalho familiar autônomo foi uma das mais frequentes formas de produção alto-sertanejas desde o início da ocupação territorial. Essa frequência aumentou ao longo dos séculos XIX e XX, na proporção em que se fracionavam as unidades produtoras, de modo que definiu para a região um perfil minifundiário. Médios e pequenos proprietários de terras cultivavam lavouras e mantinham criatórios apenas com o trabalho das próprias famílias. Uns empregavam também mão de obra escrava e, em alguns casos, de diárias. Outros complementavam a subsistência com a venda da própria força de trabalho. (Neves, 2008, p. 265)

Contudo, ele mesmo reconhece, quase por acaso, o quanto as relações com o poder local não eram incomuns, desviando sua própria noção de autonomia. Deixando de lado o caráter pressuposto da violência, significando disponibilizar ao outro a sua força de trabalho, entendia: “apesar das variações de forma que assume a venda do trabalho”, o “seu significado parece ser o mesmo”, o de viabilizar a reprodução dos

pressupostos da produção no nível da unidade familiar e de permitir “que o grupo subsista e se reproduza”, num processo em que “a produção na unidade e a venda do trabalho se complementam”, enquanto “modos de reproduzir a família” (Neves, 2008, p. 265-266). E, mais adiante, problematizando o caráter da meação (parceria), afirmou:

dedicavam-se à meação despossuídos de terras e pequenos proprietários que não dispunham de recursos para o cultivo de suas próprias glebas. A meação e o trabalho familiar autônomo se consolidaram e reafirmaram a estrutura produtiva monocultora, na proporção em que a região se minifundizava. [...] Alguns dos pequenos proprietários ao se pauperizarem, passariam a condição de meeiros, por falta da capacidade gerencial ou de recursos financeiros para cultivar a terra herdada [...]. Os meeiros, agregados ou residentes em suas próprias terras, buscam o sustento familiar, no fornecimento semanal do patrão, feito da sua despesa, em créditos nos armazéns, ou em moeda corrente, para compra nas feiras livres. No trabalho do meeiro, predomina a atividade familiar, com raridade comportando serviço de terceiros. E sua produção quando comercializada com a intermediação patronal, não lhe permite ir além da subsistência. (Neves, 2008, p. 294-295)

Portanto, a tal autonomia se desfaz, quando não a positivamos. Entretanto, só no fim de sua análise reconhece, a existência de relações mais amplas entre os posseiros e os produtores e comerciantes mais influentes do local, deixando de lado, o caráter empreendedor, ou a falta dele, como centralidade do início de sua explicação, sobre o porquê de alguns posseiros se tornarem “mais fracos”, comparados à outros –ou, o porquê necessitavam efetivar a parceria.

Conforme os relatos dos entrevistados, nos Brejos e em Barra, os donos dos armazéns e depósitos, para os quais se destinavam essa produção, eram também integrantes dessa parcela da população entendidas por “donos”, coronéis, juizes entre outras denominações, os destacando do restante da população.

Portanto, além da produção, pelas quais controlavam o trabalho de alguns brejeiros (por vezes aí se assalariando ou trabalhando por dia), controlavam também os armazéns e o comércio de alguns desses produtos, impondo seus preços.

Em Barra alguns elos se juntam: os detentores da patente da Guarda Nacional, em geral tinham posses de terras declaradas nos registros paroquiais, e assim controlavam de certa forma parte do trabalho envolto na criação do gado e na produção do catado. A presença dessas famílias da cidade de Barra, no controle das terras e da produção de alguns produtos do catado (entre eles a carnaúba e o caroá), e, no poder público era assim notória¹³⁹. Isso reforça a ideia das atividades subsidiárias serem

¹³⁹ Nos registros eclesiais constam, por exemplo, dados sobre a família Mariani, como detentoras de registro de grandes posses de terras nos Brejos da Barra (algumas com cerca de 3 léguas quadradas) (ver Tombo da Casa da Torre [1815-1839] e [1812-1855]. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais – Caixas 4636 e 4637 do Arquivo Público do Estado da Bahia; Kluck, 2011). Ao mesmo tempo, conforme o documento do Arquivo Público do Estado da Bahia (Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais – Caixa

tornadas centrais às comunidades, conforme o estabelecimento das relações com o poder local (controladores dos preços das mercadorias e do trabalho), e, junto a isso, das relações com o Estado cobrador dos impostos. Estas dilapidações faziam a remuneração do trabalho, conforme destacou Neves (2008) acima, num lapso de sua apologia do autônomo, ser bem baixa.

Em uma síntese muito importante, Mello (1989) mostra como esses lavradores, por todos esses meios, estavam conectados ao restante da Bahia:

a atividade comercial perpassou as relações sociais. Os pequenos agricultores, sejam proprietários agregados (parceiros e arrendatários) ou posseiros, não prescindiam do comércio enquanto fonte complementar à sua subsistência que muitas vezes foi fator de remediação da sua condição social. Os grandes pecuaristas associavam e era a regra a essa condição a de grandes comerciantes locais, exclusivos e terminais da rede de intermediação interna a cada município. [...] o acesso a terra era um instrumento de captação de mão-de-obra para a manutenção da grande fazenda e também uma forma de sustentação política. (Mello, 1989, p. 52-55)

Portanto, as relações impulsionadoras da produção regional, mediadas pela força e pelo poder, se utilizavam da terra, não como mercadoria, mas como o meio pelo qual se impunha a produção de mercadorias. Não havia mercado de terras consolidado, mas havia o “cercamento” dos melhores solos e dominação do trabalho através da coerção e do preço dos produtos. Posto territorialmente, o capital, em sua forma não autonomizada, a depender da dinâmica da reprodução do mercado ou, conforme as conexões com o mercado são dificultadas ou facilitadas, avança ou recua, em direção a autonomização.

4.4 Aspectos centrais da transformação qualitativa do poder local

Neste último item do capítulo, abordaremos o momento de uma mudança qualitativa nas relações de poder no tocante ao Médio São Francisco. Essas, conforme vimos inicialmente, se balizavam na pecuária territorializada (dinâmica não pouco violenta) não autonomizada do catado, passam por transformações importantes, com o aumento da comercialização dos produtos deste último a partir da ampliação e da navegação no São Francisco.

3516) relativo as matrículas da Guarda Nacional de Barra, figuram os sobrenomes Mariani, relacionados também aos Brejos. Também, aparece o nome de Pedro Mariani Jr. da cidade de Barra no CPDOC: “Pedro Mariani Júnior nasceu na cidade de Barra do Rio Grande (BA) em 22 de janeiro de 1855, filho de Pedro Mariani e de Antônia Wanderley Mariani, irmã do barão de Cotegipe. Após concluir os estudos de humanidades em Salvador, seguiu para São Paulo e ingressou na Faculdade de Direito, onde recebeu o título de bacharel em 30 de outubro de 1878. Em 1880 foi nomeado juiz municipal de Barra do Rio Grande e exerceu o cargo até 1886 [...]” (CPDOC, 2016). Por fim, os brejeiros relatam os armazéns dos Marianis, ao qual vendiam suas produções, revendendo-as para mercadores que os levavam à Salvador.

No Médio São Francisco, naquele momento, se destacavam alguns “personagens”, detentores do poder de violência na região. Entre eles Militão Plácido de França Antunes, Bernardo Guerreiro e Franklin Lins Albuquerque. Segundo Lins (1983), Militão Plácido de França Antunes “viveu os primórdios das embarcações no São Francisco, recém-saídos daquele afamado isolamento. Com seus jagunços ao lado, sempre impunha sua ordem. Detentor de terras em Pilão Arcado era tratado de ‘rei do caroá’” (Lins, 1983, p. 44). E, levava a sua ideia de justiça até as últimas consequências, sendo reconhecido e criticado.

O mesmo autor, narra ainda, trechos da história de Militão, mostrando o quão violento poderia ser o mando de um patriarca,

que povoou de cruzeiros os caminhos da ribeira e das caatingas do São Francisco [...]. Herdeiro de uma terrível predestinação de luta e mando e havendo aprendido a odiar os portugueses, desde que se fizera em armas para combatê-los no Recôncavo, o senhor do Caroá não podia ver com bons olhos a menor intromissão de adventícios de tal origem na vida regional. [...] [era] da fazenda Caroá, na margem esquerda do rio [São Francisco] [que] Militão distribuía suas ordens para Pilão Arcado, Xique-Xique e Sento-Sé. (Lins, 1983, p. 44-45)

No auge de seus mandos Militão foi surpreendido com a chegada, justamente em Pilão Arcado, um dos seus redutos, de um comerciante português, chamado Bernardo Guerreiro. Este logo instituiu família e começou a crescer nos negócios, causando desavenças na referida localidade. Aproximando-se das famílias mais influentes do Médio São Francisco na época, como os Marianis em Barra, Bernardo Guerreiro, se tornou cada vez mais, uma ameaça ao poderio de Militão.

Este por sua vez, continuava os seus mandos e desmandos. Um episódio, em particular (mas, relacionado, depois, a um processo mais amplo) mostra parte do jogo de forças nesta região do sertão. Após flagrar Pedro Costa, um professor leigo da fazenda Caroá, flertando com sua esposa, Militão saiu em caçada deste, com seus jagunços, e o cercou nas vizinhanças de Xique-Xique. Mesmo com todas as súplicas de padres e da família do amante, ou mesmo dos outros chefes locais de municípios vizinhos, Militão executou o indivíduo na Ilha do Miradouro, no São Francisco. A descrição desse fato por Wilson Lins impressiona pela vivacidade:

Transportaram para ilha vários tonéis de bom vinho, mataram vitelas e carneiro para o farto almoço, que se realizou à sombra das velhas árvores insulares. Entre as alegrias dos convivas, castraram o conquistador, depois cortaram-lhe a língua e arrancaram-lhe as pernas e os braços. Feito o serviço, ordenaram aos moradores da ilha que não se aproximassem do mutilado, pois queriam que os urubus concluíssem sossegados, o trabalho por eles iniciado. Ameaçando igual tratamento a quem ousasse prestar socorro à vítima, partiram para Caroá levando como troféus a língua e os órgãos genitais de Pedro Costa. (Lins, (1983, p. 44-45)

Se indignando com o caso, muitos no Vale, se opuseram à sua ascensão a recém-criada Guarda Nacional. Isso gerou um grande desconforto nas relações de poder, já desequilibradas, pois, foram indicados para essa Guarda, justamente os Marianis da Barra, os Castelos de Pilão Arcado, os Nunes de Sento-Sé, e Bernardo Guerreiro (inimigo de Militão). Segundo Lins (1983), ser da Guarda Nacional era uma honra almejada, pois, era a legitimação do poder político e social, reconhecido pelo Estado. Isso teria levado Militão, segundo o autor, ao assalto a Pilão Arcado, iniciando a guerra entre os França Antunes (aliados de Militão) e os Guerreiros, na região. Após batalhas sangrentas, Militão saiu vitorioso, expulsando e matando os Guerreiros.

Tudo isso se relaciona a dois aspectos já comentados: primeiro, o aumento das relações comerciais, inclusive com novos produtos, proporcionou o aumento da concorrência, por terra e pelo controle do trabalho, além dos preços, resultando em disputas extraeconômicas pelo poder. Em segundo lugar, tais disputas, abriam um novo flanco, relacionado à política do Estado em transformação e a institucionalização, como vimos no caso da patente da Guarda Nacional, que legitimava esse poder extraeconômico. Para o autor,

o gênio bárbaro, triunfou sobre os esqueletos dos seus inimigos, implantando a tiros de bacamarte e patas de cavalo a sua ditadura rural, onde a ausência de autoridade do Estado era o principal fator de todas as desordens. [Ele] não representa apenas uma família que quis impor-se como senhora da terra de ninguém. Antes de tudo, ele foi uma consequência de um estado de espírito oriundo do isolamento do homem no deserto dominador. Por isso, ao invés de bandido ele foi herói, e os crimes que praticou o foram em nome da ambiência moral em que a sua mentalidade foi formada. [...] não foi um malfeitor. Ele encarna em si todas as qualidades e vícios da malsinada estirpe de chefes rurais. (Lins, 1983, p. 53)

Em ordem de importância, segundo Lins (1983), na região se reconhecia o Imperador, depois, o presidente da Província e logo Militão. Tanto que, apesar de todo o ocorrido este fora designado a comendador da Ordem da Rosa (condecoração dada pelo Imperador), após ter sido inocentado das mortes de Pedro Costa e dos Guerreiros. No entanto, as coisas logo mudariam, pois, nesse momento, “em que Militão fazia suas tropelias em Pilão Arcado e Sento-Sé, o mundo vivia sob o impulso renovador das ideias liberais, e ele não sabia” (Lins, 1983, p. 54).

A implantação da República coincidiu com o aumento da navegação fluvial no São Francisco e, a difusão das atividades comerciais, entre elas, a borracha da maniçoba, cera de carnaúba e mesmo caroá, fez muitas famílias nordestinas, buscarem novas oportunidades no Vale do Rio São Francisco, chegando a essas terras de seu Médio e Baixo Médio curso, ou se direcionando e ampliando a pecuária, para outros

ramos e produtos. No auge da produção do caroá, por exemplo, até mesmo ingleses ficaram interessados em adquirir uma porção de terra às margens do São Francisco em seu médio curso para este fim. Os intermediadores foram os coronéis locais, e o próprio Estado relatando as benéfices dessa terra (anexo 5).

É deste momento a chegada de Franklin Lins Albuquerque ao vale do São Francisco. Vindo do Rio Grande do Norte, com seus pais comerciantes, se instalou inicialmente em Sento-Sé e depois em Pilão Arcado, onde rapidamente se transformou em um dos maiores detentores de carnaubais, maniçobais e plantações de algodão da região, além de armazéns, depósitos e barcas. Os recursos oriundos do comércio, investia em gado, caroá, carnaúba e também na política, comprando em 1907, uma patente da Guarda Nacional, o colocando entre os mais afamados coronéis da região.

Esse era o contexto do aumento da navegação no São Francisco, no qual o comércio do catado ganhava centralidade e dimensão destinando-se a

exportação por uma rede de agentes que incluía desde o lavrador, o tropeiro, o pequeno comerciante da bodega, o grande comerciante dono de armazém passando por pequenos e grandes barqueiros, até as casas exportadoras de Juazeiro (e de lá, por via férrea à Salvador). Tinham como contrapartida os produtos industrializados que num fluxo contrário passava pela mesma cadeia de intermediação. A relação final deste circuito podia se dar em dois níveis: direto, quando o exportador financiava o comprador incluindo o frete, ou indireto quando o dono da barca era quem comprava do comerciante local por conta própria e negociava com os exportadores. (Mello, 1989, p. 72)

No São Francisco, nos anos 1940 a Viação Bahiana do São Francisco (com ramos estendidos até Minas Gerais), organizava os portos de embarque e desembarque de mercadorias (do catado e industrializadas) e passageiros da seguinte forma: uma linha troco, ligava Juazeiro (BA) à Pirapora (MG), através do rio São Francisco. E quatro menores, no baixo São Francisco (no próprio rio São Francisco), no rio Grande, no rio Preto e no rio Corrente. Vimos mais acima como a produção brejeira seguia quase toda para o Icatu (atual Ibiraba), e de lá era colocada em barcas, ajoujos, paquetes ou canoas, encaminhadas à Xique-Xique, e outras cidades e povoados da beira do rio, incluindo Barra. Às vezes os brejeiros atravessavam, tendo que pagar as barcas, outras vezes, eram os compradores que os buscavam no Icatu (mapas 8 e 9)¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Mello (1989) detalha, mais meandros dessa relação: “o circuito predominantemente abastecedor complementava a subsistência e era feito pelos paquetes nos pequenos portos com um pequeno volume de mercadorias (produção excedente da agricultura alimentar trocada por rapadura, aguardente e produtos industrializados) através de uma rede de intermediação e trocas mais complexas: produtores, bodegueiros, paqueteiros e tropeiros, tanto podem estabelecer relações diretas entre si, como serem apenas um ponto na cadeia de intermediação. [...] elementos como o adiantamento em dinheiro e/ou mercadorias, a obrigatoriedade de negociar no armazém do coronel, e o preço estabelecido por aquele que financiava o negócio. Tinha-se, portanto, uma relação de dependência e subordinação dos agentes do segundo circuito para com os grandes comerciantes/chefes políticos” (Mello, 1989, pp. 79-80).

Mapa 08 - Vale do São Francisco: navegação e ferrovias em fins do século XIX e meados do XX

Principais portos da navegação no vale do São Francisco

Linha Tronco

01. Juazeiro	16. Sítio do Mato
02. Sobrado	17. Lapa
03. Casa Nova	18. Carinhanha
04. Sento Sé	19. Malhada
05. Oliveira	20. Manga
06. Remanso	21. Matias Cardoso
07. Pilão Arcado	22. Itacarambi
08. Xique-Xique	23. Januária
09. Ibiraba (Icatu)	24. P. de Maria da Cruz
10. Barra	25. São Francisco
11. Morpará	26. São Romão
12. Boa Vista	27. Ibiaí
13. Ibotirama	28. Guaicuí
14. Paratinga	29. Pirapora
15. Gameleira	

Baixo São Francisco

01. Curaçá
02. Boa Vista
Rio Grande
01. Barreiras
02. Santa Luzia
03. Nupeba
04. Taguá
05. Jupaguá
06. Boqueirão
Rio Preto
01. Itajuí
02. Ibiapatuba

Rio Corrente

01. Porto Novo
02. Santa Maria
03. Correntina

- Rios
- ++++ Ferrovias
- Capitais
- Estados: divisão atual
- Brejos da Barra

Mapa 09 - Vale do São Francisco: o gado, o catado e as praças comerciais em fins do século XIX e meados do XX

LEGENDA

Fazendas de gado	Principais capitais de referência
Produção do catado	Algumas praças comerciais
Produção de diamantes	Brejos da Barra
Direções da produção do catado	Estados: divisão atual
Mercadorias industrializadas	Rios e riachos
	Ferrovias

No mapa acima mostramos a rede comercial estabelecida através da navegação e das ferrovias. As viagens no São Francisco eram responsáveis pela dinâmica das mercadorias do catado e as produzidas de forma industrial em outros lugares fora do Vale do São Francisco.

O catado tornava-se assim cada vez mais autonomizado da criação de gado, e, apesar de partilhar de uma área geral, territorialmente comum, ambas já não compunham mais a dinâmica não autonomizada anterior. Nesta autonomização, o coronel, personificação do poder do comercial, também ainda o principal detentor do domínio sobre o trabalho (a partir da produção de mercadorias do catado, por ele comercializada), se transformou junto com os posseiros. Conforme aumentava a demanda por mercadorias produzidas na região, aumentavam as exigências dos coronéis por melhorias nos transportes e medidas mais brandas em relação aos impostos da Associação Comercial e Presidente da Província (anexo 6).

Por outro lado, o Estado, iniciava um processo de maior controle sobre a ocupação da terra, com constantes leis de terra, visando o atendimento de suas necessidades financeiras e demandas por terras ocupadas por posseiros.

Fosse por meio da navegação, ou por ferrovias recém-implantadas, o Vale do São Francisco participava intensamente da reprodução geral do capital aí territorializado qualitativamente de forma particular, “reunindo” nessa dinâmica, posseiros, produtores, comerciantes, fazendeiros, empresas de navegação e o Estado. E, ao mesmo tempo, nesse momento, uma inflexão em direção a autonomização entre eles estava sendo posta no próprio processo de generalização da produção e comercialização de mercadorias da região e transformações de ordem mais gerais sobre a terra e o trabalho.

Conforme Freitas (1999), o domínio sobre as relações de produção estava para além da terra como propriedade:

a condição de proprietário de terra, apesar do valor real e simbólico, ocupava uma posição secundária na formação de riqueza. A maioria dos grandes proprietários foram também os comerciantes mais importantes da região, associados ou não a empresas comerciais de Salvador ou outra capital, tendo sido as atividades comerciais associadas à pecuária extensiva as responsáveis pelo enriquecimento da elite regional. (Freitas, 1999, p. 95)

Portanto, o catado tinha o caráter de subsistência, e, ao mesmo tempo, conformava as redes de comércio, impulsionando essas relações com o poder local. Este poder local, por sua vez, vinculava-se a um mercado além região, submetendo-se aos seus desígnios, no momento da troca.

Tais formas se desdobravam em violência extraeconômica, representada no chefe local, e numa violência do dinheiro, impostas desde a Colônia, como forma das relações mediadas em formação, nas quais o caráter da dominação se completava com o poder sobre terra e o trabalho, postos nas relações de meação e favor, trabalho acessório e a obrigação, relações em territorialização, onde a autonomização entre violência econômica e extraeconômica não estava posta.

Em Barra, Xique-Xique e no distrito de Icatu (atual Ibiraba) pertencente à Barra, se concentravam, desde o final do século XIX (e ainda se concentram), as feiras e armazéns, onde os brejeiros compravam coisas como querosene, fósforo, pólvora, armas, e por vezes sal, algumas roupas e utensílios. Eram para esses locais, inicialmente (até a década de 1950) levadas em caravanas de mulas e jumentos, principalmente frutas (como coco, manga, laranja e banana), resinas, cordas, legumes, para vender – pois, nesse momento, ainda não havia uma produção expressiva de cachaça, rapadura e farinha de mandioca, expressiva como hoje (algo central, só em meados dos anos 1960).

Moço, vendia à dinheiro. Plantava arroz, mandioca, quando dava para vender, saía para vender, para ter o dinheiro, para recursar. Pra comprar as coisas que não tinha: o sal, muitas vezes não tinha a farinha, vendia uma coisa para comprar outra. (Seu Tercílio, Barbosa, 2013)

Ao colocar esses produtos no mercado pagavam impostos, além do aluguel, próximo à cidade, de pastos para os jumentos e mulas. Destacamos também, como em Barra, algumas famílias de comerciantes requeriam posses de terras nos Brejos e na beira do rio São Francisco, estabelecendo relações “favores”, trabalho por dia e até assalariamento na criação de gado, extração de cera da carnaúba e fibra do caroá, entre outros, do catado. Segundo Pierson (1972, tomo II), a obrigação do serviço e o pedido de permissão para trabalhar para outro eram uma das facetas do domínio das relações por parte do posseiro ou agregado ao fazendeiro.

Esse domínio sobre as relações de trabalho na produção de mercadorias tinha na terra um elemento importante, apesar de não constituir ainda um mercado nacional:

a terra, apesar de ‘livre’, tinha dono, e todos sabiam e respeitavam. Os seus ‘senhores’, contemporaneamente indicados como ‘coronéis’, construíram e demarcaram um conjunto de relações que os tornaram proprietários do público e do privado, encarados como um conjunto, administrados como se assim fosse. A lei, a ordem, a justiça, os costumes sociais, a vida econômica, o mundo da política e o cotidiano das pessoas passavam sempre pelas mãos desses potentados, elaboradores e controladores internos e externos do que poderíamos chamar de poder local. (Freitas, 1999, p. 61)

Ao considerar esse conjunto, como marca territorial, entendemos os elementos relacionados mutuamente, configurando um poder sobre o trabalho na região: “Na primeira década, o poder político estava definido territorialmente pelas famílias

tradicionais, a partir da propriedade da terra. Estas famílias donas das terras e de gado ocupavam também os cargos políticos municipais” (Mello, 1989, p. 61).

No entanto, essa maior e mais violenta contenda, entre os chefes locais da região e os recém chegados, se relaciona aos diferentes fatores: advento da República, modernização dos meios de transporte, aumento da urbanização, entre outras. Nesse sentido, se observa a passagem de um mandonismo local, patriarcal, para outro, coronelístico, apesar de, por algumas características, ser bem difícil distingui-los.

Uma tensão com a centralidade estatal, estava se constituindo em âmbito do Estado, gerada também, por disputas políticas no controle regional da reprodução da força de trabalho. Como argumenta Albuquerque Jr. (2013), se o patriarca conservava a ordem pela força, na gerência de seus negócios, as mudanças elevaram o comércio, a política e a administração, ao centro da dinâmica, gerando desconfortos de âmbito inclusive viris. Contudo, os chefes políticos eram ainda reconhecidos pelo Estado, haja vista a distribuição de patentes da Guarda Nacional, entre outros¹⁴¹.

O papel da *política dos governadores* de Campos Sales, como acordo do Estado com uma burguesia comercial nascente, já se diferenciando dos antigos patriarcas rurais (apesar dessa burguesia não deixar de investir seu dinheiro na compra de terra e gado), é importante para pensar esse momento. Porém, cada vez mais, principalmente com a libertação dos escravos e com a modernização do Sudeste, se criavam entraves, a reclusão da mão de obra, ampliando constantemente a migração, e, gerando insatisfações e requerimentos endereçados ao Estado.

Segundo Mello (1989) a República dependia de uma estabilidade social e legitimidade. Algo também reconhecido por Freitas (1999) nas,

lideranças locais que intermediaram e negociaram com os políticos da capital, constituindo-se em bases respeitadas e de atitudes acatadas, por controlarem os seus redutos, impondo ordem e fazendo-se obedecer. Por toda República, mesmo depois da Revolução de 30, no Oeste da Bahia e por todo o Vale do São Francisco, foram eles os donos do poder local, representantes e interlocutores privilegiados dos governantes estaduais e federais. (Freitas, 1999, p. 86)

E, em 1891, com a autonomia municipal, isso já havia se consolidado, através de uma intrincada relação de favores políticos, pela qual se garantia a ascensão de determinados chefes locais ao poder local pelo controle dos votos na região e se

¹⁴¹ “O século XIX presenciou o surgimento desses chefes políticos, que se reproduziriam nas décadas seguintes, muitos deles devidamente reconhecidos pelo poder central por títulos como os de ‘capitão’ ou ‘coronel’. Na essência significavam a mesma coisa: um grande proprietário de terra, alguns também comerciantes, comandante de um pequeno exército, o qual tinha a fazenda como seu quartel e estava sempre disposto a tudo fazer pela preservação da posse e poder do seu chefe” (Freitas, 1999, p. 75).

mantinha, por isso mesmo quem quisessem, no poder provincial e até em cargos federais. No entanto, as contendas políticas, com explosões de crises de poder foram cada vez mais comuns nos sertões¹⁴². E, o Estado, começava a centralizar ainda mais as forças transformando o poder da violência em seu ofício.

A interferência do governo provincial baiano ultrapassou os limites dos acordos entre coronéis e governo¹⁴³. Os coronéis, mais ligados a uma burguesia comercial, com ideais liberais, se uniram para questionar a forma de representação imposta pelo Estado¹⁴⁴. Isso culminou, em 1920, na Revolta Sertaneja, a qual coronéis da Chapada Diamantina e do Vale do São Francisco se impuseram contra as ações do Estado. Segundo Mello (1989), houve uma

conflagração de lutas no sertão da Bahia e neste conflito o coronel Horácio de Matos [da Chapada Diamantina] não ficou só: contou com aliados como Franklin Lins de Albuquerque de Pilão Arcado e Anfilóbio Castelo Branco, de Remanso, entre outros. O Governo do Estado pediu a intervenção federal reconhecendo assim que sua política não era capaz de conter a Revolta Sertaneja dos coronéis em armas. [...] [E] como resultado das negociações, os coronéis reconheceram Seabra como sucessor de Moniz e ficam com o poder de nomeação de um deputado e um senador estaduais além dos cargos públicos da comarca a qual pertenciam. (Mello, 1989, p. 66-67)

Isso permitiu mudanças na forma e no jogo do poder entre os coronéis e o Estado¹⁴⁵. O Estado tornava-se o suporte para todas as queixas, desde a segurança, até as resoluções de crises comerciais de transportes e impostos. Mesmo parecendo só força dos coronéis, de fato, estava em jogo a centralização do poder estatal, lugar das decisões e poder de violência. Portanto, ao mesmo tempo, essa “política de fortalecimento dos

¹⁴² “As campanhas eleitorais funcionavam assim como uma espécie de permissão para confrontos e então toda espécie de conflito latente evidenciava-se. Na verdade o que estavam em jogo não era exatamente tal ou qual candidato, mas a possibilidade de ampliar a clientela, expandir a dominação por outras áreas, fortalecer enfim o seu poder” (Mello, 1989, p. 66).

¹⁴³ Segundo Mello (1989) “a vitória eleitoral dada a J. J. Seabra para a sucessão de 1920 ao Governo do Estado despertou velhas rixas políticas. [Pois,] seu governo de 1912 a 1916 havia feito uma Reforma Administrativa no Estado (1915) que estabelecia a nomeação dos intendentess municipais pelo executivo estadual ao invés da prática de eleições que vigoraram até esta data” (Mello, 1989, p. 67).

¹⁴⁴ Conforme Mello (1989), “os coronéis tiveram, portanto, uma ação no sentido de desenvolver mecanismos capazes não só de sustentarem-se no poder como de garantir a reprodução do seu poder seja para a própria família, seja para os aliados. A formação de bacharéis não significou apenas uma visão de longo prazo como colocava a importância dada à participação política no parlamento, que vai ganhando sempre, maior peso no sentido da inserção dos coronéis da região nas instâncias decisórias do governo estadual. Isto é: os coronéis da região começavam a interferir nesse processo expandindo o seu poderio para além das fronteiras da região” (Mello, 1989, p. 86).

¹⁴⁵ Como outro momento de articulação entre coronéis, destaca a Coluna Prestes: “esta articulação entre coronéis teve outro momento de destaque por ocasião da passagem da Coluna Prestes pelo Sertão da Bahia. Desta vez os coronéis do sertão foram convocados pelo Governo federal, especificamente pelo General Góes Monteiro – da Chapada do Vale do São Francisco – com poderes de comandar tropas de voluntários, de armar batalhões civis e arregimentar quantos homens fossem necessários para a expulsão da Coluna Prestes do país. E isto foi feito conjuntamente pelos coronéis aliados a Horácio de Matos entre os quais destacava-se Franklin Lins de Albuquerque. O exército nacional deu todo apoio logístico em armamentos, fardamentos e financiou a compra de mantimentos” (Mello, 1989, p. 70).

coronéis [significava] uma institucionalização do seu poder, um investimento maior na política partidária, na luta parlamentar” (Mello, 1989, p. 92). E assim, o antigo patriarca, se transformava em corpo político e prático do Estado.

Um aspecto dessa transformação liga-se as práticas dos mais jovens, de sair para Capitais ou em outros países, em geral, para estudar, voltando plenos de novos anseios, talvez mais liberais, contrapondo-se as formas patriarcais, tidas como atrasadas. A formação de advogados, médicos, engenheiros, entre outros, ganhava assim, a atenção e centralidade das famílias mais abastadas do sertão. No Médio São Francisco, por exemplo, a articulação política foi efetivada por Manuel Novaes, pois tinha “o acesso a coronéis através de colegas de Faculdade e sua origem coronelista para montar uma base de apoio a Juraci e a si próprio” (Mello, 1989, p. 93).

Também, o coronel Franklin Lins, era reconhecido como um desses coronéis mais progressistas, ao ponto de Manoel Novais ver nele, uma liderança considerável a esse processo¹⁴⁶. Tanto que, em 1934, Franklin Lins participou de um projeto de fortalecimento da fibra do caroá e da negociação sobre uma possível venda terra aos ingleses para produzir fibra de caroá no Médio São Francisco (anexo 5). Por fim, amarrando ainda mais o sentido dessas articulações, os termos da carta da Coligação Sertaneja, reproduzidos por Mello (1989), falam por si:

I - Fica criada a ‘Coligação Sertaneja’ firmada pelos signatários da presente, a qual apoiará o Exmo. Sr. Ten. Juracy Magalhães digníssimo Interventor Federal, e a sua obra política, sejam quais forem as consequências a que nos levem o resultado desse apoio.

II - Manter plena harmonia de vistas da escolha de seus representantes políticos com o Diretório Político Central, cujas decisões apoiará, sendo que nos casos privativos da nossa região decidirá dos candidatos, sempre por maioria de dois terços.

III - Esquecer completamente as velhas dissensões partidárias e pessoais acatando com vontade arbitral a decisão da coligação, também tomada por maioria, nos casos que por ventura venha aparecer.

IV - Considerar ponto de honra o amparo mútuo as situações municipais aqui representadas concorrendo junto às autoridades constituídas para o seu fortalecimento e estabilidade, incorrendo implicitamente na sanção do nº VII todo aquele que prestigiar situação ou situações adversas aos signatários deste pacto.

¹⁴⁶ Em 1941, Franklin “resolveu ampliar o alcance de sua teia no jornalismo baiano, ao adquirir o matutino O Imparcial. Para dirigi-lo, convidou o próprio filho, o escritor e jornalista Wilson Lins. [Este, então] monta uma equipe de bons profissionais, [...] como Alceu Marinho Rego, Rubem Braga e Joel da Silveira, e foca do porte de Jacob Gorender e Milton Santos. Para o coronel, o matutino tinha se tornado a principal trincheira no combate ao interventor Landulpho Alves, de quem era declaradamente inimigo. Seu poder, agora, não vinha mais das armas dos jagunços, e sim, estava impresso em letras garrafais em seu matutino e através das transmissões dos jornais falados na Rádio Sociedade da Bahia, com a qual mantinha um convênio” (Vale, 2015).

VIII- Contribuir com todos os seus esforços junto aos poderes públicos para o desenvolvimento econômico e social da região Sanfranciscana, amparando junto aos mesmos poderes as pretensões justas e viáveis, no ponto de vista geral, e em particular de cada município (Mello, 1989, p. 96-97).

Portanto, o coronelismo era o caminho trilhado do patriarca ao integrante do Estado¹⁴⁷. E nesse sentido, o coronel, nesse jogo de poder, vinculava as relações na região e sua transformação, personificando a autonomização entre a região e o Estado Nacional (Toledo, 2008; Boechat, 2009; Leite, 2010, 2015)¹⁴⁸. As forças políticas, e, em geral, também da produção na região, transmudaram e se reequilibraram, tendo por base o coronelismo e o Estado em centralização. E o Estado, por seu lado, se institucionalizando, burocratizando, racionalizando, revelava, por ser forma social em processo, a formação e transformação dos elementos na região.

As bases dadas pelas relações comerciais em ascensão tendiam a crises da concorrência e do tempo de rotação, promovendo um aumento substancial nos pedidos realizados por coronéis, de estradas, de rebaixamento de impostos, de facilidades na navegação e até créditos para produção, ao Estado. Embora já estivessem em determinados postos, como por exemplo, nas comissões responsáveis pelas estradas de rodagem, integrantes “vinculados às famílias mais poderosas de cada município, grandes proprietários de terra, que sempre escolhiam as próprias terras, as de aliados ou de protegidos para construírem o melhoramento” (Freitas, 1999, p. 68).

Com a opulência desse comércio, servindo de base às pautas de exportação da Bahia (tendo as guerras e a crise de 1929) contribuído bastante, as necessidades do Estado, do planejamento das ações estatais ganharam centralidade. O controle da produção, ou seja, das terras e da mão de obra, ganhou dessa forma, outro ingrediente: o acesso as técnicas e subsídios estatais para tais atividades tornam-se o *leitmotiv* de novas disputas políticas, agora sob a égide do Estado em institucionalização.

No capítulo a seguir, trataremos dos primórdios do planejamento estatal regional e seus desdobramentos no curso da modernização do Vale do São Francisco.

¹⁴⁷ A Coligação “foi uma formalização que teve grande peso e interferiu profundamente nas relações políticas. [Ela] representou um atestado de inserção dos coronéis no processo da institucionalização que estava em curso no país” (Mello, 1989, pp. 97-98).

¹⁴⁸ Tratava de um processo em que o Estado se institucionalizava na contradição com o poder local. Um exemplo entre outros pode ser destacado quando em 1925 chegou à Secretaria de Segurança Pública da Bahia um ofício vindo de Nova York, convidando oficiais à participarem de um congresso mundial, reunindo mais de 40 nações, no qual se discutiria os novos rumos da polícia (anexo 7).

Capítulo 3

O planejamento regional e territorial na institucionalização das ações do Estado

1. Breves reflexões sobre o planejamento na autonomização do Estado

No Brasil, a partir de 1930, a centralização do poder no Estado, autonomização (Toledo, 2008) e o processo de institucionalização (Lourau, 1979) de suas ações, tornou o planejamento uma de suas balizas¹⁴⁹. Problematicando alguns aspectos relacionados aos desdobramentos desse planejamento, nos voltaremos ao Vale do São Francisco.

A constituição do planejamento, como uma das formas de ação estatal significou uma mudança qualitativa no Estado, como momento contraditório da relação social. Nesse sentido, como já anunciava Oliveira (1977), para a crítica desse processo, é importante atentar também, ao caráter mais geral das transformações das relações do capital, ou seja, transformações da ordem do *conflito*, da divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional.

Inicialmente trataremos da maneira como o planejamento foi se colocando, como um paradigma central, por via do desenvolvimento regional, tendo como finalidade, segundo seus propositores, a diminuição das disparidades inter-regionais, em prol do desenvolvimento nacional, e, nesse processo, a própria constituição do campo geográfico em formação no Brasil, destacando alguns estudos e pesquisas geográficas, difusoras dessa forma de articulação da modernização efetivada pelo Estado¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Para Bonfim (2006) o planejamento no Brasil começou a se tornar central em 1930. Desse modo, “se o afa do Brasil moderno é vivido desde os anos 1920 e 1930, um projeto geopolítico estatal ganha forma justamente no interregno governamental de Getúlio Vargas. As tentativas de implementar a ‘Marcha para o Oeste’ e a criação – ainda nos anos de 1930 – do IBGE e do Conselho Federal de Comércio Exterior são testemunhos do início dessa ação interventora [...] é importante notar que nas fases preliminares do intervencionismo estatal no Brasil, coube tanto a Vargas quanto a um vasto grupo de intelectuais que, se não acenaram com propostas postas em práticas, representaram a fermentação de ideias acerca da instrumentalização do território como suporte para um Estado moderno e autoritário” (Bonfim, 2006). Cabe dizer que muito do que foi produzido e pensado sobre isso no Brasil compõe uma vasta bibliografia. O mesmo autor destaca algumas delas: “Nesses tempos preliminares do planejamento no Brasil, poder-se-iam citar propostas e/ou diagnósticos como: a proposta elaborada por Roberto Simonsen (1944-1945); a Missão Técnica Americana (1942-1943); o Plano Salte (1949-1953, abandonado em 1952); a Missão Abbink (1948); a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953); a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste); a criação do Conselho Nacional de Economia, pela Constituição de 1946; do BNDE (1952 – e, nesse contexto, a instituição da Comissão BNDE-CEPAL, em 1953); etc.” (Bonfim, 2006). Quanto ao planejamento econômico, no “Estado Novo”, com Getúlio, foram criados órgãos como o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCEX), a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Outro caminho foi: a criação da CHESF (1945), CSN (1946), CLT (1943) e BNDE (1952) que balizaram o Plano de Metas. No entanto, aqui abordaremos apenas os aspectos relativos ao planejamento no Vale do São Francisco, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), e, alguns desdobramentos como a CODEVASF e SUDENE.

¹⁵⁰ Desde o século XVIII foram realizados diversos estudos e pesquisas, além de expedições, no Vale do Rio São Francisco, descrevendo, inventariando e ressaltando as possibilidades do seu “melhor” uso, principalmente voltados à pesca, agricultura, produção de energia e transporte. Nesse conjunto se destacam entre outros os estudos de Spix&Martius (1938); Halfeld (s/d); Roberts (1860); Sampaio (2002). No entanto, apesar disso, e da proposta imperial de tornar parte do território margeante do rio São Francisco uma província, dada a importância como rio da “unidade nacional” ressaltada por esses

Com essa nova dinâmica, os camponeses também teriam a reprodução do trabalho afetada, pois, suas terras e a sua força de trabalho, passariam ao centro das atenções do Estado e dos empreendedores neles apoiados. Se antes os coronéis, no jogo contraditório da relação capital em territorialização, com o poder reconhecido pelo Estado, monopolizavam o controle sobre a terra e o trabalho, envolvendo os posseiros em redes de dependência, agora isso se aprofundava, impondo a muitos deles, a supressão dos meios de sua reprodução. Tratava-se da efetivação do mercado de terras e do trabalho, iniciado com o fim da escravidão e Lei de Terras, mas só ampliado em termos práticos, e, com aportes financeiros e ação estatal, com o planejamento regional e as transformações no próprio Estado, entre elas a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) e os estatutos, do Trabalhador Rural (1963) e da Terra (1964).

O Estado efetivou a institucionalização suas ações, de seu aparato e de sua capacidade de financiamento, contribuindo e ao mesmo tempo, impulsionado, por uma centralização da reprodução capitalista. Essa decorreu, entre outras coisas, da arrecadação de impostos e do aumento da capacidade de endividamento, promovendo mais endividamento, potencializando empréstimos e crédito aos empreendimentos, principalmente industriais e os relativos à produção agropecuária¹⁵¹.

Toda essa mudança na forma de ser do Estado significou o desdobramento das transformações também do poder local e de sua capacidade de reprodução, implicando uma requalificação estatal da região, como *região planejada* (Oliveira, 1977), cerne da discussão sobre o caráter do atraso e modernização. Conforme Kurz, no entanto, a modernização envolvendo a discussão do atraso, é tratada como retardatária (Kurz, 2004)¹⁵² marcada, entre outras coisas, pela *mobilização do trabalho* (Gaudemar, 1977) por meio do Estado e iniciativas privadas, transformando fundamentalmente o sentido da reprodução ampliada, generalizando o mercado de terra e de trabalho – com diversos

estudos, nenhum desses configurou, ou sintetizou em si, algo como faria o planejamento regional (surgido nos anos 1940) e outras ações estatais, nas quais o cerne era uma transformação profunda e orquestrada centralmente da reprodução ampliada das categorias mediadoras: terra, trabalho e capital. Ou seja, uma transformação qualitativa na forma de ser do Estado, como tentaremos argumentar nesse capítulo.

¹⁵¹ Esse caráter, conforma um aspecto central da dinamização da economia e reprodução capitalista referido ao que Marx (1988), no livro III, ao analisar o capital global denominou por *capital fictício*. Para não incorrerem em anacronismos, ressaltamos ser outro, o momento tratado e descrito por Marx. No entanto, os fundamentos categoriais do capital envolvidos, como dinheiro, mercado e Estado, apesar de um processo histórico de dessubstancialização do valor e institucionalização de ações estatais, permaneceram à base do conceito, justificado na capacidade do Estado em se endividar e com isso autonomizar o dinheiro de sua base fundamental, duplicando sua existência em forma concreta e ficcional, relegando ao futuro um possível reacoplamento.

¹⁵² O caráter retardatário problematiza a ideia de atraso não como falta de modernização, mas como uma forma particular concreta (simulação real de atraso) da própria modernização, como não simultaneidade.

processos violentos, envolvendo os posseiros, sua terra e sua força de trabalho, tornando seus territórios cada vez mais suprimidos ou limitados (constrangidos).

Em outras palavras, tratou-se da autonomização como um processo contraditório e conflituoso, qualitativamente particular da acumulação capitalista. Mais precisamente, momento da transição entre a acumulação de relações categoriais não autonomizadas (Toledo, 2008), para formas categorialmente autonomizadas (a terra, o trabalho e o capital). Nesse momento, as relações camponesas foram requalificadas no processo.

Se antes os camponeses estavam mais vinculados aos poderes locais, com a autonomização entre o poder local e o Estado, estes apareceram mais autônomos, ou “livres” das suas amarras, embora, ainda assim, não se vissem livres de sua própria base constitutiva: a forma social de mediação, transmutada qualitativamente (autonomizada em categorias) mesmo quando eles as representassem, justamente em sua *falta de aparência de autonomia* (Leite, 2015), por conformarem relações particulares na totalização do capital, por exemplo, acessando os meios de produção e não sendo assalariados clássicos¹⁵³.

Vimos antes, como uma transformação aparentemente só “interna” no poder local foi importante, e não se desvinculava de outras, “externas”, tanto econômicas (ligadas à capacidade de reprodução do capital comercial na concorrência generalizada), quanto sociais (no fato dos filhos dos coronéis já não permanecerem nas fazendas, buscando fora, a formação, constituindo a tecnocracia estatal naquele momento).

Passaremos então, a tratar de maneira histórica e processual, desses e outros aspectos da autonomização, destacando o planejamento estatal voltado ao Vale do rio São Francisco, relacionando-o com o momento em que a personificação do poder econômico, do político e da violência, se institucionalizou de maneira qualitativamente diferente, conformando e modificando o próprio Estado¹⁵⁴.

No Brasil, esse fenômeno concreto, reflexo das transformações do poder local, levou a centralização das ações voltadas ao desenvolvimento no Estado, de nexos mais

¹⁵³ A base teórica fundamental da ideia de autonomização categorial, abordada na constituição do Estado por Toledo (2008), está na proposição de Marx (1988, livro III) no qual trata da Fórmula Trinitária, mais precisamente, na relação categorial centrada na mais-valia, e suas formas de aparência, como rendimentos das classes. Esses rendimentos, embora apareçam dotados de concretude, são também por isso, personificações de um processo social abstrato, referidos ao valor, e assim, só adquirindo, uns em relação aos outros, uma autonomia relativa. Esse é o caráter da autonomização como processo do capital.

¹⁵⁴ O planejamento não é a única forma de ação estatal. As políticas de intervenção se fazem também por Leis, Normas, Resoluções, Decretos, Portarias, etc. Dentre a infinidade desses dispositivos, nos aproximaremos um pouco mais, adiante, das transformações oriundas da posição da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), do Estatuto da Terra (1964) e do Estatuto do Trabalhador Rural (1963/1973).

geral de relação social, de um processo mundialmente em curso e em crise (inclusive em países hegemônicos, como Inglaterra e Estados Unidos) e, por isso, uma particularidade do desdobramento crítico da forma social de mediação do capital¹⁵⁵.

No livro, *TVA: A Democracia em Marcha*, de David Lilienthal (1944) – escrito a partir das suas impressões pessoais (enquanto diretor) das experiências realizadas pela Autarquia do Vale do Tennessee (TVA) nos Estados Unidos da América – fica evidente a intenção em se divulgar um modelo estatal de modernização no “mundo capitalista”, no qual passasse a prevalecer a racionalidade humana no planejar as ações¹⁵⁶.

Na tentativa de minimizar os efeitos da crise de 1929, no início dos anos de 1930, o então Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, propôs, junto com seus assessores, uma ação coordenada e descentralizada do Estado, em assuntos de planejamento e execução, no aproveitamento econômico dos rios. O foco era a geração de energia e irrigação em uma bacia hidrográfica, impondo ao mesmo tempo modificações na propriedade da terra e nas relações de trabalho.

Tal modificação visava um desenvolvimento interno à região, entendida como deprimida, e, ao mesmo tempo, significava uma realocação da força de trabalho no próprio lugar, aumentando a produtividade e arrecadação de impostos, reinvestidos em indústrias na região e fora dela, favorecendo assim, toda a Nação. Em outros termos, utilizava-se do planejamento das ações para promover, com o aparato estatal, a modernização das relações de produção, através desses empreendimentos¹⁵⁷.

Tratava-se de uma iniciativa inédita na tentativa de resolução de uma crise estrutural ocasionada, conforme o entendimento na época, entre outras motivações, por certo liberalismo exacerbado, no qual prevalecia entre seus ideais, o seguinte: “o Governo [Estado] tem uma única função, ou seja, a de árbitro imparcial para impedir os ‘golpes baixos’ e apitar as faltas” (Lilienthal, 1972 [1944], p. 134). Ideais, segundo ele,

¹⁵⁵ Não temos como aprofundar pormenorizadamente as causas e consequências da crise de 1929, mas, apenas destacar o quanto isso criou um paradigma para o desenvolvimento capitalista, principalmente em relação à importância adquirida pelo Estado na generalização das relações capitalistas e como o planejamento estatal, desdobramento dessa crise, influenciou o planejamento no Vale do São Francisco.

¹⁵⁶ Esse caráter, do homem pensando a economia, e não se deixando “levar” por ela, é também evidenciado por François Perroux. Isso se relaciona a uma crítica ao liberalismo, em sua relação com a ideia de planejamento, sem se aproximar dos ideais socialistas. E, nesse imbróglio, se coloca em prática o planejamento das ações estatais, colocando o homem racional e assim a ciência no centro da ação, não mais criticando a própria ideia de homem, e muito menos a forma social de mediação pelas coisas, como Karl Marx havia proposto no fim do século XIX.

¹⁵⁷ Naquele momento, Roosevelt, dizia: “‘não teremos êxito’ em nossos esforços para conseguir ‘o máximo de aproveitamento de nossos rios ou sermos previdentes em seu desenvolvimento [...] enquanto a responsabilidade pela administração de decisões, assim como a execução e expansão do planejamento, não for claramente atribuída a um homem ou um grupo de homens que possa ser chamado a prestar contas’” (Lilienthal, 1972 [1944], p. XVII).

completamente impróprios hoje em dia [década de 1940]. O Governo não é exclusivamente árbitro, assim como não é um concorrente. Os serviços técnicos públicos tem um encargo a cumprir – para os negociantes, para o trabalho, para os consumidores, para a produtividade de todos nós. (Lilienthal, 1972 [1944], p. 134)

A temática sugerida neste livro influenciou as ações de “reconstrução” no pós-Segunda Guerra e o planejamento regional em países como a Itália e o Japão. No Brasil, suas ideias, pautadas então nas estratégias da TVA, foram utilizadas nas discussões na Câmara dos Deputados e do Senado brasileiro, à época dos debates sobre a criação de um órgão de planejamento regional, materializada, como veremos, na Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), tornada autarquia, em meados de 1940.

Neste mesmo livro, há outro excerto de um discurso proferido por Roosevelt, à época da implantação da TVA, indicando os preceitos dessa nova forma de ação estatal¹⁵⁸. Com a criação de autarquias, o planejamento estatal – mesmo sentenciado como não planejamento, dado o contexto da Revolução Russa e do socialismo (onde o planejamento estatal é central) – começa a tomar forma e ganhar centralidade.

Entre seus métodos predomina o da análise regional (desdobramento da monografia regional lablacheana) na qual, em princípio, se faz um diagnóstico das partes componentes de uma região (geralmente uma bacia hidrográfica), planejando o aproveitamento e o desenvolvimento econômico dos recursos, visando o conjunto.

Uma das estratégias propostas nesta ação foi o planejamento, no qual, se estimulava cada região à sua autossuficiência, tanto de produção, quanto de consumo, desonerando a Nação. Para isso, o Estado se tornava um agente importante, intervindo, mas sem inibir a liberdade, principal, argumento para o trato com os poderes locais. Estimulava as modificações necessárias, no tocante à produção e utilização de recursos da região, sendo o próprio homem um recurso (a ser “produzido” pela educação técnica e soltura das amarras locais do patronato)¹⁵⁹.

¹⁵⁸ A “Autarquia do Vale do Tennessee – [é] uma corporação revestida da autoridade oficial, mas possuindo a flexibilidade e a iniciativa de uma empresa particular [...] Aprendemos, através de duras penas, que a prodigalidade humana decorre da falta de planejamento. Aqui e acolá, umas poucas cidades e comarcas cheias de sabedoria olharam para frente e fizeram seus planos. Mas nossa Nação, em conjunto, apenas ‘cresceu’. É mais do que tempo de estender o planejamento a um campo mais amplo, compreendendo, nesse caso, em um grande projeto, muitos estados diretamente interessados na bacia de um dos nossos maiores rios” (Lilienthal, 1972 [1944], p. 60).

¹⁵⁹ Tudo isso obedecia a um método de análise regional, já em discussão nas Universidades Norte-americanas, nas quais alguns geógrafos brasileiros foram estudar na década de 1940, como Jorge Zarur, Orlando Valverde, entre outros. Contudo, mesmo com esse requinte, só podia ser realizado de maneira violenta, ao mobilizar o trabalho e privatizar a terra.

O dinheiro para os investimentos estatais, no entanto, precisariam se originar de algum lugar. Esse lugar era o Tesouro Nacional Norte-Americano, começando a se colocar como um grande credor, incentivando essa forma do desenvolvimento¹⁶⁰.

Continuando a apresentar como se desenvolveram essas formas de ação, o livro de David Lilienthal (em seu décimo capítulo, chamado “Expansão das energias humanas”) revela a necessidade, para o efetivo desenvolvimento regional, de **homens para fazê-lo**, algo com corroborado no momento, pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, talvez por influência desse novo modo de pensar a problemática regional, vindo no Vale do São Francisco **o potencial humano**, como **recurso para o desenvolvimento**, ou seja, a possibilidade, e porque não, necessidade, de transformar as relações pré-existentes, gerando um excedente de potenciais trabalhadores assalariados¹⁶¹.

Em nosso entendimento, em acordo com Gaudemar (1977), isso significa mobilizar o trabalho, pois, “muitos desses homens mais de uma vez limpavam suas ferramentas ao ser terminada uma represa, e, dias depois, puseram-nas novamente em ação, quilômetros adiante ou no alto das montanhas onde seria construída uma outra” (Lilienthal, 1972 [1944], p. 105-106).

Mas, para David Lilienthal, diferente de nossa interpretação, o fato do planejamento mobilizar o trabalho, ou seja, oportunizar o assalariamento, é só positivo, justamente, por ser o trabalho, o mediador entre o homem e seu desejo¹⁶². Para ele, os operários do Vale do Tennessee:

tem estado em contato com ‘dinheiro graúdo’. Frequentemente, no passado não tiveram outra alternativa senão ficar longe após uma dessas migrações periódicas do Sul. Mas veem agora que ocorreu uma transformação no vale. Esses homens criados nas serras, nas encostas e nos descampados de um belo no vale, e nos laços de um longo e sólido sistema de parentesco em suas

¹⁶⁰ Essa forma de intervenção, pela qual os EUA emprestavam dinheiro (sob a forma de crédito), recebendo seus dividendos, foi também utilizada em relação aos europeus e asiáticos no Pós Segunda Guerra, para reconstrução de suas economias. Ou, ainda, por aqueles desejosos em acelerar seu crescimento, se entendendo atrasados, como os países africanos e latino-americanos. Entre os programas e projetos de desenvolvimento do momento, destacavam-se as missões norteamericanas: a Missão Técnica Americana (1942-1943), a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953).

¹⁶¹ “As energias humanas que podem contribuir para a construção de uma região, enriquecendo ao mesmo passo a vida das pessoas nisso empenhadas, não se restringem a um determinado grupo e espécies de homens em particular. Não há essencialmente diferença, nesse sentido, entre camponeses e operários, homens de negócios e sacerdotes, bibliotecários e médicos. Todos que vivem no vale são necessários, em diferentes graus, a esta missão de desenvolvimento dos recursos naturais [...] A TVA vem realizando desde 1933 seu trabalho de construção como empregador direto de milhares de dezenas de operários. Quase 200.000 homens prestaram seu ‘tempo de serviço’ na TVA, dos quais a maioria gente do Vale do Tennessee” (Lilienthal, 1972 [1944], p. 104-105).

¹⁶² Algo parecido, vimos no capítulo dois, sobre o “Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí” no qual o caráter “humano” era atribuído a troca exercida entre os homens em sociedade, como garantia da civilização e do conforto. No entanto, lembramos o intuito ali pretendido, a regulação das atividades em prol da efetivação do papel da Colônia: favorecer a Metrópole.

comunidades e em suas cidades, – querem viver aqui e aqui trabalhar. E o desejo do homem ficar em determinado lugar deve ser respeitado como um dos fatos básicos de qualquer planejamento democrático. (Lilienthal, 1972 [1944], p. 111)

Concordando com isso, alguns propositores da Comissão do Vale do São Francisco afirmavam não faltar população no Vale do São Francisco, mas sim, os meios para seu desenvolvimento, ou seja, as condições da reprodução de seu trabalho, de uma forma diferente: o assalariamento.

Tal discurso via nos camponeses as possibilidades do desenvolvimento regional, pois eles eram essa população e os meios a serem desenvolvidos eram suas posses. Porém, seriam eles também os maiores beneficiários dessa forma de ação estatal? A história nos mostrará que não. No entanto, continuemos com os discursos estatais, voltados a criação de uma autarquia de desenvolvimento.

Para os propositores desta iniciativa, a atuação de uma autarquia estatal deveria ser descentralizada, privilegiando a unidade de ações na região para o desenvolvimento do todo nacional. Dessa forma, a região, responsabilizada pelo atraso nacional, precisaria ser desenvolvida, para o país como um todo se desenvolver. Essa noção influenciava diretamente o planejamento no Brasil¹⁶³.

E isso se referia, tanto às disputas políticas, quanto aos modelos teóricos, escolha das prioridades, e, fins do planejamento. No Brasil, partir de 1930 com o Golpe deflagrado por Getúlio Vargas, e, em seguida com o chamado “Estado Novo” se instaurou e se fortaleceu processualmente a centralização do poder no Estado, norteador o desenvolvimento nacional. Para tanto, foram criados diferentes órgãos e planos estratégicos, dos quais não poderemos aqui nos aproximar totalmente, mas apenas destacar o quanto sinalizavam para esta tentativa de impor a modernização, por via da execução, de planos de viação e obras para construção de estradas, implantação de barragens, indústrias e siderúrgicas, entre outras. E, num plano mais de organização e diagnóstico: a Comissão Permanente de Padronização e Conselho Federal do Serviço Público Civil, originando em 1938 o Departamento Administrativo do Serviço Público

¹⁶³ “Sob a bandeira do bairrismo, os estados combinaram-se, ao longo de nossa história, para apoiar ou resistir à ação federal. Sob o conceito moderno de regionalismo, o Governo Federal atua de modo a fazer face às necessidades regionais para que toda a Nação possa beneficiar-se. [...] A concepção de regionalismo encarnada na TVA – um órgão federal descentralizado de verdade – faculta um meio racional de congruar os interesses regionais e os nacionais. Pela primeira vez há um implemento federal para este fim, para tomar o lugar da costumeira barganha política tão normalmente grosseira e desligada dos fatos, princípios ou normas políticas” (Lilienthal, 1972 [1944], p. 174).

(DASP) e o Instituto Nacional de Estatística¹⁶⁴. E depois, no sentido da conformação do mercado de trabalho: a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943). Na Bahia, por ordem do Governo Federal fora criado em 1938, a Diretoria de Cultura e Divulgação, para propagandear as ações e os princípios do Estado Novo aos municípios (anexo 8).

Outro aspecto da centralização do poder estatal se vinculou à educação. Nesse contexto, se ampliaram os questionamentos sobre a falta de estabelecimentos e de um programa estatal de ensino secundário, técnico e superior. Além disso, também se colocavam em questão a forma de ação das instituições, responsáveis por um grande acúmulo de dados a partir de levantamentos e descrições em campo.

1.1 Sucintas considerações de alguns aspectos conformadores do campo geográfico no Brasil

A constituição da Geografia como um campo científico no Brasil se deu de forma gradual. A primeira organização a tratar em seus objetivos, de elementos de uma determinada Geografia, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁶⁵. Entre os seus objetivos, destacavam-se os de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil [...]” (IHGB, 2013). Apesar do nome e das atribuições, e, de ser um marco primordial da conformação da Geografia, tal organização, pouco se assemelhava a Geografia tornada ciência acadêmica, pensando em sua função e relação com o Estado.

Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, o IHGB se constituiu como a “Casa da memória Nacional”, “pinçando” no repertório do passado e organizando um estoque das “lembranças”, contribuiu a formação “memória nacional”. Isso coincidia com o momento, de reconhecimento das fronteiras e ampliação das ações objetivando os estudos e projetos de engenharia, em seus aspectos naturais, militares e culturais (Guimarães, 2011). Destacavam-se, dos grupos participantes das expedições, os expoentes reconhecidos por sua prática como engenheiros geógrafos.

Para ela, mesmo forjando uma ideia de nação independente, o IHGB não rompia profundamente com a antiga Metrópole, chamada por eles de “Mãe Pátria”. Isso fazia

¹⁶⁴ Há outros momentos importantes, inclusive após o primeiro Governo Vargas, remetidos a configuração de uma ação centralizadora do planejamento estatal, como a proposição de comissões e planos de valorização: Plano Salte e Plano de Metas. Também, no que se refere ao financiamento mais sistemático e planejado da construção de infraestruturas e acesso ao crédito, realizado por três bancos, centrais nesse processo inicial de centralização do estado: o BNB, o BNDE e o Banco do Brasil.

¹⁶⁵ “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nasceu, em 1838, da aspiração de uma entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara a sua Independência. Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – hoje, por sucessoras, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro [...]” (IHGB, 2013).

parte da construção da memória, a qual se recorria aos chamados vultos do passado, colaboradores, segundo o Instituto, da posição do Império. Portanto, segundo ela, buscavam-se os “heróis” da Independência para inventar uma tradição. Ao mesmo tempo, a pedido de Dom Pedro II, se enfatizariam as ações do presente em âmbito imperial. Nesse sentido, “dotar o país, recém independente, de um passado adequado às pretensões da monarquia instaurada era a meta. Para isso, não foi necessário romper com a ‘Mãe Pátria’, da qual o Império do Cruzeiro do Sul herdara em linha direta, desde o idioma de Camões até o regime instaurado em 1822” (Guimarães, 2011, p. 155).

No mesmo sentido, em 1883, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Geografia¹⁶⁶, inspirada em outras já existentes no mundo, como a Sociedade de Geografia de Paris de 1821. Justificativa a sua criação a necessidade, segundo seus fundadores, de promover um “novo” ambiente acadêmico, dado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro privilegiar em especial os domínios da história, objetivando

o estudo, a discussão, investigações e explorações científicas da geografia nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações; e com especialidade o estudo e conhecimento dos fatos e documentos concernentes à geografia do Brasil. (SBG, 2013)

No entanto, isso era só um pouco diferente do caráter atribuído e executado pelo IHGB, de reconhecimento territorial a favor dos objetivos do Estado (no caso, do Império), algo ocorrido com outras entidades geográficas do exterior. Pois, enfatizava dois aspectos de vital importância para a constituição do campo: a “valorização” da discussão acadêmica nascente¹⁶⁷ e a criação de um boletim (periódico) de divulgação voltado especificamente a esse conhecimento¹⁶⁸.

Ambos os organismos, conforme Camargo (2009) fundamentariam o caráter “bacharelesco e diletante”, com “práticas consagradas de descrição do território e organização de suas informações”, de alguma maneira, isoladamente, realizados por iniciativas próprias (ou em alguns casos pelo Império)¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Sobre o campo geográfico no Brasil, ver o livro “O lugar da Geografia Brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945” de Luciene Pereira Carris Cardoso, Annablume, 2013.

¹⁶⁷ “Entre os anos de 1926 e 1927, a Sociedade instituiu o Curso Superior Livre de Geografia destinado à atualização dos professores de ensino primário. A comissão pedagógica constituía-se de três vultos mais tarde considerados como os grandes renovadores do ensino da geografia, Everardo Backheuser, professor da Escola Politécnica, Fernando Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, ambos eram professores do Colégio Pedro II. A proposta consistia em conferir no final de dois semestres o diploma de ‘Laureado em Geografia e Ciências Correlatas’” (SBG, 2013).

¹⁶⁸ “A partir de 1885, a Sociedade contribuiu para a divulgação do conhecimento com a publicação de seu periódico: Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” (SBG, 2013).

¹⁶⁹ A reunião de militares, engenheiros, etc., por iniciativa própria ou a mando do imperador nessas instituições envolve a sociedade civil e o Estado, no reconhecimento territorial e melhorias das vias

Para Almeida (2012), todo esse passado de iniciativas voltadas ao reconhecimento de aspectos geográficos do território nacional, efetuado por militares, engenheiros, bacharéis, entre outros (agremiados posteriormente no IHGB e na SBG), corroboraram para a conformação de uma *tradição*, mais tarde retomada, como componente de transição para a constituição do campo geográfico, buscada pelo Conselho Brasileiro de Geografia (antecessor do Conselho Nacional de Geografia), através de sua principal publicação: a Revista Brasileira de Geografia (RBG), já no Estado Novo¹⁷⁰. Este norteamento fazia parte da centralização do Estado, necessitado da produção, reconhecimento e análise de dados sobre o território Nacional, e suas particularidades, para conformação das ações.

A Revista Brasileira de Geografia, na qual foram publicados estudos e análises da conjuntura geográfica nacional, foi junto com o Boletim Geográfico do IBGE e Boletim Paulista de Geografia da Associação de Geógrafos Brasileiros, um importante elo de difusão do conhecimento geográfico, ao mesmo tempo, tornado um campo científico acadêmico. Quanto a RGB, “no que diz respeito à invenção da tradição, trata-se de reivindicar um passado coberto de nomes pioneiros e marcos gloriosos para a geografia, que surge assim como atividade solidamente assentada no tempo, buscando melhor institucionalizar-se pela força da tradição” (Camargo, 2009, p. 24). Ainda conforme Camargo (2009), para esses geógrafos, tal esforço de referência a fazia continuadora direta dos grandes desbravadores, e, ao mesmo tempo, legitimava a renovação da atividade geográfica. Na seção voltada a “lapidar” o passado, não figurará uma geografia “ultrapassada”, mas a “antiga” geografia.

Foi esse o sentido dado, no governo Getúlio Vargas, ao recém-criado Conselho Nacional de Geografia, com publicação de seus estudos. Conforme o editorial do primeiro número:

inspirando-se nesse espírito moderno, a Revista prestará um serviço a uma prática científica encantadora e útil, tanto mais que a conceituação moderna da Geografia alterou a orientação do seu ensino, hoje não mais um exercício da memória, enfadonho e sufocante, às iniciativas da pesquisa, e sim uma

comerciais, encontrar recursos a serem explorados e conhecimento sobre as condições econômicas naquele momento. É interessante notar a proposição da criação do IHGB vem da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tendo como sócios-fundadores uma diversidade de Viscondes, alguns integrantes do Colégio Pedro II (do RJ) e como patrono, o próprio Imperador dom Pedro II.

¹⁷⁰ “No contexto brasileiro, assim como em outros países, a dicotomia estabelecida entre o político e o técnico nas áreas do governo inicia sua trajetória na década de 20, ao findar da I Guerra Mundial [...] Vale assinalar que, por ocasião da fundação dos Conselhos de Estatística e de Geografia nos anos 30, a composição majoritária das Assembleias de Conselhos Diretores era de profissionais oriundos dos cursos de Engenharia Civil e Militar” (Almeida, 2012, s/p.).

disciplina educadora da observação do meio físico e da sua relação com a vida humana. (RBG, 1939)¹⁷¹

Segundo Camargo (2009), essa transição não poderia ser feita de maneira brusca. Na construção do campo, teria de fazer prevalecer uma ambiguidade, dada tanto no âmbito da composição da direção editorial da Revista, quanto em seu conteúdo¹⁷². Para ele, isso ficava bem evidente, na seção da revista chamada “vultos do Brasil”, pois nela se apresentava, a cada número, duas ou três biografias de nomes eminentes, relacionados com a prática “geográfica” em sua história de vida. Entre eles, engenheiros, militares, viajantes, com temáticas reconhecidas como tradicionais voltadas à descrição das paisagens. E, citando Pierre Bourdieu, Camargo (2009) diz que se tratava de “conservar-se conservando”: “de fato, para tornar a obra um legado é preciso inscrever-se em uma tradição. Nesse sentido uma mudança qualitativa se opera. [...] Ao lado da mitologia dos heróis de um passado intangível, despontam agora novos pioneiros, artifício de autolouvação” (Camargo, 2009, p. 25)¹⁷³.

O marco oficial dessa institucionalização teria sido dado em 1934, com a criação, no governo Vargas, do Instituto Nacional de Estatística, ao qual se seguiu em 1937, o decreto nº 1.527, instituindo e o ligando ao Conselho Brasileiro de Geografia. Depois, ainda nesse contexto, em 1938, foi criado o IBGE tendo, como dois órgãos colegiados e autônomos, o Conselho Nacional de Geografia (CNG, novo nome do CBG) e o Conselho Nacional de Estatística.

As bases políticas desses marcos podem ser buscadas nas transformações postas no Estado Novo de Getúlio Vargas. Tratava-se de uma tentativa de centralizar o poder

¹⁷¹ “Além de fazer circular e estimular a produção dos novos conhecimentos especializados da geografia, a publicação incorporava diversas funções. Elas contribuíam decisivamente para a afirmação da categoria profissional dos geógrafos de formação; para consolidar o papel articulador do CNG junto às instituições de geografia, para a constituição da própria Revista como instância de tomada de posição (escolhas, ações e obras dos agentes situados no campo geográfico); para, enfim construir um topos de visão/divisão do mundo social, forjado nas práticas, conceitos e objetos cada vez mais amparados na exigência de demonstração e no rigor metodológico, fundadores de uma cultura partilhada e exclusiva dos geógrafos” (Camargo, 2009, p. 24).

¹⁷² Isso se deve principalmente ao contexto da centralização do Estado dependente das relações com os poderes locais, representados muitas vezes por esses Viscondes (alguns coronéis), ou por seus filhos, em geral os engenheiros e bacharéis (constituindo a “camada média”). Tudo deveria ser política e estrategicamente tramado. Por isso, na composição dos editoriais figuravam, engenheiros, arquitetos e militares, entre os geógrafos.

¹⁷³ “É interessante notar que, ao longo dos anos 1950, o perfil dos biografados começa mais e mais a alternar entre o passado longínquo e o quase-presente, com a celebração de figuras-chave na estruturação do CNG e do curso superior de geografia da Universidade do Brasil. Quase todos esses nomes haviam integrado quadros do instituto e/ou colaborado significativamente na RGB, o que demonstrava a relevância do papel então exercido pela Revista como instância de tomada de posição no campo geográfico. Autores como Emmanuel De Martone, Leo Waibel, Roquette Pinto, José Veríssimo da Costa Pereira, Walter Egler, Raja Gabaglia, Jorge Zarur, entre outros, são biografados nesse período, fato que acena para a monumentalização do próprio CNG” (Camargo, 2009, p. 25).

no Estado através da institucionalização de suas ações, ligadas à administração pública, segurança nacional, produção de estatísticas socioeconômicas, constituição do ensino secundário, técnico e superior, etc.¹⁷⁴.

A Geografia, em institucionalização, por via da tecnocracia em formação, seria a responsável por reconhecer os aspectos do território nacional, para um uso mais racionalizado de seus potenciais recursos, fossem eles naturais ou humanos¹⁷⁵. No entanto, essa tarefa carecia de técnicos e recursos financeiros. Conforme Almeida (2012), isso já havia sido ressaltado durante o Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), em Paris, em 1931, por Alberto José de Sampaio: “sua atuação brilhante no Congresso foi muito apreciada por Emmanuel De Martonne, diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Paris e Presidente do Congresso e Secretário Geral da UGI” (Almeida, 2012, s/p.). Isso levou esse geógrafo francês a visitar o Brasil em 1933. E, a constituir, em 1934, com outros geógrafos, entre eles, Pierre Deffontaine e depois, Pierre Monbeig, uma “missão”, promovendo a criação do curso de Geografia e História, na recém-instituída Universidade de São Paulo¹⁷⁶. Desse modo:

a imbricação entre um poder mais centralizado no Estado, tomando forma na criação de cursos universitários e no planejamento, se referia, portanto, à um processo maior, inclusive internacional, que se colocava quase como prática necessária. Assim, essa relação entre a necessidade de planejamento territorial para as tarefas da Estatística e a ampliação da Geografia acadêmica desenvolvida na Universidade, gerou as condições de criação de um órgão oficial de Geografia [...]. (Almeida, 2012, s/p.)

¹⁷⁴ Não se trata de uma transformação dada somente do plano das ideias para o da prática. Todo discurso posto, realmente traz dialeticamente uma origem na reprodução da totalidade concreta. Nesse sentido, essa centralização e o surgimento da necessidade de institucionalização do ensino superior (e com ele a Geografia) num plano de crise da reprodução do poder local, do qual a expressão é a própria saída dos filhos das oligarquias para estudar na Europa ou EUA, trazendo novas ideias, mais ligadas a aplicação de teorias, administração e voltadas ao urbano, e assim, ao trabalho complexo em difusão na sociedade. Sobre isso ver Toledo (2008), Boechat (2014) e Leite (2015).

¹⁷⁵ Percepção na qual “o planejamento territorial (cartografia e normatização das divisões territoriais entre Estados e Municípios) seria uma das principais atribuições de um órgão nacional de Geografia, que necessariamente teria de pertencer ao governo central” (Almeida, 2012, s/p.).

¹⁷⁶ “Portanto, nada mais conveniente do que a agregação dos serviços geográficos/cartográficos ao novo instituto que iria ter ramificações espaciais até a escala municipal. Mas, para que isto acontecesse, seria necessário formar profissionais especializados através de cursos superiores de Geografia. Tal tarefa somente viria a tornar-se realidade, com a participação do governo federal a partir de 1935, tendo como Ministro da Educação Gustavo Capanema. A vinculação de Capanema, apesar de indireta é importante, pois é em seu mandato que as decisões de se estruturar um curso superior de Geografia vão se concretizar. Personalidades como Anísio Teixeira no Distrito Federal, com a Universidade do Distrito Federal (UDF), Fernando de Azevedo em São Paulo, com a estruturação da Universidade de São Paulo (USP), foram os iniciadores desses cursos, que tiveram como professores estruturadores, Pierre Deffontaine e Pierre Monbeig respectivamente. Foi a partir do curso organizado por Deffontaine, primeiramente na UDF e posteriormente na Universidade do Brasil (UB) que criou-se o primeiro grupo de profissionais de Geografia, que em conjunto com engenheiros de diferentes especialidades gerou uma massa crítica para a criação do Conselho Nacional de Geografia” (Almeida, 2012, s/p.).

Portanto, com o “Estado Novo”, essas ênfases em um novo modo de proceder, científico e racionalizado, promoveram os primeiros movimentos entorno da transformação das bases do ensino e das primeiras Universidades.

Começava a prevalecer assim, certo discurso comum sobre a necessidade do planejamento e do papel do geógrafo nesse processo, sendo isso constantemente proposto como missão da Revista Brasileira de Geografia¹⁷⁷, e na difusão acadêmica da produção do conhecimento. Isso colocava outra questão: a “análise geográfica” em curso inicial de “renovação”, não poderia perder o seu diferenciador, a empiria, marcada pela realização dos trabalhos de campo¹⁷⁸. Ou seja, “de acordo com as novas regras de definição do saber geográfico, o que distinguiria o geógrafo dos antigos eruditos na matéria é, antes do mais, o trabalho de campo” (Camargo, 2009, p. 26). E só o Conselho Nacional de Geografia teria condições de executá-los sistematicamente.

Esse caráter, voltado a efetivação de trabalhos de campo, evidenciava uma mudança não só de sentido, mas, cada vez mais, de necessidade da profissionalização dos geógrafos, formados nas Universidades, fazendo frente aos engenheiros-militares¹⁷⁹. Segundo Pereira (1950), “a simples descrição como finalidade dos estudos geográficos, não era mais suficiente” (Pereira, 1950). A improvisação na ciência geográfica, citando Pierre Monbeig, não poderia persistir, e, havia a necessidade de formar-se enquanto

¹⁷⁷ “Por um lado, fornecer concepções e estudos que orientassem os planos de ação sobre o território, sem esquecer o seu poder para mobilizar a classe política e as elites intelectuais entorno do ideário do regime. Do outro lado, a Revista formulava um novo discurso sobre o ofício do geógrafo, que abrangia métodos e técnicas de trabalho de campo e o emprego de instrumentos de medição científica (bússolas, câmaras, pedômetros, barômetros, etc.) utilizados nas viagens de reconhecimento. [...] Essas incursões a campo eram fundamentais para a implementação da moderna geografia, ciosa da conservação de seus profissionais a exploradores de seu próprio objeto, o território nacional” (Camargo, 2009, p. 26).

¹⁷⁸ “Uma transformação estrutural do campo geográfico estava em curso, pelo menos, desde 1944, produzindo, no ano de 1947, seus primeiros efeitos mais sensíveis. De início, a hegemonia da escola francesa de Vidal de La Blache na geografia brasileira foi suavizada, através da aproximação entre o CNG e os principais centros de produção geográfica norte-americana. Como parte da campanha de aproximação do governo americano, objetivando que o governo Vargas se afastasse da esfera de influência do nazifascismo, os mais notáveis geógrafos do IBGE, Jorge Zarur, Fabio de Macedo, o Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra, foram indicados para o programa de mestrado e doutorado em Winsconsin, Northwestern e Chicago, universidades especializadas em estudos regionais voltados para o processo de ocupação do território” (Camargo, 2009, p. 31).

¹⁷⁹ Em relação à “tradição que se conserva” aqui, isso pode ter o sentido de superação, ao menos no discurso, dessa visão estratégico-militar “é extremamente interessante observar como a RBG inicialmente abriga partidários de uma concepção mais tradicional da geografia, produzida por engenheiros e militares de renome. [...] De espaço de confluência para políticos, militares e engenheiros que pensam a geografia, a revista não demoraria a tornar-se um dos principais meios para sua definitiva superação. Em determinado momento, uma mudança qualitativa se opera na metodologia da produção geográfica e na estrutura do seu discurso. [...] Um novo ambiente acadêmico marcaria a cultura dos geógrafos de formação, o que prova o prestígio logrado junto às instituições dessa natureza, por meio de estudos por ela encomendados, destinados a balizar pesquisas universitárias” (Camargo, 2009, p. 31).

geógrafo¹⁸⁰. O geógrafo tornava-se mais capaz de abstrair e generalizar, explicando racionalmente os fenômenos (Pereira, 1950). Desse modo, conforme Camargo (2009):

apto a responder com eficiência aos desafios da organização territorial que contribuíssem decisivamente para esvaziar as representações espaciais que com elas concorressem e, assim, desenhar o controle do governo central sobre os organismos e os poderes locais, ou seja, como instrumento técnico de administração do território, as atividades do Conselho Nacional de Geografia permitiam ao governo central enfraquecer a liderança das oligarquias locais, precipitando-as à negociação, em proveito da sustentação e governabilidade de uma ditadura civil como a do Estado Novo. (Camargo, 2009, p. 27)

Como destacamos no capítulo anterior, ao tratar das articulações poder local e Estado, para a sua manutenção transformada, no processo em curso de centralização da institucionalização estatal, o caráter aparentemente neutro de ciência, pareceu contribuir em muito para essa transformação política. Agora, como possibilidade do chamado Estado Novo, alavancar essa centralização sem se opor radicalmente aos poderes locais, “o argumento da autonomia científica mascarava as implicações administrativas da produção geográfica para a prática política, o que permitia ao Governo Vargas esvaziar algumas prerrogativas das oligarquias rurais, sem partir para o confronto direto” (Camargo, 2009, p. 27). O “golpe” mais certo, segundo ainda o autor, teria sido uma forma de intervenção “técnico-administrativa sobre os estados, ao mesmo tempo em que incentivava o municipalismo, contribuindo para erodir o ‘mundo federalista’ por cima e por baixo” (Camargo, 2009, p. 27).

Na Revista, mesmo quando se apresentou um discurso regionalista, ou da constituição das regiões geográficas, isso se fez a partir do nacional. Ao analisar as imagens ilustrativas da seção da Revista Brasileira de Geografia chamada “Tipos e aspectos do Brasil”, Camargo (2009) mostra que ao:

exaltar a tradição do bandeirismo, recuperando a vocação expansionista como elemento formador da nação consubstanciava-se o discurso oficial sobre a interiorização do território, a chamada ‘Marcha para o Oeste’, e sobre a transformação do homem rural em trabalhador. (Camargo, 2009, p. 29)

Com esse intuito se promovia o regionalismo ou a regionalização do Estado frente aos localismos, incentivando a produção de regionalizações oficiais e mapas escolares¹⁸¹. O ensino básico teve aí um papel importante, assim como a

¹⁸⁰ “Refletindo os progressos das ciências de que se socorre – ciências físicas e naturais por um lado, ciências históricas e sociais por outro – ela passou a perder gradualmente o caráter de mera descrição para adquirir, depois, personalidade de verdadeira ciência, explicando cousas e fatos e interpretando os fenômenos que, numa estreita interdependência e correlação, se passam no planeta em cuja superfície o homem nasce, trabalha e morre” (Pereira, 1950, p. 1395).

¹⁸¹ Algumas das leis da Constituição de 1937, redigida por Francisco Campos, atendeu, segundo Almeida (2012), aos anseios do Governo Nacional, no tocante as questões territoriais, reduzindo a autonomia dos Estados. Segundo este autor, no caso da Lei Geográfica do Estado Novo [Decreto-Lei 311 de 02/03/1938] “a necessidade de bases cartográficas confiáveis para a campanha censitária de 1940 induziu os técnicos

institucionalização universitária desse campo geográfico, revelando na passagem para o “Estado Novo” uma mescla de relações políticas, pouco autonomizadas, entre os sentidos do ensino, do planejamento e do próprio Estado, no jogo de forças com o poder local, e dos novos rumos do Estado centralizando suas ações.

Havia, portanto, um sentido comum da necessidade de investimento do Estado na formação de quadros profissionais técnicos e superiores, além do ensino secundário, respaldando o próprio planejamento estatal. Isso incentivou também a criação de Conselhos e Departamentos, vinculados ao ascendente Governo Federal, preenchidos por essa qualificada força de trabalho.

Em resposta a essas e as demais investidas de centralização das decisões “acima” do poder local, ocorreu, entre outras, a Revolução Constitucionalista de São Paulo (em 1932), na qual, a oligarquia paulista requeria a salvaguarda de suas políticas locais, ou seja, a manutenção de decisões sobre a reprodução do trabalho desta região. A tréplica federal veio na forma de forte represália, com violência direta, ao enviar tropas federais para sua desarticulação.

No entanto, outros desdobramentos paralelos ocorriam nesse processo, como a criação de universidades e de órgãos estatais federais, congregando os anseios dos “poderes locais”¹⁸². Assim, ao se constituírem as universidades, era consolidada a parcelarização das ciências, entre elas a Geografia – agora não mais (ou cada vez menos) “improvisada”, “bacharelesca”, ou “leiga” – como ciência aplicada¹⁸³.

do IBGE a promover estudos visando a uniformização das circunscrições territoriais dos municípios e seus distritos. Com a referida Lei, o IBGE passou a controlar a conformação espacial das malhas municipais e distritais através de critérios técnicos que envolviam extensão territorial, população e receita; além disso, assegurou a unicidade da toponímia por meio da verificação de homônimos. [...] No que concerne ao processo de regionalização, sua principal finalidade no início dos anos 40, era a de homogeneizar territórios de características fisiográficas semelhantes, a fim de garantir a uniformização de procedimentos nos estudos geográficos e no processo de coleta estatística” (Almeida, 2012, s/p.).

¹⁸² Foram centrais à esse processo de institucionalização do ensino, secundário e superior, e do planejamento, os nomes de Joaquim Macedo Soares, Delgado de Carvalho, Francisco Campos, Gustavo de Capanema, Christovam Leite de Castro, Jorge Zarur, entre outros.

¹⁸³ Sobre a Geografia, Aroldo de Azevedo afirmou que “os métodos antigos começaram a ser abandonados; uma nova era para o ensino da Geografia tem início, entre nós. Seria injustiça negar que, para esse objetivo, muito concorreu a reforma do ensino realizada em 1931. Com todos os defeitos que nela reconhecemos, é inegável que lhe coube o papel de abrir novos horizontes ao ensino da ciência geográfica. Teve início, logo que se começou a cumpri-la, a reação benéfica. E, hoje, é com alegria que assistimos a renovação dos métodos de ensino e o entusiasmo com que professores e alunos aceitam tal renovação. Em nosso Estado [São Paulo], um outro fator representou papel de relevância dentro desse movimento: a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde, na subseção de Geografia, procuraram os eminentes catedráticos que a França nos enviou – esta França que tanta fascinação tem exercido sobre a nossa formação mental e que é a pátria de Vidal De La Blache, Brunhes e Martone – procuraram, sem tardança, incentivar tal movimento, dar-lhe orientação e ampliar mais ainda os horizontes do ensino” (Azevedo, 2012 [1937], p. 67).

Por outro lado, mas de forma parecida, o “poder local paulista”, também se movimentaria por esses meios “menos violentos”, dada a própria configuração geral do processo em curso da modernização que os envolviam (pois, seus filhos, da oligarquia, já se formavam em engenharia, direito, medicina, agronomia, entre outros), institucionalizando suas ações. São desse momento a criação da Universidade de São Paulo e outros organismos estaduais de planejamento, voltados para os anseios de sua oligarquia¹⁸⁴. No caso da Universidade de São Paulo, destacou-se o curso de Geografia (e História), criado no contexto da missão francesa¹⁸⁵, mesma missão da criação da Universidade do Distrito Federal em 1935 – tornada Universidade do Brasil em 1939¹⁸⁶.

Tanto na Universidade de São Paulo, quanto na AGB, às pesquisas e os conteúdos difundidos se voltavam, de maneira geral, para o estudo do Estado de São Paulo, com um viés bastante pautado em discussões teórico-metodológicas influenciadas por autores franceses¹⁸⁷ e para conformação do Estado, como articulador do “novo” “pioneirismo” territorial (Nogueira, 2012)¹⁸⁸. O mesmo também ocorreu com

¹⁸⁴ Segundo o Estadão, em uma edição histórica sobre os 80 anos da Universidade de São Paulo, publicado em 23/01/2014, em 1926 “O educador e sociólogo Fernando de Azevedo, a pedido de Julio de Mesquita Filho, então diretor de 'O Estado de S. Paulo', realiza inquérito sobre educação pública em São Paulo. A conclusão foi a existência de um ensino desestruturado e que as faculdades estavam restritas à formação profissional. O resultado sugere a criação de uma universidade em São Paulo para formar professores e incentivar a ciência” (Estadão, 2014). Isso mostra uma preocupação em se posicionar frente a um processo em curso de transformações que ocorriam em outros lugares do mundo, e que influenciavam a formação de uma classe média derivada das oligarquias cafeeiras.

¹⁸⁵ Em 1934, mesmo ano de fundação da USP, chega à essa universidade a chamada “Missão Francesa”, que deu suporte inicial aos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Conforme o Estadão, entre “os contratados, estavam George Dumas, Claude Lévi-Strauss, Fernand Paul Braudel, François Perroux, Paul Arrousse Bastide, Etienne Borne, Robert Garric, Pierre Deffontaines, Emile Cornaert, Michel Bervellier, Pierre Hourcade, Roger Bastide, Jean Maugüe, Jean Gagé, Alfredo Bonzon, Paul Hugon, Pierre Monbeig, Pierre Fromont” (Estadão, 2014). Ainda há que se lembrar de que é em São Paulo, em 1934, que foi criada a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a revista GEOGRAFIA, por iniciativa de Pierre Deffontaines e Caio Prado Júnior.

¹⁸⁶ Segundo Pierre Deffontaines, “a importância dos estudos geográficos é inegável em tal paiz; eles não foram aliás descurados conhecessem as admiráveis narrativas de explorações já publicadas, e contam-se também numerosos cientistas que se dedicaram ao reconhecimento geográfico do Brasil. Mas, até agora estes trabalhos tinham permanecido como fatos isolados, não atingiam um grande público cultivado; sobretudo, não formaram escola, e o Brasil não possui ainda uma turma de geógrafos. É este um dos objetivos principais que deve almejar o ensino da geografia na Universidade de S. Paulo; o gosto do público já está orientado neste sentido; constatamo-lo amplamente no curso de conferências que no ano passado realizamos em S. Paulo” (Deffontaines, 2012 [1935], p. 11).

¹⁸⁷ Pierre Monbeig, em um texto chamado “Reflexões sobre um trabalho inútil”, coloca que apesar da carência de textos geográficos sobre São Paulo, sempre que encontrava algum, fazia questão de ler. No entanto logo se decepcionava. Isso porque “longe de fazer avançar o conhecimento científico da geografia paulista, os esforços embora sinceros, foram inábeis; que se gastou um tempo precioso e que as páginas que se pretendiam saborear não fazem outra coisa senão transportar-nos para uma época em que a geografia era uma enumeração seca e aborrecida, época esta que se julgava para sempre passada” (Monbeig, 2012 [1935], p. 28).

¹⁸⁸ “Realmente, numa primeira aproximação do fenômeno pioneiro no Brasil, é possível atestar a generalização de um juízo no qual as particularidades nacionais aparecem explicadas como decorrência do relacionamento íntimo engendrado entre a conquista de novas terras, o avanço do povoamento, a busca

a Universidade do Distrito Federal, na qual, porém, uma diferença fundamental foi se consolidando. Nessa última, alguns quadros institucionais participavam do IBGE, onde se envolviam com o planejamento e gestão.

Portanto, o planejamento, entre outras ações estatais, ao se institucionalizar, se mostrava como parte do processo da transformação das bases anteriores, modificando as relações de produção. Assim, tornava central o Estado, em relação ao próprio processo por ele impulsionado, envolvendo nisso o ensino técnico e superior, retroalimentando as próprias ações estatais.

Em seguida, desdobraremos um pouco o processo histórico do planejamento no Vale do São Francisco, tentando identificar como lhe fora inicialmente relegado um papel prático, mas logo dissipado, nas transformações do próprio processo crítico da modernização nos anos 1970, só retomadas, como debates acadêmicos informando as ações estatais, sem a institucionalização das mesmas, nos anos recentes.

2. Aspectos históricos do planejamento regional no Vale do São Francisco

A partir dos anos 1930, a “responsabilidade” sobre os rumos do desenvolvimento se centralizaram cada vez mais no Estado, algumas ações estatais, na tentativa de garantir a reprodução do capital em crise. Naquele momento, muito se discutiu a teoria keynesiana, e suas derivações, na tentativa de mitigar tal crise. Estabeleceram-se, com isso, alguns dos paradigmas iniciais do planejamento regional, exemplificada, pela experiência da norte-americana *Tennessee Valley Authority* (TVA).

No Brasil, essa forma de planejamento regional foi incorporada ao debate, e, seus preceitos, aplicados por geógrafos e engenheiros nos anos de 1940, na formulação da proposta de criação de uma autarquia de desenvolvimento regional no Vale do São Francisco. Isso observamos, nas atas de discussão na Câmara e no Senado, sobre os projetos e planos diretores no âmbito do Estado, entorno da tentativa de estabelecer “soluções” a um tema recorrente, a partir de 1930, em suas seções: o atraso regional do Vale do São Francisco e do Nordeste.

Em 1946, o texto da Constituição Federal indicava, pelo Artigo 198, que 3% da arrecadação da União deveriam ser destinadas ao Nordeste para fins de combate a seca e

do desenvolvimento econômico e a consolidação da identidade. Extrai-se disso a circunstância histórica da existência, para os países de formação colonial, de uma íntima relação entre a consolidação do moderno Estado nacional e o processo de formação territorial mediado decisivamente pela conquista e ocupação do espaço, fenômeno que, em sua dimensão ideológica, atua como elemento de coesão, remetendo a um arcabouço material concreto – o patrimônio territorial do Estado – a função articuladora da identidade nacional” (Nogueira, 2012, p. 319).

para a implantação de obras de infraestrutura. Isso corroborava com a ideia de atraso da região em relação ao Centro Sul, sendo a seca o cerne do problema¹⁸⁹.

As soluções previstas neste artigo representavam a política comum efetivada na região até aquele momento: o encaminhamento de recursos para a execução de obras pontuais e de socorro emergencial às vítimas de enchentes ou secas prolongadas. Porém, com um pequeno diferencial: agora, os recursos para isso, estariam previstos na Constituição (teriam uma base orçamentária), e não poderiam mais ser solicitados, de forma quase personalizada pelo poder local, aos órgãos responsáveis, como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

No entanto, segundo alguns deputados da época, isso não tratava dos “reais” motivos do atraso da região. Inspirados em ideais cada vez mais presentes nos debates, reivindicavam, uma parte desses recursos para um **plano de ação** do Estado – no combate mais total, segundo eles, a essas mazelas ocasionadas pelas secas e pela falta de infraestrutura energética e de transportes.

Naquele mesmo ano de 1946, uma equipe constituída por técnicos e engenheiros, se reuniu na Câmara dos Deputados solicitando um direcionamento do uso de parte desse montante, especialmente para o desenvolvimento de ações promotoras de um melhor e maior aproveitamento dos recursos do Vale do Rio São Francisco. Essa reivindicação se materializou nas seguintes *Emendas Constitucionais*: a de número 179 (de 03/06/46), proposta por Manoel Novais; a número 1.505 (de 20/06/46), proposta por Café Filho; e, a de número 2.989 (de 28/06/1946), proposta por Clemente Mariani. Entre as justificativas da indicação dessas *Emendas* se encontrava a seguinte, elaborada por Clemente Mariani:

O São Francisco, o mais brasileiro de todos os rios, traço de união entre o Centro e o Nordeste [...] artéria fixadora de populações já bastante densas, constitui uma realidade atual, que apenas necessita de saneamento, de transporte, de irrigação e de crédito [...]. (Nacional, C., 1963, p. 8)

O “apenas” da citação inclui todas as tarefas as quais o Estado deveria ser responsabilizar. Todas as três *Emendas* reunidas culminaram no *Ato das Disposições Transitórias (ADCT)* firmadas no Artigo 29, em 18/09/1946:

¹⁸⁹ “Art. 198 - Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada **seca do Nordeste**, a União despenderá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a **três por cento da sua renda tributária**. § 1º Um terço dessa quantia será depositado em caixa especial, destinada ao socorro das populações atingidas pela calamidade, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juro módico, consoante as determinações legais, empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca. § 2º Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento da sua renda tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à assistência das suas populações” (Planalto, 2014) (grifos meus).

Art. 29 - O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias. (Deputados, 2013)

Se antes as obras realizadas, principalmente pela *Inspetoria de Obras Contra a Seca* (IFOCS) e pelo seu sucedâneo, o *Departamento Nacional de Obras Contra a Seca* (DNOCS) eram pontuais, e, a escolha dos locais eram determinadas muito mais em função das necessidades de um poder local – ou seja, direcionando recursos a poucos privilegiados –, esse caráter, para a equipe, poderia mudar a partir da proposta de um plano estatal, com prazo, receita e área de abrangência determinados. O planejamento de suas ações foi uma importante transformação da forma de agir do Estado, fortalecendo cada vez mais seu caráter institucional¹⁹⁰.

As discussões e debates envoltos nessa transformação revelaram as disputas entre os diferentes interesses políticos e econômicos, e, principalmente, a ascensão dessa nova prática do Estado: o planejamento regional. Tal prática o colocava, e o permitia, monopolizar a violência e os meios pelos quais financiaria o desenvolvimento, transformando as condições da reprodução, incluindo a terra e o trabalho. Portanto, diferenciava-se qualitativamente da anterior, na qual, entre outras coisas, como vimos, o Estado relegava o monopólio da violência, ao poder local, e não tinha uma ação planejada no sentido de transformar as bases da reprodução capitalista, mobilizando terra e trabalho. Mas, somente propunha e executava ações pontuais, garantindo a permanência, não transformada, do poder local, ou seja, os planos nacionais voltados à viação (rodoviária, fluvial ou férrea), açudagem ou de urbanização.

Em junho de 1946, na Assembleia Nacional Constituinte, tomou a palavra o deputado Manuel Novais¹⁹¹, e, com intuito de justificar a importância da Emenda Constitucional 179¹⁹², recorreu à história, destacando as impressões dos viajantes “dispostos” (segundo ele) ao reconhecimento do vale sanfranciscano:

descobriram um povo ingênuo, generoso e bom, **crente em Deus e incrédulo nos governos**. Notaram pouca roupa, sapato e chapéu. [...] Nenhuma fábrica

¹⁹⁰ Como argumentamos, isso não foi um simples passo natural, mas envolveu disputas e acordos políticos de longa duração. Tanto Celso Furtado, como Francisco de Oliveira, de maneira diferente um do outro, identificaram essa particular transformação pela qual as ações estatais pré-1930, tidas como pontuais e restritas a poucos interesses, como as do DNOCS, passaram a exigir maior abrangência e planejamento. Esse importante aspecto foi também, muito bem elucidado, por Amélia Cohn em seu livro: *Crise Regional e Planejamento*, trazendo os pormenores dos debates políticos e sociais da época, relacionados à criação da SUDENE, em muito ajuda a entender o processo como um todo.

¹⁹¹ O deputado Manuel Novais é o mesmo que estabeleceu a articulação entre o coronel Franklin e o Estado, na década de 1930, formalizada na Coligação Sertaneja, como vimos no capítulo anterior.

¹⁹² Essa Emenda originou, junto com as Emendas 1.505 e 2.989, o ADCT 29, permitindo o destino de uma receita anual, durante o prazo de vinte anos à elaboração e execução do Plano de Valorização.

- nenhuma indústria. Produção exangue. Comércio atrofiado. Transportes difíceis e caros. Conforto nulo. **Viram homens do povo perambulando pelas calçadas, ruas e estradas à cata de trabalho.** (Nacional, C., 1963, p. 15) (grifos meus)

Sem negar a importância dos viajantes, “valorizando” assim a tradição, logo contrapôs uma noção de superação desta visão descritiva, mostrando sua preocupação com a região voltada a exaltação da credibilidade das ações estatais. Além disso, nas entrelinhas, via uma espécie de força de trabalho à espera de seu uso, ou seja, deseja pela criação das condições melhoradas de trabalho, trazendo posteriormente, em seu depoimento, exemplos de outros países experientes no desenvolvimento de técnicas e ações de transformação da realidade pelo planejamento¹⁹³. Destacando a TVA, afirmou:

no gênero a obra mais audaciosa que o engenho humano já concebeu e que há de servir de modelo ao São Francisco, materializou-a o saudoso Presidente Roosevelt, no Vale do Tennessee. Organizou a T. V. A. (Autoridade do Vale do Tennessee) com uma amplitude de poderes e autonomia nunca vista na administração norte-americana [...]. (Nacional, C., 1963, p. 21)

Depois, o mesmo deputado questionou o fato de haver historicamente um descaso geral do Estado com o Vale do Francisco, e, disso poder gerar o seu esvaziamento populacional. Para ele, as ações da futura autarquia, deveriam conter a saída de população – a ser “utilizada” (mobilizada) na própria região¹⁹⁴: “urge, portanto, socorrermos o grande rio com a construção de obras hidráulicas, que contenham suas águas, regularizem suas descargas, conservem sua capacidade volumétrica e permitam assegurar trabalho remunerador ao ribeirinho” (Nacional, C., 1963, p. 28).

Esse depoimento se tornava o senso comum dentre os mais progressistas, representantes de parte do poder local, os quais, para não perderem o “controle” do processo e o domínio sobre as relações de trabalho, viam nesse momento, por meio do Estado, a possibilidade de garantir uma nova forma de reprodução. Propunham combater a mobilidade, ou deslocamento do trabalhador para outras regiões,

¹⁹³ As ações da TVA representavam um modelo de planejamento estatal importante, e que ganhava adeptos pelo mundo. Para o deputado Manoel Novais, o “São Francisco, sob nenhum aspecto, é inferior ao Nilo, ao Níger, ao Iantsê e ao Tennessee. O Egito de Ramsé III a Lord Cromer, sob protetorado inglês, jamais se descuidou do lendário Nilo. Levantou barragens no delta e ao longo de seu leito abriu milhares de quilômetros de canais de irrigação, umedeceu as areias do deserto e incentivou a lavoura algodoeira e de cereais” (Nacional, C., 1963, p. 20).

¹⁹⁴ “Existem, porém, outros motivos de natureza orgânica que reforçam minhas razões. **Contingente ao abandono do São Francisco presenciamos desolados o despovoamento de sua bacia**, cujos moradores o adoram como a Deus, que protege seu lar, seu pão e sua saúde. Em dolorosa retirada, anualmente, milhares de ribeirinhos sobem suas águas, de cambulhada com os nordestinos vítimas das secas, para lavar com seus músculos e regar com seu suor as fecundas terras paulistas e bater as gemas preciosas nos garimpos de Mato Grosso e Goiás. E a continuarem as coisas no ritmo em que vão, **dentro em pouco os sertões do São Francisco ficarão desabitados**. Antes que se adotem medidas de efetiva assistência econômica aos sertanejos para prendê-los à terra, amparar sua família, defender sua saúde e abrigá-los da miséria, não adianta protestar, nem tentar **impedir esta onda emigratória, antibrasileira, que nos rouba o braço e vitalidade e esgota a fonte da futura recuperação econômica do São Francisco**” (Nacional, C., 1963, p. 27) (grifos meus).

mobilizando-os *in loco*, ou seja, tentando assegurar, e quiçá ampliar, essa força de trabalho na região, mesmo de forma qualitativamente diferente, com suporte de obras infraestruturais devidamente racionalizadas.

Colocava-se, assim, a centralização do capital, cada vez mais monopolizado, e a concorrência generalizada entre os detentores do poder local, os quais, nesse processo, recorriam a diversas estratégias para manutenção de seu poder. A crise afetava diferentes ramos e só o Estado poderia ser a salvaguarda de um processo em ruínas. Esse aspecto, destacamos no capítulo anterior, no qual os coronéis iniciaram suas articulações no sentido de solicitar guarida para suas ações ao Estado.

A partir da exigência do ADTC 29, de formulação do *Plano de Valorização Econômica do Vale do São Francisco*, se desdobrou o processo de criação da *Comissão do Vale do São Francisco* (CVSF), antecessora da *Superintendência do Vale do São Francisco* (SUVALE) e da CODEVASF¹⁹⁵. Vejamos como foi esse processo.

Em outubro de 1946 se formou, conforme o requerimento 63/46, uma *Comissão Especial do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco* (logo após ser aprovado na Câmara dos Deputados o ADCT 29). Esta realizou reuniões extraordinárias entre 12 de novembro e 09 de dezembro de 1946, com intuito de apresentar e justificar o Plano. Os relatos dessas reuniões e das seções da Câmara dos Deputados nos ajuda a entender os intuítos e perspectivas em jogo no processo¹⁹⁶.

Tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado, foram recorrentes os embates, sobre a execução do Plano. Essa disputa política colocava ao menos três grandes conjuntos de interesses em jogo: o dos conservadores (em geral grandes proprietários de terra) e o dos progressistas: mais liberais, industriais, comerciantes; e, os de esquerda, da “bancada comunista”. Os principais argumentos se referiram as prioridades: para os progressistas da esquerda, primeiro deveria ser feita a desapropriação de grandes propriedades, melhorando a distribuição das terras, antes de qualquer ação de valorização; já para os progressistas liberais e mesmo conservadores, em primeiro lugar, deveriam ser realizadas a infraestruturação energética, de estradas e de irrigação, para depois, se necessário, desapropriar áreas.

¹⁹⁵ Alguns aspectos podem ter contribuído para esse processo, por exemplo, as constantes crises do comércio, ou, no âmbito da reprodução, as saídas dos filhos das fazendas em busca de formação técnica ou superior, nas Universidades francesas ou americanas devido ao aumento da demanda de cargos técnicos e de comando a serem preenchidos nessa nova dinâmica do Estado, apresentando-se como os mais gabaritados, aos postos de trabalho complexo em ascensão.

¹⁹⁶ Como os do Eng. Geraldo Rocha, Eng. Agenor Miranda, Clóvis Cortêz (do Dep. Nacional de Viação e Obras Públicas), Eng. Adozinho Magalhães de Oliveira, Apolônio Sales (ex-ministro da Agricultura), de Carlos Mariguella, Gregório Bezerra, Manuel Novais, Lucas Lopes, Israel Pinheiro, entre outros.

Após passar pelo Senado Federal foi sancionada a lei nº 541 de 15/12/1948 criando a Comissão do Vale do São Francisco. Em seu texto final arrematava um longo debate realizado tanto na Câmara dos deputados, quanto no Senado Federal, a favor dos propositores do Plano de Valorização. As orientações gerais foram a de valorizar as terras antes de qualquer desapropriação (possibilidade longínqua, em caso de demanda surgida da implementação desse Plano).

No tocante a centralização ou descentralização, do poder executivo, prevaleceu a centralização do poder na União, porém, com liberdade de ação descentralizada. Trata-se de uma delicada estratégia de articulação política com o poder local, em um momento de transformação, pelo qual, sua aparente perda de centralidade nas decisões, o colocava de outra forma, nesse processo de institucionalização das ações estatais.

Torna-se importante mostrar as mensagens presidenciais enviadas naquele momento, em relação a sua aprovação e quanto à atuação da Comissão, conformando os ideais daquele governo. Ao introduzi-las, o redator desse relato da Câmara dos Deputados, sem se identificar, destacou: “a experiência iniciada na Bacia do São Francisco era a primeira tentativa de planejamento regional em execução no país. Planejamento que diferia de quaisquer outros programas econômicos de amplitude nacional, ou ainda de ligeiras iniciativas visando a beneficiar determinados núcleos estaduais ou municipais” (Nacional, C., 1963, p. 199).

A primeira mensagem, a de 1948, feita por Eurico Gaspar Dutra, teve como título o “Sentido Nacional do Aproveitamento do São Francisco”. E mostrando a serventia do plano de valorização no São Francisco: “sob qualquer de seus aspectos, a valorização econômica da extensa região e a elevação do padrão de trabalho dos seus habitantes é problema que ultrapassa o âmbito dos interesses regionais, para adquirir extraordinária significação nacional” (Nacional, C., 1963, p. 200).

Apresentando de forma ainda mais explícita o caráter do planejamento e sua função naquele momento, a segunda parte da mensagem, intitulada “Planejamento Regional”, colocou: “cumpre planejar [...] com absoluto senso prático e ausência total de zelos particularistas ou **veleidades regionalistas**, mas segundo prioridades, decorrentes da própria natureza dos trabalhos, e ordem lógica de urgência” (Nacional, C., 1963, p. 201) (grifos meus). Por “veleidades regionalistas” entendemos se referir

criticamente ao poder local e a atuação do Estado antes de seu Governo, algo destacado de forma mais direta nas mensagens posteriores¹⁹⁷.

No ano seguinte, em 1949, a mensagem do mesmo Presidente destacava a importância de tal iniciativa e de uma “política concreta de empreendimentos positivos” afirmando que o Vale do São Francisco “se apresenta, graças à fertilidade do solo adequado a múltiplas culturas, **como a solução ideal para fixação dos trabalhadores rurais nordestinos que se deslocam com as respectivas famílias, em migrações periódicas**” (Nacional, C., 1963, p. 205) (grifos meus). Essa fixação, também se revela como mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977), por se tratar, em verdade, de modificações na estrutura fundiária e infraestrutura (como irrigação), levando a despossessão da terra e ao assalariamento, como tentativa da solução da migração.

Em 15 de dezembro de 1950, após ser aprovado o Plano de Valorização Econômica do Vale do São Francisco pela **comissão especial responsável**, o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, o **enviou à Câmara dos Deputados**, para análise e votação, com uma mensagem¹⁹⁸, na qual colocava esse plano em igual ou maior peso que o Plano SALTE, e, além disso, mostrava como ambos eram a marca de uma mudança na forma de agir do Estado¹⁹⁹. Dizia se tratar de um **empreendimento**

¹⁹⁷ “Não se devem subestimar, entretanto, as dificuldades dos trabalhos para a sua execução. **É a primeira tentativa, em nosso país, de planejamento regional**, cujo maior obstáculo não está em projetar determinadas obras e serviços, mas em selecionar e executar os de maior repercussão na vida econômica e social das populações interessadas, condicionando, por outro lado, o início de qualquer obra à existência de suficientes recursos humanos, técnicos e financeiros, para sua realização dentro dos prazos prefixados” (Nacional, C., 1963, p. 201) (grifos meus).

¹⁹⁸ Lembremos que o Plano Geral de Aproveitamento do Vale do São Francisco fora debatido desde 1947 no Congresso, pela Comissão Especial para o Aproveitamento dos Recursos Naturais do Vale do São Francisco. Enfim, em 1950, após essa comissão aprová-lo, este fora enviado para a Câmara dos Deputados, para ser discutido de forma mais ampla. Esse só foi aprovado de fato em 1956, sendo que a apresentação das Mensagens presidenciais, encaminhadas à Câmara nesse período, tinha como intenção estimular a aprovação do mesmo. Essa Comissão foi composta, entre outros, pelos engenheiros Lucas Lopes e Paulo Peltier de Queiroz.

¹⁹⁹ “Tenho como um dado positivo da minha administração – e a esta altura certamente me será permitido confessá-lo – o ter promovido a elaboração e entregue ao debate público e dos representantes do povo, com assento no Congresso Nacional, os dois primeiros planos **pelos quais se procura disciplinar a atividade administrativa do governo federal, retirando-lhe o caráter de improvisação e lutando contra a descontinuidade**, que são, por sem dúvida, duas falhas que a entorpecem. O primeiro, o Plano SALTE, hoje convertido em lei, e ao qual se incorporou muito da vossa esclarecida colaboração, visa, realmente, dar maiores perspectivas ao trabalho administrativo. [...] O outro Plano é este que ora vos é submetido. Se, em muitos pontos, participa da natureza do primeiro, introduz em a nossa prática administrativa a idéia de região como centro de interesse do planejamento. **É fascinante, para o estudioso da vida política dos Estados federados, criar e experimentar fórmulas e práticas por meio das quais um plano dessa ordem possa servir, não apenas para coordenar, com um fim determinado, a atividade dos diversos departamentos e órgãos da administração federal, mas ainda para estabelecer bases mais amplas de convivência e estreita cooperação com as outras unidades de governo, existentes dentro da área selecionada para os fins do planejamento**” (Nacional, C., 1963, p. 262-263) (grifos meus).

original e de grande dificuldade, afirmando que as diretrizes mais adequadas ao enfrentamento dos problemas específicos do Vale do São Francisco seriam a regularização do rio, a geração de energia, a implantação de meios de transporte, o fomento à produção, à educação e à saúde, além da ocupação territorial. Por fim, destacou o quanto a ação planejada seria importante, principalmente contra o chamado “imediatismo” das ações, se referindo indiretamente a outros Governos que não tinham o planejamento como forma de ação²⁰⁰.

Finalmente, em 1956, foi aprovada, na Câmara dos Deputados a lei nº 1.057/56, referente ao Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, composta pela lei 541/48, em obediência ao determinado no artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do seu Regimento constante no Decreto número 26.476 de 17 de março de 1949²⁰¹.

Após esse longo debate e período para a aprovação do Plano, base das ações da CVSF, vejamos as suas principais características, relacionadas principalmente à questão da terra, do trabalho e do planejamento estatal proposto para o Vale do São Francisco.

Os autores, todos da Comissão Especial, explicitaram, logo de início, em uma introdução justificativa dos métodos, chamada “filosofia do plano”, pautada na organização, coordenação e controle, com método de ação, sem improviso, referido, entre outros, a proposição de David Lilienthal para a TVA²⁰².

Segundo eles, o Plano de valorização também se justificaria pela baixa densidade de ocupação produtiva e desenvolvimento econômico da bacia, e, por ser o elo entre o Sul e o norte do país, deveria ter mais atenção do Estado.

A valorização do Vale e a recuperação do homem são os objetivos finais do plano [...]. A ação do governo será principalmente de catálise, de ativação

²⁰⁰ “Mas é precisamente contra as seduções do imediatismo que devemos nos precaver. Segui-las será o meio mais seguro de fugirmos aos propósitos do constituinte quando, sabiamente, cuidou do aproveitamento total das possibilidades econômicas do Vale do São Francisco. Os males da dispersão - das obras de limitado efeito local e de intenções políticas [...] são esses, precisamente, os males contra os quais se ergue a idéia do planejamento. Seria renegar, completamente, a sua função precípua deixar de utilizá-lo como o instrumento capaz de eliminar todo propósito parasitário ou marginal, e de concentrar esforços no que realmente interessa” (Nacional, C., 1963, p. 267).

²⁰¹ Esse é o Plano Geral elaborado pela Comissão Especial. Recapitulando: em 1948 foi aprovada a criação da CVSF. Em 1950 foi criada a Comissão Especial, que o elaborou e o aprovou em 1956.

²⁰² “Planejar é estabelecer um método de ação; é, pois, o inverso de improvisar. Para se executar uma dada obra ou conjunto de obras, devem ser cumpridas as seguintes funções, que, em conjunto, constituem a arte de administrar, segundo a linha de raciocínios de Fayol e seus discípulos [...] A função de planejar pressupõe um esforço de investigação e de previsão. A execução da obra planejada exige organização, coordenação, comando e controle [...] O que importa para o sucesso de um plano é criar nele uma confiança e uma receptividade para suas idéias, que as tornem geralmente aceitas. Um plano democrático exige que o cidadão participe dele como colaborador, e não apenas como beneficiário ou vítima, como bem lembrou David Lilienthal. Estas ideias justificam e esclarecem as diretrizes que adotou a Comissão na elaboração do plano do São Francisco” (Nacional, C., 1963, p. 268-269).

de um processo natural de fixação humana, em contraposição à tendência de centrifugismo migratório que se verifica no Vale. (Nacional, C., 1963, p. 276) (grifos meus)

Após o primeiro capítulo, denominado “estudos, levantamentos e observações”, no qual ressaltaram a importância da Geografia (de uma forma genérica associada à **descrição** e **explicação** das relações Homem-Natureza) para efetivação do levantamento de dados, indicaram, no segundo: a necessária regularização do regime fluvial, como principal problema a ser enfrentado, dado se tratar do eixo norteador da ação planejada identificada por esta Comissão.

No terceiro e quarto capítulos, destacaram a navegação fluvial e eletrificação. No quinto, apresentaram a regularização fluvial atrelada à possibilidade de uma irrigação mais racional e em grande escala, constituindo “núcleos agropecuários”²⁰³.

Este sentido, muito debatido no Congresso, se tornou padrão nas políticas de desenvolvimento propostas, posteriormente, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). A desapropriação de grandes propriedades e despossessão de pequenas posses, após a infraestruturação, para fins de instalação de projetos de colonização. Dessa forma se atendia as demandas do poder local, na obtenção vantagens junto ao Estado, no momento da desapropriação de suas terras, por um preço geralmente alto, e mesmo quando permaneciam, principalmente por usufruírem da infraestrutura destinada às áreas próximas às suas propriedades, como rede elétrica e estradas. Já os posseiros, agregados ou vizinhos, vivendo em condições precárias, ou, perdiam suas terras (em geral sem documentação), ou, por serem agregados em fazendas desapropriadas, deveriam procurar outras formas de efetivar sua reprodução, geralmente se assalariando nesses mesmos projetos de irrigação, na construção de barragens, ou ainda se deslocando para as grandes cidades. Isso caracteriza da mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977). Quando estes tem “sorte”, ficam nas terras, se assalariando a preços irrisórios nos projetos de colonização.

O planejamento das ações impôs regionalmente a mobilização do trabalho, ao se voltar para a constituição de grandes obras, de eletrificação e regularização do fluxo da

²⁰³ “Na ocupação futura dessas áreas, dentro do sistema de colonização que fôr mais aconselhável e adotado, terão preferência os agricultores e criadores que, anteriormente, as tiverem ocupado e utilizado convenientemente. [...] Com a irrigação progressiva das faixas aráveis, nas áreas onde a mesma fôr possível e se tornar necessária, será fácil o estabelecimento de núcleos agropecuários, a serem colonizados, racionalmente, mediante a introdução dos novos métodos e processos que a técnica especializada recomenda. A execução das obras de irrigação, porém, será precedida da elaboração, pela Comissão, dos estudos e projetos detalhados, para cada área, os quais abrangerão os estudos e processos mais convenientes à regularização das terras que forem abrangidas por cada projeto de irrigação” (Nacional, C., 1963, p. 317-319).

água. Ou seja, para a infraestruturação e estímulo à irrigação e colonização, visando fixar os trabalhadores, por elas mobilizados, na própria região.

Essa proposição apresenta os traços gerais da transformação qualitativa em curso referida a institucionalização das ações do Estado. E, na tessitura desse processo, como se afirmaram as proposições de desenvolvimento regional por bacia (aproveitamento econômico). A seguir, veremos como isso se tornou cada vez mais comum, observando a proposição e consolidação do planejamento regional no Vale do São Francisco²⁰⁴.

2.1 A contribuição geográfica aos primórdios do planejamento no São Francisco

No momento da centralização estatal, em suas esferas de atuação econômica e social, ao mesmo tempo, se criavam os mecanismos de institucionalização dessas ações. A imbricação desses aspectos remeteu a constatação da existência de regiões como um problema nacional, e, ao surgimento do planejamento, como prática para solucioná-lo.

Isso se remete a noção de “região planejada” (política), determinada pelo Estado, como uma dimensão do espaço econômico, conformando e transformando a territorialização do capital daquele momento. Tal temática foi esmiuçada por Oliveira (1977), Toledo (2008), Boechat (2009; 2014) e Leite (2010; 2015), dos quais os argumentos situam-se na passagem de um momento regional para um momento do Estado Nacional, como processo, ao menos para os três últimos, de autonomização.

A Geografia, como um campo em consolidação contribuiria às intervenções do Estado, no reconhecimento e diagnose de “áreas problema”. Porém, o papel antes desempenhado, como descrição da relação “homem-meio” (como na monografia regional francesa), ganhou um elemento: a explicação dos fenômenos observados.

Em parte, essa mudança derivou de uma renovação proposta pelos franceses da segunda geração regionalista, colaborando ainda mais para a instituição da Geografia como ciência acadêmica, no rol das Ciências Humanas, concebendo métodos e teorias próprias. Entre eles cabe o destaque para Max Sorre, e seu aprofundamento na discussão

²⁰⁴ “Tanto assim que, visto a distância, o Plano de valorização da bacia sanfranciscana pode ser considerado como precursor de outra iniciativa governamental destinada a repercutir fundamente na economia nordestina. Trata-se da Operação Nordeste, configurada na criação da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), com sede em Recife” (Nacional, C., 1963, p. 1). Apesar do próprio Estado reconhecer a importância do Plano do São Francisco para a Sudene, outros aspectos políticos e econômicos estavam em jogo no contexto de sua criação. Entre eles as constantes denúncias sobre a chamada “indústria da seca”, a corrupção e ações pontuais do DNOCS (“Relatório Ramagem”, apresentado ao presidente Juscelino Kubitschek, pelo então coronel Orlando Ramagem, em 1958); a seca prolongada de 1958; os levantes populares e organizados das Ligas Camponesas; a Conferência dos Bispos do Brasil, que estavam discutindo as condições de miserabilidade da população nordestina; no bojo de uma longa negociação, pacto, entre os poderes locais e o Estado.

do gênero de vida de Paul Vidal de La Blache. Por outro lado, isso se relacionou com próprio contexto da crise de 1929 e da Segunda Guerra, no qual, também o Estado a tornava, ao menos momentaneamente, necessária ao planejamento.

Naquele momento, para o geógrafo Jorge Zarur, o conceito de região, como abstração, baseava a sistematização regional efetivada como um meio para o controle das ações²⁰⁵. A região se constituiria de fatores concretamente existentes, natural e socialmente, ou seja, como um fim já determinado, a qual o Estado, a serviço de todos, poderia manipular. Em suas “análises regionais”, o geógrafo deveria estabelecer a união desses dois sentidos, a serviço do homem, configurando um “regionalismo”, considerado como dado da “integração dos fatores ambientais-físico-econômicos, sociais e governamentais, formando uma entidade homogênea, como consciência distinta, com certa autonomia, com manifestações culturais peculiares, e integrada no domínio nacional” (Zarur, 1946, p. 5-6). Para ele, isso significava também, uma forma de “descentralização administrativa” do poder.

Esta forma de pensar a Geografia tinha certa influencia nos estudos norte-americanos de meados da década de 1930, relacionados principalmente, com as experiências de implantação e gestão propostas pela TVA, sendo um de seus fundamentos básicos, a descentralização administrativa²⁰⁶.

Esse caráter mais amplo, extrapolando a monografia regional, era central ao reconhecimento dos recursos econômicos potenciais de uma região. Desse modo, para além da sua descrição, era importante a explicação dos fenômenos, das relações “homem-meio” e, o planejamento das ações, para um “reajustamento econômico e social” (Zarur, 1946, p. 10). Segundo ele, numa síntese entre essa Geografia, o Planejamento e o Estado, o papel da Geografia com o “regionalismo” era:

transformar o Estado num elemento criador de valores em vez de parasita e policial; fazer com que as nações passem a tomar conhecimento das suas possibilidades econômicas e a necessidade de usar bem e conservar as riquezas naturais, das quais dependem os interesses das gerações que se sucedem. (Zarur, 1946, p. 11)

Cada vez mais se colocava a necessidade de planejar as ações estatais sem lhe tirar o caráter democrático (ressalva importante, pois em 1945 se instaurava o regime

²⁰⁵ “As regiões são ‘meios’ que facilitam o controle e a melhor administração, surgiu e evoluiu com aqueles que mais se interessavam pela regulamentação da vida social existente. Estes estudiosos, de mentalidade mais especulativa, não se preocupavam apenas com as realidades físicas, pois questões de administração e policiamento constituíam seus principais objetivos” (Zarur, 1946, p. 4).

²⁰⁶ Jorge Zarur fez outros estudos sobre o vale do São Francisco, resultando no livro *A Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional*, publicado em 1947. Veremos que este livro foi utilizado na Câmara dos Deputados nas discussões sobre a implantação da Comissão do Vale do São Francisco.

democrático após a primeira fase da ditadura Vargas) e de uma sociedade com liberdade de ação – isso porque, falar de planejamento estatal poderia ser visto como uma apologia ao regime soviético, tido como ditatorial²⁰⁷. O caminho era o da intervenção estatal no desenvolvimento dos potenciais recursos para a produção, incluindo a formação do trabalhador assalariado, tanto com a educação técnica, quanto na sua “liberação” de relações tidas como arcaicas. No entanto, esses dois aspectos, democracia e formação do trabalhador, vinculados negativamente na forma social de mediação, não obscureceriam as violências em curso dadas na planificação das ações?

Para Preston James, geógrafo norte-americano, em um artigo publicado em 1949 na Revista Brasileira de Geografia, os estudos de Jorge Zarur eram importantes para o momento, e tinham um método semelhante ao da *Land Committee do National Resources Planning Board*, onde prevalecia a análise detalhada da vida econômica de uma região, de maneira mais total, servindo de base para o planejamento das ações. Segundo Preston James, “devido a necessidade de um ataque total coordenado aos problemas, em oposição ao ataque local, tradicional e fragmentado, Zarur propõe a criação de uma ‘autoridade’ regional para o propósito definido de planejar uma utilização mais efetiva dos recursos e realizar êsses planos” (James, 1949, p. 121). E, em seguida enfatizava o fato Zarur ser um geógrafo brasileiro, mostrando, com certa surpresa como, naquele momento, o campo geográfico torna-se um relevante instrumento do Estado para o planejamento²⁰⁸.

Prosseguindo nesse argumento, apresentamos mais abaixo, como Milton Santos, já na época, corroborava com essa ideia, efetuando um “chamado aos geógrafos” a esse campo em formação, como ciência de síntese necessária ao novo papel a ser desempenhado pelo Estado no reordenamento social e econômico.

Para ele, o campo de atuação no planejamento tornava-se mais propício ao geógrafo após a crise de 1929 (geralmente atribuída aos excessos do liberalismo da época) onde os governos necessitavam reconhecer as potencialidades existentes dos

²⁰⁷ “Finalmente, como o problema da distribuição justa da riqueza e bem estar das populações e em dever do Estado, os planos de governo e administração transcendem as jurisdições políticas existentes e passarão como outros problemas nacionais a ser resolvidos depois de conhecidas as possibilidades regionais” (Zarur, 1946, p. 11).

²⁰⁸ “O fato de o São Francisco ligar os dois centros tradicionais da vida nacional brasileira, o sudeste e o nordeste, e de a maioria dos brasileiros estar pronta a ajudar o desenvolvimento de qualquer parte do sertão, e especialmente este sertão, significa que em nenhuma outra região poderia o governo federal principiar um ataque ao problema do interior com tão pouca oposição. É interessante observar que um geógrafo brasileiro é quem está apontando o caminho” (James, 1949, p. 122).

recursos naturais e sociais²⁰⁹. Isso seria “um fato técnico, independente dos regimes políticos, que se observa tanto na Rússia, quanto na Suíça, na Polônia e na Bélgica, como no Brasil” (Santos, 1959, p. 104). E, diante desse contexto e importância, “o geógrafo, por sua vez, está cada vez mais compenetrado do papel que deve ser chamado a desempenhar numa organização mais racional do mundo” (Santos, 1959, p. 104)²¹⁰.

Para o professor de geografia e na época diretor da Comissão do Vale do São Francisco, Lucas Lopes, concordando com essa ideia, à Geografia caberia um papel fundamental na elaboração dos planos de ação, principalmente aqueles voltados ao reconhecimento do valor econômico e social de uma área. No caso do vale do rio São Francisco, destacava a existência de uma dinâmica populacional na qual prevalecia a migração. Se efetivado o plano de valorização econômica, esta área poderia servir de “condensador” de população, ao invés de dispersá-las.

Nesse sentido, caberia ao geógrafo, não apenas descrever os elementos constituintes de uma área, mas explicar as correlações entre os fenômenos observados²¹¹. Ressaltava a importância da Geografia (de uma maneira geral), e, do geógrafo como cientista, contribuir, nesse contexto, para os determinados objetivos de formação e reconhecimento do território nacional.

Esse modo de propor acarretava um método, reconhecido por Reis (1958) como um atributo do geógrafo, dada sua capacidade de interpretação e plenas condições de contribuir ao planejamento da modernização de áreas atrasadas²¹².

O planejamento daquele momento buscava corrigir ou adequar determinados aspectos de um processo observado em uma determinada área, lhes atribuindo um caráter regional. Mas, isso não era simples, e segundo Salomão Serebrenick, “o desenvolvimento econômico deverá ser feito tendo em vista o benefício do conjunto das

²⁰⁹ Na Revista Brasileira de Geografia se encontram uma grande quantidade e variedade de textos que enfatizam essa “necessidade”, principalmente entre os anos de 1939 e 1970.

²¹⁰ Com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (que veremos em maiores detalhes no próximo item) se consolida uma ideia de planejamento que iria inspirar outras experiências no Brasil. Segundo Salomão Serebrenick, chefe da divisão de estudos e projetos da Comissão do Vale do São Francisco, em 1950, é “lícito afirmar que a Comissão do Vale do São Francisco é o mais genuíno e sob certos aspectos o único órgão de planejamento regional do Brasil” (Serebrenick, 1950, p. 130).

²¹¹ “A observação da semelhança das reações do homem em face do meio físico de uma região homogênea e a consciência de atividade, coordenação e correlação dos fenômenos naturais e humanos que se verificam no âmbito de uma unidade territorial foram a contribuição mais útil que os geógrafos poderiam oferecer aos planejadores do desenvolvimento de um país” (Lopes, 1950, p. 126).

²¹² “Planificar é disciplinar, para alcançar um objetivo. O simples objetivo a atingir por qualquer meio, e na generalidade, a curto prazo, está fora do campo de cogitação do planejador. [...] planejamentos destinam-se, por isso, sempre, ao futuro, mas impõem o exame das condições passadas e atuais, o mais realisticamente, para que surtam efeito, não se transformem em experiência fadada a frustração, repetindo-se erros, insistindo-se em soluções que já foram superadas” (Reis, 1958, p. 04).

populações. [...] cabendo incorporar à expressão ‘desenvolvimento econômico’ o elemento ‘recursos naturais’ da região” (Serebrenick, 1963, p. 95).

Desse modo, a abrangência do planejamento se ampliaria, pois estes incorporariam os recursos naturais e o desenvolvimento econômico à análise e explicação. Para o autor o homem também era um recurso a ser planejado, para a sua adequada exploração, ou, em seus dizeres bastante sinceros, para a autoexploração:

o homem também pode ser considerado um recurso natural, mas, indubitavelmente, o recurso humano se distingue, essencialmente, dos demais, porquanto estes são sempre explorados em benefício daquele. É bem verdade que o elemento humano, como riqueza da região, também é "explorado", eis que se procura elevar o seu nível sanitário e cultural e apurar as suas qualidades, não apenas a fim de prepará-lo para auferir os benefícios do desenvolvimento da região, mas para que possa ser ‘aproveitado’ na exploração dos recursos da região. Aí, entretanto, já se trata de uma espécie de auto-exploração, pois o caráter fundamental do papel do homem é de ‘beneficiário’. (Serebrenick, 1963, p. 95-96)

O geógrafo nesse processo deveria atentar ao seu campo e, como um “novo” personagem do planejamento, participar da análise regional²¹³. Nesta mesma linha de Serebrenick e Reis, Mário Lacerda de Melo foi outro geógrafo a se referir ao planejamento, julgando ser o geógrafo o mais apto para analisar e propor um ajuste aos desequilíbrios econômicos, mesmo sem o reconhecimento devido de outros campos, como a economia, engenharia ou sociologia o reconhecesse. Para ele,

a contribuição geográfica para os planos de ação decorre da posição conceitual e metodológica da geografia regional. [...] abrangendo os quadros naturais e os quadros humanos interpretados ambos em função das relações de cada um de seus elementos para com todos os demais. (Melo, 1963, p. 44)

Já o professor Antônio Teixeira Guerra, clamava por uma inserção do campo geográfico como baliza do planejamento a ser realizado pelo Estado, afirmando ser a contribuição do geógrafo fundamental à realização de bons diagnósticos e proposições às áreas atrasadas, coadunadas com o desenvolvimento da nação: “grandes áreas sem povoamento ou sem organização efetiva de ocupação ou, ainda, sem o estabelecimento de um plano diretor de aproveitamento dos recursos naturais, significam obstáculos a serem vencidos pelo Poder Nacional” (Guerra, 1963, p. 76).

²¹³ “Eis porque me permito conclamar os geógrafos presentes, vindos dos mais diversos recantos do país, no sentido de que disseminem as idéias ventiladas nesta palestra, assim esclarecendo a opinião pública sobre os percalços que ainda se opõem ao funcionamento racional dos nossos planejamentos regionais. [...] E só a possibilidade de tal esclarecimento amplo é capaz de nos instilar a esperança de que, dentro de alguns anos, **os planejamentos regionais no Brasil tomem o rumo certo e de fato tragam o desenvolvimento harmônico das nossas regiões retardadas**, disseminando pelo país os benefícios da civilização, que por enquanto constituem privilégio de apenas uma parte da população; e que de fato se generalizem, em consequência, os bons padrões de vida; e que todas essas benesses sejam obtidas **sem o sacrifício da liberdade individual**, que é o bem supremo, o elemento essencial da dignidade humana” (Serebrenick, 1963, p. 104) (grifos meus).

Portanto, os discursos sobre o papel e a importância dessa Geografia não ficariam apenas em círculos acadêmicos fechados, mas sim, informariam as ações estatais do desenvolvimento regional do São Francisco. A partir de agora, destacaremos e comentaremos mais alguns pormenores referentes ao histórico da ação planejada e as suas pretensões postas nos planos, projetos e programas voltados ao Vale do São Francisco e Nordeste brasileiro.

2.2 O sentido do desenvolvimento do Nordeste

No início deste item trataremos da discussão de alguns outros aspectos relacionados à implantação do planejamento, como paradigma do desenvolvimento nos anos 1940-50 voltados ao Nordeste e ao vale do São Francisco.

Neste momento, com um aporte inicial estatal, começava a se ampliar a mecanização da produção agrícola, principalmente da cana de açúcar no nordeste, acirrando a concorrência e promovendo transformações na ordem das relações de produção no campo (por exemplo, relegando aos posseiros agregados, a cobrança pelo uso da terra ou, um pagamento cada vez mais ínfimo pela sua produção). Isso gerou um aumento da demanda, por parte dos proprietários de terras, produtores e criadores, de infraestruturas de transporte e energéticas, cobrada junto ao Estado.

Arelado a esse processo, tecnocratas recém-formados (muitos oriundos das famílias de proprietários de terra e comerciantes), preocupados em resolver tal situação, com o planejamento, despontaram como lideranças técnicas (aparentemente imunes às questões políticas). Assim, no Nordeste, problematizando e se adequando ao novo momento, as lideranças políticas do sertão, apoiaram as iniciativas voltadas a uma atuação mais racionalizada e a ser realizada “por via” do Estado, com intenção de lhes retirar de uma situação de “atraso” em relação a outras regiões – algo responsável por constituir também o mercado de terra e de trabalho nacional com ações estatais.

Em 1959, foi lançado o livro *O Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro*, do ex-deputado estadual de Pernambuco Barreto Guimarães, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Logo no prólogo desse livro, o diretor do departamento, Manoel Caetano B. de Mello, enfatizou a necessidade de adequação do Nordeste ao desenvolvimento nacional, dizendo ser central uma reforma administrativa (aos moldes de outros Estados Modernos).

Nesse sentido, destacava a urgência em transformar e aperfeiçoar as antigas bases administrativas, renovando o “estudo e solução de complexos problemas do país.

[E, assim] há que erradicar-se, é voz corrente, o empirismo, o atraso, as rotinas inflexíveis que subsistem entre nós como espectros coloniais. E que fisionomizam os vértices de estrangulamento do progresso geral” (Guimarães, 1959, p. 4). Seu argumento, para além de uma reflexão sobre o chamado problema nacional, decorrente do atraso regional, tratava da importância do Estado, nesse momento, enquanto administrador público e representante de uma nova racionalidade (inclusive científica).

Esse livro traz não só o estudo, segundo o autor, sobre a importância do Nordeste para o Brasil, quanto documentos, como a “Carta Acordo” e relatos constantes do Encontro de Salgueiro (PE), dois marcos centrais de manifestação de eminentes políticos do Nordeste, que reivindicavam uma atenção especial ao problema do desenvolvimento da região, em meados dos anos 1950: “O que nos orienta é a intenção de demonstrar a importância do Nordeste brasileiro, as suas reservas, as suas possibilidades, o seu valor na participação do trabalho que vise o progresso nacional” (Guimarães, 1959, p. 7).

Tal problemática foi apresentada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, pelo então deputado Barreto Guimarães, no I Congresso Nacional de Assembleias Legislativas, realizado em São Paulo no ano de 1956. Tratava-se, em nosso entendimento, de uma espécie de antecipação das discussões basilares do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (1958) e sobre a criação de um órgão federal de desenvolvimento (dado posteriormente com a SUDENE), divergindo do chamado *imediatismo econômico* e, assim, mais voltado à *planificação* (Guimarães, 1959)²¹⁴.

Analisando diversos estudos, como os do geógrafo Agamemnon Magalhães, e os de Josué de Castro e Gilberto Freyre, enfatizando a desigualdade econômico-social, à qual o Nordeste estava submetido, concluía: “essa é uma tarefa de grande conteúdo patriótico porque tem em mira o fortalecimento da unidade nacional. Estamos convictos da exata compreensão que hoje domina as populações do sul diante dessa questão fundamental” (Guimarães, 1959, p. 25).

Entre suas principais reivindicações, o memorial do “Bloco do Nordeste” (como eram chamados os políticos envolvidos nessa discussão) destacava: a necessidade do cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal de 1946, pelo qual se destina 1% da

²¹⁴ “Tornou-se de tal modo evidente – a não ser para os que, erroneamente, ainda defendem o imediatismo econômico – a necessidade de um amplo movimento que longe de ser de natureza separatista tem o sentido da unidade, visando incorporar o nordeste ao Brasil através de uma assistência real e efetiva, permanente, planificada em termos racionais e científicos, do Governo da União, que representantes dos Estados nordestinos que compõem as bancadas pessedistas à Câmara e ao Senado tomaram a iniciativa, sob muitos aspectos elogiável, da organização do chamado Bloco do Nordeste” (Guimarães, 1959, p. 11).

renda tributária da União ao combate à seca; a mudança da sede do DNOCS para o Nordeste; assistências creditícias pelo Banco do Nordeste, Banco de Desenvolvimento Econômico e Banco do Brasil; e liberação de verbas para obras de infraestrutura.

Em 1958, em um encontro organizado por Barreto Guimarães, em Salgueiro (PE), essas reivindicações foram novamente colocadas em pauta, com ênfase maior ao caráter nacionalista do desenvolvimento e na capacidade técnica já alcançada em outras regiões, podendo ser transportada para esse “esquecido nordeste”. Este encontro contou com diversos representantes políticos da oligarquia agrária, industrial e do comércio. Mas, a atenção também se voltava à outra “camada” da sociedade: a dos “técnicos”. E,

se neste Encontro de Salgueiro constata-se a participação do político, é apenas porque os políticos têm as suas limitações, os técnicos tem as suas limitações, e, o esforço combinado de técnicos e políticos poderá oferecer à pátria brasileira aquelas condições imprescindíveis ao seu soerguimento econômico e social. (Guimarães, 1959, p. 37)

Segundo o autor, este encontro tinha um sentido, o da “revolução nos métodos de ação” e “estudo das soluções” dos efeitos da estiagem. E, não era insignificante o fato desse Encontro se realizar na própria região da seca, em um município sertanejo de Pernambuco. Requisitando o acesso ao crédito e estímulos à produção para consumo, Barreto Guimarães destacava o que lhe era mais importante: “incorporar o Nordeste ao crescimento orgânico, racional e científico do país inteiro” (Guimarães, 1959, p. 40).

Por fim, na Carta Acordo do encontro se colocaram as reivindicações para o início do chamado “planejamento global e coordenado em bases técnicas, racionais e científicas, para solução dos problemas decorrentes da estiagem prolongada” (Guimarães, 1959, p. 65). Entre elas estavam, além daquelas já ressaltadas pelo Bloco do Nordeste, as seguintes: a transferência do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para o Polígono das Secas; revisão política da açudagem; recursos para pesquisas sobre o cultivo de plantas no semiárido; fomento à expansão de indústrias; expansão do crédito rural; educação rural; cursos para engenheiros e agrônomos com viés voltado aos assuntos da seca.

Ao destacar o caráter político desse encontro, Júlio Barbosa, em uma reportagem do Jornal do Comércio, de Recife (publicado em 14 de julho de 1958), enfatizou as recentes transformações em âmbito Federal, exigindo mudanças também na região, principalmente em relação aos gastos públicos (no qual o “dinheiro é gasto

bestamente”)²¹⁵. Segundo ele, na mesma reportagem, é a “técnica que nos libertará e nos dará uma carta de igualdade para com o resto da nação” (Guimarães, 1959, p. 79).

Os industriais do Centro-Sul, ao ressaltar a técnica e a industrialização, além de investimentos em infraestruturas, almejavam tomar a dianteira desse processo (Cohn, 1976). Segundo ela, esse é um dos motivos pelos quais os empresários do Centro-Sul não se opunham ao planejamento e desenvolvimento do Nordeste via Estado.

Conforme Amélia Cohn, sintetizando esse contexto do fim dos anos 1950, se configuraram tensões políticas e econômicas, para além da estagnação agrícola ou da falta de investimentos na indústria, como alegavam as já descontentes vozes, tanto da oligarquia nordestina (fosse ela agrária, comercial, industrial), quanto da população em geral, ou seja, o chamado desequilíbrio regional tinha causas mais gerais relacionadas ao próprio dinamismo do país²¹⁶.

A pauta dos políticos e técnicos, centrada numa necessária adequação à racionalidade e ao planejamento, frente às ações anteriores, tidas por empíricas ou pontuais, parecem ser um reflexo do processo dependente do Estado, fruto de relações que estão para além das vontades e capacidades dos sujeitos que as executam.

As indagações trazidas no Encontro do Salgueiro, sobre o sentido do desenvolvimento do Nordeste, mostravam as preocupações presentes nos debates internos à região, tornadas o foco das atenções do Estado.

Nos anos 1950, concomitante a formação do GTDN, foi instituído na Bahia, sob a coordenação de Rômulo Almeida, o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (Condeb) e a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE). Seus objetivos eram, segundo Spinola (2009),

diagnosticar a economia baiana, conceber programas e projetos e institucionalizar o sistema de planejamento estadual, tendo sido responsável pela elaboração do Programa de Recuperação Econômica da Bahia entre dezembro de 1954 e abril de 1955, e, posteriormente o Plano de

²¹⁵ “Já de agora por diante não é mais possível mandar dinheiro em caráter de esmola. Os homens do Nordeste, os técnicos do Nordeste, os cientistas nordestinos, os políticos da região, se agruparam no Encontro do Salgueiro, bem no coração das secas, para estudar os problemas, equacioná-los e encaminhá-los ao Governo Federal, afim de que este determine a imediata planificação das obras à realizar, utilizando – naturalmente – o dinheiro que nos tem sido remetido por esmola, através de “pontes aéreas” mais ou menos demagógicas; utilizando dotações orçamentárias, prescritas na Constituição” (Guimarães, 1959, p. 78).

²¹⁶ “Na medida em que o Nordeste tem um papel ativo no processo de desenvolvimento nacional, fornecendo mão de obra, divisas para importação de equipamento e capitais privados que são investidos no polo dinâmico da economia, pode-se afirmar que, em prejuízo próprio, a região está dentro das regras do jogo do processo de desenvolvimento. Isso na medida em que esse processo, conforme o seu próprio padrão, produz diferenças e descompassos que lhe são intrínsecos e tem caráter “equilibrador”. A economia nordestina, até o fim da década de 50, não se configura como um problema de entrave ao desenvolvimento brasileiro [...]” (Cohn, 1976, p. 55).

desenvolvimento da Bahia (Plandeb), concluído em 1959. (Spinola, 2009, p. 15)

O Plandeb tinha afinidade com o Plano de Metas do governo Federal, pretendendo ser uma extensão desse na Bahia. No entanto, a oligarquia agropecuária estava receosa, pois, dada a ampliada gama de focos, inclusive industrial, ela poderia ficar alijada das decisões sobre o processo. Este receio não permitiu sua aprovação na Assembleia legislativa, composta na época, em sua maioria, por integrantes dessa oligarquia. Segundo Spinola (2009), suas principais metas eram:

a) programas básicos de transporte e comunicações, suprimento de recursos de energia, facilidades urbanas fundamentais, principalmente água, localização industrial e habitação, de reserva de água para a agricultura e sua melhor utilização;

b) um sistema integrado de organização da economia agrícola e do abastecimento alimentar e de expansão programada dos serviços de pesquisas, demonstração e extensão na agricultura;

c) ampliação da fronteira agrícola, através de colonização das terras úmidas ou de fácil irrigação, mal aproveitadas, propiciando colocação aos excedentes nordestinos, bem como a possibilidade em empreendimentos agrícolas padrão com a localização de colonos estrangeiros;

d) desenvolvimento, pela Petrobras, de um programa de utilização das possibilidades industriais e dos estímulos econômicos da produção do petróleo;

e) prioridade para a localização de uma usina siderúrgica média na Bahia, dentro do programa siderúrgico nacional, bem como facilidades especiais para a fixação de indústrias metalúrgicas diversas, mecânicas, de materiais de construção, embalagens, etc.;

f) um programa de educação, compreendendo o suprimento das carências na educação de base para a população em idade escolar e conforme a constituição, e a ampliação das oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento nas técnicas reclamadas imediatamente no atual estágio processo de desenvolvimento;

g) um programa de assistência sanitária também ajustado às necessidades presentes do processo de desenvolvimento, e, um programa de levantamento sistemático de recursos naturais e de pesquisas das possibilidades do seu aproveitamento econômico (Spinola, 2009).

Apesar da proximidade com o Governo Federal, as proposições do Plandeb e da SUDENE (como veremos) divergiam quanto ao papel da indústria. Enquanto, no primeiro, a industrialização baiana deveria seguir os passos e servir como intermediária, da industrialização do Centro-Sul, no segundo, essa mesma indústria, precisaria se tornar autônoma. Por fim, como ressalta Spinola (2009),

pode-se dizer que, entre a concepção e a viabilização, o planejamento na Bahia, em que pese também ao idealismo dos seus formuladores, sempre foi pragmático. Os planejadores baianos buscaram sintonizar-se com as tendências da política econômica do governo federal e elegeram as oportunidades possíveis de exploração dos recursos disponíveis, no contexto da expansão do capitalismo nacional e internacional. Parece que os planejadores baianos acreditavam sinceramente nos efeitos geradores de emprego das grandes empresas produtoras de intermediários, o que produziria a decolagem das indústrias transformadoras de bens finais, além de efeitos modernizadores e de integração com a base agrícola estadual, o que, de fato, não ocorreu, pelo menos na dimensão esperada. O Plandeb significou mais do que um plano. Representou um amplo projeto para a

Bahia, cuja ambição consistia na promoção do seu desenvolvimento econômico e social, com propostas que extrapolavam a simples duração de um mandato governamental e com um escopo bastante avançado para uma sociedade atrasada, conservadora, ignorante e reacionária, como era a baiana daquele tempo. (Spinola, 2009, p. 28)

Isso se relaciona ao sentido do desenvolvimento do Nordeste, no qual as oligarquias, de alguma forma, viram nesse o caminho da sua reprodução, ou seja, o atrelar-se ao e como Estado.

Os desdobramentos dessas iniciativas podem ter contribuído para o surgimento da SUDENE e posteriormente da CODEVASF, e, ao serem implantadas, intensificaram a prática estatal do planejamento, colocando-a como necessária, dado o entendimento do atraso da região impedir, em sua visão, o próprio progresso da Nação.

As estratégias pelas quais a noção de região ganhou centralidade se relacionaram as transformações no próprio Estado. No caso do Velho Chico, com a CVSF, esse processo conformou um conjunto de diretrizes, rumo à racionalização do uso e aproveitamento dos recursos da região, tornando-a o mote do planejamento estatal. Com isso, nos aproximamos agora da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – também um marco do planejamento regional.

A *Meta 31* de combate à seca, do *Plano de Metas* do Governo do então presidente Juscelino Kubitschek, de 1956, denominada de “A operação Nordeste”, junto com “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” – relatório do diagnóstico do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) criado em 1957, no qual constava o levantamento das causas das disparidades de crescimento entre as regiões – foi o documento base da criação da SUDENE. Em sua apresentação oficial, em fevereiro de 1959, o presidente da República criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) para articular as primeiras ações, enquanto a lei de criação da Superintendência era concluída. Para coordenar esse conselho, e posteriormente, a coordenação da SUDENE, indicou Celso Furtado.

O documento escrito por Celso Furtado neste momento, “A operação Nordeste”, destacava logo de início ser o “desenvolvimento espontâneo” do capitalismo, a causa das desigualdades e da concentração de renda, motivando a situação de “atraso” do Nordeste, e, justificando a necessária intervenção estatal. Essa disparidade se fundamentaria no processo histórico de formação: “O Brasil do século XIX, como sabemos, era uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados, unidos por vínculo político e ligados à economia internacional” (Furtado, 2009, p. 30). Tal relação

denotava uma subordinação a um centro econômico, como produtores de matérias-primas. Esse caráter se reproduziria internamente, entre regiões de um mesmo país:

não podem coexistir no mesmo país um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração. (Furtado, 2009, p. 32)

Após justificar teoricamente a existência das disparidades, apresentou exemplos concretos utilizando-se de um método de identificação, isolamento e comparação de áreas-problema como regiões²¹⁷. Percebia assim, uma disparidade entre o Nordeste e o Centro-Sul, e, o quanto isso dificultava o desenvolvimento do país como um todo, destacando, ser a “função precípua do Estado brasileiro, além de preservar a integridade do nosso território, desenvolver as enormes potencialidades deste país. É uma corrida contra o tempo, esforço ingente para recuperar um imenso atraso relativo” (Furtado, 2009, p. 35). A SUDENE, como um órgão estatal, congregaria o planejamento das ações, às formas de seu financiamento, devendo, ao ser institucionalizada, assumir esse papel no Nordeste: “o governo terá uma só política de desenvolvimento em relação ao Nordeste. Para este fim a SUDENE deverá congrega os dirigentes das agências governamentais mais importantes na área, coordenando o plano de todas elas, a serem feitos em cooperação com os técnicos do órgão integrador” (Furtado, 2009, p. 36).

Essa metodologia se parece, em parte, com a adotada pela Comissão do Vale do São Francisco (mais precisamente em seu Plano de Valorização Econômica), a qual pretendia centralizar a coordenação, inclusive de outros órgãos como o DNOCS e a CHESF, mas descentralizar as ações. Isso também se relaciona com a forma do planejamento adotado pela TVA, marca do surgimento de uma “nova” forma de ação estatal. Porém, a SUDENE, extrapolando o caráter de planejamento por bacias hidrográficas, elaborou um plano de desenvolvimento específico, subordinando as ações antes atribuídas a CVSF, como as obras de valorização econômica.

Entre essas especificidades estavam: a disponibilização de incentivos fiscais e subsídios destinados à industrialização, além do maior estímulo, a formação técnica da força de trabalho, em comparação com o desenvolvimento infraestrutural energético e

²¹⁷ Não aprofundaremos aqui, no debate crítico a essa formulação de Celso Furtado, deixando seus argumentos “falarem” por si mesmos. Nossas discordâncias se baseiam em nossas leituras de Oliveira (1977) e Toledo (2008). Ao entender essa disparidade como causa da relação desigual entre regiões, no tocante a suas características internas, quase como totalidades próprias, Celso Furtado, deixa escapar a contradição de ser essa desigualdade um momento da própria relação capitalista, que conforme o argumento de Oliveira (1977) derivava de sua posição na participação da divisão internacional do trabalho, que tinha como base o capital monopolista.

de irrigação - algo relegado a Companhia de Eletricidade do São Francisco (CHESF) e a própria CVSF. Outra diretriz, também própria da SUDENE, se relacionou à agricultura, voltada à produção de alimentos para os assalariados da indústria.

Todo esse conjunto de iniciativas e propostas considerava a região como um conjunto de relações econômico-sociais alocadas em um espaço administrativo e limitado, no qual poderiam influenciar transformações, tornando-a mais desenvolvida. Essa intervenção era necessária, limitando as desigualdades entre regiões, sendo o Estado responsável por tomar as providências para sua melhor adequação²¹⁸.

Esta “operação”, um dos primeiros diagnósticos mais elaborados sobre o Nordeste, foi mais bem desenvolvido no relatório do GTDN, redigido por Celso Furtado, em 1959, chamado “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”²¹⁹. Nesse se apresentou as fundamentais justificativas da criação da Superintendência, ou seja, da intervenção planejada do Estado no Nordeste.

Só em 15 de dezembro de 1959, pela lei número 3.692, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Um dos primeiros passos, enquanto algumas ações estavam sendo desenvolvidas pelo CODENO, foi elaborar o I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963). A apresentação do mesmo, será empreendida rapidamente, apenas para nos aproximar de algumas diretrizes do planejamento estatal da época e permitir a comparação com outros já em andamento, como o da CVSF. Além disso, pretendemos com eles indicar como foram mudando suas diretrizes, conforme mudanças ocorridas no âmbito político estatal (na passagem ao regime autoritário) e a relação com o planejamento.

²¹⁸ No entanto, ao contrário, o processo responsável por estabelecer esse caráter de região planejada, ou para o planejamento, a modernização, parece ser o mesmo que posiciona o Estado de maneira particular em relação ao poder local, tornando-o autonomizado, proporcionando também a autonomização categorial, entre terra, trabalho e capital, como formas sociais de mediação em desdobramento e generalização, aparecendo autonomizadas ou não autonomizadas a depender das circunstâncias de sua própria capacidade de reprodução. Nesse sentido, a disparidade, apesar de concreta, não seria consequência do isolamento (dado no processo esse isolamento ser relativo e não absoluto), mas produto da própria modernização, como da posição da forma social de mediação na reprodução do capital.

²¹⁹ Como vimos, antes disso, Barreto Guimarães já havia apresentado em novembro de 1956 uma tese sobre os problemas do nordeste no *I Congresso Nacional de Assembleias Legislativas*, em São Paulo, chamada: *O Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste*. Depois em 1958, tinha organizado o Encontro de Salgueiro, em Pernambuco, uma espécie de defesa dos interesses do Nordeste, diga-se, poderes locais, no processo em curso proposto pelo governo federal, na figura de Kubistchek, de integração nacional desenvolvimentista.

2.3 Os planos diretores da SUDENE: transformação do planejamento estatal

No primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963), ao Estado caberia executar a ampliação e a centralização do planejamento dos investimentos, descentralizando as ações executivas, além de “subordiná-los às diretrizes de um programa de desenvolvimento e reestruturar o aparelho administrativo” (Sudene; B., 1966, p. 13).

Com isso, garantiria, no tenso contexto regional – com diversas reivindicações advindas dos camponeses, pequenos posseiros (inclusive através das Ligas Camponesas²²⁰) e da desconfiança dos grandes proprietários – certa divisão de poderes, ao propor a industrialização, como potente graças ao “mercado local para produtos de consumo geral, como da disponibilidade de matérias-primas e oferta elástica de energia elétrica, nos principais centros urbanos. Acresce, ainda, a vantagem representada por uma mão de obra barata” (Sudene; B., 1966, p. 22). Complementada pelos os programas de irrigação, transportes e energia elétrica.

A ação envolveria ainda o cálculo dos gastos necessários para desapropriação e mobilização da força de trabalho para a produção em áreas úmidas, como as do Maranhão, tidas como subaproveitadas. Sobre este último aspecto, em um capítulo denominado “Recursos de mão de obra e sua redistribuição regional” afirmava ser a “colonização” voltada a

absorção de excedentes populacionais da região principalmente da zona semi-árida, cuja economia tenderá para atividades especializadas, adaptadas ecologicamente, com baixa densidade populacional; complementar a oferta de mão-de-obra onde quer que a sua escassez se constitua em ponto de estrangulamento do desenvolvimento regional; e, aumento da produção agrícola regional, principalmente de alimentos, como suporte do desenvolvimento industrial da área. (Sudene; B., 1966, p. 236-237)

Trata-se nitidamente de uma gestão estatal do camponês, transformando a sua reprodução do trabalho e posse da terra, em prol da dinamização da economia e exploração diferenciada do trabalho²²¹.

Em relação à educação, responsabiliza o “isolamento” social da população como causa do atraso, resultando em indivíduos os quais “devido à limitação de suas aspirações e ao medíocre desenvolvimento mental, não estão preparados para integrar-

²²⁰ Sobre esse contexto tenso e as Ligas Camponesas ver o livro de Francisco Julião: O que são as Ligas Camponesas; o de Amélia Cohn: Crise Regional e Planejamento; e, o de José de Souza Martins: Camponeses e a Política no Brasil.

²²¹ Essa população da zona Semiárida muitas vezes já haviam se deslocado justamente da Zona da Mata e do Agreste, por causa das disputas entorno da propriedade ou posse da terra. Ver a obra de Manuel Correia de Andrade e de Antônio Callado, entre outros.

se no processo dinâmico do crescimento econômico” (Sudene; B., 1966, p. 273). E assim, a principal ação deveria ser a de “realizar estudos sistemáticos das condições de vida da população rural nordestina, de seus hábitos de trabalho e suas reações em face das mudanças tecnológicas antes sugeridas, visando executar programas de educação de base orientadas no sentido da formação de um novo tipo de trabalhador rural” (Sudene; B., 1966, p. 276). Este aspecto revela um elemento importante relativo à mobilização da força de trabalho (Gaudemar, 1977), ao sugerir diretamente a adequação do trabalhador ao mundo do trabalho, como forma categorial autonomizada, mesmo quando, em nosso entendimento, a forma social de mediação posta categorialmente, se desdobrasse lhe faltando de aparência de autonomia (Leite, 2015).

No segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965) a cifra orçamentária relativa à infraestrutura de 75% dos recursos disponíveis, diminuiu para 46%, sendo o restante destinado à “melhor capacitação do fator humano”. Essa mudança revelava uma das relações com a mobilização do trabalho necessária a modernização de uma região já anunciada no primeiro Plano e tornada mais central: desenvolver é formar tecnicamente o trabalhador assalariado.

De maneira geral, nesse II Plano Diretor, as propostas continuaram praticamente as mesmas do primeiro, e no decorrer da sua execução, ocorreu a passagem, não sem conflitos, ao regime autoritário, mudando o discurso e a dinâmica de suas ações.

Essas foram efetivamente sentidas principalmente no III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968), no qual, o principal norteador, foi a chamada **integração espacial à economia nacional**.

Este plano **ambiciona promover a integração espacial e setorial da economia nordestina ligando-a mais estreitamente à economia nacional**. Persegue criar novas oportunidades de emprego e ampliar a oferta de alimentos para uma população em crescimento e para uma indústria em expansão. Mas, acima de tudo, o III Plano espera criar condições reais para melhorar o padrão material e cultural de vida de uma gente desejosa de progredir e que constitui um terço da população de todo o País. [...] A estratégia e os objetivos do Plano buscam despertar a participação das próprias comunidades no esforço genuíno por acordá-las e desenvolvê-las. E esta preocupação consciente é não apenas outra linha de ação, mas a garantia de que o Plano desce da frieza dos gabinetes dos teorizadores para o calor da vida das populações a que se destina. Intenta-se, assim, assegurar relações vitais entre as autoridades que elaboram o Plano, e o homem esquecido, a um só tempo beneficiário e agente das transformações que se busca introduzir. **O Plano considera, pois, o econômico e o social como igualmente importantes, mas, distintos um do outro**. Nele é sempre presente conceito do que as modificações dos meios econômicos valem na medida em que permitem atingir fins sociais. (Sudene; B., 1966b, p. 08) (grifos meus)

Além de revelar a mudança no caráter do planejamento, expressou uma maior autonomização entre as esferas econômica e social, onde, no entanto, se ressaltou uma

preocupação com a relação entre as autoridades e a população em sua elaboração e execução. Esse discurso conciliatório mostrava se tratar ainda de um momento de tensão após o Golpe militar, principalmente porque do campo vinham as maiores reivindicações, buscando assim, uma aceitação mais pacífica, de um processo violento de imposição do chamado desenvolvimento.

Apresenta como vantagem, ter diminuído a participação pública nos investimentos e aumentado os das empresas, no incentivo a industrialização, por diminuir os gastos públicos da SUDENE. No entanto, esses investimentos de empresas são permitidos por incentivos e subsídios públicos, ou seja, se origina de uma parte dos impostos não arrecadados, algo não problematizado²²².

Depois, nos objetivos gerais e metas globais, destacou uma mudança teórica importante no entendimento e planejamento regional, relativo a localização de atividades e polarização das mesmas, na promoção do chamado desenvolvimento regional: “promover a integração espacial e setorial da economia nordestina, buscando dar-lhe complementaridade, evitar distorções locais de crescimento e integrá-lo, cada vez mais, na economia brasileira. [...] [Ao] identificar e promover o desenvolvimento das **áreas polos de crescimento**” (Sudene; B., 1966b, p. 14-15) (grifos meus).

Tal proposição da criação de áreas polos de crescimento se balizou nas elaborações teóricas de François Perroux e Jacques Boudeville, e, diferente de antes – do estímulo ao aproveitamento econômico geral de uma área – relacionavam o desenvolvimento da região, ao estímulo do crescimento e do desenvolvimento mais localizado da indústria e dos recursos humanos, dado não existir homogeneidade no desenvolvimento econômico interno a uma região. Tamanha relação com essas teorias fez a SUDENE organizar, em 1966, o *I Seminário Sobre Polos de Desenvolvimento*, realizado pela SUDENE. O conteúdo e a aplicação das teorias ali discutidas fizeram parte do III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste²²³.

²²² “É relevante assinalar que o seu aparecimento coincida com um momento da vida social em que se está afirmando cada vez mais, no País, a consciência de que o planejamento econômico e social é instrumento adequado a promover a melhoria dos padrões de vida da comunidade brasileira. E em que se vem insistindo, também, na necessidade de integrar-se o planejamento regional no planejamento nacional” (Sudene; B., 1966b, p. 13-14).

²²³ Tal “abordagem, em termos de economia espacial, com a ênfase nas vantagens locacionais para dirigir a aplicação de recursos, substituirá, em muitos setores e campos de atuação, a metodologia até então utilizada pela SUDENE na implantação dos programas e projetos de dinamização da economia regional. Nesse sentido, procurar-se-á identificar os pólos de crescimento da Região e de cada um dos Estados nordestinos, que serão considerados áreas prioritárias para a alocação de recursos, e aproveitar vantagens locacionais, particularmente ligadas aos recursos naturais, implantando grandes projetos para aproveitá-los, com o que se criarão novos pólos de dinamização da economia regional” (Sudene; B., 1966b, p. 61).

Antes, com as proposições voltadas à valorização econômica e aproveitamento dos recursos, foi estabelecido um recorte regional, da qual, os problemas internos identificados, em partes ou áreas, teriam de ser solucionados. Considerava-se de certa forma os aspectos de ligação, mas, a interferência, ocorria de maneira direta, buscando solucionar o problema de cada porção, geradora do desequilíbrio interno à região, para o seu desenvolvimento como um todo de forma homogênea. Ficava evidente a mudança de atitude no planejamento, situando-o na perspectiva da economia espacial e teoria dos polos. Nesta, a atenção se voltaria a determinados ramos e locais da região, pressupondo o desequilíbrio, enfatizando diante disso a ação voltada ao reconhecimento e incentivo ao desenvolvimento de áreas polos, dinamizadoras da região como um todo.

O IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1969-1973) se iniciou com o auto elogioso destaque ao “êxito incontestável” da SUDENE, criada num momento de risco à “integridade nacional”. Com essa estratégia, e sua ampliação para cada uma das regiões, o Estado via a possibilidade de sanar as “exigências” das “áreas problemas”, como o “preenchimento de claros populacionais, a adaptação do homem ao meio ou a dinamização de setores capazes de impulsioná-las” (Sudene; B., 1968, p. 06).

O setor industrial ainda aparecia como o mais indicado a ser desenvolvido pela política econômica da SUDENE, entendendo-o como polarizador dos investimentos e incentivos capazes de “carrear para a Região poupanças geradas fora de sua área, acelerando as inversões no setor” (Sudene; B., 1968, p. 59). Esses incentivos reverteriam um processo de atraso, onde predominou “a não aplicação de modernas técnicas de organização racional do trabalho, o que importou em má distribuição do equipamento e excesso de mão-de-obra” (Sudene; B., 1968, p. 60).

A localização de indústrias em determinados pontos, ou o seu estímulo com incentivos e subsídios, seria importante, pois mesmo, se esse incremento gerasse desemprego, em algum momento esse polo, elevaria o grau de desenvolvimento geral da região. Um dos impulsos a sua efetivação se relacionou as leis de incentivos e subsídios estatais, conhecida por 34/18²²⁴. O crescimento industrial, atribuído a esse dispositivo, foi ressaltado como “caráter dinâmico e multiplicador”, “propulsor” do Nordeste.

²²⁴ O chamado sistema 34/18, se baseava no Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e no Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963. Ambos constituíam as normas para os investimentos realizados no Nordeste através da SUDENE. O estudo crítico de Francisco de Oliveira, chamado “Elegia para uma re(li)gião”, expôs de maneira ímpar como o mecanismo desse dispositivo significava uma transferência de mais-valia social (advinda de impostos ou de sua abstenção pelo Estado,

Quanto ao campo, com o sistema 34/18 “a existência de empreendimentos racionalmente planejados capazes de absorver esses recursos poderá constituir indício de aparecimentos de nova mentalidade empresarial rural e de início de um processo de modernização do setor agrícola” (Sudene; B., 1968, p. 90). Destacava ainda, a sua importância na consolidação de um **centro dinâmico de desenvolvimento**²²⁵.

Em seguida, o argumento apresenta as premissas de como isso deveria ser executado, principalmente afirmando a necessidade de centralizar espacialmente os investimentos²²⁶, recorrendo a noção de Região-Programa, por exemplo, no caso da SUDENE, o Vale do São Francisco, a ser administrado pela Superintendência do Vale do Francisco (SUVALE), pois lá se encontrariam condições para projetos de agricultura: solos, água e mercado. E, depois destaca como, os centros dinamizadores propostos nesta linha de centralidade dos investimentos, deverão, no futuro, exercer a função de “polos de desenvolvimento”, conciliando “a natureza da ação setorial com a necessidade de uma orientação prévia de caráter espacial” (Sudene; B., 1968, p. 127). No IV Plano diretor, o papel efetivo da SUDENE seria servir como um:

instrumento de planejamento, coordenação e fiscalização das diretrizes e programas de desenvolvimento do Nordeste. [...] atividades de levantamento sistemático da realidade nordestina em seus mais diversos aspectos, e à realização de tarefas de avaliação da política de desenvolvimento regional estabelecida e implementada. (Sudene; B., 1968, p. 133)

Por fim, destacava: “o desenvolvimento de uma nação ou de determinada área regional e a programação de recursos humanos com essa finalidade devem ter como

em favor de particulares), voltada a explorar o trabalho no Nordeste. E como isso mudava os termos do conflito e do planejamento, determinando a centralização do poder no Estado e a diluição do conceito de região, agora só possível como região planejada. Na década de 1970 este dispositivo foi transformado no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), existente até hoje.

²²⁵ “Ao lado do esforço de capitalização a ser realizado pelos setores públicos e privados, através das funções assinaladas anteriormente, é de fundamental importância para o crescimento da economia e sua continuidade no longo prazo a ampliação do mercado interno, **sobretudo com a mobilização de contingentes da força de trabalho e sua utilização no processo produtivo**. Neste sentido, a primeira orientação a ser seguida é a que se refere à geração de empregos através do tratamento prioritário a ser dado a algumas das atividades mais empregadoras, e **mediante a execução de programas que visam à ampliação da fronteira agrícola, à liberação de terras, sobretudo na zona da mata, à implantação de pequenas e médias indústrias e ao artesanato**. [...] Programas experimentais de mobilização da população e de treinamento da mão-de-obra com as características assinaladas serão também executados” (Sudene; B., 1968, p. 109) (grifos meus).

²²⁶ “São conhecidas as vantagens da programação integrada, derivadas do fato de depender o desenvolvimento, em grande parte, do grau em que as atividades de setores diferentes se apóiam reciprocamente e se complementam. No caso nordestino, **para que as programações integradas tenham a necessária operacionalidade e eficácia, as variações espaciais de condições da região indicam que se destinem a determinadas áreas circunscritas**. Existe, portanto, um conjunto de circunstâncias inerentes às condições regionais que **reclamam uma diretriz espacial de ação de caráter seletivo**. Visa-se sobretudo a destacar áreas susceptíveis de oferecer resposta a esforços concentrados através de programações globais integradas contemplando formas intensivas de aproveitamento de recursos. Essas áreas deverão constituir **Regiões-Programa**” (Sudene; B., 1968, p. 123) (grifos meus).

ponto de referência, a capacidade do sistema em absorver mão-de-obra em empregos produtivos” (Sudene; B., 1968, p. 253).

Segundo Francisco de Oliveira, essa forma de incentivo estatal beneficiou empresas estatais e privadas. No artigo chamado “a metamorfose da arribação” de 1990, tratando sobre aquele momento, ele afirma:

a integração do Nordeste à dinâmica global da economia brasileira produziu importantes deslocamentos na estrutura da propriedade burguesa. Esses deslocamentos são verso e reverso dos mecanismos da expansão regional: de um lado, o fundo público atuando como argamassa principal dos capitais, de outro, uma mobilidade de capitais permitida apenas pela alta concentração econômica em escala nacional, vale dizer, pelo poder oligopólico dos principais grupos. O processo pode ser sintetizado como o de uma des-regionalização burguesa que se completa ou se perfaz por uma perequação da própria burguesia como classe social nacional, não apenas do ponto de vista de uma hegemonia abstrata, mas concretamente: isto é, seus capitais, seus interesses, seus investimentos, seus lucros, estão fincados hoje na equação regional, também, como formas diferenciadas de seu poder nacional. (Oliveira, 1990, p. 78)

Essa “equação regional” foi possibilitada:

a partir da efetiva entrada em funcionamento dos mecanismos fiscais-financeiros sob a égide da Sudene, e da implantação dos projetos das grandes empresas estatais, no período que vai de 1959 a 1985, e, para efeitos deste artigo, de 1970 a 1985, os programas de desenvolvimento regional baseados nos mecanismos e nos projetos já assinalados anteriormente estão produzindo resultados que redefinem a “questão nordestina”. Em primeiro lugar, pela força dos processos analisados, e sobretudo pela sua ligação aos processos de acumulação de capital em escala nacional, o Nordeste integrou sua economia à do resto do Brasil. A tal ponto que, a rigor, não se pode falar em “economia do Nordeste”, mas numa divisão regional do trabalho no Brasil com atividades regionalmente localizadas. (Oliveira, 1990, p. 87)

Portanto, essa foi a transformação no planejamento, em sua autonomização como forma de institucionalização de ações estatais, posta em prática a partir da implantação do regime autoritário (1964), com a qual se propôs a integração nacional e o desenvolvimento regional, porém com ênfase na industrialização de determinados locais, na construção de infraestruturas, na capacitação técnica de trabalhadores e implantação de polos de irrigação. Tudo isso, com o financiamento ou incentivos e subsídios estatais (marcados, entre outras coisas, pela dedução de impostos).

2.4 A CODEVASF

Neste item, trataremos da transformação no planejamento durante o governo militar a partir da observação de como isso se desdobrou no Vale do São Francisco.

As mudanças evidenciadas principalmente nos dois últimos Planos Diretores da SUDENE ocorreram também no Vale do São Francisco, com a transformação da CVSF em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) e depois em CODEVASF.

Essas se referiam a uma dinâmica pautada nas ações do regime autoritário, instaurado com o Golpe Militar de 1964, no qual, o planejamento começava a tomar outros rumos, com a difusão da teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento.

O crescimento dos investimentos em determinados cursos ou programas nas universidades, a partir do governo militar, e a mudança do debate acadêmico para esses ambientes, imputaram ao IBGE (agora FIBGE) a sua nova tarefa de efetivar o levantamento de dados quantitativos (estreitando relações com o IPEA), transformando o debate político e de métodos.

Tudo isso colocava o seguinte problema: o Estado ao assumir o ônus da modernização impulsionou a transformação da terra e do trabalho. No entanto, o impulso precisava ser garantido e sustentado com a industrialização, sinônimo de modernização, atrelado aos seus seguimentos. Primeiro, de uma maneira menos direcionada, considerando o caráter relativo à produção de alimentos e reequilíbrio com o campo; depois, mais incisiva, voltado à proporção de investimentos, e não a qualidade da sua distribuição. Estava assim em debate as concepções sobre o processo em curso e sua capacidade de eliminar o atraso, o subdesenvolvimento.

Com os militares se aprofundaram as análises, pesquisas e estudos, onde vigoravam o caráter econômico e quantitativo, voltados aos índices de consumo e industrialização. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas aprofundava a contradição, na qual o Estado deveria de um lado, mediar o progresso, reduzindo a arrecadação, com os subsídios e incentivos, incentivando e promovendo a industrialização e a infraestruturação, com empréstimos junto ao Banco Mundial. Estes empréstimos e a disposição desse aparato, junto com a montagem do sistema creditício, eram parte de outra forma de ação transformada do caráter da acumulação capitalista, com aval e incentivo do Estado, balizado no capital fictício.

Em 1967, em pleno regime autoritário, foi decretada a criação da SUVALE, após o fim do prazo de 20 anos de criação da CVSF (1947-1967), conforme o decreto-lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967. A comissão tinha um fim pré-determinado, já em sua lei de criação. No entanto, a continuidade das ações no Vale, acabou se tornando uma opção interessante para o regime autoritário, relativa à sua meta de Integração Nacional. Modificaram, assim, a metodologia, aperfeiçoando-a aos seus novos interesses, de integração e aceleração do crescimento econômico. No decreto de criação se destacam diversos objetivos, semelhantes aos propostos pela CVSF:

Art. 2º São objetivos da Superintendência do Vale do São Francisco, na sua área de atuação:

- a) promover o aproveitamento econômico dos recursos naturais;
 - b) promover o aproveitamento das oportunidades de investimento, principalmente, aquelas ligadas, de forma direta, às atividades industriais ou agropecuárias;
 - c) criar condições que possibilitem o aparecimento e o aproveitamento de oportunidades econômicas no meio rural;
 - d) programar e executar os serviços e obras necessárias à regularização do Rio São Francisco e seus afluentes;
 - e) disciplinar o uso das águas do Rio São Francisco e seus afluentes.
- (PLANALTO, 2014a)

No entanto, chama a atenção à referência à sua área de abrangência, dada por um novo conceito, o de “áreas-programas”, pertencentes ao Vale do São Francisco, e continuidade de sua subordinação à SUDENE. Isso expressa uma mudança na metodologia, colocando, cada vez mais a estratégia da localização e polos:

Art. 4º Observado o disposto no § 2º do art. 1º dêste Decreto-lei, a SUVALE deverá atuar prioritariamente em **áreas-programas** nas quais concentrará os seus investimentos.

§ 1º A SUVALE somente poderá realizar investimentos em energia elétrica, abastecimento d’água, esgotos sanitários, rodovias, portos e aeroportos, habitação, saúde e educação nas áreas-programas.

§ 2º Durante a elaboração e execução de projetos para as áreas-programas situadas no Nordeste, a SUVALE deverá articular-se com a SUDENE a fim de resguardar a unidade de orientação de política econômica e garantir elevada eficiência para os investimentos governamentais.

Art. 5º Para os fins dêste Decreto-lei, **entende-se por área-programa aquela que fôr selecionada para efeito do aproveitamento integral dos seus fatores de produção.** (PLANALTO, 2014a) (grifos meus)

A seleção de áreas-programas revela a mudança da abrangência territorial do plano na “região”, localizando e promovendo os investimentos, de forma cada vez mais seletiva, excluindo algumas áreas em prol do desenvolvimento de outras, atendendo melhor, as demandas da produção, distribuição e consumo de mercadorias, entre elas a própria força de trabalho²²⁷.

Em 1972, o Decreto Presidencial assinado por Emílio G. Médici, nº 1207 de 7/02/72, criou o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE). Nele:

Importa, em outras palavras, que o Vale do São Francisco adquira, com a maior celeridade, os requisitos indispensáveis para atuar eficazmente como aglomerador de populações, desempenhando, dessa forma, em proveito da nossa gente, a função para a qual, pelos seus atributos, está predestinado. Para que se possa atingir, dentro de prazo mais breve, esse superior objetivo, deliberarei lançar novo programa, de caráter especial, para o Vale do São Francisco. Complementando os programas já em execução, esse novo programa, PROVALE, tem por fim integrar, em curto prazo, ao processo nacional de desenvolvimento, grandes áreas dessa região insuficientemente povoadas. (CASA CIVIL; BRASIL, 1972, p. 94)

²²⁷ Em nossa dissertação de mestrado, destacamos, como as noções de polarização e seleção de áreas, fora implementada pela CODEVASF, e como isso foi criticado por Coelho Neto (2006), restando, no entanto, uma crítica mais abrangente sobre o próprio desenvolvimento enquanto modernização e reprodução da forma social de mediação em si crítica (Kluck, 2011).

Entre as principais ações a SUVALE, elaborou em 1974, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco. Tratava-se de um plano inspirado nas diretrizes da TVA – até mesmo porque sua elaboração fora realizada por uma empresa de consultoria, a *Development and Resources Corporation*, tendo como presidente, o ex-presidente da TVA – David Lilienthal, autor do livro já citado: “A Democracia em Marcha”.

Como vimos, no desdobramento da CVSF para a SUVALE, apareceu um novo conceito, o de “áreas-programas” e a sua integração (algo parecido com o de Região-Programa, dos III e IV Planos Diretores da SUDENE), relacionado diretamente a uma mudança de postura do Estado. No entanto, com o Programa Especial e Plano de Desenvolvimento Integrado, se pretendia ainda, estimular a integração dessas à Nação (como se categorialmente já não tivessem) com estradas, hidrovias e telecomunicações.

Isso se relaciona aos desdobramentos político-econômicos na passagem ao regime autoritário, e mudança em relação ao planejamento mais geral, levando também, entre outras coisas, a transformação dessa Superintendência em uma Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), criada pela lei Nº 6.088, de 16 de julho de 1974²²⁸. E, por fim, pelo Decreto 76.962, de 31 de dezembro de 1975 se extinguiu a SUVALE, ficando a CODEVASF responsável por elaborar os planos e execução dos mesmos no Vale do São Francisco.

Nesse contexto, da criação da CODEVASF, o Estado se articulava de forma diferente. Alguns anos antes já haviam sido lançados o Projeto de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA)²²⁹. Esses, junto com o I Plano Nacional de Desenvolvimento foram os desdobramentos responsáveis pela modificação das ações da própria SUDENE, a partir Golpe, ou seja, uma mudança de caráter dessa ação estatal em direção as teorias da polarização e integração desses à Nação. Ao mesmo tempo, o Estado assumiria, cada vez mais, o papel central na disposição do crédito, alavancado por meio do endividamento.

²²⁸ A partir desta Lei foi elaborado o Decreto nº 74.744, de 22 de outubro de 1974, que aprovou os Estatutos da Companhia e Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

²²⁹ Em 16 de junho de 1970, pelo Decreto-Lei 1.106, é criado o Programa de Integração Nacional, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências” (PLANALTO, 2014b). Quase um ano depois, outro decreto-lei criado, o de nº 1.179, de 6 de julho de 1971, que institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências.

Isso também se mostrou em mais dois decretos instituídos naquele momento, respectivamente, o do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo).

Pelo Decreto nº 74.794, de 30 de Outubro de 1974 foi criado o POLONORDESTE, apresentando, em seu primeiro artigo, seus objetivos: “Art. 1º. É criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (POLONORDESTE), com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das Atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários” (DEPUTADOS, 2014).

Depois, dando continuidade as transformações de âmbito nacional, voltados para as “regiões”, foi criado pelo Decreto número 78.299, de 23 de agosto de 1979, o Projeto Sertanejo, tendo como fonte de financiamento o PIN e PROTERRA anteriormente criados. Em seu primeiro artigo ressaltava como finalidade,

fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semi-árido nordestino, tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionados. (DEPUTADOS, 2014a)

Podemos perceber, a partir desses últimos decretos, o movimento em direção a uma centralização cada vez maior do poder executivo, e como estes permitiam ações cada vez voltadas ao estímulo à mobilidade do trabalho e transformação das relações com a terra. Sua ação, ligada ou subsidiando os planos, voltavam-se para o desenvolvimento mais localizado, em pontos nas regiões e setores da economia, como a indústria, tendo como discurso a integração nacional. Esse estímulo ao desenvolvimento, pautado nos polos de crescimento, disseminando o desenvolvimento por meio da região, se remetia teoricamente a ciência espacial e ao planejamento em âmbito mundial, principalmente, nos países capitalistas pós Segunda Guerra.

Conforme Oliveira (1977; 1990), não se tratavam de disparidades regionais oriundas de diferenças no estágio de desenvolvimento, mas, de uma reposição da desigualdade como fundamento da reprodução ampliada do capital, a qual o Estado, com sua política de incentivos e subsídios, ao invés de reduzir, contribuía, repondo a exploração, agora em âmbito nacional, movendo sua máquina estatal centralizada (munida de violência e capital fictício). Esse processo, no qual o Estado militarizado tornou-se o protagonista, baseava-se também na mobilização do trabalho e da terra.

As ações voltadas ao desenvolvimento regional do Vale do São Francisco, por exemplo, estimularam mudanças na reprodução do trabalho e na posse da terra. Em um primeiro momento, nas décadas de 1940 e 1950, pautando-se principalmente na valorização econômica dos recursos, diferenciando-se das ações pontuais anteriores, imediatistas, comuns até a década 1930. Nos anos 1960 e 1970, as ações foram se transformando, tendo na teoria dos polos de desenvolvimento e de crescimento sua potencial difusão. Já em fins de 1970 e meados de 1980 ganhava centralidade, uma forma de planejamento pautada em levantamentos estatísticos e matemáticos, elaborados em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), imbricados à “geografia teórica e quantitativa”, na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Foram destaque os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), pelos quais se enfatizou a chamada integração nacional e os incentivos aos distritos industriais.

Todo esse conjunto efetivo do planejamento centrado no Estado impôs formas de dinamizar o uso e a ocupação da terra, e, ressaltaram como meta, a tentativa de contenção momentânea das disparidades do desenvolvimento e crise da reprodução do trabalho e do capital. Ao mesmo tempo significaram a transição qualitativa dos momentos da modernização, nos quais as categorias sociais da reprodução autonomizadas tornaram-se cada vez mais críticas e miseráveis, com o desenvolvimento das forças produtivas.

3. Conflitos oriundos do planejamento e outras ações estatais no Vale do São Francisco

Neste item, trataremos algumas das questões conflituosas relacionadas à difusão dos empreendimentos estatais e privados, nos concentrando nas consequências sociais das ações planejadas do Estado para o Vale do São Francisco. Apresentaremos alguns aspectos da imposição do planejamento, ou, decorrências práticas das ações estatais planejadas em determinadas áreas do vale do São Francisco, destacando, como as medidas de financiamento da infraestrutura, de produção e do consumo, se colocavam como ativos de capital, para o qual se tornou imprescindível a participação do Estado, e como esse processo revelava-se como a territorialização do capital, ao transformar as relações de poder sobre a terra e o trabalho.

A institucionalização das ações estatais foi um processo importante na autonomização do Estado. Tentamos mostrar, até o momento, como a articulação de poder, por meio do Estado, e os seus desdobramentos históricos, tinham como sentido a

reordenação, racionalização, e regulação da distribuição (desigual) da produção capitalista, com o planejamento – uma espécie de crítica “propositiva” feita pelo próprio Estado, em suas instituições, e, de certo modo, na academia.

O sentido do processo visto por esse crivo, ou seja, a partir do próprio Estado, na forma do discurso e da prática, produzida e efetivada, escondeu, no entanto, muitos desdobramentos concretos – modos violentos da sua manutenção. Incorporando como ação, a proposição de planos de desenvolvimento, este impulsionou a institucionalização do mercado de terras, por meio de desapropriações ou criando infraestruturas (estradas, irrigação, etc.). Isto motivou, por outro lado, o poder local a estabelecer diferentes relações com posseiros e agregados.

No depoimento, *A grilagem no Estado da Bahia* na Câmara dos Deputados da Bahia, na CPI da grilagem, em 1978, a FETAG-BA, apresentou um conjunto de dados e argumentos sobre a situação da propriedade da terra. Destacava as ações do programa federal PROVALE²³⁰, como “extremamente desastrosas. Os financiamentos são liberados sem que se tenha resolvido a situação dos ocupantes das áreas destinadas a tais investimentos, sem se criar programas de incentivo e fortalecimento das pequenas propriedades existentes nas respectivas regiões” (FETAG-BA, 1978, p. 27).

Como grilagem, a CPI considerava, *o apossamento de terras através da falsificação de títulos*. Já para a FETAG-BA, essa visão reduzia o problema, pois, entre outras coisas, teriam de incluir aí, a identificação dos métodos violentos aos quais recorriam no estabelecimento dessas “propriedades”: o uso de jagunços, para dispersão de animais e queima das roças, casas e até agressões corporais contra os posseiros²³¹. Devendo responsabilizar, “os agentes financeiros [pois], sua corresponsabilidade configura-se na medida em que os recursos para implantação dos empreendimentos são liberados sem a preocupação de conhecer se nas áreas a eles destinadas, existem ou não posseiros ou outros tipos de trabalhadores rurais” (FETAG-BA, 1978, p. 29).

²³⁰ O Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) foi instituído pelo Decreto Presidencial 1207 de 7/02/72. Nele se afirmava: “importa, em outras palavras, que o Vale do São Francisco adquira, com a maior celeridade, os requisitos indispensáveis para atuar eficazmente como aglomerador de populações, desempenhando, dessa forma, em proveito da nossa gente, a função para a qual, pelos seus atributos, está predestinado. [...] esse novo programa, PROVALE, tem por fim integrar, em curto prazo, ao processo nacional de desenvolvimento, grandes áreas dessa região insuficientemente povoadas” (Casa Civil; B., 1972, p. 94).

²³¹ “Passando a significar, genericamente, todos os conflitos derivados do uso e da posse de terra, notadamente quando os prejudicados são trabalhadores rurais. [...] As desastrosas consequências decorrentes da implantação de obras de infraestrutura, como construção de barragens, abertura de estradas, criação de polos de industriais, além das formas como elas se manifestam, inclusive com envolvimento de diversos órgãos públicos” (FETAG-BA, 1978, p. 28).

Ainda, segundo o depoimento, as ações posteriores, realizadas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) – que sucedeu a SUVALE, no ano de 1974 –, ao invés de exercerem o papel de fixar o homem do campo, dando-lhes condições de permanecer em suas terras com acesso a infraestruturas, fez justamente o contrário, ao implantar seus projetos. Por exemplo, quando da construção da barragem de Sobradinho, “para cerca de 11.000 famílias deslocadas [...] criou-se um plano de realocação de até 3.000 famílias. Isto apenas para ficar no plano quantitativo” (FETAG-BA, 1978, p. 29). Para a FETAG, a abertura de estradas, constante nos planos de desenvolvimento, foi também um dos responsáveis pela ampliação da grilagem, tendo, assim, relação direta com a transformação do uso e fins da propriedade da terra.

Em *A expansão da fronteira agrícola: a marcha para o oeste do São Francisco*, Emiliano José, cita o encontro ocorrido em Barreiras (BA), no ano de 1980, chamado “I Encontro das Oposições do Além-Sertão”. Neste encontro, um dos políticos presentes, o Sr. Waldir Pires, afirmava que no “São Francisco, o Estado e os grileiros se unem na luta contra o posseiro – uma espécie de *Homestead* natural, ocupante da terra há anos” (José, 1981, p. 8). Para José (1981), no entanto, diferente do *Homestead Act* Norte-Americano, “nossas carruagens foram sempre carregadas de capitalistas interessados em grandes projetos ou então em assegurar a propriedade da terra para mantê-la como ‘reserva de valor’. Na boleia, jagunços bem armados garantiam tudo” (José, 1981, p. 9).

A maioria das ocupações, voltadas à pecuária extensiva necessitava do Estado, por via de incentivos²³². Conforme José (1981), dos 30 projetos aprovados pela SUDENE na região do São Francisco entre 1969 e 1980, 28 deles eram de pecuária e 26 de empresários de Pernambuco. Todos eles incluídos como prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, ou seja, faziam parte da *faixa A* de prioridade, junto com os polos petroquímicos.

Em 1976, a Comissão Pastoral da Terra já alertava sobre a problemática do aumento da grilagem com a institucionalização das ações do Estado. Em um texto chamado *Terra na Bahia e Sergipe*, afirmava: “a grilagem se tornou rotina e as terras

²³² “Concedia – e concede – subsídios polpudos ao capital, permitindo inclusive, que muitos dos projetos aprovados ficassem apenas no papel. [...] colocavam o dinheiro recebido em outras atividades, deixando a terra ocupada como ‘reserva de valor’, que poderia tornar-se uma área produtiva mais tarde, ou então, ser vendida a preços extraordinariamente valorizados depois que iniciativas governamentais modificassem a infraestrutura da região. E tudo isso se tornava mais fácil exatamente na Amazônia – beneficiada pela superintendência da Amazônia (Sudam) – e no Nordeste, que conta com a presença da Sudene, sem falar nas linhas de crédito específicas [...]” (José, 1981, p. 9-10).

vão se concentrando cada vez mais nas mãos de uns poucos. O capim vem substituindo o feijão e o boi vem substituindo o homem” (CPT, 1976, p. 41).

As áreas do Vale do São Francisco, e Além-São Francisco (mais a Oeste), pretendidas pela CODEVASF, e outros órgãos, eram as mais problemáticas. Segundo a CPT (1976), “a construção de novas estradas, principalmente a BR-242, provocou uma redescoberta da região pelos grupos empresariais interessados em investir em grandes projetos agropecuários e em comprar terras abundantes e baratas: começou então, um grande movimento de compra de terras e sua consequente valorização” (CPT, 1976, p. 42). Isso acarretava constantes conflitos entre os moradores posseiros e os “donos” dessas terras, aumentando em quantidade e intensidade a violência, ameaças, queima das roças e mortes de animais²³³. Em um dos relatos sobre esse método, se destacava o aumento da pobreza “aqui todo mundo era pobre, mas vivia; quando chegou Gener (grileiro), chegou a fome” (CPT, 1976, p. 43).

A tratar diretamente da atuação da CODEVASF, ressaltou a inspiração desde os ainda primórdios (quando era CVSF) no modelo da TVA, embora nada fazendo para melhorar, senão muito para piorar a situação dos posseiros. Esta Companhia, agindo como os grileiros, desapropriavam, expropriavam, intimidavam, e, depois, nem mesmo chegavam, em muitos casos, a utilizar como o previsto as terras (a não ser para auferir renda)²³⁴. Atuavam junto a empresas ligadas aos interesses das políticas governamentais: “a terra aparece como um ótimo investimento, já que é o próprio governo quem paga indiretamente, através dos ditos incentivos fiscais, destinados especialmente à pecuária extensiva e à exploração da madeira para a fabricação da celulose” (CPT, 1976, p. 48).

Essa Companhia, ao propor a utilização de uma dada área de terra, prevista em um de seus projetos, solicitava ao INCRA a desapropriação da mesma. A indenização paga ao “grande proprietário” (que em geral se arrogava como tal a partir da proposição

²³³ Foram cada vez mais notórios os “casos de posseiros e pequenos agricultores ameaçados por capangas ou grileiros. Abrem picadas nas terras dos posseiros, fecham estradas de passagem pública, cercam açudes e lagoas, derrubam cercas dos posseiros para o gado, invadem as roças, lavradores são ameaçados e, às vezes, espancados e presos pela própria polícia! Queimam roças, derrubam casas, mutilam e matam os animais que pertencem aos posseiros” (CPT, 1976, p. 42).

²³⁴ “Em São Desidério (BA), a terra desapropriada há dois anos não produz nada, o que ocasionou grande queda da produção agropecuária. [...] Muitos se mudaram para uma faixa de terra acidentada a seca que sobrou da desapropriação. Outros comeram ou estão comendo a quantia que receberam como indenização. A situação é desoladora: dezenas de famílias, que sempre tiveram teto onde habitar e comida farta, tornaram-se indigentes, doentes e até loucos, quando se viram de uma hora para outra, sem casa, sem comida e o dinheiro acabando” (CPT, 1976, p. 47). Processo abordado e discutido, em relação à outras áreas do Oeste da Bahia e Piauí por Alves (2006), com a perspectiva crítica da modernização e mobilidade do trabalho em sua tese de doutorado e outras importantes pesquisas do mesmo autor.

do projeto) na desapropriação, gerava divisas que o permitia investir em outros ramos de produção ou comprar, e, até mesmo grilar novas áreas terras em outros lugares. Aos pequenos posseiros, no entanto, restavam dois caminhos: a) utilizar (quando recebiam) o parco recurso oriundo da indenização pelas benfeitorias da pequena posse, que mal o permitia comprar uma nova posse; b) quando tinham a possibilidade de permanecer na colônia (por serem moradores dessa área) em lotes que não eram vendidos às pessoas ou empresas de fora da região, a própria dinâmica de funcionamento do empreendimento, que requeria capital de giro e contatos para produção e venda, fazia com que esses, rapidamente, fossem marginalizados e não conseguissem se reproduzir na colônia (ou polo), e tivessem de vendê-los. Já que os mesmos eram a única fonte para sua reprodução, assim que o vendiam, eram mobilizados para outros lugares²³⁵.

Portanto, a atuação direta do Estado, através da CODEVASF, na implantação colônias de irrigação (tornadas mais tarde polos irrigados) e da CHESF com hidrelétricas, foi fundamental para a ampliação e institucionalização do mercado de terras no Vale do São Francisco. Com isso, entre outras coisas, ocorreram mudanças também nas relações de trabalho.

4. A terra e o trabalho na autonomização do Estado

A constituição histórica, econômica e social dessas relações foi a base de diferentes interpretações sobre o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil como parte do capitalismo mundial. O Estado em determinado momento, ao centralizar mais as suas ações na dinamização do trabalho e da terra em geral, com as leis trabalhistas e de gestão fundiária, impulsionou também, com o planejamento regional, uma transformação, dados por incentivos e benefícios, fiscais e financeiros, à reprodução capitalista nacional – incidindo na reprodução dos camponeses.

Para uma ligeira aproximação de algumas perspectivas interpretativas sobre esse processo, discutiremos em conjunto tanto o papel do Estado, na contradição com o capital, quanto à dinâmica fundiária, na qual se envolveu o camponês. Por não ser possível abarcar todas elas, nosso foco se voltará apenas para algumas, relacionadas, mais de perto, com as questões enfrentadas na tese²³⁶.

²³⁵ Um importante texto que discute essa e outras situações é o de Didier Bloch, chamado: *As frutas amargas do Velho Chico*.

²³⁶ Abordaremos essa centralização, a partir da legislação trabalhista e da terra, entre outras tensões de classes. Ficará de fora a discussão entorno do feudalismo no Brasil, proposto por Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Inácio Rangel, entre muitos outros.

Sobre o momento da autonomização entre o Estado e o poder local, nos anos 1930, Oliveira (2008) afirma existir uma transição na hegemonia de classe, especialmente da burguesia industrial frente às oligarquias agrárias, com forte aparato estatal. Segundo ele, a partir desse momento e nos anos subsequentes, tornou-se necessário fortalecer a burguesia interna em ascensão (composta por industriais e comerciantes), principalmente, com ajuda do Estado. Para além do planejamento, balizado nas experiências regionais e nacionais, a posição da legislação trabalhista nacional, ou seja, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nessa transição, baseou um pacto geral entre as classes. Essa legislação impunha a equalização dos rendimentos do assalariado urbano, através do salário mínimo, transformando a relação entre as classes, de uma luta aberta no mercado, para uma disputa interna no Estado – que ao institucionalizar assim, as regras do jogo do mercado de trabalho, impulsionava a mobilização do trabalho (Oliveira, 2008).

Essa legislação, segundo ele, contribuiu para a conformação e regulação do exército industrial de reserva (Marx, 1988), igualando, de forma reduzida, o preço da força de trabalho urbana e promovendo uma queda do preço dos alimentos e das matérias primas. Esses salários, apesar de baixos, se tornaram fixos, atraindo a população rural (vinculadas, segundo ele, por meio de relações arcaicas), proporcionando uma migração generalizada para as cidades, como forma de acumulação primitiva, e, tudo isso, com aval e estímulo estatal.

Esse foi um dos momentos centrais da constituição do mercado de trabalho nacional, passo essencial da modernização, denotando uma diferença de qualidade na ação do Estado, comparado com o Imperial – o qual, apesar de tornar o trabalho “livre” (com a abolição), não o instituiu como um fator de dominação e gestão centralizada, por meio legislativo (permitindo a derivação em formas de relações particulares).

As “oligarquias agropecuárias”, na passagem (e mesmo antes) do escravismo ao trabalho “livre”, teriam se beneficiado do caráter particular das relações estabelecidas, pois, ao se livrarem de um custo de produção (representado no escravo), também não sofreriam mais pressão da Inglaterra (sobre o fim da escravidão), e, ainda por cima, continuariam sua extorsão cotidiana dos agregados e dos posseiros. E esse foi um aspecto importante, da acumulação da oligarquia agrária, aprofundando o seu domínio, sobre as formas já apresentadas, do trabalho livre²³⁷.

²³⁷ Vimos no segundo capítulo como as relações entre os posseiros e essa oligarquia revelava uma dominação pelo preço e pela prestação de serviços, mesmo em um contexto escravocrata, dado que no

A transformação na legislação do trabalho empreendida no pós-1930, foi alvo de disputas entre as classes dominantes, dado a oligarquia agrária representar também uma classe fortemente amparada no Estado. Uma das formas dessa disputa se revelou, no fato, da oligarquia não permitir a reforma agrária e nem a implantação da legislação trabalhista no campo (essa última só ocorreu em 1963). Desse modo, a exploração do trabalho no campo, continuaria, por algum tempo, a não ocorrer sob as normas concretas do assalariamento – algo só constituído gradativamente e não de forma homogênea e nem finalista. Oliveira (2008), ao analisar isso, aproxima-se das proposições de Rosa Luxemburgo, entendendo o processo como uma “acumulação primitiva”, não genética, mas estrutural:

tanto na abertura de fronteiras “externas” como “internas”, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos, provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade. (Oliveira, 2008, p. 43)

Foi esse o sentido geral da implantação dos controles administrativos e legislativos estatais. Conforme o autor, esse caráter se remetia a modernização das relações de produção e ao mesmo tempo reprodução das relações “arcaicas”, envolvendo tanto o campo, quanto a cidade, permitindo uma virada da hegemonia agrária à urbana²³⁸, e, compatibilizando “a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo” (Oliveira, 2008, p. 60). Tais aspectos e características conformaram a mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977).

Esse caráter estatal da passagem da hegemonia de classe, no Brasil se fez de forma gradual e disputada, por meio da qual, os camponeses foram o veículo da

São Francisco, a presença de escravos era bem menor que em outras regiões, e a de homens livres pobres era muito grande. Uma questão não abordada profundamente, mas importante, foi a subvenção estatal ao imigrante, como forma de constituição da superpopulação relativa, após a abolição.

²³⁸ No entanto, a oligarquia agrária não ficou paralisada no processo, dado as disputas internas se reverterem, em seguida, numa pressão violenta, sobre o controle da terra e dos créditos ligados as ações modernizadoras por eles também reclamadas no campo. Ganhando maior impulso adiante, principalmente, mas não só, com os governos militares.

exploração, mostrando, segundo Oliveira (2008), como a expansão da economia capitalista não reproduziu literalmente a clássica forma dos países desenvolvidos, ocorrendo, como uma “especificidade particular”, mesmo não negando o todo:

a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, no molde do processo pós-anos 30 passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida dentro dela mesma; isto é, as relações de produção vigentes constituem em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso. (Oliveira, 2008, p. 62)

Tal adversidade do “sistema capitalista mundial” se relacionava a crise mundial de 1929, na qual, ainda assim, o Brasil, junto com outros países “atrasados” se industrializou, e, em seguida, no pós-Segunda Guerra aprofundaram sua expansão. Para tanto, isso foi possível, porque no Brasil, o populismo (forma de revolução burguesa), não destituiu bruscamente os proprietários de terra, e sim os incorporou.

Nesse sentido, a expansão do capitalismo nas “fronteiras internas”, ocorreria sem se recorrer somente à “expropriação” dos posseiros, mas se utilizando do dispositivo de controle da terra, do trabalho e dos preços de mercado. Em outras palavras, uma forma não autonomizada das categorias sociais de mediação garantindo a acumulação particular capitalista.

Portanto, “ao contrário da revolução burguesa ‘clássica’, as mudanças das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais” (Oliveira, 2008, p. 63). Desse modo, o planejamento estatal (inclusive incorporando como membros da tecnocracia nascente, os filhos de grandes proprietários de terras) e a formulação de uma legislação trabalhista inicialmente só urbana, favoreceram ambos os lados: proprietários de terras e industriais²³⁹.

Buscando um entendimento mais amplo sobre a relação capitalista desdobrada historicamente no Brasil, a tese desse autor se diferenciava de outras, fundamentadas na ideia de atraso ou relações feudais, no Brasil Colonial. Para ele, a abolição dos escravos significou a liberação dos custos de produção capitalista, já inserido na divisão internacional do trabalho. E, além disso, a transformação no desenvolvimento mundial

²³⁹ Vimos como a disputa entre as classes foi se formalizando no governo Vargas, e para além desse argumento de Oliveira (2008), da centralidade da legislação trabalhista, outros mecanismos, corroboraram com a manutenção transformada do poder local. Em nosso entendimento, tanto a questão da expansão da “fronteira interna”, chamado pelo próprio Vargas de “imperialismo” quanto um “pacto” com as oligarquias regionais, se transformando no processo, tiveram o intuito de constituir as bases do mercado interno de trabalho e da terra, com apoio do Estado, e assim, transformar qualitativamente o território.

do capital, impondo a todos os países a constituição de “sua” superpopulação relativa. No Brasil, isso se fez com apoio do Estado (Boechat, 2010).

No entanto, tal constituição e transformação das relações de produção, além de conformar a força de trabalho, por meio da mobilização do trabalho, seja inicialmente “externa” (com os imigrantes), e depois “interna” (com os migrantes do campo-cidade), impulsionava também, a busca pela adequação dos meios de produção: e esses meios foram importados. Essa tentativa de se estabelecer na concorrência capitalista mundial, marcada pela industrialização com maquinários importados, é um assunto central relacionado ao entendimento do desenvolvimento capitalista como desenvolvimento desigual e combinado, pois trata do “saltar etapas” capitalistas, mostrado por Oliveira (2008), ao se referir à importação de máquinas. O capital estrangeiro era incorporado com a compra de tecnologia e com as medidas de impulso a industrialização. Para ele, a busca do endividamento externo para compra de maquinários importados, colocava cada vez mais no centro da modernização o capital fictício, sendo o imperialismo, sua forma política, ambos se impondo por causa da necessidade de valorizar o valor.

O intuito era privilegiar o capitalismo interno, cada vez mais centralizado e monopolizando diferentes ramos, viabilizados pelo Estado. Essa elite industrial-comercial nascente e o fortalecimento da oligarquia agrária, também se transformavam, não existindo uma disputa direta com capitalistas estrangeiros, mas, uma constante disputa e “pactos” internos.

Segundo Oliveira (2008), o Estado, subsidiando a importação de capital pronto (máquinas e outros produtos tecnológicos), ao invés de subsidiar o capital nacional para inovação, ainda direcionou a sua implantação em determinados lugares, com o planejamento, fazendo em parte, esses custos, serem pagos com dinheiro de dedução de impostos. Ou seja, se absteve de parte da mais-valia social, revertida para ampliação da reprodução capitalista.

Algo nesse sentido teria se iniciado com as proposições e experiências do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek e com a SUDENE, no fim dos anos 1950 e começo dos anos 1960 – com Rômulo de Almeida e Celso Furtado à frente, baseados teoricamente nas proposições da Cepal – pelas quais, em seus primeiros Planos Diretores, pretendiam erradicar a disparidade econômico-social entre a região Nordeste e Sudeste do país, responsável por atrasar o desenvolvimento do país. Segundo esse pensamento, tal disparidade tinha, entre outras, duas características importantes: as trocas desiguais com os centros mais desenvolvidos industrialmente no Sudeste, e, o

atraso histórico, referido às relações estabelecidas pela oligarquia agrária – as quais, para manter a sua reprodução social e econômica, recorriam a relações de trabalho, segundo ele, arcaicas, conformando a chamada “regressão econômica”.

Ao enfatizarem a existência de uma oposição entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, afirmavam caber à segunda, a promoção de arranjos para superar sua situação de atraso, modernizando forças produtivas e relações de produção. Por isso, uma das metas da SUDENE, foi incentivar a indústria, ao mesmo tempo em que, ao evitar os tensionamentos, favoreciam as empresas capitalistas no campo.

Para tanto, os posseiros, agregados, rendeiros, foreiros, e outros camponeses, vistos como símbolo do atraso, precisariam ter suas relações transformadas. E, desse modo, nos planos propostos, uma parte desses deveriam ser deslocados da grande propriedade (inclusive, em alguns casos, levados para fora das áreas das *plantations*, em direção ao Agreste ou Meio Norte) para se voltarem à produção de alimentos (rebaixando os salários gerais), e outra, tornada trabalhadores assalariados no campo. Este foi um dos sentidos, presentes nos planos diretores iniciais da SUDENE, responsáveis aumentar os movimentos de contestação já em opulência.

Segundo Francisco de Oliveira, olhando criticamente esse processo, em outro livro, o “Elegia para uma re(li)gião”, a questão deveria ser tratada em termos conjuntos, da contradição do conflito e da reprodução ampliada do capital monopolista. Desse modo, ao tratar das disparidades, afirmava a necessidade de um olhar para o próprio Estado e como este, com suas ações, superava a ideia de planejamento regional, da região planejada, fundamentando, em verdade, a reprodução ampliada do capital – ao subsidiar, com dedução de impostos, a exploração do trabalhador nordestino por empresas, principalmente, do Sul e Sudeste do país – e que assim, ao invés de suprimir, mantinha a desigualdade.

Para ele, a desigualdade, marca do chamado subdesenvolvimento, surgia assim, do próprio desenvolvimento capitalista, e, não em oposição a este, sendo a formação capitalista, responsável em seu processo, por constituir esse subdesenvolvimento, como sua própria reserva de acumulação primitiva. Portanto, não se tratava de um problema entre nações, ou regiões, mas sim, de disputas internas de classes sociais (industriais e agrárias), e assim, só a teoria do subdesenvolvimento, não explicaria os pormenores dessa formação social.

Todo esse conjunto, no qual o Estado aparecia composto por diferentes grupos políticos, mostrava o quanto, apesar do domínio das classes industriais, as oligarquias

agrárias estavam presentes nas decisões, e o quanto ambas se beneficiavam do processo de incentivos, benefícios e créditos estatais.

Abordaremos agora, o quanto os camponeses estiveram em pauta nesse processo. Postos historicamente na modernização, estes nunca foram autônomos, e assim, não poderiam ficar imunes a essa transformação qualitativa do Estado.

Para Velho (1979), o compromisso entre o Estado, se constituindo como centralidade, e o sistema tradicional (poder local), “significou, acima de tudo, não tentar nenhuma interferência no campo, mas concentrar os esforços governamentais na industrialização urbana, apoiando uma burguesia nacional emergente e mesmo mobilizando até um certo ponto a força de trabalho urbana sob o populismo como um agente para a modernização” (Velho, 1979, p. 127).

Segundo ele, esse compromisso ganhou força com Getúlio Vargas, em sua campanha presidencial, denominada “Rumo ao Oeste”. Nela havia preceitos Bandeirantes e Sertanistas, atualizadas como integração cultural na constituição da Nação. Em um trecho citado por este mesmo autor, se nota a profundidade desse discurso, mais cedo ou mais tarde, posto em curso:

precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras (Vargas, s/d, p. 284-285). (Velho, 1979, p. 148)

Tratava-se de incorporar, segundo essa ideologia, os aliados do processo de desenvolvimento nacional, ou seja, os poderes locais. Velho (1979) mostra como a passagem à centralidade e ao autoritarismo do Estado tinha na oligarquia agropecuária um componente importante. Destacou, como no Nordeste, a intervenção estatal se iniciou ainda no combate à seca, no século XIX, e como essa foi cada vez mais transformada, a partir das relações estabelecidas pelos poderes locais, dos quais os coronéis sinalizam o derradeiro momento, transmutado em Estado central. Era o poder local se autonomizando, compondo o, e, com o Estado, a transformação das relações de produção, com a noção de planejamento.

Tal noção já aparecia em algumas ações no Brasil Imperial, no entanto, em nosso entendimento, essas não eram articuladas em conjunto – estavam mais relacionadas ao “melhoramento” das cidades, como ampliação de avenidas, construção de praças, e, quando tinham uma abrangência maior, como os planos de viação nacional, não expressavam transformações envolvendo a terra, o trabalho e o capital,

como na República. Ou seja, não se voltavam à ampliação das possibilidades voltadas a transformação e gestão do trabalho e da terra, como um todo, tanto no campo quanto na cidade. Algo só transformado com a centralização do capital e o centralismo das ações estatais, tornando o planejamento e outras ações, institucionais práticas de Estado, e não, eventos esporádicos.

Portanto, a qualidade da investida estatal mudava radicalmente com a ascensão de um governo central planejador territorializando de maneira qualitativamente diferente a dinâmica da reprodução capitalista. Ao mesmo tempo, isso significava uma transformação na própria reprodução do capital, em seu processo contraditório, por meio do qual cada vez mais se centralizava e se tornava um monopólio.

O Estado se tornava central à continuidade da reprodução, almejada do comerciante e do grande produtor agropecuário. Por outro lado, ele também se tornava, em parte, o alvo das reivindicações dos camponeses, cada vez mais organizados, contra a opressão. Não que antes, não houvesse reivindicações por parte dos camponeses, porém, aquelas, marcadas por revoltas e lutas contra os grandes proprietários, não tiveram a dimensão conseguida com as Ligas Camponesas em fins dos anos 1950 e início dos 1960 (ver Julião, 1962; Martins, 1983). Conforme Martins (1983),

Particularmente a partir dos anos 50, os camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos. (Martins, 1983, p. 10)

Tais movimentos ganharam apoio (apesar das divergências e disputas pela liderança) do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de uma esquerda católica na Igreja – juntos auxiliando, a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – e, das Ligas Camponesas.

O próprio Estado se transformava, como parte do sentido das mudanças necessárias do próprio capitalismo e, com ele, sua atenção aos camponeses. Se as diferentes formas de coerção para com esses eram, até então, realizadas pelo poder local, reconhecido pelo Estado, agora estes se tornariam alvos, também diretos de gestão estatal. Para Martins (1983), nesse momento “a multiplicação desses conflitos pela terra fez com que o posseiro se tornasse a principal, embora não única, personagem das lutas camponesas atuais” (Martins, 1983, p. 11). Pois, segundo ele “é um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra

retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato [brasileiro] é constituído com a expansão capitalista, como produto da contradição dessas expansões” (Martins, 1983, p. 16). E, nesse sentido:

as palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta. (Martins, 1983, p. 21)

Com o campesinato apareciam juntos, ou separados, tanto o proprietário de terra, quanto a empresa capitalista no campo na cena política, e esses dois últimos, exigiam o comprometimento do Estado, no fomento do planejamento, e, ao mesmo tempo, sua posição como “classes favorecidas” do processo. Os camponeses, por um lado, ao permanecerem na terra eram mais exigidos, por sua produção de mercadorias comporem a base da subsistência da industrialização, ou seja, por serem os responsáveis pela produção de alimentos²⁴⁰. Por outro, caso tivessem suas terras destinadas aos empreendimentos particulares financiados ou subsidiados pelo Estado (ou ainda diretamente apropriados por grileiros, interessados na terra para acessar créditos nos bancos estatais), comporiam a superpopulação relativa nas grandes cidades.

Com o golpe militar de 1964, se impôs, ao invés da satisfação das amplas reivindicações por reforma agrária (centro da luta camponesa na época), o mal afamado Estatuto da Terra (1964). Este segundo Martins (1983), teria jogado essa reivindicação a um futuro inalcançável e “fornecido” como contrapartida, apenas a possibilidade da desapropriação localizada em zonas de conflito e a sindicalização rural²⁴¹.

Por todos os caminhos os camponeses estavam ameaçados. Principalmente com o impulso à articulação entre o empresariado e o proprietário de terra, por meio do Estado (planejamento e outras ações estatais). Conforme Velho (1979) o Estado autoritário em sua função política e econômica, estabelecia a fronteira do capitalismo, revolucionando o papel da propriedade da terra. Esse é o momento da territorialização do Estado como territorialização do capital, posicionando em sua lógica, a terra e o trabalho como mercadorias particulares. Na berlinda dessas transformações estavam os

²⁴⁰ Conforme vimos, o planejamento regional sempre destacou esse caráter, pelo qual destinaria ao camponês “terras incultas” distantes, que por eles poderiam ser mais bem aproveitadas, diminuindo a pressão sobre as grandes propriedades e empresas rurais, que detinham a maior parte das terras.

²⁴¹ “O Estatuto abre a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional. O governo militar poderá, assim, a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditórias em favor da primeira: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo à segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime militar” (Martins, 1983, p. 31).

camponeses, com suas posses e uso comum, ameaçados ou atingidos diretamente, com a construção de barragens, estradas, fruticultura irrigada ou criação de gado.

Pouco antes da aprovação do Estatuto da Terra (1964), em 1963, fora aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, pelo qual se normalizavam alguns direitos do trabalhador rural. Ou seja, vinte anos após a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), permitindo à oligarquia agropecuária uma boa margem de exploração de relações não assalariadas e a sua adequação aos novos preceitos da modernização (não que as leis trabalhistas demarcassem o fim da exploração). Para Velho (1979), com essas normas trabalhistas voltadas ao trabalhador rural, no Nordeste, tornou-se oneroso manter o trabalhador nas propriedades como moradores, e assim

desenvolveu-se uma tendência no sentido de criar um contingente de trabalhadores livres que com o tempo superaria numericamente os tradicionais moradores. Assim, a tomada das terras marginais das plantations não representaria simplesmente uma expansão cíclica do cultivo da cana, mas também a expulsão definitiva das famílias de moradores pelos proprietários de terras a fim de evitar as obrigações (salário mínimo, limitação de horas de trabalho, etc.) da legislação trabalhista. (Velho, 1979, p. 183)

Em relação ao Nordeste canavieiro, naquele contexto, Francisco de Sá Jr. analisou em detalhe as suas modificações percebendo, a partir dessa mudança na legislação, da transformação nos processos produtivos e da concorrência, o crescimento das relações de subsistência balizadas na ampliação quantitativa da pequena propriedade arrendada (aos antigos moradores expulsos da grande propriedade nesse processo)²⁴². Estes pequenos arrendamentos começaram a absorver mão de obra, até mesmo nos momentos de crise da produção canavieira, ou seja, nos momentos de incapacidade da grande propriedade em absorver mão de obra, algo que para o autor, eliminava a possibilidade da “regressão econômica” sob o capital monopolista, mas apenas, uma espécie de ajuste. E esse, podemos dizer, teve a participação efetiva do Estado.

Segundo ele, em momentos anteriores, a grande empresa, na crise, mantinha a mão de obra, para produzir sua própria subsistência (por meio de pagamentos em produtos, entre outras formas de tributos) e assim, pagar menores salários (pois, não havia legislação sobre isso), e, os liberava, quando a empresa não estava em crise. No entanto, com o estatuto do trabalhador rural, isso se modificaria. Mas, diferente das

²⁴² Antes dele, Celso Furtado havia observado as relações estabelecidas entre os foreiros, usineiros e proprietários de terra, e proposto sua teoria da “regressão econômica” como fundamento das disparidades regionais. No entanto, como argumentam Oliveira (1977) e Martins (1983), mais que denotar uma “regressão econômica”, como baliza do atraso, as relações aí expostas já denotam o quão modernas são, e que sua vinculação ao capitalismo extrapola a região, sendo uma contradição da modernização na qual o Estado tem um papel fundamental. Revelam a combinação de relações não capitalistas com as capitalistas, no processo que envolve a usurpação da mais-valia, tanto diretamente, quanto pela disponibilidade de mercadoria e trabalho a baixos preços, como sujeição da renda da terra.

proposições de alguns estudiosos, aos quais isso traria a derrocada desses grandes empreendimentos rurais, os empreendedores rurais souberam, meticulosamente, se livrar desses encargos, expulsando a maioria dos agregados de sua propriedade, (arrendando apenas para alguns deles frações de terras). Além disso, poderiam nesse contexto, exigir do próprio Estado, subsídios e incentivos (por via da Sudene), para compra de mais terra e implementação da produção, com as quais, explorariam esporadicamente os ex-agregados, tornados “livres” ou arrendatários, quando esses necessitassem (e quase sempre necessitavam) recorrer ao trabalho acessório. Estes últimos produziam alimentos, tanto nas posses, quanto nos arrendamentos, contribuindo para o aumento de produtos nas feiras e mercados, fazendo, em termos gerais, o campesinato não sucumbir e sim ser recriado no próprio capitalismo.

Para Sá Jr. (1973) ainda, essa economia de subsistência, ou do pequeno arrendatário (ex-morador expulso da terra), manteve a economia do Nordeste, por absorver mão de obra não assalariada e produzir alimentos de baixo custo, garantindo saldos positivos mesmo em contextos de crise, tanto para a indústria quanto para as empresas rurais. Tudo balizado na superexploração no mercado, por meio do preço da mercadoria desse camponês e do consumo, por ele realizado. Segundo ele,

a capacidade que a economia nordestina parece revelar, no sentido de manter-se em crescimento, a despeito da crise que atinge seu setor externo, expressa, por um lado, a expansão acentuada das atividades de subsistência por uma população marginalizada, e, por outro, a intensificação das transações monetárias dentro da área de mercado, impulsionadas pela expansão do terciário. [...] este processo de intensificação da circulação de mercadorias possui um impacto dinâmico intrínseco indiscutível, e que talvez possa se manter por um prazo longo, desde que lhe seja assegurada sua fonte de abastecimento, que, no caso, é a economia de subsistência. (Sá Jr., 1973, p. 118-119)

Olhando também, para tais aspectos mais concernentes ao campo, em relação a esse processo, Martins (2010) entende o desenvolvimento do capitalismo como uma contradição em processo, envolvendo uma questão fundamental: a renda territorial capitalizada (Martins, 2010), incorporada ao capital, mesmo representando uma irracionalidade (por ser dedução de mais-valia), à sua reprodução ampliada. Para ele, a expansão capitalista no campo incorpora, contraditoriamente, relações não capitalistas, não como atraso, mas como formas de sujeição da renda da terra – ou seja, nem todas as formas de trabalho livre desdobradas no capitalismo, são formas assalariadas (clássicas) – expressando conflitos territoriais e pelo poder.

Desse modo, aprofundava o olhar sobre o camponês (posseiro, agregado, renteiro, foreiro, parceiro), envolvido numa trama – da constituição de um mercado de

terras e do trabalho assalariado urbano nacional – incidente sobre sua mobilização e constrição territorial. Pois, para ele, a reprodução camponesa, ao aparecer como uma forma não capitalista de reproduzir o capital revelava-se como forma específica, da qual deriva sua capacidade de resistir, política e praticamente, às investidas de grandes proprietários e capitalistas.

Concretamente, para esses autores, olhando aquele momento como forma da acumulação primitiva, o camponês, com o trabalho familiar, produz excedentes de seu consumo próprio e os disponibilizam no mercado. Esses na forma de mercadoria servem ao capitalista comercial, como meios para auferir lucro, pois, compram por um preço e vendem por outro maior. Nesse processo, a renda da terra sujeitada pelo camponês, na forma de produto, torna-se mais-valia nas mãos desse capitalista. Desse modo, a partir de uma relação em que não houve a extração de mais-valia direta de quem produziu a mercadoria, o capital se reproduziria de forma ampliada.

Outra forma concreta, da participação do camponês na reprodução ampliada do capital decorreria do uso, momentâneo, posses de terra pertencentes aos grandes proprietários, na abertura de fazendas, de gado ou outras produções. O compromisso desse para com o proprietário era, a partir dessa posse de terra – na qual antes poderia existir até mesmo uma floresta – lhe entregar, por exemplo, um pasto plantado, ou um pomar de frutas. Enquanto efetivava essa produção, o camponês poderia utilizar-se de porções de terra para o plantio de sua subsistência e até mesmo vender o excedente em mercados locais. No entanto, enquanto isso não era possível, comprava mantimentos essenciais para sua reprodução, geralmente em armazéns ligados a esse, ou a outros proprietários. Ao final do prazo estipulado, entregava ao proprietário o pasto ou o pomar pronto, pelo qual não recebeu nenhum centavo, e talvez ainda tivesse de saldar alguma dívida com o mesmo. O proprietário recebia o pasto ou o pomar pronto, no qual criava gado ou colhia frutas (podendo fazer empréstimos junto ao Estado), não despendendo dinheiro algum.

Essas experiências práticas, apresentadas por muitos teóricos do campesinato revela uma faceta da contradição das relações não capitalistas na reprodução ampliada do capital. Pois, para eles, nessa relação, não se estabeleceu o assalariamento concreto. No entanto, a mais-valia, na forma de *sujeição da renda da terra*, foi fornecida pelo trabalho envolvido no pasto formado (mercadoria), entregue ao proprietário.

Conforme Oliveira (2001) torna-se importante, nesse sentido, aprofundar ainda mais o estudo dos modos de exploração e de sujeição ao qual, em sua relativa

autonomia, o camponês reproduz seu trabalho. Trata-se de um olhar sobre a fração territorial a ele pertencente enquanto posseiro, rendeiro, foreiro, ou até pequeno proprietário, na qual, com sua família reproduz seu trabalho.

De acordo com esse autor, a relação dos camponeses com os grandes proprietários, em geral capitalistas, revela as diferentes formas de opressão a qual estes primeiros estão sujeitos. Quando lhes são retiradas as terras, em um processo de expansão da grande propriedade, por meios de compra a prazo com forte apoio do Estado, e/ou, grilagem, geralmente, eles estão diante de um processo de territorialização do monopólio da terra (Oliveira, 2001). Porém, quando esses camponeses permanecem na posse, mas se veem forçados a produzir determinado produto devido ao preço de monopólio estabelecido pelo capital que o compra (aspecto abordado pelo autor em outros estudos, sobre a produção do fumo em Santa Catarina, por exemplo), estão diante de um processo de monopolização do território pelo capital (Oliveira, 2001). Em ambas as formas não há o assalariamento clássico, e, ainda assim, ocorre a reprodução ampliada do capital, com aferição de mais-valia, derivada da sujeição da renda da terra.

Tanto Martins (2010), quanto Oliveira (2001) entendem esse processo, como algo bastante particular ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no qual, em geral o proprietário de terra é também o capitalista. Segundo eles, a terra, por ser o veículo de constituição de patrimônio e ao mesmo tempo reserva de “valor”, torna-se o meio pelo qual essa classe de proprietários capitalistas se reproduz, utilizando-se inclusive de especulação com o seu preço, tornando esse capitalista também um rentista. Pois, ao tomar empréstimos, de hipoteca da terra e outros, ou mesmo para financiamentos de produção, as quais nem sempre efetivam, junto ao Estado, extraem uma fração da mais-valia socialmente produzida, utilizando-a em benefício próprio, seja para outros investimentos capitalistas, seja para compra ou grilagem de mais terras (Oliveira, 2001).

Para eles, a política de incentivos e subsídios à compra e hipoteca de terras, estabelecida no governo militar no Brasil na década de 1960 e 1970, constitui um marco importante para o entendimento crítico da institucionalização do mercado de terras e da mobilidade do trabalho colocando o camponês posseiro em uma constante e delicada situação de risco de perder suas posses. Segundo Oliveira (2001),

No Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou

significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, de João Goulart, os militares procuraram ressoldar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votaram a legislação sobre a Reforma Agrária. (Oliveira, 2001, p. 186)

Portanto, o Estatuto da Terra de 1964, parece ter institucionalizado a Lei de Terras de 1850, colocando-a em outro patamar, garantindo o preço da terra e da desapropriação, como fundamento da fronteira, consolidadas em políticas estatais. Para Guilherme Delgado, alguns anos após o golpe militar de 1964,

com a articulação pela União, do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1967, que ocorreu a reorientação das políticas agrícolas dos Institutos por produto (IAA, IBC, CTRIN-DTRIG, CEPLAC, etc.), e o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor. Perseguiu-se nessa política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras. A passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 1960 para a modernização agrícola encontra-se fortemente documentado na formulação da política econômica do período. Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural), e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preço, PROAGRO, Pesquisa e Extensão Rural, etc.). (Delgado, s/d, p. 07)

A grilagem e o fortalecimento da grande propriedade com apoio do Estado e a constituição do capitalismo financeiro como base do capital monopolista foram, e ainda são, portanto, centrais ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ou seja, aumentaram em função da terra, ser atrelada a disponibilidade de créditos rurais e outros tipos de incentivos, com o planejamento, mas, também, principalmente com os governos militares, gerando uma política de concentração de renda e de terra, ou seja, uma contra revolução burguesa, aliada a expansão da fronteira e a repressão social.

Nesse sentido, o tratamento relegado ao camponês como atrasado, entrave, o qual precisa ser modernizado e regulado, ganhava nesse contexto, da imposição do planejamento e com o estatuto da terra, uma dinâmica onde o Estado é central. Ou seja, um dinheiro estatal disponibilizado ao capitalista para desenvolvimento (ou não) de atividades agropecuárias, pelas quais se impulsionou uma corrida pela aquisição de terras retirando e expropriando posseiros e pequenos proprietários. Tanto as empresas, quanto o próprio Estado mediavam tal *desposseção* e expropriação, sendo ambos, o

cerne deste movimento, colocando o problema da terra em termos ainda não vivenciados. Para além desse fato, Oliveira (2001) destaca que, nem mesmo à terra, nos moldes da propriedade, estes camponeses tiveram acesso na história, tendo antes a posse e a luta para nesta “entrar” e permanecer. Para ele,

por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, ‘sem terra’, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência. (Oliveira, 2001, p. 189)

Toda essa base nos ajuda a problematizar ainda mais esse processo como próprio do capitalismo, no qual a mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977) e a mediação do acesso aos meios de produção tornam-se elementos importantes de interpretação.

A retirada do posseiro de sua posse, por si só, já constituiu uma transformação nas relações, dado este ter de encontrar outros meios de reproduzir sua vida. Trata-se de um processo violento marcado nas ações estatais-empresariais, como processo contraditório, da atuação do Estado.

Se antes, as relações entre os camponeses e os poderes locais eram mais diretamente relacionadas, com a autonomização entre o poder local e o Estado (e a posição das categorias de mediação em sua forma autonomizada), se impôs uma requalificação dessas relações, mesmo quando, em determinadas situações, essas denotassem uma particularidade da reprodução do capital – relações, nas quais, o trabalho não se separava concretamente dos meios de produção, e o assalariamento clássico não estava posto. Isso não significava, porém, isolamento ou autonomia, pois, as mediações das formas sociais, colocavam em relação os camponeses, os proprietários e o Estado, através do dinheiro e da mercadoria.

Esse aspecto, dado no processo e não só pelo tratamento teórico, nos informa o quanto é preciso olhar para as relações sociais em sua totalidade. Assim, mesmo quando os camponeses permaneceram na terra, ou mais precisamente, na posse, a situação também não era pouco dolorosa. Observamos isso, quando tratamos no capítulo anterior, dos posseiros dos Brejos da Barra, os quais submetidos direta ou indiretamente ao poder local ou ao Estado, ainda precisavam enfrentar a sua própria condição de posseiro em meio a contradições postas em suas relações, e, para além delas, vinculadas as necessidades aumentadas, ao consumo, a diminuição da terra, ao trabalho acessório,

acesso ao mercado, entre outras, formas de constrição territorial, posicionadas como modernização em processo, mediado por categorias modernas perpassando a todos: dinheiro, mercadoria e trabalho.

Portanto, todo esse conjunto em discussão, conformou historicamente, uma qualidade particular a territorialização do capital, impulsionando a mobilidade do trabalho e a sujeição do camponês, ainda mais constrangido, com participação direta e indireta do Estado, no qual, um processo central, foi a institucionalização das ações estatais, estabelecendo e qualificando a autonomização do Estado, sob o capital, contraditória e crítica forma de reprodução da forma social. Segundo Rene Lourau,

la institución es el proceso mediante el cual nacen las fuerzas sociales instituyentes que, a menudo, terminan por constituir formas sociales codificadas, fijadas e instituidas jurídicamente. El conjunto del proceso es la historia, sucesión, interferencias y mezcla de fuerzas contradictorias que funcionan tanto en el sentido de la institucionalización como en el de la desinstitucionalización. (Lourau, 1979, p. 73)

Entre os aspectos relacionados à autonomização do Estado na passagem do *momento regional* (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014) figuraram, como vimos, a crise do poder local e a mobilização do trabalho. Ou seja, se antes, a validade da proeminência de um poder local, territorializado e institucionalizado, decorria deste ser o portador da violência da imposição do trabalho (o monopólio da violência), na passagem processual, da centralização desse monopólio no Estado, esse poder local se “desinstitucionalizou” (ao mesmo tempo se incorporando), em diferentes contextos, formas e níveis, como Estado²⁴³.

A institucionalização como o processo de consolidação prática da autonomização, ou em outros termos, a consolidação da autonomia relativa (Marx, 1988) entre economia e política, entre Estado e a sociedade civil e o reforço institucional do monopólio da violência no Estado, é um processo historicamente determinado. E, nesse, como forma desdobrada de ação do conteúdo estatal, ou seja, forjado nos moldes estatais de desenvolvimento, se instituiu como planejamento.

Em seu livro *Posição contra os tecnocratas*, Henri Lefebvre, destacou um personagem central, muito oportuno a esse momento: o tecnocrata, ou o homem dos

²⁴³ Para Lourau (1979), a instituição não é coisa, é processo. Ao conserva-se e instituir-se, uma forma, qualitativamente diferente, começa a se revelar, tornando-se cada vez mais natural, apesar da violência intrínseca do processo: “El principio de equivalencia, ampliado a todas las formas sociales significa que lo estatal, potencia de legitimación de la institución al mismo tiempo que resultado de todas las legitimidades institucionales, es lo que dirige toda la vida social, toda innovación, todo movimiento y, frecuentemente, incluso la acción revolucionaria, para que las nuevas fuerzas sociales den nacimiento a formas equivalentes a las actuales en el marco de equilibrios mutantes, evolutivos o regresivos, pero siempre definidos por la existencia sagrada de un Estado a modo de garantía metafísica de lo social” (Lourau, 1979, p. 93).

conhecimentos técnicos, o qual teria a “resposta” aos problemas do cotidiano em transformação, propondo “soluções para os problemas oficialmente reconhecidos e formulados e o poder estatal escolhe entre elas” (Lefebvre, 1969, p. 15). Este tecnocrata, compondo as institucionalizações estatais em curso, “permite-lhes que manobrem que se inclinem para um lado, depois para o outro, que superem à sua maneira a oposição (segundo eles caduca) da esquerda e da direita, em nome do primado da técnica” (Lefebvre, 1969, p. 19).

A ação do tecnocrata é como a de um “novo eleata” (Lefebvre, 1969), transformando o processo em partes estáveis, passíveis de análises redutoras, e assim, criando os problemas aos quais quer obter resposta, exorcizando a história e o tempo, para ordenar, classificar, recortar, precisar e dispor da realidade. Essa redução não seria somente algo fixado por normas ou pela ciência transformada em instituição, mas, o próprio cotidiano seria uma instituição²⁴⁴. As relações institucionalizadas do Estado tornam-se uma das facetas do controle burocrático sobre o cotidiano (Lefebvre, 1969), homogeneizando as relações, ou “equalizando o desigual”:

O Estado intermedeia todas as relações sociais. Ele é o terceiro termo e está incluído em todas as camadas e estratos da pirâmide na relação entre superiores e inferiores hierárquicos. Esse papel pressupõe considerar a institucionalização processo essencial e geral na sociedade moderna. [...] [compondo com o] aparecimento de uma “burocracia superior no nível estatista” – a tecnoestrutura estatista – cuja função precípua é reconduzir à ordem estatista as instituições. Isso porque cada instituição nascida tende a se autonomizar, a “planificação institucional” remediando a desordem resultante. Os tecnocratas e a tecnoestrutura estatista não podem ser vistos como um grupo selecionado pela competência. Nascidos da própria burocracia, formam uma casta que exerce o terror sobre a burocracia e por meio dela aterroriza o país. (Kominsky e Andrade, 1996, p. 63)

Assim, as classes sociais são atravessadas pelo Estado, divididas em camadas, estratos, grupos (Kominsky e Andrade, 1996)²⁴⁵. Segundo Seabra (1996), nesse processo, “só com a existência das classes médias, ampliadas, pelas estratégias de

²⁴⁴ Sobre isso, em um livro, resultado de anos de estudos sobre a obra de Henri Lefebvre, chamado “O Retorno da Dialética”, organizado por José de Souza Martins, com a colaboração de outros pesquisadores, observa-se alguns aspectos relacionados à institucionalização. Por exemplo, Sposito (1996) afirma aí, que o processo de institucionalização “significa a estatização da sociedade, não como processo exterior vivido do Estado – fora e acima da sociedade – mas como momento de fundação do laço social, da equivalência forçada da relação de troca de sociedades onde se generaliza o mercado e a mercadoria com suas abstrações e fetiches” (Sposito, 1996, p. 46).

²⁴⁵ Segundo, Kominsky e Andrade (1996): “A ascensão das classes médias acompanha as mudanças na produção e na acumulação política. A instituição do Estado moderno supõe um núcleo de classe média. Com o crescimento do Estado, classe média e Estado se alimentam e se reforçam. O Estado que se encarrega da produção necessita de pessoas que se ocupem da gestão (administradoras, burocratas de todos os níveis, tecnocratas). Os dirigentes são recrutados na burguesia. A massa de funcionários vai formar a classe média” (Kominsky e Andrade, 1996, p. 59).

crescimento, é que foi se tornando possível ao Estado erigir-se acima da sociedade” (Seabra, 1996, p. 77).

Ao tratar da institucionalização e da centralização do Estado, na conformação do planejamento, surgia o seguinte problema: não seria a ênfase na racionalidade, no diagnóstico, na análise, na categorização e conceituação, dos aspectos relativos a totalidade concreta, no escopo teórico de um campo científico parcelar (no caso, o geográfico) e por via do planejamento, próprio da institucionalização, também um dos responsáveis pelo obscurecimento das contradições da forma social de mediação?

Nesse sentido, a crítica à institucionalização e a tecnocracia são elementos importantes para a reflexão sobre o planejamento – caráter reduzido da crítica, tornado um obstáculo à crítica radical da forma social – contribuindo assim, para problematização que vai além do concreto fenomênico, dos conceitos de homem, de natureza, de trabalho, de mercadoria e de Estado.

No próximo item, observaremos as transformações no Estado e no planejamento, derivadas das transformações da própria reprodução capitalista em processo cada vez mais crítico, centrando na perspectiva territorial a este se incorporando.

5. A perspectiva territorial da ação estatal: influências externas e proposições no Brasil

Tentaremos neste item, desdobrar um pouco alguns aspectos relativos à ascensão da “perspectiva territorial” no planejamento, a partir de algumas ações empreendidas por meio do Estado no contexto atual, como um caráter transformado do próprio capital e de sua reprodução. Também observaremos, por quais meios sua fundamentação teórica fora fortalecida, destacando nesse processo, o papel de institutos e organizações civis ou estatais, além da Geografia (entre outras ciências acadêmicas).

As perspectivas voltadas aos Eixos de Desenvolvimento e Zoneamentos Ecológicos e Econômicos, partir dos anos 1990, colaboraram para a transformação do planejamento e da ação estatal, em direção à perspectiva territorial, porém, ainda carregadas dos paradigmas de desenvolvimento, centrados numa “rivalidade” Local *versus* Global. Tudo isso ganhou força e se transmudou nos anos 2000, com a incorporação de questões relativas à identidade, cidadania, governança e arranjos produtivos locais, à discussão territorial, transformando também as proposições estatais, planos e programas, apresentando agora, um caráter cada vez mais difuso por territórios.

As transformações na posição do Estado, não só por via direta do planejamento, mas, por meio de outras ações estatais, atravessando e compondo com elas, se colocava

cada vez mais centralmente à reprodução ampliada do capital. Tais transformações ou novas ênfases, não se descolaram de um processo social, relativo à ampliação do desenvolvimento das forças produtivas e da conformação de um mercado de capitais, como o seu sustentáculo. Nisso, as mediações e categorias sociais, se requalificaram, se referindo cada vez mais ao Estado, que por meio de ações e planos centrados no capital fictício, tenta gestar a crise, da qual participa.

Nesse processo, de maneira qualitativamente diferente, os camponeses foram posicionados e gestados, mobilizados, constrangidos e confinados, por meio de um rol de ações dependentes de crédito estatal, fossem elas, garantidoras de sua permanência transformada na terra, ou, promotoras de sua expulsão por processos de supressão de suas terras de uso comuns e posses.

Essa forma atual do planejamento tem parte de sua fundamentação teórica em diferentes autores, que entendem as mudanças recentes como um ganho de autonomia civil e crise dos regimes autoritários, no qual a democracia e a governança colaboram com a autodeterminação cultural e territorial dos povos. Porém, esse caráter também é criticado por outros, por revelar imposições, voltadas às diretrizes de mercado, ao invés de serem posicionadas por quem experimenta as relações no lugar.

Perguntamos: essa abrangência interpretativa não nos informaria sobre o fato de ambas as perspectivas deixarem de lado justamente o caráter crítico categorial da relação, conformado por formas sociais de mediação como dinheiro, mercadoria, trabalho, as quais, ao não serem problematizadas em sua raiz, permitem arranjos políticos satisfatórios a cada uma das interpretações, tanto da sociedade civil, quanto do Estado, aparente e concretamente contrapostas? Vejamos a transformação e posição dessa perspectiva territorial do planejamento e da ação estatal, relacionado com o histórico processo constitutivo da forma institucionalizada da ação estatal em sua contradição com o mercado, para que possamos ampliar essa reflexão.

Nos anos 1980, começava na Europa, a se configurar uma forma de intervenção estatal, discutida principalmente em Portugal, sobre a necessidade de elaboração de políticas públicas, no sentido de promover o desenvolvimento e amenizar as desigualdades econômicas – ligadas aos problemas e crises enfrentados pelas comunidades rurais europeias com relação aos subsídios na ascensão das políticas neoliberais de diminuição das despesas do Estado. Atribuindo ao mercado um caráter globalizado, envolvendo seus participantes em um caminho único, tratavam não mais o regional, e sim o local, como escala importante para a atuação estatal. Foi o

momento da difusão de mecanismos financeiros e de ampliação da disponibilidade de créditos, por diferentes instituições financeiras.

Nesse contexto, teve início um conjunto de medidas de planejamento das ações estatais centradas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs) e a organização de mercados competitivos, prescindindo da organização em setores localizados. Algumas delas, inclusive modificando a base espacial de atuação (ampliada a um espectro territorial) foram reunidas no instrumento denominado *Carta Europeia do Ordenamento do Território*²⁴⁶. Esta posteriormente subsidiou o programa LEADER²⁴⁷ e a metodologia da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), denominada Diagnóstico Territorial Participado e Negociado (DTPN). Todas essas iniciativas e discussões, também passaram à pauta de ação do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), contribuindo para a elaboração de novos modelos de ações de desenvolvimento territorial, no sentido da superação das desigualdades, num contexto globalizado, principalmente na América Latina.

A Carta Europeia do Ordenamento do Território (CEOT), logo de início colocava que, ordenar o território, era adequar à utilização conforme a sua vocação²⁴⁸. Isso se definiu, após elencarem alguns aspectos relativos aos “novos rumos” do desenvolvimento, destacados basicamente nos seguintes itens:

- a) Entender que o ordenamento territorial é um instrumento importante, na busca da intensificação da cooperação internacional, que fortalece sua identidade;
- b) Reduzir as disparidades regionais e melhorar o uso e organização do espaço, distribuição das atividades;
- c) Realizar uma revisão crítica dos princípios orientadores da organização do espaço até então determinados por objetivos econômicos de curto prazo;
- d) Elaborar novos critérios de orientação e uso do progresso tecnológico, adequado às necessidades econômicas, ambientais e sociais;
- e) Permitir e incentivar a participação dos cidadãos europeus na introdução e aplicação das medidas de ordenamento territorial.

²⁴⁶ Essa carta foi aprovada em 1984 pela Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território e depois foi aprovada pelo Conselho da Europa.

²⁴⁷ O Liaison entre Actions de Développement Rural (LEADER) é um programa que visa “financiar as iniciativas locais. Essas iniciativas são em grande parte, empreendimentos de geração ou fortalecimento dos empregos rurais não agrícolas, mas também incluem a criação de infraestruturas e ações imateriais – animação e formação – que façam surgir ou fortaleçam as competências empreendedoras da população do território” (Ferreira, 2009, p. 6).

²⁴⁸ “Ordenar o território é garantir que cada uma das suas parcelas seja dada a utilização mais conforme à respectiva vocação; é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões com a melhoria da qualidade de vida, com a gestão responsável dos recursos naturais, com a utilização racional dos solos” (DGOT, 1988, p. 4).

A busca pelo desenvolvimento equilibrado vigorou em sua conceituação, assim como, o caráter técnico, científico e político, com centralidade no conceito de homem²⁴⁹, tendo por objetivo “proporcionar a cada indivíduo um quadro e uma qualidade de vida que assegurem o desenvolvimento da sua personalidade num ambiente planeado à escala humana. O ordenamento do território deve ser democrático, integral, funcional e prospectivo” (DGOT, 1988, p. 9-10).

O planejamento, sintetizando, deveria ser harmonioso, equilibrado e racional. E, a coordenação, feita em níveis: local, regional, nacional e europeu. Além disso, precisaria atentar à necessária cooperação política, balizada na forma da Assembleia Parlamentar e da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

Por fim, a Carta, apresentava ainda, os objetivos específicos, divididos em áreas de atuação, entre elas, as: “regiões rurais”; “regiões urbanas”; “regiões fronteiriças”; e, “regiões de montanha”, com destaque para as “regiões rurais”²⁵⁰.

A ênfase dada ao desenvolvimento rural, considerando principalmente as áreas mais subdesenvolvidas e periféricas, foi o mote utilizado nos programas e planos influenciados pela CEOT²⁵¹, inclusive na América Latina, através do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA)²⁵².

De certa forma esse debate, por meio do IICA, colaborou para a aprovação em 2003, no Brasil da Lei 10.683/03 na qual, entre as atribuições Ministério da Integração Nacional e da Defesa, caberia a elaboração do ordenamento do território nacional²⁵³.

Porém, alguns aspectos importantes da discussão territorial, neste sentido mais atual, já apareciam no texto da Constituição Nacional brasileira, de 1988, que no tocante ao território e sua gestão, estabelecia a responsabilidade da União, na elaboração e

²⁴⁹ Esse caráter centrado no homem obscurece uma crítica marxista de classe e ao mesmo tempo naturaliza, em um aspecto individual uma relação que é mais total da forma social.

²⁵⁰ “Dada sua função prioritariamente agrícola, tem um papel fundamental a desempenhar. É indispensável criar condições aceitáveis, tanto no plano econômico, social, cultural e ecológico, como no que respeita a infraestruturas e equipamentos, diferenciando as regiões rurais subdesenvolvidas e periféricas e as situadas nas proximidades das grandes concentrações urbanas” (DGOT, 1988, p. 17).

²⁵¹ O LEADER, apesar de usa estratégia inicial ser voltada ao desenvolvimento local e com ênfase nas atividades não agrícolas das áreas rurais, também passa a ter como critérios a identidade e o desenvolvimento territorial em seu escopo de ação.

²⁵² O IICA prestou consultorias, organizou eventos e publicou diversos materiais no Brasil, que subsidiaram a elaboração, entre 2003 e 2005, da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT); a criação em 2003 do Programa Federal Territórios Rurais e em 2008, do Território da Cidadania do Governo Federal; além do Programa Territórios de Identidade, em 2010 na Bahia.

²⁵³ Torna-se importante frisar a ocorrência de outras discussões e grupos tanto na Europa, quanto no Brasil entorno do desenvolvimento agrícola multifuncional com destaque para o território. Um importante centro é CPDA (um programa interdisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural) e a REDCAPA, que congrega núcleos de Capacitação em Economia e Políticas Agrícolas na América Latina e Caribe.

execução do ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico social. Além disso, duas outras proposições relacionadas com a questão territorial estiveram na pauta das discussões sobre o desenvolvimento: uma definida na própria Constituição referida à federalização, ou disposição de maior poder aos municípios e aos estados, visando a democratização e maior autonomia frente à União, nas decisões sobre sua gestão territorial; outra, referida a elaboração do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), em 1990, como estratégia de desenvolvimento da Diretoria de Ordenação Territorial (DOT) que, em 1999 pela Medida Provisória 1.795/99 passa a ser atribuição do Ministério do Meio Ambiente.

A partir desses e outros debates e proposições, se iniciaram as articulações em torno da elaboração de um plano nacional de ordenamento do território, e, em Brasília, neste mesmo ano, foi realizada, por iniciativa do Ministério da Integração Nacional e do IICA, uma oficina denominada: “Bases para uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT”²⁵⁴.

Segundo Antônio Carlos Galvão, logo na apresentação desta oficina, a política nacional de desenvolvimento territorial estava prevista na Constituição Federal de 1988, e nela o tema Ordenação ou Ordenamento surgia em momento oportuno, como um “instrumento do planejamento, como elemento da organização e de ampliação da racionalidade espacial das ações do Estado” (BRASIL, 2005, p. 3). E, nos anais dessa oficina as discussões, foram divididas, assim:

- a) Ordenar na era da Globalização;
- b) Política concreta em bases moveáveis: como ordenar?
- c) Visões governamentais

Vejamos alguns aspectos elencados a partir dos textos de base da discussão nessa oficina. Em sua contribuição, Aldomar Ruckert, professor visitante na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o texto *O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial*, acenava para as transformações do capitalismo, levando à globalização, e significando, ao mesmo tempo, certa falência do caráter centralizado do planejamento. Para ele, isso deveria inspirar “novas” ações no sentido de promover reestruturações econômicas e territoriais.

²⁵⁴ A publicação dos anais dessa oficina ocorreu em 2005, sob a organização de Neli Aparecida de Mello e Rosvaldo de Oliveira Júnior. O responsável pelo projeto foi Antônio Carlos Figueira Galvão. Esta oficina contou com os seguintes palestrantes: Rogério Haesbaert, Antonio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa, Aldomar Arnaldo Ruckert e Thereza Carvalho Santos. E com alguns colaboradores do setor Governamental.

Para tanto, uma política de ordenamento territorial deveria atentar para as múltiplas formas territoriais emergentes, entre elas, as comunidades tradicionais.

Destacou, como referencial analítico, uma hipótese, segundo ele de Henri Lefebvre, na qual o espaço apropriado tornava-se o território sobre o qual incidem estratégias projetadas²⁵⁵. Para ele, tratava-se de um processo em construção, primeiramente apoiado na CEOT: desenvolvimento socioeconômico equilibrado; gestão responsável dos recursos naturais; utilização racional do território; e, melhoria da qualidade de vida. Tendo, posteriormente, que construir o seu próprio caráter. A PNOT, apesar de ser um “projeto de reconstrução do papel coordenador do Estado, [...] não poderia furtar-se à compreensão dos múltiplos centros federados e civis de poder” (Ruckert, 2005, p. 38).

Para Antônio Carlos Robert Moraes, na época, professor Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (hoje falecido), contribuindo no debate com o texto *Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico*, o Estado Moderno é um Estado territorial. Citando Milton Santos, afirmava que o território usado é o espaço efetivamente apropriado, e o Estado o *grande agente da produção do espaço* e por isso, um *mediador essencial no mundo moderno*.

Para ele, haveria a necessidade de “uma visão geoestratégica do território [...] dada a necessidade de articulação de políticas (num momento de restrição orçamentária) para objetivar as metas da retomada do crescimento e do combate a desigualdade social” (Moraes, 2005, p. 44). E assim, criticou a forma de planejamento baseada no Zoneamento Econômico e Ecológico e, também, a de “Eixos de Desenvolvimento” como “uma visão circulacionista do território, dando enorme ênfase ao setor de transportes em detrimento de uma abordagem mais transestorial” (Moraes, 2005, p. 45). O ordenamento territorial, “visa estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as políticas públicas setoriais, com vistas a realizar os objetivos estratégicos do governo” (Moraes, 2005, p. 45).

²⁵⁵ “A formulação da Política Nacional de Ordenamento Territorial poderia relacionar-se à análise do processo de reforma do Estado e de reestruturação do território. [...] novas funções dos territórios, consubstanciados à reestruturação da totalidade e de suas novas especificidades, nacionais de um lado – que se incorporam a escala supranacional – e os projetos de caráter local de outro podem, ao mesmo tempo, representar fragmentações políticas nos casos de determinadas regiões onde os principais projetos são geridos pelo poder hegemônico do empresariado, mas que podem, contraditoriamente, compor e enriquecer a totalidade” (Ruckert, 2005, p. 33). Contudo, o autor reduz a perspectiva lefebvriana ao desviá-la para uso do planejamento, principalmente por ignorar todo o espectro crítico do autor em relação ao Estado e ao Planejamento.

O também professor no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Wanderley Messias da Costa, participou com o texto: *Algumas considerações preliminares sobre Ordenamento Territorial*. Segundo ele, o pacto federativo de 1988,

reduziu a importância da União, revalorizou os papéis dos estados e introduziu a singular autonomia dos municípios ao torná-los entes da federação. [...] fenece por irrefutável obsolescência, a antiga concepção (ou obsessão) que assumia o ordenamento por ser uma estratégia voltada para uma coesão territorial-nacional de inspiração francamente ratzeliana. (Costa, 2005, p. 55)

Isso se fortaleceu com a Lei dos consórcios públicos (11.107/05) pela qual se abria a possibilidade dos municípios estabelecerem acordos e parcerias entre si, sem ou quase sem mediação da União. Reduzir-se-ia nesse processo a eficácia das políticas macroeconômicas, tais como os já citados ZEEs e os Eixos Nacionais de desenvolvimento²⁵⁶. Ordenar requer “identificar a forma como os macrovetores se capilarizam nos infindáveis circuitos espaciais, conceber essa complexidade como associada à acelerada e recente urbanização e à mudança da base técnica produtiva no país, destacando-as como as forças motrizes que têm impulsionado a especialização/diferenciação dos lugares” (Costa, 2005, p. 56).

Os três autores tocam, portanto, em duas questões centrais: o significativo papel do Estado no contexto atual e a descentralização, ou ao menos, a diluição das macropolíticas de planejamento.

Ainda na oficina, os representantes técnicos do Estado, destacaram os objetivos da proposta. Segundo Adma H. de Figueiredo (do IBGE), tratava-se da: “redução das desigualdades regionais e o fortalecimento da coesão territorial pelo uso racional dos recursos e das potencialidades de cada região, afirmando as identidades e fortalecendo a capacidade regional de construir o futuro” (Figueiredo, 2005, p. 63). O ordenamento territorial não poderia ser proposto de “cima para baixo”, como as políticas passadas mais recentes, mas sim elaboradas “a partir das realidades, vivenciadas pelas comunidades envolvidas em cada território. [...] integrar, no sentido de complementação, os diferentes territórios assim como inseri-los num circuito mais amplo, o global” (Figueiredo, 2005, p. 64).

²⁵⁶ Assim, é “essencial que eventuais políticas de ordenamento territorial sejam construídas, tendo por base um ‘inventário’, razoavelmente preciso, dos vetores mais ativos e do seu efetivo poder desconfigurar/reconfigurar o território nacional. Implica, por exemplo, reconhecer, como ponto de partida, que as novas redes de fluxos funcionam mediante circuitos semi-autônomos, conectados externamente e, no mais das vezes, por cima ou a margem dos sistemas de regulação e controle de que dispõem os governos nacionais e subnacionais” (Costa, 2005, p. 56).

No mesmo sentido, para Maria Gravina Ogata (na época, secretária de meio ambiente) “o conceito operacional deve ser aquele para o qual não se estabeleçam restrições e proibições ao uso do território, mas, antes, criem-se estímulos econômicos e financeiros, creditícios e fiscais para sua implementação” (Ogata, 2005, p. 66).

Ao final dos Anais, avaliando todos os textos, Bertha Becker (na época, professora do Instituto de Geociências da UFRJ, falecida recentemente), apresentou a *Síntese das contribuições da oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Logo no início, destacou a importância dessa oficina reunir técnicos do governo e acadêmicos renomados para a elaboração das políticas públicas.

Em seguida, entorno do Ordenamento Territorial, criticou a própria Carta Europeia de Ordenamento do Território, referência das oficinas, por não trazer uma definição apropriada da temática, confundindo “‘os fins com os meios’, mas, que ao mesmo tempo, servira para elucidar o conjunto de decisões que afetam o território e que são da competência do setor público” (Becker, 2005, p. 72). Essa ênfase derivava de um resgate do papel regulador do Estado, já perdido com o Consenso de Washington²⁵⁷.

Segundo ela, no contexto atual, os novos atores da sociedade civil têm buscado alternativas territoriais que nem sempre se vinculam a malha administrativa dos estados e municípios, como por exemplo, as Regiões Integradas de Desenvolvimento, os Arranjos Produtivos Locais, entre outros. A política de ordenamento deveria ter “o território como espaço da prática”, pois “a apropriação de uma parcela de espaço, como qualquer prática social implica a noção de limite e manifesta uma intenção de poder, inclusive, sobre os movimentos. É também um produto usado, vivido e utilizado como meio para a prática social (Sack; Raffestin; Becker)” (Becker, 2005, p. 74).

Por fim, a PNOT ao “atentar para a desigualdade social, deve-se assegurar o crescimento econômico e a competitividade, além de administrarem-se conflitos no uso e na apropriação do território. Nesse contexto, ela deve, inclusive, administrar conflitos entre as próprias regiões e o uso ordenado do território nacional” (Becker, 2005, p. 78).

Em 2006, continuando as discussões da PNOT, foi concebido um documento chamado *Projeto ‘Elaboração de subsídios técnicos e documentos – base para a definição da Política Nacional de Ordenamento do Território – PNOT’*, pelo Ministério

²⁵⁷ “Os Estados Nacionais vêm apresentando sucessivas mudanças associadas ao contexto global. Se durante anos, fez-se apologia do Estado – mínimo – endereçado aos países periféricos – segundo o Consenso de Washington, hoje se reconhece que os Estados – nacionais permanecem como importante ator no cenário mundial, e procura-se resgatar o seu papel [...] como regulador do processo que resulta da atuação de múltiplos atores. Ora, o resgate do papel do Estado implica planejamento, e planejamento implica território” (Becker, 2005, p. 72).

da Integração Nacional, pela Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPT) e pelo IICA. Nesse há uma síntese das discussões da oficina anterior, de 2003, destacando: “ordenamento territorial é a regulação das tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamentos no território nacional ou supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação, de modo a alcançar os objetivos desejados” (BRASIL, 2006, p. 10).

Este caráter do ordenamento evidenciava o território como “espaço da prática”, definindo-o como “a expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública concebidas com enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz” (BRASIL, 2006, p. 15).

E, nesse sentido, ao fortalecer uma definição jurídica do Estado Nacional, considerando a dimensão simbólica e de identidade social, entorno do território, conformava-se uma visão de que isso é construído histórica e materialmente²⁵⁸.

O principal agente seria o Estado, mas, considerando o contexto de globalização e os avanços tecnológicos recentes, os propositores reconheceram que “a presença de atores privados e da sociedade civil se faz cada vez mais evidente, como agentes de transformação territorial” (BRASIL, 2006, p. 12). Assim, comparando com a CEOT, afirmou: “na Europa, a lógica do ordenamento é a de construir um espaço transnacional, reduzindo o poder dos Estados-Nações que a compõem, enquanto no Brasil, pelo contrário, a lógica do ordenamento visa resgatar o papel do Estado em novas bases” (BRASIL, 2006, p. 17). Algumas dessas bases eram:

- visão estratégica *versus* critérios de alocação de fundos baseados em estatísticas;
- superar o tradicional plano de desenvolvimento regional e seu ordenamento;
- coordenação vertical horizontal (coerência e complementaridade entre regiões);
- reduzir o poder dos Estados e aumentar o poder político e econômico das regiões e do poder local, constituindo um sistema de governança multinível.

Portanto, o ordenamento territorial pressupõe “um modelo de governabilidade, que pode ser definido como as formas que se conjugam as ações do Estado com os

²⁵⁸ “Como a materialidade que se assenta uma sociedade e as transformações que advêm das relações que entre eles se estabelecem, tornando possível se falar em ‘território usado’ (SANTOS e SILVEIRA, 2001). [...] Nestes termos, podemos destacar tanto os aspectos físicos, históricos e, sobretudo simbólicos embutidos no conceito de território” (BRASIL, 2006, p. 13).

outros dois âmbitos, o Mercado e a Sociedade Civil, para que exista uma capacidade de implementação e administração dos processos de decisão incorporados nas políticas territoriais” (BRASIL, 2006, p. 18). Essa característica pauta atualmente os programas estatais de ação territorial.

Se antes, com o CEOT e o LEADER, o mote era o desenvolvimento local, pautado na dicotomia Estado *versus* Privado (Mercado), hoje, com os desdobramentos realizados pelos avanços da perspectiva territorial, principalmente realizadas pelo IICA, a dicotomia central seria entre Pobres *versus* Não pobres (Ferreira, 2009). Revelando uma “mudança do foco econômico para o foco político (governabilidade) impõe olhares renovados sobre o conceito de desenvolvimento local/ territorial. Não se trata de uma questão de mercados, mas de formulação de políticas” (Ferreira, 2009, p. 18).

Algumas discussões preconizadas pelo PNOT se estabeleceram na base das ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do então, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), refletindo em um conjunto de medidas institucionalizando, cada vez mais, as reivindicações da população, comunidades e grupos. Tanto, que a presença do Estado e da Sociedade Civil organizada (associações, ONGs, etc.) se tornou quase um pressuposto dos programas estatais atuais.

Porém, o PNOT, como um todo, não seguiu adiante no Governo, sendo priorizadas as ações vinculadas ao Plano Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, ligadas diretamente as intenções do governo, de caráter logístico infraestrutural, buscando dinamizar as “economias regionais” e o fortalecimento de empresas. E, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outras ações estatais²⁵⁹. Ou seja, conformando um “pacto governamental”, no qual a prioridade eram as grandes obras e a aceleração do crescimento, mobilizando os arranjos produtivos, energéticos e infraestruturais de grande porte com investimentos bilionários fornecidos pelo BNDES.

No entanto, por essas duas vias, se impôs a territorialização do capital, a qual o Estado foi central. Pois, embora o PNOT não tenha sido implementado de uma maneira direta, influenciou a política governamental, no tocante a territorialização das ações estatais, tendo como premissas, aqueles aspectos ressaltados durante a discussão:

²⁵⁹ Ao final do texto que subsidiava a criação da PNOT, se fazia questão de se diferenciar de outra ação em âmbito Federal que já estava em vigor, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ao ressaltar que para a redução das desigualdades regionais, “o ordenamento territorial não se limita a apoiar a acumulação do capital” (BRASIL, 2006, p. 23).

administração de conflitos, governança, pacto federativo, coesão territorial, identidade, entre outros, compondo os programas federais relativos ao planejamento territorial²⁶⁰.

5.1 . A discussão territorial recente: algumas abordagens geográficas

O planejamento estatal enquanto forma do processo social da modernização estatal não estaria livre de críticas por diferentes campos científicos, entre eles a geografia. Conforme Lacoste (1988), a geografia institucionalizada tornou-se seccionada, permitindo a manipulação negativa de “seus atributos” pelo Estado, um uso político determinado pela validade científica, movendo as ações, na qual a crítica seria reduzida (em seus termos: obstacularizada).

Esse sentido da crítica de Yves Lacoste, aliado as propostas, nos anos 1970 de Ruy Moreira, Antônio Carlos Robert Moraes e Milton Santos, ensejou um novo rumo de discussão, a uma parcela de geógrafos no Brasil, percebendo, no movimento de renovação quantitativa (centralizado nas ações do Estado, pelo IBGE e IPEA nas décadas de 1960 e 1970), um caminho distanciado do seu entendimento de objeto da Geografia: o estudo do espaço e do território como produção social efetivada pelo trabalho (relação de classes).

Assim, tanto as elaborações nos institutos e academias, como geografia (renovada), quanto a sua banalização (como conhecimento cotidiano e de fácil manipulação, em geral acrítico, pela mídia ou pelo Estado) significava, para esses e, alguns outros autores, a sua crise.

A discussão sobre sua renovação, visando superar os resquícios da Geografia tradicional, atribuída à influência regionalista de La Blache e Jean Brunhes, não deveria, segundo eles, portanto, tomar o rumo da Nova Geografia, teórica e quantitativa, desenvolvida pelos norte-americanos, como estava ocorrendo. Era preciso uma geografia crítica das desigualdades, as diferenças entre os espaços e territórios produzidos, para com isso, criarem um arcabouço mais concreto de subsídio ao planejamento das ações, a partir do vivido na tensão de classes, e não apenas num “jogo” quantitativo de dados coletados institucionalmente.

Com um olhar voltado para os processos da totalidade da reprodução do capital, da divisão territorial e social do trabalho, da desigual condição das regiões,

²⁶⁰ Com o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e com os Territórios da Cidadania (PTC), respectivamente do MDA e MDS, tiveram início, embora não fortemente centralizadas, a execução de ações territoriais, associadas a outras estratégias estatais.

desenvolvidas e subdesenvolvidas (paradigmas esses, só considerados superficialmente nas análises quantitativas) esses autores propuseram uma mudança de postura no papel ativo do geógrafo²⁶¹. Um dos marcos dessa mudança processual foi o Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) de Fortaleza (CE), em 1978. Neste, segundo Moraes (2005a), em um depoimento pessoal, “da resistência passava-se para a ofensiva, num movimento que se apresentava, ao mesmo tempo, como político e teórico. Entre as tarefas que se punham prementes, emergia a necessidade de recontar a história de nossa disciplina, como estratégia para alterar o conteúdo que lhe era atribuído, e no qual foi formada minha geração” (Moraes, 2005a, p. 11).

Segundo ele, esse fato, não se restringia ao âmbito nacional, mas já se encontrava em curso em outros países. No entanto, apesar disso, “a obra seminal desse processo – *A Geografia Serve, Antes de Tudo, para Fazer a Guerra*, de Yves Lacoste – não caiu na geografia brasileira como uma bomba inovadora, do mesmo modo como ocorreu em outros países. Aqui, ela reforçou e conviveu com uma perspectiva crítica que preexistia a ela” (Moraes, 2005a, p. 12).

Depois de um longo discurso sobre a autoafirmação do campo, colocando no centro, as discussões sobre o caráter científico e conceitos próprios à Geografia, o espaço geográfico, para Moreira (1982), se confirmava como um importante conceito. A Geografia naquele momento seria “a ciência de análise das formações espaciais que adquirem as relações sociais dada formação econômico-social” (Moreira, 1982, p. 23). Buscando, inverter o ponto de vista da geografia tradicional lablacheana e de seus continuadores, tenta traçar o rumo da crítica, colocando que a “geografia de síntese”, na qual a paisagem era o resultado das ações humanas, tão afamada naqueles tempos de La Blache, ignorava a potência de seu próprio argumento, não vendo nessa síntese, que: “é a formação econômico-social uma totalidade social cuja concretude é dada pelo espaço, a verdadeira síntese de que se devem ocupar. [...] que a formação espacial é a própria formação econômico-social espacializada” (Moreira, 1982, p. 39-40).

Portanto, falar de região em termos lablacheanos, como agrupamentos de paisagens, mais recortava, do que relacionava os seus aspectos constitutivos. Esse foi o sentido da crítica de Carlos Walter Porto Gonçalves em seu texto *A geografia está em crise. Viva a geografia!* Para ele, ao invés de “a geografia está em crise”, era preciso

²⁶¹ Próximo das proposições de Yves Lacoste, Ruy Moreira, diz que “a geografia através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. [...] por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes” (Moreira, 1982, p. 14).

tomar uma posição, e estabelecer os marcos de uma virada epistemológica que a fizesse ser a geografia da crise²⁶².

Para ele, tanto a geografia possibilista, quanto a geografia dos estudos de área, teriam servido de base para a crítica a ser estabelecida pela chamada geografia renovada, quantitativa ou teórica. O aprofundamento das análises regionais:

dispondo de instrumentos técnicos de pesquisa até então desconhecidos, passaram os pseudonovos geógrafos a utilizar o computador, o que lhes abria amplas possibilidades de quantificação e exigia que tudo fosse transformado em número. [Assim], sem romper com os fundamentos teóricos e filosóficos da geografia tradicional, a chamada 'nova geografia' não fez mais que precisar (matematicamente) as imprecisões da geografia tradicional e, assim, viria a facilitar a identificação dos seus problemas. Esta sim sua maior contribuição. (Porto Gonçalves, 1982, p. 85-86)

Um desdobramento prático dessas análises regionais, encampado por alguns programas de pós-graduação na década de 1970 e pelo IBGE, foi contribuir para a elaboração de planos de desenvolvimento regional e nacional do Ministério do Interior, como os da CODEVASF e da SUDENE. Nesses se mesclavam teorias quantitativas e o conceito de polos de desenvolvimento de François Perroux²⁶³. Contudo, apesar do arcabouço teórico dessa "nova geografia", foram outras ciências, como a economia, administração e mesmo a engenharia a tomar à frente nesse processo.

Ruy Moreira, em sua avaliação após dez anos do Congresso da AGB de Fortaleza (1978) destacou, além do próprio evento, outros fatores da crítica à Renovação da Geografia (ou *New Geography*), como o livro de Milton Santos, *Por uma Geografia Nova* (lançado nesse encontro) e o de Yves Lacoste, *A Geografia serve Antes Para Fazer a Guerra*, além da recepção do livro de Quaini (*Marxismo e Geografia*). Esses permitiram, em conjunto, uma crítica ideológica e epistemológica à Geografia²⁶⁴.

²⁶² "Está em questão a cientificidade da geografia e algumas colocações tem de ser feitas para que seja legítima a própria existência da geografia enquanto um segmento da divisão do trabalho científico. E o problema que nos parece ser crucial diz respeito a definição do solo teórico da geografia, à determinação do seu objeto científico" (Porto Gonçalves, 1982, p. 74).

²⁶³ "Para 'difusão de inovações' atendendo aos interesses dos capitais disponíveis nos centros hegemônicos do capitalismo. [Assim, a] hegemonia que a chamada 'visão espacial' começava a exercer, através das teorias de localidades centrais ou de outros nomes como a teoria dos pólos de desenvolvimento ou a teoria da difusão de inovações, não se deveu ao fato de ter apreendido o movimento real que governa a natureza do espaço, mas porque atendia aos novos interesses de um modo incapaz historicamente de superar os problemas que criou" (Porto Gonçalves, 1982, p. 86). Sobre isso Milton Santos, ao retomar a ideia de totalidade, discutiria criticamente as proposições de François Perroux, em relação aos conceitos de espaço econômico e espaço banal. Tornava-se importante para este autor estabelecer a historicidade do espaço, baseado em parte nas proposições de Henri Lefebvre de que o espaço é uma categoria essencial para a o entendimento da reprodução das relações de produção. Ruy Moreira, nesse mesmo sentido afirmaria que a reflexão sobre a totalidade se alcançaria a partir do processo de produção-reprodução dado pela dialética do trabalho que determinaria o seu caráter real, concreto (Moreira, 1982).

²⁶⁴ Ainda nesta avaliação Moreira (2000) destacava que houve "desdobramentos no sentido de uma reorientação dos demais conceitos, sobretudo os de natureza e de homem, imbricados um no outro desde

Retomando os aspectos discutidos daquele momento “inicial” de crítica, e, pretendendo, conforme seus próprios argumentos, constituir definitivamente uma centralidade à geografia no quadro das ciências capazes de transformar a sociedade, Milton Santos e um grupo de geógrafos do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial (LABOPLAN) da Universidade de São Paulo, lançaram em 2000 o texto: *O papel ativo da geografia um manifesto*²⁶⁵.

Nesse, se esboçava um novo escopo conceitual relacionando os conceitos de espaço e território. Segundo o qual, a geografia por muito tempo reproduziu um “limitante rol de relações homem-meio” com as teorias das localizações e dos polos, mas, por isso mesmo, para o alcance “abrangente da totalidade” deveria “considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado: e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (Santos, 2000, p. 104).

Portanto, voltado ao território, ao usado e ao vivido, “frente” ao econômico, essas discussões internas ao amplo campo da Geografia tentava propor os meios de se reencontrar com o nível do cotidiano, da reprodução, da população, do desigual e do excluído, como disciplina capaz de mostrar a produção desigual do espaço como revelação das desigualdades na relação social²⁶⁶.

Denunciar essa desigualdade através da crítica material do espaço, com o conceito de *território usado*, cerne da potencial reapropriação do expropriado, e de autogovernança sobre o espaço, se tornaram as mais recentes preocupações de alguns geógrafos, ou da atividade de geógrafos engajados. Nesse sentido, “o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar

a conceitualização cartesiano-galileana do período renascentista, e no da criação de uma nova linguagem de representação cartográfica, que depende da resposta dada à questão da ontologia do espaço (o problema do sujeito, o que pede o conceito do homem), preso ao nó cartesiano do conceito de natureza, estavam aí contidos. Todavia, não desatou-se o nó cartesiano, que prende, reciprocamente, os conceitos de natureza e de homem, entre si, e destes com o conceito de espaço” (Moreira, 2000, p. 45-46).

²⁶⁵ Ao direcionamos a atenção aos geógrafos citados até o momento, e suas proposições, isso não significa a totalidade do “pensamento geográfico” brasileiro. Muito longe disso, as diversas contribuições de diversos estudiosos, pesquisadores e autores no Brasil, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Heinz Dieter Heidemann, Amélia Luisa Damiani, Odete Seabra, entre outros, só para ficar com mais alguns da USP, são fundamentais para o debate crítico e radical sobre a produção do espaço, território e territorialização do capital, mobilidade do trabalho, tão caros à Geografia. Tal caminho significa apenas trilhar um dos possíveis, sobre a forma de inserção do debate acadêmico na relação com o Estado.

²⁶⁶ “A compreensão do espaço geográfico como espaço banal obriga-nos a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do território usado conduz a ideia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. [...] Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. [...] temas que o real nos impõe como objeto de pesquisa e de intervenção” (Santos, 2000, p. 104).

processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (Santos, 2000, p. 104).

Por fim, se afirmava que a geografia “deve estar atenta para analisar a realidade social total a partir de uma dinâmica territorial, sendo esta proposta o ponto de partida para a disciplina, possível a partir de um sistema de conceitos que permita compreender indissociavelmente objetos e ações” (Santos, 2000, p. 104).

Desta abordagem derivou-se um conjunto de estudos e pesquisas sobre o território nacional sob a coordenação dos professores Milton Santos e Maria Laura Silveira, do qual resultou um livro chamado “O Brasil: território e sociedade no século XXI”. Neste, o território é conceito central junto com espaço geográfico, como forma de abordagem e planejamento. Em uma de suas proposições o Brasil é dividido em quatro grandes regiões: Amazônia, Centro-Oeste, Nordeste e Concentrada. Nelas se observa a concentração ou dispersão do *meio técnico-científico informacional*, ou seja, o último estágio do desenvolvimento, com o meio natural e o meio técnico como precedentes²⁶⁷.

No fundo essa crítica, do território usado, via a possibilidade de outro planejamento, observando criticamente as falhas do anterior e denunciando o favorecimento de determinadas classes da sociedade, uma perspectiva de transformação e desenvolvimento. No entanto, mudar o planejamento ou direcionar de outra forma as ações estatais, não significava romper com o Estado, algo que no capitalismo, significa não romper com o capitalismo e suas categorias sociais de mediação.

Nesse sentido, a crítica inicial relativa a posição dos fatores de produção no espaço e a crítica posterior, da distribuição desigual desses fatores entre as classes sociais, relacionava a crítica geográfica, apoiada no Estado, no compute do planejamento regional ou territorial nacional, mas a distanciava de uma discussão importante, abordada por Manuel Seabra e Lea Goldstein, em seu texto “Divisão territorial do trabalho e nova regionalização”, referente aos aspectos críticos contraditórios, da ordem da reprodução social geral, como trabalho, terra e capital, a partir das proposições de Francisco de Oliveira no seu livro “Elegia para uma Re(li)gião” e Alain Lipietz, “O Capital e seu Espaço”.

Assim, a discussão entorno da categoria território, seguiu um “rumo” diferente, mais vinculado a problematização do poder, do simbólico e da identidade, deixando, um

²⁶⁷ Ver Silveira; Santos (2001) e Silveira (2011).

pouco de lado, a discussão categorial da reprodução do capital (embora fosse até o momento, permeada por aspectos distributivistas).

Um autor cada vez mais influente na discussão sobre território e identidade, com uma grande produção acadêmica sobre o assunto, é o geógrafo Marco Aurélio Saquet. Ele é um dos pesquisadores do grupo de Estudos Territoriais (GETERR) da UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão). Para ele, a concepção multidimensional, material e imaterial do território tem, entre suas características conformadoras, a identidade:

Os homens tem centralidade na formação de cada território: cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades, etc. Tanto os processos identitário como os conflituosos e transformativos são históricos e relacionais e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais. A própria identidade é substantivada por relações desiguais e por diferenças o que, contraditoriamente, torna mais complexas e dificulta nossas atividades de pesquisa e leitura dos fenômenos e processos territoriais. (Saquet, 2015, p. 81)

A questão territorial, segundo afirma, tem sido tratada como *locus* da possibilidade de luta e de investimentos em meio a uma adequação do planejamento. E, nesse sentido, também encontra no Estado uma dimensão possível de sua reprodução.

O território e a territorialidade seriam aspectos da dimensão do humano no espaço, de suas ações e relações, pelas quais vivencia e ocupa uma fração do planeta. Nesse sentido, ele olha para a dimensão do concreto e das microrrelações, dos poderes, não só das instituições, mas de um em relação ao outro. Dessa forma, todo território emana um poder, e prevê uma possibilidade de autonomia frente a outros poderes. Algo a ser considerado nas análises geográficas e do planejamento.

Frente a isso, Bernardo Mançano, alerta ser necessário um entendimento cuidadoso desses conceitos, principalmente ao considerar o modismo entorno da discussão sobre território. Segundo ele, esse passa cada vez mais ao centro das atenções recentes, “utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço” (Fernandes, 2015, p. 196). Assim, pretende que esse conceito ajude a

compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais. [...] Por essa compreensão é que entendemos ser importante o uso de uma tipologia de territórios. Relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade. (Fernandes, 2015, p. 197)

Portanto, o uso do conceito de território precisa envolver as conflitualidades conformadoras da sua produção e reprodução, ou seja, as disputas territoriais, na qual “o sentido da disputa [pelo poder] está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade” (Fernandes, 2015, p. 199).

O “reencontro” do conceito de território foi proposto também antes na “geografia crítica” fora do Brasil. Discorrendo sobre o caráter territorial das relações de poder, Claude Raffestin discutiu a questão territorial, pensando o território como um conceito crítico. Em seu livro *Por uma geografia do poder*, afirmou, o território é

o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (Raffestin, 1993, p. 7-8)

Ao argumentar sobre o “pacto territorial”, criticava também a geografia regional lablacheana e o planejamento regional, entendendo, ser “inteiramente da lógica do Estado construir uma imagem de diversidade que ele assenta sobre a uniformidade. A região é dita, não vivida. [...] Para o estado, a região é uma expressão da qual se conserva sábia e sutilmente a polissemia” (Raffestin, 1993, p. 182-183)²⁶⁸. Segundo ele, este planejamento ao “dar voz” ao território, o transforma em informação, em “território abstrato e representado, isto é, deixa-se ver todos os fenômenos particulares e confusos e esconde-se o essencial que se torna organizado” (Raffestin, 1993, p.203).

Tal crítica tornou-se importante nos circuitos acadêmicos e não acadêmicos, pois problematizava a função do Estado no capitalismo, ao propor que a transição das atenções voltadas ao território (antes ao desenvolvimento da região), não poderia ser realizada somente pelo Estado, mas precisaria derivar de um deslocamento da esfera de poder desse para a sociedade civil²⁶⁹.

Sua crítica ao Estado no capitalismo, pelo uso do conceito de território como empoderamento, lugar da identidade e da autonomia, passou, de certa maneira, a informar os debates e as ações de diferentes organizações não governamentais, grupos, associações de luta contra as “forças do Estado” pelo autocontrole de suas ações. Isso porque, segundo ele,

²⁶⁸ Esse caráter relativo ao Estado que afirma a região, foi discutido por Francisco de Oliveira, em seu livro *Elegia para uma Re(li)gião*, ao criticar entre outros, os geógrafos do planejamento, que viam a disparidade regional, como articulação de modos de produção em desigualdade. A região era assim, para ele, tornada um objeto do planejamento, e assim, região como sinônimo de região planejada. Contudo, ele mostrava que o que estava posto para a dinâmica estatal da ação planejada, a ultrapassava contraditoriamente, e estava na ordem dos conflitos postos pelo capital monopolista. Dessa forma, desmistificava o caráter do regional como objeto de ciência e o colocava como desdobramento da realidade contraditória do capital.

²⁶⁹ “Retomar o poder pela base por meio do cotidiano e, sobretudo, recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo estado. Estamos certamente no limiar de uma era na qual a região, a que é vivida, desempenhará um papel cada vez maior para as diversas comunidades” (Raffestin, 1993, p.185).

é, portanto, uma ‘geografia da autonomia’ que está em causa. Não se trata de privilegiar o indivíduo, mas de lhe permitir conservar sua identidade e sua diferença na coletividade à qual pertence. Para tanto, ele deve poder dispor dos instrumentos teóricos que lhe permitem analisar as relações de poder que caracterizam o corpo social do qual é membro. [...] A análise geográfica do poder que extrai das ciências do homem os seus conceitos fundamentais deve, então, enfrentar aquilo que se convencionou chamar de ‘atualidade’ aparentemente incoerente e incompreensível. Se não o faz, não pode existir como conhecimento científico vivo. (Raffestin, 1993, p.268-269).

Colaborava assim para a constituição de “novos marcos” de um debate crítico na geografia sobre a ação estatal e políticas territoriais.

Em uma perspectiva parecida, as questões territoriais passariam também ao centro das preocupações de Rogério Haesbaert. Segundo ele, em seu livro chamado *O mito da desterritorialização*, o território é constituído por relações de poder, revelando um domínio e apropriação em constante processo: a territorialização²⁷⁰.

Enfatizando a necessidade de um olhar sobre os processos concomitantemente atuantes de desterritorialização e reterritorialização, ambos de âmbito político, econômico e cultural, o autor entende a dimensão territorial, como um espaço de construção da autonomia e do possível desenvolvimento de políticas públicas, construídas num diálogo conjunto com quem de fato vive no lugar. E, em relação ao poder, diz que territorializar é sempre relação desigual de poder, mas a qual se poderia ter o controle. Desse modo, “quando definimos o território dos outros, de forma imposta, eles não estão de fato se territorializando, pois ser ‘territorializado’ por outros, especialmente quando completamente contra nossa vontade e sem opção, significa desterritorializar-se” (Haesbaert, 2004, p.262).

Assim como Rogério Haesbaert e Claude Raffestin, Marcelo Lopes de Souza discute a questão territorial, relacionando-a a noção de poder, vinculado ao conceito de território. Segundo ele, o que

“define” o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder* – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território [...]. (Souza, 2015, p. 55)

De maneira crítica, entende a identidade relacionada a esse conceito como uma disputa por recursos e riquezas, e “no presente ou no passado; a cobiça material, não é, de sua parte, descolável do simbolismo, da cultura” (Souza, 2015, p. 56).

²⁷⁰ O “território visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é enfocado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos” (Haesbaert, 2004, p.16).

Para ele a desterritorialização e a territorialização são processos ligados ao poder, relação social materialmente expressa como território. Portanto,

o poder é uma relação social (ou antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência a materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. (Souza, 2015, p. 62)

Outro aspecto ligado ao território abordado por ele é a questão da autonomia, ou, em suas palavras, “a capacidade de um grupo de ‘dar a si próprio a lei’ [...] autogerir-se e autogovernar-se, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e da atribuição da legitimidade do poder a alguma forma transcendental e externa ao grupo [...]” (Souza, 2015, p. 64). Nesse sentido, conclui:

se o poder não é necessariamente heterônomo, tampouco territórios e territorializações precisam ser sempre heterônomos; e, uma vez que a autonomia nada tem a ver com isolamento ou enclausuramento, a intensificação de fluxos e interdependências que decorre da globalização não elimina a possibilidade e muito menos a legitimidade de um projeto político-social anti-heterônomo – vale dizer de construção de poderes e territorialidades autônomas, nas escalas mais diversas. (Souza, 2015, p. 67)

Diante das proposições desses últimos autores, uma contradição concretamente se impõe: ao mesmo tempo em que o território passa a ser entendido como o lugar de expressão da identidade e da cultura, da autonomia, e como espaço possível da luta (dos movimentos sociais, organizações e associações com apoio de instituições pela terra), tudo isso entremeado pela questão do poder, ele se torna, o mote das políticas de desenvolvimento territorial efetivada, nos últimos anos pelo Estado. Como, por exemplo, na proposta dos Territórios da Cidadania: “os territórios [da cidadania] foram definidos com base em conjunto de municípios com características econômicas e ambientais comuns e com **identidade e coesão social, cultural e geográfica**” (BRASIL, MDA, 2013) (grifos nossos). Ou ainda, no caso dos Territórios de Identidade na Bahia, “ao incorporar a dimensão territorial como parte da estratégia de desenvolvimento, a Bahia busca ativar um modelo de gestão social capaz de se adequar à situação específica de cada território, de modo a responder com efetividade aos desafios encontrados em meio à diversidade do Estado. Desta maneira são fortalecidas redes de cooperação, de diálogo e de execução de políticas públicas que permitem, por sua vez, a construção de novos arranjos institucionais, com garantia da participação da sociedade civil e do controle social” (Perefán; Oliveira, 2013, p. 17).

Como relações de poder, contrapostas ao econômico (associada a ação do Estado como espécie de lócus da burguesia ou do mercado) Claude Raffestin deslocou o

problema da luta de classes marxista, para uma luta pela cidadania e autonomia. Prescindiu assim do Estado, e colocou no indivíduo a capacidade de tomar as decisões de sua reprodução. Porém, o trabalho, o dinheiro, o mercado, permaneceriam como paradigmas da relação, ainda sem aprofundamento crítico e, nem de longe, eram vistos como responsáveis por reduzir a autonomia, algo só atribuído ao Estado. Nesse sentido, a territorialização do capital permanecia obscurecida como territorialização de relações sociais autônomas, como se fossem esferas separadas da relação social do capital, na qual o poder do mais forte imperava, sem se discutir o poder contraditório das relações das categorias sociais de mediação, agindo por trás das costas dos sujeitos, que efetivam as relações (Marx, 1988).

Portanto, esse importante debate, por envolver questões políticas, expressando em relações concretas, desiguais e de exploração, ao retomar o conceito de território, da geografia tradicional lablacheana, criticando, e, reelaborando-o, para a análise geográfica atual, parece ter ultrapassado, as questões postas como relação homem-meio e o gênero de vida. Porém, ao invés de aprofundar a crítica, em direção as formas sociais de mediação como dinheiro, mercado, trabalho, na sociedade moderna, esta tomou o rumo da posituação da relação entre indivíduos – sociedade civil - e seu lugar (pela identidade, cultura e território) tentando fazer frente a um Estado, tido como opressor das liberdades. Desse modo, parece não ter superado as opressões e violências da própria base do cotidiano, como o trabalho, o dinheiro, a mercadoria. E, assim, em uma incrível inversão, o conceito de território, positivado, passa, cada vez mais, a subsidiar as pretensões atuais “desenvolvimentistas” e contraditórias do Estado. Esse fácil cooptar no planejamento, não seria resultado de uma crítica não radical?

O debate no entorno da perspectiva territorial tem outras entradas com ênfases mais apologéticas do desenvolvimento, cabendo aqui apresentá-las, para uma aproximação de outros aspectos das atuais políticas territoriais em prática. Quanto a isso, Melo (2011) identifica três grupos de *agentes do desenvolvimento territorial*²⁷¹:

- a) Empreendedores e empresas: apoio nacional com redução de impostos, aos que alcançarem melhores resultados na geração de empregos, cooperação entre empresas, aglomeração espacial e integração dos agentes econômicos;

²⁷¹ Proposta que se parece bastante com a proposta que vimos no trabalho de campo e na entrevista com o CODETER-VC, quando sugere a criação de arranjos produtivos locais.

- b) Administrações públicas: ambiente competitivo, baixar custos de instalação, refazer a imagem exterior, serviços públicos a preços mais vantajosos;
- c) Associações e agências de desenvolvimento local (ADL) ganham a cena de instituições supra-municipais e infra-regionais, associações de parceiros privados com fortes financiamentos públicos.

Já Santos (2011) entende que uma ênfase na autogestão, se relaciona diretamente com as “novas” preocupações do planejamento, pela qual a dimensão territorial teria ganhado destaque por ser a dimensão do vivido, ou seja, “já não se trata de um espaço isotrópico e abstrato, mas de um território de vida, na prática de uma micro-sociedade dotada de uma capacidade dinâmica e de um projeto específico de desenvolvimento” (Santos, 2011, p. 228). Para esse autor, “as regiões já não são entendidas como meros suportes passivos de acolhimento industrial, antes são **protagonistas dinâmicos** na criação de ativos territoriais específicos com base em processos inovadores, predominando a ‘inovação territorializada’” (Santos, 2011, p. 327) (grifos meus).

As ações neles difundidas por meio das ADLs ganharam coro nos anos de 1990, mas não sem críticas de diversos autores. As principais se relacionaram ao aspecto empreendedor dos sujeitos envolvidos (ou a serem envolvidos) que muitas vezes parecia tornar-se a única opção privilegiada pelo planejamento²⁷². Para Alencar (2007), as iniciativas envoltas nessa forma do planejamento, em geral, têm sido exaltadas por permitirem autonomia, liberdade de escolha, reinserção produtiva, ignorando a contradição do próprio processo, onde cada vez menos, isso é possível²⁷³. Além disso, tal **protagonismo**, o qual como ele, em nada positivamos, difunde uma “atitude empreendedora” tornada “uma qualidade ou um atributo essencial a compor o perfil do ‘novo trabalhador’ diante de um mercado de trabalho cada vez mais reduzido e com

²⁷² “No discurso e na política governamental tornou-se predominante a concepção de que as pequenas unidades produtivas teriam um papel central na redução dos níveis de pobreza e como alternativa em face do desemprego. [...] [No entanto] ao contrário do que se divulga, o desenvolvimento do chamado trabalho autônomo ou por conta própria, do pequeno negócio de uma forma geral, não se constituiu no Brasil uma opção pela independência ou iniciativa deliberada em realizar uma atividade empreendedora. [...] não se revela como um desejo real dos trabalhadores, significando, na verdade, a única possibilidade diante do desemprego e baixos salários” (Alencar, 2007, p. 101-102).

²⁷³ “É hipocrisia ou cinismo perverso tomá-los como expressão de liberdade e autonomia ou da manifestação do espírito empreendedor, dado o contexto histórico no qual ocorre esta revalorização ou redescoberta da pequena produção mercantil. [...] [essas] políticas de emprego e renda de apoio às pequenas unidades produtivas, ao mesmo tempo em que atuam sobre esse campo oferecendo a possibilidade de constituição de uma alternativa de obter renda ou de inserção produtiva, esvaziam as possibilidades de conflitos, na medida em que articulam ações compensatórias e focadas para segmentos sociais mais duramente atingidos pelo desemprego, criando, ainda, a ilusão de intervenção do Estado sobre a questão do desemprego” (Alencar, 2007, p. 103).

poucas possibilidades de inserção” (Alencar, 2007, p. 106). Esse se tornou um pesado fardo social, carregado pelo trabalhador: o fato de ser empresário de si mesmo na crise.

Também criticando essa perspectiva “territorialista”, a qual atribui um “excesso de localismo”, por entendê-la como atributo do mercado, Carlos Brandão insere a questão da necessidade de se analisar o processo como um todo, o da inserção desse local no território nacional, e do território nacional no mundo globalizado, para evitar “a completa banalização das questões que, malgrado sua natureza estrutural, histórica e dinâmica, foram deslocadas para o lugar-comum do voluntarismo, cristalizando um grande consenso, um verdadeiro ‘pensamento único localista’” (Brandão, 2007, p. 36). Indo além, afirma ser esse atributo uma “endogenia exagerada das localidades” que “crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira” (Brandão, 2007, p. 38)²⁷⁴. Passemos agora a observação de alguns programas e ações territoriais.

5.2 . Os Programas Territoriais

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT, depois tornado Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR) ou, simplesmente, Territórios Rurais, foi criado ainda em 2003, no contexto das discussões da PNOT, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e alocado na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Este partia de dois norteadores importantes: o rural, mais, precisamente o “novo rural”, deveria ser algo para além do agrícola; e, o território o conceito integrador desse “novo rural” ao desenvolvimento²⁷⁵.

No Brasil, existem atualmente 239 territórios rurais institucionalizados. A prioridade nos critérios de seleção, como a área e a população, andam juntos com os de

²⁷⁴ No entanto, salvo a importância de sua crítica marxista, problematizar a relação capital-trabalho (deslocando o problema da reprodução, do indivíduo para a classe historicamente constituída) ao se situar, no ponto de vista da *nação*, também merecerá uma crítica, ao tratar em termos de uma luta entre local *versus* nacional, não aprofundando na crítica ao processo contraditório da modernização e da reprodução da forma social do capital que se coloca a ambos os níveis e escalas.

²⁷⁵ Para isso “conta com a parceria de diversas instituições da sociedade civil, além dos governos federal, estaduais e municipais. [...] apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa. [...] conta com colegiados de âmbito territorial, fóruns constituídos em cada território por instituições da sociedade civil e do poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, pela articulação institucional, elaboração de propostas e projetos técnicos, acompanhamento e controle social das ações do programa e de outras políticas públicas que concorrem para o desenvolvimento sustentável dos territórios” (MDA, 2014).

identidade cultural e as diretrizes produtivas. No entanto, como ressalta o PPA 2012-2015, “nem todos os grupos organizados da sociedade participam [...] como os/as comunidades de pescadores/as artesanais, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e populações tradicionais que tem identidades específicas e dificuldade de se verem representados nas agendas dos territórios” (BRASIL, 2014)²⁷⁶.

Torna-se, segundo esse documento, cada vez mais necessário ampliar a inclusão desses segmentos nas políticas públicas de caráter territorial²⁷⁷, pois é “no âmbito territorial que se tornam possíveis ações sistemáticas de identificação, mobilização, organização, capacitação e articulação institucional, para que se possa atingir o objetivo de uma maior inclusão produtiva” (BRASIL, 2014).

Em uma publicação, denominada *Identidade e Território no Brasil*, solicitada em 2008 ao IICA, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), logo na introdução se afirmava:

o enfoque territorial para o desenvolvimento rural vem resultando na geração de políticas públicas, que trazem transformações significativas ao esgotado modelo de desenvolvimento rural, após mostrar suas grandes limitações para enfrentar e solucionar as condições de desigualdade, deterioração ambiental e a baixa governabilidade no meio rural latino-americano. (Perico, 2008, p. 5)

Neste texto, após analisar desde 2003, o desenvolvimento das políticas públicas territoriais voltadas ao desenvolvimento rural, propôs uma nova metodologia, balizada na ideia de Território de Identidade. Segundo ele, além dos levantamentos bibliográficos, se enfatizou a realização de trabalhos de campo em 14 territórios, tidos como representantes da diversidade nacional a ser enfrentada.

Uma das justificativas desse empreendimento se referia as crises na América Latina, no tocante ao aumento da pobreza, indicando a necessidade de “deslocar o objeto das políticas públicas da perspectiva setorial para outras – transeitoriais, transversais e integradoras. Transição que vem refletindo-se nos instrumentos de gestão e planejamento do desenvolvimento rural, como é possível apreender nas políticas públicas protagonistas das últimas décadas [...]” (Perico, 2008, p. 8). Como um dos conceitos centrais destacou o território, tendo o espaço “enquanto conjunto de elementos e dimensões que o compõem [...] [as] relações ou fluxos, incluindo a base

²⁷⁶ Segundo a CPT-BA, e outras instituições que se opõe a essa forma estatal de intervenção, o motivo é político e não incapacidade ou má vontade, como deixa entender o texto do PPA.

²⁷⁷ Assim, “acredita-se que os instrumentos de desenvolvimento territorial possuem um enorme potencial para se conseguir o direcionamento de recursos para populações que possuem menor capacidade de representação para conseguir o direcionamento de recursos públicos para as suas demandas em ambientes de representação estadual ou nacional. Os colegiados territoriais se constituem em uma boa alternativa na medida em que permitem maior capacidade de ‘voz’ a essas populações” (BRASIL, 2014).

material natural ou construída; as atividades econômicas que são empreendidas; as estruturas sociais que são geradas e suas inter-relações, as instituições construídas e as regras do jogo; e os códigos adotados” (Perico, 2008, p. 8).

Ao colocar a necessidade desse recorte, o autor trazia ainda outro aspecto importante: a institucionalização. Afirmava, sobre o território como dimensão política do espaço: “é suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir enquanto a institucionalidade que expressa – pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas” (Perico, 2008, p. 9).

O sentido de fundo era o de garantir a institucionalidade, atrelando o caráter territorial ao de identidade²⁷⁸. Para ele, uma melhora na qualidade de vida, poderia ser conquistada no estímulo a “desprimarização da economia rural”, pois com esse novo caráter do planejamento, “essas economias refletem maior diversificação da atividade econômica do investimento e do consumo, que são resultantes de diferentes formas de integração econômica e de articulação de cadeias produtivas que favorecem a agregação do valor” (Perico, 2008, p. 10). Tal mudança, como reflexo do mercado, tanto na produção, quanto no consumo, tentava superar os “inquietantes capítulos sobre os processos de integração econômica”.

Segundo ele, isso poderia ser ampliado com a ideia de localização produtiva e *clusters*, associados no território. No entanto, reclamava que para isso, o Estado deveria realizar maiores investimentos em infraestruturas. Para adequar as reivindicações em âmbito político, de alternativas de desenvolvimento territorial, destacava que era necessário um conjunto de ações afirmativas da heterogeneidade e da diversidade, porém sem que isso levasse a uma “discriminação positiva” e focalização, mas sim a construção da autonomia, a qual acompanharia as recentes mudanças no processo de reordenamento do poder e o novo “papel dos atores políticos, que nas últimas décadas vêm sofrendo perda progressiva do protagonismo para as organizações da sociedade civil e os agentes econômicos privados” (Perico, 2008, p. 17).

Este estudo, entre outros, potencializou a criação de metodologias atuais pelas quais, os investimentos em infraestrutura e a disponibilidade de crédito, foram

²⁷⁸ “A identidade quando associada ao território no contexto político institucional, se expressa como territorialidade que denota sentimento político, a energia social e a vontade coletiva, que resultam em sentimentos – nacionalista, patriótico, regionalista, amor pela terra e diversas manifestações da força social objetiva. E o reconhecimento e compreensão desses sentimentos promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento” (Perico, 2008, p. 9).

associadas como políticas territoriais, como as dos territórios rurais: o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais - PROINF, baseado na promoção da infraestruturação da produção agricultura familiar (tornada um conceito central), envolvendo setores ligados ao beneficiamento e a comercialização.

Nesse contexto, é possível notar uma transformação do entendimento das questões relativas ao campo, para um “novo rural”. Ou seja, uma inflexão em direção às prerrogativas da agricultura familiar, na qual a questão da terra, discutida pela teoria do campesinato, fica em um segundo plano, e se privilegia uma multiplicidade de tarefas a serem executadas pelo agricultor cada vez mais instrumentalizado (no sentido material e intelectual) para inserção no mercado.

O enquadramento do conceito de agricultor familiar passou a ser o veículo principal de intermediação com o Estado. Nesta discussão cresceu o interesse não mais por uma luta pela terra, mas, uma luta pela inserção cada vez mais ampla no mercado. O campo, como “novo rural”, passou a incorporar outras atividades, relegadas antes, segundo seus ideólogos, a outros setores, como indústria e serviços, e, por essas características, teve, no conceito de território, sua síntese de ação. Para eles, o conceito “agrário”, “campo” ou “rural”, não seriam suficientes para abarcar toda a complexidade de iniciativas enfrentadas pelo “novo” camponês ou “agricultor familiar”²⁷⁹.

Com essa base de avaliação e de diagnóstico das ações implementadas no PDSTR, em 2008, foi criado o Programa Territórios da Cidadania (PTC)²⁸⁰. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o foco era o “combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção ambiental e geração de renda. O território tornava-se um novo espaço de construção de projeto e articulação de políticas públicas em parceria com estados, municípios e sociedade civil” (MDA, 2013). Entre seus objetivos estava o de “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (MDA, 2013). Nesses se articulariam “ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias [...]” (MDA, 2013).

²⁷⁹ Dentre outros destacam-se: José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, em seus textos mais recentes.

²⁸⁰ “Havia baixo acesso a serviços básicos, estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis que possibilitassem autonomia econômica de médio prazo para os trabalhadores rurais. Para lidar com esse quadro, o Governo Federal mobilizou 22 ministérios e órgãos da administração federal” (MDA, 2013).

A integração das esferas federal, estadual e municipal tentava dinamizar as pretensões do PDSTR, porém, voltada aos 120 Territórios Rurais mais pobres – incluindo as áreas urbanas de baixa renda “com características econômicas e ambientais comuns e com identidade e coesão social, cultural e geográfica” (MDA, 2013).

Tratava-se da territorialização das ações executivas do governo federal, utilizando recursos já destinados aos programas sociais, de maneira mais articulada e ágil de implementação, entre eles, dos Programas Luz Para Todos, Bolsa Família e os diferentes créditos do Pronaf, com ênfase ao Proinf (direcionado ao custeio de infraestrutura de produção agropecuária da agricultura familiar)²⁸¹.

Tal caráter, mais localizado das ações, em nível municipal, pelos quais o Estado e a sociedade civil organizada, através dos colegiados decidem sobre o seu pertencimento e demandas, se imbricam a outras ações estatais: a) a formação de agentes culturais qualificados no Ensino Superior; b) expansão do crédito (profusão de incentivos, benefícios e subsídios) e do consumo, atrelando empresas e consumidores – todos, com aporte estatal compondo a faceta territorial do planejamento.

Seguindo um caminho parecido, foram instituídos em 2010, os Territórios de Identidade na Bahia (programa em parte apresentado no capítulo 1). Tanto no caso das propostas federais, como nesta estadual, a cultura e a economia, foram os critérios relevantes para a delimitação geográfica do pertencimento²⁸². Este programa, assim como o PTC, entendendo o território, para além do rural, tornou central a sua ação territorial também o concito de identidade cultural²⁸³.

Portanto, a identidade, assim como o território, parece de fato inspirar e subsidiar o planejamento recente, no qual, a autora diz que o

conceito de territórios de identidade foi criado pelo revolucionário geógrafo Milton Santos, um dos maiores pensadores ‘baiano-brasileiros’ de todos os

²⁸¹ Em 2010, foi aprovada pela Lei 12.249 de 2010, a execução de transferências obrigatórias aos municípios participantes do Programa Territórios da Cidadania (PTC), na base de R\$ 220 milhões, de acordo com LOA 2011, sendo R\$ 99,2 milhões do MDA.

²⁸² “As discussões travadas nas universidades brasileiras e nos organismos internacionais foram importantes para a adoção da abordagem territorial no Brasil. Desde fins dos anos 1990, a academia vinha discutindo, o tema do desenvolvimento territorial e sua estreita relação com uma nova percepção do ambiente rural. Organismos como o Instituto Interamericano para a Cooperação Agrícola (IICA) e o Centro de Cooperação Internacional de Pesquisas Agronômicas [...] começaram a falar sobre um novo enfoque do desenvolvimento” (Bahia, 2014).

²⁸³ “Conjunto de elementos que configuram a fisionomia de um determinado território, elementos esses que resultam do processo sócio-histórico de ocupação da região, das suas tecnologias produtivas, formas de sociabilidade, convívio e produção material e imaterial. [...] não como um conceito museológico, estático, mas como um vivo e regular processo de intercâmbio, de trocas e assimilações, resultando no sincretismo que carrega, de um lado para o outro, de uma região para outra, pessoas e signos que se aculturam, refazem e ressurgem ao lado de expressões tradicionais em seus novos espaços de inserção” (Karina, 2012).

tempos. Ele elaborou um conceito de território geográfico vivo e dinâmico, como um espaço ocupado e transformado, indivisível dos seres humanos e de suas ações. (Karina, 2012)

Na prática do CODETER-VC, do programa baiano Territórios de Identidade, a identidade se forja, tanto por meio do incentivo, através de editais de financiamento, de manifestações culturais de determinados povoados (incluindo músicas, dança e outras artes), ou seja, buscando afinidades tradicionais e culturais identitárias, quanto, por aspectos econômicos, de organização da produção, constituição de associações ou empreendimentos produtivos. Nesse sentido, apesar da luta pela autonomia ser importante, apaga-se outra vez, o fato da autonomia ser sempre relativa, e do território e a identidade, tornados ações estatais, não deixarem de carregar as contradições da forma social de mediação, na qual se envolve o dinheiro, o trabalho e o próprio Estado, em ao menos, dois sentidos: a) nem todas as ações podem ser financiadas, passando por um crivo avaliativo no qual nem todas as comunidades conseguem participar; b) tais categorias de mediação social se posicionaram, justamente, no processo histórico envolvendo, o próprio Estado, em muitos casos, corresponsável, pela supressão das possibilidades de reprodução do trabalho e da cultura no território.

5.3 O ZEE-Bahia e o MATOPIBA: agropecuária, logística, mineração e energia eólica

No contexto da promoção de ações territoriais, indicativas de uma transformação no planejamento, mais voltadas ao desenvolvimento territorial que ao regional, surgiram também os instrumentos de planejamento e ordenamento territorial denominados de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

Em maio de 2012, foi instituída, a Lei Federal nº 12.651 (conhecida como Novo Código Florestal), que apesar de dispor sobre a proteção e conservação da vegetação nativa, trazia em seu artigo 13º, no 2º parágrafo, a seguinte indicação: “Os Estados que não possuem seus Zoneamentos Ecológico-Econômicos - ZEEs segundo a metodologia unificada, estabelecida em norma federal, terão o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da publicação desta Lei, para a sua elaboração e aprovação” (Planalto, 2016).

Na Bahia, logo após a aprovação dessa Lei, a Secretaria de Planejamento e a de Meio Ambiente, iniciaram os estudos e pesquisas para sua efetivação. Trata-se de outro conjunto de ações estatais planejadas (e outras não necessariamente planejadas), compondo o quadro contraditório e conflituoso da ação estatal geral na Bahia. Como a diretiva do planejamento estadual, desde 2010, são os Territórios de Identidade, houve uma sobreposição articulada dessas iniciativas, assim justificada:

Os mapas das zonas por territórios de identidade demonstram as peculiaridades de cada uma das duas formas de divisão espacial. Os territórios de identidade foram constituídos pelas convergências culturais, sociais e históricas de um conjunto de municípios. As zonas ecológico-econômicas se formaram com base nas convergências geoambientais e de uso do solo. [...] observa-se que o zoneamento ecológico-econômico do Estado gerou um zoneamento ecológico-econômico dos territórios de identidade. Alguns territórios têm até cinco ou seis zonas ecológico-econômicas. [...] Espera-se que a identificação das zonas nos territórios de identidade sirva de suporte ao planejamento e gestão dos mesmos. (ZEE-BA Zoneamento, 2016)

Apesar de o foco ser a sustentabilidade, não deixa de lado o desenvolvimento econômico, e, tornado um instrumento estatal de planejamento estratégico, potencializará outras transformações no uso do território. Nesse sentido, conforme o documento intitulado “Caracterização dos Territórios de Identidade”, do *site* de divulgação e informação sobre o ZEE-BA, esta estratégia “requer uma abordagem integrada e compartilhada de políticas públicas e arranjos institucionais, promovendo a articulação de ações e políticas territoriais, estruturadas em uma arquitetura de governança que relacione o poder público, o segmento econômico e a sociedade civil organizada, no planejamento e na gestão do seu território” (ZEE-BA, 2016, p. 21).

Além disso, segundo esse documento, há o destaque para o tipo e forma do planejamento a ser implementado, relacionado diretamente com as políticas territoriais já em curso na Bahia, inclusive, com influência teórica da perspectiva territorial:

a Bahia representou um dos estados pioneiros no processo de planejamento territorial, hoje consolidadas na forma de Regiões Administrativas, Regiões de Influência Urbana e Territórios de Identidade. Entende-se por território de identidade uma região onde as características econômicas, culturais, ecológicas, políticas e sociais se apresentam convergentes. Segundo HAESBAERT (2005) apud DI LAURO et al (2009), a formação de recortes regionais se configura mediante a interação sociedade-natureza, relações sociais concretas, desiguais e contraditórias entre múltiplas classes sociais, além de ideologias regionais fomentadoras de reconhecimento em maior escala. Os moldes de formação dos territórios de identidade buscam envolver em suas discussões as esferas públicas e a sociedade, inclusive para que esta última se torne ainda mais atuante. Esse processo confirma os princípios da democracia participativa, uma das revelações do final do século XX, plenamente presentes na realidade brasileira. (ZEE-BA, 2016, p. 22)

Todo esse novo plano, ainda em processo de implementação, inclusive com audiências públicas em curso, tem gerado muitas discussões e deixado os movimentos sociais atentos quanto às propostas. Isso porque, neste pacote, há abertura para implementação de ramos como mineração, logística de transportes, energia eólica, entre outros, implicando, assim, mudanças nas relações de trabalho e da apropriação da terra, gerando muitos conflitos com as comunidades, principalmente por terem suas terras suprimidas ou o uso dificultado por essas iniciativas.

No mesmo *site* onde constam as diretrizes, missão e objetivos do ZEE-BA, existem documentos, bastante detalhados, sobre as ações e suas potencialidades e recomendações de implantação, do qual extraímos alguns excertos para observação. Primeiro, quanto às medidas sociais, direcionadas a alguns municípios do Território do Velho Chico e de outros Territórios de Identidade, identificados como de alta vulnerabilidade social, foram destacadas as seguintes ações:

Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária). Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios. Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social. Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada. (ZEE-BA Potencialidades, 2016, p.158)

Depois, mais adiante, no mesmo documento, trata das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto, da seguinte forma:

Priorizar o reconhecimento e regularização fundiária das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, visto que, mesmo sendo reconhecidas pela Constituição do Estado da Bahia de 1989, ainda enfrentam tal dificuldade. Preservar o local de vida destes grupos para que eles consigam manter sua cultura, assim, suas áreas de pastoreio extensivo e ou refrigérios devem ser incluídas no processo de identificação dos territórios, e não somente as áreas de cultura agrícola e habitação. Viabilizar instrumentos e rotinas públicas para agilizar os processos de reconhecimento de seus territórios, objetivando o título formal das terras que ocupam, já que, na grande maioria dos casos, se constituem em terras devolutas. Criar formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelas comunidades de fundo e fecho de pasto, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades cesse. Valorizar essas comunidades a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia. [...] Elaborar programas de fortalecimento sociocultural e valorização das comunidades tradicionais e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental. (ZEE-BA Potencialidades, 2016, p.170)

As ações propostas pelo ZEE-BA, até aqui, em muito coincidem com as dos Territórios de Identidade, e conformam, a nosso ver, o conjunto de medidas referidas ao confinamento territorial, tornado atributo estatal gestacional da crise, como discutiremos mais adiante. Porém, na sequência, há uma guinada em relação a elas, quando destaca as

potencialidades territoriais econômicas, a nosso ver, capazes de gerar diversos conflitos. Para uma aproximação disso, extraímos excertos de dois documentos do ZEE-BA: um sobre o “Cenários Tendenciais” e outro sobre as “Potencialidades e limitações” da implementação atual. Conforme o documento relativo ao Cenário de implantação da ZEE no Estado, chama a atenção a questão dos investimentos na Bahia em duas áreas, a mineração e produção de energia eólica:

na macrorregião Semiárido estão previstos a maior parte dos investimentos industrial previstos do estado. São R\$ 30 bi, sendo que metade destes investimentos está alocada no setor de geração de energia eólica, gerando aproximadamente 6.000 postos de trabalho. Outra parcela, não menos importante, está associada a dinâmica do setor mineral na macrorregião. A produção mineral na Bahia posiciona o estado como o quinto maior produtor do país. (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 93)

Estes investimentos, em muito afetam as comunidades tradicionais e seus territórios, inclusive, porque a maioria dessas comunidades tem no uso comum da terra, alvo desse incentivo, a baliza de sua tradicionalidade.

A criação de 6.000 postos de trabalho, relacionados a essas atividades de mineração e energia eólica, indica os rumos da mobilização do trabalho na área da implantação desses projetos. A ideia desse plano é elevar a Bahia a terceiro produtor de minerais do país, e para isso os investimentos serão de grande monta. Entre as justificativas para tal empreendimento estão, “a atividade mineradora concentra-se no Semiárido baiano e sua dinamização, integrada aos demais empreendimentos locais pode contribuir para enraizar as redes produtivas, de mercado e de cooperação entre os agentes, fortalecendo o processo de crescimento e desenvolvimento econômico regional” (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 93). Para tanto, alega a necessidade de investimentos de bilhões de reais também em infraestrutura logística e de produção de energia: “simultaneamente o órgão estatal orienta investimentos em infraestrutura complementar de acesso às áreas e escoamento da produção. A demanda por infraestrutura de transporte, aliada à demanda por maior oferta de energia figuram entre os principais fatores limitantes ao crescimento da mineração baiana” (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 93). E, mais adiante, conclui:

para o semiárido foram priorizados treze projetos estratégicos que somam investimentos num total de 37 bilhões de reais, o que corresponde a aproximadamente 75% do PIB de 2010 de toda essa macrorregião. Desse total, cinco estão associados a investimentos na logística de transporte, três a projetos de geração de energia, dois associados à segurança hídrica e três a grandes projetos de mineração. (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 112)

Portanto, a dinâmica do planejamento estatal, de faceta territorial e ecológica, prevê uma ação consorciada e de grande porte para satisfação da reprodução do capital.

Em relação à energia Eólica, no documento sobre as potencialidades:

Os ventos da Bahia são considerados os melhores do mundo [...]. O potencial eólico do estado é estimado em 40 GW. [...] Um sistema eólico ocupa 1% da área da usina eólica, e o restante pode ser ocupado por lavoura ou pastagem, sem transtornos para animais ou plantas. Pode-se morar a uma distância de 400 metros das usinas eólicas sem que seu ruído cause danos ou perturbações ao ser humano. [...] Fortalecer os incentivos oferecidos às empresas que gerem energia eólica e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia. Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por usinas eólicas, relativos à emissão de ruídos, ao impacto sobre a fauna à degradação visual dos ambientes e à formação de sombras sobre as terras. Apoiar o uso consorciado de terras ocupadas pelos parques para outras formas de utilização, como a agropecuária. (ZEE-BA Potencialidades, 2016, p. 531)

Mais adiante apresenta um quadro resumo da importância da implantação deste último e o quanto já foi investido e poderá ser investido na Bahia²⁸⁴:

A energia eólica cria oportunidades de trabalho e de geração de renda no interior da Bahia porque os potenciais mais significativos estão em regiões que registram os menores indicadores de desenvolvimento econômico. [...] A energia eólica exerce hoje um papel relevante no desenvolvimento da Bahia, tanto como insumo energético quanto na criação de uma cadeia produtiva local, aliada a todos os benefícios de geração de emprego e renda. O aproveitamento da energia eólica possibilita o aquecimento da economia local e oferece oportunidade ao pequeno agricultor de desenvolver-se e alcançar seu bem estar em seu próprio território. [...] O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem financiado robustamente iniciativas industriais que visam a produção, no Brasil, de equipamentos para a geração eólica e, atualmente, já existem oito fábricas de aerogeradores operando no País, reunindo uma capacidade de produzir equipamentos para a instalação de 4.100 MW. (ZEE-BA Potencialidades, 2016, p. 548)

A energia eólica de fato tem sido um dos ramos em crescimento no estado da Bahia. Ao compor de forma importante o ZEE, percebemos o quanto se torna um elemento estratégico do planejamento, com uma cadeia produtiva em implantação, proposta, logo após, a discriminação das suas potencialidades, no Atlas do potencial Eólico da Bahia (Camargo-Schubert et al., 2013). Segundo o *site* Ambiente e Energia,

em constante crescimento, em 2015 a energia eólica demonstrou crescimento de 35% em sua participação no Sistema Integrado Nacional (SIN) quando comparado a 2014, tendo a expectativa de crescer, em 2016, 36% em relação a 2015. A região Nordeste se destaca pelo seu potencial de geração de

²⁸⁴ “A Desenvix implantou o primeiro Complexo Eólico em Brotas de Macaúbas. A Renova Energia investiu R\$ 1,2 bilhão na construção do maior Complexo Eólico do Brasil, localizado nos municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi. A empresa espanhola Gamesa iniciou a produção de turbinas eólicas no polo industrial de Camaçari com investimento de R\$ 50 milhões e vai produzir, nesta primeira etapa, nacelles10 com capacidade para 300 MW/ano, um total de 150 unidades/ano. A empresa francesa Alstom está implantando sua primeira fábrica de aerogeradores das Américas na Bahia com investimentos de R\$ 50 milhões tendo capacidade instalada de 300 MW/ano. A empresa americana General Electric Energy já assinou um protocolo de intenções com o governo da Bahia para se tornar a terceira a fabricar aerogeradores na Bahia, com investimento inicial projetado de R\$ 45 milhões. A dinamarquesa Vestas, a maior do mundo no setor de energia eólica, também negocia com o governo da Bahia com o objetivo de realizar produção local. A empresa Torrebrás, subsidiária brasileira da espanhola Windar Renovables, pretende instalar a primeira fábrica de torres eólicas no Estado” (ZEE-BA Potencialidades, 2016, p. 548).

energia eólica; Bahia, com 62 parques eólicos, e Rio Grande do Norte, com 100 parques, figuram entre os três principais estados geradores de energia eólica, juntamente com o Rio Grande do Sul, que possui 66. A expectativa é de que, até o fim deste ano, Bahia passe para a primeira posição. A Abeeólica prevê que, nos próximos cinco anos, a energia eólica se torne a segunda maior fonte de energia do Brasil, responsável por 12% do total de energia gerada. Atualmente, este número é de 5,53%. (Energia, 2016)

Todas essas potencialidades e investimentos, em mineração, logística e energia eólica, ainda são permeadas por outra iniciativa do planejamento estratégico, agora em âmbito Federal. Trata-se do território estratégico do MATOPIBA, elaborado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da EMBRAPA. Suas ações em prol da agropecuária comercial de médio e grande porte deixam pouco ou nenhum espaço, para as pequenas e menos ainda aos posseiros. Segundo GITE, o MATOPIBA:

designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade [...] tem como objetivo principal dar apoio técnico e científico da Embrapa ao INCRA em questões de governança e inteligência territorial estratégica. (GITE, 2016)

Essas ações, mesmo não retirando diretamente os posseiros de suas posses familiares, suprimirão suas áreas de uso comum, por meio de empreendimentos nas chapadas ou mesmo tornando essas áreas reservas legais particulares, através do dispositivo de Cota de Reserva Ambiental (CRA) instituído pela lei 12.651 de 2012 (nos artigos 15 e 44). No caso dos Brejos da Barra, essa foi uma das hipóteses aventadas para a tentativa de usurpação de grandes porções de terras de uso comum dos brejeiros, na iniciativa da Fazenda Cristo Rei, ou seja, dessas terras constituírem CRAs, a serem vendidas aos interessados, em geral, “proprietários” de outras áreas nas chapadas no MATOPIBA. E, mesmo indiretamente, diversas áreas, poderão sofrer sua influência.

Todo esse conjunto de ações, somado ao que propõe os Territórios de Identidade, sobre o desenvolvimento das comunidades, potencializa tanto os riscos de supressão de seus territórios, quanto as envolve em circuitos de comércio e incentivo à produção – cada vez mais dependentes dos transportes, energia e matérias primas (se pensarmos nos maquinários e embalagens) – tornando o ordenamento, zoneamento e planejamento territorial estatal, uma ação coerente e racional do Estado (mapa 10).

No mapa acima, podemos notar como as formas do planejamento se entrecruzam e se sobrepõem. Todo esse conjunto de ações, possibilidades, potencialidades foi levantado e zoneado, na Bahia, conformando a base do planejamento estadual recente. Neste, estão presentes, o ordenamento territorial das ações estatais e o reconhecimento de territórios, os quais chamam de socialmente vulneráveis, além dos territórios de potenciais investimentos estatais (na garantia da ocupação por empreendimentos privados) de infraestruturação em geral. Ao observá-lo, é interessante notar a capilaridade territorial de sua abrangência, assemelhando-se aos mapas de tipos de solo ou camadas geológicas, nos quais o detalhamento é imenso. Cada partícula torna-se uma fração territorial sobre a qual incidirá uma ação voltada a determinado fim, abrangendo determinado “tipo social” territorializado. Esta gestão compõe o papel assumido cada vez mais pelo Estado atualmente, da qual deriva o confinamento territorial. Nas descrições, o caráter talvez, apenas ambiental, denota sua funcionalidade de mercado e as ações a serem empreendidas. Por exemplo, na descrição das potencialidades de um desses territórios, onde se situam os Brejos da Barra, denominado por *Zona 6 Campos Arenosos do São Francisco*:

Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás: Potencial para geração de energia solar (média anual de horas de insolação diária)/ Potencial para cana-de-açúcar irrigado (etanol) / Alto potencial eólico em maior parte da zona. De acordo com dados da SEMA (2014), 51,15 % do seu território está inserido na poligonal com ventos superiores a 7 m/s a uma altura de 150m. Potencialidades na área de Turismo: Esta localizada na Zona Turística do Caminhos do Oeste e Vale do São Francisco, com potencial para o turismo ecológico Potencialidade Mineral: Rochas Fosfáticas, Talco. (ZEE-BA Zona 6, 2014)

Essa tipificação especializada torna-se ao mesmo tempo, uma potência de investimento, de transformação do território, o que envolve, articula e imbrica as categorias sociais de mediação sem crítica. Essa é mais uma diferença com o planejamento regional, o nível de escala, abrangência e imbricação dos fatores. A seguir, colocamos lado a lado três mapas do planejamento baiano atual, nos quais podemos observar a abrangência, detalhamento e capilarização das ações, mais intensa na proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico em comparação com as outras: Regiões Econômicas (SEI-BA) e os Territórios de Identidade (SEPLAN) (mapas 11, 12 e 13).

Litoral Sul	Piemonte da Diamantina
Recôncavo Sul	Chapada Diamantina
RM Salvador	Serra Geral
Litoral Norte	Irecê
Paraguaçu	Baixo Médio São Francisco
Nordeste	Médio São Francisco
Sudoeste	Oeste
Extremo Sul	Outros estados

Fonte: Base cartográfica ArcGIS, SEI-BA. Elaborado por Erick Kluck, 2016.

01 - Irecê	15 - Bacia do Jacuípe
02 - Velho Chico	16 - Piemonte da Diamantina
03 - Chapada Diamantina	17 - Semiárido Nordeste
04 - Sisal	18 - Litoral Norte e Agreste Baiano
05 - Litoral Sul	19 - Portal do Sertão
06 - Baixo Sul	20 - Vitória da Conquista
07 - Extremo Sul	21 - Recôncavo
08 - Médio Sudoeste da Bahia	22 - Médio Rio de Contas
09 - Vale do Jequiriá	23 - Bacia do Rio Corrente
10 - Sertão do São Francisco	24 - Itaparica
11 - Bacia do Rio Grande	25 - Piemonte Norte do Itapicuru
12 - Bacia do Paramirim	26 - RM Salvador
13 - Sertão Produtivo	27 - Costa do Descobrimento
14 - Piemonte do Paraguaçu	Outros Estados

Fonte: Base cartográfica ArcGIS, SEPLAN. Elaborado por Erick Kluck, 2016.

Depressão dos rios Grande e Preto	Tabuleiro do Raso da Catarina
Chapada Ocidental do Oeste Baiano	Depressão Sertaneja Jacuípe e Paraguaçu
Vales e Chapadas Oriental Oeste Baiano	Piemonte e Mação do Jucuruçu
Depressão do Médio São Francisco	Planaltos e Serras pré-litorâneos
Planalto do Jequié	Tabuleiros interioranos do Recôncavo
Patamar e Depressão dos rios Colônia e Pardo	Recôncavo baiano
Planícies fluviomarinhas	Serras Setentrionais
Tabuleiros de Itapicuru e Tucano	Depressão sertaneja de Curaçá
Urbana Industrial da Grande Salvador	Depressão Sertaneja de Santa Luz
Planalto Costeiro do Litoral Norte	Bordas da Chapada do Oeste Baiano
Campos Arenosos do Rio São Francisco	Chapadas do Morro do Chapéu
Baixas dos rios Salitre, Verde e Jacaré	Piemonte da Chapada Diamantina
Depressões de Guanambi e Paramirim	Borda Oriental da Chapada
Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço	Tabuleiro de Capim Grosso
Planalto da Vitória da Conquista	Planalto Pré-litorâneo Baixo Sul
Depressão e Patamares do rio de Contas	Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul
Gerais da Diamantina	Xingó e Vaza Barris
Chapada de Irecê	

Fonte: Base cartográfica ArcGIS, ZEE-BA. Elaborado por Erick Kluck, 2016.

No entanto, basta uma aproximação das relações concretas sobre as quais incidirão essas propostas, para ver o quanto, apesar dos discursos do desenvolvimento territorial, voltados aos camponeses, trata-se ao mesmo tempo, da posição do Estado em favor de determinados interesses privados, como já mencionava Francisco de Oliveira, para o caso do Nordeste, no texto supracitado: A metamorfose da arribação.

Essas transformações, no entanto, ganharam outras qualificações quando da transformação do momento, no qual, a mobilidade do trabalho, por si, já se torna um caráter anacrônico. Ou seja, apesar de efetivamente se realizarem, por meio da desapropriação, despossessão, expropriação e exploração, se remetem categorialmente a um contexto de maior desenvolvimento das forças produtivas e atuação do capital fictício, como base da reprodução social fetichista. Assim, envolvendo a criação de uma superpopulação relativa, sem a funcionalidade anterior, se torna um produto crítico da forma social de mediação posta em processo de descartabilidade. Trata-se da produção de sua própria negação, ou seja, ampliação de uma população para o trabalho, sem sua posterior incorporação no processo de produção. Esse se tornou o caráter da modernização em curso, com qualidade transformada, na qual as relações particulares de produção se envolvem em uma trama contraditória e crítica da reprodução social, a qual o Estado aparece como gestor da crise.

Este caráter, é o cerne da territorialização das suas ações (cada vez mais sua forma de ser) pelas quais, ao mesmo tempo, envolve as frações territoriais, nas quais, parte da população permanece “sob sua tutela”, através de diversas políticas públicas, constrangidas e confinadas. A terra como território interessa a diferentes grupos, empresariais e da sociedade civil organizada, como ponte de acesso ao dinheiro e crédito mediado pelo Estado.

Em 2011, Roberto Malvezzi da Comissão Pastoral da Terra - BA (CPT-BA), percebeu o aumento do processo migratório em Juazeiro “onde 30 mil pessoas se aglomeram para trabalhar como mão de obra barata nos projetos de irrigação da cana, manga e uva” (Malvezzi, 2011). Antes, em 2007, no seminário *Olhares sobre a revitalização da bacia do São Francisco*, esta questão esteve presente junto com a do aumento da violência²⁸⁵. Essa realidade provoca diversas manifestações dos

²⁸⁵ “Má qualidade dos empregos gerados na irrigação: próximos aos perímetros de Juazeiro e Petrolina formaram-se bairros inteiros (quem conhece Juca Viana sabe) onde as populações empregadas na irrigação aglomeram-se para sobreviver. Paga-se mão de obra sazonal e barata. Ora morando nos bairros periféricos ora morando do lado de fora, como estranhos em terras que já foram suas (caso da comunidade de Conchas, Juazeiro, no Projeto Curaçá). Nestas “favelas rurais” são altíssimos os índices

movimentos sociais em tensão com as políticas de irrigação, responsáveis por modificar a estrutura fundiária e transformar as relações de trabalho.

A quantidade de terras em operação nos polos de irrigação, leiloadas, mas não em uso, é bem menor se comparada com a desapropriação ocorrida. Ou seja, esse fato, não consegue esconder, a transformação fundiária em curso, a imposição do deslocamento e mudanças no trabalho²⁸⁶. Tal contradição entre a parca utilização dos lotes leiloados e o impedimento do acesso dos antigos posseiros desapropriados, contribui para uma “liberação” de *força de trabalho* e sua não total absorção como *força de trabalho* mobilizada (Gaudemar, 1977).

Diversos são os casos empíricos observados pela Comissão Pastoral da Terra no Vale. Um deles infelizmente vivenciado pela população da área do projeto do *Baixio de Irecê* (do Polo de Irecê). Lá, os moradores foram desapropriados de suas terras, onde viviam como posseiros (inclusive das terras de uso comum), com indenizações muito baixas. Na busca pela sua reprodução, alguns procuraram as empresas beneficiadas com essas terras, na tentativa vender sua *força de trabalho*. No entanto, dos 58.659 hectares do projeto, na prática, terras desapropriadas, apenas 2.099 hectares estão em operação (empregando a *força de trabalho*). O resultado foi catastrófico, conforme apresenta a CPT de Juazeiro no artigo *Projeto de irrigação no Baixio do Irecê expulsa pequenos produtores*. Nesse perguntava: “o que se pretende fazer com as 18 comunidades afetadas, que perfazem um total aproximado de 800 famílias e 5.000 pessoas, que já estão na insegurança, e não só quanto ao futuro? Este futuro é a mão-de-obra barata nas empresas agrícolas, a marginalidade econômica e social?” (CPT, 2008).

Em 2014, cerca de 200 famílias, ligadas ao MST, ocuparam parte da área deste projeto de irrigação. Conforme a CPT, antes,

as terras que foram compradas pela CODEVASF para implantação do projeto já pertenciam às famílias das mais de 15 comunidades e que na década de 1980 foram roubadas (griladas). Desta forma, estas famílias além de terem sofrido a expulsão de suas terras naquele período, no atual contexto não serão incluídas pelo Projeto de Irrigação Baixio de Irecê, bem como não poderão desenvolver a criação de animais e a produção de alimentos que tem garantido sua sustentabilidade. (CPT, 2014)

Ao desapropriar grande parte dos posseiros de terras públicas, os separam de seus meios de produção (instrumentos e terra). Estes são assim, mobilizados, em busca

de criminalidade, prostituição e violência. Segundo me confirmou a Dra. Ana Rúbia, Promotora de Petrolina, continua a média de cinco homicídios por semana nas duas cidades” (Siqueira, 2007, p. 20).

²⁸⁶ De um total de 732.090 *ha* pertencentes a CODEVASF em 2010, como áreas de polos de irrigação, estavam em operação apenas 134.211 *ha*. Os outros 597.879 *ha* apareciam como potenciais. Os dados foram conseguidos no próprio site da CODEVASF. Ver Kluck (2011).

de novas áreas para trabalhar, sejam em terras arrendadas, novas posses, propriedades particulares ou mesmo como assalariados nas cidades. Portanto, são colocadas em situações nas quais, ou terão baixos salários (e como recompensa a possibilidade de, ao menos, se endividar); ou migrar e “tentar a sorte” noutro lugar, no qual dificilmente as possibilidades serão menos negativas²⁸⁷.

Com essa supressão das posses familiares e comuns de posseiros e/ou restrição a territórios cada vez menores, o Estado, compartícipe dessas ações, contraditoriamente se coloca como promotor da permanência de camponeses, incentivando-os com parques recursos subsidiados ou com benefícios e incentivos, como Pronaf, PNAE, PAA, Bolsa Família e Garantia Safra, todos oriundos de políticas e ações estatais planejadas ou não, garantindo a reprodução do trabalho, *in loco*, como se essa situação não fosse crítica, confinando-os territorialmente.

Portanto, o território de confinamento é constantemente ameaçado, e por isso, as lutas aprofundam sua dimensão territorial. São diversos grupos organizados: movimento dos atingidos por barragens, pela Vale, pela Bamin, pelo Fiol, entre muitos outros.

Com a recente proposição do Zoneamento Ecológico-Econômico na Bahia, as ações empresariais voltadas à implantação de modais logísticos, de mineração e de produção de energia eólica ganharam um importante aval do Estado para o direcionamento de seus recursos. No entanto, diversas mazelas são potencializadas no decurso dessa implementação, cabendo um olhar mais aproximado aos seus desdobramentos.

Começemos com os relativos ao modal logístico. Segundo o ZEE-BA, no documento sobre as “Potencialidades e limitações”, a logística de transportes receberá cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos, principalmente, para a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste-FIOL (com cerca de 1.527 km na Bahia, entre o porto de Ilhéus e cidades de Caetité e Barreiras).

No documento da ZEE já citado, referente aos “Cenários Tendenciais”, o item “oportunidades econômicas” da implantação desse modal, mostra que “a implantação do complexo FIOL/Porto Sul, pode colocar a Bahia na rota da logística, nacional e internacional, especialmente se o traçado da FIOL permitir ao Estado conexão com a carga do centro oeste do País” (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 155). E, quanto às “oportunidades sociais”, afirma:

²⁸⁷ Ver Alcântara (2002); Germani (2007); Sobrinho (2006); Sigaud (1992), Bloch (1996); Andrade (1983; 1984; 2005); Bursztyn (2008).

Os investimentos na requalificação logística da região permitirão melhor integração do semiárido com o Estado e restante do País promovendo acesso mais rápido e seguro aos mercados e à acessibilidade a serviços públicos; As imediações das estações e do próprio eixo ferroviário atrairão um considerável contingente de população socialmente vulnerável que, informalmente ocuparão esses espaços e, por isto, gerarão uma demanda especial de investimentos estatais. (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 155)

Além disso, vê como positivo, no tocante as “oportunidades sociais”, que “as imediações das estações e do próprio eixo ferroviário atrairão um considerável contingente de população socialmente vulnerável que, informalmente ocuparão esses espaços e, por isto, gerarão uma demanda especial de investimentos estatais” (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 155). Não informando a existência, na tabela onde deveriam conter os “riscos econômicos” e os “riscos sociais”, de nenhum impacto. Porém, esses são frequentes. Segundo o Ibase (2014),

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste faz parte do complexo logístico implantado pelo Estado para atender a demanda do setor mineral no sudoeste e do agronegócio no oeste baiano, escoando a produção para o Porto Sul em Ilhéus. A construção do Porto Sul também apresenta uma série de desrespeitos às comunidades, aumento da violência e prostituição. A materialização dos interesses do capital no espaço por meio dos grandes empreendimentos gera muitos conflitos pela terra, pela água e conflitos no trabalho. (Ibase, 2014)

No site do Movimento Estadual dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA), foi divulgada uma carta direcionada ao povo da Bahia, enviada pelo movimento autointitulado *Atingidos pela BAMIN-FIOL-Porto Sul*, empreendimentos ligados a essa proposta logística. Destacamos alguns trechos referentes aos enfrentamentos ocorridos desde 2011:

Nós, representantes das populações atingidas pela BAMIN-FIOL-PORTO SUL, oriundos das regiões de Bom Jesus da Lapa, Caetité, [...] indignados com a situação de degradação socioambiental causada por essas empresas, **MANIFESTAMOS NOSSO TOTAL REPÚDIO** ao complexo de empreendimentos que está sendo implementado no Estado da Bahia para exploração e exportação de minério [...]. Milhares de famílias desde Caetité até Ilhéus estão ameaçadas de perder suas casas e campos de trabalho para a execução desses projetos [...] Mais que isso, os prejuízos atingirão a todos, moradores ou não das regiões impactadas. Por isso, declaramos que não queremos os 400 empregos em nome de 4000 desempregados. (CETA, 2011)

Passemos à mineração. O ZEE-BA tem como intuito, tornar a Bahia o terceiro maior produtor do país. No documento sobre os “Cenários Tendenciais” destaca na tabela sobre as “oportunidades econômicas”, referidas ao Semiárido:

A produção de níquel em Itagibá, explorado pela Mirabela, é potencializada pela presença da FIOL, tornando-a uma das minas mais eficientes do mundo. Com vida útil de 20 anos, o empreendimento favorecerá a dinamização econômica da região; O Projeto Pedra de Ferro, da Bahia Mineração, com investimentos de R\$ 3,5 bilhões e previsão de exportar 25 milhões de toneladas/ ano de minério de ferro, tem alcance regional. Com potencial para dinamização econômica tanto da zona de exploração situada em nos municípios de Pindaí e Caetité, quanto a jusante na região de Itabuna e

Ilhéus, considerando os investimentos associados ao Porto Sul – terminal privativo, FIOLE e os projetos de beneficiamento e pelotização da produção; Os investimentos projetados na exploração de diamantes na região da depressão sertaneja da região de Santa Luz, e de ouro em Jacobina, favorecem à inversão de recursos na região e às perspectivas de investimento em infraestrutura com a construção de um aeroporto na região. (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 157)

Quanto aos “riscos sociais”, apresenta apenas o seguinte, mais parecendo um risco ao próprio empreendimento, que uma mazela causada por ele: “Tanto as atividades turísticas, quanto as de mineração são conduzidas de modo a beneficiar pequenos e seletos grupos sociais, enquanto as populações mais vulneráveis acabam por ser exploradas a partir de seu trabalho e, muitas vezes, expulsas territorialmente em decorrência dessas atividades e, **por isso, acabam se tornando um obstáculo para o bom desempenho das mesmas**” (ZEE-BA Cenários, 2013, p. 153) (grifo meu).

Atualmente, além dos riscos, esses empreendimentos potencializam os conflitos. Conforme o jornal *online*, *Notícias da Mineração*, com dados levantados pela CPT-BA, chamado: *Aumenta número de conflitos sobre o uso de água do projeto da Bamin*,

os conflitos relacionados ao uso da água na Bahia cresceram quase três vezes no ano passado em comparação com 2012, saltando de 8 para 21, segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, apresentado na sexta-feira (29). “Do total de casos registrados e acompanhados pela comissão em 2013, 14 deles, ou seja, a maioria, têm origem em conflitos ligados ao projeto Pedra de Ferro, desenvolvido pela Bahia Mineração (Bamin) em Caetitê e Pindaí”, afirma o sociólogo Rubem Siqueira, da CPT. O número se refere às disputas travadas por camponeses contra o governo, grupos empresariais e donos de fazendas, envolvendo, sobretudo, o acesso a recursos hídricos por comunidades da zona rural. (Mineração, 2014)

A opulência de investimentos e de promessas de geração de empregos e desenvolvimento, nestes termos, vem sendo questionada por entidades de apoio à luta dos posseiros na Bahia. Entre elas destacamos a CPT-BA. Acompanhando de perto os acontecimentos entorno da implantação das torres de energia eólica na região de Guanambi, denominada de Alto Sertão, diversas irregularidades foram encontradas na forma da aquisição das terras e mitigação dos impactos às comunidades. Vejamos algumas das consequências com mais atenção.

Em uma reportagem realizada por (Lustosa; Santana, 2014) com Thomas Bauer da CPT-BA, os seguintes pontos foram levantados, sobre as relações entre as empresas de energia eólica e as comunidades de posseiros:

os parques eólicos que ocupam imensas extensões territoriais causam grandes impactos socioambientais para as populações locais, na sua maioria comunidades tradicionais. “Além da volta da grilagem de terra, os contratos de arrendamento assinados são sigilosos, abusivos e totalmente favoráveis às empresas que na sua grande maioria nem sequer explicam o teor destes contratos e os camponeses/as são pressionados a assinar entre a casa e a

porteira da roça, comprometendo toda a geração futura [...]. Sem falar que os Parques Eólicos, em grande parte financiados com investimentos públicos e entregues à mão privada, reforçam um modelo desenvolvimentista, aumentando a concentração gerando lucro para poucos”, explica Thomas. (Lustosa; Santana, 2014)

Em um artigo intitulado “O avanço do capital e sua influência nos modos de vida das populações tradicionais no município de Caetité (BA)” da CPT-BA, mais alguns elementos foram apresentados:

Em outro caso, a empresa comprou terras de um suposto proprietário, sendo que a área faz parte do território da comunidade quilombola de Malhada de Maniaçu, onde cerca de 40 famílias ocupam a área há mais de 200 anos, portanto, há fortes indícios de grilagem de terra, já que o suposto dono era inexistente até então. [...] O valor a ser pago aos proprietários, estabelecido pelos contratos é de R\$5.000,00/torre/ano. Considerando o potencial de cada torre (1,6 MW/HORA) em um único dia de funcionamento uma torre gera R\$ 4.070,40 (valor bruto). Em resumo, um único dia de funcionamento uma torre praticamente pagaria o valor de um ano de contrato do proprietário da terra. Isso prova que o lucro e a riqueza propagandeada são apenas exclusividade da empresa, que acumula toda a riqueza e gera com sua presença o aumento das desigualdades econômicas e sociais. [...] Quanto a vigência, a cláusula quarta do contrato da Renova diz que o mesmo terá um valor de 35 anos, sendo renovado automaticamente ao final, não havendo mais interesse por parte da empresa a mesma pode rescindir o contrato sem ônus. O contrário para o proprietário, caso queira rescindir estará sujeito a multa de 5.000.000,00 (5 milhões de reais) e ainda pagar pelo valor de cada torre implantada, como descreve a cláusula sétima do referido contrato. (CPT-BA, 2016)

A tendência é o acirramento e a expansão das lutas e conflitos, pois uma grande soma de investimentos, dado o caráter deste potencial, chamado por alguns de “pré-sal dos ventos” (incluindo os destinados à implantação de uma fábrica de torres) estão sendo realizadas na Bahia. Conforme a Secretaria de Comunicação Social do Governo da Bahia, em um artigo chamado “Nova fábrica de torres eólicas na Bahia vai gerar 850 empregos em Jacobina e região” de 2015,

Por liderar a corrida pela energia renovável e limpa - com 165 usinas de energia eólica, sendo 33 em operação – a Bahia continua recebendo novas fábricas de equipamentos e componentes industriais para a energia gerada pela força dos ventos. [...] no município de Jacobina, a 340 quilômetros de Salvador, será inaugurada a Torres Eólicas do Nordeste (TEN), com investimentos de cerca de 30 milhões de euros. O empreendimento é resultado da união entre a brasileira Andrade Gutierrez e o grupo francês Alstom. [...] Com a fábrica, serão criados 250 empregos diretos e mais 600 indiretos em Jacobina e região. A planta industrial da TEN, instalada em uma área de 140 mil metros quadrados, terá capacidade para produzir 200 torres de aço para aerogeradores por ano. (SECOM, 2015)

Dado o processo em ascensão, essas ações e consequências poderão se repetir em outras áreas, inclusive nos Brejos da Barra, com sua potencialidade já denotada no Atlas da energia eólica, sobre a existência de ventos propícios na Serra do Estreito, em Barra (BA) e Buritirama (BA). Segundo o Atlas, essa área,

Localizada na região noroeste do Estado e a sudoeste do lago de Sobradinho, a Serra do Estreito possui uma extensão aproximada de 110 km. Trata-se de uma serra estreita, retilínea, razoavelmente plana na porção elevada e com rugosidade caracterizada por vegetação principalmente arbustiva, sobre a qual a velocidade do vento atinge 8,0 m/s a 100 metros de altura nas melhores áreas. O acesso é dado pelas rodovias BA-161 e BA-225. A região é pouquíssimo povoada, e as subestações mais próximas ficam nas cidades de Barra e Xique-Xique, a 30 e 70 km da extremidade sul da Serra, respectivamente, com conexões para 69 kV. A capacidade instalável para a área do Mapa 7.6 é estimada em 2,4 GW em locais com ventos acima de 7,0 m/s, a 100 m de altura. (Camargo-Schubert, 2013, p. 79)

Ao afirmar o “pouquíssimo” povoamento, uma inverdade, esconde o fato de essas áreas serem muito usadas, como de terras de uso comuns de diferentes comunidades. Da iniciativa de Zoneamento, decorrerão, portanto, ações, como: empreendimentos minerários, agropecuários de grande porte²⁸⁸, barragens, polos de desenvolvimento, transportes e de energia eólica levando a situações bastante complicadas para as comunidades de posseiros, por atravessarem ou se sobreporem as suas centenárias terras de uso comum. No mapa a seguir apresentamos a disposição territorial de algumas dessas ações e a constrição territorial e os conflitos, aos quais ficam submetidas algumas comunidades de posseiros no centro e oeste do estado da Bahia, destacando os Brejos da Barra (mapas 14 e 15).

²⁸⁸ No mapa a seguir, as propriedades agropecuárias são apenas as do cadastro de imóveis rurais do INCRA georreferenciadas no SIGEF. Ou seja, se somadas fossem as propriedades não cadastradas e em processo de implantação, por compra ou grilagem, este número poderia ser ainda maior.

Mapa 14 - Ações estatais, empreendimentos privados, conflitos e a construção territorial em parte do território da Bahia

LEGENDA

- Produtos minerários (DNPM)
- Propriedades INCRA (SIGEF) - particular
- Propriedades INCRA (SIGEF) - privado
- Propriedades INCRA (SIGEF) - cancelado
- Produção atual e Potencial de Energia Eólica
- Barragens
- Ferrovias de Integração Oete-Leste (FIOL) (em construção)
- Área territorial dos Brejos da Barra
- Área de destaque
- Construção e confinamento territorial nos Brejos da Barra
- Algumas outras áreas de Construção territorial
- Conflitos fundiários (CPT, 2015)
- Rios e riachos
- Estradas e rodovias
- Outros Estados

CODEVASF:

Perímetros Irrigados/Polos de Desenvolvimento

- de 0 a 5.000 ha
- de 5.000 ha a 50.000 ha
- de 50.000 ha a 150.000 ha

Fontes: INCRA (SIGEF), CPT, ZEE-BA, DNPM, CODEVASF. Elaborado por Erick Kluck, 2016.
Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AEX, Getmapping, Aerogrid, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community

Nos mapas acima, os empreendimentos estatais planejados ou com financiamento estatal – entre eles, os polos de irrigação, a produção de energia eólica, as barragens, a construção de ferrovias – e privados, como a produção mineral e as grandes propriedades agropecuárias, aparecem como os responsáveis por limitar os territórios dos posseiros, motivando a diminuição do tamanho da posse de terra nas comunidades. Em geral, esses posseiros, foram constantemente deslocados para esses lugares, direta ou indiretamente, no processo em que os melhores solos foram ocupados, não só com a expansão inicial do gado, mas, com as políticas públicas de incentivo a irrigação e a agropecuária, destinadas aos grandes empresários. Ocupando os piores solos, estes posseiros, estão cada vez mais constrictos e confinados a um território, dividindo e subdividindo suas já pequenas posses. A barragem de Sobradinho e o perímetro irrigado do Baixo do Irecê e do Gentio do Ouro são tristes exemplos de empreendimentos público-privados que limitam e controlam parte dos melhores solos, inclusive, expulsando posseiros, no estabelecimento da fruticultura irrigada e produção de energia.

No detalhe (mapa 15), a constrição territorial nos Brejos da Barra, evidencia duas propriedades com seus certificados de cadastro de imóvel rural cancelados. O maior deles teve seu título cancelado, devido à pressão dos posseiros e entidades parceiras em duas audiências públicas, as quais solicitaram aos órgãos responsáveis, esse cancelamento. Essa ameaça, as quais estão sujeitos os posseiros, com suas posses e terras de uso comum, podem se complicar ainda mais, dados os empreendimentos, em estudos, testes ou em implementação, relacionados à produção de energia eólica e mineração, tendentes a ocupar uma parte das terras de uso comum de algumas comunidades, principalmente as mais próximas à Serra do Estreito.

Para as transformações de âmbito estatal, derivadas tanto do planejamento, como das iniciativas programáticas dos governos, foram centrais as mudanças nas formas do financiamento estatal de grandes projetos agropecuários, de irrigação, e infraestruturação, entre eles, balizados no capital fictício.

Os planos de implantação de polos irrigados e outras “grandes obras”, aos serem formulados com vistas ao favorecimento principal dos grandes proprietários, transformavam, e, muitas vezes arrancavam os posseiros de posses, diretamente por empreendimentos estatais ou financiados pelo Estado. Desprovidos dos meios de produção, esses posseiros, tornavam-se agrilhoados a sua força de trabalho latente, como sua única mercadoria a ser vendida, constituindo o trabalho e o trabalhador, transformando a sociedade.

Atualmente, como uma tendência justaposta a essa, o Estado incentiva a permanência do camponês, por meio de créditos, benefícios, subsídios, inclusive com linhas mais personalizadas, vinculadas diretamente à posse ou propriedade da terra. Este sentido da permanência modificada, derivado da constrição territorial a qual os camponeses estão submetidos, remete a uma “imobilização mobilizada”, qualificando uma forma de ser do Estado: o de gestor da crise, apaziguando uma relação, que dadas as suas condições, levariam a maiores tensionamentos. A “garantia” da permanência, ao aparecer como obrigação e necessidade, como dívida com os camponeses, esconde o processo violento, de uma disputa por fundos públicos, imposto nessa e em outras formas de ação, por vezes, complicando ainda mais a reprodução do trabalho.

O Estado territorializando as ações de estímulo à permanência dos posseiros com dinheiro e crédito, também colabora, por outras vias, com a usurpação das terras. Será isso apenas disputa política interna ao Estado, em sua face governamental? Ou, seria a sua forma de ser enquanto Estado? Cada vez mais, a resposta positiva à segunda pergunta, aparece como a realidade prática e empírica de uma história violenta de imposição das formas sociais de mediação, mercadoria, dinheiro e trabalho.

Portanto, as ações estatais voltadas ao desenvolvimento social, ambiental, e, ao fim das disparidades e desigualdades econômicas, ao se basearem nessas formas sociais de mediação, podem levar, ao contrário, a um agravamento das tensões e reposição da desigualdade. Seja qual for o caminho, de caráter mais redistributivo ou mais concentrador, estas ações mostram o quanto o desenvolvimento, sob o capitalismo, significa ao mesmo tempo, o aprofundamento de uma realidade e um futuro cada vez mais sombrio, do acirramento da competição e da degradação das condições da própria sociabilidade, as quais todos nos apegamos, como um único porto seguro em meio a uma avalanche.

Esse longo percurso tentou mostrar de uma maneira geral, como se desdobraram as ações estatais, entre elas o planejamento regional, e, como uma “perspectiva territorial” foi se tornando central, conforme a própria reprodução do capital qualitativamente se transformava. No próximo capítulo abordaremos mais alguns aspectos desse processo no qual, o Estado e mercado se mostram ainda mais essencialmente vinculados.

Capítulo 4

Aspectos atuais da reprodução estatal

1. Imbricações gerais das recentes ações estatais

Iniciamos a tese apresentando os aspectos concretos observados em campo, sobre a reprodução do trabalho do brejeiro no contexto atual da modernização, enfatizando as ações estatais e as transformações mais recentes em sua dinâmica, principalmente, as mudanças no trabalho e no consumo, assim como, em relação à terra. Percebemos o quanto estas refletem as mudanças ocorridas em toda a sociedade.

Depois, no segundo e terceiro capítulos, investigamos o quanto essa realidade concreta decorreu de um processo histórico e quais foram os desdobramentos e momentos de sua imposição e generalização. Discutimos, ao analisar esse processo, como a relação capital se constituiu e se territorializou de forma violenta, difundindo a sua reprodução, mesmo quando o Estado não estava autonomizado do poder local. E ainda, de que modo, no momento seguinte, o Estado qualitativamente se transformou, se tornando autonomizado no processo e instituindo o planejamento e outras ações estatais, contribuintes ao mesmo tempo, para a autonomização das categorias terra, trabalho e capital – motes da sua reprodução indissociável ao mercado, na qual os camponeses foram gestados e mobilizados e, seus territórios constrangidos.

No fim do terceiro capítulo, apresentamos mais uma mudança no planejamento estatal (e outras ações), em seus aspectos práticos constitutivos, algo intimamente relacionado a uma nova requalificação da reprodução capitalista, acarretando transformações na ordem do conflito, centralização e monopolização do capital, não sustentadas sem a contínua incursão do Estado – não só legislativa, como estrutural, voltada inclusive, a conformação de um sistema financeiro, no qual, determinadas atividades industriais, agropecuárias e de extração em geral, e suas infraestruturas, foram privilegiadas. Tratou-se também, da passagem da perspectiva regional à territorial dessas ações, concorrendo para a ampliação do sentido da constrição em direção ao confinamento territorial. Em outras palavras, a transformação e requalificação dos momentos, nos quais, a mobilização do trabalho e o *status* da terra, ganharam caráter mais crítico e, o Estado, ampliou ainda mais o seu papel de gestor.

Agora, no quarto capítulo, refletindo sobre alguns aspectos concretos e outros teóricos, em outros níveis, envolvendo a reprodução do trabalho dos posseiros nos Brejos, nos aproximaremos de alguns enfoques obscurecidos da prática estatal recente, mas, conformadoras da modernização e crise da reprodução social capitalista. Destacaremos como, dado o crescente desenvolvimento das forças produtivas, as

categorias sociais de mediação, mesmo autonomizadas, ainda são, por vezes, requalificadas de maneira particular – aparecendo como se não fossem autonomizadas (por exemplo, a reprodução particular camponesa). Nos voltaremos, portanto, ao Estado na modernização, destacando a sua capacidade de gestar crises e promover o capitalismo, remetendo a alguns nexos da profusão de créditos, cada vez mais territorializados, por meio de subsídios, incentivos e benefícios, conformadores do confinamento territorial observado nos Brejos da Barra.

Em todo esse conjunto de relações e momentos o Estado institucionalizou suas ações, qualitativamente se transformando no processo dinâmico da reprodução ampliada do capital. Com o desenvolvimento das forças produtivas, um dos pilares essenciais e críticos dessa reprodução, o Estado tornou-se cada vez mais central, por sua capacidade de endividamento, dinamizando e garantindo a mobilidade do trabalho – de diferentes formas, inclusive, por meio da disposição de crédito e dinheiro aos empreendimentos mais diversos, alguns no sentido de “fixar” os camponeses no campo, e, outros, ao mesmo tempo, constringendo seus territórios, não sem violência.

Nas entrevistas e observações em campo, vimos o quanto o acesso as aposentadorias, ao Programa Bolsa Família (PBF)²⁸⁹, ao Programa Garantia Safra, ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou seja, o dinheiro ou crédito estatal compunham parte expressiva dos recursos conformadores da reprodução do trabalho dos brejeiros²⁹⁰.

Isso tudo significou um aumento na monetarização (moeda e crédito) dos posseiros, recursos com os quais, além de garantir boa parte da alimentação básica, aumentaram o consumo de outras mercadorias e serviços, antes pouco acessados: reforma e equipagem das casas com novos produtos (móveis, eletroeletrônicos, etc.); compra de maquinários auxiliares à produção; compra de motocicletas; e, aumento do

²⁸⁹ Em 2015, o PBF atendeu mais de 13,9 milhões de famílias (cerca de 50 milhões de pessoas) em todo território nacional. Até maio de 2016 esse número se manteve. Segundo o portal do Ministério, existem também outros benefícios vinculados a esse programa, pelo Cadastro Único disponibilizados as famílias beneficiárias em situação de extrema pobreza, nos quais até março de 2016, somados com o PBF básico, haviam 26.504.859 famílias cadastradas (78.898.656). São eles: o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o variável nutriz (BVN) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP). Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as famílias - considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família.

²⁹⁰ Também foram destinados às associações organizadas recursos, para a produção agropecuária, extrativa, e, incentivos às manifestações culturais – projetos de beneficiamento de frutas, cana de açúcar, mandioca, entre outros – através dos editais de financiamento, abertos aos municípios dos Territórios de Identidade, da Cidadania ou Rurais.

pagamento de diaristas (inclusive com aumento do preço pago pelas diárias); compra de bois, e, mesmo, a possibilidade de fazerem empréstimos. Garantindo a permanência desses frente a um processo de diminuição das posses de terras familiares e comuns e falta de perspectiva em encontrar emprego em outros lugares.

Nos Brejos da Barra, percebemos nos últimos anos, um aumento no número de aposentados e pensionistas, ao visitar, com os agentes de saúde as casas dos posseiros. Dentre as mais de 100 famílias dos Brejos da Cabeceira do São Gonçalo e Caroeira, cerca de 60% tinham em 2015, um ou dois idosos, aposentados ou pensionistas. A seguir mostramos para o Brasil, Bahia, Território VC e Barra, esse aumento (tabela 4).

Tabela 4 – Total de benefícios relativos às aposentadorias e pensões (incluindo rural) no Brasil e na Bahia e no Território Velho Chico, de 2000 a 2015.

Aposentadorias e pensões	2000	2005	2010	2015
Brasil	19.572.748	23.951.338	28.141.263	32.701.562
Bahia	1.423.531	1.725.413	2.001.684	2.314.030
Território Velho Chico	37.952	47.903	55.725	67.171
Barra	4.541	5.680	6.933	8.333

Fonte: SINTESE/DATAPREV, 2016. Elaborado por Erick Kluck, 2016.

De acordo com a tabela, o aumento na quantidade dos benefícios concedidos no Território de Identidade do Velho Chico, acompanhou a dinâmica nacional e baiana²⁹¹. No município de Barra, esse número quase dobrou, passando de 4.541 a 8.333 o número de aposentados e pensionistas²⁹². Isso refletiu diretamente no aumento da monetarização dos posseiros nos Brejos da Barra e na centralidade do idoso na manutenção da família.

Em 2006, o IBGE já percebia essa tendência no Brasil, na qual

o número de idosos muito pobres, com renda per capita média familiar de até ¼ do salário mínimo, sofreu uma queda expressiva tanto no Nordeste quanto no Sudeste entre 1995 e 2005. A importância do idoso na família e na sociedade brasileira também foi observada. Em 2005, 65,3% dos idosos foram consideradas pessoas de referência no domicílio. Em 2005, as regiões Norte e Nordeste tinham as maiores proporções de idosos que coabitavam com filhos e/ou outros parentes, 70,5% e 68,3% respectivamente. Essa característica foi observada nas regiões com famílias de menor poder aquisitivo. (IBGE, 2006)

²⁹¹ “A quantidade de benefícios emitidos corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural)” (SINTESE/DATAPREV, 2016).

²⁹² Para além do envelhecimento natural da população geral, algo afirmado pelos censos e estimativas do IBGE, até o ano 2000, poucos brejeiros, segundo relatos dos moradores mais velhos e dos agentes de saúde, buscavam o acesso a esse benefício. A partir desse ano houve um incentivo, por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para que o idoso do campo se aposentasse. Com isso, o número de aposentadorias vem aumentando gradativamente.

Ao se tornarem um dos principais provedores da família, os aposentados e pensionistas dinamizaram o consumo, inclusive à crédito, contribuindo, e, em muitos casos, garantindo, a reprodução do trabalho do posseiro. Notamos o quanto os idosos, ao receberem esse “dinheiro do governo”, como chamam, o utilizavam na compra de bois, reformando a casa, comprando roupas para os filhos, pagando diaristas, comprando móveis e eletroeletrônicos e até mesmo fazendo empréstimos. Antes, segundo relatam, tudo isso era algo muito sofrido, mas os jovens “hoje estão na boa!”.

O complemento à também modificada reprodução do trabalho do brejeiro tem outros elementos conformadores, oriundos de proventos monetários e financeiros estatais, acarretando transformações nos rendimentos e relações de trabalho, os quais passaremos, de maneira geral, a analisar a sua evolução de implementação, destacando: o Programa Bolsa Família, Garantia Safra e o Pronaf (lembrando que além desses, são importantes também o PNAE e PAA). Atentaremos a sua distribuição, às suas fontes de recursos e às relações com a totalidade da reprodução do capital, na qual o Estado prioriza atualmente a territorialização das ações, vinculando dados estatísticos à localização, na decisão de distribuir, mesmo desigualmente, os recursos estatais – gestando os territórios, inclusive, os estrangidos no processo, agora aparecendo como territórios de confinamento populacional, no qual essa permanece em condições cada vez mais críticas, por não ter melhores perspectivas em outros lugares.

O primeiro deles é o Programa Bolsa Família. Este foi instituído pela Lei federal 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e pelo o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Trata-se de um programa de transferência direta de renda, elaborado como baliza central do então programa *Fome Zero* do primeiro Governo do ex-presidente Lula. Atualmente, ele é determinado pelas seguintes condições: recebem o benefício básico de R\$ 77,00, as famílias com renda mensal situada entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00, ou, uma pessoa com renda mensal de até R\$ 77,00²⁹³.

²⁹³ Estes valores foram validados pelo Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Antes a renda mínima familiar para o benefício situava-se entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 e a individual, abaixo de R\$ 70,00. Em 2015, o PBF atendeu mais de 13,9 milhões de famílias (cerca de 50 milhões de pessoas) em todo território nacional. Até maio de 2016 esse número se manteve. Segundo o portal do Ministério, existem também outros benefícios vinculados a esse programa, pelo Cadastro Único disponibilizados as famílias beneficiárias em situação de extrema pobreza, nos quais até março de 2016, somados com o PBF básico, haviam 26.504.859 famílias cadastradas (78.898.656). Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família - considerando a renda mensal da família por pessoa, o número crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família. São divididos nas seguintes categorias: a) Benefício Básico (R\$ 77,00), pago apenas às famílias extremamente pobres; b) Benefícios Variáveis (R\$ 35,00), para famílias com renda até 154,00, compostos pelo Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos (com exigência de frequência

O PBF incorporou os programas sociais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, sendo os objetivos destacados pelo Governo: “assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome” (MDS, 2014). Na tabela abaixo (tabela 05) apresentamos o número de beneficiários e os valores totais desembolsados entre 2010 e 2015, do PBF, no Brasil, no Território do Velho Chico e em Barra (BA).

Tabela 05 – Total de beneficiários e valores (R\$ milhões) do PBF de 2010 a 2015

Bolsa Família		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	Beneficiários	14.638.234	14.813.234	15.227.324	16.640.276	15.987.499	16.357.584
	Valores R\$	14.366,01	17.283,10	20.288,87	24.890,10	27.190,00	27.700,00
Velho Chico	Beneficiários	59.274	61.720	65.266	69.456	70.631	70.537
	Valores R\$	68,11	78,56	95,70	131,17	144,80	148,02
Barra	Beneficiários	7.963	8.713	8.799	9.623	10.059	10.072
	Valores R\$	9,80	11,75	14,61	21,18	23,14	22,80

Fonte: Portal da Transparência, 2016. Elaborado por Erick Kluck, 2016.

Nos últimos anos, o volume de recursos totais do PBF aumentou gradativamente, chegando aqueles destinados ao Território do Velho Chico, a mais que dobrarem. No município de Barra, onde se situam os Brejos da Barra, esses recursos também superaram o dobro no período (apenas com ligeira queda entre 2014 e 2015). Já, o número de beneficiários, tanto em Barra, quanto no Território-VC como um todo, se manteve em aumento gradativo, excetuando-se o ano de 2015, onde se nota uma pequena queda de 0,1% em relação a 2014. Esses recursos proporcionaram boa parte das transformações destacadas no primeiro capítulo, referidas ao aumento da monetarização e, as mudanças nas relações de trabalho e no consumo (incluído aí a diminuição da mortalidade infantil e da desnutrição)²⁹⁴.

A partir de 2008, tornou-se necessária, para o recebimento deste e outros benefícios estatais, a inscrição de cada beneficiário no Cadastro Único (CadÚnico) do

escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade). Pelo benefício Variável Vinculado à Gestante. Pelo benefício Variável Vinculado à Nutriz (por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses). Pelo Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 42,00 (até dois por família), que é pago às famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição; c) Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família, no qual as famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 77,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa (MDS, 2015).

²⁹⁴ Sobre a relação desse programa com as transformações de ordem social, os pesquisadores da UNICAMP, Walquiria Gertrudes Domingues Leão Rêgo e da UFSC, Alessandro Pinzani, em seu livro *Vozes do Bolsa Família*, apresentam dados e mostram as transformações proporcionadas pelo Programa em mais de 10 anos de existência no tocante ao aumento da autonomia das mulheres no grupo familiar e a melhoria do consumo pelo aumento das possibilidades, tanto alimentar, quanto de outros bens.

Governo Federal²⁹⁵: Projovem Adolescente/Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Tarifa Social de Energia Elétrica e outros.

Ao mesmo tempo, isso permitiu ao Estado, a coleta de dados e informações sobre as famílias de baixa renda no país, como quantidade e localização geográfica, constantemente utilizados, por este ou outros programas, como os Territórios Rurais e da Cidadania. Esse controle sobre a informação das demandas dos gastos estatais é mais um dos componentes da mudança do planejamento e da ação estatal, em sua “versão” territorial, corroborando para a problemática do confinamento territorial, dado um duplo aspecto: necessidade real de garantir, devido a experiência concreta de sofrimento da população um mínimo de acesso a alimentação e educação, como faceta de uma forma de governo. E, por outro lado, a necessidade não menos real da gestão de um problema criado no próprio processo da reprodução capitalista relativo a dinâmica da terra e do trabalho, como categorias críticas de mediação social.

O segundo programa, citado nas entrevistas, componente da reprodução do trabalho dos posseiros é o Garantia Safra. Criado em 2002, pela lei 10.420 (alterada pela lei 10.700 de 2003), esse benefício, nos últimos anos, junto com o PBF, tem permitido a reprodução do trabalho do posseiro²⁹⁶. Abaixo (tabela 06) destacamos os valores desembolsados e o número de beneficiários do Território-VC e de Barra (BA)²⁹⁷:

²⁹⁵ Trata-se de um instrumento de centralização cadastral para os Programas Sociais, que é disciplinado pelo Decreto nº 6.135, de 36 de junho de 2007, e regulamentado pela Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008. Ao ser cadastrado, a pessoa recebe o *Cartão do Cidadão*, e com ele consegue sacar os benefícios no Banco do Brasil. A origem dos recursos destinados ao programa é o Tesouro Nacional (TN), a cada ano, orçados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Como sua origem é o TN, sua base pode ser fruto da arrecadação ou de venda de títulos da dívida pública a credores do Estado. Com o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, os benefícios vinculados ao Cadastro Único, entre eles o PBF, ao que tudo indica, deverão sofrer mudanças. Uma delas já foi efetivada: em maio de 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), após anos de autonomia, foi reincorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). E já, em sua primeira manifestação, o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, se referiu, justamente, a necessários cortes de orçamento do Estado, ou seja, uma redução na disponibilização do montante de recursos baseado numa reflexão sobre as e prioridades para os recebimentos destes benefícios.

²⁹⁶ “O Garantia Safra é um benefício social vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Seu objetivo é garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores de localidades atingidas sistematicamente por situação de emergência ou calamidade pública por causa de estiagem ou excesso hídrico” (FEDERAL, C., 2014).

²⁹⁷ No Portal da Transparência do Governo Federal os dados estão disponíveis a partir de 2004. No entanto, a Bahia só começa a aparecer em 2005 (com dois municípios) e 2006 (com sete municípios) os quais não se encontram na área do Território do Velho Chico. Em 2007, na Bahia constam nove municípios, sendo apenas o de Malhada, da área do Território de Identidade do Velho Chico (com 190 beneficiários e um total de R\$ 20.900,00 destinados a eles). Em 2008, na Bahia constam sete municípios, dos quais impressiona o de Malhada, da área do Território de Identidade do Velho Chico, que com 192 beneficiários, recebe um total de R\$ 63.390,00. Os valores pagos por família variaram entre R\$ 140,00 e R\$ 1.200,00 por pessoa. Nos anos posteriores, como se vê na tabela, o número de beneficiários aumentou, e, os valores pagos não saíram mais da casa dos milhões no Território de Identidade do Velho Chico.

Tabela 06 – Beneficiários e valores aproximados (milhões de R\$) do Garantia Safra

Garantia Safra		2011-2012	2013-2014
Velho Chico	Beneficiários	25.350	45.405
	Valores R\$	20,9	23,8
Barra	Beneficiários	4.155	5.814
	Valores R\$	2,7	3,0

Fonte: Portal da Transparência, 2015. Elaborado por Erick Kluck, 2015.

Este programa aumentou sua importância no Território de Identidade do Velho Chico, tanto nos valores disponibilizados, quanto no número de beneficiários de 2011 a 2014, em decorrência da estiagem prolongada. Em 2015/2016, os valores permaneceram estáveis. As famílias entrevistadas, em geral, utilizaram estes recursos para compra de gado e de pagamento de parcelas de motocicletas e eletroeletrônicos, componentes da nova gama de consumo. Segundo eles, este dinheiro não é suficiente para a reformulação de suas práticas, e, por isso, só em alguns casos é utilizado para compra de novas ferramentas, motores, ou arados. Constituem os recursos do Programa, de acordo com a Lei 10.420 de abril de 2002:

I - a contribuição individual do agricultor familiar; (Redação dada pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003) II - as contribuições anuais dos Estados e seus Municípios que aderirem ao Programa; (Redação dada pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003) III - os recursos da União direcionados para a finalidade; (Redação dada pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003) IV - o resultado das aplicações financeiras de seus recursos. (Redação dada pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003) Parágrafo único. O saldo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo Garantia-Safra (Redação dada pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003). (SEAGRI, s/d, p.2)

Uma parcela dos recursos oriundos da União é aprovado também pela Lei do Orçamento Anual (LOA), e assim deduzidos do Tesouro Nacional.

O terceiro programa destacado pelos posseiros é o Programa Nacional de Fortalecimento do Agricultor Familiar (Pronaf). Nos dedicaremos mais à sua apresentação, para de forma mais detida, acessar outras facetas da relação entre o Estado e o mercado, principalmente, a sua articulação pelo crédito e pelo dinheiro, mais vinculados a produção e comercialização. Além disso, nos estenderemos também à relação disso com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e ao financiamento da Agropecuária Comercial (termo utilizado pelo Ministério da Agricultura, para diferenciar suas ações, mais voltadas ao agronegócio de grande porte, daquelas estabelecidas no entorno da Agricultura Familiar).

O Pronaf foi criado em 1996, visando auxiliar a produção agrícola familiar, destinado ao “custeio, investimento ou integralização de cotas-partes em cooperativas de produção. Podem ser apoiadas não apenas atividades agropecuárias, como também o

agronegócio familiar, a produção artesanal e o turismo rural” (Maia et al., 2011, p. 1)²⁹⁸. Ele se divide em tipos, de acordo com a renda e característica do agricultor familiar: seja este assentado, posseiro, agregado, ou pequeno proprietário terra (até 4 módulos fiscais), todos mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa (DAP):

I - Grupo "A": Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

II - Grupo "B": Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

III - Grupo "A/C": Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que:

- a) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";
- b) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C". (BCB, 2014)

Não possuímos dados estatísticos oficiais sobre a abrangência desse programa nos Brejos da Barra, porém, dados seus critérios, os posseiros só se enquadram no Grupo “B”. As estimativas realizadas a partir de nossas entrevistas, indicam uma adesão em crescimento, dialogando com os dados gerais referentes a adesão na Bahia e no Brasil²⁹⁹. A seguir mostramos os contratos e valores dos recursos desse programa para o Brasil e para a Bahia de 2010 a 2015 (tabela 07).

²⁹⁸ Já em 1985 tinha sido criado pelo Conselho Monetário Nacional um dos primeiros programas de apoio ao pequeno produtor (que porém, precisava ser um assentado da Reforma Agrária) chamado Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procerá). Em 1994, iniciando a substituição desse, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), voltado ao pequeno produtor em geral e que tinha como fonte de recursos basicamente os créditos concedidos pelo BNDES. O Provap foi o precursor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), estabelecido pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, se estabeleceu “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (Planalto, 2014f).

²⁹⁹ A única pesquisa referentes a isso em nossa revisão bibliográfica foi a de Santos (2009). Ela estudou a inadimplência do microcrédito do Pronaf B em algumas comunidades brejeiras e ribeirinhas de Barra (BA). Segundo ela, a principal causa encontrada da alta taxa de inadimplência do Pronaf, foram as seguintes: assistência técnica insuficiente, falta de acompanhamento dos projetos, comercialização precária, baixa agregação de valor, desvios de finalidade e falta de comprometimento (Santos, 2009, p. 8). Em 2008, Barra não efetivou nenhum contrato novo, pois, os altos índices de inadimplência geral levaram o Governo Federal, através do MDA, pela Portaria 105 de 2007 a impedir novos contratos. Esta, no entanto, foi revogada em 2009, e, assim, os contratos puderam ser retomados e as dívidas renegociadas. Boa parte das causas por ela identificadas, se assemelham as outras por nós estudadas, principalmente, as referidas aos desvios de finalidade no uso. No entanto, mesmo se a produção se efetivasse, outros problemas deveriam ser superados, para algum logro dessa iniciativa, algo em si, já problemático, quando pensamos nas contradições categoriais do dinheiro e do crédito imbricadas ao mercado e ao Estado. E, além disso, ressaltamos o papel da disponibilização do dinheiro pelo Estado, satisfazendo a demanda, embora de consumo e complemento da reprodução, sendo esse também seu papel.

Tabela 07 – Pronaf: total do número de contratos e valores (milhões de R\$) de 2010 a 2015.

Pronaf		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	Contratos	1.585.486	1.539.901	1.823.207	2.004.876	1.825.494	1.705.734
	Valores	11.988,6	13.304,6	16.358,8	19.997,1	24.705,2	21.768,8
Bahia	Contratos	132.124	155.306	194.391	237.319	206.199	231.532
	Valores	328,4	393,8	542,6	729,6	916,1	815,9

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuários estatísticos do Crédito rural e Dep. de Regulação, Sup. e Controle das Operações do Crédito Rural (Derop). Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro. Org.: Erick Kluck, 2016.

Tanto no Brasil, de maneira geral, como na Bahia em particular, ao se comparar o ano de 2010 com o de 2015, notamos um significativo aumento no número de contratos e no montante de recursos disponibilizados. Na Bahia, os valores totais chegaram a dobrar. No município de Barra, onde se localizam os Brejos da Barra, ocorreu no mesmo período, um aumento nos contratos, assim como nos valores (isso se relacionou a uma maior procura por esse incentivo, estimulado também pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e, o próprio aumento na disponibilidade de recursos para o programa em nível nacional). O valor disponibilizado para o Território do Velho Chico é um dos mais altos, comparado com outros Territórios de Identidade da Bahia.

A tendência geral, nos últimos cinco anos para o Brasil, foi de expansão do Programa. Para Maia et al. (2011), essa já vinha de antes:

Em quinze anos de vigência, o Pronaf expandiu-se e parece ter se consolidado como uma política de Estado. O ritmo de expansão do Programa, porém, variou ao longo do tempo. O crescimento foi mais lento até o Ano-Safra 2002/2003, quando os financiamentos sob o amparo do Pronaf foram de R\$ 2,4 bilhões. A partir de 2003/2004, houve aceleração na expansão do Programa, e o valor financiado alcançou R\$ 10,6 bilhões no Ano-Safra 2009/2010. (Maia et al., 2011, p. 1)

O volume geral dos recursos disponíveis do Pronaf, entre 2010 e 2015, quase dobrou, assim como o número de contratos. Isso acompanhou a própria dinâmica de ampliação do Crédito Rural geral do Governo Federal, disponibilizado por ano-safra.

Este Crédito Rural geral envolve: o Plano Safra da Agricultura Familiar (do recém-extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA) onde são orçados os gastos com o Pronaf, Garantia Safra, e outros programas, tanto agropecuários, quanto de cadeias de produção, vinculadas ao terceiro setor. E o Plano Safra comercial, ou Plano Agrícola e Pecuário (PAP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Conforme a tabela (08), de um montante de R\$ 113,3 bilhões, dos Planos Safra e PAP 2010/2011, se chegou em 2015/2016, à R\$ 216,6 bilhões³⁰⁰.

³⁰⁰ A estimativa orçamentária do Plano Safra 2016/2017 é de R\$ 30 bilhões para a agricultura familiar e R\$ 202 bilhões para a agropecuária comercial, totalizando o montante de R\$ 232 bilhões.

Tabela 08 – Disponibilidade de recursos à produção agropecuária em geral (bilhões R\$)

Safras	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Familiar	13,3	15,3	18,6	22,3	22,4	28,9
Comercial	100,0	107,2	115,2	136,0	156,1	187,7
Total	113,3	113,5	137,8	158,3	178,5	216,6

Fonte: MDA e MAPA. Elaborado por Erick Kluck, 2015.

A imbricação das diferentes esferas estatais na conformação dos recursos que compõem boa parte do Crédito Rural geral será apresentada a partir de agora. Antes, finalizamos este item, com a seguinte observação: o Estado se tornou base da reprodução do trabalho dos posseiros, dada a dinâmica crítica, tanto fundiária (onde suas posses e terras de uso comum se veem diminuídas) quanto, relativa ao trabalho em geral, no qual o desenvolvimento das forças produtivas tende a expulsar cada vez mais os trabalhadores do processo de produtivo – ou, a menor possibilidade de inserção no mercado de trabalho posta a todos. Com isso, esse aspecto redistributivo estatal, oscilante a cada gestão, se revela como uma necessidade do próprio capital em gestar seus excessos, cabendo, portanto, ao Estado, por meio de diversas formas, amparadas pela violência ou pela “benevolência”, gestar territórios de confinamento da população, em terras regularizadas ou em conflito.

O agir em prol de algumas das demandas dos posseiros tornou-se uma importante forma de ação do Estado, pela qual muitas vezes controla com financiamentos públicos, a produção, e, como e quando serão utilizadas as terras, por meio de uma diversidade de possibilidades de gestão, muitas vezes direta ou potencialmente conflitantes, com as demandas reais da população envolvida. Nem por isso, torna-se regra o atendimento das constantes reivindicações dos posseiros (demanda por terra e ou subsídios). Os meandros dessas relações são mais complexos, podendo o Estado, satisfazer o mercado com dinheiro e crédito por outras vias, de acordo com a pressão de grupos de interesses, levando inclusive a situações contrárias, como nos casos de incentivo a supressão das posses e aumento das mazelas à população.

Os fundamentos complicadores não estão, no entanto, só na demanda camponesa, nem em uma espécie de preferência política do Estado por determinados grupos, mas, no próprio Estado como contradição do capital – um dos meios, mas não só, pelos quais as categorias sociais e críticas de mediação se desdobram e se generalizam, precisando ser problematizadas junto com a sua reprodução em suas diferentes esferas. Desse modo, não se trata de uma crítica centrada no chamado “Estado mínimo” (liberal ou neoliberal) ou estado neokeynesiano, os quais não

superariam tal contradição entre Estado e mercado, na reprodução capitalista, mas sim de uma problematização do Estado como contradição do capital.

1.1 Aspectos financeiros do Pronaf

Aprofundando um pouco mais neste caráter do Estado, em contribuir para a reprodução do capitalismo, cada vez mais tornado uma necessidade, veremos como isso ainda incorre em uma desigualdade, ao comparamos o aporte de dinheiro e crédito reservado ao agronegócio de grande porte, em comparação com o Pronaf. E, como esse Crédito Rural contribui para aquela dimensão da constrição e do confinamento territorial como duplo aspecto do Estado.

No Estatuto da Terra de 1964, instituído poucos meses depois do Golpe, por meio do qual o governo militar se impôs, já havia uma referência à necessidade de se organizar o financiamento mais consistente da agropecuária, promovendo uma ação coordenada entre o antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Ministério da Agricultura, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e a Coordenação Nacional do Crédito Rural. Em sua Seção VI, intitulada, “Da Assistência Financeira e Creditícia”, ressaltamos o Artigo 83, sobre essa temática:

[Esta ação coordenada] promoverá as medidas legais necessárias para a institucionalização do crédito rural, tecnificado.

§ 1º A Coordenação Nacional do Crédito Rural fixará as normas do contrato padrão de financiamento que permita assegurar proteção ao agricultor, desde a fase do preparo da terra, até a venda de suas safras, ou entrega das mesmas à cooperativa para comercialização ou industrialização.

§ 2º O mesmo organismo deverá prover à forma de desconto de títulos oriundos de operações de financiamento a agricultores ou de venda de produtos, máquinas, implementos e utilidades agrícolas necessários ao custeio de safras, construção de benfeitorias e melhoramentos fundiários.

§ 3º A Superintendência da Moeda e do Crédito poderá determinar que dos depósitos compulsórios dos Bancos particulares, à sua ordem, sejam deduzidas as quantias a serem utilizadas em operações de crédito rural, na forma por ela regulamentada. (Planalto, 2016a)

No mesmo ano, esse governo, instituiu o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) – e, no ano seguinte, em 05 de novembro em 1965, institucionalizou definitivamente, o Crédito Rural pela lei 4.829. Tanto o SFN, quanto o CMN, são ramos do Banco Central, e até hoje, responsáveis por gestar e coordenar o Crédito Rural, implementando suas regras de funcionamento.

Os desdobramentos destas medidas, as quais não detalharemos, se tornaram, junto com uma profusão de incentivos fiscais, as bases do fortalecimento dos grandes empreendimentos agropecuários, nas décadas de 1960 e 1970, até meados da década de

1980, os quais em geral se denominam por Complexos Agroindustriais (CAIs). Trata-se de uma transformação na própria forma de financiamento estatal do mercado, baseado no endividamento, colocando o capital fictício no centro da reprodução ampliada.

Naquele momento o Crédito Rural, voltado ao grande produtor, alcançava cifras gigantescas. No entanto, em fins da década de 1980 e nos anos 1990, o Crédito Rural foi diminuído, só voltando a ser estimulado no início do ano 2000. Isso gerou, segundo Grossi; Silva (s/d), um grande endividamento do setor como um todo:

o fim do crédito rural fortemente subsidiado dos anos 60 e 70, o setor agrícola vem sendo objeto de atenção especial do Governo Federal, com medidas especiais de abatimento e renegociação das dívidas de empréstimos bancários para o setor por conta do seu elevado endividamento. (Grossi; Silva, s/d, p. 171)

Apresentamos essa dinâmica na tabela abaixo, onde constam os valores constantes atualizados, entre 1975 e 2015, dispostos a cada cinco anos (tabela 09)³⁰¹:

Tabela 09 – Evolução dos Créditos Rurais no Brasil. Período de 1975 a 2015.

Ano	Valor Constante (R\$)
1975	138.987.774.890
1980	154.038.073.158
1985	85.069.126.339
1990	36.813.125.743
1995	26.802.738.790
2000	36.120.952.969
2005	61.686.987.799
2010	94.421.959.999
2015	154.140.654.725

Fonte: Banco Central do Brasil: Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2012. Dep. de Reg., Sup. e Controle das Operações do Crédito Rural; Registro Comum de Operações Rurais, 2016. Elaborado por Erick Kluck, 2016.

Podemos ver na tabela, a evolução dos Créditos Rurais, alcançando atualmente os patamares de meados dos anos 1970 início de 1980. E, mais particularmente, de 1995 até hoje, denotando um crescimento de mais de 200%.

Vejamos, quais componentes dos recursos do Crédito Rural geral, embutidos nesse montante em crescimento, se referem ao Pronaf. Conforme o informativo da Secretaria de Agricultura da Bahia (SEAGRI) número 11, de 2011, baseado nos anuários estatísticos do Banco Central, o Pronaf tinha como principais fontes de recursos, até o ano de 2005: os Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao

³⁰¹ Os valores, mais acima apresentados, estavam distribuídos por Safra, e estes, aqui, por ano. Por isso a diferença entre os montantes, mas que não impedem a interpretação do processo geral.

Trabalhador (FAT-DE)³⁰², os Recursos Obrigatórios (ou MCR 6.2), os Fundos Constitucionais (FCs), a Poupança Rural, o Orçamento Geral da União (OGU), os Recursos Próprios Equalizáveis (RPE) e o BNDES. No entanto, a partir daquele ano, o principal provedor passou a ser a Poupança Rural, pois os Recursos Obrigatórios e, a equalização dos juros do FAT-DE, compensados pela União aos Bancos, consumiam muitos recursos do Tesouro Nacional. Desse modo, o Estado tentava diminuir os encargos das equalizações, permitindo uma independência gradual do FAT-DE, suprimindo de forma mais indireta o Pronaf, e, estimulando a ampliação do Crédito Rural.

Nesse sentido, ao atrelar o Pronaf (diferentes modalidades) principalmente aos recursos oriundos da Poupança Rural e dos Recursos Obrigatórios (MCR 6.2), ambos tornados também conformadores centrais do Crédito Rural geral, em parte, se promoveu, uma diminuição dos repasses diretos do Tesouro Nacional. No entanto, pelo pagamento da equalização dos *déficits*, não mais relacionado ao FAT, mas sim, aos Bancos, com Carteira de Poupança Rural (principalmente o Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia), indiretamente o Estado continuava como principal provedor desse crédito, além de envolver entidades com capital misto e mais imbricadas ao mercado: os bancos³⁰³. Abaixo, segue a distribuição total dos recursos, por fonte, destinados ao Pronaf, de janeiro de 2013 a dezembro de 2015 (tabela 10).

³⁰² O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destina os recursos arrecadados ao BNDES (40%), ao pagamento do seguro desemprego e ao abono salarial. Se esse montante é suprido, restam recursos tornados fundos dos Depósitos Especiais do FAT ou FAT-DE, esses “Depósitos Especiais são alocados em bancos públicos federais quando há recursos do FAT disponíveis após o empréstimo obrigatório ao BNDES e o pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. O Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) deve decidir, dentre os diversos Programas que podem contar com recursos do FAT-DE, o montante a ser destinado ao Pronaf. O valor decidido pelo Codefat é, então, alocado, na forma de Depósitos Especiais, no BNDES, Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa), que devem obrigatoriamente destinar os recursos a financiamentos do Pronaf. Como a taxa de juros paga por esses bancos ao FAT – a TJLP3 – é, em geral, superior àquela praticada nos financiamentos do Pronaf, os recursos do FAT-DE destinados ao Pronaf têm sido equalizados pelo Tesouro Nacional” (Maia et al., 2011, p.2).

³⁰³ “O Ano-Safra 2005/2006 marca uma reversão na estratégia de apoio do Governo Federal ao Pronaf. Com a brusca redução dos recursos do OGU utilizados no Programa e a elevação do volume de recursos do FAT-DE, o Governo Federal voltou a priorizar o uso dos recursos do Tesouro Nacional para alavancar o uso de outras fontes (por intermédio da equalização dos encargos financeiros) ao invés de alocá-los diretamente como fonte do Pronaf. A nova estratégia, porém, encontrou um empecilho já a partir de 2006/2007. [...] Diante de nova queda dos recursos do FAT-DE em 2007/2008, a opção do Governo Federal para manter a expansão do Pronaf foi a de autorizar a equalização de recursos da Poupança Rural” (Maia et al., 2011, p. 5).

TABELA 10 – Fontes de recursos e valores (R\$) do Pronaf. Janeiro de 2013 à dezembro de 2015.

Fonte de Recursos	Contratos Total	Valor Total
Poupança Rural - Controlados	1.923.329	36.577.305.001,89
Obrigatórios : MCR 6.2	403.955	9.260.860.422,51
Fundo Constitucional (FNE)	2.504.456	6.875.477.160,47
Bndes/Finame - Equalizável	113.895	4.723.386.962,44
Instrumento Híbrido Capital Dívida-IHCD	195.258	2.998.528.394,18
Fundo Constitucional (FCO)	81.891	2.239.610.575,21
Fundo Constitucional (FNO)	161.549	1.955.570.628,61
Depósitos Especiais do FAT (FAT - DE)	70.430	1.059.233.493,05
Tesouro Nacional	66.390	453.539.879,06
Recursos Livres Equalizáveis	13.023	286.515.163,30
Poupança Rural – Controlados: MCR 6.2	1.810	39.062.989,71
Poupança Rural - Livre	117	2.153.600,00
Faculdade Aplicação: Compulsório	1	8.000,00
Total	5.536.104	66.471.252.270,43

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – Dep. de Regulação, Sup. e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro. Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor). Organizado por Erick Kluck, 2016.

Portanto, a contribuição do Fundo de Amparo ao Trabalhador para a composição dos recursos do Pronaf é bem menor se comparada à Poupança Rural e aos Recursos Obrigatórios³⁰⁴. Nem por isso, sua participação deixa de ser expressiva, com mais de um bilhão de reais. De acordo com a Matriz de Dados do Crédito Rural, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, o montante de créditos do Pronaf tem sido utilizado principalmente no fomento da criação de bovinos, cultivo de soja e milho, além da compra de tratores e máquinas. Ou seja, com um papel semelhante aos dos CAIs.

Os recursos gerais do Crédito Rural, antes de servir ao pequeno produtor familiar, servem em muito ao grande produtor comercial, acessado por via do PAP. Esses recursos são também geridos financeiramente pelo Banco Central, por diferentes

³⁰⁴ “O Pronaf parece ter [...] uma terceira fase em 2008/2009. O que caracteriza essa nova fase é a consolidação da Poupança Rural como a principal fonte do Pronaf. A partir de 2008/2009, os recursos do FAT-DE continuaram a se reduzir, chegando a menos de R\$ 1 milhão em 2009/2010, e nos Recursos Obrigatórios apresentaram forte queda. Paralelamente, os recursos da Poupança Rural utilizados no Pronaf passaram de R\$ 1,7 bilhão em 2007/2008 para R\$ 6,8 bilhões em 2009/2010, fazendo com que a participação dessa fonte no total de recursos do Programa alcançasse 60%. Foram determinantes para a intensificação da utilização da Poupança Rural as Portarias do Ministério da Fazenda autorizando a equalização de um volume crescente de recursos oriundos dessa fonte. Para o Ano-Safra 2010/2011, foi autorizada, para o Banco do Brasil, a equalização de recursos da Poupança Rural destinados ao Pronaf, no valor de R\$ 9,4 bilhões, indicando que a estratégia atual é a de manter essa fonte de recursos como a principal sustentação financeira do Programa. [...] parece ter se delineado um quadro semelhante ao que existiu até o Ano-Safra 2002/2003, em que o Pronaf se assentou sobre uma fonte principal, equalizável – no primeiro período, o FAT-DE, e, nessa nova fase, a Poupança Rural” (Maia et al., 2011, p. 6).

mecanismos, entre eles, os constantes das resoluções do Manual do Crédito Rural (MCR), tributando os depósitos e transações bancárias gerais, e, ao mesmo tempo, os compensando, por equalização, dados eventuais *déficits* gerados por diferenças nos juros, com a emissão de letras do Tesouro Nacional.

O montante de recursos destinado ao PAP foi sempre maior que o dobro, do destinado ao agricultor familiar (seja ele pequeno ou médio). Nos últimos anos, assim como aconteceu com o Pronaf, os principais dispositivos reguladores dos recursos do Crédito Rural (também geridos pelo MCR) foram os Recursos Obrigatórios (MCR 6.2), a Poupança Rural e o BNDES/FINAME. No entanto, para além deles, essas atividades mais voltadas à produção agropecuária comercial, contavam ainda com as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). O destino do Crédito Rural, segundo Navarro et al. (2014) foi assim descrito:

os bancos oficiais federais tenderam, em geral, a financiar principalmente os estabelecimentos agropecuários de menor porte, enquanto os bancos privados concederam boa parte dos seus empréstimos a proprietários dos maiores estabelecimentos. [...] A informação de que os bancos públicos estão mais focados em produtores de menor porte (Pronaf, Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), etc.), enquanto os produtores da agricultura empresarial financiam-se mais com os bancos privados, é positiva, pois contribuiu para corrigir, pelo menos em parte, o conhecido viés de seleção que caracteriza a operação de programas de crédito racionado. (Navarro et al., 2014, p. 832)

No entanto, isso esconde que o provedor de créditos para os grandes empreendimentos também é o Estado – principalmente, ao equalizar os juros, lhe atribuindo um papel central na gestão e provisão dos créditos rurais. Mais adiante, os próprios autores citados acima, também afirmam isso, embora pareçam ofuscados com a mágica da multiplicação fictícia do crédito, como se ele não fosse, no fundo, a outra face do dinheiro (e, ainda mais, de base estatal):

O aumento de recursos para investimento refletiu-se positivamente na elevação das despesas com equalizações em todo o período a partir de 2000. Na realidade, os investimentos realizados foram possíveis em razão dos recursos disponíveis nas equalizações das taxas de juros. [...] Do total das despesas com equalizações, R\$ 13,74 bilhões referem-se às relativas ao Pronaf. Significa que do dispêndio do governo com equalizações entre 2008 e 2013, R\$ 32,65 bilhões e R\$ 13,74 bilhões, respectivamente, foram para a agricultura familiar, e R\$ 18,91 bilhões para o restante da agricultura [...] Pode ser chamado de subvenção econômica os gastos públicos com crédito rural, que em 2013 totalizaram R\$ 7,91 bilhões [...]. Este valor representa menos de 2% do valor bruto da produção agropecuária em 2013 (RAMOS, 2011). As despesas realizadas pela União com a renegociação de dívidas dos agricultores, contabilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional como dívida agrícola, envolvem os gastos com vários programas e fundos. (Navarro et al., 2014, p. 886-887)

E isso, pode ser visto na tabela abaixo, baseada em outra, dos próprios autores, onde se indica o quão desigual é a proporção de recursos disponibilizados ao Pronaf em relação aos outros empreendimentos, em geral do PAP (tabela 11).

Tabela 11 – Equalizações estatais com o Crédito Rural, 2008-2013.

Despesas executadas (milhões R\$)		
Ano	Equalizações totais	Equalizações do Pronaf
2008	2.461,50	869,3
2009	3.708,40	1.574,70
2010	4.249,20	1.276,80
2011	6.576,40	3.439,90
2012	6.523,00	3.094,60
2013	9.134,60	3.480,60
Total	32.653,20	13.735,90

Fonte: Navarro et al., 2014.

Por fim, ainda analisando os dados deste período (2013-2015) sobre o Crédito Rural geral, notamos o quanto este se destinou principalmente, a criação de bovinos, produção de soja, milho e cana de açúcar. E, também, à introdução de maquinários e armazenagem. Ou seja, atividades em geral, mais vinculadas ao Médio e Grande produtor (tabela 12).

Tabela 12 – Principais fontes de recursos e algumas finalidades e usos do Crédito Rural. Período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.

Tipo de uso ou produção	Fontes de Recursos e determinadas finalidades do Crédito Rural													
	Poupança Rural - Controlados - Subvenção Econômica		Recursos Obrigatórios - MCR 6.2		BNDES/FINAME (equalizável)		Fundos Constitucionais*		Recursos livres		Poupança Rural (livre)		TOTAL GERAL	
	I/C/C**	Valor total	I/C/C	Valor total	I/C/C	Valor total	I/C/C	Valor total	I/C/C	Valor total	I/C/C	Valor total	I/C/C	Valor Total
Bovinos	790.004	36.977.332.636,44	293.960	28.677.547.089,74	34.085	1.891.034.295,66	631.254	9.464.445.032,37	13.581	642.184.849,29	19.883	2.215.062.770,74	1.782.767	79.867.606.674,24
Tratores, máquinas e outros implementos	428.046	19.098.226.974,38	47.440	2.672.502.731,76	234.480	43.887.528.044,43	658.279	13.017.054.802	737	42.506.989,04	6.619	580.115.266,21	1.375.601	79.297.934.807,82
Soja	325.583	33.038.478.321,87	182.004	23.696.184.270,77	–	–	3.227	2.946.821.208,19	3.114	214.104.466,42	1.652	2.165.756.602,80	515.580	62.061.344.870,05
Milho	342.988	17.876.533.044,04	159.050	12.140.107.815,97	–	–	8.009	905.374.261,94	5.662	194.275.034,03	1.956	631.526.329,96	517.665	31.747.816.485,94
Cana de açúcar	22.930	3.719.639.900,96	27.932	9.674.613.313,34	373	1.300.962.873,50	9.808	648.204.544,82	1.982	397.335.166,69	524	916.901.099,67	63.549	16.657.656.898,98

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro. Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor). Elaborado por Erick Kluck, 2016.

* Fundos Constitucionais de Financiamento: CENTRO-OESTE(FCO), NORDESTE (FNE) e NORTE (FNO).

** I/C/C é abreviação para quantidade de projetos financiados de Investimento, Custo e Comercialização, ligados às funções do crédito disponibilizado.

A pecuária de corte e a produção de soja, milho e cana de açúcar destinam-se em sua maioria ao mercado externo, compondo as *comodities*. As altas e baixas de seus preços na concorrência mundial, pode acarretar *déficits* ou *superávits* incidindo diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, e, assim, na capacidade do Estado em cumprir a meta fiscal e controlar os juros.

Os produtores desses e outros ramos, beneficiários dos créditos rurais, tem a possibilidade de custear ou de investir em empreendimentos, além de garantias para a comercialização. Ainda assim, a taxa de inadimplência, tanto ligadas ao empreendimento agropecuário comercial (nos termos do Estado), quanto ao Pronaf, é bastante alta. Por meio da concorrência em nível mundial, ou especulação com esses recursos (nem sempre realmente utilizados para produção, mas reinvestidos no mercado de ações ou compras de terras para angariar mais créditos), não é incomum, os tomadores de empréstimos rurais se organizarem e recorrerem a renegociação das dívidas junto ao Estado. Desse modo, ter uma grande quantia de recursos disponíveis, não significa menores dívidas³⁰⁵. Ao contrário, as dívidas aumentam, e constantemente são solicitados os meios de sua renegociação. Segundo Navarro et al. (2014)

Em diferentes ritmos e intensidades, determinados pelos ciclos da economia, da agricultura e pelas políticas agrícolas, o processo de modernização tecnológica persistiu nos anos 1990 e ganhou novo impulso no final da década, após a adoção da Lei Kandir e a primeira etapa de renegociação da dívida dos agricultores (SILVA et al., 2006). Na primeira década do século 21, após oscilações, o processo ganhou um impulso ainda maior, em razão tanto da conjuntura excepcional dos mercados de commodities agropecuárias, aos novos estímulos da política agrícola (principalmente o crédito para investimento), como da própria maturidade alcançada por cadeias produtivas relevantes, após fortes reestruturações ocorridas nos anos 1990. Não há dúvida que o ciclo recente de crescimento do setor agrícola contou com forte apoio do Estado, mas o fator novo foi, certamente, o papel ativo assumido pelo setor privado, na provisão de crédito, assistência técnica, abertura de mercados e organização do negócio. (Navarro et al., 2014, p. 566)

E, mais adiante, os mesmos autores identificam: “a esta intervenção inicial seguiram-se sucessivas rodadas de renegociação, em 1999, 2001, 2005 e 2008, as quais foram pré-condição para a volta dos agricultores ao mercado financeiro e para a retomada do dinamismo no setor” (Navarro et al., 2014, p. 807). Ainda, em uma nota,

³⁰⁵ “Os preços de commodities em geral, depois do declínio acentuado desde a década de 1970, sofrem, a partir de 2003, uma reversão para cima, puxados predominantemente pelas importações chinesas. O Brasil tirou proveito disso, aumentando espetacularmente suas exportações, as quais cresceram a 4,6% ao ano de 1994 a 2003, e passaram a crescer a 10,2% de 2004 a 2013. No caso específico do agronegócio (agropecuária mais agroindústria), suas exportações cresceram 270% de 2000 a 2010 (MAPA). Ajudou muito o fato de a produtividade da atividade agropecuária ter crescido 73% na década de 2000 a 2010 (GASQUES et al., 2011). Em que pese o desempenho impressionante da agricultura, os problemas relativos à dívida agrícola prosseguiram ao longo da década: de acordo com Gasques e Bastos (2008), de 1998 a 2007, recaiu sobre o Tesouro Nacional o pagamento de um total de R\$ 25,8 bilhões, referentes a essa dívida” (Navarro, 2014, p. 103-04).

na mesma página, olhando apenas para uma chamada “falha na gestão estatal”, afirmam: “o processo de renegociação das dívidas dos agricultores evidencia a incapacidade do governo para implementar suas próprias políticas, mesmo quando plenamente justificadas, sempre que enfrenta reações de grupos de interesse com força política” (Navarro et al., 2014, p. 807).

No entanto, não parece ser isso, quando observadas as formas assumidas pelo Estado em relação ao Crédito Rural, algo reconhecido adiante, por esses autores:

As despesas realizadas pela União com a renegociação de dívidas dos agricultores, contabilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional como dívida agrícola, envolvem os gastos com vários programas e fundos. Os custos para a União decorrem dos encargos assumidos no ato das renegociações, nas prorrogações dos prazos e pelas mudanças realizadas nos encargos assumidos pela União ao longo dos contratos. [...] Em 2013, essa despesa foi de R\$ 563,6 milhões. (Navarro et al., 2014, p. 887)

Antes, em 2007, o Estado também abriu a possibilidade de renegociação da dívida com uma linha de crédito especial, chamada Financiamento dos Recebíveis do Agronegócio (FRA), instituído pela Resolução 3.507 de 2007: “destinada a financiar a liquidação de dívidas de produtores rurais ou de suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários” (Bacen, 2015a). Segundo o jornal *Agronotícias*,

o FRA é a nova linha de crédito especial destinada a financiar a liquidação de dívidas de produtores rurais ou de suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários [...]. O financiamento é uma conquista dos produtores rurais que proporciona condições para a renegociação do endividamento junto aos credores privados. Fruto de ampla negociação entre produtores, fornecedores e governo, o FRA traz ao mercado uma nova modalidade de concessão de crédito, diferente das tradicionais. (Agronotícias, 2007)

Esse conjunto de medidas se somaram as de 2014, na qual a Procuradoria Geral da Fazenda, pela Portaria 682, regulamentou as medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas originadas nas operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União (Filho, 2015). Segundo Filho (2015), “A nova legislação permite que o devedor pague à vista ou renegocie, em até 10 (dez) anos, os débitos originários de operações de crédito rural, cedidas à União, com os descontos que variam de 33% a 70% de desconto, conforme o valor do débito. [...] O prazo para adesão ao parcelamento encerra-se em 31 de dezembro de 2015” (Filho, 2015)³⁰⁶.

³⁰⁶ No entanto, o site da Revista Canal Rural, em 17 de dezembro de 2015, afirmou em uma matéria que o “novo prazo para renegociação de crédito rural vai até fim de 2016 [...] para parcelas vencidas até o final de dezembro de 2012. Documentação precisa ser entregue até junho do próximo ano” (Rural, 2015). Em 2015, foi aprovado pela Câmara dos deputados e pelo Senado, o projeto de lei 87/2015, destinado a modificar a Lei 11.775/2008, “que institui medidas de estímulo à regularização de dívidas de crédito rural e crédito fundiário. Conforme a lei, o agricultor que renegociar sua dívida não poderá contratar novo financiamento até que pague as prestações previstas para o ano seguinte ao da renegociação. A restrição vale para crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e para financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO)”

As justificativas para as renegociações são entorno, ou de uma questão climática, ou referente aos altos custos das tributações, dos insumos e maquinários, necessários aos seus grandes empreendimentos, além das barreiras alfandegárias para seus produtos no mercado mundial³⁰⁷. Para Navarro et al. (2014),

A intensificação da produção é [...] mais intensiva em investimentos, uso de insumos, mão de obra mais qualificada e serviços em geral. Tudo isso se traduz em elevação dos investimentos necessários para participar do negócio, dos custos monetários (ainda que o custo unitário por produto caia) e do capital de giro. Os produtores precisam recorrer a terceiros para obter financiamento, tanto de bancos públicos quanto de privados, tanto de fornecedores de insumos e equipamentos quanto das tradings/indústrias que controlam a comercialização e o processamento dos produtos agrícolas. Gasques et al. (2014) confirmam que “mudanças acentuadas também vêm ocorrendo do lado dos insumos. Terra e trabalho perdem forte participação ao longo dos anos. Por outro lado, máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos têm acentuado aumento na composição dos custos de produção”. (Navarro et al., 2014, p. 225-26)

No entanto, provavelmente existem outras razões para a inadimplência. Por exemplo, quando há o reinvestimento ou a especulação em mercados financeiros.

Os mercados de commodities agrícolas estão hoje inseridos no circuito financeiro global, e os preços flutuam com mais intensidade porque a oferta e a demanda passaram a responder também à ação dos fundos financeiros que estão operando, de forma crescente, nesses mercados. [...] Uma parte das operações de compra e venda nas bolsas sempre foi realizada diretamente ou em nome de produtores e empresas que produzem e utilizam os produtos comercializados em seus processos produtivos e rede de negócios (produtores, agroindústrias, cooperativas, instituições públicas operando programas de estabilização e garantia de preços e governos), mas outra parte das operações sempre foi realizada por especuladores, cuja única motivação é ganhar com a especulação. Esse processo de financeirização, que não passa de uma radicalização do processo de mercantilização da produção, submete os produtores, de forma mais intensa, às regras e ao funcionamento dos mercados, reduzindo a autonomia para fugir aos padrões tecnológicos e organizacionais dominantes. (Navarro et al., 2014, p. 226-27)

E isso, se relaciona também ao mercado fundiário, em geral, acessado para aquisição de novos empréstimos (Pitta; Mendonça, 2014; Alves, 2006). Desse modo, outro fator central a essa discussão sobre o crédito rural é a terra. Este fator envolve os conflitos dos mais diversos e constantes, como as grilagens e a usurpação de terras públicas, os quais alguns poucos, apresentamos no capítulo anterior.

(Agronegócio, 2016). Se tratava de outra tentativa de ampliar a margem do endividamento. Essa proposta foi vetada em maio de 2015 pela Presidência da República.

³⁰⁷ Uma questão central da dinâmica do agronegócio no mercado mundial, mas que não poderemos aprofundar aqui, se refere às negociações sobre os subsídios agrícolas na Organização Mundial do Comércio que incide sobre o preço das *comodities*. Desde a chamada Rodada de Doha, iniciada em 2001 no Qatar, na qual os países em desenvolvimento propuseram que os países desenvolvidos diminuíssem os subsídios agrícolas e as barreiras tarifárias para seus produtos, a fim de equalizar a concorrência sem tanta interferência do Estado, se tentava negociar as regras da participação estatal no subsídio agrícola de países desenvolvidos. Somente em dezembro de 2015, foi firmado o acordo em uma reunião da OMC, em Nairóbi, no Quênia, sobre a questão, o que iniciou o processo de diminuição dos subsídios estatais à agricultura. No entanto, as políticas de crédito continuarão sendo centrais a esses ramos.

Tornado prática desde as políticas de incentivos fiscais e da disponibilidade de outros subsídios, iniciados com os governos desenvolvimentistas da década de 50, mas, consolidados com os militares, este aporte estatal, constitui a forma da reprodução capitalista no campo no Brasil³⁰⁸. Porém, toda essa profusão geral de Crédito Rural, tanto na agricultura familiar, quanto na comercial, analisados em dados brutos, mostra também, como distribuir renda, não exatamente significa diminuir a desigualdade. Ou seja, mostra a concentração de recursos para o agronegócio de grande porte.

O Pronaf, apesar de representar uma parcela menor deste montante de Crédito Rural, experimentou desde o seu surgimento, aumentos substanciais, coincidindo com o surgimento de novas propostas de desenvolvimento do capitalismo, vinculados aos conceitos de desenvolvimento local, voltados à estruturação e dinamização produtiva em Arranjos Produtivos Locais (APLs) – propostas de desenvolvimento desdobradas, inclusive, na atual perspectiva territorial.

Tudo isso tem relação mais profunda com o próprio desenvolvimento das forças produtivas geral, que ao alcançar níveis muito altos, expulsam cada vez mais a força de trabalho dos processos produtivos e criam um “simulacro real” de “desconcentração” das indústrias e aumento do terceiro setor (comércio e serviços). Nesse processo, o campo se torna o alvo de políticas públicas de permanência e transformação da reprodução do trabalho, as quais ressaltam as potencialidades do rural – segundo alguns autores, não mais rural, mas sim o “novo rural”. Ou seja, um rural ansioso por se revolucionar tecnicamente, atrelando em suas atividades, outras, antes tipicamente efetuadas na cidade, como a industrialização e os serviços associados.

Nesse sentido, ao promover o “empresariamento” geral da população territorialmente alocada, com incentivos aos Arranjos Produtivos Locais e outras iniciativas, baseadas no financiamento da produção, o Estado torna-se mais uma vez peça chave na gestão da crise e, agora, no confinamento territorial.

Ainda assim, há nuances. Os setores do campo mais privilegiados por políticas de apoio creditício (apesar do aumento destacado ao Pronaf), como acompanhamos, ainda são aqueles voltados à grande produção agropecuária, alçando a maior parte dos recursos, e, em muitos casos impulsionando – por meio de grilagens, expropriações, desposseções e roubo de terras públicas – os posseiros à mobilização de seu trabalho.

³⁰⁸ Esse caráter é muito bem apresentado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Guilherme Delgado em seus estudos e pesquisas. E, problematizando seu viés crítico radical, relacionando-o a profusão do capital fictício, há ainda a pesquisa de doutorado intitulada: As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008 de Pitta (2015).

Essa forma da concentração de crédito (forma de concentração de renda) é criticada por diversos movimentos de luta pelo acesso e permanência na terra.

A política geral do acesso ao crédito, tanto do grande proprietário, quanto do pequeno agricultor, empresário ou não, impulsionou a produção e a especulação, dinamizando o mercado de *comodities* e o mercado de terras no país. Portanto, essas duas facetas do Crédito Rural, movem transformações na ordem do acesso a terra e relações de trabalho de âmbito geral, devendo ser questionadas como um único.

Vimos em campo, o quanto essas transformações também interferiram na ampliação da monetarização e do consumo, além de promover uma mudança nas relações de trabalho. E, além disso, historicamente, por meio de processos violentos de expropriação e despossessão, como as grandes propriedades foram se constituindo, tendo como pano de fundo, entre outros, a especulação com os preços da terra.

Essa profusão geral do crédito estatal, por um lado, significa uma medida de permanência do posseiro na terra, por outro, contraditoriamente, gera os processos da supressão ou diminuição dos seus territórios. Esse caráter contraditório revela um processo dinâmico da ação estatal, movida da constrição ao confinamento territorial.

A base continua a ser a contradição entre o Estado e o mercado, na qual, o papel do Estado passou de “benfeitor” direto e gestor indireto, ao seu contrário, o de gestor direto e benfeitor indireto, tornando-se o mediador central e gestor das transações, possibilitando a captura de recursos para o crédito, rural ou não. Nesse sentido, munidos desse aporte creditício, os empreendimentos privados (ou até mesmo estatais), de forma direta ou indireta, expulsam posseiros, dominam o mercado onde estes vendem suas mercadorias, ou os constroem e confinam territorialmente, sendo todos esses, aspectos da mobilização da sua força de trabalho e da transformação de suas terras em ativos de mercado, mesmo quando o trabalho, se torna cada vez mais descartável ao processo produtivo, e, a terra, dependa de contextos de mercado, para aumentar ou diminuir seu preço.

Portanto, como base desse crítico processo está a difusão de recursos para uma modernização acelerada, onde se torna importante dispor do crédito e incentivar seu uso, mesmo quando disso decorrem processos violentos e experiências dolorosas.

1.2 Algumas características recentes do aparato financeiro e monetário estatal

Nessa prática do Estado, de financiamento do Crédito Rural, estão envolvidos, portanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os Bancos Públicos e Privados que por diferentes dispositivos gestam o capital financeiro e monetário, vinculados ao Banco Central e regidos pelo Manual do Crédito Rural (MCR)³⁰⁹. Vejamos então mais alguns pormenores dessa relação e como elas estão, no e para além, do Crédito Rural.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (no início, sem o atributo social) foi criado nos anos 1950, ainda no Governo Getúlio Vargas. Em um texto de 1988, Rômulo de Almeida, um de seus idealizadores, ao tratar do contexto da sua criação, afirmava que o BNDE na “impossibilidade política e técnica de um planejamento global e de um orçamento federal mais racionalizado, lançou os fundamentos para as economias industrial e agrícola e estabeleceu fundos fiscais para aplicações básicas, preservados do comportamento errático e clientelista dos orçamentos ordinários” (Almeida, 1995, p. 41).

Naquele momento, a diretriz do desenvolvimento, de acordo com os resultados dos diagnósticos realizados em parceria com os EUA na Comissão Mista Brasil-EUA, deveria privilegiar a infraestruturação e os grandes empreendimentos industriais. Isso dependeria de um grande volume de recursos, os quais, a maior parte, seria conseguida no exterior (justamente com os Estados Unidos). No entanto, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (EXIMBANK) exigiam do Estado, a criação de um Programa de Reparelhamento Econômico, formalizando um sistema de tributações e créditos³¹⁰.

³⁰⁹ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pelo caráter que assume na modernização Nacional, tanto em relação à infraestrutura, quanto a produção agropecuária e extrativista, de grande (médio e pequeno porte), tornou-se um dos principais conformadores das ações práticas de modernização estatal, inclusive do Crédito Rural. Os programas que tem os recursos oriundos do BNDES para composição do Crédito Rural são: Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), Financiamentos Passíveis de Subvenção Econômica pela União, Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (Bacen, 2016).

³¹⁰ Esse programa foi criado em 1951, ano anterior a criação do BNDE. Conforme o BNDES: “ainda em 1951, o governo brasileiro negociou um acordo de cooperação financeira com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) para financiarem, em moeda estrangeira, as importações de máquinas e equipamentos necessários aos projetos de desenvolvimento sugeridos pela CMBEU. A contrapartida do acordo foi a criação, naquele ano, do Programa de Reparelhamento Econômico (Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951). Os recursos para esse programa provinham do Fundo de Reparelhamento Econômico (FRE), formado com recursos fiscais captados por um empréstimo compulsório dos contribuintes do Imposto de Renda e por empréstimos contraídos no exterior. Tendo a incumbência de administrar os recursos do FRE, foi criado

Esse banco se tornou assim, um pilar importante das bases do desenvolvimento industrial e infraestrutural do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, com suas ações concentradas, no entanto, na região Centro-Sul.

Segundo Almeida (1995), com o poderio militar, um choque inflacionário sobre a tributação de impostos e a elevação dos juros da dívida interna, tornou o Estado incapaz de gerir suas empresas produtivas e programas sociais, assim como alavancar a modernização. Para conter isso, mudou a estratégia de arrecadação de recursos e aumentou o endividamento externo. Assim, na tentativa de acelerar a modernização, garantindo os gastos orçamentários, o Estado recorreu a venda títulos da dívida pública a diferentes investidores (nacionais ou estrangeiros). Esses e outros meios se basearam na regulação do sistema financeiro nacional, posta em prática já nos anos 1960, com instituição da Lei 4.595, de 1964, a qual dispôs sobre a política e instituições monetárias, bancárias e creditícias, além de criar o Conselho Monetário Nacional.

No BNDES também ocorreriam transformações relativas a origem e gestão de seus recursos. Com a lei complementar nº 26, de 1975, este banco estatal passou a ter como principal fonte de recursos não mais uma parcela do imposto de Renda, mas 40% do Fundo PIS-PASEP³¹¹. Desse modo, vinculava-se a modernização, ou seja, a mobilização da terra, do trabalho e criação de infraestruturas, à dedução do lucro do empregador, no fundo, a mais-valia oriunda da própria exploração da força de trabalho do trabalhador no processo produtivo.

Em 1988, a Constituição Federal, vinculou o Fundo PIS-PASEP ao pagamento do abono, do seguro desemprego e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico (e nesse sentido, ao BNDES). E em 1990, com a instituição, pela lei 7.998, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, o Fundo PIS-PASEP deixou de ser a fonte de recolhimento desses tributos, passando diretamente ao FAT³¹². Este por sua vez continuou com as atribuições daquele

em 1952 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE, depois BNDES), autarquia subordinada ao Ministério da Fazenda (Lei 1.628, de 20 de junho de 1952)” (BNDES, 2014).

³¹¹ Tanto o programa de Integração social (PIS), quanto o programa de formação do patrimônio do servidor público (PASEP) foram criados em 1970 e tinham entre seus objetivos “possibilitar a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social” (BNDES, 2014). Tratava-se de uma tributação ao Estado e às empresas empregadoras.

³¹² As principais ações financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno de dois programas: o Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação do emprego) e os Programas de Geração de Emprego e Renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais [FAT-DE] criados pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 (incorporando, entre outros, o próprio Programa de

fundo: “custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico” (BNDES, 2014), inclusive destinando 40% ao BNDES. O gráfico abaixo mostra as fontes de recursos do BNDES e o percentual interno de sua distribuição nos anos de 2010 a 2015 (figura 03).

Figura 03 – Fonte de Recursos do BNDES. Período de 2010-2015.

Fonte: BNDES, 2016. Elaborado por Erick, 2016.

No gráfico acima percebemos o quanto é importante a participação do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como fonte de recursos deste banco³¹³. Os recursos do BNDES são destinados a diversos financiamentos, industriais, de construção civil, energia, produção agropecuária, maquinários agrícolas e micro empreendimentos.

O banco, como vimos, fora criado a partir das exigências de uma crescente demanda de modernização, e, da impossibilidade do próprio Estado efetivá-la apenas com a arrecadação de impostos. Agora, após muitos anos da sua criação, o problema parece só piorar: nem mesmo com o montante bilionário das contribuições do FAT e com o seu patrimônio líquido, é capaz de executar suas ações, tendo, o Tesouro Nacional, cada vez mais, de assumir o papel central de provedor dos seus recursos, algo decorrente da ampliação da captação de Letras do Tesouro Nacional (LTN) através de leis federais³¹⁴, sendo isso, a marca do endividamento.

Geração de Emprego e Renda - PROGER, nas modalidades Urbano e Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf) (MTE, 2014).

³¹³ Em 2012, foi autorizado que o BNDES emitisse inclusive Letras de Crédito do Agronegócio.

³¹⁴ Mostramos a seguir, apenas duas dessas medidas: a Lei nº 12.979/14, na qual “fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda” (Planalto, 2014c), e, a Lei nº 13.000/14 pela qual, “fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda” (Planalto, 2014d).

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o BNDES participa na execução de projetos e das seguintes medidas de estímulo ao investimento:

- a) A redução de *spreads* básicos nas linhas de financiamento para segmentos estratégicos: energia elétrica, logística e desenvolvimento urbano;
- b) A criação de grupos de trabalho internos para monitorar, acompanhar e responder a órgãos de controle externo sobre os projetos do PAC.

Para contemplar suas ações, o BNDES abre edital para contratação de empresas no mercado (em geral consórcios), para execução de obras, por ele financiadas. Estas são selecionadas e as obras licitadas. Os consórcios recebem o pagamento e executam as obras³¹⁵. Além disso, o Banco promove outros programas de financiamento como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

Por meio desse sistema, o Estado, devedor infalível (Kurz, 2014), ao equalizar os juros e emitir títulos da dívida, para garantir a modernização dentro do orçamento, tornou-se cada vez mais endividado e essa uma central tendência³¹⁶. E, justamente por esses meios, se amplia a margem de créditos disponíveis.

No caso do Crédito Rural, as ações estatais voltadas ao financiamento do Pronaf e do Agronegócio, se originaram dos recursos orçamentários e constitucionais, de transações envolvendo também o BNDES, Bancos oficiais (com carteira de créditos rurais), Fundos Constitucionais e os Depósitos Especiais do FAT (FAT-DE) – específico para o Pronaf – todos geridos pelo Banco Central.

Uma das estratégias formuladas, com a intenção de tentar desonerar o Estado dos gastos com o Crédito Rural decorreu da possibilidade de captação de mais recursos da Poupança Rural e a permissibilidade da negociação de Letras de Crédito do Agronegócio, ambas, porém, amparadas pela garantia de equalizações de dividendos pelo Tesouro Nacional. Mais recentemente, outro passo na tentativa da desoneração do Estado foi dado com a flexibilização das regras da Previdência Complementar, no tocante as possibilidades de investimentos de seus recursos em mercados de ações, entre elas, as Letras de Crédito do Agronegócio.

³¹⁵ Entre elas, destacam-se na Bahia, as voltadas a produção de energia eólica e fotovoltaica, além do Programa Luz para Todos e o projeto de integração de Bacias, mais conhecido como Transposição do Rio São Francisco. Todas com grandes impactos potenciais e reais, principalmente relacionadas às transformações dos usos da terra dos posseiros. Vimos um pouco desses impactos quando falamos da produção de energia eólica.

³¹⁶ A gestão das contas públicas, relacionadas a esses diversos mecanismos financeiros e monetários faz do Estado um gestor, ao mesmo tempo em que o torna subordinado ao mercado. Transversalmente a política partidária e aos interesses de classe defendidos, legitimados no Congresso Nacional, são propostas, por meio de sua estrutura, constantes mudanças nestes mecanismos de gestão, de acordo com o Orçamento Geral e a Meta Fiscal, que envolve a arrecadação e demais transações (excetuando-se o pagamento dos juros das dívidas), pautada principalmente na manutenção do *superávit* primário (e que nos últimos dois anos sofreu uma queda).

Em sua dissertação de mestrado Valcilon Gomes da Silva, pesquisou a relação entre os fundos de pensão e o financiamento privado do agronegócio³¹⁷. Segundo ele, a lei que rege essa possibilidade é a de nº 11.076 de 2004,

que, promoveu a obtenção de financiamento mediante os chamados “novos títulos” junto a “investidores institucionais” (BRASIL, 2004a). Essa Lei tratou da criação de título mobiliários do agronegócio, Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA. Essa norma tem sido considerada como uma ação de política pública orientada ao fortalecimento do financiamento privado do agronegócio no país. (Silva, 2014, p.15)

Essa participação dos fundos de pensão foi estimulada pelo próprio órgão gestor das entidades de previdência complementar, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), ao estimar o rendimento de 25 bilhões de reais ao ano para este mercado, e, pela resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 3.121 de 2003 alterando “as normas que estabelecem as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar” (Bacen, 2015)³¹⁸. Isso possibilitava o investimento de até 20% dos recursos garantidores de cada Plano, voltadas aos títulos mobiliários, financiando o agronegócio.

Com permissão para emissão de títulos da dívida por instituições financeiras e de letras de crédito sobre a produção agropecuária, o Estado visava estimular o agronegócio desonerando parte dos gastos estatais diretos com o mesmo.

O dinheiro investido por esses fundos é revertido na forma de crédito para o agronegócio através dos bancos captadores. As vantagens para quem às dispõem é a isenção dos depósitos compulsórios (pelo qual o Banco Central ampliaria seu fundo). E, o atrativo para quem as adquire, é isenção do imposto de renda. Ou seja, das duas formas, apesar de sua gestão estatal, nenhum recurso ingressa aos cofres públicos. Este só é movimentado negativamente, quando, em caso inadimplência por parte desses

³¹⁷ A pesquisa se baseou em oito fundos de pensão estatais: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ); Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros); Fundação dos Economistas Federais (Funcef); Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís); Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus); Ceres Fundação de Seguridade Social (Ceres); Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc); Instituto Conab Seguridade Social (Cibrius).

³¹⁸ A Resolução 3.121, de 2003 foi revogada pela Resolução 3.456, de 2007, o redigindo, mas mantendo a possibilidade desse investimento, enquadrados como investimentos de baixo risco, conforme o inciso III do artigo 10: “III - os certificados e os recibos de depósito bancário, as letras de crédito do agronegócio e os demais títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerada, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito, bem como as cédulas de produto rural com liquidação financeira que contem com aval de instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito” (Bacen, 2015).

fundos, relativos às LCAs, a responsabilidade fica ao cargo do Fundo Garantidor de Crédito, segurado pelo próprio Tesouro nacional, ou seja, o Estado.

Com a Poupança Rural, uma parte dos ganhos relativos aos custos sobre as transações bancárias rurais, tornava-se a base de novos créditos estatais ao agronegócio e ao Pronaf, embora coubesse ao Estado, equalizar os *déficits*, mostrando o quão atrelado ao sistema financeiro estão as possibilidades de financiamento da produção e reprodução do trabalho no campo, nem de longe executadas, sem esses recursos.

Essa mesma dependência de créditos estatais diretos ou indiretos, revelou-se na centralidade do BNDES, consolidada nos últimos anos, na gestão da execução de ações modernizadoras estatais, por via das empresas. O Estado, ao disponibilizar dinheiro via BNDES para modernização, tanto as atividades ligadas a agropecuária, quanto à indústria e infraestrutura, utiliza o que fora arrecadado (impostos, principalmente balizados no *superávit* primário e diretamente do FAT e do FGTS), e da possibilidade de venda de títulos da dívida pública nacional (o seu capital financeiro).

Esses títulos, regulados pelo Tesouro Nacional, se dividem em mais de dez tipos, e podem ser adquiridos por diferentes investidores, tanto pessoas físicas, como jurídicas. Ao adquiri-los, tornam-se credores do Estado. No Brasil, os maiores credores da dívida pública nacional, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, são os bancos, os fundos de investimento e os fundos de pensão, conforme o gráfico abaixo (figura 04):

Figura 04 – Beneficiários da Dívida Interna, julho de 2013.

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (ACD, 2014). Reelaborado por Erick Kluck, 2016.

O fato, desses fundos de pensão, terem seus recursos oriundos das contribuições dos trabalhadores à previdência complementar, e, do BNDES ter como uma das principais fontes o FAT (e, no caso do Programa de Aceleração do Crescimento – no

qual o BNDES tem participação central – os recursos terem origem em um percentual do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS) revela a seguinte contradição, já destacada por Oliveira (2008): o dinheiro das contribuições do FAT, FGTS e dos fundos de pensão, investidos tanto em empresas do agronegócio, como nas grandes obras (como represas, estradas, ferrovias, portos, complexos eólicos, linhas de transmissão de energia, entre outras) de modernização, são os responsáveis, justamente, por impor novas condições aos trabalhadores, no sentido da precarização e da mobilização do trabalho com alta rotatividade de emprego, e, além disso, intensificam a expropriação, por via da desapropriação e despossessão de terras utilizadas por diversos camponeses.

Vimos, mais acima, como a ampliação desses e outros programas relacionados, como o Luz para Todos, o Bolsa Família, programas associados a outras fontes de renda, e, inclusive o assalariamento, tem promovido transformações de ordem prática na vida cotidiana dos posseiros. Antes de apresentar outras relações, resgataremos rapidamente algumas dessas transformações:

- a) Ampliação do consumo de “novos” produtos industrializados, principalmente eletroeletrônicos, móveis, motocicletas, motores;
- b) Ampliação dos gastos com compras e mercados do básico da alimentação;
- c) Aumento do preço das diárias (do trabalho por dia), gerando um inflacionamento;
- d) Diminuição das roças destinadas ao consumo direto, e aumento das roças destinadas a produtos que podem ser transformados *in lócus*, como cana de açúcar;
- e) Aumento da circulação de carros, frete e escolares;
- f) Aumento do número de escolas;
- g) Aumento da circulação de pessoas que saem para se assalariar em outras localidades, mas que voltam conforme o período de safra e entressafra;
- h) Mesmo com a diminuição do tamanho das posses de terra, os que saem, voltam para garantir o acesso aos recursos como Garantia Safra, Pronaf e Bolsa Família;
- i) Endividamento de algumas pessoas.

Assim o Estado, ao modificar as formas de obtenção e acesso ao crédito, ampliando e diversificando as linhas de financiamento, contribui para a ampliação do acesso a renda e o consumo. Não sem concentração de renda e outras contradições.

As leis 8.697, de 1993 e 9.069 de 1995, compondo a criação do Real (R\$) como unidade financeira nacional, balizaram, após muitos anos de instabilidade financeira e inflação, a chamada estabilização do sistema financeiro nacional. Quase simultaneamente – lembrando se tratar de um contexto de dívida externa alta e no qual as resoluções do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), impunham aos países do Terceiro mundo a contenção dos gastos do Estado (como gastos com a previdência social e de amparo ao trabalhador) – foram criados dois

programas, entre outros, de desestatização: o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), pela Resolução nº 2.208 e MP nº 1.179, ambas de 1995 e o Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), pela MP nº 1.514, de 1996, e Resolução nº 2.365, de 1997). Ambas se relacionavam a liquidação ou ajuste da participação de instituições financeiras no mercado para a estabilização financeira.

No ano 2000, contribuindo para tal estabilidade, foi criada a Lei Complementar 101, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela qual se estabeleciam normas das finanças públicas³¹⁹. Essa lei também regulava a atuação do Fundo Garantidor de Créditos, órgão privado, sem fins lucrativos, ligado ao Sistema Financeiro Nacional, providências dadas, nas Resoluções nº 2.197 e 2.211, de 1995. Ambas foram alteradas pela Resolução nº 4.222, de 2013, dispondo sobre o estatuto e o regulamento do FGC.

Também, no sentido de gestão do mercado financeiro e monetário, a resolução nº 2.390/97, criou a Central de Risco de Crédito - CRC, garantindo sua supervisão e a análise de risco, e, pela Resolução nº 4.122, de 2012, se estabeleceu os critérios para a permanência de instituições no Sistema Financeiro Nacional. Ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal concluiu a internalização do crédito como operação “mais que natural” do Estado, tornando-se uma alavanca central da modernização.

Estas são algumas das diferentes medidas conformadoras de parte do arcabouço gerencial, monetário e financeiro do país. Segundo Sidney (2014), tais, “fundamentos macroeconômicos, combinados com uma regulação adequada e forte supervisão bancária, resultaram em estabilidade macroeconômica e financeira, que tem servido ao interesse da coletividade” (Sidney, 2014, p. 63). E, como resultados, a:

- Redução da desigualdade social e do nível de desemprego
- Aumento da renda média e do acesso ao crédito
- Melhora significativa na distribuição de renda e da mobilidade social
- Desenvolvimento dos mercados de crédito e de capital
- Crescimento do investimento
- Inclusão financeira. (Sidney, 2014, p. 55)

³¹⁹ No artigo 1, primeiro parágrafo: “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar” (Planalto, 2014e). O Tribunal de Contas da União é o responsável por fiscalizar as contas públicas de acordo com essa Lei de Responsabilidade Fiscal. Recentemente, a Presidenta eleita Dilma Rousseff, sofreu o processo de *impeachment*, no qual foi acusada de ter descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal, algo que gerou muitas controvérsias, devido as ocorrências de mudanças de regras de fiscalização durante o exercício de regras anteriores.

Conforme os indicadores do IPEA em 2013, essas e outras medidas monetárias se imbricaram a políticas sociais e econômicas³²⁰. Tal estratégia resultou em grande profusão de créditos relacionados, inclusive, com a modificação na reprodução do trabalho dos camponeses: “a valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e o maior acesso à infraestrutura social, em conjunto com as medidas de expansão e barateamento do crédito, têm sido decisivos para elevar o poder de compra das famílias, especialmente das mais pobres” (IPEA, 2013, p. 7).

Todo esse processo de fato gerou um rebaixamento do índice de GINI, de 0,560 para 0,500 entre 2001 e 2011. Além disso, segundo o MTE, houve de 2002 a 2011 um aumento significativo na taxa de crescimento dos empregos formais, totalizando 19 milhões. Segundo o economista Jorge Arbache, nesta série “desafios” do IPEA (2013), é necessário manter esse crescimento com maior produtividade. Recomenda, para se alcançar isso, o fomento às micros e pequenas empresas, investimento em capital humano, aplicação de recursos em setores produtivos, o aperfeiçoamento dos serviços públicos, a ampliação da participação nas cadeias globais de valor, agregação de valor aos produtos, a diversificação da economia, o estímulo a competição e à cultura da meritocracia, e, por fim, a redução da pobreza e da desigualdade.

Essa receita mágica unindo crédito, produtividade, concorrência, subjetividade, está presente na base dos Programas do Território de Identidade e da Cidadania, sendo a agregação de “valor” associada ao aumento da produtividade (diminuindo o valor posto em cada mercadoria) e da competição instaurada (o obrigando a diminuir ainda mais o preço dos produtos), apenas alguns dos problemas, da busca de “inserção” no mercado.

Naquele mesmo sentido, segundo Ricardo Abramovay, já em 2004:

É equivocada a idéia de que primeiro os pobres devem ampliar sua geração de renda para, só então, demandar serviços financeiros formais. Na verdade, o acesso aos bancos é uma das mais importantes condições para aumentar as chances daqueles que vivem do trabalho por conta própria e próximos à linha de pobreza. As três milhões de contas bancárias abertas nos últimos 18 meses

³²⁰ “Neste período, aportaram-se recursos orçamentários crescentes em políticas sociais no país. [...] foram criados ou ampliados programas e ações com o propósito de promover a inclusão social da população mais pobre e vulnerável, como os programas de transferência de renda, de fomento ao agricultor familiar, de garantia à segurança alimentar, entre outras. A articulação federativa e o diálogo com a sociedade civil têm sido fundamentais para a efetividade destas políticas sociais. Compartilhando a elaboração, execução, monitoramento e avaliação com estados, municípios e sociedade, o Estado brasileiro habilita-se a, cada vez mais, atender as demandas sociais em sua diversidade e amplitude. [...] fator distintivo do período recente é o resgate da atuação do Estado brasileiro como investidor e como indutor do investimento privado, o que tem permitido a eliminação de gargalos ao desenvolvimento econômico e social. Houve a retomada do planejamento das ações governamentais nas áreas dos investimentos em infraestrutura e da política industrial e tecnológica com estímulo à descentralização do crescimento e à geração de renda, fundamentais para a redução das desigualdades regionais” (IPEA, 2013, p. 6).

- sobretudo em bancos estatais - fazem parte de um conjunto de iniciativas que podem contribuir para alterar o conteúdo social do crescimento econômico num país tão desigual como o Brasil. Uma vez afastada a barreira ao ingresso, a tendência é que se amplie o uso dos seguros - que já começam a ser oferecidos a preços populares -, da poupança e do crédito. [...] Parte muito importante do público atingido nunca tinha conseguido acesso a uma conta bancária. Ao que tudo indica o segredo está na capacidade destas organizações de juntar a preocupação em oferecer serviços a populações pobres com o rigoroso respeito à racionalidade econômica, que se traduz no pagamento dos empréstimos por parte dos beneficiários. (IPEA, 2004)

E Candido Mendes, em 2007, também do IPEA:

É com o governo Lula que o planejamento volta à tona, dentro do empenho global de ampliação maciça do nosso mercado interno, com a crescente eliminação da marginalidade, o reforço do intervencionismo do Estado e a primeira política efetiva, direta, de redistribuição de renda, com vistas à expansão do poder de compra interno e ao fortalecimento dos setores intermediários da nossa mobilidade social. O programa Bolsa Família seria o seu marco, caracterizado pelas novas e ambiciosas diretrizes do desenvolvimento sustentado, a depender da interação, ao mesmo tempo, entre o aumento do produto e a diversificação social, somando o subsídio econômico aos antigos setores marginalizados à sua direta e forçosa integração na economia de serviços do país, a partir da educação e da saúde. (IPEA, 2007)

Ambos mostravam como o processo em curso fora planejado para inserção de mais pessoas no sistema de crédito e de consumo. Além deles, com outra perspectiva, Ricardo Bielschowsky, entendia a distribuição de renda direta, atrelada ao consumo, como a correta política de crescimento. Para ele:

Existe promissora tendência potencial na economia brasileira que deveria orientar a estratégia de desenvolvimento do país: o crescimento pelo mercado de consumo de massa. É um estilo de crescimento que pressupõe simultaneidade entre: expansão dos investimentos, da produtividade e da competitividade; e adequada transmissão de aumento de produtividade à renda das famílias trabalhadoras (pelo mercado de trabalho, pela redução de preços de bens e serviços populares, e por políticas sociais muito ativas). É a modalidade virtuosa de integração entre crescimento e distribuição de renda que por décadas vigorou em países desenvolvidos de mercado interno amplo. O modelo é viável no Brasil, mas requer política pública, especialmente em dois âmbitos: transmissão de aumento de produtividade aos rendimentos dos trabalhadores; e fomento à produção e exportação. O primeiro âmbito exige: condução da macroeconomia que abra ao 'crescimento' o espaço devido, para absorver produtivamente a força de trabalho; políticas tecnológicas e de concorrência para reduzir preços de bens populares; e políticas normalmente tratadas como sociais. Essas últimas, além de promoverem justiça social e elevarem a eficiência do trabalhador, podem cumprir função relevante no modelo de consumo de massa, gerando renda e aliviando a pressão sobre o mercado de trabalho: reforma agrária e apoio à agricultura familiar, os programas clássicos de criação de emprego, renda e bem-estar (como moradia, saneamento, transporte, saúde e educação), salário mínimo, seguro-desemprego e acesso à previdência rural, e programas assistenciais como Bolsa-Família (com frequência escolar) e universalização da atenção aos idosos. O segundo âmbito é o de políticas de investimento: fomento à ampliação e modernização da capacidade produtiva e a exportações, ao conhecimento e à inovação, com coordenação de investimentos em infraestrutura e alguns bens e serviços comercializáveis, para fortalecer o crescimento e reduzir a vulnerabilidade externa. A agenda requer novas

engenharias financeiras, e se beneficiaria de uma institucionalidade mais favorável aos investimentos públicos e privados. (IPEA, 2004)

Esse sentido, dado pelos analistas ou colaboradores do IPEA, mostra como o planejamento estatal das ações se vincula aos mecanismos complexos da ordem da reprodução baseados na ampla difusão territorial do crédito. Os impactos dessas medidas são observados nos dados sobre o consumo, disponível no IBGE (pesquisas mensais e anuais de Domicílio, Comércio, agricultura e indústria). Apresentamos parte disso ao tratar, mais acima, dos programas e ações do Governo Federal, Bolsa Família, Pronaf e Garantia Safra. Aqui complementando, mostramos abaixo, o aumento do consumo de bens duráveis na Bahia e no Brasil, nos últimos anos³²¹ (figura 05).

Figura 05 – Domicílios com bens duráveis no período de 2002-2014.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2002-2014). Org.: Erick Kluck, 2016.

No Brasil, nos doze anos da série mostrada no gráfico o consumo de bens duráveis quase dobrou e na Bahia, aumentou constantemente. Isso se relaciona diretamente ao aumento da oferta de crédito pessoal e empresarial. Segundo o levantamento do Banco Central do Brasil, em suas séries temporais, de 2004 a 2014, aumentaram tanto as operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas na Bahia, quanto o volume de recursos, passando estes de R\$ 16,0 bilhões, em 2004, para cerca de R\$ 100,0 bilhões em 2014. Ao mesmo tempo, no mesmo período, baixou a taxa de inadimplentes, de 10% para 5%. Porém, no Brasil, segundo também o levantamento do Banco Central do Brasil, em suas séries temporais, de 2005 a 2014, o endividamento com as instituições financeiras aumentou de 18% para 45% neste período.

³²¹ Os bens duráveis destacados foram: televisores, rádios, filtros de água, fogões, geladeiras e freezers. Ainda sobre o consumo de bens duráveis, segundo o levantamento do Banco Central do Brasil, em suas séries temporais, houve um aumento no volume geral de vendas no varejo de móveis, eletrodomésticos, automóveis e motocicletas, de 2000 à 2014, de cerca de 60% a 80%. Atualmente este volume diminuiu, após a retirada dos incentivos ao comércio e a baixa taxa de impostos, tanto na produção quanto na comercialização. Atrelado a isso, houve uma diminuição na produção e um aumento no desemprego.

Esses dados mostram a tendência da reprodução capitalista precisar cada vez mais de um aporte de créditos e subsídios, com grande participação estatal. Ao relacioná-los entre si na série temporal de 2005 a 2014, notamos um aumento no comprometimento com os serviços da dívida (amortização e juros) de 15% para 21% do total da renda de famílias solicitantes de empréstimos. Ou seja, o crédito parece ter se incorporado ao salário, o complementando³²².

Uma pergunta, surgida dessa realidade atual é a seguinte: trata-se de uma ação particular de um Governo, ou, de uma forma de ser do Estado moderno, responsabilizado por sua própria reprodução e, de seu outro, o mercado? Após “assumir” esse papel uma vez, pode renunciá-lo? Mais que uma “opção” governamental, esse se tornou um papel central (além do monopólio da violência), do Estado no capitalismo. Seja com governos de “Direita”, do “centro” ou da “Esquerda”; seja na opulência ou na crise, muda apenas a forma de manipular e gerir os mecanismos de mercado³²³: subsídios ou impostos, atrelados aos preços de mercadorias, créditos e subsídios à produção agrícola e ao consumo em geral; o contínuo recorrer aos seus fundos ou reservas, oriundos de arrecadação ou venda de títulos públicos, entre outras.

Os fios, soltos e separados na realidade concreta do cotidiano se interligam, por diferentes relações postas nos, e, para além dos próprios sujeitos sociais que as realizam, incluindo aí o próprio Estado (forma social moderna do capital, posto e o pressuposto da modernização) – na tentativa de gestar a crise imanente ou a contraditória da reprodução capitalista, organizando os meios que lhe sustenta.

Portanto, se os recursos originados da tributação regular, há tempos não garantem sua reprodução, o Estado precisa constantemente recorrer ao endividamento junto aos participantes do mercado, tomando dinheiro emprestado, como um participante quase comum do mercado financeiro. Diversas medidas, como vimos, foram adotadas, no entanto, no sentido deste ampliar o seu papel como gestor da modernização. Um deles foi o controle sobre o Banco Central, e deste junto a intermediários, como bancos estatais ou público/privados³²⁴.

³²² Nos anos de 2015 e 2016, esta inadimplência tem aumentado, mas concomitante ao rebaixamento de empréstimos e ao aumento do desemprego (com o fim, apenas no primeiro semestre de 2016, de cerca de 500 mil postos de trabalho). O momento atual parece indicar uma inflexão na qual o Estado inicia uma contenção nos gastos, tanto com subsídios, como incentivos, ao comércio e a produção.

³²³ Porém, não homogeneamente, pois são evidentes as particularidades na execução política das diferentes formas de governo derivadas, mobilizando a realidade concreta, a violência, etc. (pauta atual de diversos debates, principalmente em relação aos Direitos Humanos e participação popular).

³²⁴ Ao criar ficticiamente um montante de dinheiro, o Banco Central pode comprar os títulos de dívida em poder dos bancos, aumentando os fundos de reserva daqueles. Isso os permite aumentar a carteira de

Para além da saúde, educação e segurança pública, é peça chave, a adoção de diversas medidas para propulsão do mercado, de variadas formas, seja na produção ou distribuição (envolvendo até mesmo comercialização e consumo). No tocante a produção industrial e agropecuária, a tentativa de estimular o incremento técnico, possibilitando a concorrência, para se alcançar os parâmetros de produtividade exigidos pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais, torna-se uma necessidade reclamada por seus partícipes, o aumento no montante de investimentos em tecnologia as quais as empresas não conseguem obter por suas próprias vias de produção e comercialização. E, desse modo o Estado intervém como provedor de crédito.

O aumento do Crédito Rural se relaciona, assim, a sua modernização, ou seja, com a compra financiada de maquinários e implementos aumentando a produtividade por área e diminuindo os salários e os empregos. Segundo (Gasques & Bastos, 2003),

Sem dúvida, a maior oferta de recursos para investimento foi decisiva para a retomada das vendas internas de máquinas agrícolas. [...] A possibilidade aberta à substituição e ampliação do número e potência de máquinas foi essencial na expansão da escala de produção agrícola e no aumento da produtividade do trabalho. Esse aumento da mecanização da agricultura vem-se dando associado a outras mudanças que vão em direção ao aumento do produto e da produtividade (Gasques & Bastos, 2003, p. 90-91).

Além disso, no ano seguinte, (Gasques et al., 2004) identificou o importante papel do BNDES nisso, com o programa de Crédito Rural denominado Moderfrota,

A retomada do crédito de investimento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possibilitou a expansão da demanda de máquinas agrícolas no país. [...] é surpreendente o crescimento das vendas no período de 1996 a 2002, que passou de 13.893 unidades para 40.395 em 2002, um acréscimo de 190,7%. No período mais recente, que compreende os anos de 2000 a 2002, a instituição do Moderfrota (Resolução no 2.699), cuja taxa de juros atual foi estabelecida entre 8,75% e 10,75%, foi fator determinante para o aumento da demanda por máquinas agrícolas e o consequente impulso sobre as suas vendas. (Gasques et al., 2004, p. 32)

No entanto, essa mesma intervenção e impulso a implementação de inovações, é a causa da expulsão do trabalhador do processo produtivo, gerando desemprego, aumentando as demandas sociais do Estado. Ou seja, essa modernização impactou diretamente o emprego no campo, algo ressaltado por Manuel Alves Filho a partir da tese de doutorado de José Marangoni Camargo, voltando-se para São Paulo:

entre o início da década de 70 e meados dos anos 2000, a agricultura paulista eliminou aproximadamente 700 mil postos de trabalho [...]. Uma das causas desse brutal enxugamento é a intensificação do processo de modernização

possibilidades de depósitos e abertura de créditos ao público. Ao mesmo tempo, aumenta o encargo com o próprio Banco Central, ao qual deve efetuar depósitos compulsórios. Com isso, o Banco Central, pode outra vez comprar mais títulos e aumentar as reservas dos mesmos. No entanto isso não pode ocorrer indefinidamente, pois há sempre o momento em que as dívidas precisam amortizadas, nem que seja com novos empréstimos. Sendo nesse jogo, efetivada a gestão sobre a taxa de juros geral do mercado.

dos métodos de produção, cujo reflexo mais marcante está na progressiva mecanização das atividades anteriormente cumpridas de forma manual. (Filho, 2007)

E, baseado também, na leitura da tese de José Marangoni Camargo, Zanella (2008), observa:

a modernização no campo foi motivada pelo avanço das exportações, alta dos preços das commodities no mercado internacional e estagnação da fronteira agrícola no Estado. O recuo na oferta de empregos está associado à mecanização e evolução da tecnologia no campo e à concentração fundiária, com predomínio das monoculturas. [...] A maior eliminação de postos de trabalho ocorreu na década de 1990, quando o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estimulou a compra de maquinário entre os produtores rurais. [...] A consequência foi a queda na contratação de trabalhadores por hectare em culturas como batata da seca (-92%), feijão das águas (-81,9%), algodão (-80,9%), trigo (-67%), soja (-59,8%) e laranja (-59%). [...] de 2000 a 2004, o avanço da tecnificação na agricultura paulista elevou em quase 62% a produtividade do trabalho, medida pelo valor da produção anual e o total médio de pessoas ocupadas. Porém, a ocupação agrícola caiu 23%. Mesmo produzindo mais em menos tempo, os trabalhadores não foram beneficiados. (Zanella, 2008)

Esse nó górdio da contradição é a forma de ser do capitalismo, se enveredando e se enroscando ainda mais com a montagem de um aparelho creditício estatal, postergando ao futuro a extração de mais-valia, antecipando-a de forma fictícia, para o processo produtivo, e ele mesmo, não sucumbirem.

Por fim, pensando nos aspectos abordados antes, em relação à profusão e difusão do crédito e do consumo, mais um caráter territorial parece se colocar: o aumento das agências bancárias, juntamente com os postos de atendimento bancário (PAB) e postos de atendimento eletrônico (PAE) dispersos no território nacional (ver Contel, 2007).

Na *Pesquisa de Tecnologia Bancária 2013* encomendada pela FEBRABAN, utilizando entre outros, os dados do Banco Central do Brasil, evidencia-se que de 2008 para 2012, o número de PAEs subiu de 39.300, para 43.500 postos, representando um total acumulado de 9,5 % em quatro anos. Já os PABs passaram, no mesmo período, de um total de 18.400 para 21.500 postos, representando um acúmulo de 14% em quatro anos. As principais regiões onde se concentraram a abertura de novas agências bancárias, em termos percentuais foram o Norte e o Nordeste, seguidos pelo Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, conforme relatório ocorreu o aumento de contas correntes e poupança. As contas correntes abertas subiram de 82 milhões para 97 milhões, e as contas poupança, de 90 milhões para 102 milhões³²⁵.

Teria o aumento da monetarização da população, pela disponibilidade de crédito, impulsionado a abertura de novas agências, ou o aumento das agências, possibilitou o

³²⁵ Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2013 (FEBRABAN, 2014).

aumento da monetarização? As duas coisas ocorrem juntas, mas o impulso inicial advém da direção dada pela política de gestão, promovendo o aumento da disponibilidade de crédito estatal e privado, colocando como marco importante, a difusão de agências pelo território³²⁶.

No ano de 2015, no entanto, toda essa “opulência” iniciou uma reviravolta, diminuindo-se o montante de investimentos em diferentes áreas, mostrando a sua vulnerabilidade em relação à dinâmica de crescimento e a crise mundial, no caso brasileiro pautada na venda de *comodities* (por onde se busca alcançar o *superávit* primário). Esse é um aspecto crítico da modernização, relacionado às formas como o Estado se coloca em relação ao mercado. Portanto, as relações estabelecidas, num conjunto normativo e de “regulação da concorrência”, se apoiam no Estado, e este, se coloca em alguns momentos com uma atuação mais incisiva, ou mais permissiva, conforme as decisões dos envolvidos sejam empresas e/ou instituições financeiras.

Essa gestão financeira estatal torna-se assim, um dos componentes da territorialização do capital, dado o nível das relações estabelecidas nos lugares (por APLs, entre outras) contraditoriamente impondo a mobilização do trabalho, seja por via direta ou indireta, através da profusão de créditos. Esses são os vários temas relacionados diretamente ao atual papel do Estado.

Essa dinâmica geral mostra a indissociabilidade entre o Estado e o mercado, marcada também prático-discursivamente no assumido caráter territorial. Dada a violência da territorialização das relações sociais historicamente determinadas, postas em processo desde a colonização, a cada transformação particular na qualidade da reprodução capitalista, em direção a sua crise fundamental, a territorialização se metamorfoseia, mobilizando trabalho e transformando a apropriação da terra.

Seu alcance imbrica inovações tecnológicas de comunicação, meios de produção e ampliação da rede de energia elétrica e de estradas, atreladas a difusão da linguagem comercial e técnica, através de cursos e consultorias. Tudo isso não é um “caminho natural” do progresso, como o discurso comum e político quer fazer ser, mas, processo

³²⁶ No ano seguinte, a pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária de 2014, além de mostrar que o processo continuou em expansão, revelou que ele se diversificou por outros meios, tonando ainda mais complexa, a discussão territorial, no sentido da hipercapilarização (Contel, 2007), por envolver, não só as agências e postos físicos, mas dotar “qualquer” indivíduo (desde que tenha acesso a internet) deste poder: “Mais da metade (52%) das transações bancárias feitas no Brasil em 2014 foram realizadas via internet e mobile banking. Os dados são da Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2014, que mostra a evolução da indústria bancária nacional, as principais tendências do setor e investimentos feitos em tecnologia. Segundo o estudo, atualmente 47% das contas ativas no País (51 milhões) realizam transações utilizando internet banking e 24% (25 milhões), smartphones” (FEBRABAN, 2015).

histórico, contraditório e violento, que tem na sujeição e auto sujeição do sujeito, de suas vontades, necessidades e de seu tempo de trabalho, através da representação estatal e empresarial, um motor.

Até agora, vimos o quanto as categorias sociais postas no processo, tendo no Estado (em sua relação com mercado) suas balizas, são facetas essenciais indissociáveis, e o quanto estas se impõem violentamente até mesmo onde não parece. No próximo item, tentaremos mostrar outros nexos fundamentais da forma social de mediação nas relações entre Estado, mercado, trabalho, dinheiro e o crédito.

2. A territorialização das ações estatais e a simulação de autonomia territorial

Atualmente o Estado assume com mais veemência alguns de “seus” desígnios, por meio dos mais variados artifícios, sejam eles, de disposição, ou contenção de recursos públicos, para a continuidade da reprodução social capitalista. Na discussão sobre a pertinência dessa interpretação, será importante considerarmos as seguintes temáticas do problema: a recente profusão de políticas públicas e ações estatais territoriais, financeirização, desenvolvimento das forças produtivas e crise do trabalho. E, por fim, a posição da seguinte questão: seria a proposição de ações territoriais, uma nova necessidade de ordem prática da reprodução do trabalho em geral, ou seja, uma das garantias da continuidade da reprodução do capitalismo?

A dinâmica da reprodução do trabalho do camponês posseiro se mostrou, com seus aspectos categoriais, como uma particularidade da reprodução do capital, sendo, historicamente, o processo de generalização das categorias sociais de mediação (mercadoria, dinheiro, trabalho) o mesmo que colocou o Estado e o próprio camponês, como formas sociais modernas. No longo percurso apresentado até agora, vimos como, em alguns momentos, a reprodução do trabalho do camponês posseiro foi uma questão importante para o Estado. Ao lhe “gestar”, expulsar, ou “fixar”, o sentido em jogo nesse processo, foi a mobilização do trabalho e a constrição territorial.

Nos Brejos da Barra, observamos alguns aspectos da reprodução do trabalho e apropriação da terra remetidos a este sentido, embora com desdobramento ainda mais crítico, dado no próprio processo da reprodução capitalista, em direção também a gestão estatal da crise e ao confinamento territorial. Relembremos alguns deles.

Nos últimos dez anos se tornou bastante comum nos Brejos, os posseiros jovens solteiros migrarem temporariamente, ou, por vezes, até definitivamente, em busca de trabalho para complementar sua renda. Ao migrarem para outros municípios do Oeste

baiano, empregavam-se apenas temporariamente, em geral, em atividades ligadas a agricultura, nas grandes plantações de soja, algodão ou sorgo. Quando migraram para o próprio município de Barra, principalmente as mulheres, trabalhavam como ajudantes de serviços domésticos, muitas em casas de parentes, sem carteira de trabalho assinada. Quando migraram para mais longe, tanto homens quanto mulheres, a maioria se destinou a São José dos Campos (SP), São Paulo (SP) ou Guarulhos (SP), trabalhando em serviços de segurança ou ajudante geral, em empresas prestadoras de serviços a outras empresas particulares e públicas; também como, balconistas, *telemarketings*, técnicos de telefonia, construção civil, entre outros.

Como motivos para essa migração destacavam, quase sempre, a questão da terra e a necessidade pessoal em adquirir uma formação diferenciada, no sentido de constituir novos conhecimentos e outra qualificação profissional. Segundo eles, as suas posses de terra no Brejo, tornaram-se cada vez mais diminutas e de qualidade ruim (fracas), não sendo suficientes para garantir a satisfação de suas necessidades – que, para além dos alimentos, se referia à outras mercadorias tornadas necessárias: motos, celulares, móveis, eletroeletrônicos, entre outros. Relacionado a essa “insuficiência” da terra, estão também, os baixos preços alcançados por suas mercadorias no mercado (tendo um papel central e negativo o comerciante “atravessador”, contribuindo em muito, para sua espoliação) e, o fato de produzirem cada vez menos, por causa da parca mão de obra e do aumento nos preços das diárias pagas por trabalho por dia.

Muitos brejeiros, por outro lado, permaneceram na terra (de forma transformada), sem migrar, pois, além de continuar com as atividades extrativas, agrícolas e de criação, mesmo em condições adversas, conseguiram também, outras formas de complementação de renda, através do recebimento de subsídios, incentivos e benefícios estatais. Imbricado a esse processo geral, notamos o aumento da monetarização e do consumo, nos remetendo a diversas questões, envolvendo o Estado na reprodução capitalista. Destacaremos e desdobraremos algumas delas, referidas a problemática da mobilidade do trabalho, constrição e confinamento territorial.

O sentido tomado pela reprodução do trabalho do posseiro nos Brejos, diante das recentes transformações (aumento da monetarização, implementação de estradas e energia elétrica, diminuição das posses de terras, etc.) nos ajuda a problematizar o sentido geral da modernização. Tal reprodução se fundamenta nas relações com a terra e com o trabalho, permeada assim, por formas sociais modernas de mediação postas historicamente, não se livrando de outras, como Estado, dinheiro e mercadoria.

Deste modo, o que torna insatisfatória (ou dolorosa) a reprodução do trabalho, não está ligado só a qualidade do solo, apropriado e usado, ser em si ruim e diminuto. Trata-se de uma complexa dinâmica envolvendo sua constrição territorial, dada pela apropriação histórica de melhores terras do entorno dessas comunidades, por grandes proprietários e empresas (por vezes com apoio ou mesmo diretamente pelo Estado). Esse processo faz coincidir criticamente a limitação à expansão de sua posse (quando do crescimento das famílias) tornando-as diminutas, e, o caráter ruim desse solo por ele possuído (dado este ser de fato o que restou do processo de apropriação das melhores terras por aqueles). Ambos relacionados diretamente com a dinâmica fundiária mais geral (rever o mapa 05 e as imagens A, B, C do capítulo 1, e os mapas 14 e 15 do capítulo 3). E, também, se vinculam a outro; a posição do Estado como responsável por garantir a dinâmica da reprodução em um contexto crítico, através de auxílios, benefícios, incentivos, e outras ações, pertencentes à esfera geral do crédito estatal, promovendo o confinamento territorial dos posseiros nos territórios já constrangidos.

Durante a tese, tentamos mostrar como o processo histórico de territorialização do capital e do Estado, em diferentes momentos, foi permeado por relações de dominação, tanto sobre a terra, quanto sobre o trabalho e produção de mercadorias, sendo inclusive, fundamental o controle estatal ou privado sobre a dinâmica da sua reprodução do trabalho do posseiro. E, como, os desdobramentos da autonomização do Estado, foram concomitantes a sua própria centralização e tentativa de racionalização dos rumos da modernização, como se esse fosse um processo racionalizável.

Hoje, no entanto, tal processo ganhou maior complexidade crítica, requalificando os sujeitos sociais e assim a reprodução social. A contradição do processo, entre Estado e mercado, ao mesmo tempo constrange e confina territorialmente, camponeses e outros sujeitos, não somente por meio da violência extraeconômica monopolizada, mas, dada na violência econômica ressignificada. Trata-se da gestão estatal do território mediada por categorias sociais da modernização, postas como opção necessária ao camponês, condição da sua reprodução social, da qual dificilmente podem se abster.

A base teórica de análise comumente acessada sobre essas relações entre o Estado e mercado na reprodução capitalista, envolve a discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, próximas das proposições de Leon Trotsky e dos contributos derivados das apreciações de Rosa Luxemburgo sobre a teoria do Imperialismo e da noção de desenvolvimento desigual e combinado.

Para alguns desses autores, entre eles, José de Sousa Martins e Francisco de Oliveira, contraditoriamente o capital se reproduz utilizando-se de formas não capitalistas de produção, como uma fonte “externa”, amenizando suas crises de superprodução ou de subconsumo, na manutenção da reprodução ampliada, embora, ao mesmo tempo, essas formas representem uma resistência a essa lógica. Diferem assim, do entendimento de Vladimir Lênin, para o qual as classes proprietárias, tanto camponesas, quanto de grandes proprietários, representariam o processo de diferenciação, desdobrados posteriormente em assalariados ou capitalistas clássicos, caracterizando uma diferenciação interna do próprio capitalismo.

Ambas as teorias, no entanto, decorrem da interpretação sobre o processo de crise do capitalismo e a sua capacidade de superá-la, expandindo a reprodução do capital aos diferentes países em desenvolvimento (imperialismo), nos quais se tornava importante, no momento de sua formulação, o debate sobre o papel da persistência ou não da acumulação primitiva, como forma de repor ou produzir o capital, superando sua crise. Essa reposição ou produção, com formas capitalistas ou não capitalistas, fosse feita com dinheiro ou com capital fictício (ou seja, cada vez mais com apoio do Estado), se tornou desde então, para alguns teóricos, a base da capacidade renovada da exploração do trabalho no capitalismo.

Disso se derivou o debate de fundo mais teórico relacionado ao imperialismo e ao desenvolvimento desigual e combinado, estimulado com outros aprofundamentos sobre a reprodução ampliada do capital, sua crise e suas particularidades, aos quais outros conceitos, como espaço e território, foram introduzidos.

Henri Lefebvre foi um dos pioneiros a incorporar ao debate da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a questão do espaço como produto social. A vasta obra desse autor é muito importante também para a crítica da forma social e do Estado, algo não entendido por ele de forma separada, mas sim, indissociável à produção do espaço³²⁷. Segundo ele, o espaço deveria ser entendido como produto prático social, com seus campos – o físico, o mental e o social, engendrados como unidades teóricas. O espaço social não seria um espaço advindo da natureza, nem um simples fato da “cultura”, mas sim um *produto*, referido à concepção de *segunda natureza*. E assim, não se poderia conceber o espaço como algo passivo ou vazio, pois,

³²⁷ Destacamos para esta aproximação, as seguintes obras Henri Lefebvre: *Critique de la Vie Quotidienne III: De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)*; *La Production de l' Espace*; Posição contra os tecnocratas.

como produto social, ele intervém na sua própria produção e reprodução, e implica relações econômicas e técnicas, ligadas a uma estratégia política. Ele é condição e produto suposto pelo Estado, que o impõe como realidade – permeada por conteúdos do modo de produção: trabalho produtivo e forças produtivas. Desse modo, a expansão das relações capitalistas, envolveria o Estado e a própria produção espacial como uma abstração concreta necessária a reprodução ampliada do capital.

O Estado torna-se o cerne da crítica, pois, o espaço, é seu componente de coerção social em prol do capital. Mas, o capital também é o cerne, pois o Estado é o seu componente de coerção administrada. Nesse sentido “a produção de espaço se efetua com a intervenção do Estado que age segundo as intenções do capital, mas parecem obedecer apenas as exigências racionais da comunicação entre as partes da sociedade, assim como de um crescimento conforme os interesses de todos os usuários” (Lefebvre, 2006, p. 138 [376]).

Para ele, a reprodução das relações sociais de produção, engendrada espacialmente, contém os elementos contraditórios do próprio processo de reprodução, tornando-se isso, um momento importante e necessário da análise. O que resiste (relações não capitalistas espacialmente contraditórias ao processo) é também movido na contradição, conformando a reprodução ampliada, decorrida, entre outros, da mobilização do trabalho e da transformação da terra em mercadoria, modificando qualitativamente as próprias relações de produção.

Isso, segundo ele, faz parte da forma de ser do Estado, modificando com o planejamento (ou outros instrumentos de ações), as relações de apropriação e uso do espaço. Pois, “estes instrumentos formais do saber formal tem uma finalidade precisa: eliminar as contradições, fazer aparecer uma coerência, reduzir o dialético ao lógico. Intenção inerente a um saber que se quer ‘puro’ e ‘absoluto’, e que desconhece a sua própria essência: reduzir à serviço do poder” (Lefebvre, 2006, p. 16 [21]).

O Estado ao produzir espaço, espaço abstrato, o utiliza como “instrumento de dominação, sufoca o que tende a nascer e sair dele. [...] Espaço mortal, ele mata suas condições (históricas), suas próprias diferenças (internas), as diferenças (eventuais) para impor a homogeneidade abstrata” (Lefebvre, 2006, p. 20 [63]). Nesse sentido o espaço, como um produto social, apreende e oculta as contradições, e é por ele que o capital se dinamiza, pois assim, a reprodução gera a produção de novas relações o sustentando: o repetitivo gerando diferenças (Lefebvre, 1973, p.35). Essas diferenças, fruto da contradição do capital, são as bases da possibilidade de mudança para o autor:

“produção e gestão de um espaço que corresponda às possibilidades da técnica e do conhecimento, bem como às exigências da vida social pelas e para as ‘massas’” (Lefebvre, 1973, p. 40).

Essa crítica elaborada por Henri Lefebvre permite também uma reflexão fundamental sobre a diferença e a identidade. Porém, de forma intrigante e distintamente da proposição do autor, outros autores, delas se apropriam e as positivam, utilizando-as como base para as políticas públicas de gestão estatal – nas quais, o uso e apropriação do espaço, com ênfase na diferença e na identidade, por meio do Estado, seriam capazes de transformar as relações sociais postas no capital de forma autônoma.

Como argumentamos, as formas sociais de mediação no capital envolvem as categorias sociais – trabalho, dinheiro e a mercadoria – perpassando tanto a diferença, quanto a identidade. Estas últimas, postas como balizas de políticas públicas estatais, logo mostram sua contradição, e por isso, concordando com Henri Lefebvre, não poderiam ser positivadas.

Portanto, as reflexões, pesquisas e estudos deste autor, referidas ao papel do Estado, da tecnocracia e do cotidiano na produção do espaço social, são fundamentais para a crítica do capital, enquanto fetiche da reprodução social, marcada principalmente pelo caráter espacial também assumido por este.

Outro importante autor, que em suas proposições, abrange a questão do desenvolvimento desigual e da produção do espaço é David Harvey. Para ele, uma das formas “encontradas” pelo capital, para se recuperar de sua crise estrutural, decorre da produção do espaço, ou seja, entre outras, por meio da despossessão de povos e comunidades camponesas, com seu trabalho e suas terras transformadas em ativos.

Segundo ele, Rosa Luxemburgo ao refletir sobre a expansão territorial capitalista de novos mercados, a associou a uma crise de demanda efetiva das mercadorias, sugerindo que, por esta expansão, no caso, imperialista,

os territórios não capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda a lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos. (Harvey, 2004, p. 117)

Não obstante, para ele, baseado em uma ideia importante dos *Grundrisse*, essa mesma lógica territorial da expansão capitalista, geraria entraves ou barreiras a acumulação do capital, e assim, entraria em cena o Estado, responsável por retirar essas barreiras e promover a mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Para isso, o

“Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de ‘bens públicos’ e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro” (Harvey, 2006, p. 85). Pois,

o Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular forças moleculares da acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. (Harvey, 2004, p. 111)

Todo esse conjunto não é efetivado sem violência, dados os meios coercitivos para a transformação das relações de trabalho e de uso da terra, envolvidas nesse processo, o qual entende, por produção do espaço. Para ele, nesta produção do espaço, são investidos os excedentes de capital e de trabalho, como dinâmica central, produzindo e resolvendo crises:

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais, totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento de propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho. (Harvey, 2004, p. 99)

Esse processo torna-se um meio com o qual o Estado conseguiria “salvar” momentaneamente o capitalismo, seu próprio meio de reprodução tendo na espoliação (desposseção), um caráter crítico e necessário na tentativa de minimização da crise, ao intensificar e estender territorialmente a produção ampliada, com uso do capital fictício e financeiro no território dos Estados Nacionais³²⁸.

O papel do Estado se relacionaria ao da produção e ordenamento do espaço, como forma de minimizar os impactos da crise gerada pela queda tendencial da taxa de lucro (para ele, uma das consequências da sobreacumulação de capital e de trabalho):

Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis. (Harvey, 2004, p. 78)

Estimulando-se a “expansão geográfica” e a “reorganização espacial”, em tese se poderia, segundo ele, absorver os excedentes de capital, pois essa expansão se faria

³²⁸ “As estruturações institucionais contidas no Estado têm, como veremos, um influente papel a desempenhar no estabelecimento do cenário da acumulação do capital. E há a parafernália monetária e fiscal [...] bem como uma gama de modalidades fiscais e monetárias de intervenção (incluindo modelos de taxaço, políticas redistributivas, o fornecimento pelo Estado de bens públicos e o planejamento direto) que situam claramente o Estado como poderoso agente econômico legitimamente constituído” (Harvey, 2004, p. 33).

também temporalmente, com crédito – extensão de prazos de remuneração sobre o capital sobrando investido imediatamente, por exemplo, em infraestruturas³²⁹.

Essa dinâmica teria uma história, percebida por Harvey (2004) como uma associação entre a constitucionalidade burguesa e a formação do Estado, as quais permitiram a criação de duas formas de ajustes para a questão da sobreacumulação: uma espacial e outra temporal, dialeticamente relacionadas. A primeira se pautaria em um processo de desvalorização geral, tendo os juros, como cerne de sua regulação e, a outra, seria a expansão geográfica, onde incidiriam outros processos de acumulação por espoliação, relacionadas às desposseções de terras e recursos, e à imposição do trabalho assalariado. Por isso, diz: “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente uso lucrativo” (Harvey, 2004, p. 124). Ou seja, ao serem aplicados recursos excedentes de dinheiro, disponibilizando empréstimos em dinheiro, se permite a outros interessados comprarem os ativos de capital excedentes (por exemplo, máquinas) para produção e circulação de mercadorias. Aumenta assim, ao mesmo tempo, a demanda por trabalhadores, antes excedentes, na efetivação da produção. Com isso, se ajusta momentaneamente a crise de trabalho e de capital³³⁰.

Considerando, tanto a desvalorização dos ativos, quanto a expansão do seu uso (com caráter espoliativo) agindo juntos, David Harvey coloca:

Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. [E assim, conclui que], o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado. (Harvey, 2004, p. 126)³³¹

Se antes, essa espécie de “agir junto” promoveu um processo ampliado de transformação de bens comuns, como a terra, em ativos de mercado, especulados,

³²⁹ A “relação ‘orgânica’ entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos da espoliação, de outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo” (Harvey, 2004, p. 118).

³³⁰ “O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes” (Harvey, 2004, p. 121).

³³¹ Parecendo se resignar com o fato de serem as lutas cada vez mais violentas, em uma posição pessoal destaca: “os movimentos políticos, para ter algum impacto macro e de longo prazo, tem de sair da nostalgia com relação ao que se perdeu e, do mesmo modo, prepara-se para reconhecer os ganhos positivos a ser obtidos da transferência de ativos que se pode conseguir por meio de formas limitadas de expropriação [...]” (Harvey, 2004, p. 146).

perguntamos: agora não ocorreria algo similar, porém, por vias cada vez mais complexas, onde, por vezes, cada vez, é menos preciso e necessário, expropriar concretamente o camponês posseiro?

As ações estatais fundamentadas no capital fictício, balizando a mobilidade do trabalho, transformam as relações entre os camponeses. Essa importante nuance do processo, por ele observado, tem base também na crítica a Karl Marx, o qual não teria tratado, sobre a acumulação primitiva, da sua continuidade no processo histórico, por meio da incorporação de formas não especificamente capitalistas, o tempo todo propícias a despossessão no processo. Para Harvey (2004), esse caráter não especificamente capitalista, embora entendido como “reserva latente” constitui uma relação externa ao capital, “o capital pode também se apropriar de ‘reservas latentes’ de um campesinato, ou por extensão, mobilizar ‘mão de obra’ barata de colônias e outros ambientes externos” (Harvey, 2004, p. 118).

Tanto o papel do Estado, quanto o caráter crítico do capitalismo e suas formas de garantir a sua reprodução, são importantes desdobramentos evidenciados por David Harvey nesses estudos e pesquisas, fundamentais a composição da crítica do capitalismo, servindo como apoio as formas de resistências, na tentativa de garantir uma melhor distribuição entre as diversas esferas de organização da população.

Algumas dessas, no entanto, talvez possam ser ainda problematizadas. Em nosso entendimento, o mesmo processo que constituiu e destituiu historicamente a população como “reserva latente” foi o fundador da necessidade de seu uso e de sua descartabilidade no processo de produção, tendo no Estado e na generalização da forma social moderna seu marco central. Por isso, não entendemos as relações concretamente particulares (por exemplo, os camponeses) como algo externo à relação social que é o capital. Consideramos a territorialização do capital, suas particularidades e determinações categoriais, histórico-constitutivas, posicionadas como relação social em generalização.

No momento regional, a acumulação de relações sociais não autonomizadas se territorializavam e dinamizavam a reprodução do capital, conformando (dada a particular forma da reprodução assumida como região no processo mais geral da acumulação capitalista mundial) uma *não simultaneidade* (Kurz, 2004) – na qual, da difusão total de categorias autonomizadas, surgiam regiões de não autonomização (Toledo, 2008), ou seja, onde o capital se posicionava de forma particular, refletido no

poder local não autonomizado do Estado, articulando em torno de si o poder sobre a terra, trabalho e a produção de mercadorias.

Para Oliveira (1977), isso revelaria a capacidade do poder local, “fusionado” com o Estado, de “fechar a região” – controlando as relações de trabalho e a terra, as quais envolvem os camponeses. No entanto, conforme argumentamos não se trata apenas de um poder político autônomo, mas de uma relação contraditória, na qual o capital perpassa ambos, poder local e Estado, posto ser a mediação social categorial geral em processo, expressando apenas particulares formas. Por isso, a insistência na noção de momento, e, de autonomização e não autonomização categorial, da reprodução capitalista, para lidar com essa realidade contraditória.

A territorialização do capital expressando essa *não simultaneidade*, desdobrando e generalizando as categorias (autonomização), caracterizou a formação do Estado nacional independente. Tal processo, logo transmudado, em meio a uma monopolização capitalista e centralização estatal, passou a requalificar cada região “internamente” onde o Estado foi se autonomizando dos poderes locais em uma dinâmica territorial particular do capital conformando “regiões” nas quais as categorias sociais de mediação (o trabalho, a terra e o capital), embora em autonomização, se colocavam por vezes “sem aparência de autonomia” (Leite, 2015), como se fossem regiões díspares ou atrasadas, desvinculadas do processo geral que as posicionou. Em outras palavras, nesse momento, com o planejamento e outras ações estatais do Estado Nacional em constituição, desdobramento desse processo de territorialização do capital, passou a gestar sua transformação, adequando aquela aparente disparidade regional, na tentativa de eliminar o caráter retardatário (Kurz, 2004) da “região” para assim, desenvolver a Nação.

Portanto, a territorialização do capital e suas formas particulares, envolvidas nos diferentes momentos, apesar de parecerem, não eram fundamentalmente relações externas ao capital, e sim, formas sociais modernas de relação, duramente constituídas por meio de processos violentos, as mobilizando e explorando.

Nesse sentido, a expansão fenomênica do capital a outros estados nacionais, como relação imperialista, significava sua generalização como acumulação de relações, nem sempre autonomizadas, posteriormente autonomizadas, junto com seu caráter impulsionador: a posição da cisão (autonomização) entre terra, trabalho e capital, a cada momento qualitativamente particular, sendo o Estado central à relação. E, desse modo, a dinâmica contraditória de autonomização e não autonomização, derivaria também a

reprodução particular camponesa, como “reserva latente” criada e absorvida no próprio processo – uma das bases fundamentais da exploração e superexploração do trabalho.

No momento atual (mais negativo e crítico), essa própria dinâmica da reprodução capitalista gera agora, ao lado de uma população de superexplorados, uma superpopulação de trabalhadores descartáveis do processo geral de produção, sendo cada vez mais gestados pelo Estado. Nisso se incluem os camponeses, postos e reproduzidos por diversos caminhos, historicamente violentos, dado nas variadas formas de constrição de seus territórios. Esta constrição territorial, tornada cada vez mais crítica no processo, é a base do confinamento territorial, por esses territórios estrangulados aparecerem como lócus da possibilidade da reprodução do trabalho com aporte estatal – inclusive os oriundos de lutas e reivindicações de uma posição territorial, por meio da autodeterminação e do acesso ao território e políticas públicas a esses vinculados.

Posto assim, tal processo, seja por meio da luta ou como gestão política estatal, forja como caráter importante uma autonomia territorial, na qual, as categorias sociais de mediação autonomizadas – a terra, o trabalho e o capital – parecem se fundir entorno do território e da identidade, tornando o conjunto simuladamente autônomo. Simulada, porque essa autonomia no capital, é sempre relativa, derivando uma qualidade particular do capital, obscurecendo a determinação histórica e violenta de imposição das categorias de mediação sociais, crivadas hoje, cada vez mais de um aporte estatal tendo no capital fictício seu fundamento.

Esse caráter oriundo do processo, é o da simultaneidade crítica³³², na qual a posição do particular se torna também uma necessidade estatal (por já ser uma necessidade do capital), dada a profusão do desenvolvimento das forças produtivas e de sua autonomização, se desfazer cada vez mais de seu conteúdo.

Se antes, a falta de aparência de autonomia categorial, qualificava o camponês possessor do momento anterior, como se suas relações fossem autônomas do processo, agora, essas particulares relações, aprofundam e territorializam ainda mais esse caráter, conformando uma simulação de autonomia territorial, com o agravante, em alguns casos, da cooptação desse processo como política estatal movida a crédito.

³³² Essa simultaneidade crítica deve reconhecimento a proposta por Kurz (2004), sobre o processo de dissolução do socialismo real, não como uma vitória do capitalismo, mas sim, um processo de ruína, no qual a não simultaneidade da modernização, posta na relação entre capitalismo e socialismo, daria lugar a uma *simultaneidade negativa*. Isso porque, o processo de fundo é o mesmo, é o da dissolução da aparência de autonomia, tornada simulacro real; é o fetiche possibilitando a reprodução social crítica e negativa; é a continuidade real de um processo social de mediação categorial sem substância.

Desse modo toda a relação se transmuda. Não se trata mais da mobilização dos camponeses para a fundamentação de um exército industrial de reserva, ou seja, da constituição de uma superpopulação relativa latente, mas, da sua posição, como sobra do processo, pelo próprio processo. Isso porque, com o desenvolvimento das forças produtivas em níveis cada vez mais altos, se colocou em curso, a negação do processo, como mote de seu desenvolvimento, ou seja, o trabalho passou a ser expulso do processo produtivo, como necessidade do próprio processo, levando a uma queda tendencial da taxa de lucro.

Esta nuance do momento atual, decorre da contradição fundamental do desenvolvimento das forças produtivas no qual a reprodução crítica, miserável e negativa do processo social, é fetichizada como possível, movendo-se como crise e processo de superação de crise, utilizando-se, entre outros meios, da difusão do capital fictício, subsidiando as formas simuladas de autonomia territorial. De outro modo, o capitalismo atualmente não se apropria da “renda dos terceiros” (Luxemburgo, 1984) como algo disponível, mas os produz negativamente como restos de uma sociedade que se desfaz o tempo todo de sua população produtiva, embora o grau de exploração ao mesmo tempo aumente muito. Os terceiros aqui são produzidos no processo de modernização, negativamente, e a tarefa estatal, na contradição com o mercado, torna-se entre outras, gestá-los criticamente.

Assim, requalifica-se o processo como um todo, sendo sua base o capital fictício, no qual o Estado tem um papel fundamental de gestão estatal, e do qual deriva a noção de confinamento territorial, mediado por relações cada vez mais monetarizadas e necessidades de consumo, se impondo como possibilidade, talvez só momentânea de contenção da população em determinados espaços da reprodução. As recentes políticas territoriais, por meio das quais o Estado e o capital se impõem, e impõem formas de mediação, baseadas no crédito e no dinheiro, acessados por posseiros – por pertencerem a um território (como lócus da sua reprodução) – torna-se assim, um elo importante da reprodução ampliada, embora negativa.

De fato, o processo é violento e impõe a espoliação por diversas formas, tornando sempre necessária a resistência e luta, mas isso, não é fundamentalmente produção de um novo capital, e sim, reprodução da sua contradição em processo. Trata-se, nos termos de Henri Lefebvre, de uma forma de produção do espaço, no qual o capital impõe seu ritmo crítico ao trabalho, garantido pelo Estado – no fundo o representante do dinheiro de todos – e, sua lógica, a todos os integrantes da sociedade.

No entanto, quando tratamos da perspectiva territorial, vimos muitos autores reivindicarem o conceito de território como um conceito mais abrangente em relação ao conceito de espaço ou de produção do espaço, por este, além de abarcar o espaço, como produto de relações sociais, aprofundar nas questões relativas a disputas, conflitos e dominâncias, ou seja, a questão do poder. Não obstante, para Lefebvre (2000), de maneira muito importante, o nível do vivido seria o mais adequado para captar criticamente a dimensão do uso e apropriação do espaço, envolvendo as relações de poder, pois, deste nível, em diálogo com outros (o do percebido e do concebido) se elevaria a crítica também à dimensão do Estado (e assim do capital), na produção do espaço, algo que as recentes proposições sobre o território muitas vezes separam e não reúnem mais, esquecendo-se de seu fundamento uno como capital.

Em nenhum momento, portanto, Henri Lefebvre faz apologia de nenhum dos níveis, reproduzido de forma isolada, uma entidade, como alguns teóricos do território reivindicam de seu conceito – a partir do qual se contradizem, pois, muitas vezes, quem atende aos seus anseios, é o próprio Estado – algo que este o autor execraria.

Marcada a diferença de posição, entre outras, entre o conceito de espaço lefebvriano (onde a dimensão do poder é intrínseca, como capital e Estado, em sua produção do espaço) e a posição de alguns teóricos da perspectiva territorial recente, cobrando a dimensão do poder – mas, por não aprofundarem na crítica categorial do dinheiro, do Estado, do trabalho e da mercadoria, se entregam a elas de corpo e alma (acreditando serem estas categorias, as suas próprias almas) – tentamos absorver, em nossa abordagem, apenas os aspectos críticos negativos de ambas. Da primeira, a crítica radical e categorial do Estado e do capital, da segunda, a crítica do poder com viés territorial, posto como contradição da territorialização do capital.

Portanto, durante a tese, pensando em termos críticos categoriais negativos, utilizamos a noção de territorialização do capital, como expressão concreta das relações sociais e, ainda, das ações estatais e das personificações diversas por estas assumidas na reprodução do capital.

3. Estado e dinheiro na mobilização e crise do trabalho: gestão de crise?

O notório papel assumido pelo Estado na contradição com o mercado (de incentivador, promotor e gestor, do desenvolvimento capitalista) no Brasil, imbricou diferentes classes. Ao fomentar a dinamização da ocupação da terra através de incentivos fiscais, ou de ampliar a carteira de créditos para compra de insumos e

maquinários, e, impulsionar com os subsídios a industrialização, o Estado promoveu a modernização mobilizando o trabalho geral. Para tanto, se endividou com credores estrangeiros e nacionais.

Discutindo um pouco mais categorialmente esses aspectos, neste item, trataremos da indissociabilidade entre o Estado e capital, a partir de um olhar sobre o processo da posição territorial dessa indissociabilidade, envolvendo outras categorias sociais de mediação, como o dinheiro, mercadoria e trabalho.

No debate sobre caráter do desenvolvimento do capitalismo em países coloniais, residia o conceito de desenvolvimento desigual e combinado no Brasil. Para Schwartz (1973), a escravidão e o favor, como formas de relações instituídas no processo colonial, seriam avessos ao liberalismo francês em nascimento, por meio do qual o capitalismo avançava. Segundo ele, estas ideias liberais se adaptariam ao ambiente conservador, permitindo ao desenvolvimento do capitalismo “saltar etapas”, ou seja, em uma articulação entre o arcaico e moderno, o arcaico seria reproduzido no moderno. Conforme Michel Lowy, esse caráter do desenvolvimento capitalista se relacionaria a uma reaproximação de etapas nas quais o desenvolvimento social e econômico conheceriam mudanças qualitativas:

O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...). As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias. (Lowy, 1995, p. 76-77)

E, nesse sentido, aprofundava a noção de combinação entre relações capitalistas e não capitalistas, como forma de saltar etapas de modernização: “O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (Lowy, 1995, p. 76-77).

A questão relativa ao desenvolvimento do capitalismo, ter ou não, por base, a reunião de elementos arcaicos e modernos, como forma específica de desenvolvimento, nos coloca sempre outra: como definir o arcaico e o moderno em termos de forma social? Como argumentamos o capital, em seu processo de imposição, nem sempre se apresenta concretamente da mesma forma. Sua qualidade muda a cada momento com o seu próprio desenvolvimento, e sua forma concreta categorial apresenta-se autonomizada ou não, a depender da sua dinâmica de generalização. Mais que tratar de

capitalismo, ou não capitalismo, desviamos nossa discussão para a questão categorial da forma social do capital, na qual, as formas sociais, aparecem como formas particulares da reprodução social historicamente determinadas da modernização, transmutando qualitativamente, a cada momento, em um sentido crítico e negativo.

Este parece ser em parte, o sentido da crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco, no livro “Homens livres na ordem escravocrata”, ao afirmar que o desenvolvimento do capitalismo produziu a escravidão e o favor, como formas da reprodução social. Segundo ela, “o latifúndio envolveria subsistência e produção de mercadorias, como práticas constitutivas um do outro, unidade contraditória e não dualidade integrada” (Franco, 1969, p. 9). E assim, a escravidão como instituição, foi capaz de produzir por contraposição homens livres, como potência, que estavam destituídos de meios, mas não de posses (Franco, 1969, p. 12).

Para ela, “as relações do capital com estilo próprio de produção [foi] instalado nas colônias portuguesas do Ocidente. Nestas todo um novo sistema produtivo foi montado, diferentemente do que aconteceu nas colônias orientais” (Franco, 1969, p. 13). No segundo capítulo nos aproximamos desse caráter, quando apresentamos alguns aspectos da formação territorial das relações sociais do capital no Brasil.

Portanto, a maneira como a autora entende o processo colonial, problematiza alguns aspectos dualistas da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que embora, bem escondidos, parecem estar presentes nessas interpretações que justamente questionam o dualismo. A crítica radical de Franco (1969) nos alerta sobre isso, e nos leva a problematizar o capital como uma relação social contraditória.

Passaremos agora a aprofundar, um pouco mais, no caráter da constituição histórico categorial da forma de mediação social, como um processo de modernização, crítico e contraditório. Segundo Robert Kurz, em seu livro póstumo “O dinheiro sem valor”, o dinheiro, apesar de parecer algo neutro, precisa ser entendido como forma social historicamente determinada na modernidade³³³. Ele afirma que apesar de sua existência concreta ser anterior a modernidade, o dinheiro, na antiguidade, por exemplo, como um “ente concreto” era dessubstancializado, ou seja, não era uma categoria

³³³ “A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social. Também as categorias econômicas que observamos antes ostentam a sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas” (Marx, 1988, p. 287).

universal, conformadora de “síntese social”, e, analisá-la como algo em si, extrapolando-a para o todo, é um procedimento individualista metodológico³³⁴.

Para o entendimento dialético da totalidade [...], a lógica de uma forma de relação só “existe” a partir do momento em que já determina, em grande medida um todo; o caso individual deve derivar da lógica deste todo e, assim sendo, não fornece – agora mais do que nunca – nenhum “modelo”, visto que o todo possui uma qualidade própria, a determinante, e, como tal, é mais – e outra coisa – do que a mera soma de suas partes. Daí que uma parte ou um momento, ao surgirem de modo aparentemente idêntico ou similar em situações históricas diversas e sem a qualidade específica do todo, nunca possam ser identificados como lógica idêntica do elemento individual. (Kurz, 2014, p. 59)

Conforme argumenta, no processo histórico, violento e pleno de rupturas (o qual tratamos em parte no capítulo 2, sobre a territorialização do capital), o capital como relação social tornou-se o pressuposto das relações sociais e teve no dinheiro sua forma de manifestação. Assim,

sem a substância do valor das mercadorias não há dinheiro, ao passo que, por outro lado, essa substância só pode manifestar-se socialmente no dinheiro. O valor (a substância do valor) constitui o pressuposto lógico (e da lógica da exposição) do dinheiro, ao passo que este, enquanto capital, é o pressuposto real. (Kurz, 2014, p. 47)

Essa metafísica real moderna do dinheiro, para Kurz (2014) não é transcendente, e sim transcendental, pois, é uma forma de mediação social abstrata posta terrenamente no dinheiro. Segundo Kurz (2014), Karl Marx apresentando essa questão, mostrou:

o valor abstrato enquanto princípio social do moderno sistema de fetiche não pode ser apreendido como tal de forma empírica em lugar nenhum e, nessa medida, contém em si um momento transcendente. Ainda assim, ele é uma abstração real, que não só existe no espírito humano, como surge de um modo físico-empírico sob a forma do dinheiro; fá-lo aliás, como um poder em processo francamente autonomizado, cujo o caráter de artefato humano se desvanece, precisamente por não ser uma mera representação simbólica, mas uma instância que intervém de modo diretamente visível e sensível, embora não deixe de ser impessoal. [...] sem precisar de uma “transposição” particular, que ele próprio fornece na forma da sua manifestação real. Torna-se então claro que o dinheiro, assim definido, tem de ser algo diferente daquela coisa que aparenta ser a mesma em sociedades pré-modernas, organizadas segundo os moldes da transcendência religiosa. (Kurz, 2014, p. 69-70)

O dinheiro, ao representar valor, é transcendental e não mero símbolo, e essa é uma diferença fundamental. Em outras palavras, antes ele era símbolo de uma determinada mercadoria. Hoje ele é representação do valor de diversas mercadorias. E, é nele, que se oculta o tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho necessário e

³³⁴ “O problema de fundo consiste, pois, no facto do ‘dinheiro’ ser definido, primeiramente, como uma categoria sempre igual, mesmo em circunstâncias históricas muito diversas, residindo a única diferença, supostamente, no grau de ‘desenvolvimento’. É nisto, precisamente, que se revela o aspecto genético-histórico do individualismo metodológico: as categorias são entendidas com base no decurso de uma ação isolada e de um modo estrutural e historicamente ‘descontextualizado’, ou seja, errôneo” (Kurz, 2014, p. 58).

excedente) das mercadorias, ao se fundamentar que algo é em si, e não relação social. Nisso reside o fetichismo, aderindo a mercadoria, aos produtos do trabalho, dotando a produção de mercadorias de um duplo aspecto (mercadoria e dinheiro).

Voltando-se com mais atenção para essa ruptura, na transformação da objetualidade do dinheiro, de um dinheiro sem valor, em medida de valor e equivalente geral das mercadorias modernas, representação do valor delas, ele atribui maior centralidade ao papel da guerra e das armas de fogo. Nesse sentido, ele problematiza a apreensão de Marx sobre a acumulação primitiva, na qual o trabalho é central, fazendo outras perguntas sobre a ruptura conformadora do capitalismo³³⁵.

Destacando a autonomização de guerreiros e a revolução militar, na qual se imbricava um surto arquitetônico (de construção de castelos reforçados e outras infraestruturas de defesa), o autor enfrentou o problema da ruptura, que teria possibilitado o capital, relacionando: acumulação primitiva, revolução militar e sujeição a lógica do dinheiro transformada. Nisso, discutiu como a revolução militar apareceu como um grande sorvedor de recursos, forçando mudanças na reprodução “social”, ao configurar um complexo militar proto-industrial, transformando as condições do armamento:

A arma de fogo conduziu à “militarização da Europa moderna”, trazendo a reboque uma “crescente utilização improdutiva do produto social excedente” (Zinn, 1989, p. 25). É visível, neste contexto, que a produção e a mobilização de canhões em grande escala, bem como a completa alteração da condução da guerra, começaram a forçar as velhas relações de reprodução (Kurz, 2014, p. 105).

O Estado surgindo junto com a guerra transformava as dívidas em tributos, ao mesmo tempo em que a religião se direcionava a um segundo plano, com os questionamentos iluministas e do renascimento, razão cartesiana e científica. E, o mercado junto com o Estado, estava se territorializando:

A expansão do dinheiro não se processou horizontalmente, no contexto das relações de obrigação constituídas de forma religiosa e pessoal, mas verticalmente, no contexto da revolução militar vinda de “cima”. [...] Esta revelou-se crescentemente marcada pela cada vez maior necessidade de dinheiro para a mobilização, de outro modo impossível, do complexo militar-industrial. [...] O poder verticalmente diferenciado foi-se centralizando e concentrando, o que Zinn não deixa de assinalar: “Enfim, a necessidade financeira devida aos armamentos conduziu ao desenvolvimento do Estado fiscal, dotado de um sólido aparelho de funcionários e de uma administração de orientação econômica” (Zinn, 1989, p. 139). (Kurz, 2014, p. 107)

³³⁵ Tratamos de suas proposições no segundo capítulo, no que se referiu ao Estado em sua constituição.

Portanto, Kurz (2014) fundiu em uma só explicação, a ampliação do uso das armas e do dispositivo da guerra, o Estado e o dinheiro, mobilizando trabalho, no “nascimento” do capital como relação social histórica e imposta violentamente³³⁶.

O Estado foi a chave do processo violento, territorializando as relações sociais postas no dinheiro, para conseguir dinheiro. No entanto, essas surgiram das próprias relações sociais transcendentais tornadas terrenas e presas a um fim em si mesmo³³⁷.

O dinheiro transformou as relações, pois a ele, todas as mercadorias passaram a se referir, constituindo-se, enquanto mercadorias modernas. Sendo, até mesmo o trabalho, posteriormente, comparável a dinheiro³³⁸.

Um processo central desdobrado disso foi a Colonização. Apresentamos, no capítulo dois, alguns de seus aspectos, principalmente relacionados à violência de imposição, e gestão estatal do comércio realizado por particulares. Deste duplo conjunto indissociável, Estado e Mercado, Kurz (2014) mostra como,

foi assim que se estabeleceu, partindo da extorsão permanente da circulação, um “modo de produção” que já à partida servia a esse mesmo fim e cuja a expansão, tal como o dinheiro já autonomizado, se foi emancipando da “imediatez do estado” pelo fato de os agentes do sistema nascente se tornarem independentes. [...] A máquina de dinheiro foi-se desdobrando sucessivamente numa multidão de empresas de produção capitalista com o móbil do lucro [...]. Não se tratava, portanto, de mera divergência institucional entre o Estado e a economia mas, em simultâneo, da duplicação da lógica do saque sobre a base comum da multiplicação autonomizada do dinheiro. (Kurz, 2014, p. 129)

Este duplo saque, empresarial e estatal, move-se contra todos participantes da sociedade do dinheiro e do trabalho modernos, embora tais participantes sejam os responsáveis, contraditoriamente, pela sua posição como forma social. Para além do Estado e do dinheiro modernos, surgidos no processo, a “moderna relação entre os

³³⁶ Foi nesse sentido que “a desvinculação do novo aparelho militar de sua base tecnológica relativamente a estrutura social teve por consequência a retirada do dinheiro, mobilizado para tal de um modo novo, do contexto das complexas relações de obrigação antigas. [...] A monetarização repressiva, imposta violentamente [...] obrigou as pessoas a ‘converterem em dinheiro’ todos os produtos e serviços até então distribuídos em múltiplos contextos, a fim de corresponderem aos requisitos do novo Estado fiscal e canhoneiro, os quais eram forçados com recurso a aparelhos repressivos burocráticos ou comprados” (Kurz, 2014, p. 108).

³³⁷ Pois, na lógica do dinheiro para se conseguir mais dinheiro, “o fetichismo deste fim em si irracional, que já não correspondia a um fim estabelecido de modo consciente, nem mesmo ao do aparelho militar das armas de fogo, deu origem, pela primeira vez na história, a tal ‘economia’ centrada em si, alienada de todos os domínios da vida, ao mesmo tempo em que os subjugava, tal como hoje parece evidente à própria consciência quotidiana, sendo ideologicamente retroprojetada pela ciência ‘esclarecida’ sobre todos os tempos e sociedades” (Kurz, 2014, p. 117).

³³⁸ “A profunda transformação do processo produtivo foi frequentemente descrita por historiadores e sociólogos sem que, no entanto, alguma vez refletissem a transformação categorial a ela associada, visto que as categorias modernas sempre foram pressupostas como trans-históricas. Na realidade, porém, foi apenas da mutação do dinheiro em mercadoria e da monetarização abrangente que nasceu o “trabalho” universal, geral e abstrato, assim como o seu conceito” (Kurz, 2014, p. 128).

sexos e a família burguesa” tiveram aí suas bases. Kurz (2014), em diálogo com a proposição de Scholz (2011), sobre a dissociação valor, aponta para esse caráter:

Neste processo, todos os elementos da reprodução social não passíveis, ou dificilmente passíveis, de serem representados no âmbito da lógica do dinheiro que também determinava o Estado (do ato de confeccionar a comida ao de cuidar dos filhos e até o ‘amor’) foram retirados do contexto das relações de vinculação ou obrigação existentes até então, mas foram ao mesmo tempo dissociados da nova sociabilidade da mercadoria e delegados nas mulheres [...]. (Kurz, 2014, p. 119)

Essa dissociação se impôs, a partir daí, como algo natural, como tradicional, e apagou-se assim seu histórico violento e de origem comum com as formas sociais de mediação. Estas, não são naturais, e, assim como o trabalho (também historicamente determinado), tornam-se facilmente relegados a outros, ou até mesmo, incorporados como políticas do Estado (entidade nada natural) a depender das suas condições. Um exemplo clássico é a institucionalização das creches, ou em âmbito particular, do surgimento da profissão dos serviços domésticos.

Portanto, para ele, o Estado e o mercado, duas faces da mesma moeda, surgiram juntos num processo histórico, contraditório e violento, assim como, o dinheiro e o trabalho. A generalização destas categorias modernas, como formas sociais de mediação levou, contraditoriamente a processos sociais que precisam o tempo todo se desfazer de seus custos de reprodução. O mercado se desfaz desses custos sociais da reprodução, por não poder arcar com as crescentes demandas de criação de infraestruturas, de saúde ou da educação dos sujeitos sociais, as “transferindo” ao Estado. Este, por sua vez, tem com isso suas demandas financeiras ampliadas³³⁹. Isso não ocorre natural e maravilhosamente sem percalços, até mesmo porque, em contextos de crise (ou seja, mais críticos), o suprimimento dessas demandas, já quase sempre inferiores ao necessário, se reduz facilmente.

O Estado em sua reprodução depende do dinheiro e, cada vez mais, de sua forma fictícia, o crédito para se financiar. Para Kurz (1994), “o dinheiro é, portanto, o meio universal e total (simultaneamente, o fim em si da modernidade, tão abstrato, quanto absurdo), que abrange também o polo estatal-político” (Kurz, 1994). Ele o consegue

³³⁹ “Quanto mais total for o mercado, mais será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subsequentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado. Em todos os países, a quota do Estado equivale hoje, em média, a cerca de 50% do produto social bruto, e, em todo o Mundo, mais da metade da população depende direta ou indiretamente da economia estatal” (Kurz, 1994, s/p.). Não estamos com isso, querendo afirmar, que a privatização seria uma solução, e que, essa passagem à responsabilidade do Estado não é fruto de reivindicações sociais, mas sim, que se trata de um processo que envolve, contraditoriamente, o Mercado e Estado como “os dois lados da mesma moeda” (Kurz, 1994), embora cada um com sua particularidade.

através de tributação, e/ou, cada vez mais central, com a emissão de títulos da dívida pública³⁴⁰: quando o mercado empresta dinheiro ao Estado. Mas, “quanto maior o montante de capital monetário emprestado ao Estado, tanto maior o montante de poupança social, que se transforma de capital monetário real em meras exigências do Estado [...]” (Kurz, 1994, s/p.)³⁴¹.

Tentamos mostrar parte desse processo durante a tese, a partir do conjunto de medidas as quais o Estado recorre para reprodução capitalista e suas realizações. O papel do Estado institucionalizado, também por esse meio, contribui para a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital. Conforme Oliveira (1977), o *padrão planejado* foi uma espécie de ilusão necessária do momento de centralização do Estado, fusionando capitais internacionais em busca de valorização dos nacionais. Com o atraso tornado problemática, o camponês, mas não só, foi o sujeito político à ser cuidado, perseguido, posto como questão: sendo importante torná-lo trabalhador assalariado, consumidor, e, ao mesmo tempo, sua terra “precificada” (nem sempre para seu usufruto).

Em um primeiro momento, o da implantação desse padrão de ações planejadas, foi central, a “valorização” e o aproveitamento dos recursos de uma região (tida por homogênea) objetivamente selecionada. Porém, o desenvolvimento concentrado e seletivo, logo começava a influenciar e balizar o planejamento estatal. Por fim, com o desenvolvimento das forças produtivas, o caráter do desenvolvimento regional mudou, enfatizando o território, como *lôcus* da identidade e do pertencimento.

Agora a difusão do crédito e do consumo, redistribuídos e mantidos com as ações estatais planejadas ou não (na relação contraditória com o mercado) contribui para a mobilização do trabalho dos posseiros de duas formas: suprimindo os meios de produção, ou mesmo em alguns casos, quando não lhes retira completamente os meios

³⁴⁰ “O paradoxo dessa estrutura manifestou-se historicamente com nitidez cada vez maior, na medida em que o sistema produtor de mercadorias tomou conta de toda a reprodução social. O único financiamento ‘regular’ do Estado é a tributação de rendas geradas pelo processo direto do mercado (não importando se na forma de impostos diretos ou indiretos). Mas, se os custos antecipados, os efeitos secundários e os problemas subsequentes da produção de mercadorias - e, com isso, as atividades necessárias do Estado - crescem mais do que as rendas geradas pelo processo do mercado, então a expansão das finanças públicas pelo caminho regular da tributação não somente ameaça restringir, mas sufocar a continuação do processo do mercado, pois se o Estado somente pode prover a ‘forragem’ para a vaca leiteira monetária do mercado através do abate da vaca, então os limites do sistema ficam visíveis” (Kurz, 1994, s/p.).

³⁴¹ “No entanto, esse dinheiro é tratado ‘como se’ fosse rendimento de juros de capital empregado em atividade produtiva, embora esse dinheiro há muito tempo tenha desaparecido para sempre no abismo do consumo do Estado. Por isso, Marx chamou, com razão, as obrigações do Tesouro de ‘capital fictício’. Assim, uma grande parte da reprodução social, bem como da riqueza social, presumidamente acumulada na forma de ‘patrimônio em ouro’, consiste atualmente, no Mundo inteiro, de ‘capital fictício’” (Kurz, 1994, s/p.).

de produção, a redução os força a readquiri-los, ou complementá-los com dinheiro estatal, como meio de garantir a continuidade de sua reprodução.

O Estado, redistribuindo (de forma desigual) tais rendimentos é assim o mesmo, que por outro lado, expropria, mobiliza, amparando empresas e instituições (cada vez mais dependentes desses créditos estatais) contribuindo também para a concentração de renda. No limite, quando, tanto a tributação, quanto a busca de créditos no mercado, não são suficientes, o Estado ainda pode, através do Banco Central, decretar a “criação” de mais dinheiro (capital fictício). Evidentemente, não se trata só de política, e sim da contradição da forma de ser do Estado³⁴².

Nesse sentido, o Estado tem, por contradição, o mercado, por necessitar do dinheiro, originado de tributação ou empréstimo, e o mercado, tem por contradição o Estado, dada a sua necessidade daquele assumir os custos da sua reprodução. Por exemplo, a infraestrutura e a educação, são demandas do mercado que o Estado realiza tomando para isso, ao vender títulos de dívida pública, dinheiro de empréstimo no mercado, disponibilizando-o, posteriormente, sob a forma de capital fictício, ao próprio mercado. Mas, porque as ações vinculadas no mercado precisam rebaixar os seus custos de produção? Para obter mais lucro, que o capital extrai no processo produtivo, sob a forma da mais-valia. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas, “o próprio processo capitalista priva-se, em última instância, das condições do seu funcionamento, na medida em que ele minimiza a sua própria substância (o trabalho abstrato)” (Kurz, 1994, s/p.). Ou seja, para a obtenção de lucro, torna-se necessário diminuir o trabalho necessário, expulsando o trabalhador do processo produtivo, e, assim, contraditoriamente, diminuindo absolutamente a sua substância, a mais-valia.

Essa contradição tenciona o tempo todo o processo na direção de uma crise em termos absolutos. Quando nos anos 1910 uma crise mundial começou a ganhar vulto, o processo de expansão pela racionalização do sistema de produção gerou um fôlego capaz de atenuá-la. Tratava-se do fordismo³⁴³:

a racionalização promovida por Henry Ford reduziu enormemente a quantidade de trabalho por produto. Mas, dessa maneira, o produto automóvel, para citar um exemplo, foi tão barateado, que podia se tornar

³⁴² Segundo Kurz (2014), quando o dinheiro se torna mercadoria, a forma começa a andar sem conteúdo, por isso é importante a diferença entre capital que rende juros e capital monetário. E assim, quanto mais descolado do processo real de valorização mais ele se torna capital fictício. Pagar crédito com crédito faz aumentar os juros e assim complica o mercado financeiro. E por fim, só o Estado é capaz de um endividamento tal e à fundo perdido, por ser o devedor infalível (Kurz, 2014).

³⁴³ Apesar desse processo, ter um caráter intensivo, ou seja, de ser nos termos de Marx (1988) um aumento da composição orgânica (de expulsar o trabalho do processo produtivo), naquele momento, havia um efeito compensador e momentâneo de incorporação absoluta (ou extensa) do trabalho.

objeto do consumo das massas, levando a uma expansão súbita do mercado automobilístico. Assim, necessitava-se de menos trabalho por automóvel, mas de uma quantidade bem maior do que antes de trabalho para a produção desproporcionalmente aumentada de automóveis. A racionalização fordista alimentou-se, portanto, de uma expansão constante dos mercados, do trabalho das massas, dos rendimentos das massas e do consumo das massas. No fundo, tratava-se de um processo no qual os setores da produção local não capitalista de mercadorias e da produção de subsistência, nos moldes da economia doméstica, foram sugados pela racionalidade empresarial. (Kurz, 1994, s/p.)

No entanto, esse mecanismo, parece não mais ser possível, pois, a ampliação gerada com a revolução tecnológica promoveu um enorme *boom* de produtividade expulsando o trabalhador da produção, tornando menos rentável esse trabalho, e diminuindo a capacidade de realização dos custos de produção no mercado. Assim, “pela primeira vez na História, a velocidade da ‘racionalização eliminadora’ (*Wegrationalisierung*) de trabalho supera a expansão dos mercados. A produtividade aumenta com rapidez cada vez maior, ao passo que a expansão do modo de produção, considerada na sua totalidade, chegou ao fim” (Kurz, 1994, s/p.).

Se o Estado precisa de dinheiro para financiar suas ações, e, a acumulação real baixa, por causa da crise estrutural, esse então, começa a perder a capacidade de garantir a reprodução geral: “É nesse círculo vicioso que a própria modernidade produtora de mercadorias se aprisionou” (Kurz, 1994, s/p.). Essa contradição do trabalho se junta assim, a do dinheiro, remetendo, outra vez, a do crédito. Na tentativa de superar pela regulação, a crise estrutural, o Estado dispõe de diferentes artifícios, como a profusão de créditos de infraestruturação e de manutenção da reprodução. Porém, ambos são meios fetichistas, mas desdobrados em ações concretas.

Ao ressaltar o fato da monetarização do camponês posseiro, sob a forma de remessas dos subsídios ou incentivos à sua infraestruturação ou produção, tratamos de diferentes formas de ação estatal que significaram a gestão dos mesmos. Não seria essa concretamente, ao se estabelecer como plano e programa, e, também, por ser dinheiro e crédito (o tempo todo passível de crise, escondendo a crise) a forma pela qual o planejamento “vai para o brejo”?

Sejam as ações do Pronaf, do BNDES, do Programa Bolsa Família, PNAE, sejam outras, os recursos do Estado, disponibilizados como dinheiro e crédito, têm como lastro fundamental o Tesouro Nacional, mediado pelo Banco Central, e este, por fim, os títulos de dívidas ou as arrecadações realizadas na relação com o mercado e população e geral, que em última instância, tem no trabalhador, sua fonte de “divisas”.

Para arrecadar impostos ou vender títulos da dívida pública, além das medidas de estímulos por via dos juros, o Estado precisa agir como promotor das condições de criação de emprego e renda, e, ao mesmo tempo fortalecer outros fundos garantidores de recursos: o FAT e FGTS. Os estímulos são os créditos para indústria, comércio, serviços, infraestrutura, entre outros. As empresas sedentas por esses créditos, ao consegui-los, impulsionam a competitividade por meio do desenvolvimento das forças produtivas. Isso retira o trabalho do processo produtivo, e aumenta a necessidade do Estado em investir em meios capazes de estimular o autoempreendimento da população ou de garantir o consumo de mercadorias.

Quanto mais aumentam as pessoas nessas condições, e as iniciativas estatais visando sua gestão, mais aumentam os encargos do Estado, e, mais ele precisa recorrer a emissão de títulos da dívida, ou ter uma base fértil de ingressos de capitais, como no caso da alta das *comodities*. Ao torná-las empreendedoras de negócios fadados ao colapso, ou consumidoras, mais ele amplia territorialmente sua capacidade e possibilidade de arrecadação e recompra dos títulos. Pois, ao estimular o empresariamento geral, o Estado cria demanda para implantação de infraestruturas, e assim, retroalimenta o processo em curso impulsionando a mobilização do trabalho e mudando as condições da reprodução. As pessoas mobilizadas no processo, em sua dupla liberdade (Gaudemar, 1977) voltadas ao mercado (com sua força de trabalho), recebem ínfimas cotas partes desse funesto processo, mobilizadas e exploradas ainda mais, nessa forma da reprodução via crédito e dinheiro.

O aumento do crédito e das agências bancárias revela também um processo de territorialização incentivado com a identificação e diversificação das potencialidades de novos beneficiários dos créditos e do dinheiro do Estado (pessoas de baixa renda nas cidades, camponeses tradicionais, entre outros). Os custos da reprodução supridos parcialmente pelo endividamento do Estado garantem, em parte, a reprodução da indústria e do comércio, com infraestruturas e insumos, e, colocam todos numa espécie de “mobilização acelerada” do trabalho aliada a precarização ainda mais abrangente. Espolia, também, através da cobrança de impostos, os poucos ganhos do trabalhador repassados a empresas, bancos, ou fundos de previdência privada promotores da especulação e ampliação da mobilização do trabalho.

De certa forma, o pesado fardo desse processo recai de diferentes maneiras sobre o trabalhador: por exemplo, quando lhe é extraído parte do salário, sob a forma de impostos (de diversos tipos); sob a forma de deduções (como as dos fundos de

previdência privada); como contribuição obrigatória ao FAT e FGTS (dedução de renda dos empresários e do próprio Estado, que só pode se originar da extorsão na relação com o trabalhador). Portanto, essa contradição, se relaciona a todo o processo.

Cada derivação do mercado empresarial, cada ação em busca “da diminuição dos pontos de estrangulamento” do capital, utilizando-se da ciência, inclusive a geográfica, para tal fim, parece gerar o estrangulamento dos sujeitos sujeitados (Kurz, 2004) à forma social de mediação pelo capital.

Sendo o território fenomenicamente um dos efetivos *locus* da ação estatal forjada na disposição do crédito, tal crítica geográfica, de perspectiva territorial parece caber como uma luva às atuais pretensões e possibilidades de reprodução do Estado. Seria essa reprodução por via do Estado, uma antecipação, e, a prática possível, da ocupação da fronteira no processo em curso atual da modernização?

Esses são alguns dos aspectos relacionados ao território, também como um espaço de relações monetarizadas, ou seja, da multiplicidade de relações de dinheiro (e o dinheiro como possibilidade da continuidade do processo de modernização). Seria o dinheiro, principalmente na forma crédito, o dado de validade do território?

Todo esse processo, negativo e crítico, aparece, no entanto, como positivo e possível, regulável e politicamente adaptável. O limite absoluto, crítico, negativo e miserável, fica apagado na relação, dada às possibilidades de criação de dinheiro fictício e de renovação (inovação) das formas de reprodução, com criação de novos produtos e possibilidades de comércio. Gerar tributos, mesmo expulsando o trabalhador do processo de trabalho, relegando-o aos confins da reciclagem humana da educação e do sem sentido de outras práticas, tornando a miséria cada vez mais ampla, a alienação e absurdidades cada vez maiores, é na verdade sinônimo de boa gestão financeira.

Portanto, as proposições de Henri Lefebvre, David Harvey e Robert Kurz ajudam muito a pensar criticamente o Estado e o planejamento, na modernização³⁴⁴. A divergência entre eles, de nosso ponto de vista, parece se situar na forma como entendem a negatividade do processo como um todo, contribuindo à aproximação da realidade contraditória da reprodução da totalidade concreta do capital.

O caminho da imposição dessa forma estatal e planejada, e de outras formas de mediação social, teve um sentido, colocando e recolocando a necessidade como

³⁴⁴ Sobre essa questão muitos outros autores, não apresentados, contribuem para a ampliação do diálogo crítico e interpretação da realidade estudada. Entre eles, por diferentes vieses, destacaríamos: Hanna Arendt, Antonio Gramsci, Vladimir I. Lênin, Rosa Luxemburgo, Neil Smith, sem contar autores brasileiros como Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Luiz Gonzaga Belluzzo, entre outros.

fundamento e a violência como monopólio de determinadas instituições, em tensão com a violência da mediação pelo dinheiro, propriedade, mercadoria e trabalho.

O que muitas vezes se naturaliza, nas práticas atuais envolvendo dinheiro e mercado, Estado e poder, têm portanto, raízes históricas determinadas, transformadas qualitativamente a cada momento. Diante disso, propusemos uma tentativa de retomada histórica e crítica aos fundamentos dessas perspectivas estatais planejadas, a partir da imposição e autonomização entre poder local e Estado.

4. Trabalho e tempo de trabalho: contradições da forma social de relação

Neste item, discutiremos as relações envolvidas em mais uma categoria da modernização: o trabalho (tempo de trabalho socialmente necessário) no capitalismo.

Para Postone (2010), em seu livro “Tempo, trabalho e dominação social”, tratando da crítica do trabalho na modernização, o trabalho é historicamente determinado, e precisa ser considerado o centro da crítica do capital, ou seja, o trabalho como objeto da crítica – relação fundamental da sociedade. O trabalho, no processo de produção, como tempo socialmente necessário de trabalho, envolve o trabalho excedente e necessário, sendo assim, o tempo, uma qualidade essencial.

No processo produtivo, para continuidade da reprodução ampliada, este tempo de trabalho socialmente necessário precisa ser diminuído, deixando “de servir como a medida de riqueza e que a produção de riqueza deixaria de ser efetuada primeiramente pelo trabalho humano imediato no processo de produção” (Postone, 2010, p. 43). Porém, mesmo se tornando socialmente obsoleto nesse processo, este tempo de trabalho imediato (necessário) não deixa de ser totalmente requisitado,

embora o capitalismo tenda a desenvolver forças produtivas poderosas cujo potencial torna cada vez mais obsoleta a organização de produção baseada no dispêndio de tempo de trabalho imediato, ele não é capaz de permitir a completa realização dessas forças. A única forma de riqueza que constitui o capital é a que se baseia no dispêndio de trabalho imediato. Portanto, o valor, apesar da sua inadequação crescente como medida da riqueza material produzida, não é simplesmente suplantado por uma nova forma de riqueza. Pelo contrário, de acordo com Marx, ele continua sendo a condição estrutural necessária da sociedade capitalista [...]. (Postone, 2010, p. 51)

Apesar dessa inadequação ter tornado o tempo de trabalho imediato (necessário) obsoleto, o desenvolvimento das forças produtivas dependente de crédito, garantiria ainda a reprodução do capital. Também por isso, esse é um processo social fetichista, no qual o tempo total do trabalhador – ou seja, tanto no processo produtivo, com a sua exploração alcançando graus gigantescos, quanto, fora dele, onde cada vez mais, o que

aparece como experiência de não trabalho, é tornado um momento do trabalho – é usurpado de diversas formas, oprimindo o trabalhador.

Conforme Oliveira (2008), os níveis de produtividade (desenvolvimento das forças produtivas) alcançados pelo capital recentemente, transformaram a relação entre o tempo de trabalho excedente e o necessário. Para ele, a corrida do capitalista, em se desfazer de custos de produção, diminuindo os gastos com o trabalho necessário, teria promovido um impulso a terceirização e redução dos direitos trabalhistas, tornando o trabalho informal o cerne da acumulação, dado residir aí, a possibilidade da realização da mais-valia.

Precisamos parar aqui, um instante, para problematizar algumas dessas afirmações, atentando a contradição, entre o ponto de vista do capital individual e o do capital global ou social. Primeiro, se do ponto de vista do capital global, na reprodução ampliada do capital, todo o tempo de trabalho (excedente e necessário) se tornou tempo de produção (de valor), o capital variável se tornou anacrônico. Com isso, a massa de mais-valia produzida decresceu, porém, a taxa de mais-valia aumentou (devido o aumento do grau de exploração dos trabalhadores). Nesse processo, o tempo de trabalho socialmente necessário se tornou, tendencialmente mais baixo, e, a taxa de mais-valia, apesar de aumentar, denotou, por outro lado, uma queda tendencial na taxa de lucro. E, o valor produzido (com esse tempo de trabalho socialmente necessário reduzido), apesar de ter aumentado, tendeu a perder seu conteúdo (mais-valia), não deixando por isso, de ser importante³⁴⁵.

No campo do fenômeno, do capital individual, conforme Oliveira (2008), a grande quantidade mercadorias produzidas industrialmente em grande escala (com o desenvolvimento das forças produtivas) vendida por trabalhadores informais, garantiu um lucro. Porém, do ponto de vista do capital global, esse processo tornou negativo o trabalho necessário. Segundo Marx (1988), desse ponto de vista, essa redução do trabalho necessário influencia negativamente a formação da taxa de lucro (compondo o lucro médio). Esta taxa rebaixada, relativa e tendencialmente, apesar do seu absoluto aumento, “tornou” o lucro, negativa e criticamente, outra categoria: juros.

Sendo toda essa relação crítica, piora ainda mais, quando é referida ao lucro comercial, onde, apesar de parecer, no campo do fenômeno ou do capital individual,

³⁴⁵ Apesar de sutil, essa diferença de interpretação, que vê no processo em curso, na permanência da forma, a perda de conteúdo do trabalho, tenta mostrar que se trata de um processo fetichista, que esconde ainda mais, como veremos, o limite absoluto há muito já vencido, da reprodução do capital (Kurz, 2014).

mais sólida e real que o próprio capital produtivo, do ponto de vista do capital global, logo mostra seu caráter crítico, de ser dedução de mais-valia, e não a mais-valia, como apareceu diante dos olhos desse capitalista. E, apesar disso, concretamente, possibilita a continuidade da reprodução (mesmo precária e fetichista), tanto do trabalhador, como do capitalista. Ou seja, apesar do processo ter de fato um fundamento crítico, negativo e miserável, a sua forma de ser se realizou, e não de forma simples, mas carregada de tons cada vez mais pertinentes à uma “humilhação secundária” (Heidemann, 2004)³⁴⁶.

Desse modo, mais uma vez, a única saída para a reprodução do capital, parece ter sido a sua realização fetichista, porém, com realidade concreta, envolvendo a necessidade do capital fictício (de outro modo um capital a juros) para manutenção da produção, contribuindo para a dissimulação do limite absoluto, ao possibilitar, como capital produtivo individual, a dinâmica de incorporação/supressão do trabalho no processo produtivo.

O caráter concreto dessas relações sociais é central, e, movendo a realidade, conforma a *abstração real* (Kurz, 2014) na qual todos nos envolvemos. Embora o trabalho tenha um fundamento cada vez mais miserável, as pessoas de fato continuam a ser exploradas, continuam trabalhando³⁴⁷. Por isso, a crítica categorial, vai ao sentido de problematizar o quanto essa forma social de mediação em processo, o capital, é fetichista, violenta, e dissimula o limite da sua reprodução.

Portanto, o trabalho, do ponto de vista do capital global, mesmo sendo anacrônico, se impõe como forma social de mediação concreta. Para Postone (2010),

³⁴⁶ “No processo da valorização, as pessoas tornaram-se sujeitos de sua própria objetivação pela máquina mundial capitalista. A consciência social relacionou-se apenas positivamente com as categorias estabelecidas numa sociedade mundial capitalista que, historicamente, cada vez mais se fortaleceu. Elas buscaram ‘reconhecimento’ somente enquanto sujeitos dos direitos civis e cidadãos de Estados nacionais. Acontece que, na crise contemporânea da terceira revolução industrial, uma parte cada vez maior dessa humanidade domesticada, socializada e disciplinada capitalisticamente nem merece mais a ‘dignidade secundária na humilhação’. Ela vem deixando de ser sujeito regular do trabalho dependente. Num aumento extraordinário da ‘humilhação secundária’, o sistema mundial tira agora a última esperança de uma existência mais ou menos suportável”. (Heidemann, 2004, p. 27).

³⁴⁷ De fato, vimos nos últimos anos, a partir das entrevistas com os brejeiros, como a busca pela inserção no mercado de trabalho formal e mais estável, encontrava alguns limites, principalmente nas grandes cidades. E, diante disso, como essa busca, se voltou para as cidades mais próximas, onde trabalhavam nas grandes plantações de soja, sorgo ou algodão. Outros, no entanto, enfrentaram aquela adversidade, efetuando idas e vindas, de São Paulo para os Brejos, levando aparelhos de DVDs, rádios, televisores para revender, à prestação, acompanhando o aumento da monetarização e da chegada da energia elétrica. Esse comércio informal de eletroeletrônicos, para o capital produtivo industrial, é a possibilidade de sua realização, embora represente, para o capital social total, uma dedução de mais-valia, e, o trabalho nessa atividade, signifique trabalho improdutivo. Isso ocorre também, com o trabalho nas grandes plantações, quando seu capital, é balizado nos créditos estatais, ou seja, o trabalho nessa atividade, significa também trabalho improdutivo. Em ambos os casos, representam apenas dedução de mais-valia, apesar do valor ter sido produzido, e do crédito ter efetivado seu papel de fomentador desse fetiche social.

por isso “o capitalismo é um sistema de dominação abstrata e impessoal. Em relação às formas sociais anteriores, as pessoas parecem independentes; mas, na verdade, são sujeitas a um sistema de dominação social que não parece social, e sim ‘objetivo’” (Postone, 2010, p. 149). Este aspecto liga-se a outros já apresentados, quando tratamos do dinheiro, a partir das proposições de Kurz (2014).

Trata-se da passagem de uma dependência pessoal (pautada na independência coisal), a independência pessoal, posta pela forma-mercadoria e dinheiro, fundamentada na dependência coisal (Postone, 2010). Essa dependência coisal, esconde os aspectos contraditórios das categorias que fundam as relações sociais, e “são formas de aparência de valor e de trabalho produtor de mercadorias que desvirtuam a especificidade histórica e social do que representam” (Postone, 2010, p. 161).

O trabalho é uma dessas categorias, que vistas em si, desvirtuam sua complexidade. O trabalho concreto e útil reúne em si mesmo o trabalho humano abstrato, por ser generalidade social. Não é específico, e na medida das necessidades e possibilidades, inclusive do próprio capital, todos podem e precisam trabalhar, pois, é o trabalho abstrato que estabelece as possibilidades do trabalho concreto e não o contrário. É dominação abstrata e impessoal (Postone, 2010)³⁴⁸. E assim,

mesmo o trabalho de um produtor independente de mercadorias é alienado, ainda que não no mesmo grau que o trabalhador da indústria, porque a compulsão social se faz abstratamente em resultado das relações sociais objetivadas pelo trabalho quando este funciona como uma atividade socialmente mediadora. A dominação abstrata e a exploração característica do trabalho no capitalismo são fundamentadas basicamente não na apropriação do mais-valor pelas classes não trabalhadoras, mas na forma do trabalho no capitalismo. (Postone, 2010, p. 186)

E, nesse sentido, mesmo como dominação abstrata, se realiza, pois, “uma forma de necessidade social específica do capitalismo aparece como a ‘ordem natural das coisas’. [...] de que o trabalho do indivíduo é o meio necessário para o seu próprio consumo (e o de sua família) – serve como base de uma ideologia legitimadora fundamental da formação social capitalista como um todo” (Postone, 2010, p. 188-89). Como temos argumentado essa não foi posta sem violência.

Com o desenvolvimento da grande indústria no século XIX, Karl Marx, segundo Postone (2010), via algo historicamente determinado como “expressão materializada de

³⁴⁸ “O capital não é a forma mistificada de forças que ‘na verdade’ pertencem aos trabalhadores; ele é a forma real de existência das ‘capacidades de espécie’, não mais dos trabalhadores apenas, que são constituídas historicamente sob forma alienada como forças sociais gerais. [...] Esta apropriação estrutural da dimensão do valor de uso da força de trabalho por sua dimensão abstrata é a expropriação fundamental da forma social capitalista. Ela precede logicamente, e não resulta fundamentalmente da expropriação social concreta associada à propriedade privada dos meios de produção” (Postone, 2010, p. 405-06).

uma forma abstrata de dominação social – forma objetivada da dominação dos indivíduos pelo seu próprio trabalho” (Postone, 2010, p. 404). Esta não o tornaria alienado no processo, por posicioná-lo como separação entre força de trabalho e meios de produção, mas, por se constituir como forma social de mediação. Portanto, o trabalho, como uma categoria social de mediação, pressupõe a sociedade constituída por relações sociais já modernas, no âmbito do capital.

Ao diferenciar, como faz Marx, riqueza material e valor, afirma que o capital produz riqueza material como meio de criar valor, “como um meio de alimentar a sua própria expansão – isto é, como um meio de efetuar a extração e absorção do maior volume possível de tempo excedente de trabalho da população trabalhadora” (Postone, 2010, p. 361). Como vimos, mesmo que do ponto de vista do capital global, o conteúdo seja negativo, crítico e fetichista, o capital, como relação concreta e mediação necessária, ainda requer o trabalho como forma social de relação e objeto da produção. E assim, o desenvolvimento das forças produtivas, embora torne o trabalho descartável, ainda o mantém como central. Exatamente por isso, uma maior quantidade de mais-valia precisa ser extraída de cada trabalhador incorporado ao processo produtivo, aumentando muito o grau de exploração.

Com base nessas afirmações, entendemos ser importante outra discussão, referida agora, à problemática da dinâmica da reprodução do trabalho do camponês posseiro nos processos gerais da reprodução do trabalho social.

Ao tratar do trabalho, em termos de tempo de trabalho socialmente necessário, mesmo o camponês posseiro, com suas relações particulares de produção, não se esquivam desse cenário, e, na verdade, essa história, lhes diz muito respeito (ou desrespeito). A “sua” dinâmica de reprodução do trabalho, assim como a do proletário, é constantemente reproduzida, tanto pelo Estado, quanto pelo mercado, como forma de “gestão” da reprodução ampliada do capital. Nisso se envolvem diversas ações visando a transformação da terra e o trabalho para a acumulação do capital, e, também, mais recentemente, os enredando em relações cada vez mais monetarizadas, como derivação de relação social, semifalida e sem conteúdo, daquela posta inicialmente, no e como, processo de modernização, mas, ainda se impondo e expressando, realmente, diversas experiências de trabalho, sofrimentos e felicidades efêmeras: uma história de um processo doloroso.

4.1 Os posseiros no momento atual da reprodução do capital

O conjunto de problemáticas levantadas em campo sobre a reprodução do trabalho dos posseiros não é exclusividade dos Brejos da Barra. Nos diferentes momentos da territorialização do capital ocorreram processos de acumulação de relação social qualitativamente diversos, dado o processo social total envolver tanto categorias de mediação autonomizadas, quanto não autonomizadas, na conformação de uma mesma totalidade, a totalidade do capital. Tanto o capitalista e o trabalhador, quanto o camponês e o proprietário de terra, apesar de suas particularidades, teriam se constituído no mesmo processo social. Neste item abordaremos as questões relacionadas a essa reprodução particular do capital, onde concretamente, no caso dos camponeses, a supressão ou constrição das terras, além da mobilização de sua força de trabalho, conformaram a reprodução capitalista.

Trataremos também do momento mais atual, novamente qualificado da reprodução geral, crítica do capital, no qual as relações foram transformadas, e os camponeses, assim como uma grande parte da população sob o capital, já quase não tem possibilidade de ingresso no processo produtivo, conduzidos ao ostracismo, ao “empresariamento de si”, ou, submetidos à gestão estatal da crise (por meio de programas e ações territoriais). Neste, os camponeses, aparecem em sua relativa autonomia, como se suas relações não fossem oriundas da modernização crítica – processo que autonomizou as categorias, e agora as reúne, como um simulacro, ou seja, como simulação de autonomia territorial.

Essa forma particular da reprodução do trabalho tem sido, de maneira geral, interpretada por diferentes campos do conhecimento. Em algumas dessas interpretações, a atual reprodução do trabalho do camponês seria “recriada”, de maneira similar ao momento anterior, geralmente, destacando o caráter de grupo territorial autônomo, como se não compusessem de forma indissociável o crítico processo capitalista, o qual o Estado aparece cada vez mais como seu gestor. Ou seja, se as transformações na ordem da reprodução do capital, não as modificassem junto num processo dialético e contraditório.

Concreta e politicamente, no entanto, essas interpretações são fundamentais à questão da luta por mais igualdade na distribuição capitalista, embora a contradição do próprio processo, desigual e crítico, envolva a todos, não só teórica, mas praticamente,

em diversas situações e momentos da mediação social que tem como fundamento categorias cada vez mais críticas, como trabalho, dinheiro e mercadoria.

Todo um conjunto de pesquisadores de diversas áreas, como ciências sociais, antropologia, geografia agrária e rural, e mesmo economia, promovem assim intensos debates sobre o tema genericamente conformador da *teoria do campesinato*, existindo sobre isso um grande conjunto, tanto de elaborações teóricas, como de estudos de caso, os quais não podemos tratar em seus pormenores. Traremos aqui apenas algumas poucas proposições, buscando a relação entre elas e o percebido em nossa pesquisa, para uma problematização da realidade observada.

Muitos estudos dedicados ao campesinato buscam seus fundamentos, na tipologia das relações sociais, elaboradas pelo russo Alexander Chayanov, ao estudar os camponeses na Rússia nos anos 1920. Este autor sistematizou os aspectos da chamada *unidade econômica camponesa*, na qual, o cerne, era a produção agrícola e artesanal *baseada na exploração do trabalho familiar*, ou *exploração camponesa*, como um modo específico de produção: *não capitalista*.

Nesse caso, os integrantes da família não se configurariam como proletários do campo, mas sujeitos de uma *exploração familiar sem assalariados* (Chayanov, 2014)³⁴⁹. Esse trabalho familiar decorreria da dinâmica entre consumo e trabalho, determinado pela necessidade e satisfação, em relação ao número de integrantes da família, não configurando uma exploração capitalista. Tal empreendimento, mesmo necessitando, vez ou outra do trabalho assalariado (ou, no caso atual subsídios e incentivos), não perderia o seu fundamento de ser trabalho familiar, por sua produção não incorrer em acumulação e sim reprodução do trabalho camponês, baseado na autoexploração e satisfação de necessidades. Nesse sentido, para o autor, o

camponês ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a autoexploração da sua capacidade de trabalho. Satisfaz as exigências da família de maneira mais completa despendendo menos trabalho e diminuindo, portanto, globalmente a intensidade técnica da sua atividade econômica. (Chayanov, 2014, p. 110)

³⁴⁹ Segundo Chayanov (2014) a unidade camponesa não poderia ser entendida como uma produção capitalista por não contar com todas as categorias que fundamentam o capitalismo em sua dinâmica: “A teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um sistema complexo de categorias econômicas – preço, capital, salário, juro, renda –, todas elas estreitamente ligadas umas às outras, determinando-se mutuamente e funcionalmente interdependentes. Se se tirar uma pedra desta construção, todo o edifício desmorona. Na ausência de qualquer destas categorias, todas as outras perdem o seu caráter específico e o seu conteúdo conceitual; já não podem sequer ser definidas quantitativamente” (Chayanov, 2014, p. 103). Afirma isso, entendendo que na economia natural há falta da categoria preço, e na economia camponesa, do salário, tratando-a por trabalho familiar.

A unidade camponesa para ele era assim, tanto de produção, quanto de consumo, onde o produto do trabalho familiar balizava-se no grau de exploração, ou seja, na busca do equilíbrio entre penosidade do trabalho e o bem-estar. Em outras palavras, em caso de aumento de produtividade, o camponês logo diminuiria a autoexploração (contraposição entre satisfação do consumo e fadiga no trabalho). Para tanto, era central a disponibilidade de terra e de pessoas aptas ao trabalho:

se uma família só dispõe de uma parcela na qual a sua força de trabalho é utilizada apenas parcialmente, é muito importante para ela adquirir superfícies suplementares, a fim de utilizar a força de trabalho não empregada; assim a intensidade da atividade poderá aproximar-se do ótimo, e as horas anteriormente desperdiçadas numa inatividade forçada poderão ser utilizadas. (Chayanov, 2014, p. 111)

Vimos, no caso dos Brejos, em algumas comunidades, os seguintes processos: as posses referentes às famílias se tornaram cada vez mais diminutas, assim como as roças. Menos integrantes da família eram então necessários para executar, agora em menor proporção, as tarefas de antes. Porém suas necessidades não diminuíram (e, talvez, até ampliaram). Isso gerou outros desdobramentos: a migração e a disposição para efetuar outras atividades remuneradas dentro e fora dos Brejos, buscando no dinheiro, uma saída para a satisfação das necessidades do grupo.

Por outro lado, o aumento dos benefícios, incentivos e auxílios, colaboraram, apesar dessas e outras adversidades, para a permanência do posseiro na terra, suprindo uma parte dos gastos necessários à sua reprodução. Ao mesmo tempo, isso não os fez diminuir a intensidade do trabalho, pois junto a esse processo, houve um aumento na demanda qualitativa e quantitativa de novos bens de consumo, imputando-lhes a continuidade de atividades que lhes garantissem dinheiro, como a migração temporária, o trabalho por dia, a produção de cachaça e farinha de mandioca, além da venda de produtos oriundos das terras comuns.

Há ainda, um terceiro fator relacionado a isso: a posição, também estatal, de infraestruturas (estradas, redes elétricas, escolas e até mesmo apoio às agroindústrias). Essas impuseram ao posseiro, a dinamização no transporte de suas mercadorias, facilitando o acesso a outras, impulsionando, aliada aos outros fatores, uma busca pela escolarização (um aumento da frequência escolar, que no fundo também significa a esperança em se qualificar de forma diferente e ingressar no mercado de trabalho) e pelo aumento no consumo de bens diversos.

Tudo isso, poderia ter levado a uma diminuição no grau de exploração ou da autoexploração da capacidade de trabalho, para satisfação das necessidades da família.

No entanto, como observamos, a experiência dolorosa se manteve, marcada principalmente por alguns fatores observados, retomados rapidamente a seguir.

A busca por satisfazer as exigências da família não pode levar em conta apenas as “necessidades do estômago”. Para além de satisfação dos desejos, que parecem só subjetivos, existe todo um universo posto pela relação social centrado no mercado, como expressão do sistema produtor de mercadorias (no qual o fim é a produção pela produção). Ou seja, há uma trama, entre o subjetivo e objetivo bastante complexa, da qual só nos aproximamos por indícios. Por exemplo, a migração, por mais dolorosa que seja, não deixou de ser um dispositivo usado para o incremento de dinheiro e satisfação de necessidades que estão para além da alimentação, como reforma da casa, compra de aparelhos eletrônicos e motos³⁵⁰.

Também, o trabalho por dia, satisfazendo as necessidades de roupa, bebidas, festas, está bastante presente, e sua execução não é menos dolorosa, dada as condições de sol forte e precariedade dos instrumentos de trabalho e locomoção.

Por fim, a contínua busca por transformar diversos produtos coletados e extraídos da caatinga/tabuleiros/chapadas em produtos vendáveis, seja beneficiando-os durante muitas horas, seja, indo muito longe apanhá-los, cortando-se nos espinhos ou correndo risco de serem picados por cobras e aranhas, não parece menos doloroso.

Tudo isso gira entorno da composição da renda necessária para adquirir produtos por eles não produzidos, que deixaram de produzir, justamente por influência da diminuição das roças, encarecimento das diárias e falta de braços dados à migração. Parece não existir assim ponto de equilíbrio. A aproximação dele, tendo o mercado como intermediador, por meio do dinheiro e outras mercadorias que não produzem, parece só levar ao constante desequilíbrio.

Manter a posse da terra, no contexto em que essa se torna cada vez menor, não se vincula só ao fato de quererem manter as relações sociais que os constituíram como um patrimônio, mas, muitas vezes, essa se torna a única opção, dada a dificuldade em conseguir reproduzir seu trabalho em outros lugares. Contribuindo para essa manutenção, porém, sem desfazer seu caráter crítico, estão os recentes subsídios, incentivos e benefícios estatais.

³⁵⁰ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera em nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (Marx, 1988, p. 165).

Portanto, a pergunta sobre a totalidade, colocando a necessidade e o trabalho para sua satisfação, como formas sociais de mediação, e não como determinação natural, torna-se urgente para o diálogo com essa perspectiva. A necessidade de terra e o trabalho, em seu sentido de atividade ou inatividade, dos quais tratou Chayanov (2014), precisam assim, ser relacionados à demanda da família. Mas, não como algo positivo, garantindo um *status* de autonomia e capacidade de decisão só subjetiva, e sim, uma demanda, que para além dos sujeitos envolvidos na produção, são postos pela necessidade de consumo como relação mais geral do mercado, ou seja, como uma imposição da própria dinâmica reprodutiva do capital.

Vimos como, no momento atual, como ao mesmo tempo em que se monetarizam ainda mais as relações entre os posseiros, uma infinidade de mercadorias começaram a fazer parte de seu cotidiano. Um exemplo trazido do campo talvez nos ajude na reflexão, de como em relação à questão da necessidade, não se dissociam, tanto os aspectos subjetivos, como os objetivos, da sociedade produtora de mercadorias: muitos brejeiros atualmente adquirem celulares, embora nos Brejos não haja sinal. Aguardam esse momento. Enquanto isso, estes, em geral, o utilizam para ouvir músicas e trocá-las por via de *bluetooth*, ou seja, de um celular para o outro e para caixas de som maiores (e, alguns o utilizam esporadicamente na sede municipal). Comprado em geral à crédito, não é um item barato para o brejeiro. Porém, pelo menos entre os mais jovens, não há dúvida em adquiri-lo, assim que conseguem algum dinheiro.

Fantástico aparelho! Além de servir à comunicação pessoal, ainda permite ouvir músicas, surgindo no mundo das mercadorias, não das necessidades reais e subjetivas-objetivas, mas tornando-se disponíveis no mercado, satisfazem uma necessidade antes inexistente, mas da qual, dada as suas possibilidades, geram a questão: como vivemos sem elas até hoje? Envolto de mistérios, esse mundo “transformado” – onde as coisas surgem aparentemente do nada, preenchendo lacunas em nossa vida, que nem sabíamos que existiam, vontades e desejos dos mais escondidos, as tornando necessidades – não se revela verdadeiro apenas nos Brejos, mas sim, a todos nós.

Portanto, embora nem todos os meios de produção sejam suprimidos, a mobilidade do trabalho se coloca em curso, como processo contraditório, na indissociabilidade dialética entre a supressão parcial dos meios e as necessidades objetivas-subjetivas determinando a reprodução do trabalho. Ampliando um pouco o leque de discussão entorno de um processo mais geral da reprodução do trabalho, passamos às proposições de José Vicente Tavares dos Santos, constantes em seu livro

chamado *Colonos do Vinho*. Para ele, a relação social estabelecida entre os camponeses é uma “específica combinação social e técnica dos elementos do processo de trabalho” (Tavares dos Santos, 1984, p. 01). Esse caráter, apesar de inspirado em Chayanov (2014), dele se diferencia pois, não retira o camponês do capitalismo, mas o fundamenta como uma *personificação específica* do processo de trabalho capitalista, não se revelando como classe, mas apenas como componente de classes subalternas. É camponês por não haver, em sua relação de produção, a separação da força de trabalho com os meios de produção. Assim, aparece como uma forma *não capitalista* gerada do próprio capitalismo, e desse modo, “determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente” (Tavares dos Santos, 1984, p. 23). Tal forma de trabalho, por não ter um caráter individual e sim familiar (até mesmo extrapolando a família), permite ao autor reconhecer aí uma espécie de trabalho coletivo. Justifica isso, observando as atividades em mutirão e troca de dias de serviço, denominadas por ele de *ajuda mútua*.

Em seu estudo de caso, notava que a existência de trabalhadores assalariados no interior da unidade de produção, não transformava a relação em capitalismo. Pois,

da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. (Tavares dos Santos, 1984, p.43)

A importância da roça (entendida como lugar da produção de alimentos), como garantia da diminuição da necessidade de dinheiro (moeda) acarreta, segundo ele, uma subordinação, sem haver diretamente a expropriação e monopolização da terra.

Nos Brejos, a baixa remuneração conseguida no mercado pela sua produção em geral, colocava o posseiro também em uma relação de espoliação, pois, ao mesmo tempo em que produziam para o consumo próprio, vendiam parte como mercadoria, mesmo o preço não sendo (e quase nunca era) favorável a venda. Essa exigência do mercado deixava a ele pouca margem de manobra, pois, necessitava de outras mercadorias para complementar sua reprodução.

Para o autor, isso revelaria “uma transferência de sobretrabalho para o conjunto do sistema produtivo e uma contribuição à acumulação capitalista” (Tavares dos Santos, 1984, p. 66). Ou seja, algo próprio da condição da reprodução simples, recriada pelo capital de forma subordinada, pela qual o camponês se insere como um trabalhador específico, proprietário dos meios de produção, com seu trabalho absorvido no processo

de produção. Nesse argumento, a relação camponesa implica “a subordinação formal do trabalho ao capital, além de ser uma fase anterior, pode se dar como uma forma particular coexistente e no interior do modo de produção especificamente capitalista” (Tavares dos Santos, 1984, p.128).

Com esse baixo preço de suas mercadorias, haveria quase sempre a necessidade de suplementar a sua renda. O autor identifica aí uma estratégia à qual o camponês recorre para suprir sua reprodução, denominada de *trabalho acessório*, ou a “transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado” (Tavares dos Santos, 1984, p.37), pelo qual este se vincula às formas de pagamento em dinheiro por dia ou assalariados por breves momentos. Porém, segundo ele, os camponeses, mesmo quando recorrem ao trabalho acessório, não acumulam, e

não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica valiosa para os filhos que desde há algum tempo migram para as cidades. Em síntese, o trabalho acessório do camponês cuja família tem flexibilidade para liberar um de seus membros [...] significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório. (Tavares dos Santos, 1984, p. 39)³⁵¹

Portanto, esse caráter seria uma negação da condição de proletário, e ao mesmo tempo, da capitalista. Em 1980, Shanin (1980) já falava de um caráter similar, “flexível” do trabalho camponês (incluindo esse trabalho assalariado momentâneo, dito acessório), como um dispositivo utilizado para não se perder o vínculo com a terra e garantir sua autonomia. Isso estaria relacionado também a uma tentativa de diminuição do grau de autoexploração, próprio do camponês e de suas “específicas reações e interações com o contexto social mais amplo” (Shanin, 1980, p. 52).

Porém, essa dinâmica de sua reprodução social, não se desvinculava contraditoriamente, da modernização. Os camponeses, segundo ele, não estão na base de uma proletarianização geral da maioria, como se pensava, mas junto com muitos outros, constituem um grande grupo em crescimento, ao qual associa a um processo de *pauperização*, dado relacionado à impossibilidade do capitalismo usufruir, em sua plenitude, dessas massas oriundas do campo:

³⁵¹ Mas de onde vem o impulso à otimização? E por que a ociosidade não é entendida como um caráter natural, mas o trabalho sim? Trabalhar parece algo natural, e ser ocioso, não? Essa questão, também apareceu em Chayanov (2014), e aparecerá em outros momentos da tese, a qual a relacionaremos ao trabalho como necessidade e tempo de trabalho social fundamentando a sociedade moderna.

Expresso no fenômeno da “população excedente”, do “subemprego rural”, da “cultura da pobreza”, das favelas, etc. o que se produz não é um “exército industrial de reserva”, pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são “desviantes”, “marginais”, ou qualquer outra palavra que suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central e constante em tal sociedade. (Shanin, 1980, p. 57)

Para ele, os camponeses “nem desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo” (Shanin, 1980, p. 57). No entanto, nem por isso, deixariam de disponibilizar o seu trabalho, quando necessário, para garantir a permanência posse da terra, certa autonomia, e diminuição da autoexploração, que seria muito pior, caso as perdesse de uma vez por todas.

Os autores direta ou indiretamente, no curso da argumentação discutem a questão do trabalho e da autoexploração, tendo em vista uma manutenção do equilíbrio entre satisfação das necessidades e penosidade do trabalho, para permanência como camponeses, e, assim, de sua autonomia em relação ao capitalista.

Conforme Almeida; Paulino (2010), o caráter do trabalho e da terra, já remete também, a uma questão territorial, a qual na relação capitalista colocaria o grande e médio proprietário de terra (no Brasil em muitos casos, também o capitalista) em conflito constante com o camponês. Isso porque, a fração territorial camponesa é requerida pelo capital, que tende a sujeitá-la, como renda da terra, direta ou indiretamente. Para ficar com os termos da teoria do campesinato: o camponês aparece imbricado, ou a uma territorialização do monopólio, ou uma monopolização do território (Oliveira, 2012).

É nesse sentido que Oliveira (2007), entende de forma diferente de Tavares dos Santos (1984) o engendramento das *relações não capitalistas* ao capitalismo. Em primeiro lugar, para ele, não se trataria de subordinação formal, e nem de uma fase anterior, atrasada ou feudal articulada, mas de uma contradição. Desse modo, o que se subordinaria, não seria o trabalho, mas, o produto do trabalho, monopolizado direta ou indiretamente pelo capitalista, ao mesmo tempo um rentista (por ser em geral o proprietário de terra). Ou seja, essa contradição decorreria da sujeição da renda da terra (forma da mais-valia) ser efetivada pelo mercado, na realização, apesar de ter sido criada, na produção da mercadoria. Pois, para ele, a produção camponesa é específica,

na qual se reúne trabalhador e meio de produção, além de diferentes arranjos como mutirão e trabalho acessório, sem torná-lo capitalista³⁵².

Para Almeida; Paulino (2010), não se pode esquecer: “as expressões ‘unidade familiar’, ‘economia doméstica’, ‘economia familiar’, ‘economia camponesa’, ‘unidade de exploração familiar’ [...] significam a exploração econômica da família camponesa que é, ao mesmo tempo, dona da força de trabalho e da terra” (Almeida; Paulino, 2010, p. 41). Além disso, que

a família camponesa trabalha sem utilizar mão de obra paga e, portanto, os motivos para prosseguir ou não em sua atividade econômica são internos (extensão da área cultivável, tamanho da família, grau de suas necessidades e/ou exigências de consumo etc.). Logo, o grau de exploração é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação das necessidades da família e a penosidade do trabalho familiar. (Almeida; Paulino, 2010, p. 43-44)

Entendemos, no entanto, que a exploração da família como um dado característico importante, mais que enfatizado, precisa ser problematizado, pois, os atos envolvidos em sua reprodução, e nos dizeres da autora, aparecendo como algo somente “interno”, são mais complexos, refletindo um caráter contraditório posto pela forma social de mediação, por meio do dinheiro e da mercadoria, do qual não se pode, nem teórica, nem praticamente, se desfazer tão facilmente.

É pensando nessa dinâmica geral da família, compondo os vários momentos dessa reprodução do trabalho do posseiro, que entendemos tal relação do ponto de vista de uma experiência dolorosa. E essa experiência, não é algo específico dessa relação, mas intrínseco a uma forma social de relação colocando, de antemão, todos a concorrer uns com os outros por uma fatia de garantia de sobrevivência, seja no campo ou na cidade, em diferentes ramos inclusive o acadêmico. Desse modo, de forma mais geral, e concordando em grande parte com Shanin (1980), poderíamos dizer que o camponês não desaparece no processo. E, mais ainda, no processo atual, o desenvolvimento das forças produtivas, ao alcançar níveis espetaculares, gera uma superpopulação de trabalhadores sem utilidade para o processo produtivo, ou seja, uma superpopulação de descartáveis tanto no campo, quanto nas cidades, alvos recentes de políticas públicas de gestão estatal com capital fictício.

³⁵² Conforme Oliveira (2007), “segundo Martins, esse processo contraditório decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção, de mais-valia. Cabe esclarecer, neste momento, que o produto final do processo de produção não é a mais-valia e sim a mercadoria. Essa mercadoria que sai do processo produtivo contém, aprisiona a mais-valia. Numa palavra, é na produção que a mais-valia é gerada. Entretanto a sua realização só se dá na circulação dessa mesma mercadoria. É, pois, no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, e, portanto apropria-se da mais-valia, que é trabalho social não pago” (Oliveira, 2007, p. 20).

Como momento concreto, de fato, há espoliação do camponês no mercado, dado os limites do preço de suas mercadorias, fazendo-o recorrer ao trabalho acessório, para compor sua renda. Além disso, em campo, vimos diversas situações relacionadas a essas (como a diminuição do tamanho das posses) impondo aos posseiros um constante dispêndio de seu tempo em função de atividades, estando eles nos Brejos (roças, extração, coleta, beneficiamento) ou fora deles (grandes plantações e na cidade). Tratavam-se quase sempre de experiências extremamente exaustivas e dificultosas, as quais chamamos de experiências dolorosas, relacionadas ainda, como temos argumentado, com as necessidades de consumo, ampliadas recentemente.

Isso não é uma simples escolha, mas resultado de um complexo jogo entre necessidade e consumo, possibilidade e vontade, postos juntos na relação tendo no dinheiro (no preço) e no “mundo de possibilidades” do mercado uma referência, mesmo passando também, por decisões do sujeito, como se fosse só simples necessidade.

No entanto, isso o denota como uma particular forma do processo social de mediação por categorias modernas de relação (entre elas, o trabalho, a mercadoria, o dinheiro e o Estado), não significando, no entanto, singularidade ou isolamento. Pois, entre outras coisas, as categorias de “seu” vínculo social, são as mesmas que vinculam a todos nós. Aquelas necessidades e vontades, portanto, não são só subjetivas, mas, revelam-se como objetividades fantasmagóricas (Marx, 1988). Esse, por exemplo, é um dos atributos do dinheiro e da mercadoria pelos quais se mediam as relações sociais de trabalho e consumo como tempo social (Postone, 2010).

Pensando o conjunto das particularidades anunciadas, o “autocontrole” sobre a autoexploração presentes como caráter da reprodução camponesa (como *status* de autonomia), precisaria ser problematizado junto com aquelas categorias. Nesse sentido, se tais relações, não se desvinculam, para a sua efetivação, da forma do valor, da mercadoria, do trabalho e do dinheiro como conformadores da mediação, por contradição, lhes faltam justamente a própria autonomia reivindicada, e, sobram, momentos de experiências de sofrimento, pois, o ditado pelo dinheiro, o é para si mesmo: a sua autovalorização e não só para a satisfação de necessidades alheias. Isso, no entanto, denota tal particularidade na relação capital, pois, apesar de aparecer como simples e separada, trata-se do próprio capital em processo, tornando o conjunto autônomo apenas de forma simulada, uma autonomia simulada realizada territorialmente – o capital recriando as relações camponesas, no mesmo ato em que recria a si mesmo, como autômato, para sua autovalorização em processo, e não algo

fora dele, através das mediações sociais postas e efetivadas, mesmo de forma particular, por todos participantes.

A dinâmica observada das experiências dos posseiros revelou uma diversidade de combinações de relações concretas, das quais só nos aproximamos de forma geral das suas predominâncias. Existe hoje, uma tendência contraditória na efetivação do trabalho pago por dia: houve ao mesmo tempo, uma diminuição quantitativa de sua oferta – devido ao dinheiro estatal, a seca, a redução do tamanho das posses de terras e a baixa demanda da labuta com as roças (de alimentos) –, e um aumento de sua demanda, dado aqueles fatores, impulsionarem a migração ou a indisponibilidade dos brejeiros mais jovens de enfrentar o trabalho em suas próprias roças, preferindo estudar ou trabalhar por dia, para outro, para adquirir o dinheiro (vinculado a um aumento e mudança na qualidade do consumo).

Essa dinâmica do trabalho por dia corroborou para o aumento relativo da produção de cana, mandioca e produtos de extração/coleta em relação à produção de alimentos, pois esses, são comprados na cidade, com dinheiro oriundo do Bolsa Família e aposentadorias, além de outros recursos estatais³⁵³. Assim, o trabalho do diarista ainda é requisitado (mesmo com o seu preço inflacionado), pois, tanto a cana, quanto a mandioca, exigem para seu cultivo e beneficiamento muitos trabalhadores, que por vezes não estavam disponíveis – e sim, nas escolas ou se assalariando fora dos Brejos.

A modernização das relações nas quais o dinheiro foi se colocando cada vez mais, autonomizou algumas relações: a educação passou da família para a escola; o alimento (realizado com trabalho familiar) agora, em sua maioria, é comprado na cidade; o trabalho familiar, no qual se envolve a ajuda, obrigação e mutirão, abrem mais espaço para o assalariamento e o trabalho por dia. Esse processo, composto também pela implantação de energia elétrica e de estradas, aumentou os custos de sua reprodução: transporte, pagamento de energia, empréstimos, consumo ampliado, e, tudo isso, gerando uma maior dependência do dinheiro estatal.

Desse modo, apesar da experiência concreta afirmar uma menor penosidade ao cotidiano, comparada com o momento anterior, e que sem essa monetarização, já estariam fora dos brejos não sendo possível a reprodução do trabalho nas condições

³⁵³ A extração e coleta de diferentes produtos durante o ano vão perfazendo os gastos mais rotineiros, porém quase sempre, esta produção não é suficiente, e assim, o que tem garantido a reprodução do brejeiro é a aposentadoria dos mais velhos, e os subsídios, incentivos e benefícios estatais. Como as roças estão menores, os jovens podem se dedicar aos estudos, e nisso se aumenta a demanda por dinheiro que é suprida por esses outros meios.

postas historicamente, esse caráter vinculado a dependência, é bastante frágil e delicado. E, mesmo com as recentes melhorias, muitos reclamam das dificuldades como: preço dos transportes, dos alimentos, da carga de trabalho ter de ser sempre aumentada – pois, para garantir o recurso, devido a diminuição do tamanho das roças, tem de recorrer a mais horas de trabalho em outras atividades, muitas delas fora dos Brejos, criando uma tensão constante entre pais e filhos, onde os idosos continuam trabalhando mesmo aposentados, para garantir o sustento, pois, a falta dos integrantes das famílias para trabalhar, “perdidas” para a escola ou para o assalariamento, é notória. Relacionado a uma promessa de melhoria de vida pelo estudo e pelo trabalho fora, não deixa de ser um processo sofrido de ausências, saudades e cansaço³⁵⁴.

Essa migração, trabalho acessório, reverte o dinheiro para a reprodução familiar, e, ao mesmo tempo, lhes retira um consumidor direto das já poucas condições familiares. Esse dinheiro ajuda na manutenção da família, e, em muitos casos, se reverte também à supressão de demandas de consumo mais vinculados a “auto satisfação”: como roupas, relógios, celulares, motos e festas.

Para alguns teóricos, este trabalhador migrante ocupa, junto com o pai (ou seja, quando não se confunde com o mesmo), o papel de principal provedor da família. Neste sentido Chayanov (2014), afirma que tanto mulheres, quanto crianças e idosos, seriam “forças marginais”, consumidoras, mais que produtoras, responsáveis por elevar a necessidade daquele trabalho acessório ou pelo aumento da auto exploração desse “provedor” seja ele migrante ou não.

Em relação a isso Woortmann (2014), recorrendo a Tepich (1973), teria visto o contrário: estaria justamente nas forças marginais, repousada a “especificidade camponesa”, principalmente, por serem essas “forças marginais”, “intransferíveis e operando a um custo de oportunidade próximo a zero [...] [ou seja, que esses] supostos consumidores podem estar colaborando para reduzir a penosidade do trabalho ao invés de aumentá-la” (Woortmann, 2014, p. 241-242).

³⁵⁴ Uma observação é necessária. Não desconsideramos o fato do trabalho acessório ser uma estratégia a qual o camponês utiliza uma força de trabalho familiar que poderia nos momentos de “entressafra” estar ociosa, impulsionando-o a migração ou liberando para o estudo. No entanto, esses mesmos fatores precisam ser relacionados ao processo geral de aumento do consumo, diminuição do tamanho das posses, e monetarização por via do Estado, e, além disso, colocado em tensão com a forma social de mediação que está nessa e para além dessa particular relação, que são as categorias sociais dinheiro, mercadoria e trabalho, como formas sociais negativas e que não poderiam, em nosso ver, serem positivadas ou naturalizadas, mas postas em tensão como formas sociais historicamente determinadas. Veremos mais adiante na tese alguns desdobramentos, levando-nos a entender tais categorias sociais como negativas.

Tendemos a concordar com este último autor, pois na ausência desses jovens e/ou adultos migrantes, a sua família – mãe e irmãos menores (por vezes um pais e mães já idosos) – permanecem, e precisam se reorganizar na divisão de tarefas, para manutenção da posse³⁵⁵. Ou seja, dar continuidade as tarefas cotidianas, basilares, como o trato das roças, o cuidado dos animais e a extração/coleta e beneficiamento de alguns produtos. E, mais ainda, aqueles mais profundos e apagados, geralmente relegados tradicionalmente a mulher na relação, como se fossem dadas pela natureza, como o lavar, o cozinhar, o cuidar, entre outras.

Nesse sentido, justamente estes aspectos, sempre presentes e necessários, mas “escondidos” no cálculo da auto exploração, precisariam ser levados em conta, na diminuição da penosidade do trabalho. Isso de certa forma é proposto por Woortmann (2014) ao argumentar, de forma interessante, em defesa desse olhar mais atento em relação à reprodução familiar. No entanto, este autor, em seguida, acaba positivando o “conceito” de penosidade de Chayanov (2014), o colocando como central para a tomada de decisão do camponês em aumentar ou não sua auto exploração. E junto, o “trabalho” das “forças marginais”, garantido pela tradição, contribuiria internamente para a baixa relativa da penosidade geral do trabalho, possibilitando a reprodução da família de forma positiva. Assim, deixa de reconhecer, sob o rótulo da tradição (apesar do nome, um conceito bem moderno), uma violenta e negativa forma social de relação que impõe aos chamados “marginais” a penosidade da relação. Ou seja, impõe uma “duplicação natural” das tarefas domésticas, duplicando sua experiência dolorosa, escondida, justamente pela tradição. Nesse sentido, a forma concreta da relação entre satisfação e necessidade, precisaria ser aproximada dialeticamente,

a empiria e as análises sociais concretas, ou críticas da ideologia, não podem, por sua vez, ser colocadas em primeiro lugar, contra a determinação geral da forma social das relações fetichistas. Sem embargo, o próprio entendimento da forma fundamental tem de ser aprofundado, até à definição basilar de valor, de trabalho abstracto e de sujeito automático, incluindo simultaneamente a dimensão da dissociação sexual. Aqui se enquadram também a diferenciação e a interacção dos diferentes planos do tempo (tempo concreto do desenvolvimento, tempo abstracto do valor, lógica de “esbanjar tempo” no domínio da reprodução). É neste contexto que se pode determinar a dinâmica da forma do capital, ou da mais-valia, como desenvolvimento de uma “totalidade substancial”. (Scholz, 2009, p. 27)

Segundo Scholz (2009), o carácter de uma relação social, que do ponto de vista do valor aparece apagado, constitui assim, o cerne da discussão sobre o próprio conceito

³⁵⁵ Caso não tenham um aposentado na família, ou não recebam algum benefício, precisam de ajuda da comunidade, para ao menos não passarem fome. No entanto, nos últimos anos, com o recebimento do benefício do Bolsa Família, poucas famílias chegavam à esse extremo.

de valor. Trata-se da não separação do valor, dos seus aspectos constitutivos obscurecidos, passando a problematizar as relações postas pelo capital como *valor-dissociação*³⁵⁶. A própria constituição da forma social moderna, historicamente determinada, na qual a questão de gênero se fundou junto com o capital, foi posta impositivamente e, com ela generalizada, tornando o feminino subjugado³⁵⁷.

Portanto, a autoexploração implica todos da família, em suas variadas dimensões, e assim, continua sendo experiência dolorosa. Nessa experiência se encaixa a busca por uma melhor qualificação e inserção em um mercado de trabalho em ruínas, assim como, a aposentadoria que deve servir para alimentar uma família inteira, não deixando o idoso parar de trabalhar, também é autoexploração. O ter de trabalhar na própria roça e na do outro por dia de serviço, também é experiência dolorosa. Ter de aumentar as expectativas de venda da cachaça para poder obter o dinheiro da reforma da casa ou da compra da moto é experiência dolorosa. Diminuir a subsistência em troca do Bolsa Família, para comprar alimento, mesmo parecendo menos dispendioso que ter de fabricá-lo, somando-se a isso o pagamento do transporte, é experiência dolorosa. Sair para se assalariar mais de uma vez por ano, em empregos incertos e muitas vezes por baixa remuneração e imensa quantidade de horas de trabalho, é experiência dolorosa. Montar um bar no qual a família trabalha, enfrentando brigas e dívidas, é aumento de experiência dolorosa. As atividades relegadas às mulheres, como o cuidar, de filhos, hortas, animais e esposos, o cozinhar, limpar, lavar, mesmo não sendo consideradas,

³⁵⁶ Desse modo: “o decisivo não é apenas que o capitalismo seja socialmente mediado em última instância pelo ‘trabalho’, no qual uma referência temporal concreta exprime o movimento do tempo abstracto, mas sim que o tempo vazio do valor, como momento de certo modo estático, e o tempo processual do desenvolvimento histórico concreto da totalidade social sejam simultaneamente mediados pela lógica de ‘esbanjar tempo’ (Frigga Haug) no domínio feminino da reprodução. Somente a dialéctica da forma vazia da economia empresarial, por um lado, e da lógica de ‘esbanjar tempo’ no domínio da reprodução, por outro, constituem a dissociação-valor (e não simplesmente o valor), como princípio base da sociedade capitalista. Por conseguinte, é a dissociação-valor, no sentido de uma lógica sobrejacente, que constitui também o duplo carácter do trabalho, como trabalho abstracto e trabalho concreto, e, por inerência, o tempo concreto, que exprime o modo do tempo abstracto, bem como constitui a dinâmica daí resultante” (Scholz, 2009, p. 13).

³⁵⁷ O fazer, do feminino, entendido até então como próprio da tradição, estaria relacionado a uma lógica do “esbanjar tempo” (Haug in Scholz, 2008), ou seja, “a lógica de esbanjar tempo no domínio da reprodução e a lógica de poupar tempo no domínio da produção (Haug, 1996). Embora estas estruturas sejam perfeitamente “perceptíveis” na vida prática, em que a lógica de esbanjar tempo, como no trato com crianças, tem o seu próprio potencial de stress. No entanto, estas duas lógicas de tempo conflitantes não constituem uma determinação que situe o valor e a dissociação apenas à superfície dos fenómenos. Pelo contrário, no caso da lógica de poupar tempo, trata-se daquela notoriamente infame “lógica de exploração da economia empresarial” (Robert Kurz), do tempo abstracto do trabalho abstracto, enquanto a lógica de esbanjar tempo se refere aos momentos dissociados do “trabalho de relacionamento” e do “trabalho de amor” sociais e às funções psicossociais de mediação e de amortecedor social, em ambos os casos historicamente delegados nas mulheres e que não é possível dissolver no tempo linear do trabalho abstracto com objectivos racionais” (Scholz, 2010).

como componentes centrais da reprodução familiar, são partes essenciais dessa, e, ao mesmo tempo, componentes de experiências dolorosas³⁵⁸.

Todas essas relações conformam sua permanência como posseiro, pela manutenção de “suas” inter-relações. Mas, até isso se transforma:

- a) as conversas na fogueira, o ajeitar algo para o vizinho, as troças e jogos, a religiosidade e mutirão, são relações em transformação, e de certa forma, substituídas por outras mediações, como dinheiro, televisão, celulares e bandas;
- b) o sujeito convencido de sua autonomia, garantida pela não submissão a um patrão (algo já difícil mesmo na cidade), logo se enreda numa trama de consumo e de auto espoliação, na qual perece, “empresariando” suas ações;

A penosidade, parece não diminuir para todos, se transformando em auto opressão pela necessidade criada, gestada por todos envolvidos. Assim, tal conjunto de fatores, mais que retirar, mostram a indissociabilidade da unidade camponesa no todo da relação social. E assim, não como um modo de produção à parte, pois, a utilidade e a necessidade, não são naturais, mas relações sociais de mediação.

Destacando mais alguns elementos da reprodução desses posseiros, traremos agora, das conversas e observações em campo, ao menos três formas diferentes, por meio das quais, as suas mercadorias chegavam ao mercado:

- a) Venda nas feiras nas cidades de Barra e Xique-Xique: nestas feiras, vendem diretamente aos consumidores ou aos comerciantes mais “capitalizados” (as comprando e revendendo ao consumidor final por preços mais altos). Atualmente destacam-se entre seus produtos: a cachaça, a rapadura, a farinha de mandioca, a mangaba, o óleo de pequi, de castanheira, de buriti, a saeta, entre outros. Antes, como contam os mais velhos, o próprio brejeiro, com suas mulas e jumentos, cangalhas e bruacas, transportavam as mercadorias até essas feiras. Hoje em dia isso diminuiu muito, aumentando bastante, no entanto, os gastos com o transporte, geralmente fretado. Com isso, logo se desfaz a aparente “vantagem”, de conseguir preços um pouco mais altos, por serem, eles próprios, a efetivarem a produção e a venda nessas feiras.
- b) Venda nos Brejos aos comerciantes mais “capitalizados” (atravessadores): estes comerciantes compram suas mercadorias a preços muito baixos e os direcionam a outros comerciantes ou a empresas (beneficiadoras ou transformadoras). Conforme os posseiros, a caixa (com dimensão aproximada de 60 cm x 50 cm x 25 cm) de mangaba, por exemplo, coletada na caatinga, é vendida entre R\$ 8,00 e R\$ 10,00 aos atravessadores, que revendem para empresas de polpa de frutas e sorvetes de Feira de Santana. O mesmo ocorre com a manga coletada no brejo, que é levada por um trator emprestado à comunidade, até as estradas de acesso aos Brejos, onde se encontram enormes carretas vindas daquela cidade, ou imediações, pertencentes aos

³⁵⁸ Precisamos lembrar, o quanto a permanência na terra depende do papel desempenhado pela mulher na relação, no que se refere a dinâmica de herança e o quanto isso é posto como tradição e não como forma social negativa de mediação.

atravessadores, pagando entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00, cada cem mangas. Já a rapadura, de aproximadamente dois quilos, é vendida ao atravessador por R\$ 4,00 cada, sendo revendida às fábricas de doces e mesmo para a produção de cachaça, nos municípios vizinhos, além de servir de complemento alimentar de alguns vaqueiros e mesmo para o gado. Por fim, a cachaça, que assim como os outros, é comprada por intermediários de engarrafadoras, pelo preço médio de R\$ 2,00 o litro.

- c) Venda à Prefeitura vinculada ao PAA e PNAE³⁵⁹, através das associações de moradores: com essa venda, os posseiros conseguem preços melhores, comparados aos pagos pelos atravessadores. Pois, por exemplo, o quilo de manga, antes vendido por menos de R\$ 0,20 centavos, hoje vendem por R\$ 6,00 o quilo da polpa beneficiada. Nesse beneficiamento, no entanto, se envolve o trabalho do posseiro na associação. E na compra desse produto pela Prefeitura, os programas PNAE e PAA.

Essas diferentes formas de acesso ao mercado mesclam, portanto, alguns dos aspectos anunciados até o momento: créditos estatais, infraestrutura de produção e estradas, e, a espoliação do brejeiro pelo baixo custo de suas mercadorias.

Ao mesmo tempo, atualmente, os posseiros no processo, tem suas relações transformadas, como transformadas são as relações mais gerais do próprio capital, como reprodução crítica fundada no capital fictício. Desse modo, indicam a presença cada vez mais necessária e gestora do Estado, sendo o confinamento territorial uma importante marca. Além disso, nos informam sobre a simulação de autonomia presente nas proposições de identificação do território, sem questionar as categorias críticas reprodutoras do processo social, como dinheiro, crédito, mercadoria, trabalho e Estado.

Ao apresentar os aspectos conformadores dessa realidade dinâmica, não recorreremos aos argumentos *malthusianos* ou *neoclássicos*, e sim, a um viés crítico do estabelecimento da formação da forma social de mediação, imposta social e historicamente, deslocando os argumentos deterministas e estruturais. Desse modo, o que aparece como liberdade e emancipação, livre dispor da força de trabalho, é só um maior agrilhoamento à forma social de mediação. Ou seja, a subjetivação de uma prática social, aparentemente libertadora, levando, no entanto, ao constante auto sujeitar (liberdade, positiva e negativa, do dispor de sua força de trabalho).

Portanto, não é só o aumento populacional e as providências ou “improvidências” do clima levando os posseiros a vender a força de trabalho a outros, mas, a própria dinâmica, envolvendo esses e outros aspectos, compondo sua reprodução e, que estão também, para além deles, necessidades alheias, em formação, lhe impondo

³⁵⁹ O dinheiro do PAA e PNAE é disponibilizado pelo Estado (União) à Prefeitura, para compra da produção da agricultura familiar e irá compor a merenda escolar e os estoques de alimentos estatais (utilizados em determinados momentos, como catástrofes ambientais, etc.). Tais recursos são orçados e distribuídos através de projetos, que atendem aos editais do Território de Identidade ao qual se vinculam. A origem desses recursos é o Crédito Rural, referido ao Plano Safra da Agricultura Familiar.

restrições e determinando os espaços a ocupar, ou seja, constringendo e confinando-os territorialmente. A contradição disso, entre outras, está ligada ao fato dessas relações, mais voltadas a reprodução do trabalho no campo, serem por um lado, cada vez mais mantidas pelo Estado, até mesmo por via de ONGs e movimentos sociais, e, por outro, limitadas exatamente por ele, ou por sua conivência e apoio a empreendimentos. Sendo essa a contradição do processo, relação Estado-mercado, na territorialização do capital.

Isso tudo não é evidente, sendo importante na sua análise, o recorrer à crítica da forma social moderna de mediação e suas categorias fundantes: trabalho, dinheiro, Estado e mercadoria, ou seja, os diferentes aspectos da reprodução moderna.

4.2 Reprodução crítica da forma social

Com o atual desenvolvimento das forças produtivas, torna-se uma tendência do processo de produção, a diminuição geral do trabalho socialmente necessário, por mais que dele não possa se desfazer por completo. Por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas, caráter fundamental do capitalismo atual (se revelando, na prática, como a redução do ingresso da população no processo de produção), cria contraditoriamente, uma sobra, ou excedente, de tempo de trabalho socialmente necessário, como “trabalho supérfluo” (Marx, 2011)³⁶⁰.

Porém, se ao capitalismo, o central é justamente o contrário, a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, esse excedente, fruto de sua atual forma de ser, torna o processo ainda mais negativo e crítico. Antes de pontuar algumas consequências disso, vejamos outras questões centrais apresentadas por Kurz (2002). Primeiro, o desenvolvimento das forças produtivas diminuem a substancialidade geral da relação por que, cada vez mais, o montante crescente de mercadorias produzidas, tem apenas uma miserável quantia de mais-valia, embora a quantidade de mercadorias produzidas por cada trabalhador seja expressivamente maior. Segundo, a ampliação do chamado terceiro setor, englobando os ramos de comércio e dos serviços, apesar de serem necessários ao processo da realização da mais-valia, do ponto de vista do capital global são dedução (ou fração) dessa já miserável mais-valia.

O mesmo processo mobilizador geral, a modernização, junta esses dois aspectos negativos, pois, ao expulsar o trabalhador do processo produtivo (diminuindo a

³⁶⁰ Segundo Postone (2010) baseado em Marx, dos *Grundrisse*, o “trabalho supérfluo”, é a “diferença entre o tempo de trabalho total determinado como socialmente necessário pelo capital, por um lado, e o volume de trabalho que seria necessário em vista das capacidades produtivas sociais gerais desenvolvidas caso a riqueza material fosse a forma social de riqueza, por outro” (Postone, 2010, p. 434-35).

substancialidade do trabalho), contribui também para o atual aumento da população a se empregar nos setores de comércio e serviços, ou a se dedicarem ao autoempreendimento, em muitos casos, balizados em créditos e dinheiro estatais (como capital inicial) – tanto na cidade, quanto no campo (ou seja, inclusive os camponeses)³⁶¹. E, o mais intrigante: esse aspecto mobilizador tem como fundamento social justamente o trabalho e o dinheiro, no qual, o trabalho torna-se cada vez mais descartável (e sem conteúdo, mais-valia) e o dinheiro, cada vez mais destituído de seu fundamento, a mais-valia (Kurz, 2014)! Mas, ainda assim, movem diversas relações. Portanto, o processo, mesmo destituído cada vez mais de fundamento, não se extingue.

Esse caráter contraditório coloca então, como algo fundamental, a necessidade de uma maior exploração o trabalho, embora desse tenda a se desfazer o tempo todo. E uma maior necessidade do dinheiro, mesmo quando esse deixa de ter fundamento. Porém, isso não significa a anulação das relações sociais concretas. O camponês, como vimos em campo, se vê o tempo todo tencionado, por um lado, quando os diferentes aspectos mobilizadores, o fazem deslocar-se da posse, sejam eles, a seca, a grilagem, a diminuição do tamanho das posses, sejam, a “vontade própria” em ter acesso ao trabalho e escolarização. Por outro lado, até mesmo quando são estimulados a permanecerem com um aporte fundamental do Estado – com subsídios, incentivos, benefícios, programas e planos estatais, regularizações de posses, etc. –, essa permanência acarreta um processo qualitativo de transformação, dado, por exemplo, no aumento da monetarização, infraestruturação e dinâmica transformada do trabalho e consumo, que nem sempre diminuem as experiências dolorosas.

Constrangidos territorialmente, buscam outras formas de reprodução do seu trabalho. Se antes, contribuía para o aumento da oferta de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho, hoje, isso coincide contraditoriamente, com o atual aumento do desenvolvimento das forças produtivas, algo que dificulta sua incorporação fundamental no processo produtivo, ou, os remetem a outras formas de relação, também negativas, tornando-os objetos de ação estatal, num sentido de confinamento territorial – gestados territorialmente por meio de políticas públicas³⁶². Vimos, por exemplo, o quanto o

³⁶¹ Grande parte do capital acumulado, embora sem fundamento, se volta atualmente a empreendimentos do terceiro setor, no qual “os serviços realizados à base da pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese” (Oliveira, 2008, p. 57). Ou seja, do ponto de vista do capital global, significam dedução de mais-valia.

³⁶² Ser **objeto**, não significa que concretamente eles não sejam os **sujeitos** de reivindicações concretas, que objetivam sua reprodução social. No entanto, **sua**, reprodução **social**, é justamente o caráter de **forma**

dinheiro tornar-se cada vez mais central às mediações sociais dos posseiros, garantindo, em muitos casos, sua permanência nos Brejos. Em outras palavras, o Estado, por meio do planejamento e outras ações estatais, há anos propõe, com a premissa de geração de emprego e renda, diferentes ações regionais, locais e agora territoriais, na tentativa de garantir a reprodução do capital, contribuindo para a limitação ou supressão dos já constrangidos territórios dos posseiros, ou confinando-os territorialmente.

Isso está em sintonia com o diálogo crítico categorial proposto por Kurz (2002) em relação ao entendimento de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação capitalista e o imperialismo. Para ela, o capitalismo seria capaz de incorporar do exterior as chamadas relações “não capitalistas” (ou “terceiros”), como forma de produzir o capital e garantir nos momentos de crise sua reprodução ampliada. Isto significaria uma dependência do capital em relação às formas sociais não capitalistas, sendo um caráter importante e lócus da resistência contra o capitalismo, o constante fortalecimento das relações não capitalistas como entidades autônomas.

No entanto, como temos discutido, o capital, como relação social total, com suas particulares formas, se generaliza por meio de formas sociais de mediação em determinados momentos, com suas categorias (terra, trabalho e capital) autonomizadas ou não autonomizadas (por exemplo, no momento regional)³⁶³. E, mesmo quando, o contexto, já é o da autonomização geral (no qual as regiões são suprimidas e o Estado Nacional se impõe), as categorias sociais, em determinadas situações, podem não ter essa aparência de autonomia, caracterizando assim uma particularidade – uma simulação real da existência de formas sociais “não capitalistas”, como sua concreta particularidade, conformando a reprodução geral, ou seja, simulando junto, uma “acumulação primitiva”, efetivada como reprodução capitalista.

Para Kurz (2002), hoje, essa generalização categorial e suas particulares formas se tornaram ainda mais complexas e críticas, com o atual desenvolvimento das forças produtivas. Isso porque, os “terceiros” ou as formas sociais “não capitalistas” postos no próprio processo, crítico e contraditório, seriam a expressão da própria dificuldade do

social, ou, de outro modo, ser sujeito e objeto, não é caráter individual, e sim, a forma social de mediação do capital, a qual todos nós estamos sujeitos.

³⁶³ “Habitualmente, uma produção de mercadorias limitada regionalmente ainda não se organiza de todo segundo a racionalidade empresarial e só se vincula indiretamente à valorização do capital (a chamada pequena produção de mercadorias, artesanato, oficinas de reparação etc.). Neste plano, a pressão de um *standard* social sempre mais elevado ainda não atua, ou só o faz em pequena medida. Só no plano das economias nacionais tornadas coesas no decurso da história, se afirma também, a par da ‘taxa média de lucro’, uma produtividade social média nos diversos sectores, que se torna um ditame para as empresas” (Kurz, 2002, p. 9).

processo social atual de incorporar como produtiva, uma parcela cada vez maior da população, impondo sua transformação em população sobrança. Ou seja, mesmo quando não aparecem autonomizadas (no caso das relações particulares, por exemplo, as camponesas), elas já são um produto da autonomização (dotadas de autonomia relativa). E, por isso, podem apenas simular uma autonomia real.

Essa simulação, obscurecendo o processo de autonomização, é posicionada também, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil, como um simulacro de autonomia territorial, sendo esse um dos fatores pelos quais o colapso não é concretamente absoluto (apesar de cada vez mais ser por muitos experienciado, de diferentes maneiras) – dadas as possibilidades dessa forma social de mediação serem reproduzidas, gestadas, garantidas com a incursão do capital fictício, ocultando a miserabilidade do processo social e da reprodução ampliada crítica.

Se no momento do avanço das forças produtivas, no período de Henry Ford, conforme Kurz (2002), ainda havia solvência e pouco se recorria ao crédito, hoje, isso não é mais possível: “o real capital empresarial ‘atuante’, que utiliza o trabalho abstrato na efetiva produção de mercadorias, deve recorrer cada vez mais ao capital monetário, tomado de empréstimo ao sistema bancário, para poder continuar a valorizar o valor” (Kurz, 2002, p. 3). Hipoteca o futuro, e este oprime o presente.

No primeiro capítulo, vimos como as recentes ações estatais, voltadas a implementação do planejamento territorial, com incentivo a produção organizada em arranjos produtivos, a compra da produção garantida pelo Estado, a disponibilidade de infraestrutura (energética, de transportes, educacional) e os subsídios, incentivos e benefícios ampliados, modificaram a dinâmica da reprodução do trabalho nos Brejos, com a incursão cada vez maior de dinheiro, tendo como lastro, o capital fictício.

Uma parte desse conjunto de ações estatais conforma a política social e econômica, e são geralmente conhecidas por “transferência de renda”. Essa forma surgiu na Europa, no fim do século XIX, mas ganhou força mundial no pós-segunda Guerra. Nessa política se inspiraram, de forma geral, os recentes programas nacionais de Renda Mínima da Educação e da Saúde, do governo FHC – incorporados e ampliados, no Programa Bolsa Família, dos então governos Lula e Dilma. Nestes últimos foram criados outros dois, possibilitando o acesso à formação no ensino superior e técnico, e de qualificação profissional, em âmbito nacional, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC.

Todos compartilham um mesmo sentido, e no momento atual de avançado desenvolvimento das forças produtivas se tornam cada vez mais necessários. Pois, este desenvolvimento, embora gere, de maneira desigualmente distribuída, grandes somas de dinheiro e capital (dada a superprodução de mercadorias), também promovem a expulsão da força de trabalho do processo de produção e alimenta o aumento do desemprego e da necessidade de requalificação.

Esse complexo arranjo move o trabalhador de um lado para outro, em busca de melhor qualificação para tentar voltar a se inserir no processo produtivo, que só suporta ínfimos “privilegiados”, compondo a mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977). Imbricado a isso, ocorre uma exploração cada vez maior do trabalho, junto a um rebaixamento dos salários e supressão de direitos trabalhistas, incidindo também diretamente sobre a reprodução do trabalhador.

Por um lado, isso impulsiona a formulação, não por misericórdia, mas fruto também de reivindicações sociais, efetuadas à duras penas, por diversos movimentos – em geral fortemente reprimidos pelo Estado – algumas ações e programas estatais. Por outro, tais formulações, constituem o caráter assumido pelo Estado na gestão da crise, o qual, em geral, não poderia mais abster-se em realizar. Estes programas disponibilizam desigualmente, através de benefícios, incentivos e créditos, uma parcela da renda centralizada ou gestada pelo Estado – diretamente, à pessoa física, ou, indireta, por meio de empresas industriais, rurais ou de outros ramos.

Tornando-se alavanca central do processo produtivo (e também do improdutivo), o crédito, estatal ou de mercado, contribui para o maior desenvolvimento das forças produtivas e produção de mercadorias, aumentando a produção de valor e de capital embora, concretamente: ou, o trabalho produtivo efetivado, produz um valor com substancia (mais-valia) só realizável em um futuro distante (Kurz, 2014); ou, desse mesmo trabalho, a mais-valia “extraída” servirá somente para quitar dívidas passadas, devido ao uso anterior do crédito, o que é a mesma coisa. Ou seja, dificilmente o trabalho produtivo realizado no presente, serve ao presente das relações de produção. E, se torna, em diversos momentos, cada vez mais descartável, em dois sentidos: sendo excluído do processo produtivo; ou, de nem ter a possibilidade de servir ao processo (excluído de antemão)³⁶⁴.

³⁶⁴ Como o processo é contraditório, entre as formas de manutenção da reprodução do capitalismo está, por outro lado, justamente a constituição de uma superpopulação relativa, como vimos quando tratamos mais especificamente dos posseiros, mas que pelo mesmo processo, são logo tornados descartáveis.

Na tentativa de minimizar os efeitos dessa descartabilidade do trabalhador do processo produtivo, como fato e/ou potência, cada vez mais o Estado promove a criação de programas estatais de qualificação e formação, visando a inserção ou reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, ou em programas de subsídios e incentivos e benefícios, territorialmente alocados, como temos argumentado.

No entanto, os efeitos dessa descartabilidade agravam outros momentos das relações cotidianas, se relacionando ao trágico aumento da violência generalizada, uma verdadeira “luta de todos contra todos” – da qual nem o acadêmico escapa, sendo infinitamente mais agravado nas grandes periferias do capitalismo – tendo, por diversas formas, também o envolvimento estatal.

Por meio da violência armada, em guerras declaradas ou não, se impõe, cada vez mais, uma pulsão de morte, uma triste realidade compondo o quadro das experiências de sofrimento na modernização, como componente fundamental da irracionalidade do próprio processo. Se somarmos a isso a destruição irrefreada da natureza, tal quadro só piora. Portanto, no tocante ao excedente populacional sem trabalho, efeito da descartabilidade do trabalhador do processo produtivo, muitas vezes o processo, infelizmente, se desdobra em direção a velha conhecida violência. Vejamos a imbricação disso no caráter de monopolizador da violência do Estado como sinônimo de reprodução capitalista.

A equipagem da polícia, não só com armas de fogo, mas com bombas de gás, balas de borracha, coletes, entre outros equipamentos, conformam um mercado, no qual se envolve o Estado e as empresas, em negociações tendo o capital financeiro, como uma de suas balizas. Como, só com a arrecadação de impostos, o Estado já não consegue efetivar sua reprodução total, também, na compra de armas de empresas privadas e na construção de presídios, recorre a outros artifícios, dos quais, só “ele” no capitalismo pode usufruir: dívida pública e impressão de dinheiro. Como este último, gera automaticamente um processo inflacionário, tem abdicado dele, em prol do primeiro, ou seja, o expediente da venda títulos da dívida pública, conformando um capital financeiro. Com apoio desse capital financeiro, compra os equipamentos

Soma-se a isso, o fenômeno mundial, da busca desesperada por se empregar em qualquer tipo de atividade que renda algum dinheiro, tem atualmente, mais um trágico exemplo, da contradição geral da forma social do capital, vindo da Europa. Com índices cada vez mais altos de desemprego, tornou-se, ainda assim, principalmente por causa de algumas garantias de um “estado de bem-estar social” (já em direção ao processo de ruína), a “Meca” de diferentes imigrantes, que não só por causa do trabalho, mas por questões relativas aos mais diversos processos (entre eles questões religiosas, violência civil, etc.) para lá se deslocam em travessias, muitas vezes fracassadas, pelo Mediterrâneo.

considerados necessários para manutenção da ordem pública, em um processo no qual se imbricam diferentes formas de violência³⁶⁵.

Um paralelo perverso se impõe como forma social de mediação. Se o trabalhador no processo histórico, já se torna descartável antes mesmo de ingressar no processo produtivo, ou é expulso desse, por transformações no desenvolvimento das forças produtivas, algo similar, ocorre com o capital: o seu excedente, ou seja, uma parte (cada vez maior) impossível de ser reinvestida, precisará ser destruída, para não colapsar o sistema como um todo. Essa constatação, um tanto polêmica, foi apresentada por Kurz (1994), quando associou a guerra, ou a produção de armas em geral, com a destruição do capital e dos próprios indivíduos. O Estado, na relação com o mercado, torna-se o “receptáculo” real da esperança da manutenção do sistema, pois ele congrega duas características particulares do capitalismo, as quais o mercado não tem: endividamento público e capacidade de imprimir o dinheiro.

Tentaremos nos aproximar, mesmo de forma bastante reduzida, um pouco mais dessa discussão. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a superprodução de mercadorias e de capital, gera um montante incapaz de ser reinvestido em um ritmo eficaz ao sistema, não gerando, esse excesso, um retorno esperado – contrariando os termos do próprio processo, no qual o retorno precisa ser sempre maior, se comparado ao posto inicialmente. Aí entra o Estado. O papel deste, entre muitos outros, tornou-se historicamente o de garantir os meios pelos quais o mercado possa fluir. Nesse sentido, assumindo alguns dos ônus, como educação, saúde, segurança pública, infraestrutura e mesmo o financiamento da produção industrial, agrícola e agora, cada vez mais, do comércio e serviços, entre outras coisas, contribui para a desoneração dos gastos do mercado³⁶⁶. No entanto, só com a arrecadação de impostos, isso se tornou cada vez mais difícil, fazendo o Estado, ao complementar seus rendimentos e garantir orçamentos, se endividar, vendendo, títulos da dívida pública no mercado, aos credores interessados.

Estes credores, em geral, apostam seu capital, o qual, caso não fosse reinvestido, correria o risco de “desvalorizar”, principalmente no contexto de superprodução atrelado a concorrência, na compra desses títulos. Esta compra representa um artifício

³⁶⁵ A principal fabricante e fornecedora de armas, capacetes e munições, para as polícias Civil e Militar no Brasil, é a da Forjas Taurus Ltda. que tem, entre um dos acionistas (com cerca de 6%), o PREVI (Fundo de Pensão do Banco do Brasil), segundo a Bolsa de Valores de São Paulo. Ou seja, em termos categoriais e gerais, é o “dinheiro” do trabalhador contribuindo para sua repressão.

³⁶⁶ Mesmo no momento atual, com as constantes privatizações, o Estado desonera a si, para garantir, em outros setores, investimentos que favorecerão as iniciativas privadas. E o mercado, só investe na compra de empresas estatais ou direitos de concessão de uso, quando lhe é favorável, ou seja, visando o lucro, e, portanto, quando tem a possibilidade real de investir capital sobrando, dos quais terão um retorno maior.

de investimento seguro, pois, tem como lastro um devedor teoricamente infalível. Esse capital “investido” no Estado, não pode ficar entesourado, e, assim, parte dele, é colocado pelo Estado em “circulação”, dinamizando diferentes ramos empresariais (como agronegócio e as empreiteiras, por exemplo, com participação central de Bancos de desenvolvimento – como o BNDES –, ou mesmo, como recentemente tem ocorrido, terceirizando serviços essenciais como saúde e educação) implementando infraestrutura e outras ações, gerando benefícios principalmente, ao próprio mercado. Outra parte desse dinheiro, a qual o Estado precisa utilizar, não pode retornar ao mercado na forma de investimento produtivo, ou infraestrutural, mas sim, precisa ser utilizado de forma destrutiva. Pois, se todo o dinheiro fosse empregado de novo no mercado, como forma de investimento dos quais se esperasse retornos maiores, o problema da superprodução se agravaria ainda mais. Por isso, ele também o emprega em armas de fogo e de destruição, entre outros apetrechos, implicando a destruição de capital (pois, bombas ou munições utilizadas não voltam ao processo de produção, são pulverizadas), e dos quais, os únicos retornos esperados, são os oportunizados pela destruição generalizada de infraestruturas, que logo precisam ser reconstruídas, dinamizando, como necessário, o mercado. Infelizmente, atrelado a isso, há também, principalmente em verdadeiras “guerras civis” não declaradas, um grande contingenciamento de pessoas, passando de descartáveis, à encarceradas ou eliminadas definitivamente com a morte.

Em 2015, quanto a esses dois últimos aspectos, apesar de pouco noticiado na grande mídia, foi publicado, o relatório final da CPI dos homicídios de jovens negros e pobres no Brasil. Nele constam os seguintes dados: “mais da metade (53,3%) dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens, dos quais 71,44% eram negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino. O Balanço de Gestão da Secretaria Nacional de Justiça cita dados de 2012, assim, em 2012, morreram 56.337 pessoas vítimas de homicídio, sendo 30.072 jovens - 53,4% do total. Destes jovens, 71,5% eram negros e 93,4% eram do sexo masculino” (Câmara, 2015, p. 16). Essa grande quantidade de mortes de negros, segundo o relatório, conforma algo que Fernandes (1978), já interpretava como um: “‘genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso’ (Fernandes, 1978, p. 21)” (Câmara, 2015, p. 36).

Estes homicídios, para além de envolver a “luta de todos contra todos”, numa profusão de situações (entre elas, a violência doméstica, intolerância racial e de gênero, assaltos, sequestros, roubos, tráfico, furtos, e, questões de terra), esconde o envolvimento polícia, em parte deles. Um dado alarmante sobre a violência policial (só

relativa aos homicídios) foi divulgado em 2013, pela BBC Brasil, constatando que em 22 dos estados brasileiros “ocorreram ao menos 1.259 homicídios cometidos por policiais e 316 baixas nos quadros das polícias civil e militar” (Kawaguti; Puff, 2016).

Porém, a gestão da violência, ainda monopólio do Estado, passa também pelo contingenciamento da liberdade. Nesse sentido, destacamos aqui um dado recente sobre o encarceramento em massa no Brasil. Segundo o jornal Folha de São Paulo, “com um crescimento de 7% ao ano no número de detenções, a população carcerária brasileira soma hoje 607.731 pessoas – cerca de 300 presos por 100 mil habitantes” (São Paulo, 2015). Com isso, o Brasil alçou o status de 4º país do mundo em quantidade de pessoas presas, sendo a maior parte negros e jovens.

Para finalizar a apresentação desses aspectos, outros dados importantes sobre essas relações, mostram o quão altos são os gastos do Estado com segurança pública, incluindo armamentos, entre outras coisas, garantindo o monopólio da violência. Segundo Naval (2016), mesmo que uma boa parte dos gastos militares e de defesa no Brasil sejam destinados aos pagamentos de pensões e aposentarias dos quadros militares, não deixa de ser notório: “segundo o relatório, o orçamento de defesa brasileiro de 2012, de US\$ 30,6 bilhões, foi maior do que o do Canadá ou do Irã, logo abaixo de gastadores tradicionais como Alemanha e Arábia Saudita” (Naval, 2016). Estes gastos representaram mais que o dobro do gasto com a agricultura familiar naquele ano. Conforme os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, só o Estado de São Paulo, de 2013 para 2014, aumentou em mais de R\$ 1 bilhão de reais com as Despesas com a Segurança Pública, passando, assim dos R\$ 10, 3 bilhões os gastos anuais com esse setor (Pública, 2016).

Portanto, essas são algumas características da contradição posta a todos, e de forma desigual, na qual a forma social de mediação acarreta diversas facetas. Como cerne categorial, a relação capital ao mesmo tempo em que precisa se desfazer desse excedente de capital e de trabalho postos em excesso no processo produtivo, precisa, o tempo todo, de trabalho e de capital para manutenção de sua reprodução ampliada (embora destituída de fundamento). Os meandros relacionais, unindo essas duas extremidades, para o processo já ruído continuar a se efetivar são assim: o capital fictício (crédito estatal ou empresarial), disponibilizados aos processos envolvendo a gestão da simulação de autonomia territorial e o contraditório e crítico impulso a autodestruição/reconstrução capitalista. Em outros termos, mais voltados ao campo de reflexões das pesquisas e estudos centrais da geografia, isso seria a própria

produção/destruição do espaço e a territorialização/desterritorialização estatal ou empresarial das relações sociais de produção. Esse caráter contraditório, impulsiona na atualidade, a capilarização territorial do dinheiro e do crédito (Contel, 2007), a supressão de determinados usos da terra para posição de outros, a transformação das relações de produção, marcados pela mobilização do trabalho, como vimos em campo.

Tal faceta, vinculada ao incentivo da permanência do camponês posseiro, com os meios de produção em seu poder, no trabalho e na terra, não se separa, assim, de outras, por meio das quais, a terra é suprimida ou diminuída, conformando a constrição territorial ligada a mobilidade do trabalho.

A garantia de crédito estatal para tais empreendimentos se relaciona a uma faceta, da qual o Estado não pode mais se desfazer sem gerar intranquilidades na sua contradição com mercado. Pode, no entanto, diminuí-la, mas a interdependência entre esses posta historicamente, revela-se como contradição fundamental.

Por outro lado, o apoio a projetos propensos a suprimir as posses (como os de energia eólica, barragens, polos de desenvolvimento, ferrovias, mineração, e agronegócio) também são incentivados ou até executados pelo Estado, seja por via de créditos, seja por sua negligência como detentor do poder fiscalização, do qual se depreendem grilagens e transformação da terra pública em propriedades particulares, mobilizando os posseiros, embora nas cidades ou mesmo no campo, já não seja fácil se inserirem no mercado de trabalho em ruínas.

Mobilizados, constrangidos ou confinados territorialmente, muitos posseiros continuam a vivenciar experiências dolorosas, mesmo quando se deslocam para outras cidades, pois, geralmente, encontram apenas formas bastante precárias e efêmeras de “fixação” (como casas ou quartos alugados, ou mesmo, lotes em terrenos de ocupação) e empregos informais ou que exigem rotatividade cada vez maior (como balconista, segurança, construção civil, entre outros). E assim, muitas vezes, são outra vez, obrigados a se deslocarem, por força do processo vinculado ao mercado imobiliário e na violência da força policial do Estado. O Estado, com dinheiro arrecadado por impostos ou por via do endividamento junto ao mercado, ou seja, baseado no capital fictício e financeiro, fundamenta essas ações planejadas ou não, constituindo sua forma de ser.

Os posseiros, constrangidos e confinados territorialmente, vivendo basicamente com o “fornecido” pelo Estado, já estão, portanto, o tempo todo, mobilizados. A ampliação do consumo o obriga a buscar outras formas de complementar sua renda, para além do trabalho em sua posse. Com isso, sem dela se desfazer, migra

momentaneamente, ou, trabalha por dia para outros brejeiros (forma da mobilização da ocorrida, embora permaneçam com os meios de produção). Além disso, ao consumir, contribuem para a produção de mercadorias nas indústrias ou na produção agrícola que contrata mão de obra assalariada, contribuindo indiretamente para a mobilização do trabalho. O recebimento de políticas públicas creditícias, ultimamente maiores, também é uma forma de mobilizar o trabalho, pois derivam da dedução geral da mais-valia social concentrada, gestada, distribuída pelo Estado.

Por fim, ao tratar de todo esse conjunto, notamos as muitas semelhanças entre as formas de interpretar a contradição da reprodução ampliada capitalista. Nelas se juntaram os elos interpretativos envolvendo, tanto a questão do desenvolvimento desigual e combinado, como a questão do imperialismo e a crítica da produção do espaço e do território associadas. Centramos nos arranjos particulares da reprodução do capital, onde as categorias sociais de mediação não aparecem em sua aparência de autonomia (embora estejam autonomizadas no processo), simulando, no entanto, uma autonomia territorial.

Um fator relevante e político daquelas interpretações se refere ao caráter relativamente autônomo da reprodução camponesa, ao sujeitar apenas o produto do trabalho e não o próprio trabalho na relação com o monopólio da terra ou do mercado. Derivando reivindicações importantes pela manutenção da autonomia e sua ampliação, possibilitando o estabelecimento de sua reprodução familiar em uma posse mais “permanente”, regularizada perante o Estado ou mesmo, como uma pequena propriedade particular. E, junto a isso, a luta por uma melhor inserção no mercado, com direito aos subsídios e incentivos, transporte e garantia de mercado para sua produção.

Não fosse a contradição mais profunda, mais fundamental, posta em categorias de mediação social produzidas historicamente no mesmo violento e contraditório processo, essa análise acima destacada, poderia se estancar por aqui. Deixaríamos o dinheiro, o trabalho e a mercadoria como eles aparentam ser, ou seja, como entes concretamente sem história, naturais formas da mediação humana, intocáveis, sobre os quais apenas queremos a melhor distribuição e equidade. Porém, essa equidade e distribuição é possível no capitalismo? Foi possível no socialismo realmente existente? Será possível no comunismo? Parece que não, se as formas de mediação social continuarem a ser o valor, o dinheiro, o trabalho a mercadoria e o Estado.

Considerações finais

Talvez o mais difícil em se escrever as considerações finais seja conciliar e sintetizar os temas e conceitos abordados, os quais por si sós, já são um momento reduzido da realidade. Embora a exposição envolva as escolhas sobre a melhor forma de abordar e ordenar a pesquisa, ainda assim, torna estanque a realidade observada e estudada. Pensando sobre essa redução inevitável, presente no texto como um todo, buscamos, durante a escrita, fazer e refazer perguntas sobre os mesmos objetos, de diferentes pontos de vistas e níveis.

Essa espécie de iteração tornou-se um instrumento com o qual nos aproximamos das questões envolvendo as observações de campo, pesquisa bibliográfica e documental sobre a modernização, o Estado, o planejamento, a reprodução e mobilidade do trabalho, a territorialização do capital e a posição da forma social de mediação.

O ponto de partida dessas considerações é o momento atual da reprodução da forma social do capital, no qual as ações estatais, entre elas o planejamento, impulsionam transformações: incentivos e subsídios à constituição de cadeias de produção de alimentos, ao artesanato e à cultura, benefícios, novas estradas, postes e torres de energia, maior monetarização e aumento do consumo, são algumas delas.

Essas transformações envolvem a dinâmica modificada da reprodução do trabalho dos posseiros (a ajuda mútua ou obrigação, a parceria, o trabalho acessório), cada vez mais complementada por subsídios, incentivos e benefícios estatais, conformando o caráter particular da reprodução do trabalho dos posseiros, na garantia da sua permanência na posse de terra, cada vez mais diminuta ou em risco de supressão.

A diminuição do tamanho da posse parece contradizer a permanência, porém, a permanência transformada, com subsídios, auxílios e benefícios – ampliando a noção de permanência derivada da tradição (relacionada à manutenção do patrimônio familiar e até mesmo, modo de vida) – se coloca como possibilidade, dada a dificuldade atual desses posseiros encontrarem outros meios e lugares para a reprodução do trabalho. A posse tornada diminuta e o trabalho tornado obsoleto tem, no entanto, na reprodução capitalista e, assim, no Estado, um elo contraditório.

Todo esse conjunto, conformando a ação estatal recente, inclusive planejada, tem história e contextos de implantação. A territorial, mais recente, deriva das políticas de desenvolvimento local, baseada em arranjos produtivos locais e em manifestações de identidade cultural e econômica, reforçadas pelo estímulo a governança e autonomia.

A partir dos anos 1990, esta forma do planejamento impõe-se e ganha, cada vez mais, generosa força com o aporte estatal de créditos, territorializados por meio de programas territoriais e ações estatais mais abrangentes.

Todo esse quadro, ao mesmo tempo, resultou da mudança na posição e qualidade das relações categoriais do capital, transformados no processo de desenvolvimento das forças produtivas, na qual, o Estado – dividindo com o mercado, e com todos os participantes desiguais da mediação – tenta gestar a crise estrutural, do limite absoluto vencido obscurecido, mediando formas de acesso à terra, ao crédito, ao dinheiro e ao trabalho.

Estado e mercado, ambos cofundados no processo social, são também, particulares formas sociais do capital, conformando, no caso em estudo, a gestão dos camponeses e de outros trabalhadores por meio de políticas públicas, tendo no dinheiro e no crédito seu cerne, derivado de uma relação social crítica e atualmente aprofundando uma dimensão territorial. Nesta dimensão, como forma da territorialização do capital, as categorias autonomizadas no processo (terra, trabalho e capital) aparecem, por vezes, como se assim não fossem, simulando uma autonomia territorial – embora fundamentalmente, conformem uma autonomia relativa posicionada territorialmente, como uma contradição entre constrição e o confinamento territorial.

A constrição territorial relaciona a mobilização do trabalho (como dupla liberdade do trabalho) e a transformação na apropriação da terra (território), reunindo ambos processos em si mesmo. Nele se vinculam também aspectos objetivos-subjetivos da reprodução do trabalho. Transformado a cada momento, esse caráter territorial desdobra-se cada vez mais em confinamento territorial, englobando as formas de incentivo da permanência, postas na contradição, entre manutenção da tradição e patrimônio *versus* diminuição das possibilidades de reprodução dadas pela constrição e crise do trabalho, tendo sua base no Estado, no aporte estatal com o capital fictício.

No entanto, essa permanência não é posta como dádiva, mas tem se tornado uma necessidade do capital e a forma de ser do Estado, marcando as tensões e violências dessa forma social contraditória e essencialmente desigual de reprodução. Portanto, os movimentos sociais de luta pela terra e pela permanência na terra entram em conflitos recorrentes com o Estado e com os empresários ou proprietários de terra na tentativa de garantir com que uma parte do fundo público seja destinado a essas populações no campo, incluindo aí a terra como fundo público. Tal conjunto conflituoso expressa-se, assim, territorialmente, compondo outra faceta da simulação da autonomia territorial.

Tudo isso tem um processo histórico determinado também na institucionalização das ações estatais, entre elas, o planejamento estatal, fundamentais à sua própria transformação qualitativa, autonomizando o Estado. Ou seja, conforme as transformações do próprio capital, em sua dinâmica crítica de concentração e centralização. Entre as ações e planos abordados na tese estiveram: os relativos à Comissão do Vale do São Francisco, da SUDENE, da CODEVASF, no Vale do São Francisco; e, recentemente, na Bahia como um todo, o MATOPIBA, o ZEE-BA e os Territórios de Identidade.

Com o atual desenvolvimento das forças produtivas, esse processo denota um caráter crítico central: a supressão do trabalho do processo produtivo geral e seu excedente na forma de trabalho supérfluo, expresso concretamente em uma população descartável (do processo de produção, como aspecto da crise do trabalho), mesmo sem impedir o trabalho de ser ainda a forma de mediação social. Trata-se de uma constante dialética entre incorporação e descartabilidade, posta e imposta violentamente, mas também, naturalizada na relação social.

O relevante papel do Estado, ao mesmo tempo relegando o poder a outros e centralizando o monopólio da violência, gestando o território (e assim, também os camponeses), se constituiu no processo histórico de generalização da forma social como territorialização da relações do capital. E, como posição e generalização de relações sociais (não sem violência) essa territorialização apresenta nuances, aparecendo, assim, autonomizadas ou não no processo de posição. Destacamos isso quando tratamos do poder local, se constituindo na vinculação entre o domínio da criação de gado e comercialização do catado, com reconhecimento do Estado.

Os camponeses, agregados ou mesmo vizinhos das fazendas de gado com sua produção em parte voltada ao consumo próprio e a venda no mercado, se vinculavam aos fazendeiros e comerciantes, personas do poder local, subjugando o trabalho, assim como outras formas de renda, pelos produtos, ainda que não houvesse um mercado de trabalho e de terra instituído. Essa forma particular da acumulação de relação possibilitou, mesmo onde as categorias do capital não apareciam autonomizadas, a reprodução do capital na região.

Em outras palavras, a autonomização entre a produção pecuária e o catado não rompeu seus vínculos, postos no processo de mediação por categorias sociais, como trabalho, mercadoria e dinheiro. Porém, constituiu a base da acumulação da região e servindo de fundamento a autonomização posterior entre o Estado e o poder local.

Essas relações de maneira particular, foram postas historicamente no processo colonial. Primeiro, suprimindo os meios da “reprodução social” dos índios, depois, gestando a produção da subsistência, adequadas ao sentido da colonização: produção de ouro e mercadorias para a Metrópole. Processo pelo qual a forma social de mediação se colocou, generalizando as suas categorias fundamentais, dinheiro, trabalho e mercadoria, mesmo quando não fossem autonomizadas. Estas, impostas violentamente, tornaram-se a forma social de ser das relações sob o capital.

Tal generalização não foi linear, mas dotada de momentos não simultâneos. Primeiro, com a independência da Colônia, se constituiu ou se consolidou uma não simultaneidade na reprodução do capital, dotando-a de um caráter regional, de não autonomização entre poder local e Estado. Depois, no processo de consolidação do Estado, como Estado nacional, autonomizado do poder local (Toledo, 2008), a não simultaneidade decorreu da reprodução do capital, com suas categorias autonomizadas, posicionando “regiões”, como se essas fossem atrasadas (regiões do planejamento) – fenômeno dado por seu caráter de falta de aparência de autonomia (Leite, 2015) – e, como se não tivessem se constituído no processo da modernização e da posição categorial autonomizada.

Por fim, mais atualmente, a reprodução do capital expressando uma simultaneidade crítica, na qual as categorias autonomizadas tornam-se cada vez mais críticas constituem, tanto por via estatal, quanto por via de organizações sociais (civis, ou de movimentos), formações territoriais que simulam autonomia territorial.

A expressão territorial desse processo é, portanto, negativa, apesar de concreta, posta na dialética entre Estado-Mercado. E, mesmo quando dessa posição derivam lutas contrárias ao processo generalizado e violento da reprodução capitalista, ao não questionar fundamentalmente as categorias da própria luta e o esperado com ela, essa forma social, a forma dinheiro – que age por trás das costas de todos nós, ao agirmos socialmente, como acadêmicos, posseiros, proletários, empresários – é reposta, e cobra seu destino: a reprodução miserável e violenta da mediação social sob o capital.

O planejamento vai para o brejo, portanto, também como forma de crise da reprodução social de mediação, que nem sempre expressa o colapso, mas repõe consigo a contradição e dela é derivada, assim como é todo o processo, violento de imposição, ainda que pareça, em alguns casos, não ser violenta.

Lembramos, para concluir, uma frase recorrente dita pelos brejeiros mais velhos das comunidades visitadas, ao olharem para as transformações atuais e para a vida dos

mais jovens, na comunidade: *hoje, tão tudo na boa!* Tal frase parece sintetizar a busca empreendida nessa tese, e embora estivesse presente desde nosso primeiro campo, nós custávamos a entender em sua profundidade. Por um lado, porque as experiências cotidianas dos mais jovens levam a esse entendimento positivo, apesar de irônico, de que vida estaria “mais fácil”. Por outro, como mostramos, as experiências continuaram dolorosas e exigindo muitos desdobramentos, direta ou indiretamente, da reprodução do trabalho dos posseiros. Essa síntese, no entanto, não se refere só ao brejeiro, servindo, com suas nuances, a todos nós, ou seja, poderia ser dita por qualquer um de nós, olhando para nossa vida hoje.

Hoje, tão tudo na boa! Significaria finalmente o trabalho e o dinheiro se impondo ainda mais, como prática cotidiana, e as relações concretas, qualitativamente, se transmudando, movendo relações reais (como mediação social) nas quais as coisas são representadas por outras e os sujeitos sociais agem como se fossem essas coisas.

Hoje tão tudo na boa! seria a constatação da diminuição do sofrimento da reprodução social vivenciada, apagando junto a violência da imposição territorial das relações sociais, naturalizando o trabalho como mediação necessária entre os indivíduos, junto com o dinheiro e o Estado, como formas não violentas, e sim, normais.

Hoje tão tudo na boa! significaria o Estado posto como a forma correta a ser reproduzida, pois, ao mediar a reprodução social, mesmo portando a violência, é o legítimo juiz do certo e do errado, de si e do mercado (jagunço desse coronel abstêmio).

Hoje tão tudo na boa! significaria o real estabelecimento do elo entre o civilizado e pouco civilizado, a vitória do conforto, da comunicação, tudo passível de reprodução pela educação e mercado.

Hoje tão tudo na boa! O que significa?

Significaria ter a reprodução social o tempo todo, coagida e ameaçada, embora muitos assim não as sintam.

Significaria se adequar e se confinar a um território dinâmico e pleno de regras.

Significaria ser mobilizado, mesmo aparentando imobilidade, pelo trabalho e pela mercadoria, que no fim, é também uma automobilização.

Significaria ser cínico (embora nem sempre queiramos ser), para não morrer de desgosto ao ver o resultado de nossa produção e reprodução cotidiana.

Assim, sob o capital, eles, vocês, ou eu, no fundo, estamos ou estivemos alguma vez, realmente na boa?

Entrevistados

- Seu Milão:** morador de 80 anos do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA). Entrevistas realizadas por Erick Kluck em julho de 2005, fevereiro de 2006, janeiro de 2009, outubro de 2010 e setembro de 2013.
- Dona Laura:** moradora de 35 anos do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2005.
- Dona Agripina:** moradora de 70 anos do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA). Entrevistas realizadas por Erick Kluck em julho de 2005 e julho de 2015.
- Seu Joaquim:** morador de 78 anos do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA). Entrevistas realizadas por Erick Kluck em julho de 2005, fevereiro de 2006 e outubro de 2010.
- Seu Juraci:** morador de 38 anos do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA). Entrevistas realizadas por Erick Kluck em julho de 2005, fevereiro de 2006, janeiro de 2009, outubro de 2010, setembro de 2013 e julho de 2015.
- Seu Odenilson:** morador de 36 anos do Brejo da Caroeira, Barra (BA). Entrevistas realizadas por Erick Kluck em julho de 2005, fevereiro de 2006, janeiro de 2009, outubro de 2010, setembro de 2013 e julho de 2015.
- Seu Anjo:** morador de 69 anos do Brejo da Caroeira, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.
- Seu Lino:** morador de 72 anos do Brejo da Caroeira, Barra (BA). Entrevistas realizadas por Erick Kluck em setembro de 2013 e julho de 2015.
- Seu Manuel:** morador de 52 anos do Brejo da Caroeira, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.
- Seu Domingos:** morador de 70 anos do Brejo do Barbosa, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em setembro de 2013.
- Seu Tercílio:** morador de 82 anos do Brejo do Barbosa, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em setembro de 2013.
- Seu Valdésio:** morador de 42 anos do Brejo do São Gonçalo, Barra (BA). Entrevista realizada por José de Sousa Sobrinho em julho de 2005.
- Seu Enoque:** morador do Brejo da Umburana, Barra (BA). Entrevista realizada por José de Sousa Sobrinho em julho de 2005.
- Seu Hermes:** morador de 80 anos do Brejo do Saco, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em setembro de 2013.
- Seu Geraldo:** morador do Brejo do Saco, Barra (BA). Entrevista realizada por José de Sousa Sobrinho em julho de 2005.
- Ex-Presidente:** ex-presidente da Aprocana, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.
- Presidente:** presidente da Aprocana, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.
- Secretário:** secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Barra, Barra (BA). Entrevista realizada em julho de 2015.
- Técnico:** técnico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Barra, Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.
- Coordenador:** Coordenador do CODETER-VC, em Ibotirama (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em novembro de 2013.
- Colaborador:** Colaborador da CPT-BA, Ibotirama (BA). Relato fornecido por *email* em abril de 2016.
- Morador 1:** Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.
- Morador 2:** Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.
- Moradora 1:** Barra (BA). Entrevista realizada por Erick Kluck em julho de 2015.

Referências bibliográficas

- AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e Sertanejos – Uma geografia Humana Sofrida. Dossiê Nordeste seco. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol. 13, nº. 36, 1999.
- _____. *O paleodeserto de Xique-Xique*. Revista Estudos Avançados, S. Paulo, vol. 20, nº 56, jan/abr 2006.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.
- ABREU, J. Capristâneo de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Disponível: <<http://books.scielo.org>>. Acesso: agosto de 2015.
- ABREU, R. V. A visão das ONGs sobre as parcerias com o Estado: formas distintas de se posicionar perante um “mal necessário”? In: *ONGs: novos vínculos entre sociedade e Estado*. REIS, E. P. (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, (2013).
- ADC. Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível: <<http://www.auditoriacidada.org.br>>. Acesso: set. de 2014.
- AGRONEGÓCIO. Agricultor que renegociar dívida poderá ter crédito facilitado. 2016. <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em: maio de 2016.
- AGRONOTÍCIAS. Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA). 2007. Disponível em: <<http://www.agronoticiasmt.com.br>>. Acesso em: junho de 2016.
- ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. Nordestino: invenção do “falo”: uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros)
- ALCÂNTARA, D. M. de. *Fundo de Pasto: os espaços comuns de nossos dias*. Relatório de Iniciação Científica. Projeto GeografAR, IGU, Universidade Federal da Bahia, 2002.
- ALENCAR, M. M. T. de. *O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do trabalho assalariado no Brasil?* In: ALMEIDA, C. C. L. de; FRANCISCO, E. M. V. (orgs.). *Trabalho, Território, Cultura: Novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, A. B. (org.) Rômulo Almeida: o construtor de sonhos. Salvador: BUREAU, 1995.
- ALMEIDA, R. S. de. A estruturação da tecnoburocracia do planejamento territorial no Brasil. In: *Terra Brasilis (Nova Série)*. 2012. Disponível: <<http://terrabrasilis.revues.org/356>>. Acesso: maio 2014.
- ALMEIDA, R. A. de; PAULINO, E. T. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ALVES, V. E. L. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. 2006. Tese (Doutorado Geografia Humana), FFLCH, USP, S.Paulo.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Espaço, Polarização e Desenvolvimento: a teoria dos Pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. São Paulo: Brasiliense, 1970 [1967].
- _____. Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco. *Revista de Economia Política*. Volume 1, n. 04. São Paulo, jan.-mar. de 1984.
- _____. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí. [s/d]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, tomo LXII, Rio de Janeiro, 1º e 2º sem. de 1900, p. 60-161.
- ANTONIL, J. Cultura e Opulência do Brasil. São Paulo: Editora Itatiaia, 1982 [1711].
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. S. Paulo: Boitempo, 2009.
- AZEVEDO, A. *O ensino da Geografia no curso secundário*. In: CUSTÓDIO, V.(org.). FUNDAMENTOS teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – GEOGRAFIA (1935-1936) e BOLETIM DA AGB (1941-1944). São Paulo: AGB, 2012.
- AZEVEDO, J. S. G. Planejamento Territorial do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net>>. Acesso em: julho de 2016.
- BACEN. Manual do Crédito Rural. 2016. Disponível: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso: maio 2016.

- BACEN. Normativos. 2015. Disponível em :
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46540/Res_3121_v7_L.pdf>. Acesso em: maio de 2016.
- BACEN. Normativos. 2015a. Disponível em :
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48016/Res_3507_v2_P.pdf>. Acesso em: maio de 2016.
- BARRETO, A. M. F. et. al. “O campo de dunas inativas do médio Rio São Francisco, Bahia”. In: Schobbenhaus, C. et. al. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil* (1999). Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio056/sitio056.htm>>. Acesso em: agosto de 2009.
- BECKER, B. Síntese geral sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: BRASIL, MI. *Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2005.
- BLOCH, Didier. *As Frutas Amargas do Velho Chico*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: setembro de 2014.
- BNDES. Fontes de Recursos. 2016. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fontes_de_Recursos/>. Acesso em: maio de 2016.
- BOECHAT, C. A. *A região do Colonato: mobilização do trabalho a autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) no Oeste Paulista*. 2009. Dissertação (Mestrado Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *O colono que virou suco: terra, trabalho, estado e capital na modernização da citricultura paulista*. 2014. Tese (Doutorado Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- BONFIM, P. R. de A., Miguel Reale: um esboço de planejamento no Brasil na década de 1930 *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (21). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-21.htm>>. Acesso em: março de 2014.
- BOUDEVILLE, J.R. *Os espaços econômicos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- BRANDÃO, Carlos. *Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL, MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/publicacoes>>. Acesso em: dezembro de 2013.
- BRASIL, MI. Ministério da Integração Nacional. *Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2005.
- _____. *Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2006.
- BRASIL, MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Planos Plurianuais: Estratégicos, territoriais e participativos. Brasília: Planejamento, 2014.
- BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no nordeste*. Rio de Janeiro/Fortaleza: Garamond/BNB, 2008 [1984].
- CÂMARA. Relatório final da CPI sobre a morte e desaparecimento de jovens. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: junho de 2016.
- CAMARGO & SCHUBERT et al.. Atlas eólico: Bahia. Curitiba: SECTI: SEINFRA: CIMATEC/ SENAI, 2013.
- CAMARGO, A. de P. Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). In: *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, jan.-jun. 2009, v. 2, n. 1, p. 23-39.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CARVALHO, H. M. (org.). Chaynov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CASA CIVIL; BRASIL. *Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE)*. Brasília: Divisão de Documentação, 1972.
- CASTRO, Luiz Humberto de. *Arranjo produtivo local*. Brasília: SEBRAE, 2009.
- CARDEL, L. M. P. S. Territorialidade, Liminaridade e Memória: um estudo sobre o choque entre imaginários e (re)construção de identidades. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2056100.html>>. Acesso em: junho de 2012.

- CETA. Carta dos(as) Atingidos(as) pela Bamin-Fiol-Porto Sul. 2011. Disponível em: <<http://cetabahia.blogspot.com.br>>. Acesso em: maio de 2016.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- _____. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Carvalho, H. M. (org.). Chaynov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br>>. Acesso em: agosto de 2014.
- COELHO NETO, A. Souza. A irrigação no Médio São Francisco e a produção da seletividade socioespacial. In: *Série Estudos e Pesquisas (SEP)*. Dossiê: Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia, número 73. Salvador: SEI, 2006.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CNA. Relatório de Inteligência. Georreferenciamento das propriedades rurais. 2012. Disponível em: <<http://www.icna.org.br>>. Acesso em: julho de 2015.
- CONTEL, F. Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- COSTA, José Silva. *Compêndio de Economia Regional - Volume 1*. Parede: Principia, 2011.
- COSTA, W. M. da. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: BRASIL, MI. *Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2005.
- CPDOC. Pedro Mariani Jr. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: julho de 2016.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. Terra na Bahia e Sergipe. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, s/nº. Salvador, 1976.
- _____. Famílias ocupam terras no Baixio de Irecê. CPT Irecê (BA), 2014. Disponível em: <www.cpt.ba.br>. Acesso em: jun. de 2014.
- _____. Projeto de Irrigação Baixio de Irecê na Bacia do São Francisco expulsa pequenos agricultores. CPT Juazeiro (BA), 2008. Disponível: <www.cpt.ba.br>. Acesso: abril de 2011.
- CPT-BA. Energia eólica no alto sertão qual é o desenvolvimento? 2016. Disponível em: <<http://cptba.org.br>>. Acesso em: maio de 2016.
- _____. O avanço do capital e sua influência nos modos de vida das populações tradicionais no município de Caetité (BA). 2013. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso: maio de 2016.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Círculo do livro, 1992.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. (org). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- DEFFONTAINES, Pierre. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (Introdução)*. In: CUSTÓDIO, V. (org.). FUNDAMENTOS teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – GEOGRAFIA (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944). São Paulo: AGB, 2012.
- DELGADO, Guilherme. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. s/d. Disponível em: <<http://disciplinas.stoa.usp.br>>. Acesso em: agosto de 2015.
- DEPUTADOS, Câmara. Disponível: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb>>. Acesso: fev. de 2014.
- _____. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1940-1949/constituicao.adct-1946-18-julho-1946-365201>>. Acesso em: julho de 2013.
- _____. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254>>. Acesso em: março de 2014.
- _____. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78299-23-agosto-1976-427203>>. Acesso em: março de 2014a.
- DGOT. Direção Geral do Ordenamento do Território. Carta Europeia do Ordenamento do Território. Lisboa: SEALOT/MPAT, 1988.
- ENERGIA, A. 50 mil novos empregos serão gerados por energia eólica em 2016. Disponível em: <<https://www.ambienteenergia.com.br>>. Acesso em: junho de 2016.
- ESTADÃO, O. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/melhor-universidade-da-america-latina-a-usp-completa-80-anos>>. Acesso em: set. 2014.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – a formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Globo/Publifolha, 2000 [1973].

- FEBRABAN. Notícias. 2015. Disponível: <<https://www.febraban.org.br>>. Acesso: jun. 2016.
- FEBRABAN. Pesquisa de tecnologia bancária 2013. Disponível: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso: set. de 2014.
- FEDERAL, C. Econômica. Disponível: <http://www.caixa.gov.br/Voce/garantia_safr>. Acesso: set. 2014.
- FEDERAL, Ministério Público. Livro branco da grilagem de terras. Disponível em: <<http://5ccr.pgr.mpf.mp.br>>. Acesso em: setembro de 2015.
- FELIX, J. Barra: escritório de advocacia registra em seu nome cerca de 20 do território da zona rural barrense avaliado em 68 milhões de reais. Agosto de 2015. Disponível em: <http://revistabarramagazine.com.br/blog>. Acessado em setembro de 2015.
- FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SPÓSITO, E. S; SAQUET, M. A. (orgs.). Território e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- FERNANDES, F. Prefácio. In: NASCIMENTO, A. do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FERREIRA JR., H. de; et al. Arranjo Produtivo Local e Política Pública na Bahia. In: VI Encontro de Economia Baiana. Disponível: <<http://www.mesteco.ufba.br>>. Acesso em: abril de 2011.
- FERREIRA, José. Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.
- FETAG-BAHIA. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia. A grilagem no Estado da Bahia. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 54. Salvador, 1978.
- FIGUEIREDO, ADMA H. In: BRASIL, MI. *Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2005.
- FILHO, A. R. M. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional regula a lei que autoriza o parcelamento de débitos rurais inscritos em Dívida Ativa da União. 2014. Disponível em: <<http://alfonsin.com.br>>. Acesso em: abril de 2016.
- FILHO, M. A. Mecanização ceifa 700 mil empregos na agricultura nos últimos trinta anos em São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://www.unicamp.br>>. Acesso em: abril de 2016.
- FNDE. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: janeiro de 2014.
- FOLLE, Francis Perondi. O georreferenciamento de imóvel rural e o registro de imóveis. 2008. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_2/francis_perondi.pdf>. Acesso em: junho de 2015.
- FRANCO, M. Sílvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: IEB-USP, 1969.
- FREITAS, A. F. Guerreiro de. Oeste da Bahia: Formação Histórico-cultural. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 181. Salvador, 1999.
- FURTADO, C. *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o Desenvolvimento, v. 3, 2009.
- GASQUES G. et al. Texto ara Discussão número 1009. Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil. Brasília, fev. de 2004. Disponível: <<http://www.en.ipea.gov.br>>. Acesso maio de 2016.
- GASQUES, G., BASTOS, E. T. Nota Técnica: Crescimento da Agricultura. Boletim de conjuntura nº 60. 2003. Disponível em: <<http://agriculturasamazonicas.ufpa.br>>. Acesso: maio de 2016.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GEIGER, P. P. Geografia e planejamento. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Jul.-set. 1967. p. 111-118.
- GEIGER, P. P. Regionalização. *Revista Brasileira de Geografia*, R. de Janeiro, jan.-mar. 1969.
- GERMANI, G. *Assentamentos Rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): Políticas Públicas, Conflitos e Resistências*. Disponível em: <www.alasru.org>. Acesso em: abril de 2007.
- GIROTTTO, Eduardo Donizeti. *O Futuro do Passado: regionalismo e transformação espacial no Sertão Baiano*. Texto não publicado, 2005.
- GITE. Projetos MATOPIBA. 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>>. Acesso: jul. 2016.
- GNERRE, M. L. A. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí : uma viagem as engrenagens da máquina Mercadante. 2006 Tese (Doutorado em História) – IFCH, UNICAMP, Campinas (SP).
- GRAZIANO DA SILVA, J. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1996.

- GROSSI, M. E. Del; SILVA, J. G. As (re) negociações das Dívidas Agrícolas. Disponível: <<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/14/25>>. Acesso: jun. de 2016.
- GUERRA, A. T. Importância da Geografia no Poder Nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, out.-dez. 1963. p. 73-80.
- GUIMARÃES, Barreto. O sentido nacional do desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- GUIMARÃES, Lucia M. P. Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). São Paulo: Annablume, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites>>. Acesso em: fevereiro de 2013.
- _____. Dilema de conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In: SPÓSITO, E. S; SAQUET, M. A. (orgs.). Território e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Relatório concernente a exploração do Rio São Francisco (1852 - 1854)*. Rio de Janeiro: Typografia Moderna de Georges Bertrand, s/d.
- HARVEY, David. *Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HEIDEMANN, H. D.; SILVA, S. A. da S. *Simpósio Internacional de Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- _____. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação. In: *Migrações: Discriminação e Alternativas*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2004.
- HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. de A.; BOECHAT, C. A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 28, n. 81, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso: outubro de 2014.
- IBGE. Tipos e aspectos do Brasil. Brasília: IBGE, 1970.
- IBGE. Censo demográfico, 2010.
- IBGE. Censo Agropecuário, 2006.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2010-2014.
- IHGB. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível: <<http://www.ihgb.org.br>>. Acesso: maio 2013.
- INCRA. Disponível em: <http://www.incr.gov.br/sncr_ccir>. Acesso em: junho de 2015.
- IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Desafios do Desenvolvimento. 2004. Ano 1. Edição 3. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios>>. Acesso em: agosto de 2014.
- _____. Desafios do Desenvolvimento, 2013. Ano 10. Edição 78. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios>>. Acesso em: agosto de 2014.
- _____. Desafios do Desenvolvimento. 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios>>. Acesso em: agosto de 2014.
- _____. Indicadores. 2013. Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/indicadores>>. Acesso em: ago. de 2014.
- JAMES, P. A Bacia do São Francisco: um sertão brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1949. p. 119-122.
- JOSÉ, Emiliano. A expansão da fronteira agrícola: a marcha para o oeste do São Francisco. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 74. Salvador, 1981.
- JULIÃO, Francisco. O que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- JUSBRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10-bahia-ba>>. Acesso em: maio de 2012.
- _____. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26267249/artigo-1-do-decreto-n-12354-de-25-de-agosto-de-2010-da-bahia>>. Acesso em: fev. de 2013.
- KARINA, M. O território. Disponível em: <www.territoriosertaodosaofrancisco.blogspot.com.br>. Acesso em: maio de 2012.
- KAWAGUTI, L.; PUFF, J. Para cada quatro mortos pela polícia no Brasil, um policial é assassinado. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com>>. Acesso em: junho de 2016.

- KLUCK, Erick Gabriel J. O trabalho vai para o Brejo: mobilização, migração e colapso da modernização. 2011. Mestrado (em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- KOSMINSKY, E. V.; ANDRADE, M. M. de. O Estado e as classes sociais. In: MARTINS, J. de Souza (org.). Henri Lefebvre: o retorno da dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KURZ, Robert. O dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.
- _____. *A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global*. 2002. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: março de 2013.
- _____. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política*. 1994. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt>>. Acesso: fev. 2012.
- _____. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde a da teoria. In: *EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias*. 2007. Disponível: <<http://obeco.planetaclix.pt>>. Acesso: fev. 2009.
- LACOSTE, Y. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEAL, Vitor N. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012 [1949].
- LEFEBVRE, H. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Nova Crítica, 1969.
- _____. *Critique de la Vie Quotidienne III: De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)*. Paris: Arche, 1981.
- _____. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Mimeo, 2006.
- _____. *A Reprodução das Relações de Produção*. Porto: Publicações Escorpião; Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.
- LEITE, A. C. G. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- _____. O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- LEMOES, C.; PALHANO, A. *Arranjo Produtivo Coureiro-Calçadista de Campina Grande/PB*. 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: abril de 2011.
- LENIN, V. I. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005 [1917].
- LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- LILIENTHAL, D. E. *TVA: a democracia em marcha*. Tradução de O. A. Velho. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972 [1944].
- LOPES, L. O Vale do São Francisco: experiência de planejamento regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1950. p. 122-136.
- LOWI, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br>>. Acesso em: abril de 2016.
- LOURAU, René. *El Estado y el inconsciente*. Barcelona: Editorial Kairós, 1979.
- LUSTOSA, A.; SANTANA, I. Na Bahia: energia eólica impacta comunidade. 2014. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br>>. Acesso em: maio de 2016.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1912].
- MAIA, G. B. da Silva et al. Pronaf: fonte de recursos. In: *Informativo Técnico SEAGRI*, nº 3. 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/InformativoSEAGRI_03_2011.pdf>. Acesso em: setembro de 2014.
- MALVEZZI, Roberto. *Brasil Rural, 2011*. Disponível em: <www.cptba.org.br>. Acesso: abril 2011.
- MARTINS, J. de S. (org.). Henri Lefebvre: o retorno da dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, J. de S. *O cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: *Não Há Terra para Plantar neste Verão*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

- _____. *O Poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas* - Introdução de Erick Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *O Capital: Crítica da economia política*. L. 1. Vol. 1 e 2. S. Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *O Capital: Crítica da economia política*. L. 2. Vol. 3. S. Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *O Capital: Crítica da economia política*. L. 3. Vol. 4 e 5. S. Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. Grundrisse. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Safra da Agricultura Familiar, 2014-2015. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br> >. Acesso em: setembro de 2014.
- MDA; SDT; CET *et al.*. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico. Bahia/Salvador: ASCONTEC, 2008.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>>. Acesso em: janeiro de 2013.
- _____. Benefícios. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>>. Acesso em: maio de 2016.
- _____. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: janeiro de 2014.
- MELLO, M. A. G. de. História Política do Baixo-Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo. 1989. Mestrado (em Sociologia), UFBA, Salvador, Bahia.
- MELO, J. P. B. de. A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In: Compêndio de Economia Regional - Volume 1. Parede: Principia, 2011.
- MELO, M. L. Nordeste, planejamento e geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Jul.-set. 1963. p. 41-56.
- MENDONÇA, M. Luisa ; PITTA, F. Teixeira . O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil / Financial capital and land speculation in Brazil. *Mural Internacional* (Online), v. 5, p. 46-55, 2014.
- MINERAÇÃO. Notícias. 2016. Disponível em: <<http://www.noticiasdemineracao.com/StoryView.asp?storyID=824242074§ion=Geral§ionsource=s1450677&aspdsc=yes>>. Acesso em: maio de 2016.
- MONBEIG, P. *Reflexões sobre um trabalho inútil*. In: CUSTÓDIO, V. (org.). Fundamentos teórico-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da AGB – GEOGRAFIA (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944). São Paulo: AGB, 2012.
- _____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2ª ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. Ed. Hucitec e Ed. Polis: São Paulo, 1998.
- MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005a.
- _____. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: BRASIL, MI. *Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2005.
- _____. Bases da Formação Territorial do Brasil. *GEOGRAFARES*, Vitória, nº 2, jun. 2001.
- MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos(A Renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988). *GEOgraphia*. Ano II, Nº 3, 2000.
- MTE. Ministério do Trabalho e do Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/fat/historico.htm>>. Acesso em: setembro de 2014.
- NACIONAL, C. *Plano de Valorização Econômica do Vale do São Francisco*. Brasília: Brasil-Congresso Nacional, v. I e II, 1963.
- NAVARRO et al. O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. 2014. Brasília. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf>. Acesso em: maio de 2016.
- NETO, F. L. Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções. In: *ONGs: novos vínculos entre sociedade e Estado*. REIS, E. P. (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, (2013).
- NEVES, E. F. *Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUFBA/ Feira de Santana: UEFS, 2008.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 - 1808*. São Paulo: Hucitec, 1989.

- OGATA, M. Gravina. In: BRASIL, MI. *Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2005.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf>. Acesso em: agosto de 2015.
- _____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, dez. 2001.
- _____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. A mundialização da agricultura brasileira. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: julho de 2016.
- OLIVEIRA, Francisco M. de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- _____. A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Revista Novos Estudos*, Cebrap, 1990. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/61/20080624_a_metamorfose.pdf>. Acesso em: maio de 2016.
- _____. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- OLIVEIRA, K. Prazo para agricultor saldar dívidas com o Pronaf termina dia 30. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/procura-por-quitacao-de-divida-com-pronaf-e-baixa-prazo-vai-ate-dia-30>>. Acesso em: junho de 2016.
- PEREFÁN, Mireya E. V.; OLIVEIRA, Humberto (Orgs.). *Território e Identidade*. Coleção Política e Gestão Culturais. Salvador: SECULT, 2013.
- PEREIRA, José V. da Costa. A Geografia Moderna, o professorado, e o papel no Brasil das Faculdades de Filosofia e do Conselho Nacional de Geografia. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1950. p. 1395-1400.
- PERICO, R. E. *Identidade e Território no Brasil*. Brasília, IICA, 2008.
- PERROUX, François. *A Economia do Século XX*. Porto: Herder, 1967.
- PIERSON, D. *Homem no vale do São Francisco. Tomo I, II e III*. Rio de Janeiro: Suvale, 1972.
- PITTA, Fábio T. ; MENDONÇA, M. L. O impacto da especulação com terras no Brasil. In: MENDONÇA, M. L.; STEFANO, D. (Org.). *Direitos Humanos no Brasil 2014: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. 1 ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014, v. 1, p. 10-184.
- PITTA, F. T., As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. 2015. Tese (Doutorado Geografia Humana) – FFLCH, USP, S. Paulo.
- PLANALTO, Palácio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: fevereiro de 2014.
- _____. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/DEL0292.htm>. Acesso: fev.2014a.
- _____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em: março de 2014b.
- _____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12979.htm>. Acesso em: setembro de 2014c.
- _____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13000.htm>. Acesso em: setembro de 2014d.
- _____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: setembro de 2014e.
- _____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: setembro de 2014f.
- PLANALTO. Lei 12.651. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso: junho de 2016.
- _____. Lei 4.504. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: maio 2016a.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- PORTO GONÇALVES, C. W. A geografia está em crise. Viva a geografia! In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- PÚBLICA. Nono anuário. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacao/tabelas-9o-anuario-bsp>>. Acesso em: maio de 2016.
- PUNTONI, P. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Ática, São Paulo, 1993.
- RBG. Revista Brasileira de Geografia. Editorial. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1939. s/p.
- REIMBERG, Maurício. Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais. 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais>>. Acesso em: outubro de 2015.
- REIS, A. C. F. O planejamento regional, suas características e particularidades: ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, out.-dez. 1958. p. 03-43.
- REIS, Elis P. (org.). ONGs: novos vínculos entre sociedade e o Estado. R. de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- RICHARDSON, H. W. Elementos de economia regional. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- ROCHA, Geraldo. *Rio São Francisco: Fator Precípua para existência do Brasil*. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1983.
- RUCKERT, Arnaldo A. O Processo de Reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: BRASIL, MI. *Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI, 2005.
- RURAL. Novo prazo para renegociação de crédito rural até fim de 2016. 2015. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br>>. Acesso em: maio de 2016.
- SÁ JR., Francisco. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. In: Estudos CEBRAP, n. 3, jan. 1973, p. 88-147.
- SAMPAIO, Teodoro (Santana, José Carlos Barreto - org.). *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, C. O pastoreio comunitário nos fundos de pasto de Oliveira dos Brejinhos - Bahia Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Cirlene%20Jeane%20Santos%20e%20Santos.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.
- SANTOS, D. A perspectiva territorialista. In: Compêndio de Economia Regional - Volume 1. Parede: Principia, 2011.
- _____. Teorias de inovação de base territorial. In: Compêndio de Economia Regional - Volume 1. Parede: Principia, 2011.
- SANTOS, M. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, jul.-dez. 2000, pp. 103-109.
- SANTOS, M. et al. Território, Territórios. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SANTOS, M.. Geografia e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, out.-dez. 1959. p. 98-110.
- _____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. Marxismo, geografia e subdesenvolvimento. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- SÃO FRANCISCO VIVO. Comunidades de fundos e fechos de pasto avançam na certificação Disponível em: <<http://saofranciscovivo.org.br>>. Acesso em: julho de 2016.
- SÃO PAULO, F. de. 607 mil presos: Brasil tem a 4ª maior população carcerária do mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso: junho 2016.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- _____. Por uma abordagem territorial. In: SPÓSITO, E. S; SAQUET, M. A. (orgs.). *Território e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SBG. Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.socbrasileiradegeografia.com.br>>. Acesso em: maio de 2013.

- SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta. *Exit!* nº 06. 2009. Disponível em: <www.obeco.no.sapo.pt.>. Acesso em: novembro de 2010.
- _____. Não digo nada sem a minha Alltours: a identidade (masculina) pós-moderna entre a mania da diferenciação e a segurança da teoria marxista vulgar. Réplica às críticas à teoria da dissociação e do valor. *EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, nº 7 (12/2010), 272 p. Disponível em: <http://o-beco-pt.blogspot.com.br/2012/03/roswitha-scholz-nao-digo-nada-sem-minha.html>. Acesso em: maio de 2016.
- SEABRA, M.; Goldenstein, L. *Divisão territorial do trabalho e nova regionalização*. In: *Revista do departamento de geografia, Vol. 1*. São Paulo, 1982.
- SEABRA, O. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. S. Paulo: P. Abramo, 2000.
- _____. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de Souza (org.). Henri Lefebvre: o retorno da dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEAGRI. LEI 10.420. <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/programa_grantia_safra_lei_10.420_com_as_alteracos_da_lei_12.766_0.pdf>. Acesso em: maio de 2016.
- SECOM. Nova fabrica de torres eólicas na Bahia vai gerar 850 empregos em Jacobina. 2015. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br>. Acesso: maio 2016.
- SEPLAN, BAHIA. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: julho de 2014.
- SENADO, F. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos>. Acesso em: agosto de 2014.
- SEREBRENICK, S. A Comissão do Vale do São Francisco: objetivos e realizações. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, abr.-junh. 1950. p. 128-147.
- _____. Planejamento regional. *RBG*, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1963. p. 95-104.
- SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação: O velho e o novo em uma discussão Marxista. *Estudos Cebrap*, n.26, 1980. Petrópolis.
- SIDNEY, Isaac. Evolução da Regulação Bancária no Brasil. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentacao_Isaac_Sidney_Seminario_Direito_Bancario.pdf. Acesso em: agosto de 2014.
- SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, ano 7, fev. 1992.
- SILVA, V. G. Financiamento Privado do Agronegócio Brasileiro: Análise dos Investimentos dos Fundos de Pensão das Estatais no Setor no Período 2004 a 2012. 2014. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – FAMV, UNB, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16575/1/2014_ValcilonGomesdaSilva.pdf>. Acesso em: abril de 2016.
- SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e Sociedade no início do Século 21: a história de um livro. ACTA Geográfica. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.151-163. Disponível em: <http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/view/556/586>. Acesso em: julho de 2016.
- SILVEIRA, M. L.; SANTOS, M. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SINTESE/DATAPREV. Dados abertos, Dados da Previdência, Previdência Social e INSS, Previdência, Estatística por Município, Estatísticas Municipais. 2014. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br>. Acesso em: abril de 2016.
- SIQUEIRA, Ruben. Olhar crítico sobre o modelo de desenvolvimento do rio São Francisco. In: *Anais do Seminário Olhares sobre a revitalização da bacia do São Francisco – Grupo de Trabalho do São Francisco*. Salvador, 2007. Disponível em: <www.inga.ba.gov.br>. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- SOBRINHO, Barbosa. Relação de uma missão no Rio São Francisco. [online] 1979 [1706]. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/273/relacao-de-uma-missao-no-rio-sao-francisco>. Acesso em: setembro de 2015.
- SOBRINHO, José de Sousa. *Brejos da Barra: Comunidades Camponesas no Processo de Desenvolvimento do Vale do São Francisco*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. 2012. Tese (Doutorado Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- _____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SPÓSITO, E. S; SAQUET, M. A. (orgs.). *Território e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SPINOLA, N. S. O PLANDEB. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano XI Nº 20. Julho de 2009. Salvador, Bahia. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/1058/836>>. Acesso: jul. 2016.
- SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von., *Através da Bahia – Excerptos da obra Reise in Brasilien*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- SPOSITO, M. Pontes. A produção política da sociedade. In: MARTINS, J. de Souza (org.). *Henri Lefebvre: o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SUDENE; B. *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)*. Recife: Divisão de Documentação, 1966.
- _____. *II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965)*. Recife: Divisão de Documentação, 1966a.
- _____. *III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968)*. Recife: Divisão de Documentação, 1966b.
- _____. *IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1969-1973)*. 1ª. ed. Recife: Divisão de Documentação, 1968.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Estudos CEBRAP*, n. 3, jan. 1973, p.150-161.
- TAVARES DOS SANTOS, J. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- TOLEDO, C. de A. *A mobilização do trabalho nas Lavras Baianas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- _____. *A região das Lavras Baianas*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- VAINER, C. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>>. Acesso: julho 2016.
- VAINER, C. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? 1993. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1521>>. Acesso em: julho de 2016.
- VAINER, Carlos A. Trabalho, Espaço e Estado: questionando a questão migratória. (mimeo) Rio de Janeiro: IPPUR, 1984.
- VALE, Notícias do. Disponível em: <<http://allanmellopa.blogspot.com.br>>. Acesso: set. 2015.
- VELHO, Otávio G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. [online] 1935. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/bandeiras-e-sertanistas-baianos>>. Acesso: set. 2015.
- WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: Carvalho, H. M. (org.). *Chaynov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- ZANELLA, J. Agronegócio reduz emprego no campo. 2008. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/234/campo.php>>. Acesso em: abril de 2016.
- ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco (Uma Análise Regional)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.
- _____. *Análises Regionais. Revista Brasileira de Geografia*, R. de Janeiro, abr.- jun. 1946. p. 03-14.
- ZEE-BA. Caracterização dos Territórios de Identidade. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2016/produtos/CARACTERIZACAO_DOS_TERRITORIOS_DE_IDENTIDADE.pdf>. Acesso em: maio de 2016a.
- ZEE-BA Cenários. Cenários Tendenciais. 2013. Disponível em: <<http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2013/10/cenario/cenarios.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.
- ZEE-BA Potencialidades. Potencialidades e Limitações. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2016/produtos/POTENCIALIDADES_E_LIMITACOES.pdf>. Acesso em: maio de 2016.
- ZEE-BA Zoneamento. Zoneamentos. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/zee/?page_id=416>. Acesso em: maio de 2016.
- ZEE-BA Zona 6. Zona 6. Disponível em: <<http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2013/10/zonapdf2014/Zona6.pdf>>. Acesso em: julho de 2016.

ANEXOS

Anexo 2

Carta da Empresa Almeida Mendes Advocacia ao representante do INCRA/BA

AO SR. REPRESENTANTE DO INCRA/BA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / GESTOR DA SALA DE CIDADANIA DE BARRA - ILMO. SR. ALFREDO NOGUEIRA

A ALMEIDA MENDES ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ [REDACTED], sediada na Rua Cícero Feitosa, nº 339-A, Alagadiço, Juazeiro-BA, por meio de sua representante legal, a advogada Danielle [REDACTED], brasileira, casada, inscrita na [REDACTED] serve-se do presente expediente para INFORMAR e SOLICITAR o que segue:

Comunico a este órgão municipal que a dita empresa adquiriu imóvel rural denominado "Fazenda Cristo Rei" medindo 229.867,4819 ha, registrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca da Barra-BA, sob o nº 5416, fls. 74v/75, Livro 3-G.

Informa que somente após a regular compra e venda e registro em Cartório, tomou conhecimento da existência de alguns possíveis aglomerados de posseiros nas áreas em questão, fato este que, por oportuno, solicita o auxílio deste órgão para fins de checar a veracidade dessa informação.

Em caso afirmativo, solicita colaboração para que seja feito o regular levantamento dos dados pertinentes para fins de regularização fundiária da área respectiva, preservando-se os direitos daqueles que o detém.

Para tanto, pede a colaboração dos demais órgãos e entidades municipais e autoridades locais envolvidas com o tema para que contribuam com possível levantamento de dados e informações necessárias para o urgente desmembramento ou retificações que se façam pertinentes.

Insta salientar que há registro de que a referida área caracteriza-se como sendo área de Proteção Ambiental e, por medida de justiça, a empresa compromete-se a manter e preservar a natureza nativa inclusive respeitando tudo que ali estiver edificado seja natural ou não, bem como assegurar às pessoas os seus respectivos direitos, dando a cada pessoa o direito que lhe pertencer.

Desde já a empresa encontra-se inteiramente à disposição deste órgão e dos demais pertinentes, além das pessoas que gozam do direito ao desmembramento ou retificações de área, para os fins acima expostos.

Com cordiais saudações,

De Juazeiro-BA para Barra-BA, 1º de junho de 2015.

Dr. Lucio
ALMEIDA MENDES ADVOCACIA
CNPJ 18.677-192/0001-30

Anexo 3

Certidão de Inteiro Teor referente a Fazenda Cristo Rei (folha 1)

imprimirteor <https://www.tjba.jus.br/selodigital/imprimirteor>

MP Heridan Azevedo Lemos Mariano
Oficial do Reg. de Imóveis e Hipotecas
Cad.: 226 886-8
Barra-Bahia

**CARTÓRIO DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
DA COMARCA DA BARRA-BAHIA**
Praça do Rosário, s/n – CEP: 47.100-000 – Telefax: (74) 3662 2279

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO passada a pedido
do interessado, tudo como abaixo
se declara:-

MARIA HERIDAN AZEVEDO LEMOS MARIANO, Oficial do
Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas, desta Comarca da Barra,
Estado da Bahia, na forma da lei, etc...

CERTIFICO a todos quantos a presente certidão virem ou dela
conhecimento tiverem que, revendo os livros do Cartório acima mencionado,
encontrei no Livro de Transcrição das Transmissões 3-G, fls.74v.,/75, sob o
nº5.416, o registro do teor seguinte:- Nº DE ORDEM:- 5.416. DATA: 16 de
janeiro de 1970. CIRCUNSCRIÇÃO: Termo e Município de Barra, Comarca de
igual nome. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:- 375 braças de terras na
Faz. Paulista do 2º Distrito de Biraba, deste Termo. CARACTERÍSTICAS E
CONFRONTAÇÕES: 375 (trezentos e setenta e cinco) braças de terras, situadas
na Fazenda Paulista do 2º Distrito de Biraba, deste Termo, à margem esquerda
do Rio São Francisco, limitando-se pelo lado de cima, com terras pertencentes
aos vendedores e pelo lado de baixo, com terras pertencentes aos herdeiros de
Gustavo Magalhães Costa. ADQUIRENTE: ISRAEL [REDACTED]
[REDACTED] brasileiro, maior, casado, lavrador, domiciliado e residente na Fazenda
Paulista, 2º Distrito de Biraba, deste Termo. TRANSMITENTE: LINDOLFO
NERIS NEPONUCENO e sua ESPOSA GRACIANA FERREIRA
NEPONUCENO, brasileiros, maiores, casados, ele lavrador, e ela de prendas
domésticas, domiciliados e residentes em Xique-Xique, Bahia. TÍTULO DE
TRANSMISSÃO: Escritura Pública de Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO.
DATA E SERVENTUÁRIO: 1º traslado extraído do Livro nº18, fls.181/182v, na
data de 20-03-968 e assinada pelo Oficial Romero Santiago Barbosa. VALOR.
DO CONTRATO: Nez\$1.125,00 (hum mil cento e vinte e cinco cruzeiros

1 de 7 11/10/2016 12:10

Certidão de Inteiro Teor referente a Fazenda Cristo Rei (folha 2)

<https://www.tjba.jus.br/selodigital/imprimirteor>

MP Heridan Azevedo Lemos Mariano
Oficial do Reg. de Imóveis e Hipotecas
Cad.: 226 886-8
Barra-Bahia

novos). CONDIÇÕES DO CONTRATO: Transferem todo direito ação, domínio,
posse e servidão que tinham sobre a coisa vendida, obrigando-se por si ou seus
sucessores a fazerem esta venda boa, firme e valiosa e responderem pela
evicção de direito. Barra, 16 de janeiro de 1970. A Oficial:- (a) Enóe Teixeira do
Nascimento. Obs: Desmembrados 60 braças, para o Sr. José Nery Neponuceno
e registrada no Livro 2-D, fls.267, matrícula 1.363. Obs: Desmembrados 120
braças, para o Sr. Alcides Marcelino da Silva e registrada no Livro 2-D, fls.268,
matrícula 1.364. Continuação no Livro 2-X, fl.12. IDENTIFICAÇÃO DO
IMÓVEL:- Um imóvel rural denominado “FAZENDA CRISTO REI”,
constante de uma área de terra, situada na Fazenda Paulista do 2º Distrito de
Ibiraba, no Município de Barra, Estado da Bahia, medindo duzentos e vinte e
nove mil hectares, oitocentos e sessenta e sete ares e quarenta centiares
(229.867,4819); Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **GSZ-M-0040**
de coordenadas N 8.909.050,81m e E 685.223,36m situado no limite da BR-
020, com o limite da estrada Vicinal; deste, segue confrontando com a Estrada
Vicinal, com os seguintes azimutes e distâncias: 97°51'13” e distância
7.563,43m, até o vértice **GSZ-M-0041** de coordenadas N 8.908.017,31m e E
692.715,84m; 150°54'51” e 2.534,96m, até o vértice **GSZ-M-0042** de
coordenadas N 8.905.802,03m e E 693.948,13m; 146°45'44” e 5.430,98m, até o
vértice **GSZ-M-0043** de coordenadas N 8.901.259,54m e E 696.924,94m;
171°30'34” e 577,94m, até o vértice **GSZ-M-0044** de coordenadas N
8.900.687,94m e E 697.010,27m; 148°24'03” e 2.784,14m, até o vértice **GSZ-**
M-0045 de coordenadas N 8.898.316,58m e E 698.469,08m; 164°18'37” e
1.844,41m, até o vértice **GSZ-M-0046** de coordenadas N 8.896.540,90m e E
698.967,86m; 172°48'21” e 2.737,94m, até o vértice **GSZ-M-0047** de
coordenadas N 8.893.824,51m e E 698.310,73m; 221°39'04” e 2.336,16m, até o
vértice **GSZ-M-0048** de coordenadas N 8.892.078,92m e E 697.758,14m;
196°50'29” e 5.708,84m, até o vértice **GSZ-M-0049** de coordenadas N
8.886.614m e E 696.104,17m; 235°06'59” e 9.887,42m, até o vértice **GSZ-M-**
0050 de coordenadas N 8.880.960,20m e E 687.993,37m; 243°51'35” e
5.139,74m, até o vértice **GSZ-M-0051** de coordenadas N 8.878.695,79m e E
683.379,32m; 127°50'01” e 5.599,60m, até o vértice **GSZ-M-0052** de
coordenadas N 8.875.261,16m e E 687.801,86m; 54°16'49” e 5.262,34m, até o
vértice **GSZ-M-0053** de coordenadas N 8.878.333,42m e 692.074,26m;
150°43'27” e 1.338,40m, até o vértice **GSZ-M-0054** de coordenadas N
8.877.165,97m e E 692.728,76m; 111°11'36” e 2.245,51m, até o vértice **GSZ-**
M-0055 de coordenadas N 8.876.354,18m e E 694.822,39m; 121°21'58” e

2 de 7 11/10/2016 12:10

Certidão de Inteiro Teor referente a Fazenda Cristo Rei (folha 5)

https://www.tjba.jus.br/selodigital/imprimirteor

 MP Heridan Azevedo Lemos Mariano
 Oficial do Reg. de Imóveis e Hipotecas
 Cad.: 228 886-8
 Barra-Bahia

E 744.374,61m e N 8.809.386,60m, Meridiano Central 45° Wgr, e coordenadas geográficas: Lat - 10°45'45.13" e Long -42°45'55.21"; e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° Wgr, tendo como S.G.R. (Sistema Geodésico de Referência) o SIRGAS2000. Todas os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Derivada da Fazenda Paulista; direitos hereditários esses que foram adquiridos da Cedente, **GISELE** [REDACTED] brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, portadora da cédula de identidade RG [REDACTED] residente e domiciliada na cidade de Xique-Xique, neste Estado da Bahia, representada neste ato por seu bastante procurador, o Sr. **NAILTON** [REDACTED] brasileiro, maior, capaz, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na cidade de Irecê, Estado da Bahia, portador da cédula de identidade [REDACTED] conforme instrumento público de procuração lavrado no Cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca de Xique-Xique, Bahia, no Livro 077, fls.200, em data de 13 de novembro de 2013. **CESSIONÁRIA: ALMEIDA MENDES ADVOCACIA**, Pessoa Jurídica de Ente Privado, inscrita no CNPJ sob o nº18 [REDACTED] com endereço na Cícero Feitosa, nº339, complemento: A - Bairro: Alagadiço, na cidade de Juazeiro, Bahia, representada neste ato por sua proprietária e Diretora, **DANIELE** [REDACTED] brasileira, maior, capaz, casada, advogada, residente [REDACTED] Alagadiço, na cidade de Juazeiro, neste Estado da Bahia, portadora da cédula de identidade [REDACTED]

REGISTRO ANTERIOR:- Livro 3-G, fls.74v/75, sob o nº5.416, deste Cartório. O referido é verdade e dou fé. Barra, Bahia, em 17 de dezembro de 2013. A Oficial:- (a) Maria Heridan Azevedo Lemos. R/2. 5.416. Protocolo nº10.570. Nos termos, cláusulas e condições da Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários, lavrada no Cartório do Distrito de Carrapichel, Município, Termo e Comarca de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, no Livro nº 029, à fl.187, Nº de Ordem 334/2013, datada de 13 de dezembro de 2013, assinada pelo Oficial do Registro Civil com Funções Notariais, Hermógenes Gomes de Almeida, pela cedente através de seu procurador, pela cessionária através de sua Diretora e por duas testemunhas; o imóvel de que trata a matrícula e registro supra, mediante escritura pública, figura como Cessionária, **ALMEIDA MENDES ADVOCACIA**, já qualificada, por cessão feita por **GISELE** [REDACTED]

5 de 7

11/10/2016 12:10

Certidão de Inteiro Teor referente a Fazenda Cristo Rei (folha 6)

https://www.tjba.jus.br/selodigital/imprimirteor

 MP Heridan Azevedo Lemos Mariano
 Oficial do Reg. de Imóveis e Hipotecas
 Cad.: 228 886-8
 Barra-Bahia

[REDACTED] qualificada, pelo preço e quantia certa de R\$60.000,00 (sessenta mil reais). Foi apresentada a guia - Documento de Arrecadação Municipal - DAM, referente ao pagamento do imposto relativo ao ITBI, no valor de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais) recolhido ao Banco do Brasil S/A, Agência em Barra, Bahia, em 22 de novembro de 2013, foi apresentado o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, exercícios 2006/2007/2008/2009, cadastrado sob o nº303.011.001.929-4, devidamente quitado; bem como a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de código 1AE6.F47F.E506.D28B, válida até 22-05-2014; Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, de NIRF 8.385.211-5, com validade até 25-05-2014; e a Certidão Negativa de Débitos Tributários, nº20131743349. DAJE Nº674838. Série 007. O referido é verdade e dou fé. Barra, Bahia, em-17 de dezembro de 2013. A Oficial:- (a) Maria Heridan Azevedo Lemos. Av-3-5.416. Protocolo nº13.201. Em atendimento ao quanto determinado durante a inspeção realizada neste Cartório do Registro de Imóveis, pela Corregedoria das Comarcas do Interior, Portaria nºCCI-160/2016-GSEC, disponibilidade no DJE de 08 de setembro de 2016, **averbo restrição administrativa para que não seja praticado quaisquer atos registraes averbatórios na presente matrícula até ulterior deliberação da Corregedoria** sendo permitida apenas emissão de certidão com a informação da referida restrição administrativa acautelatória, conforme ato de 08 de setembro de 2016, lavrada pelo Juiz Corregedor da 2ª Região, Bacharel Márcio Reinaldo Miranda Braga e por mim também assinada. Barra, 08 de setembro de 2016. O referido é verdade e dou fé. Barra, Bahia, em 08 de setembro de 2016. A Oficial:- (a) Maria Heridan Azevedo Lemos Mariano. Av-3. 5.416. Protocolo nº13.222. Em atendimento ao quanto determinado pelo Juízo de Direito da Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca da Barra, Bahia, em 21 de setembro de 2016, assinado pelo Exmo. Sr. Dr. Josué Teles Bastos Júnior, Juiz de Direito, **averbo a determinação do bloqueio imediato da matrícula acima referida, até ulterior deliberação.** Processo nº8000936-58.2016.8.05.0018. O referido é verdade e dou fé. Barra, Bahia, em 21 de setembro de 2016. A Oficial:- (a) Maria Heridan Azevedo Lemos Mariano. ERA tudo quanto se continha em o livro e folhas acima declarados que, para aqui bem e fielmente eu, Maria Heridan Azevedo Lemos Mariano, Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas, desta Comarca da Barra, Bahia, a **dioltei conferi e por achar conforme ao original dou fé, subscrevo e assino.**

Selo de Autenticidade
 Transmissão de Dados do Estado da Bahia
 Ato Notarial ou de Registro
 0756.AB003172-6
 JSRPSR700
 Consultar:
 www.tjba.jus.br/autenticidade

6 de 7

11/10/2016 12:10

Transcrição das notícias sobre a possível grilagem de terra nos Brejos:

Barra, 28 de agosto de 2015

Escritório de Advocacia registra em seu nome cerca de 20% do território da zona rural barrense avaliado em 68 milhões de reais

Moradores da zona rural de Barra no oeste da Bahia tem perdido o sono com a descoberta de que um escritório de advocacia sediado em Juazeiro-BA teria registrado em seu nome 229 mil hectares de terras. As terras registradas estão em parte no território conhecido como “Brejos da Barra”, onde vivem isoladamente há mais de 100 anos dezenas de famílias que sobrevivem da terra que lhes é passada de geração em geração. O município que é um dos mais extensos do oeste da Bahia possui 1.141.450,00 hectares segundo o IBGE. Dentro de seu território estão os Brejos da Barra, região povoada pelo “brejeiro”, abastada de riquezas naturais como nascentes, riachos, minérios, corredores de vento, chapadas, animais, mata virgem e terra produtiva da agricultura familiar. Apesar do desenvolvimento e construção de estradas vicinais nos últimos anos, a área ainda é bastante isolada, e em algumas comunidades o acesso é feito somente por animal (jumento) ou por veículo 4x4. De acordo com o um documento obtido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no dia 22 de abril de 2014 foi solicitado no Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF o registro de uma área denominada “Fazenda Cristo Rei” com 229 mil hectares de terra em nome da empresa Almeida Mendes Advocacia. A faixa de terra que foi registrada compreende segundo informações um trecho limítrofe que vai de Pilão Arcado até Buritirama.

O escritório de advocacia que fica sediado em Juazeiro, foi aberto em 2013 e é de propriedade dos advogados Rodrigo [...] e Danielle [...] de acordo com a Receita Federal. Procuramos os sócios da empresa para falar sobre o assunto. O sócio majoritário e advogado Rodrigo [...] informou que desconhece a aquisição de 1/5 do território barrense por parte do escritório do qual é sócio proprietário e nos pediu que procurasse a sua sócia Danielle [...]. Rodrigo disse ainda que não possui mais vínculo com o escritório e informou que sua sócia é esposa do ex promotor de justiça de Barra, Rildo [...].

Em entrevista concedida por telefone à Revista Barra Magazine, a advogada e sócia da Almeida Mendes Advocacia informou que a terra foi devidamente registrada e escriturada conforme a lei. De acordo com a empresária, todos os posseiros que estiverem na sua faixa de terra, podem lhe procurar para regularizar o desmembramento e receber sua escritura. Segundo Danielle, é de seu interesse resolver os conflitos com os moradores da melhor maneira

possível. Perguntada sobre quem havia lhe vendido ou como conseguiu registrar cerca de 20% do território da cidade de Barra, Danielle disse que esse assunto era particular mais que estava tudo devidamente registrado e documentado no Cartório de Registro de Imóveis Títulos e Documentos de Barra.

Quando perguntada se era esposa do ex promotor de justiça que trabalhou um período na cidade, Danielle respondeu que é casada com o membro do Ministério Público, “o fato de eu ser casada com um promotor não significa que eu não possa comprar uma terra na cidade”, diz Danielle que pediu para o nome do mesmo não fosse divulgado nem vinculado à operação de compra e registro das terras. De acordo com o Vereador Edmilson Evangelista, muita gente terá que se explicar na cidade, e que muito terá que ser esclarecido e provado a respeito dessa grande operação, que pode ser considerada uma das maiores grilagens de terra da Bahia e do Brasil. Segundo Edmilson, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais juntamente com outras entidades de classe e religiosas estão empenhadas em levar judicialmente essa questão até a última instância. “Se essa terra toda não tem dono, como ela pode ter sido comprada e registrada?”, disse o vereador. Para discutir o assunto e dar orientações à comunidade sobre os direitos dos moradores da região atingida, a Diocese de Barra juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Paróquia São Francisco das Chagas e Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Barra convocaram uma Audiência Pública para o dia 31 de Agosto a partir das 07:00hs no Centro Diocesano. De acordo com um corretor de imóveis a Fazenda Cristo Rei de 229 mil hectares pode ser avaliada em R\$ 68.000.700,00 (sessenta e oito milhões e setecentos mil reais) se for vendida ao preço médio de R\$ 300,00 por hectare.

Por Juan Felix – Revista Barra Magazine

Fonte: Barra Magazine. Disponível em: < <http://revistabarramagazine.com.br> >.
Acesso em 04 de setembro de 2015.

Barra, 01 de setembro de 2015

Audiência Pública sobre invasão de terras dos Brejos da Barra reúne cerca de 200 pessoas

Cerca de 200 barrenses se reuniram em uma Audiência Pública hoje pela manhã no Centro Diocesano em Barra no oeste da Bahia. O evento que tratou da “invasão das terras dos Brejos da Barra” reuniu moradores de 28 comunidades da zona rural. A reunião foi organizada pela Diocese de Barra

juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Barra e Paróquia da Diocese.

O principal assunto tratado foi o registro da Fazenda Cristo Rei de 229 mil hectares que sobrepôs terras de aproximadamente cinco mil famílias da zona rural. Em alguns dos casos, moradores informaram que suas famílias estão no local há mais de cem anos.

Foram apresentados os limites registrados no INCRA, e os moradores puderam pela primeira vez, saber corretamente se estão dentro da área supostamente grilada. Diversas autoridades estiveram no local e apresentaram seu apoio. Os moradores das regiões afetadas tiveram a oportunidade de fazer perguntas e tirar dúvidas a respeito da situação de suas comunidades. Dentre as principais perguntas a que imperava era: “de quem a empresa comprou toda essa terra e como ela conseguiu ser registrada no cartório”.

O prefeito Artur Silva disse que a Prefeitura de Barra é uma das maiores interessadas em resolver esse assunto, visto que várias obras públicas como estradas, escolas e postos de saúde também estão dentro dessa área. Ao término da audiência foi definido que seria enviada uma solicitação à Coordenação de Desenvolvimento Agrário-CDA para intervir com uma ação discriminatória de toda área.

A CDA é um órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR. É quem conduz a política agrária da Bahia tendo no fortalecimento da agricultura familiar. O órgão responde a duas grandes preocupações do Estado: “a regularização da posse das terras e a democratização do acesso a terra”.

Este órgão é quem coordena, supervisiona e desenvolve ações voltadas para as comunidades rurais menos favorecidas, contribuindo para reduzir, substancialmente, as desigualdades sociais encontradas no meio rural.

Por Juan Felix – Revista Barra Magazine

Fonte: Barra Magazine. Disponível em:< <http://revistabarramagazine.com.br>>. Acesso em 04 de setembro de 2015.

Barra, 16 de outubro de 2015

Superintendência de Patrimônio da União participa de reunião sobre conflitos de terras na margem do Rio São Francisco

Na tarde do dia 15 de outubro aconteceu uma reunião em Barra no oeste da Bahia com a finalidade de apresentar à Superintendente Regional da SPU os conflitos fundiários em terras da união. Moradores de comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco se veem ameaçados com o conflito de terras que está acontecendo na cidade, que envolve a empresa Almeida Mendes Advocacia.

A cidade de Barra está entrando mais uma vez no cenário nacional devido a descoberta de uma possível grilagem de aproximadamente 300 mil hectares de terra, cerca de 20% do território da cidade. O início do conflito se dá na beira do Rio São Francisco entre as comunidades do Paulista e do Capricho, em terras da união e se estende por terras devolutas do estado da Bahia.

De acordo com a Superintendente o que está acontecendo em Barra é um crime muito sério e se faz necessário que o Ministério Público Federal tome conhecimento da situação para investigar e tomar as devidas providências contra os possíveis grileiros.

Participaram da reunião e assinaram o ofício os líderes das Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Paróquia São Francisco das Chagas, Diocese de Barra, Câmara de Vereadores, Imprensa e Prefeitura Municipal de Barra.

Por Juan Felix - Revista Barra Magazine

Fonte: Barra Magazine. Disponível em:< <http://revistabarramagazine.com.br>>. Acesso em 19 de outubro de 2015

Anexo 4

Produtos do *catado*: carnaúba, caroá e fibra de malva na Bolsa de Valores da Bahia, anos 1941-42

BOLSA DE MERCADORIAS E VALORES DA BAHIA				
SERVIÇO DE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS, DE ACÓRDO COM O DECRETO FEDERAL N.º 5736, DE 29 DE MAIO DE 1940.				
Resumo da Classificação de produtos e arrecadação das res- pectivas taxas, referente ao mês de SETEMBRO de 19 41				
PRODUTO	VOLUMES	PESO	Importância arrecadada	OBSERVAÇÕES
CACAU	215.142	12.908.520	3617254600	
MAMONA	55.566	3.208.334	916248800	
CARNAÚBA	809	59.275	519278600	
ALGODÃO	2.517	175.648	116878200	
CAROÁ	1.354	155.913	115584900	
MILHO	5.000	297.500	114873500	
FIBRA DE MALVA	922	88.592	8858800	
PIASSAVA	4.964	281.704	4968400	
FAR. DE MANDIOCA	6.760	326.675	3388000	
FEIJÃO	4.707	281.329	2818100	
RESID. DE ALGODÃO	93	10.021	208200	
	295.834	17.791.512	6110336100	

* - Nestes computos estão incluídos 78 fardos de algodão com o peso de 4.941 quilos, pertencentes à Seção de Fomento Agrícola na Bahia, cuja classificação foi procedida gratuitamente.

Confere
18.3/10/41
Superintendente.

BOLSA DE MERCADORIAS E VALORES DA BAHIA				
SERVIÇO DE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS, DE ACÓRDO COM O DECRETO FEDERAL N.º 5736, DE 29 DE MAIO DE 1940.				
Resumo da Classificação de produtos e arrecadação das res- pectivas taxas, referente ao mês de SETEMBRO de 19 42				
PRODUTO	VOLUMES	PESO	Importância arrecadada	OBSERVAÇÕES
MAMONA	68.831	4.113.036	812268100	
CARNAÚBA	1.106	81.028	81028800	
FUMO EM FOLHAS	30.430	2.202.983	610868000	
CAROÁ	2.903	321.320	312138100	
CACAU	13.840	830.400	214918200	
ALGODÃO	2.743	198.878	119458900	
FAR. DE MANDIOCA	18.490	993.580	9248500	
FIBRA DE MALVA	358	34.331	3438200	
PIASSAVA	989	51.435	988900	
FEIJÃO	275	16.362	168400	
RESID. ALGODÃO	53	5.825	118700	
TOTAL	140.018	8.849.178	3114598800	

ARRECAÇÃO PELO POSTO DE CLASSIFICAÇÃO DE ILHEUS

NO MÊS DE AGOSTO DE 1942

CACAU	50.700	3.042.000	91268000
PIASSAVA	610	32.915	618000
TOTAL	51.310	3.074.915	91878000

Confere
18.8-10-42
BOLSA DE MERCADORIAS
E VALORES DA BAHIA
Superintendente

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivos Republicanos, Seção: Secretaria de Agricultura, caixa 2377, maço 148-1, doc. 555. Consultado em julho de 2015.

Anexo 5

Ofício sobre a compra de terras para exploração do caroá no São Francisco por ingleses, 1939.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivos Republicanos, Seção: Secretaria de Agricultura, caixa 2378, maço 150, doc. 560. Consultado em julho de 2015.

Anexo 6

Carta de comerciantes do rio São Francisco à Associação Comercial sobre alta do imposto, 1924.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivos Republicanos, Seção: Secretaria de Governo, caixa 1821, doc. 1933. Consultado em julho de 2015.

Ofício da Polícia de New York à Secretaria de Estado da Polícia e Segurança Pública da Bahia, 1925.

Anexo 8

Decreto que criou a Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado, 1938.

DECRETO Nº 10.950 de 2 de Setembro de 1938

Crea a Diretoria de Cultura e Divulgação
do Estado

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições:
Considerando a necessidade de coordenação de atividades no sentido de
ser levada a efeito sistematica divulgação dos princípios do Estado Novo
nesta Capital e nos Municípios;

Considerando as vantagens resultantes da criação de um órgão admi-
nistrativo que se incumba da defesa do patrimonio historico e artistico da
Bahia, possibilitando a propaganda do Estado;

D E C R E T A:

Artº 1º - Fica creada na Secretaria de Educação e Saúde, a Diretoria
de Cultura e Divulgação, com as seguintes finalidades:

a) coordenar a divulgação dos princípios do Estado Novo na Capital e
nos Municípios;

b) organizar e dirigir a propaganda turistica e geral do Estado;

c) proceder a inqueritos culturais que satisfaçam a pedidos de in-
formações dos governos do Estado e da União, sobre aspectos científicos,
artisticos, sociais e economicos do Estado;

d) Dirigir a documentação historica e social e preservar o patrimonio
cultural do Estado, compreendendo:

1 - Tombamento e divulgação do patrimonio historico e artistico do
Estado e dos particulares;

2 - Levantamento e divulgação das situações sociais e economicas do
Estado;

3 - Preservação dos aspectos típicos e das sãs tradições bahianas;

- e) articular-se com o Serviço de Conservação dos Monumentos Históricos e Artísticos Nacionais, com as prefeituras e demais instituições, para fixar as paisagens dignas de preservação;
- f) cooperar com as prefeituras e outras repartições oficiais e entidades particulares, a realização e incentivo de empreendimentos educativos e culturais;
- g) promover e dirigir exposições e concursos que estimulem o movimento artístico e cultural;
- h) cooperar na obra educativa das escolas;
- i) orientar a educação de adultos e as recreações públicas;
- j) promover cursos de conferencias de alta cultura e de extensão universitária, convidando professores, intelectuais e artistas de nomeada;
- k) orientar a seleção de especialistas que devam ser enviados ao estrangeiro e aos centros culturais do país afim de desenvolverem conhecimentos e aptidões;
- l) promover a organização de cursos de jornalismo e publicidade, de acordo com os recentes recursos da tecnica de propaganda;
- m) favorecer o aperfeiçoamento cultural e tecnico dos jornalistas do interior.

Artº 2º - A Diretoria de Cultura e Divulgação, para realizar os seus objectivos, entrará em articulação com a Bibliotéca Publica e a Inspetoria de Museu e Monumentos, em que se transforma a actual Pinacotéca e Inspetoria dos Monumentos.

Artº 3º - Na efectivação das finalidades das letras a) e b) do artº 1º a Diretoria de Cultura e Divulgação obedecerá á orientação directa do Chefe do Poder Executivo.

Artº 4º - O quadro da Diretoria de Cultura e Divulgação constará de:

1 Diretor (em comissão)	18:000\$000
1 Chefe de Secção de Divulgação (em comissão)	15:300\$000
2 Auxiliares tecnicos a 8:400\$000 (em comissão)	16:800\$000
3 Redatores (em comissão) a 8:400\$000	25:200\$000
1 Fotografe (em comissão)	8:400\$000
2 Dactilegrafos a 4:320\$000	8:640\$000
1 Continue-Estafeta	3:960\$000